

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Comunismo e antifascismo

Artigos e ensaios

Compilação de artigos especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor em História Moderna e Contemporânea

Candidato: João Arsénio Nunes

Orientador: Prof. Dr. António Borges Coelho, da Universidade de Lisboa

Co-orientador: Prof. Dr. Aldo Agosti, da Universidade de Turim, Itália

Janeiro de 2017

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Departamento de História

Comunismo e antifascismo. Artigos e ensaios.

João Arsénio Nunes

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em História Moderna e Contemporânea

Júri:

Prof.^a Dr.^a Maria João Vaz (presidente), Professora-Auxiliar do ISCTE-IUL

Prof. Dr. Aldo Agosti, Professor emérito da Universidade de Turim, Itália

Prof.Dr. Bruno Cardoso Reis, Professor-Auxiliar do ISCTE-IUL

Prof. Dr. João Paulo Avelãs Nunes, Professor-Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade
de Coimbra

Prof.^a Dr.^a Maria Inácia Rezola, Professora coordenadora da Escola Superior de Comunicação
Social

Nota preambular

A presente colectânea de artigos e ensaios, destinada à obtenção do grau de doutor em História Moderna e Contemporânea, é apresentada ao abrigo das normas constantes do Despacho 9887/2011, de 27 de Julho, que para o efeito admitiu a “compilação, devidamente enquadrada, de um conjunto coerente e relevante de trabalhos de investigação, já objecto de publicação em revistas com comités de selecção de reconhecido mérito internacional” (artº 3º, alínea c) das Normas). Nos termos do artº 35º, tais trabalhos devem ser pelo menos três.

A apresentação desta compilação, em lugar da tese, tornou-se necessária pelo facto de, em 2012, aquando do requerimento de prorrogação por dois anos do prazo para entrega da mesma, tal pedido ter sido recusado, em virtude da mudança então em curso do regime do doutoramento.

Tendo investido tanto tempo em trabalhos relacionados com o tema da tese que me propunha realizar e que deveria ter o título “A formação do antifascismo em Portugal. O PCP e a Internacional Comunista 1921-1939”, considerei que a compilação a apresentar não poderia limitar-se aos mencionados três artigos, tanto mais que esse número é regulamentarmente indicado como mínimo e não há máximo fixado. A colectânea procura portanto, tanto quanto possível – e obviamente não esgotando as minhas publicações relacionadas com o tema –, dar a conhecer resultados significativos de um itinerário de investigação iniciado há longos anos no domínio que lhe dá o título – o do “comunismo e antifascismo”.

Comunismo e antifascismo.

Palavras-chave: Comunismo - Internacional Comunista – Comintern - Partido Comunista Português – fascismo – antifascismo – intelectuais – neo-realismo – marxismo – *Estado Novo*

Resumo

Reúne-se nesta colectânea um conjunto de estudos de dimensão e natureza diversa que têm como objecto figuras e problemas da história do comunismo na Europa e em Portugal, na sua maior parte centrados no período de existência da III Internacional (1919-43). Sendo uma época de apogeu mas também de crises do movimento operário de inspiração marxista, este período revelou a sobredeterminação do conflito de classe, analisado por Marx ao nível do modo de produção, por contradições nas esferas política e cultural que, nos anos 30, tornaram decisivo o antagonismo fascismo-antifascismo. Através dos casos concretos analisados, procura-se pôr em relevo o processo contraditório de apreensão teórica e de resolução estratégica deste problema pelo movimento comunista.

Os artigos estão agrupados em oito secções. A primeira, a propósito dos 150 anos do *Manifesto Comunista*, tenta colocar o “problema geral” da não coincidência entre o conflito de classe ao nível económico e os problemas políticos que se colocaram ao movimento operário no século XX. Na segunda secção incluem-se dois textos acerca do problema do fascismo e do antifascismo na Internacional Comunista. A terceira contém artigos biográficos acerca de três figuras (Clara Zetkin, Nicolau Bukharin e Maurice Thorez) que, em momentos diferentes, tiveram papel de relevo no comunismo de entre guerras. Com os textos incluídos na secção IV, abordei o tema “comunismo e antifascismo” em relação a Portugal, em termos de sínteses gerais e em diferentes perspectivas. Na quinta, sob a epígrafe “Fascismo, antifascismo e *Estado Novo*”, incluem-se artigos e recensões nos quais está presente o problema da integração do regime salazarista na problemática dos fascismos, a experiência da Oposição antifascista em Portugal e ainda a “polémica dos historiadores” na Alemanha. Concentrei nas últimas secções, em especial na sexta, a maior parte dos textos de carácter analítico ou biográfico, e ainda de polémica, sobre história do PCP. Na sétima secção aborda-se a questão da contribuição comunista para a cultura antifascista e para a génese da revolução democrática de 1974-75, fazendo referência ao movimento neo-realista e tendo em conta polémicas recentes. Finalmente, na oitava secção, inclui-se um trabalho recente de discussão da análise da revolução de Abril na obra de Nicos Poulantzas.

Communism and Anti-Fascism.

Keywords: Communism – Comintern – Communist International – Portuguese Communist Party – fascism – Anti-fascism – intellectuals – *neo-realismo* – Marxism – *New State*

Abstract

This collection of writings puts together essays, articles and reviews about figures and problems in the history of communism in Europe and in Portugal, most of them centred on the period of the Third International (1919-1943). Although these were the high days of the Marxist inspired working class movement, the period also revealed specific effects of cultural and political contradictions that Marx had not analyzed, and which were relevant for the conflict between Fascism and Anti-fascism. The texts try to sketch different ways in which these problems were apprehended and managed by the communist movement.

The texts are grouped into eight chapters or sections. The opening essay, written on the occasion of the *Communist Manifesto*'s 150th birthday, sets the “general problem” of the non coincidence between the class conflict at the economic level and the political problems the working class movement had to face during the course of the twentieth century.

Chapter 2 comprises two texts about fascism and anti-fascism in the Comintern. In Chapter 3 biographical articles are enclosed about three personalities from different generations (Clara Zetkin, Nicolai Bucharin and Maurice Thorez) who played important roles at different moments in the history of interwar communism. The texts in chapter 4 put together three different syntheses, under diverse perspectives, about the problem “communism and anti-fascism” when referred to the Portuguese experience. Chapter 5 is composed from articles and book reviews concerning the relationship between the Portuguese dictatorships and classical fascisms, the anti-fascist Resistance in Portugal and the German “Historikerstreit”. An article about the British diplomatic reports on the formation of the Portuguese “New State” is also included.

Most of the texts of biographical, analytical or polemical character concerning directly the history of the PCP are concentrated in chapters 6 and 7. Chapter 7, taking into account recent polemics arisen by the work of François Furet, envisages the question of the communist contribution to Portuguese culture through the movement of “neo-realismo” and its influence in the origins of the “carnations’ revolution”. The last chapter is specifically concerned with the events of 1974-75 in Portugal and contains one recent article dedicated to the analysis of these events in the work of Nicos Poulantzas.

Agradecimentos

Cumpro em primeiro lugar agradecer penhorada e calorosamente aos meus orientador e co-orientador, Profs. Drs. António Borges Coelho e Aldo Agosti, por todo o apoio científico de muitos anos, mas não menos pelas incedíveis solidariedade, compreensão, simpatia... e paciência, invariavelmente demonstradas.

Devo agradecer ao ISCTE e ao departamento de História em particular pela concessão de equiparações a bolsheiro, que designadamente possibilitou as minhas estadias em Berlim (RDA) durante um ano, as estadias em Moscovo em três semestres lectivos, e ainda um ano e um semestre para investigação e estudo em Portugal.

Na Alemanha, permanecem inesquecíveis a solidariedade, o apoio e o incentivo da Dra. Waltraud Wiese e do Prof. Kurt Pätzold, recentemente falecido.

Também não posso esquecer os funcionários que me ajudaram nos diversos arquivos que frequentei, nomeadamente na antiga Comissão de extinção da PIDE/DGS, então presidida pelo brigadeiro Santos Pinto, no Supremo Tribunal Militar (em especial o coronel Costa Campos e a D. Inês), no arquivo do PCP, orientado pelo João Feijão, prematuramente desaparecido, e, em Moscovo, no Centro russo de conservação e pesquisa de documentos de história contemporânea (agora Arquivo estatal russo de história político-social).

Agradeço aos meus filhos, à Graça e à tia Grá. Agradeço ao Ivan em especial pela fatigante correcção dos meus textos em Inglês, quase sempre pedida em cima da hora. Uma palavra de agradecimento ainda ao Tito e ao Diogo pelos auxílios em informática.

Acima de tudo, este trabalho é devedor dos meus Pais.

Finalmente, agradeço aos amigos que sempre acreditaram na minha investigação e aos que desesperaram de a ver chegar ao fim.

Índice

Fontes da compilação	13
-----------------------------------	-----------

Introdução

1. Um itinerário de investigação.....	19
2. Sobre Fortuna e malogro em História.	30

I – O problema geral

O <i>Manifesto</i> no limiar do século XXI	45
--	----

II – Comunismo e antifascismo na Internacional Comunista

1. Da política classe contra classe às origens da estratégia antifascista.	61
2. Fascismo e Comintern na historiografia russa contemporânea	109

III – Três figuras da história do comunismo

1. Feminismo e comunismo: Clara Zetkin	119
2. Nicolau Bukharin e o socialismo.....	133
3. <i>Filho do povo</i> de neto de Clément: Maurice Thorez	151

IV – História do PCP: ensaios de síntese.

1. The Portuguese Communist Party and the Comintern.	179
2. PCP 1926-1974.....	209
3. O PCP e a República	227

V – Fascismo, antifascismo, “Estado Novo”

1. Fascismo e Estado Novo.	241
2. A formação do Estado fascista em Portugal à luz da correspondência diplomática britânica.	253
3. Um estudo gramsciano do antifascismo português.	265
4. A ditadura militar 1926-33.	271
5. Salazar e os fascismos.	277
6. A controvérsia dos historiadores na Alemanha.	291
7. “Exportar o fascismo”.	297

VI – Figuras e problemas da história do PCP

1. Carlos Rates.....	309
2. Lenin’s reception in Portugal during the twenties and thirties (from Carlos Rates to Bento Gonçalves).....	315
3. Bento Gonçalves.....	329
4. A adesão de Bento Gonçalves ao PCP e o contexto internacional	333
5. O PCP após a reorganização de 1929.....	345
6. O camarada René e a juventude comunista no princípio dos anos trinta	365
7. A fascização do Estado e a política do PCP (a propósito do 18 de Janeiro de 1934).....	385
8. Pavel	397
9. La Formation de la Stratégie Antifasciste du Parti Communiste Portugais (1926-1935)	401
10. Le PCP et le problème du Front Populaire Portugais en exil, 1936-39.....	425
11. The revolutionary thought of Álvaro Cunhal	433
12. Rumo com memória	439
13. Comunismo e democracia	449

VII - Comunismo, antifascismo e intelectuais.

1. Comunismo, antifascismo e intelectuais nos anos 30.....	457
2. O Marxismo e os Intelectuais Portugueses (recensão)	471
3. Ética, vontade e política. Os anos de aprendizagem de Álvaro Cunhal.	475
4. The Portuguese Communist Party and the formation of antifascist culture and politics in Portugal (1926-1945)	489

VIII. O PCP e a revolução antifascista de 1974-75.

Poulantzas, a revolução portuguesa e a questão do eurocomunismo 505

Siglas e acrónimos. 527

Curriculum vitae 531

Fontes da compilação

I – O problema geral.

“O *Manifesto* no limiar do século XXI”: jornal *Combate*, nº 212/3, Jul-Ag.1997; também publicado em italiano com o título “A 150 anni dal ‘Manifesto del Partito Comunista’”, in *L’Ernesto*, nº 4 (Jul-Ag.), 1998.

II – Comunismo e antifascismo na Internacional Comunista.

1. “Da Política ‘Classe contra Classe’ às Origens da Estratégia Antifascista: aspectos da Internacional Comunista entre o VI e o VII Congressos (1928-35) ”: AA.VV., *O Fascismo em Portugal, A Regra do Jogo*, Lisboa, 1982, 31-76.

2. “Fascismo e Comintern na historiografia russa contemporânea”: Comunicação à conferência *Greves e Conflitos Sociais no Século XX*, IHC da UNL, 17-19 de março 2011. Inédito.

III – Três figuras da história do comunismo.

1. “Feminismo e comunismo: Clara Zetkin”: Isabel do Carmo e Lígia Amâncio, *Vozes Insubmissas*, Dom Quixote, Lisboa, 2004, 169-182.

2. “Nicolau Bukharin e o socialismo”: *Vértice* nº 32, 2ª série, Nov. 1990, 59-74.

3. “Filho do povo e neto de Clément: Maurice Thorez”: *Análise Social* nº 160, Outono de 2001, 939-960.

IV – História do PCP: ensaios de síntese.

1. “The Portuguese Communist Party and the Comintern”: Comunicação à conferência internacional sobre história do Comintern organizada pelo Instituto Internacional de História Social, Amesterdão, Outubro de 1992. O volume anunciado de J. Rojahn (ed.), *The Communist International and its national sections*, Peter Lang, Berna, não chegou a ser publicado.

2. O PCP entre 1926 e 1974.

Entrada "Comunismo", in Rosas, Fernando, e Brandão de Brito, J.M. (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.

3. O PCP e a República.

Entrada "Comunismo", in Maria Fernanda Rollo et al. (ed), *Dicionário da República e do Republicanismo*, Lisboa, 2013.

V – Fascismo, antifascismo e “Estado Novo”

1. "Fascismo e Estado Novo": recensão a AA.VV., *O Estado Novo - das Origens ao Fim da Autarcia*, in *Vértice* nº 1, 2ª série, Abril 1988, 57-66.

2. “A formação do Estado fascista em Portugal à luz da correspondência diplomática britânica (1926-1933)”: AA.VV., *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia*, Lisboa, Fragmentos, 1987, 189-198.

3. “Um estudo gramsciano do antifascismo português”: *Vértice*, nº 8, 2ª série, Nov. 1988, 103-105.

4. “A ditadura militar entre 1926 e 1933”: recensão a Douglas Wheeler, *A Ditadura Militar entre 1926 e 1933*, in *Vértice* nº 10, 2ª série, Jan. 1989, 86-88.

5. “Salazar e os fascismos: Introdução”, in *Vértice* nº 13, 2ª série, Abril de 1989, 9-19.

6. "Uma luta em torno da imagem histórica - A 'polémica dos historiadores' na Alemanha": recensão a Reinhard Kühnl, *Streit ums Geschichtsbild. Die "Historiker-Debatte" - Dokumentation, Darstellung und Kritik*, in *Vértice* nº 22, 2ª série., Jan. 1990, 99-102 (co-autoria).

7. Exportar o fascismo: Recensão a Mario Ivani, *Esportare il Fascismo*, publicada sob o título “Fascismo ed Estado Novo” in *Italia Contemporanea*, nº 252-253, Set.-Dez. 2008. Também in *Ler História*, nº 57, 2009.

VI- Figuras e problemas da história do PCP.

1. “José Carlos Rates”: Maria Fernanda Rollo et al. (ed), *Dicionário da República e do Republicanismo*, Lisboa, 2013.

2. “Lenin’s reception in Portugal during the twenties and thirties (from Carlos Rates to Bento Gonçalves”): *Lenin’s thought in the 21.st century. Interpretation and its value*, Wuhan University, 2012, 67-75.

3. Bento Gonçalves: "Gonçalves, Bento ", in Mónica, Maria Filomena, e Barreto, António (dir.), *Dicionário de História de Portugal (Suplemento)*, Livraria Figueirinhas, Porto, 1999/2000.

4. A adesão de Bento Gonçalves ao PCP e o contexto internacional: “Introdução” a “Intervenção de Bento Gonçalves no Congresso dos Amigos da URSS, Novembro de 1927”, in J. Enes Gonçalves (org.), *Bento Gonçalves. Uma vida, um combate*, Câmara Municipal de Montalegre, 2000.

5. O PCP após a reorganização de 1929: "Sobre Alguns Aspectos da Evolução Política do PCP após a Reorganização de 1929", in *Análise Social* nº 67/69, Jul.-Dez. 1981, 715-731.

6. “O camarada René e a juventude comunista no princípio dos anos 30”: In *Estudos em homenagem a António Borges Coelho*, Lisboa, Caminho, 2001, 609-626; originariamente publicado em alemão: "Genosse 'René' und die Kommunistische Jugend in Portugal zu Beginn der dreissiger Jahre", in *Jahrbuch für Historische Kommunismusforschung 1996*, Akademie Verlag, Berlim, 337-348.

7. “1933/34: A fascização do Estado e a política do PCP”: Diário de Notícias, 18.1.1983.

8. Pavel: Entrada " Oliveira Junior, Francisco de Paula ", in Rosas, Fernando, e Brandão de Brito, J.M. (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996

9. "La Formation de la Stratégie Antifasciste du Parti Communiste Portugais" : Narinsky, Mikhail, and Rojahn, Jürgen (ed.), *Centre and Periphery. The History of the Comintern in The Light of New Documents*, International Institute of Social History, Amsterdam, 1994, 218-236.

10. “Le PCP et le problème du Front Populaire Portugais en exil, 1936-39”: Comunicação às Journées d’études *L’exil politique portugais dans le pourtour méditerranéen*, Universidade de Paris VIII, Novembro de 2013. Inédita.

11. “The revolutionary thought of Álvaro Cunhal”: comunicação à conferência “New Cultures of the Left”, Jawaharlal Nehru University, Abril 2012, New Delhi. Inédita.

12. “Rumo com memória: uma questão de identidade”: *Vértice*, nº 50, 2ª série, Set.-Out. 1992, 5-11.

13. “Comunismo e Democracia (Tréplica a Carlos Gaspar)”: *Vértice*, nº 57, 2ª série, Nov.-Dez. 1993, 87-91.

VII - Comunismo, antifascismo e intelectuais.

1. “Comunismo, antifascismo e intelectuais nos anos 30”: Comunicação ao Encontro Neo-Realismo, Palácio do Sobralinho, Março de 1997, in *Encontro Neo-Realismo*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1999, 83-95.

2. “O marxismo e os intelectuais portugueses”. Recensão a António Pedro Pita, *O Marxismo e os Intelectuais Portugueses (1930-1941)*: *Vértice*, nº 24, 2ª série, Março de 1990, 95-96.

3. “Ética, vontade e política: os anos de aprendizagem de Álvaro Cunhal”: José Neves, *Álvaro Cunhal. Política, história e estética*, Lisboa, 2013, 23-41; “Ética, volontà e politica. Gli anni di apprendistato di Álvaro Cunhal”, in *Historia Magistra*, nº 13, 2013, 34-46.

4. “The Portuguese Communist Party and the formation of antifascist culture and politics in Portugal (1926-1945)”: Tina Mavrikos-Adamou (ed.), *Problems and Issues in International Relations*, Athens, Atiner, 2010.

VIII – O PCP e a revolução antifascista de 1974/75.

“Nicos Poulantzas, a revolução portuguesa e a questão do eurocomunismo”, III Jornadas Poulantzas, Cemarx, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 16-18 de Novembro 2016
(https://drive.google.com/drive/folders/0B6_Gd88-1H6caWVOMjd6SzNhZjQ?usp=sharing)

Introdução

1. Um itinerário de investigação.

As interrogações de partida prendem-se naturalmente com a condição da geração a que o autor pertence, geração que tinha vinte anos em 1968 e iniciava a vida profissional nos anos de 1974. Para grande parte dela - como aliás, doutras formas, para as que a precederam desde os anos da II Guerra mundial -, o comunismo era uma experiência juvenil formadora, indissociável da entrada no universo da cultura de ideias e da oposição ao regime salazarista e à guerra colonial. Era indissociável por outro lado de acontecimentos recentes, como o difundir-se dos ideais, das teorias e das correntes políticas derivadas do “Maio de 68”, da expansão e das conquistas do movimento operário na Europa e em Portugal, da experiência dos acontecimentos de 1974-75 e da descolonização e, finalmente, tanto das perplexidades como da resposta às tendências de involução que em Portugal caracterizaram a evolução pós-constitucional e, a nível internacional, se desenharam mais claramente a partir do final da década de 70.

Foi uma época em que se expandiu o interesse e a investigação sobre Portugal do século XX e em especial sobre o quase meio século salazarista. Muito do que se fez na historiografia portuguesa desde essa época teve o regime salazarista ou aspectos dele por objecto. A mim interessou-me o partido comunista, como realidade social, política e cultural nuclear na oposição ao fascismo e como partido que, após o 25 de Abril, se revelara – para mim surpreendentemente – capaz de influenciar com êxito uma série de mudanças revolucionárias e, nas condições adversas posteriores a 1975, de continuar a ser um factor de importância na existência e no aprofundamento da democracia em todas as suas dimensões, aliás em coerência com os conteúdos da Constituição de 1976.

Na pré-história do meu interesse intelectual por esta temática, mas já numa relação próxima com os escritos que compõem a presente colectânea, situa-se um trabalho sobre *O Direito Constitucional das Democracias Populares da Europa Oriental*, que em 1968 apresentei na cadeira de Direito Constitucional do primeiro ano da Faculdade de Direito, então regida pelo Prof. Marcelo Caetano. Tratava-se em larga medida de um trabalho de

História contemporânea, para o qual não só utilizei livros que continuam a ser fundamentais na historiografia do comunismo, como as obras de Isaac Deutscher, mas sobretudo tive a sorte de poder aceder a publicações, em francês, do Cominform, a organização que, entre 1947 e 1956, sucedera, na Europa, à Internacional Comunista (Comintern) extinta em 1943. Pode dizer-se que estava a partir daí definida a relação com o campo de estudos que mais me ocuparia desde então.

Foi também muito importante na orientação dos meus interesses o facto de, apesar de não possuir formação universitária em História, a partir dos finais de 1974 ter podido começar a trabalhar como docente em áreas relacionadas com a História do movimento operário e do socialismo e de, em 1976, me ter sido confiado o ensino duma disciplina com esse nome no ISCTE.

Era claro, para quem se propunha investigar as origens da radicação do partido comunista na sociedade e na cultura portuguesa, que a época fundamental e o ponto de partida imediato se situavam nos anos da II Guerra mundial – os anos da *geração de 40*, da grande expansão do neo-realismo, da reorganização do PCP, do Munaf e do Mud, das lutas sociais e políticas do final da Guerra, das “Heróicas” de Lopes Graça, da vitória democrática anti-fascista, a que Portugal chegaria com 30 anos de atraso. Anos de juventude da geração dos nossos pais e de muitos que em todos os planos marcavam então a vida cultural e política de Portugal democrático, que era preciso perceber criticamente.

Era porém não menos claro que uma tal investigação tinha de começar mais atrás, na época da formação do “Estado Novo” de Salazar e da implantação dos fascismos na Europa, quer dizer, a viragem para os anos 30.

Foi o colóquio, que ficaria histórico, realizado na Faculdade de Letras de Lisboa sob o título *O Fascismo em Portugal*, em Março de 1980, que me ofereceu a oportunidade da primeira sistematização de uma parte do estudo que no ano anterior iniciara e cujos contornos se encontravam em larga medida definidos. Tratava-se de investigar o comunismo em Portugal nas condições definidas por um cruzamento de factores ocorridos na transição da década de 20 para a de 30: a implantação da ditadura salazarista, a crise mundial e a ascensão dos fascismos, a formação do anti-fascismo e o papel do movimento comunista internacional nessa formação. No aspecto de história

interna do Partido Comunista, tratava-se, não da reorganização de 1940/41, mas da menos conhecida “reorganização de 1929”. A relação entre o nacional e o internacional, a ideia gramsciana de que, tanto em política como em História, é preciso combinar a indagação do terreno nacional com a perspectiva internacional, era para mim um ponto de partida firmemente estabelecido e que desde início pratiquei no ensino da História do movimento operário e do socialismo.

A comunicação que apresentei ao referido Colóquio *O Fascismo em Portugal*, no ano seguinte publicada no volume com o mesmo título, tem o extenso título "Da Política 'Classe contra Classe' às Origens da Estratégia Antifascista: aspectos da Internacional Comunista entre o VI e o VII Congressos (1928-35) " e constitui o texto II-1 da presente colectânea. É ainda hoje um dos raros estudos publicados em Portugal sobre história da Internacional Comunista (IC), e eu próprio não voltei a escrever tão extensivamente sobre o tema. É inevitavelmente um trabalho datado, nomeadamente por ser anterior à maior parte das investigações de história social do movimento comunista. Apoia-se no entanto em considerável base bibliográfica, que é referenciada, e que, apesar de algumas falhas (por exemplo, não conhecia ainda a *Storia documentaria* da IC, de Aldo Agosti), estava actualizada¹. Duas experiências diversas se reflectem principalmente na redacção deste texto. Primeiro (em ordem cronológica), o contacto com a produção cultural do Partido Comunista Italiano, então no auge da sua influência, através da leitura regular da revista *Rinascita*. A frequência da cultura italiana significou sobretudo o acesso a grandes obras de história política, tanto do comunismo italiano como da IC, e bem assim ao pensamento de protagonistas da história de ambos, como Togliatti e Gramsci². A outra experiência desta época foi a de viver na RDA durante o ano lectivo de 1978-79, em Berlim, onde pude frequentar, na Universidade Humboldt, as lições e o seminário de história da Alemanha de entre guerras do Prof. Kurt Pätzold. No seu conjunto, os contactos destes anos foram intelectualmente formativos. Em combinação com a derrota das expectativas de profundas mudanças sociais e políticas em Portugal e na Europa, que

¹ As referências bibliográficas deste ensaio sofrem de um defeito de edição. O sistema por mim adoptado implicava que os títulos constantes da bibliografia fossem numerados, o que fiz no dactiloscrito entregue mas a editora ignorou. Por outro lado, no anexo 1, o primeiro parágrafo, da minha autoria, deveria ter sido graficamente distinguido do texto de Dimitrov que se segue.

² De Gramsci, em edição francesa, já era leitor atento desde 1966, quando a expulsão por um ano dos liceus portugueses me proporcionou uma estada prolongada em França.

existiram até final dos anos 70, elas impeliam, justamente para quem não renunciava à perspectiva histórica de tais mudanças, a uma revalorização da “paciência do Conceito” (Hegel), que o mesmo é dizer, a uma valorização da História em detrimento do exclusivismo da Teoria, que revelara os seus limites enquanto chave das portas do futuro. A arrogância teórica de referência marxista marcara bastante a geração de 68, nomeadamente por via de Althusser e das leituras maoístas que dele se faziam. Em reacção, cultural e também política, os anos 80 conheceram a voga, que começou por se reclamar da crítica de E.P.Thompson a Althusser, da crítica da “miséria da teoria”, título dum livro do primeiro. Seguiu-se a revalorização do empírico, o local contraposto ao estatal e ao global, o repúdio da história política, finalmente a recusa, por determinista senão teleológica (e teológica), de possibilidades de interpretação referidas a qualquer “sentido da História”. Afinal, a recusa da história política e social de influência marxista não era senão o preliminar do regresso da história política convencional, sem ocultar o seu objectivo político conservador.

Creio que a dupla influência italiana e alemã me poupou um certo número de dilemas e falsas questões, sem por outro lado inibir (antes pelo contrário) o acesso a muita investigação inovadora que recusava as alternativas história política - história social, história das ideias versus história económica, história “de cima” versus “de baixo”. Afinal, na RDA, a primeira grande “História da vida quotidiana”, em cinco volumes, foi obra do Nestor da historiografia marxista no país, Juergen Kuczinsky³. As lições de história da república de Weimar e do nazismo pelo Prof. Pätzold foram importantes sobretudo pela compreensão que proporcionavam das revoluções e dos processos contra-revolucionários, do entrelaçamento entre processos sociais e acção dos protagonistas individuais e colectivos, das raízes sociais e culturais do nazismo e da sua viabilização histórica. Por outro lado, a continuação do estudo da história da IC permitia aprofundar a dinâmica das relações entre processos nacionais e internacionais (já presente no meu texto de 1980), de um modo que impedia aceitar as versões da história do comunismo mundial como títere de Stalin.

Embora não tenha ainda tido oportunidade de voltar a abordar em profundidade a história da Internacional Comunista, cuja historiografia se encontra em permanente renovação e

³ Juergen Kuczinsky, *Geschichte des Alltags des Deutschen Volkes*, 5 vols, Berlin, Akademie, 1980-82.

discussão, não quis deixar de integrar na colectânea pelo menos um testemunho mais actualizado do meu acompanhamento do tema. É o que tento fazer com o texto II-2, comunicação apresentada em 2011 a um colóquio do Instituto de História Contemporânea da UNL, na qual dou conta de alguma da investigação recente em língua russa sobre o tema “Fascismo e Comintern”.

Como julgo que será visível em vários dos artigos, a perspectiva biográfica é uma das que continuam a parecer-me de maior interesse em História. Os textos que compõem a parte III debruçam-se sobre a problemática do comunismo internacional e do antifascismo através de três figuras: Clara Zetkin (texto III-1), Bukharin (III-2) e Maurice Thorez (III-3). O texto sobre Clara Zetkin concretiza, através da respectiva biografia, os problemas e experiências dum período de transição na história mundial como foi o da viragem para o século XX, do mesmo passo iluminando as raízes da “época dos fascismos”, e também do antifascismo, que foi o período de entre-guerras.

O artigo acerca de Bukharin, personalidade importante não só na história soviética mas também como teórico marxista e líder do Comintern nos anos 1926-1928, inseriu-se na busca de alternativas históricas ao estalinismo dentro da tradição comunista. Essa busca, que produziu trabalhos de grande valor de que é justo destacar a biografia do americano Stephen Cohen, teve um momento de intensificação na primeira fase da *perestroika*, que já ia a caminho do fim em 1990, quando o meu artigo saiu. Pode questionar-se a pertinência da relação entre a obra de Bukharin e o problema do antifascismo, na medida em que o VII Congresso da IC e o desenvolvimento da estratégia antifascista coincidem com o declínio do seu protagonismo político. Porém, não só o teor dos seus escritos e discursos sobre a cultura na última fase da vida se inserem perfeitamente no contexto do antifascismo, como é o próprio núcleo da sua elaboração política no período da NEP que influenciou directamente a formação da teoria de Gramsci do “bloco histórico” e o pensamento de um teórico e prático do antifascismo comunista como foi Palmiro Togliatti⁴.

O artigo sobre Maurice Thorez (texto III-3), de 2001, nasceu por acaso, do pedido pela *Análise Social* de uma recensão, que acabaria por ganhar maiores dimensões. Penso que

⁴ Em relação a Gramsci este tópico foi aprofundadamente tratado por Leonardo Paggi, *Le strategie del potere in Gramsci*, Roma, Editori Riuniti, 1984.

se justifica a inclusão pela importância que Thorez teve na época das Frentes Populares, central no conjunto da minha investigação. Mas também porque, fazendo-se no artigo referência às suas raízes familiares e políticas no princípio do século, e por outro lado à sua acção no pós-guerra, abarca-se um arco histórico mais amplo, que pode ser posto em paralelo com o meu artigo de síntese da história do PCP.

Não incluí um outro desenvolvido artigo biográfico sobre Rosa Luxemburg porque, embora fundadora do Partido Comunista da Alemanha, a sua morte prematura fez com que praticamente não chegasse a pertencer ao universo da III Internacional. Com alguma pena tive ainda de excluir - por razões de espaço e de estilo - artigos de divulgação que no entanto implicaram bastante estudo, como os que publiquei no *Caderno Vermelho*, nomeadamente “Dimitrov, 1935”, de 2005, “A experiência de Weimar. O *socialfascismo* e as lições da História”, de 2007, e “Nos 120 anos da II Internacional e 90 anos da Internacional Comunista”, de 2009.

A tarefa que me propusera era porém a de fazer história do PCP, centrada no período da ditadura militar e da formação do “Estado Novo”. Existiam algumas fontes de imprensa, nomeadamente, quanto ao movimento operário, do período anterior à ilegalização dos sindicatos. Tive a possibilidade de aceder, ainda antes da sua disponibilização pública, ao arquivo da PIDE. Foi fácil perceber a extraordinária massa de informação que, sobretudo a partir da constituição em 1931 da “Secção política e social” da Polícia de Informação, dedicada à perseguição prioritária de comunistas e anarquistas, esse arquivo continha. Bastante mais difícil era orientarmo-nos nele, dado que tudo o que se encontrava sistematizado passava pela análise dos processos individuais de milhares de presos, inclusive a descoberta dos milhares de panfletos, jornais ilegais e folhas de agitação editados nesses anos. Outra dificuldade consistia na integração entre os diversos níveis de história que era necessário fazer, se não queríamos perder-nos nos múltiplos episódios da história de vida dos presos, mas antes contribuir para a explicação da implantação do comunismo como corrente predominante no movimento operário português e motor da oposição antifascista. O estado da historiografia existente sobre a época, nomeadamente antes do aparecimento das obras de Fernando Rosas, não facilitava a tarefa.

Apesar dessas dificuldades, apresentei em 1981, no Colóquio sobre o movimento operário em Portugal promovido pelo Gabinete de Investigações Sociais, a comunicação

com o título rebarbativo “Sobre Alguns Aspectos da Evolução Política do PCP após a Reorganização de 1929 (1931-33) ” (texto VI-5). Visto de hoje, é claro que o texto reflecte uma ambição explicativa que ultrapassava os meios disponíveis, além de pôr o acento na questão da “definição estratégica”, dalgum modo subalternizando as curiosidades biográficas e evenemenciais, remetidas para longas notas, que pelo contrário foram o que interessou o público. A questão central colocada nesse artigo é a de averiguar os efeitos da recepção em Portugal das orientações da Internacional Comunista na conjuntura em que ocorre a reorganização de 1929, e a conclusão é que esses efeitos, sendo importantes, são muito diferentes dos que a leitura literal dos documentos políticos faria supor.

Algum tempo depois, a convite de Fernando Rosas, publiquei no *Diário de Notícias*, a propósito do 18 de Janeiro de 1934, um artigo que – apesar das limitações inerentes ao tipo de publicação –, avançava no sentido da integração e da explicação, e que por isso, embora ultrapassado, incluo nesta colectânea (texto VI-7).

A partir da segunda metade dos anos 80, em relação com novos encargos de ensino, a minha atenção virou-se mais para as questões da formação e natureza do “Estado Novo”, que sempre considerara essenciais no conjunto do projecto e que nessa altura, sobretudo a partir do Colóquio internacional *O Estado Novo das origens ao fim da autarcia*, registam um grande impulso. Apresentei a esse colóquio uma comunicação acerca da visão da diplomacia britânica sobre a formação do “Estado Novo”, mostrando que alguns dos critérios de interpretação por ela utilizados deviam ser valorizados pela historiografia, e a relevância que isso tinha para a questão da classificação do salazarismo como fascismo (texto V-2)⁵. Sobre o mesmo colóquio publiquei no primeiro número da nova série da *Vértice*, renascida em 1988, uma longa recensão aos dois volumes de actas então vindos a lume, em que de novo retomava a questão fascismo-Estado Novo, no plano da comparação internacional (texto V-1). Vários dos textos que, entre 1988 e 1993, publiquei na *Vértice*, relacionam-se com o tema do salazarismo e dos fascismos,

⁵ Mais recentemente, Manuel Villaverde Cabral utilizou a mesma base documental num estudo de teor mais amplo que, quanto a este assunto, converge inteiramente com as minhas conclusões: cf. “Dependência externa e autonomia na política portuguesa: atitudes e comportamentos do *Foreign Office* perante a ascensão do autoritarismo em Portugal”, in Manuel Villaverde Cabral *et alii* (orgs.), Portugal: uma democracia em construção. Ensaios de homenagem a David B. Goldey, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, pp. 121-140. Ver especialmente o capítulo “uma antropologia política do Foreign Office”, pp. 122-132.

integrando a parte V da presente compilação. É o caso das resenhas às obras de D.L. Raby sobre a resistência antifascista em Portugal (texto V-3), e de Douglas Wheeler sobre a ditadura militar (texto V-4), bem como da Introdução ao número sobre “Salazar e os fascismos”, por ocasião do centenário de Salazar, que então coordenei (texto V-5)⁶, e bem assim do comentário ao volume de Reinhard Kuehnl (que preparei em conjunto com Ana Calapez Gomes, sendo no entanto a redacção final da minha autoria, texto V-6). Foi, se não erro, uma das poucas intervenções historiográficas no nosso meio sobre a então candente “Historikerstreit” (“polémica dos historiadores”), que se viria a revelar anunciadora não só de outros debates como de alguns dos mais agudos problemas políticos e ideológicos da actualidade. Ainda dentro do tema salazarismo-fascismo, integra-se também na parte V um estudo escrito mais recentemente, inicialmente redigido como Parecer para a edição do livro de Mario Ivani “Esportare il fascismo”, e depois publicado como resenha a este (V-7). Poderá criticar-se o facto de não ter tido em conta, no comentário a este livro, a *História da PIDE* de Irene Pimentel⁷. A verdade é que, no momento de escrever o meu texto, não conhecia essa tese, cujo âmbito cronológico é de qualquer modo posterior ao considerado no livro de Mario Ivani.

O dobrar da década de 80 foi como é sabido uma grande viragem na história mundial, com o chamado “fim da guerra fria” – na realidade apenas o princípio, ou então um salto (ou sobre ou para o abismo), no processo duma grande viragem histórica, como hoje se percebe mais claramente. No que diz respeito à historiografia do comunismo, a conjuntura de então representou um impulso à renovação dos estudos e à reavaliação de momentos ou personalidades esquecidas da História, em que os historiadores soviéticos também participaram. O meu texto de síntese sobre Bukharin insere-se nessa corrente.

⁶ A perspectiva de análise do salazarismo em relação com a formação ideológica do seu principal expoente foi sistematicamente trabalhada por Valentim Alexandre no importante *O Roubo das Almas. Salazar, a Igreja e os totalitarismos 1930-1939* (Lisboa, Dom Quixote, 2006), que sublinha a identidade católica num sentido contrário à integração do salazarismo nos fascismos. Curiosamente, em ensaio mais recente sobre “A evolução ideológica de Salazar: do primado do espiritual ao primado do político” (in Carlos Gaspar *et alii*, *Estado, regimes e revoluções. Estudos em homenagem a Manuel de Lucena*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012, pp. 611-628), o mesmo autor retoma a questão em termos que o aproximam dessa integração, ao pôr em relevo a pertença do catolicismo integrista ao universo da reacção anti-liberal e anti-democrática e o modo como o factor ideológico influenciou na condução da política externa e na “neutralidade geométrica” dos anos centrais da II Guerra mundial.

⁷ Irene Flunser Pimentel, *A História da PIDE*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2007.

Para a investigação, o mais importante foi, em 1992, a abertura dos arquivos da ex-União Soviética. Entre 1993 e 1996, visitei por quatro vezes a Rússia, em estadas de certa duração, e pude realizar investigação nos arquivos do Comintern, em Moscovo, pertencentes ao Centro russo de estudo e pesquisa de documentos de história contemporânea, hoje Arquivo de História política e social da Federação Russa. Foi a oportunidade de recomeçar o estudo sistemático dos documentos do PCP, que aí se encontram em grande número, e sobretudo de abordar as relações entre o Partido e o “centro”, i.e. o Comintern. Anteriormente ao início dessa investigação, em 1992, participei em Amesterdão, em Outubro de 1992, na conferência internacional sobre história do Comintern (“*The Communist International and its national sections*”) organizada pelo Instituto Internacional de História Social, com a comunicação “The Portuguese Communist Party and the Comintern” (texto IV-1). Hesitei em incluir este texto dado que as indicações sobre bibliografia e fontes dele constantes se acham, como é natural, ultrapassadas. Resolvi porém mantê-lo por ser o mais completo em relação à primeira fase da existência do PCP, os anos vinte.

Outras duas sínteses mais amplas da história do PCP são incluídas na secção IV. O texto IV-2 resume a história do partido durante o “Estado Novo”, tendo sido escrito em 1996 para o *Dicionário* dirigido por F. Rosas e Brandão de Brito. Nele tentei entender a lógica da “estratégia cunhalista”, que me parece muito coerente, e pô-la em relação com as suas condições de emergência e com as suas consequências após o 25 de Abril. Mas uma grande parte do texto é dedicada ao período da reorganização de 1929.

O texto IV-3, escrito mais recentemente para o *Dicionário da I República e do Republicanismo*, aborda o comunismo português na sua relação com a República e o republicanismo no sentido mais amplo, cobrindo um arco cronológico que vem até aos nossos dias.

Dois anos depois do congresso de Amesterdão realizou-se em Moscovo, por iniciativa do mesmo Instituto Internacional de História Social, uma nova conferência sobre o tema, agora visando a apresentação dos resultados obtidos com a abertura dos arquivos soviéticos. A minha comunicação foi publicada, em francês, no volume de actas intitulado *Centre and Periphery. The History of the Comintern in The Light of New Documents*, e depois traduzida em português, numa versão ligeiramente remodelada e

abreviada, na revista *História*, nº 17, de Fevereiro de 1996. Intitula-se “La formation de la stratégie antifasciste du Parti Communiste Portugais” (texto VI-9). Trata-se de um trabalho minucioso, essencialmente centrado na análise dos próprios documentos da época, de história política em sentido estrito, i.e. que nada contém de história social. É no entanto o trabalho que mais aprofunda a colocação do problema que colocáramos no centro da investigação, quer dizer, a relação entre o *Estado Novo*, como resposta burguesa a um certo nível da luta de classes, e a remodelação estratégica do PCP impulsionada por Bento Gonçalves, no contexto da passagem da IC à política das Frentes Populares.

A figura intelectual e política de Bento Gonçalves tem continuado a ocupar-me. Em 2011 apresentei na conferência de Londres da revista *Historical Materialism* uma comunicação de natureza biográfica, que permanece inédita. Mais recentemente, tratei a figura e o pensamento de Bento Gonçalves em conjunto (e em contraste) com a figura e as ideias de Carlos Rates, em comunicação à conferência internacional sobre o pensamento de Lenin realizada em Wuhan, China. Trata-se do texto VI-2, sob o título “Lenin’s reception in Portugal in the twenties and thirties: from Carlos Rates to Bento Gonçalves”. Também são dedicados a Bento Gonçalves os textos VI-3 e VI-4, o primeiro dos quais com carácter de síntese biográfica. É também uma síntese biográfica o texto VI-1, sobre José Carlos Rates. Texto breve, o que foi imposto pelos limites de espaço do *Dicionário* a que se destinava, assenta no entanto no estudo de praticamente a totalidade dos escritos políticos de Rates conhecidos. Há, inevitavelmente, entre estes três textos, repetições e sobreposições. Mas há também complementaridades, o que me inibiu de excluir qualquer deles.

A participação em conferências internacionais, bem como a realização em 1996 no ISCTE da conferência internacional *60 anos das Frentes Populares*, permitiu intensificar o contacto com investigadores estrangeiros. Daí resultou o convite para escrever numa das revistas nascidas como fruto da abertura dos arquivos soviéticos, o anuário *Jahrbuch für Historische Kommunismusforschung*, então ligado à Universidade de Mannheim. No número de 1996 publiquei um artigo biográfico sobre o checo Bernard Freund (René), que no princípio dos anos 30 foi em Portugal o impulsionador e organizador da Juventude Comunista (FJCP). É o texto VI-6 desta compilação.

Ainda como síntese biográfica, inclui-se o texto (VI-8) sobre Francisco de Paula Oliveira (“Pavel”), que beneficiou de informações recolhidas no arquivo do Comintern.

Falta referir três textos na secção “Figuras e problemas da história do PCP”. Com os números VI-12 e VI-13 inclui-se a recensão crítica a um livro de Carlos Gaspar e Vasco Rato e a tréplica à resposta do primeiro. Trata-se de textos em que a história se cruza com o debate ideológico, mas que julguei lícito incluir por terem implicado uma reflexão sobre a relação entre o presente e o passado do PCP.

Muito mais recente é o texto (VI-10) da minha intervenção de 2013, na Universidade de Paris VIII, sobre o PCP e a Frente Popular Portuguesa no exílio nos anos 1936-39. Texto ainda inédito, julgo que complementa os artigos sobre o período imediatamente anterior.

No domínio da biografia, só recentemente me comecei a ocupar de Álvaro Cunhal, a partir de uma comunicação a um congresso em Nova Delhi (texto VI-11), de que partiram as reflexões do artigo “Ética, vontade e política. Os anos de aprendizagem de Álvaro Cunhal”, publicado em português e em italiano (texto VII-3) e aqui incluído na secção “comunismo, antifascismo e intelectuais”.

Os textos desta última parte, produzidos em circunstâncias diferentes entre 1990 e 2009, debruçam-se sobre a questão dos intelectuais, em particular com referências ao neo-realismo. O último (VII-4), intervenção num colóquio em Atenas que tinha um âmbito genérico e participantes com interesses diversos, é uma apresentação sintética que, na versão publicada, se aproveitou para integrar um recenseamento bibliográfico quanto possível exaustivo. Muito mais antiga é a crítica que fiz a um interessante estudo de António Pedro Pita sobre “O marxismo e os intelectuais portugueses” (texto VII-2, anexo). Embora sumária, foi a minha primeira abordagem da questão política dos intelectuais, relevante no conjunto do projecto.

Deixei para o fim a menção ao ensaio que abre a colectânea (texto I), cuja inclusão pode à primeira vista parecer extravagante. “O *Manifesto* no limiar do século XXI”, escrito no final do século XX a propósito dos 150 anos do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, tenta uma relação entre as ideias do panfleto de 1848 e a história do movimento operário ao longo do século e meio decorrido posteriormente e relaciona-se directamente

com o título da primeira versão desta compilação: *De Marx ao antifascismo* sinalizaria os limites temático-cronológicos dos trabalhos reunidos (na presente versão, todos os textos à excepção deste respeitam ao século XX), mas apontava também para o problema central, que é o fio condutor que os une. Marx é o grande teórico da luta de classes no capitalismo, mas o antagonismo fascismo-antifascismo recoloca ao nível político os termos da luta de classes, em termos tais que ela não se esgota na oposição capital-trabalho. Esse é um dos problemas centrais que o comunismo (aqui usado no duplo sentido de movimento inspirado no *Manifesto* de Marx e Engels e de conjunto de partidos que integraram a Internacional Comunista após 1919), ao pretender “actualizar” a revolução proletária, teve de tentar resolver.

Uma última nota, sobre metodologia de indicação das fontes e referências bibliográficas. Notar-se-á que não sigo um critério uniforme, porque mantive o sistema adoptado na publicação originária, de maneira que em alguns trabalhos existem notas de rodapé, ao passo que noutros, geralmente mais recentes, sigo o sistema das referências no final, com remissão no texto entre parênteses. Noutros casos, como os os artigos de dicionários, há naturalmente apenas limitadas indicações bibliográficas no final. Também em publicações de divulgação não houve cuidados especiais com a indicação das fontes, mencionando-se apenas no final do texto a bibliografia consultada.

2. Sobre Fortuna e malogro em História⁸.

Para Maquiavel, a fortuna “aparece no curso dos actos humanos como o acaso, o inesperado, o que escapa ao cálculo e à previsão, a indeterminação do mundo, a força de oposição, o obstáculo a ser transposto, a marginalidade incontrolável a cujos golpes é importante saber escapar” (Nedel, 37). Na síntese de Horkheimer, “tudo o que não depende da vontade dos homens” (*ibidem*).

Segundo os autores latinos, em que o escritor florentino tanto se inspirou, a Fortuna era deusa ou feiticeira, em todo o caso mulher, caprichosa e imprevisível. Maquiavel julga

⁸ Reproduzo nesta parte da Introdução, com alterações de pormenor, o conteúdo do artigo “Fortuna e malogro na história do PCP (SPIC), 1921-43. Alguns tópicos”, publicado no volume *Metamorfozes da Cultura. Estudos em Homenagem a Maria Carlos Radich*, Lisboa, CEHC, 2013.

que “a fortuna cega os ânimos dos homens quando não quer que eles se oponham aos seus desígnios” (Machiavelli 1971, 245), mas ao mesmo tempo recusa a ideia de que o acaso ou a Providência governem de tal modo os acontecimentos que os homens não possam senão submeter-se a eles. Como a corrente violenta de um rio transbordante, a fortuna “exerce a sua potência onde falta a *virtù* ordenada para lhe resistir e volta os seus ímpetos para onde sabe que não foram feitos os diques e barreiras capazes de a conter” (Machiavelli 1961, 92). Mas, como “senhores do livre arbítrio”, os homens podem enfrentar a fortuna e até “seduzi-la”, desde que sejam capazes de “*virtù*”. O conceito de *virtù* é central em Maquiavel, ao ponto de se poder afirmar que “o problema do *Príncipe* se coloca, inicialmente, como problema da força da *virtù* e da força da fortuna” (Sasso, 31). Aquela não é simplesmente a virtude no sentido de conformidade a princípios morais, mas sim “capacidade de resistir ao que é indeterminado e tenebroso na vida, evidenciando o poder e a autonomia do homem” (Nedel, 42), isto é, a combinação de razão e vontade capaz de produzir acção eficaz. É requisito essencial de *virtù*, para o *príncipe* (o chefe político) a capacidade de adequar a conduta às circunstâncias do tempo. A falta dessa capacidade de enfrentar e dominar a fortuna é que representa o malogro. Mas, para Maquiavel, a questão não se põe apenas para o político individualmente considerado: “Para que uma cidade alcance a grandeza, é mister que o corpo de cidadãos em seu conjunto tenha *virtù*” (*ibidem*, 43).

No desenvolvimento do nosso estudo sobre *a formação do antifascismo em Portugal: o PCP e a Internacional Comunista 1921-1939*, a reflexão sobre estes temas foi essencialmente mediada pela leitura da obra de Antonio Gramsci, em particular dos *Quaderni del Carcere*, e especialmente do Caderno 13, *Noterelle sulla politica del Machiavelli*. A escolha deste autor como principal fonte de análise teórica impôs-se por si mesma. Com efeito, o trabalho de Gramsci coloca-se, no dizer de Hobsbawm, como a primeira tentativa sistemática de *ciência da política* em perspectiva marxista⁹. E esse trabalho foi desenvolvido a partir de uma experiência de vida indissociável da fortuna e dos malogros do movimento comunista italiano e internacional, de que Gramsci foi dirigente. É a partir da experiência do malogro colectivo (e do infortúnio individual dos

⁹ “Gramsci’s major contribution to Marxism is to have pioneered a Marxist theory of politics” (“Gramsci”, in Hobsbawm, 319).

últimos onze anos de vida em situação prisional) que o dirigente do PCI e da IC tenta elaborar o que podemos considerar uma teoria da *virtù* para o “príncipe moderno”. Este, nas condições da sociedade contemporânea, “só pode ser um organismo”, o partido político (Gramsci, 16).

Mais exactamente, poder-se-á dizer que o ponto de partida da reflexão do Gramsci da maturidade é a experiência de um duplo fracasso: o do movimento operário socialista e anarco-sindicalista, que no princípio do século XX se afirmava como alternativa ao capitalismo e demonstrara a sua impotência perante a crise aberta pela I Guerra mundial; e o da “revolução mundial”, projectada pelo movimento comunista nascido do impacto da Revolução russa de 1917 como tentativa de superação do impasse socialista e anarquista. Na base de uma formação filosófica alicerçada no idealismo crítico e na recusa do mecanicismo, Gramsci vê a raiz comum de ambos os fracassos na prevalência, no seio do movimento operário e nas interpretações dominantes do marxismo, de formas de “espontaneísmo” e de “economicismo”, que concebiam a Revolução social como momento de Revelação e decisão resultante automaticamente das contradições do capitalismo. Em suma, e retomando a linguagem de Maquiavel, formas de abandono à Providência ou à Fortuna que, ou ignoravam o papel da vontade humana na conformação dos acontecimentos, ou a viam como impulso (caso do mito soreliano da “greve geral” ou do “esquerdismo” no movimento comunista), cujas condições de emergência e duração histórica não eram equacionadas.

Gramsci segue rigorosamente a impositação maquiaveliana ao assumir como parâmetro a “*realtà effettuale*”, a realidade efectiva das coisas, e não a mera formulação de desígnios ideais, mas logo interroga: “o que é esta realidade efectiva?” E responde: “Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e actantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efectiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso).” (Gramsci, 35).

Pilar da análise gramsciana é assim a afirmação do *leninismo*, enquanto crítica do “economicismo” e teoria da organização dos factores subjectivos (concepção do partido e das alianças de classes) na mudança histórica. Simultaneamente, Gramsci retoma o apelo de Maquiavel a “mudar em função das circunstâncias” e equaciona-o, não só no plano

temporal mas também no espacial, através da famosa distinção entre “Oriente” (onde a revolução vencera, na Rússia) e “Ocidente” (os países da Europa ocidental onde as tentativas de revolução socialista do primeiro pós-guerra falharam). De notar que esta distinção é mais uma sugestão analítica do que uma rígida distinção tipológica, já que em todas as sociedades se encontram elementos de “Oriente” e de “Ocidente” e é na ponderação adequada desses elementos que se encontra o critério da acção política eficaz. De qualquer modo, a tentativa de definir o problema da revolução no “Ocidente” leva-o a um grande aprofundamento da noção de *hegemonia*, parte do património teórico do movimento socialista desenvolvida por Lenin a propósito dos papéis respectivos do proletariado e do campesinato na revolução russa. Gramsci mostra como o longo processo histórico de urbanização e desenvolvimento capitalista, no Ocidente, engendrou estruturas sociais mais complexas e diversificadas do que na Rússia, estruturas em cujo funcionamento as “superestruturas” políticas e ideológicas – através dos sindicatos, dos partidos, das associações, dos municípios, da imprensa, da escola, das igrejas, do serviço militar, etc. – são parte orgânica do conjunto da vida económico-social, em termos tais que a polarização do conflito económico de classes deixa de poder ser imediatamente percebida em termos ideológicos e de organização política. Nestas condições, a construção de alianças de classes para a revolução social não pode esgotar-se (como em certa medida sucedeu na revolução russa) na capacidade do partido socialista para dirigir o proletariado e arrastar a maioria da população camponesa através de um objectivo transitório como a partilha das terras. A conquista da *hegemonia* (da capacidade de dirigir a sociedade) implica um processo muito mais dilatado e complexo, que tem de ter em conta a heterogeneidade da estrutura social, a especificidade e as “combinações” das superestruturas nos próprios modos de constituição e identificação das classes sociais. O teórico comunista italiano, inspirando-se na experiência das políticas de “frente única” da Internacional Comunista na primeira metade dos anos 20 (de que fora protagonista) e nas elaborações de Lenin acerca da NEP, comparou a inovação estratégica que propunha à passagem, na I Guerra mundial, da “guerra de movimento” à “guerra de posições”. A proposta gramsciana de construção de *hegemonia*, no sentido de “d direcção intelectual e moral” da sociedade, implicava conceder uma particular atenção e relevo à questão dos “intelectuais” – parte integrante da tradição política socialista e comunista, mas até então

vista essencialmente sob o prisma da relação com as “classes médias”. Considerando como *intelectuais* não apenas aqueles que exercem uma actividade de natureza intelectual, mas todos aqueles que desempenham “funções de organização” nos mais diversos domínios, Gramsci vê nos intelectuais um “tecido conectivo” da vida social. A formação de “intelectuais orgânicos” da classe que aspira à hegemonia e do próprio partido comunista como *intelectual colectivo* são assim componentes essenciais da sua proposta.

Não cabe neste texto fazer um resumo de todos os aspectos em que se desdobra a reflexão gramsciana, aqui referida apenas na medida em que os conceitos que produziu permitiram orientar aspectos da nossa investigação sobre o PCP e a IC e podem servir para responder à indagação sobre “êxito e malogro” na história do PCP nos anos em que foi a “secção portuguesa da Internacional Comunista”.

Deste prisma, são de salientar ainda dois aspectos.

A perspectiva gramsciana implicava uma “nacionalização” analítica e estratégica, que de algum modo a distanciava do programa da “revolução mundial”, como fora concebido nos primeiros anos de existência da IC e dos partidos comunistas. Isto mesmo foi por ele sublinhado, ao distinguir entre o “ponto de partida” (e o terreno de acção principal) nacional e a “perspectiva internacional”.

Um segundo aspecto, ligado a esta mesma “nacionalização”, é que, sendo o objectivo da análise política o conhecimento da “realidade efetiva das coisas” no sentido de a transformar, tal análise não pode nunca perder de vista nem subalternizar a compreensão do “outro lado”, quer dizer, do modo como se organizam e governam as classes e as forças políticas dominantes a que a “força progressista” se opõe. Daqui o largo espaço que ocupam, nos *Quaderni del Carcere*, por um lado as considerações históricas acerca do “transformismo” - como método de governo da classe dirigente italiana que lhe permitiu dividir as classes populares e absorver uma parte da contestação social e política -, por outro a análise do fascismo e a avaliação realista da sua capacidade de sobrevivência. A categoria de *revolução passiva*, encarada como metodologia política da conservação de um sistema económico-social através de transformações tendentes a absorver o impacto de uma nova força social ascendente, ao mesmo tempo que se procura

liquidá-la como alternativa histórica, foi neste aspecto a criação mais importante do aparelho conceptual dos *Quaderni*.

Antonio Gramsci morre de doença em 1937, após mais de dez anos de cárcere. Se algum balanço de vida pensou então fazer, só poderia ser o do completo malogro, quer em termos de felicidade pessoal e familiar, quer da causa política a que dedicou toda a vida, quer mesmo da recepção da sua obra, incompleta, esparsa e sujeita a ser destruída pelos próprios carcereiros ou a permanecer simplesmente ignorada.

Dez anos passados, algum tempo depois do fim da II Guerra mundial, as *Lettere dal Carcere* (a sua correspondência da prisão) encontravam-se publicadas e recebiam um dos mais importantes prémios literários italianos; os volumes dos *Quaderni* estavam no prelo. O Partido Comunista Italiano, um dos mais importantes em termos eleitorais, fazia parte do governo e da Assembleia Constituinte, contribuíra decisivamente para o fim da monarquia e o advento da República e tinha papel decisivo no estabelecimento da nova Constituição. Por algumas décadas, a expansão do marxismo cresceria entre os intelectuais italianos, como em muitos países europeus, ao ponto de vir a ganhar influência cultural *hegemónica* – um dos factores de relevo nos grandes avanços democráticos e sociais das sociedades europeias até à década de 70 do século passado.

Já Anísio Boécio, escritor cristão do século V, achava que a Fortuna, “aos homens, quando os contraria, lhes é mais proveitosa do que quando os favorece.” (Nedel, 38).

Expusemos com demora algumas das categorias principais do pensamento gramsciano com o objectivo de definir critérios interpretativos para responder à pergunta sobre “êxito e malogro” na história do PCP enquanto secção portuguesa da Internacional Comunista, quer dizer, da sua fundação em 1921, a 1943.

O primeiro aspecto a notar a este respeito é que – diversamente do que acontecera dois anos antes com o nascimento da organização comunista que o precedeu, a Federação Maximalista Portuguesa -, quando o PCP se constituiu, em Março de 1921, é já a experiência de um malogro a principal determinante da sua formação. O malogro do movimento grevista do pós-guerra, a constatação da insuficiência dos organismos operários existentes para a realização da revolução social e mesmo para a conservação das conquistas sociais alcançadas, a experiência da ofensiva patronal e da ameaça de

liquidação das liberdades políticas. Tudo isto no quadro do malogro – encarado embora como temporário - das grandes expectativas de revolução europeia e mundial que se tinham seguido à revolução de Outubro na Rússia, ao fim da Guerra, à revolução alemã e ao fim dos impérios na Europa.

Na história do PCP durante a I República, merecem uma atenção especial os anos da crise final do regime republicano (1923-26), que quase coincidem com a liderança de José Carlos Rates no Partido. Rates foi sem dúvida um dos mais cultos dirigentes operários em Portugal e dos que mais cedo e melhor intuíram a necessidade de uma intervenção política do movimento operário, bem como a ameaça pendente sobre as liberdades republicanas. A sua personalidade eclética e ambiciosa absorveu fontes de informação muito diversas. Entre elas, a leitura de Sorel, combinada com a voga cultural de derivação nietzscheana, desempenhou um papel formador, mas desde cedo se combinou com uma tendência reformista, que o aproximou do Partido Socialista e de certas lideranças republicanas (Lopes, 351 sgs. e *passim*). A sua adesão ao comunismo transporta um marcado individualismo e espírito de caudilho, que é facilitado pela fraca preparação cultural dos militantes. Embora consciente da necessidade de conquistar a maioria camponesa do país, encara-a de forma essencialmente autoritária e manipulatória, o que explica o comprometimento do PCP em esquemas putschistas, bem como a leviandade com que foi encarada a possibilidade de passagem de um governo dos radicais republicanos a uma revolução de hegemonia proletária (cf. Quintela; Pinto).

Em suma, pode fazer-se um balanço de essencial “malogro” em relação à intervenção política do PCP nos anos da I República. Dele deve ressaltar-se o início da intervenção sindical, através do movimento dos Partidários da Internacional Sindical Vermelha, que conquistam já nesta fase implantação, nomeadamente entre os trabalhadores marítimos e os arsenalistas, o estabelecimento de certas bases entre trabalhadores rurais, no Alentejo, e ainda a constituição de organizações periféricas como a “secção portuguesa do Socorro Vermelho Internacional”, de que alguns membros continuarão activos no período posterior. No seu conjunto, o PCP da I República não resistiu aos golpes da ditadura instaurada em 1926, apesar da participação activa de militantes comunistas nos movimentos revolucionários que, de 1927 a 1934, tentam derrubá-la.

Na avaliação deste período da história do PCP, temos presente o contexto internacional e a perspectiva comparada. Podendo afirmar-se que estes anos são, sem excepção, para os partidos comunistas europeus um período de formação e definição através de processos muito conturbados, o caso português é especificado por uma muito débil implantação nacional, a falta de um corte com tradições ideológicas e organizativas do anarco-sindicalismo e do republicanismo, a fraca assimilação do marxismo e do leninismo, e a superficial abordagem do problema do fascismo.

A reorganização do PCP em 1929, operando-se em plena passagem da ditadura militar ao fascismo salazarista (Cruz, 371) - “fascismo baptizado”, segundo o mesmo autor (idem, 376), ou “fascismo catedrático”, como foi mais recentemente classificado (Sousa 2011, Sousa 2011 a) -, sob uma repressão terrorista, que envolveu o malogro da vida pessoal de milhares de militantes operários, foi um processo contraditório, extraordinariamente difícil, e que ficou inacabado. É no entanto neste período, na primeira metade da década de 30, que, em grande parte devido à acção do secretário-geral do Partido, Bento Gonçalves, a assimilação do leninismo começa a ter lugar de uma forma sistemática, e com ela a colocação dos fundamentos ideológicos que permitirão ao PCP tornar-se ulteriormente a força dirigente do movimento operário e o principal dinamizador da Oposição antifascista.

A reorganização de 1929 situa-se em pleno no período da eclosão e desenvolvimento da grande crise económica mundial, que coincide na Internacional Comunista com a viragem do chamado “terceiro período” e a política “classe contra classe”, concomitantes da ascensão do fascismo na Europa que culmina, em 1933, no acesso do nazismo ao poder na Alemanha. Embora na sua origem organicamente desligada da intervenção do Comintern, é profundamente influenciada por este contexto internacional. Toda a intervenção de Bento Gonçalves é guiada pelo objectivo de recolher para o movimento comunista e operário português as lições do movimento operário internacional e superar os limites do “nosso tradicional lusitanismo”, conforme a sua expressão. Ao mesmo tempo, ela evidencia as contradições da estratégia “classe contra classe” e é um dos exemplos, no contexto europeu, das tensões que levaram, a partir de 1934, à sua superação e à adopção, no PCP como na IC, das políticas de Frente Popular.

Na evolução dos textos programáticos e dos modos de acção do Partido nestes anos, podem diagnosticar-se praticamente alguns dos problemas a que a elaboração de Gramsci procurava responder e, em particular nos escritos históricos e políticos de Bento Gonçalves, análises críticas e indicações estratégicas que iam no sentido da “guerra de posições” e da “conquista de hegemonia” preconizadas pelo pensador comunista italiano. Tal diz respeito, duma maneira geral, à crítica das tradições “subversivistas” e putschistas do movimento operário português, tanto no anarco-sindicalismo como entre os comunistas, aos programas de acção virados para a reorganização sindical e para o trabalho entre os camponeses, ou ainda à atenção prestada à questão dos intelectuais (Gonçalves, *passim*; Nunes 1999, 116-117).

São os anos do VII Congresso da IC, das Frentes Populares em todo o mundo e dos governos de Frente Popular em Espanha e França, do início da guerra civil de Espanha, e em Portugal da implementação das estruturas do *Estado Novo* e das suas organizações de massas, da organização da PVDE e do campo de concentração do Tarrafal, da decapitação do PCP com a prisão dos três membros do seu secretariado, incluindo Bento Gonçalves.

É também a época do nascimento do movimento *neo-realista*, que durante mais de um quarto de século dominará o panorama cultural português, e com o qual emerge para a actividade política e cívica uma geração que ficará duradouramente ligada à influência do PCP e do marxismo (Andrade; Nunes 2010). Duas figuras de intelectuais devem ser especialmente consideradas neste quadro.

A primeira é a do matemático Bento de Jesus Caraça, intelectual comunista cujo pensamento e intervenção se desenvolveram, desde o final da década de 20, em aparente independência de uma estrita disciplina organizativa partidária, oferecendo por isso elementos de continuidade teórica que se diferenciam da ruptura entre a política “classe contra classe” e a de Frente Popular (Caraça, *passim*).

A segunda é a do jovem Álvaro Cunhal, um dos intelectuais com participação de relevo nas origens do movimento neo-realista, que se definiu desde muito cedo como militante político e, sobretudo nesta qualidade, viria a exercer uma influência ímpar na história do comunismo português durante mais de meio século. Cunhal adere ao comunismo em pleno “terceiro período” da IC, mas participa em 1935 no VI Congresso da Internacional

Comunista da Juventude (realizado logo a seguir ao VII da IC) e – embora só mais tarde se torne de facto o líder do Partido – tem desde logo um papel muito importante na concepção e implementação da política de unidade democrática antifascista em Portugal, caracterizada por importantes particularidades em relação às políticas de Frente Popular noutros países (Pereira).

Retomando os critérios gramscianos, o que podemos dizer sobre êxito e malogro do comunismo português após a “reorganização de 1929”? Tal corresponde a saber em que medida foi eficaz contra os inimigos que definiu, o capitalismo e o fascismo salazarista.

A resposta não pode ser independente da avaliação do “êxito e malogro” do adversário. Em termos muito sumários, é possível dizer que o êxito de Salazar na formação de um bloco de poder que superava antigas contradições das classes dominantes e oferecia uma ampla plataforma de integração social e ideológica foi real (Rosas 1994, Rosas 2012). Combinado com uma repressão sistemática e implacável, foi capaz de derrotar as resistências republicanas e populares e o projecto de revolução social de que o movimento operário anarquista e comunista vinha animado, estabelecendo estruturas de poder que vieram a revelar-se duradouras.

A resposta quanto ao êxito e malogro do “comunismo do terceiro período” ou de “classe contra classe” é portanto – nacional como internacionalmente – no sentido do malogro, e desse malogro o movimento de 18 de Janeiro de 1934 em Portugal ficou como epítome e símbolo.

No entanto, este insucesso é indissociável das energias que a tradição de rebelião operária e o próprio extremismo do lema “classe contra classe” activaram, e que em parte se canalizaram para a participação nas revoltas militares contra a ditadura. Por outro lado, o esforço de Bento Gonçalves e de centenas de outros militantes, em que já se incluem intelectuais como Caraça, no sentido da apreensão e divulgação do marxismo e do leninismo, a implantação e activização de massas representada pela Comissão Inter-sindical (CIS), a atenção dada à questão camponesa e às próprias políticas desenvolvidas pela ditadura, o aprofundamento, em relação com a IC, como mostrámos (Nunes 1996), do problema das *etapas* da revolução, tudo isto são elementos, embora com limitada eficácia imediata, sem os quais seria impossível conceber a influência nacional que o PCP viria a exercer ulteriormente. Como escreveu Bento Gonçalves: “Antes de 1929,

quando as massas falavam de comunismo, referiam-se aos comunistas... franceses, por exemplo. Depois de 1929, referiam-se a nós.” (Gonçalves, 144).

Mas foi então a *revolução passiva* do fascismo salazarista a vencer duradouramente, e foi Salazar o “construtor de hegemonia” capaz de realizar um novo “bloco histórico” que assegurou a expansão das forças produtivas materiais e intelectuais no quadro do *Estado Novo*?

É certo que o salazarismo logrou, na base da repressão sistemática, da permanência do atraso cultural e da pobreza, assegurar possibilidades marginais de ulterior desenvolvimento dentro dos limites do modo de produção e do sistema de poder que consolidara. Mas tal sistema estava, na sua gênese e estrutura, como aliás Salazar na fase de ascensão repetidamente afirmou, vinculado à afirmação mundial das tendências e doutrinas que a II Guerra mundial derrotou (Loff). Embora adiado, o seu colapso em 1974 estava inscrito na lógica da evolução histórica.

Então houve ocasião de verificar a pertinência de uma das mais conhecidas observações de Gramsci: “O elemento decisivo de cada situação é a força permanentemente organizada e há muito tempo preparada, que se pode fazer avançar quando se julga que uma situação é favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e seja dotada de ardor combativo). Por isso, a tarefa essencial consiste em dedicar-se de modo sistemático e paciente a formar esta força, desenvolvê-la, torná-la cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si.” (Gramsci, 46).

O conjunto de transformações políticas e sociais realizadas em Portugal pela revolução de 1974-75, que tiveram a sua tradução na Constituição de 1976, têm as suas raízes na longa história da oposição antifascista, de que o PCP foi o principal organizador e protagonista. Como escrevia Maquiavel, “porque a fortuna é mulher (...) vê-se que mais se deixa vencer pelos impetuosos do que pelos que procedem friamente” (Machiavelli, 95).

REFERÊNCIAS

Andrade, Luís (2010), *Intelectuais, Utopia e Comunismo. A inscrição do marxismo na cultura portuguesa*, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa.

Caraça, Bento de Jesus (2002), *Cultura e Emancipação (1929-1933)*, Obra Integral, Edição crítica, vol. I, Campo das Letras, Porto.

Cruz, Manuel Braga da (1980), *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Presença/Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa.

Gonçalves, Bento (1976), *Os comunistas. Bento Gonçalves*, A opinião, Porto.

Gramsci, Antonio (2007), *Cadernos do cárcere* (vol.3: *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*), 3ªed., Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Hobsbawm, Eric (2011), *How to change the World*, Londres, Little Brown.

Loff, Manuel (2008), *“O Nosso Século é Fascista!” O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*, Campo das Letras, Porto.

Lopes, Sérgio (1979/80), *Idéologie et mouvements sociaux: Apport à l'étude des idéologies basé sur quelques aspects du mouvement ouvrier au Portugal (l'émergence du syndicalisme révolutionnaire et la Première République)*, doctorat de 3ème cycle de Sociologie, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris (dactilografado).

Machiavelli, Nicolò (1961), *Il Principe* (http://www.letteraturaitaliana.net/pdf/Volume_4/t324.pdf).

- (1971), *Discorsi sopra la prima Deca di Tito Lívio* (http://www.letteraturaitaliana.net/pdf/Volume_4/t91.pdf).

Nedel, José (1996), *Maquiavel. Conceção antropológica e ética*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Nunes, João Arsénio (1996), "A Formação da Estratégia Antifascista", in *História*, nº 17, Fevereiro de 1996.

- (1999), "Bento Gonçalves", in António Barreto/Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, Suplemento F/O, Figueirinhas, Porto.

- (2010) “The Portuguese Communist Party and the formation of antifascist culture and politics in Portugal (1926-1945)”, cap. 11 de Tina Mavrikos-Adamou (ed.), *Problems and Issues in International Relations*, ATINER, Atenas.

Pereira, José Pacheco (1999), *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política*, vol.I (1913-1941), Temas e Debates, Lisboa.

Pinto, Ana Catarina Simões Mendonça, *A luta de classes em Portugal (1919-1926). A esquerda republicana e o bloco radical*, tese de doutoramento, FCSH/UNL, Lisboa, 2015.

Quintela, João G.P. (1976), *Para a História do Movimento Comunista em Portugal*, Afrontamento, Porto.

Rosas, Fernando (1994), *O Estado Novo*, vol. VII da História de Portugal dirigida por José Matoso, Círculo de Leitores, Lisboa.

- (2012) *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*, Tinta-da-China, Lisboa.

Sasso, Gennaro (1964), *Il Pensiero politico di Niccolò Machiavelli*, ERI – Edizioni RAI Radiotelevisione Italiana, Turim.

Sousa, Jorge Pais de (2011), “O Estado Novo de Salazar como um fascismo catedrático: fundamentação histórica de uma categoria política”, in Carlos Cordeiro (coord.), *Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas*, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, Coimbra/Ponta Delgada.

- (2011a), *O Fascismo Catedrático de Salazar. Das Origens na I Guerra mundial à intervenção militar na guerra civil de Espanha*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

I – O problema geral

O *Manifesto* no limiar do século XXI

"Ele (Marx) ficará sempre o fundador
da ciência política moderna."

Joseph Schumpeter

"Cientificamente não se pode prever
senão a luta."

Antonio Gramsci

I

Os 150 anos do *Manifesto do Partido Comunista*, publicado pela primeira vez em Londres em Fevereiro de 1848, ocorrem no final de um século que as ideias e o programa nele expostos marcaram talvez mais do que quaisquer outros, e, ao mesmo tempo, numa conjuntura de inevitável perplexidade para quem *toma o partido* do comunismo. Tempo oportuno, portanto, para tentar um balanço e, do mesmo passo, tomar balanço: para os trabalhos do próximo século em qualquer caso.

Escrevendo a biografia de Marx na época da revolução russa de 1917, o grande Franz Mehring julgava que o *Manifesto* se enganara por prever para os meses ou anos imediatos à sua publicação a consumação da revolução comunista na Europa. Mas atenuava a crítica pela consideração de que o erro fora afinal apenas de cerca de setenta anos. Sem a possibilidade de uma consolação deste género, e passado mais de duas vezes setenta anos, estamos talvez em melhor posição para nos espantarmos com tudo aquilo em que este texto - "prodígio tanto de divulgação do saber como da arte de emocionar" (Claude Lefort) - permanece actual.

E o primeiro aspecto é este: numa época, como a actual, de exaltação das capacidades criativas do mercado capitalista e da sua globalização, o *Manifesto Comunista* apresenta-nos "um panegírico das realizações burguesas sem paralelo na literatura económica" (Schumpeter). Ponto de partida da história do capitalismo que nele

se faz é mesmo a *globalização* económica desencadeada com as descobertas da Índia e da América. A análise não se limita ao aspecto objectivo. São "novas necessidades" que se geram com a formação do mercado mundial e cuja satisfação se torna possível pelo "melhoramento infinito dos meios de comunicação." O capitalismo não pode existir sem um constante revolucionar dos meios de produção e, com eles, do conjunto das relações sociais. Mas é também uma nova, e revolucionária, psicologia social, que a expansão do modo de produção capitalista suscita: "tudo o que é sólido desfaz-se no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente compelidos a encarar sem ilusões as suas condições reais e as relações entre si".

Se o triunfo do capitalismo e da burguesia foram inevitáveis pela incapacidade do regime feudal de assegurar o desenvolvimento das forças produtivas, Marx julga ver na recorrência das crises de sobreprodução idêntica manifestação da incompatibilidade do regime capitalista com as forças produtivas que ele próprio libertou. O capitalismo é como o aprendiz de feiticeiro, e a revolta das forças que suscitou tem a sua personificação no proletariado, criação da indústria moderna.

A formação do sujeito revolucionário é portanto, neste esquema, o resultado necessário de uma evolução inevitável. Aliás, essa formação é concebida como resultado de um processo duplo: por um lado, da tendência à concentração física dos operários em fábricas de crescente dimensão e sua conseqüente união, em função da uniformidade tendencial das condições de vida e das possibilidades oferecidas pelos meios de comunicação. É um aspecto em que se traduz a *formação de poder* inerente à constituição do proletariado em classe. Por outro lado, o desenvolvimento da maquinização e inerente degradação do trabalho, a redução do salário implicada pela concorrência, as conseqüências das crises, o desemprego, traduzem-se na pauperização, na miséria crescente. A burguesia revela-se então "incapaz de assegurar a existência do escravo no quadro da sua escravatura", e com isso perde a capacidade de se impor como *norma social* - perde a capacidade de direcção e obtenção de consenso, conduzindo à revolta contra uma situação em que "a existência da burguesia deixou de ser compatível com a da sociedade".

Se a crescente contraposição e agudização da luta entre proletariado e burguesia é identificada com a revolução social - o movimento proletário é o "movimento espontâneo

da imensa maioria" - é porque o capitalismo "simplificou os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos inimigos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado."

Nestas condições, toda a política é essencialmente *expressão* de um processo de constituição de classes que decorre na esfera económica e lhe é imanente: a burguesia "apoderou-se da soberania política exclusiva (...) o governo moderno não é senão um comité que gere os assuntos comuns de toda a classe burguesa." Aliás, "toda a luta de classes é uma luta política", a organização do proletariado em classe identifica-se com a formação em partido político. Nesta lógica, também não surpreende considerar-se que os comunistas "não formam um partido distinto" e se caracterizam apenas pelo internacionalismo e por assumirem o ponto de vista "dos interesses do movimento na sua totalidade". As ideias comunistas não são então também senão *expressão* "de uma luta de classes existente, de um movimento histórico que se opera sob os nossos olhos." O próprio *internacionalismo* é visto no *Manifesto* como resultante, e subjectivação, de um movimento objectivo: "As demarcações e antagonismos nacionais entre os povos desaparecem já cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, a liberdade do comércio, o mercado mundial, a uniformidade da produção industrial e as condições de existência que implicam. O proletariado no poder fá-los-á desaparecer ainda mais."

Se a linha geral da interpretação e previsão do *Manifesto Comunista* é marcada, como vimos, por um essencial determinismo, também não são poucas as passagens em que o quadro se complexifica, e muito daquilo que hoje se aponta como realidades novas e desmentido das suas teses é expressamente encarado.

A "simplificação" dos antagonismos de classe é de facto apontada como característica do capitalismo. Mas, noutra passagem menos citada, não só se sublinha a persistência da pequena-burguesia nos países atrasados, como se diz que, nos países mais avançados, se formou "uma *nova* (itálico meu, JAN) classe de pequeno-burgueses". Embora tendendo para o desaparecimento "enquanto fracção autónoma da sociedade burguesa", os seus componentes "serão substituídos no comércio, na manufactura e na agricultura por contramestres e empregados".

Também a tendência à superação das barreiras nacionais é apontada como característica basilar do capitalismo, e postula-se que "os proletários não têm pátria". Mas

ao mesmo tempo considera-se que a *forma* nacional é aquela em que se desenvolve a constituição do proletariado e que o primeiro objectivo deste, com a conquista do poder, é "erigir-se em classe dirigente da nação, tornar-se ele próprio a nação".

Finalmente, enquanto programa de acção, o *Manifesto* elenca um conjunto de medidas para o futuro governo proletário que estão longe de qualquer ideia de mudança social instantânea e são pelo contrário definidas como "insuficientes e insustentáveis, mas que, no decurso do movimento, se ultrapassam a si mesmas". Trata-se fundamentalmente de medidas (como imposto progressivo, abolição da herança, nacionalização da banca, instrução gratuita) que, na expressão de Schumpeter, teriam a benção de um radical da classe média como John Stuart Mill. A ideia que a elas preside é a de abrir um processo, simultaneamente social e político, cujo curso não é predeterminado, que implica medidas "muito diferentes nos diferentes países", e cuja evolução dependerá das relações recíprocas das forças em presença. O capítulo conclusivo do *Manifesto* concretiza esta perspectiva, definindo uma política de alianças diversificadas, em função das situações, que tem como constante a ideia de que "os comunistas trabalham pela união e o entendimento dos partidos democráticos de todos os países".

II

Como apreciaremos as teses do *Manifesto* à luz da experiência contemporânea, numa situação em que o comunismo **não é** o "espectro que ronda a Europa", mas se pode dizer que "paira no ambiente um aroma de revolta" (Ignacio Ramonet)?

Em primeiro lugar, é impressionante constatar como a expansão mundial do capitalismo, numa descrição de há 150 anos, parece um retrato actual da *globalização*: "Pela exploração do mercado mundial, a burguesia dá um carácter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países (...) As velhas indústrias nacionais foram e são destruídas todos os dias. São suplantadas por novas indústrias, cuja adopção se torna uma questão de vida ou de morte para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam já as matérias-primas indígenas, mas matérias-primas vindas das regiões mais longínquas, e cujos produtos se consomem não apenas no próprio país, mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, reclamando para sua satisfação os produtos das regiões e

climas mais longínquos. Em lugar do antigo isolamento das províncias e das nações bastando-se a si próprias, desenvolvem-se relações universais, uma interdependência universal das nações."

Da mundialização da indústria resultava, na previsão do *Manifesto*, a mundialização do proletariado, o crescimento universal do seu poder e da sua miséria. Ora é bem conhecido que, se num aspecto essa tendência se confirmou, tal não correspondeu a uma homogeneização de situações, nem à esperada "simplificação dos antagonismos de classes".

O desenvolvimento capitalista do período posterior a 1848, em particular a partir da expansão colonial do último quartel do século XIX, foi marcado por um crescimento inaudito do papel e funções do Estado, tanto no plano interno das sociedades como nas relações internacionais. Ao mesmo tempo, este desenvolvimento "espacializou", na expressão de Wallerstein, a polarização de classes entre o centro do sistema e a periferia. Por outro lado, o duplo processo de *aumento de poder* (resultante da concentração e união crescentes induzidas pela industrialização) e *aumento da miséria* (resultante das crises e do desemprego), que em conjunto fundavam no *Manifesto* a inevitabilidade da revolução, também se distribuiu espacialmente.

É no quadro dos Estados-nação desenvolvidos que o movimento operário conhecerá, desde os tempos de Marx e Engels até aos anos 70 do nosso século, os seus grandes avanços em matéria de direitos políticos e sociais. É um processo que se pode caracterizar, simultaneamente, pelo crescimento do Estado, das lutas pelo controle do Estado e da adesão ao Estado, e de que a progressiva generalização do sufrágio universal e dos direitos sociais (em primeiro lugar, dos direitos de organização operária) são marcos essenciais.

Mas este processo também não é separável do sistema internacional. A expansão económica do longo período de livre-câmbio da segunda metade do século XIX, em que se dá a construção dos modernos Estados capitalistas, move-se no quadro da hegemonia britânica: "Marx supusera que o mercado mundial operava por cima da cabeça dos actores estatais e não pelas suas mãos, o que se revelou um erro, porque o mercado mundial desse tempo era antes de mais um instrumento da hegemonia britânica sobre o sistema estatal europeu" (Giovanni Arrighi).

A formação do capitalismo monopolista e a internacionalização económica da viragem do século farão com que, no movimento socialista, alguns, como Kautsky, hipotizem uma era "super-imperialista": o domínio da economia por um número restrito de monopólios tornaria as relações económicas internacionais racionalizáveis e planificáveis, inaugurando um período histórico fundamentalmente pacífico. Lenin será o maior crítico desta concepção, acentuando como a concorrência capitalista, no quadro do capitalismo de monopólio, se exacerbava, e tinha justamente na *lógica hegemónica dos Estados* um dos seus principais instrumentos.

A previsão de Lenin e, em geral, da esquerda da II Internacional, vê-se confirmada pelos acontecimentos do longo período de disputa de hegemonia a que Hobsbawm chamou "guerra dos 31 anos" (1914-45). Período por excelência marcado, e de formas diversas, pela presença do movimento operário: nas revoluções socialistas, nos fascismos (como *negativo*: alvo a destruir e simultâneo "remorso") e nas resistências anti-fascistas, na génese dos Estados-providência (de que a República de Weimar, as social-democracias escandinavas, o trabalhismo, o "socialismo municipal" austríaco oferecem já então alguns exemplos). Em qualquer dos casos numa profunda relação com os Estados, ao contrário do prognóstico do *Manifesto*.

A expansão do movimento operário continuaria, nas "três décadas gloriosas" do segundo pós-guerra, sob duas formas diversas, a extensão do campo socialista e a difusão do modelo fordista de relações sociais. Também esta realidade é indissociável da estrutura internacional bipolar e da hegemonia económica americana em todo o período, de novo sob o signo do livre-cambismo. A internacionalização económica então verificada, sob a forma de exportação de capital e de tecnologia, é a base material da capacidade reivindicativa dos movimentos operários europeus, que atinge na viragem dos anos 60-70 expressão quase revolucionária.

A reacção às conquistas do movimento operário, aliada à revelação da relativa precariedade de algumas das bases do crescimento (crise do petróleo de 1973), é uma das causas do novo ciclo económico, e logo a seguir político, que se inicia nos meados dos anos 70, e em que ainda nos encontramos. Caracterizam-na a procura desenfreada de novas localizações produtivas susceptíveis de oferecer maiores taxas de lucro, a procura de redução dos custos e o desenvolvimento da especulação financeira. É neste quadro que

se processa a actual vaga da *globalização* ou *mundialização*. O seu âmbito, novidade e alcance são discutidos. Há por exemplo quem considere que se trata "em grande parte de um mito" (Hirst e Thompson), preferindo sublinhar o facto de que os mercados internos continuam a absorver 80% da produção mundial, ao passo que os mercados globais integram apenas 1/3 da população, e que a economia mundial já conheceu, no período 1870-1914, abertura comparável à actual (Ignacy Sachs). Certo é que os dados sobre o volume de vendas de algumas multinacionais, superiores ao PNB de Estados como Portugal, ou sobre a integração internacional de processos produtivos, entre outros, fazem pensar em dimensões efectivamente inéditas do fenómeno. Do ponto de vista político, será fundamental não perder de vista que a mundialização opera sobretudo através de processos de *regionalização* e *continentalização* (de que a União Europeia ou o acordo NAFTA são apenas dois exemplos frisantes). Por isso se pode afirmar que ela conduz a "maiores blocos comerciais, mas uma competição realmente intensificada entre eles e dirigida pelos Estados, mais do que a uma economia global não-estatal ou anti-estatal" (Graham Thompson). Sobretudo, afigura-se que a globalização, consequência da dinâmica liberal ligada à hegemonia americana, veio dar azo ao fortalecimento de economias nacionais e regionais em que o papel dos Estados, ou de blocos de Estados, é outra vez predominante. Na expressão de Benjamin Schwarz, "a economia mundial mordeu o *hêgemôn* que a criou", isto é, as consequências da globalização tendem a pôr em causa o predomínio americano. Daqui resulta, em perspectiva, não só a evolução para uma ordem internacional mais policêntrica, como uma retoma do controle político dos Estados sobre a evolução económica. É que esta depende, na visão do mesmo autor, "de um tecido mundial de trocas, produção e financiamento que é forçosamente ténue e cujos fios permanecem ligados aos Estados".

Também no que respeita à composição social do movimento operário a evolução recente é contraditória. Ao empenhar-se numa estratégia de redução de custos, promovendo a deslocalização, a subcontratação, o trabalho precário, a feminização da força de trabalho, o uso da mão de obra imigrante e a automatização, a evolução recente veio atingir profundamente a capacidade de organização e luta e a própria identidade dos sectores mais estruturados do movimento operário nos países do centro. Mas, ao mesmo tempo que gera situações de miséria que só encontram paralelo na época da Revolução

Industrial, cria as premissas de uma aquisição de poder por camadas até aqui excluídas da experiência directa da relação salarial. Reciprocamente, nos países de recente industrialização, são novas classes operárias que surgem, com capacidade de luta que se exprimiu em movimentos de anos recentes, por exemplo no Brasil ou na Coreia do Sul. Para citar mais uma vez Arrighi, "poder social e miséria de massa deixam de estar separados e polarizados em elementos espacialmente distintos do proletariado mundial como o estavam ainda cerca de meados do século XX, uma vez que a miséria de massa começou a difundir-se no proletariado do centro, enquanto o poder social começou a chegar ao proletariado da periferia e da semi-periferia".

Que dizer quanto à outra grande vertente da previsão marxista, a da simplificação/polarização do conflito de classe? Como notámos, o próprio *Manifesto* aponta uma linha de evolução que a história verificou, ao referir a formação de "uma nova pequena-burguesia" cujos membros tendem crescentemente a ser "substituídos no comércio, na manufactura e na agricultura por contramestres e empregados." O aumento das camadas médias, a complexificação da estrutura de classes, está em estreita relação, por um lado, com o aumento das funções do Estado, por outro com as transformações da própria estrutura produtiva. A intervenção do Estado através do imposto, do investimento, do crédito, da segurança social ou do sistema universal de educação introduziu dados novos na constituição das classes e suscitou uma autonomização relativa dos consumos em relação à produção. As relações de produção cada vez menos "esgotam" as relações sociais. Mas a própria estrutura de classes na empresa, industrial ou de serviços, se complicou, na fase taylorista, com o desdobramento das categorias de engenheiros e quadros, como se complica nas transformações actualmente em curso, que procuram associar à definição de objectivos e procedimentos a participação alargada de quadros e "operadores" diversos. Trata-se de conjuntos relativamente vastos de assalariados, sujeitos como todos os trabalhadores às políticas patronais de redução de custos, eliminação de postos de trabalho e prolongamento do tempo de trabalho. Detentores de um considerável ou decisivo controle do processo produtivo, são por isso mesmo o centro das atenções do patronato em matéria de criação de estatutos diferenciados e formas diversas de aliciamento.

Em linha de tendência, pode dizer-se que, se a automatização e as novas tecnologias retiram poder aos operários subordinados, transferindo-o para trabalhadores intelectualmente mais qualificados, "na medida em que esta tendência ganha extensão, reforça também a tendência do capital para submeter esta mão de obra ao seu domínio e portanto proletarizá-la, no sentido concreto do termo, muito mais do que nunca o foi no passado" (Arrighi), tanto mais quanto este conjunto de "técnicos" tende a aumentar o seu peso na estrutura de custos da empresa.

Nesta ordem de ideias, pode prever-se que, à crise actual, sucederá uma reconstituição do movimento operário, com novos perfis profissionais, culturais e políticos. Muitos paralelos se podem estabelecer entre a crise contemporânea do capitalismo e a grande depressão de 1873-96, que também constituiu para o movimento operário uma crise global, da qual ele ressurgiria com uma projecção social sem paralelo com a que tinha no tempo de Marx.

III

A percepção de que as relações sociais no capitalismo não tendem a "simplificar-se" nem a reduzir-se às relações de produção foi particularmente aguda na obra de Lenin, cuja descoberta teórica central foi talvez a ideia de que "os revolucionários devem ir a todas as classes" (cf. *Que Fazer?*). Falar em relações entre "todas as classes" é pôr no centro da teoria e da prática do movimento operário a questão do Estado, e só tal perspectiva podia estar à altura dos problemas postos pela fase imperialista do capitalismo. Neste sentido, não é um mero refrão a frase segundo a qual o leninismo é o marxismo da época do imperialismo.

Mas colocar o problema do Estado é colocar o problema da *democracia*, que o *Manifesto* identificava com a "constituição do proletariado em classe dominante". A história do século XX impede esta identificação, mas não retirou valor, para o movimento comunista, ao tema da democracia. Pode dizer-se que a operação teórica de Gramsci, ao deslocar o centro da análise política marxista das *relações de produção* para o *bloco histórico*, correspondeu a tomar a questão da democracia - i.e., da organização do poder da maioria *na sua heterogeneidade constitutiva* (sem esquecer o "momento cesarista") - como o objecto principal do programa revolucionário. Em quase coincidência

cronológica com a reflexão de Gramsci, as políticas de Frente Popular, a valorização das alianças de classes e da temática nacional foram outras vertentes desta linha de acção dos comunistas.

Vista nestes termos, a transformação revolucionária implica um trabalho específico no domínio das "superestruturas": a identificação das concepções e "valores" em referência aos quais é possível construir a adesão da maioria no sentido favorável à emancipação do trabalho, i.e., nas palavras do *Manifesto*, a "uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos". É uma construção concreta, "móvel" em função das circunstâncias. Nesta linha se desenvolve, parece-me, o capítulo final do *Manifesto*, em que os autores expõem propriamente o programa *táctico* do partido comunista na revolução que prevêem iminente: as alianças concretas a realizar variam de país para país, tendo sempre em vista "apoiar todo o movimento revolucionário contra a ordem social e política existente" e procurar "a união e o entendimento dos partidos democráticos de todos os países".

O problema do conteúdo ideológico das alianças, isto é, dos sistemas de valores em torno dos quais é possível construir e defender soluções progressistas, é particularmente actual. No *Manifesto* sublinha-se a "revolução permanente" que o capitalismo introduz: "agitação e insegurança perpétuas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações sociais, fixas e ferrugentas, com o seu cortejo de concepções antigas e veneráveis, se dissolvem; as que as substituem envelhecem antes de terem podido ossificar. Tudo o que é sólido se dissolve no ar, tudo o que era sagrado é profanado (...) " Esta tendência é inerente à lógica individualista do capitalismo, mas a sua continuação põe em causa a preservação de uma sociedade dividida em classes. Assim como, no plano político, as burguesias ciclicamente renegam o universalismo individualista e igualitário das suas origens para procurarem formas diversas de articulação com os princípios tradicionais, anti-individualistas e anti-igualitários (no século XX os fascismos foram a expressão típica desse processo), assim no plano ideológico as consequências do individualismo são rejeitadas como "nihilismo". Sendo certo que a expansão capitalista do terceiro quartel do nosso século se acomodou com uma evolução individualista (de tipo americano, isto é, familiarista), e até que numa fase recente se cultivou um "anarco-liberalismo" que recuperava elementos do "espírito de

68", a evolução actual é de sentido nitidamente reaccionário: crítica do "nihilismo", valorização da religião, das hierarquias e, por fim, o *gentleman* assumido como novo modelo moral. No horizonte, já preocupantemente pouco distante, é a reedição das propostas corporativas (a filosofia social predilecta dos fascismos) que se desenha. Vai neste sentido toda a tendência a pensar a democracia menos como forma autêntica de representação que como mecanismo autónomo de composição de interesses, numa lógica de autonomia da política enquanto "governabilidade" eficaz. Quando este tipo de involução da política burguesa se conjuga com movimentos reaccionários de massa, os resultados, como a história do período entre-guerras demonstrou, podem ser catastróficos.

IV

Como síntese de um conjunto de aquisições que se procuraram estruturar cientificamente, e simultaneamente como enunciado de um programa de investigação (a que vinte anos depois *O Capital* dará realização), o *Manifesto* de 1848 é um documento típico da ciência do seu tempo. Trata-se nele de determinar correlações objectivas unívocas, donde derivam consequências necessárias. Se o objectivo afirmado por Marx e Engels logo na introdução do opúsculo era expor "à face do mundo inteiro, as concepções, objectivos e tendências" dos comunistas, "essa exposição em face do mundo é uma exposição do próprio mundo" (C. Lefort).

Ao imanentismo e determinismo da ciência oitocentista o pensamento contemporâneo substituiu uma perspectiva mais "construtivista". A história é um campo de possibilidades diversas. No seu desenvolvimento, a obra teórica de Marx veio a reflectir isso mesmo, ao considerar a especificidade de modos de produção diferentes dos conhecidos na história do Ocidente, ou ao equacionar, em relação à Rússia, as possibilidades de transição da comuna agrária tradicional para o comunismo. Mais nítida ainda é essa concepção das coisas no pensamento de Lenin, que nunca se cansou de repetir que "não há situações sem saída para o adversário."

A revolução em vista da qual Marx e Engels, por decisão da Liga dos Comunistas, escreveram o *Manifesto*, eclodiu efectivamente, com a insurreição popular de Fevereiro de 1848 em Paris, e tornou-se a curto prazo um movimento internacional. O proletariado teve, em vários países uma participação de primeiro plano nos

acontecimentos revolucionários. Mas foi derrotado - as jornadas de Junho, em Paris, marcam um episódio de selvagem repressão de massa que anunciava muita da violência a que o movimento operário seria sujeito nos últimos 150 anos - e os democratas, de que no *Manifesto* os comunistas se consideram aliados, voltar-se-ão em geral de novo para o compromisso com as monarquias.

Quando o movimento operário internacional ressurgiu de mais de uma década de repressão e apatia, constituiu-se em 1864 a Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional). Marx será, como é conhecido, o autor da *Mensagem Inaugural* dirigida à sua reunião de fundação. Texto que nalguns aspectos pode ser comparado ao *Manifesto* de 1848, mesmo se não tem o fôlego teórico e o vigor da afirmação duma nova concepção do mundo que caracterizam este, a *Mensagem Inaugural* reflecte, por outro lado, uma visão política amadurecida. Isso traduz-se, nomeadamente, numa valorização do papel dos sindicatos e das lutas pela "economia política do trabalho", que no texto de 48 eram considerados de forma subalterna. Mas manifesta-se também num aspecto que em 1848 estava ausente, a atenção às relações internacionais, a problemas como a independência da Polónia, a guerra civil americana ou a função internacional do czarismo russo. As exigências nesses domínios formuladas reclamam-se aliás de valores gerais, como Verdade e Justiça, no *Manifesto* encarados com ímpeto crítico, mas que agora se considera poderem desempenhar uma função mobilizadora.

A experiência das Internacionais (a começar pela própria Liga dos Comunistas, autor orgânico do *Manifesto*), merece reflexão. Como sugere A. Zollberg, talvez elas possam ser vistas como "respostas organizativas notavelmente precoces à globalização do capital". Parece que hoje há, pelo contrário, da parte da "economia política do trabalho", um atraso de resposta. Esta bem poderá inspirar-se na Internacional de Marx no que diz respeito à consciência da diversidade, não só das situações mas das características, personalidade e tradições dos movimentos que por todo o mundo põem em causa a lógica do capital - a lógica, como diz o *Manifesto*, do domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, do passado sobre o presente.

Bibliografia

Arrighi, Giovanni, "Siècle du marxisme, siècle de l'Amérique: formation et transformation du mouvement ouvrier mondial", in Amin, Samir, *et alii*, *Le Grand Tumulte? Les mouvements sociaux dans l'économie-monde*, Paris, La Découverte, 1991, pp. 56-103.

Berman, Marshall, *Tudo O Que É Sólido Se Dissolve no Ar. A Aventura da Modernidade*, trad. de Ana Telo, Lisboa, edições 70, 1982.

Carr, Edward Hallett, "El Manifiesto Comunista", in *Estudios sobre la Revolucion*, Madrid, Alianza Editorial, 1968, pp. 22-43.

Le débat, n° 93, janvier-février 1997 (artigos de Michael Mann, Christian Meier, Kzystof Pomian, Benjamin Schwarz, E.J. Hobsbawm).

L'homme et la société, n°117-118, 1995 (artigos de Larry Portis, Michel Vakaloulis, Eustache Kouvélakis, Jean-Claude Delaunay, Jacques Kergoat, Jean-Pierre Durand, René Galissot).

International Labor and Working-Class History, n° 47, Spring 1995 (artigos de Charles Tilly, Immanuel Wallerstein, Aristide R. Zollberg, E.J.Hobsbawm, Lourdes Benería).

Lefort, Claude, "Manifiesto Comunista,1848" in François Châtelet *et al.*, *Dicionário de Obras Políticas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.

Marx, Karl, *The Communist Manifesto*, edited by Frederick L. Bender, New York/London, Norton & Co., 1988.

Marx, Karl et Engels, Friedrich, *Oeuvres Choiesies*, vol.I, Moscou, Editions du Progrès, 1970.

Mehring, Franz, *Carlos Marx. Historia de su Vida*, Barcelona-Mexico,D.F., Grijalbo, 3ª ed.,1968.

La Pensée, n°309, janvier-février-mars 1997 (artigos de Michel Rogalski, Ignacy Sachs, Bernard Gerbier, François Chesnais, Monique Chemillier-Gendreau.)

Ramonet, Ignacio, "Une logique d'opression", in *Manière de voir 32-Scénarios de la Mondialisation*, Novembre 1996, pp.6-7.

Wallerstein, Immanuel, "Histoire et dilemmes des mouvements antisystémiques", in Amin, Samir *et alii*, *op. cit.*, pp. 10-55.

II – Comunismo e antifascismo na Internacional Comunista

II.1.

Da política classe contra classe às origens da estratégia antifascista.

DA POLÍTICA «CLASSE CONTRA CLASSE» AS
ORIGENS DA ESTRATÉGIA ANTIFASCISTA: ASPEC-
TOS DA INTERNACIONAL COMUNISTA ENTRE O
VI E O VII CONGRESSOS (1928-1935)

*João Arsénio Nunes **

Nota prévia:

1. Este texto é a versão substancialmente desenvolvida da comunicação com o mesmo título feita no Colóquio. Trata-se de uma breve tentativa de síntese dos principais aspectos da história do movimento comunista internacional no crítico período que imediatamente precedeu e sucedeu a tomada nazi do poder na Alemanha. A bibliografia que serviu de base é a recenseada no final, e para ela remetem os números inseridos entre parênteses ao longo do texto: o primeiro número indica a fonte, o segundo a página respectiva.

2. Sem trazer nada de original, pensamos que a introdução deste tema pode contribuir para suscitar o interesse por uma problemática tão importante, e na história portuguesa decisiva, como a das relações entre comunismo e antifascismo. No que a esta em particular diz respeito, não nos foi possível, na altura da realização do Colóquio, avançar com nenhuma contribuição própria. Pareceu entretanto de interesse, nesse sentido, dar divulgação ao texto, julgamos que inédito em português, do discurso feito pelo representante do P. C. P. na sessão do VII Congresso da Internacional dedicada ao tema «A ofensiva do fascismo e as tarefas da I. C. na luta pela unidade da classe operária contra o fascismo.» Inserimo-lo por isso aqui, como anexo II à comunicação.

* Assistente no I. S. C. T. E.

I

O período compreendido entre 1928 e 1935 assinala na história europeia contemporânea, e em particular na história do movimento operário, uma das épocas mais dramáticas. No seu centro coloca-se a ascensão ao poder na Alemanha do nazismo que, ao mesmo tempo que punha abertamente em causa o sistema de relações internacionais estabelecido após a I Guerra Mundial, vinha a significar a destruição do movimento operário centro-europeu e uma importante derrota para as perspectivas de revolução socialista na Europa que até então tinham podido ser alimentadas.

Ao mesmo tempo este período é o da transformação acelerada da União Soviética em potência industrial e da colectivização da agricultura, ou seja, da consolidação definitiva dos fundamentos da economia socialista, processo que se desenvolve nos quadros de uma particular centralização e concentração do poder de Estado à qual Stalin deixou o seu nome incindivelmente ligado. Ocorrendo num período de profunda crise económica, social e moral das sociedades ocidentais, a passagem ao socialismo na União Soviética foi vivida pelos sectores revolucionários do movimento operário europeu como símbolo da única alternativa, motivo exclusivo de esperança e incentivo de luta. E, para os partidos comunistas, de que o principal dos fundamentos originários fora a afirmação como destacamentos duma única «revolução mundial», a identificação com os destinos daquele «um só país» em que ela encontrara princípio de concretização significou integração e reprodução interiorizada das características políticas, organizativas, ideológicas, de método, de estilo, do Partido comunista da URSS. (Dito de outro modo, e desprezando um jornalismo superficial para recuperar o sentido verdadeiro da palavra, estalinização geral — de Stahl, aço: liga metálica de formação artificial, particularmente resistente, uniforme, de um brilho cinzento, potencialmente cortante ou percutante).

Sendo no seu termo (1935) caracterizado pela adopção dos programas de frente popular, que tão grande importância tiveram para os destinos ulteriores, e até para os comportamentos actuais dos partidos comunistas europeus, tal período foi entretanto na sua maior parte dominado por uma outra estratégia — a estratégia «classe contra classe» consagrada em 1928 no VI Congresso mun-

dial. Ora muitas das dificuldades encontradas hoje por estes partidos, nomeadamente no que respeita às suas relações com o campo social-democrata, têm a sua origem no facto de, por este lado, persistir uma tenaz desconfiança quanto à efectiva superação do sectarismo e da pretensão exclusivista realmente típicos do período, que é aliás muitas vezes genérica e erroneamente identificado com o «estalinismo».

A passagem da política do VI à do VII Congresso da IC resulta dum processo que — sendo o da vida real de organizações políticas inseridas em determinadas classes sociais e no quadro global da vida de concretas sociedades, umas e outras inscritas no sistema das relações internacionais e interestatais — não é redutível a um mero itinerário intelectual, dedutivo de soluções teóricas mais perfeitas, nem ao invés às adaptações empíricas a transformações e imperativos que lhe seriam sistematicamente exteriores. A política «classe contra classe» é antes uma hipótese que, partindo dos pressupostos de uma tradição teórica e de uma experiência historicamente formada, procura resolver uma dada tarefa em condições determinadas e, confrontada com o real e a experiência da própria relativa ineficácia, se transforma e em parte nega, para dar lugar à hipótese de Frente única e popular. Na passagem de uma a outra é toda uma teoria política que se põe em jogo e em parte sai dela transformada. São justamente o alcance e os limites desta transformação que nos seus vários aspectos conviria pensar: a concepção da crise do capitalismo; a concepção do Estado, e portanto a teoria dos tipos e formas de Estado, das relações entre o Estado e as classes sociais; a questão das alianças de classes e da direcção política; as relações entre a direcção da luta de classes numa formação nacional e as relações interestatais. Problemas que a teoria política do socialismo hoje defronta e não pode resolver abstraindo daqueles elementos em que a sua existência histórica se concretizou.

1. Uma análise rápida das Teses como do Programa aprovados pelo VI Congresso da Internacional Comunista (Moscou, 17 de Julho a 1 de Setembro de 1928) revela imediatamente o lugar dominante e essencial que nelas ocupa a noção de «crise geral do capitalismo». Do ponto de vista teórico, o conceito enraiza na interpretação do marxismo que é a da II Internacional (cf. por exemplo

Kautsky, 38), e é reactualizado perante as condições da 1.ª guerra mundial e da revolução russa, vista como início apenas de um processo necessariamente mundial (42, 342). E se depois de 1923 a IC vem a reconhecer uma «estabilização *relativa* do capitalismo», o adjectivo é aí essencial: jamais se põe em causa que, sob as aparências dos «dourados anos 20», o processo da crise geral continue subjacente. Trata-se de esperar que essa «essência das coisas» se revele de novo à superfície e de reunir forças para uma intervenção tão eficaz como o fôra a iniciativa de Outubro.

O significado principal do VI Congresso, no contexto de uma acentuação dos factores de concorrência e de contradição entre as potências capitalistas e daquelas com a URSS, no contexto também de uma passagem da União Soviética à industrialização, com tudo o que ela implicava de aumento das tensões internas, consistiu em reabrir a perspectiva duma actualização no imediato dessa crise geral. Ponto de partida da argumentação é a ideia de que, após a crise revolucionária do período 1917/23, e a estabilização relativa dos anos 23/28, o capitalismo internacional entrara no «3.º período» da sua história: «agudizando as contradições *internacionais* (contradição entre os países imperialistas e a URSS, ocupação militar do Norte da China como início do seu desmembramento e da luta entre os imperialistas, etc.) e as contradições *internas* nos países capitalistas (radicalização das massas da classe operária, intensificação da luta de classe), desencadeando os *movimentos coloniais* (China, Índia, Egipto, Síria), este período, através dum novo desenvolvimento das contradições da estabilização capitalista, desemboca fatalmente num novo colapso da estabilização capitalista e num agravamento agudo da crise geral do capitalismo» (Introdução das Teses, 19, 169).

O que desta perspectiva antes do mais resulta é uma ideia de confrontação directa e global, em cada país como ao nível internacional, entre capitalismo e socialismo. Deste ponto de vista quaisquer contradições entre as forças da burguesia num país se resolvem finalmente em aparência. Por outro lado no campo do socialismo não podem existir contradições que não sejam finalmente expressão da presença da burguesia no próprio movimento operário: função da Internacional é, por isso mesmo, anulá-las.

A racionalização capitalista, implicando o desenvolvimento dos monopólios, a centralização do capital, a crescente intervenção do Estado, fazem do conjunto Estado-monopólios um sistema único de garantia do domínio de classe burguês. Através do controle do aparelho sindical, a social-democracia é deste domínio um elemento-chave. Daqui a referência das Teses à «frente única do Estado burguês, das organizações patronais e da burocracia sindical reformista.¹» Todas as diferenças políticas no seio da «frente única» do capital só podem então ser diferenças de método, i.e. de escolha entre as várias técnicas de que essa burguesia unificada dispõe para agravar a exploração operária. Nomeadamente entre social-democracia e fascismo não há diferença irreduzível: a própria ideologia da colaboração de classes é comum, além de que os métodos fascistas estão frequentemente presentes na prática da social-democracia (Cf. 48, 20; 19, 182). Desta visão unificada da burguesia e do capitalismo decorre estrategicamente uma oposição igualmente unificada do proletariado, simultaneamente económica e política: as próprias lutas económicas têm imediatamente um carácter político; e o programa da luta operária só pode ser, em contraposição à ditadura da burguesia, a ditadura do proletariado.

¹ É o seguinte o texto da 15.ª das «Teses acerca da situação internacional e as tarefas dos partidos comunistas»:

«Esta evolução das relações entre o Estado e as organizações patronais, a concentração de todas as forças da burguesia no Estado burguês provocam em todos os países uma evolução reaccionária de todo o 'regime estatal burguês'. Esta evolução, expressão típica do período crítico actual do capitalismo, exprime-se no terreno político na crise geral da democracia e do parlamentarismo burguês e imprime a sua marca em todos os conflitos económicos entre o capital e o trabalho, dando-lhes uma agudeza inaudita. Cada grande greve defronta os operários com trusts capitalistas gigantes, estreitamente ligados ao poder de Estado dos imperialistas. Cada uma destas greves adquire por este motivo um carácter político, i.e. um carácter geral de classe. O desenvolvimento de cada uma destas greves imprime-lhe o carácter de greve «directa» contra o Estado. Este estado de coisas obriga a burguesia e o seu poder de Estado a recorrer a formas complicadas de corrupção económica e política de certos estratos da classe operária e das suas organizações políticas e sindicais. O laço dos quadros superiores dos sindicatos reformistas e dos partidos «reformistas» com as organizações patronais e o Estado burguês — os operários que se tornam funcionários do Estado e funcionários das organizações patronais, a teoria e a prática da «democracia económica», da «paz industrial», etc., etc. — são outros tantos meios preventivos contra o desenvolvimento da luta e classe.» (19, 177).

Este um primeiro aspecto da análise contida nas teses do VI Congresso, do qual resulta o seu carácter essencial de apelo à luta imediata e frontal. Não menos importante é a análise da situação internacional, na previsão que continha do agravamento das contradições entre as potências capitalistas, do seu desembocar necessário na guerra, e ainda da contradição global entre o imperialismo e a existência da URSS: «através do entrelaçar de reagrupamentos mutáveis precisa-se uma tendência fundamental, a da luta contra a União Soviética», dizem as Teses. Por consequência, se no plano nacional a tarefa do movimento operário é o confronto com a própria burguesia, no plano internacional o primeiro dever dos movimentos operários de todos os países é a defesa da URSS. E as organizações internacionais como a S.D.N., enquanto meio de concertação das rivalidades imperialistas e de oposição à URSS, devem ser objecto de uma actividade exclusiva e sistemática de denúncia e desmascaramento.

O VI Congresso não é ainda a viragem completa nem o corte radical com a política de «frente única proletária» que vem do IV Congresso (1922) e permanece formalmente válida. Nalguns aspectos do próprio Programa reflecte-se a preocupação, que fora a de Bukharin, principal relator, de manter uma análise diferenciada. Há por exemplo referências à diversidade de caminhos e às diferenças de tempos da tomada do poder pelo proletariado, bem como à necessidade de certos estádios de transição para a ditadura do proletariado numa série de países. A análise de Bukharin, que insistia ao mesmo tempo na ideia de uma visão mundial do sistema capitalista e de heterogeneidade dos processos revolucionários; manifesta-se contra uma concepção «abstracta e irreal» do capitalismo e recusa uma subestimação das suas possibilidades de desenvolvimento. Afirmando que «há que distinguir entre optimismo e estupidez. São duas coisas distintas. Se não queremos ser estúpidos temos de ter em conta os factos», Bukharin assinala em especial as potencialidades do capitalismo de Estado. Frisa, em relação à fascização da social-democracia, que se trata de uma tendência e de modo nenhum se pode dar por um processo acabado. Mas as posições de Bukharin são alvo de crítica de vários delegados, nomeadamente do PC da URSS e do KPD.

No conjunto o decorrer do congresso reflecte muito da luta de orientações que, derrotado o trotskysmo, se

desenvolvia já no interior do PC da URSS acerca da industrialização, e a prevalência nesta luta das orientações que tinham em Staline o principal protagonista. Nalguns partidos em que se processavam águas lutas de tendência, as fracções de esquerda procuram justamente apoiar-se nesse facto para a consolidação das suas próprias posições.

Como recentemente escreveu Giorgio Amendola: «Todos os elementos carreados para reforçar e exasperar a tese central: crise da estabilização, radicalização das massas, crescente identificação entre social-democracia e fascismo, necessidade de colocar objectivos avançados ao movimento revolucionário, maturação rápida de uma crise revolucionária e portanto tendência do imperialismo a encontrar uma saída para as suas dificuldades no desencadeamento rápido de uma guerra de agressão contra a URSS, levavam água ao moinho da causa sustentada por Staline de um acelerado e mesmo forçado processo de industrialização para colocar a URSS em condições, no prazo mais curto possível, de ter os meios necessários a repelir um ataque do inimigo.» (6, 145).

Da perspectiva do VI Congresso resultava, não só a necessidade de uma reforçada centralização do movimento comunista no mundo como o papel dirigente, nesse mecanismo centralizado, do «baluarte proletário» ameaçado que era a URSS, e outrossim a necessidade de idêntica centralização em cada um dos destacamentos mundiais do movimento. Antes do Congresso tivera lugar a expulsão de Trotsky, e a condenação do trotskismo, identificado agora como «desvio social-democrata» (Tese 57). No período imediato seguir-se-á o afastamento de Bukharin do Comintern, ao mesmo tempo que vão tornar-se frequentes as intervenções da Internacional na formação dos grupos dirigentes dos vários partidos ².

² O perigo principal no interior do movimento comunista é indicado nos desvios de direita, que o Congresso convida os partidos a combater «primeiro que tudo por meio da persuasão.» A necessidade da centralização para ocorrer «à complexidade extrema de toda a situação internacional e à possibilidade de grandes mudanças históricas» fundamenta por outro lado a decisão de colocar os representantes autorizados dos partidos mais importantes à disposição da IC como militantes permanentes da direcção. (Tese 60). Consequência lógica da análise e das perspectivas tácticas delineadas, esta conclusão organizativa é de reter, e confrontar com as orientações de sentido diametralmente oposto que Dimitrov alguns anos mais tarde proporá no seu relatório. (19, 205).

Na simplicidade das suas análises e palavras de ordem, o VI Congresso exerceu uma poderosa capacidade de mobilização. A eclosão em 1929 da grande crise surgiu como confirmação das suas conclusões, e em geral de que os comunistas tinham razão no desmentido às visões optimistas dum desenvolvimento ininterrupto do capitalismo. E era na verdade, como assinala também Amendola, todo um período que terminava na realidade mundial, e não só no imaginário comunista, para dar lugar a outro, de violentas confrontações, que viria a resolver-se na 2.^a Guerra.

2. A viragem iniciada com o VI Congresso vai ser decisivamente consagrada, e depurada de todos os elementos de ambiguidade e compromisso que as suas teses ainda continham, a partir da Reunião do X Pleno do CEIC, entre 3 e 19 de Julho de 1929. Nela tem lugar a confirmação do afastamento de Bukharin da actividade na Internacional, e dos elementos de «direita» dos órgãos dirigentes de vários partidos (italiano, americano, checo, sueco, por exemplo), em geral identificados com as posições bukharinianas³.

O relatório introdutivo do finlandês Otto Kuusinen, (11, 143), dedicado à «situação internacional e as tarefas da IC» começa por abordar a «fasciszação do domínio de classe burguês», vista como tendência geral dos Estados capitalistas: «está em curso um processo de transformação no domínio da classe burguesa, uma passagem dos métodos do parlamentarismo aos métodos do regime ditatorial aberto e violento, aos métodos da guerra civil.» Esta evolução é um sintoma do enfraquecimento do poder burguês, da sua objectiva impossibilidade de sobreviver sem o recurso crescente à violência, e como tal constitui uma tendência necessária e geral dos aparelhos de Estado capitalistas. As formas e os ritmos que tal fasciszação, para se completar, poderá assumir, são diversas con-

³ Dão-se além disso na generalidade dos partidos após o X Pleno mudanças nos quadros dirigentes (25, 350 sgs.). Curiosamente, na Bulgária é Dimitrov um dos criticados por tendências «bukharinistas e oportunistas» e será por esse motivo afastado das suas funções na Direcção do Partido para ser colocado no Bureau da IC para a Europa Central, funções no desempenho das quais o virá surpreender em 1933 a repressão desencadeada com pretexto no incêndio do Reichstag, de que será politicamente o principal acusado.

soante os países e as circunstâncias: o «tipo italiano» é apenas uma dentre várias possibilidades. Nalguns países o processo não chegaria a termo porque «será precedido pela revolução proletária.» Em qualquer caso, o fascismo situa-se no prolongamento duma evolução já em curso e que abrange a generalidade dos Estados. Deste ponto de vista, e dado que em vários países capitalistas estão no poder partidos social-democratas, a modalidade que exige consideração mais urgente é a do social-fascismo, a que Kuusinen também chama «Polizeisozialisten», socialistas policiaes. Enquanto o «pathos» do fascismo puro se exprime na palavra de ordem da «nação» e do expansionismo, diz Kuusinen, o pathos do social-fascismo exprime-se na palavra de ordem da manutenção do Estado.

Neumann, da delegação alemã, caracterizará a Alemanha como «país clássico do social-fascismo», em paralelo com a Itália «país clássico do fascismo.» A caracterização assenta na profunda compenetração que aí se verifica entre social-democracia e aparelho de Estado, na «fusão do aparelho do SPD com a máquina do Estado», mais profunda que em qualquer outro país e concretizada não só do facto de o SPD participar do governo como na presença de «dúzias de social-democratas» nos cargos de presidentes da polícia, de centenas nos colégios arbitrais e nos ministérios, em suma na compenetração de dezenas de milhar de funcionários social-democratas com o aparelho estatal.

Se a própria evolução do capitalismo determina uma crescente contraposição entre o proletariado e o Estado, contraposição que se encaminha para um choque frontal e definitivo, a social-democracia, enquanto visa difundir no proletariado a ilusão de uma «comunidade de interesses» intrinsecamente falsa, não é senão um instrumento da burguesia. Neste sentido ela não é já tanto uma força política susceptível de representar interesses sociais específicos dotados de uma qualquer autonomia, quanto um aparelho ideológico de Estado adstrito à produção de «falsa consciência» para uso operário. O combate contra ela tem então que ter no seu centro um trabalho igualmente ideológico: o do desmascaramento. «Um social-fascista que foi desmascarado como social-fascista é como um provocador desmascarado; nesta função ele já não tem valor para a burguesia, há que despedi-lo e atribuir-lhe outra tarefa. O desmascaramento é por isso para nós uma tarefa da máxima importância (...). Desde o

momento em que o social-fascismo alemão adira abertamente à ditadura da burguesia, se apresente abertamente como fascismo, a conquista da maioria da classe operária alemã para a revolução não será difícil.» Tal operação ideológica fica substancialmente facilitada pelo facto, que Neumann aponta, de uma mudança do contexto em que a social-democracia desenvolve a sua acção repressiva: ao passo que em 1919 a repressão anti-espartaquista coincidia com a conquista das oito horas, o sufrágio universal, a instituição do subsídio de desemprego, etc., que apareciam como dádivas do governo social-democrata, agora episódios como o 1.º de Maio de 1929 (cf. infra) acompanham a intensificação dos ritmos de trabalho, a contenção salarial, o desmantelamento das conquistas político-sociais.

A posição de Togliatti (Ercoli) no decurso destes debates é a vários títulos interessante, e em primeiro lugar porque Togliatti desenvolve uma análise centrada sobre a experiência de luta contra um preciso regime político, o fascismo italiano, o que faz de resto a um nível de concretização analítica muito superior ao dos restantes intervenientes. Nessa análise não é porém a especificidade do fascismo italiano *enquanto fascismo*, na sua diferença relativamente às outras formas de organização política da burguesia, que Togliatti procura destacar. O fascismo italiano surge antes como tipo exemplar das tendências inerentes ao Estado capitalista moderno. Destacando como a história do fascismo em Itália regista tipos diferentes de estruturação das relações Estado-Partido-bases sociais, Togliatti afirma estar-se justamente então assistindo a uma dessas reestruturações fundamentais. Ela tem por objecto, por um lado, uma crescente intervenção do Estado na economia, por outro uma modificação das funções do partido fascista, que desaparece como instrumento político activo para se transformar num aparelho de controle burocrático, o que implica também mudanças profundas nos seus quadros: desaparecem os elementos pequenò-burgueses próprios da origem «revolucionária» para dar lugar a «empresários, proprietários de terras, aristocracia clerical, etc.» Paralelamente verifica-se a burocratização/estatização dos sindicatos, que por sua vez acompanha uma transformação da própria estrutura estatal. Dar-se-ia em suma um processo de «homogeneização» entre o fascismo como regime político reaccionário e as forças sociais dominantes na sociedade

italiana, fazendo perder àquele os traços de «ruptura» e novidade política que o tinham de início caracterizado. A conclusão de Togliatti é mesmo a de que as recentes tendências de evolução fazem do fascismo italiano «um regime reaccionário semelhante àqueles cujo desenvolvimento podemos observar em países onde existe uma social-democracia com uma base de massa bastante ampla.» Entre essas tendências de evolução contar-se-iam a recuperação das forças ligadas aos resíduos dos antigos partidos burgueses e nomeadamente à Igreja Católica com o seu vasto apoio de massa, bem como a preparação de um entendimento com os reformistas (de que a auto-dissolução da C.G.L. aparecia como elemento precursor).

O carácter de confrontação directa «com o aparelho estatal e com os fundamentos de todo o regime» que tenderiam a assumir todos os movimentos de massas, mesmo os mais pequenos, colocaria com carácter imediato a preparação da revolução proletária armada. As suas premissas históricas, políticas e económicas acham-se, segundo Togliatti realizadas, já que «todos os elementos intermédios desaparecem.» A perspectiva da revolução proletária está assim na ordem do dia, em estreita articulação com a eclosão da guerra, «questão de amanhã ou de hoje.» (11, 164) ⁴.

⁴ Tem um carácter diferente, e até em grande parte uma acentuação oposta, o debate que se seguirá no seio da Comissão Italiana do X Pleno, entre membros do Executivo e dirigentes do partido italiano. A Internacional critica o PCd'I pelos fracos resultados obtidos na luta contra o fascismo e na sua implantação ilegal em Itália, mas a esta crítica vem associada a desconfiança perante o «direitismo» dos dirigentes do PCd'I, por nesta altura ainda não terem procedido à expulsão de Tasca, e serem além disso genericamente suspeitos de certas afinidades com as posições bukharinianas — o que, aliás, as posições de Togliatti no VI Congresso justificavam (Cf. 52, 339 sgs.).

Os dirigentes italianos permitir-se-ão aqui, apesar da prudência de Togliatti, tomar uma posição claramente reservada em relação à aplicação a Itália das teses e do raciocínio político do Pleno. O campo dos problemas em discussão é vasto, já que vem a implicar, como notam Amendola e Ragionieri «concepções diferentes das formas e dos tempos da revolução socialista no Ocidente capitalistas.» Tal diferença desdobra-se em vários aspectos, e em primeiro lugar numa preocupação marcante, por parte dos delegados italianos, na análise concreta das situações políticas, nas suas precisas articulações históricas e sociais. Daqui, por exemplo, a recusa do próprio Togliatti em aceitar uma identificação ou equivalência entre fascismo e social-democracia, por um lado do ponto de vista óbvio de que «a social-democracia italiana não está ligada

3. Interessa fazer uma breve referência àquelas que são nesta altura as análises e posições de António Gramsci, que tão claramente contrastam, tanto do ponto de vista metodológico como tático, com a orientação dominante na IC. Encarcerado na prisão de Turim, Gramsci procura nos tempos de recreio promover discussões políticas entre os prisioneiros. As posições então expressas por Gramsci são hoje conhecidas através das memórias de um outro prisioneiro, Athos Lisa: essencialmente, Gramsci propõe palavras de ordem democráticas, centradas na exigência de uma Constituinte, capazes de mobilizar as massas influenciadas pelo fascismo, essencialmente os camponeses e as camadas médias. A defesa destas palavras de ordem «de transição» liga-se, no pensamento de Gramsci, a uma recusa do catastrofismo económico que baseava as posições do Comintern e à teorização da «guerra de

ao poder», por outro colocando um problema de história da classe operária italiana, em relação com a debilidade de uma aristocracia operária que constituísse a base da social-democracia. Essa diferença exprime-se ainda numa outra atenção à especificidade dos mecanismos políticos: Grieco destaca o papel que no fascismo italiano tem o aparelho de Estado, o que o torna irredutível à simples expressão imediata de uma classe social. Diversa é também a formulação do problema da direcção política: a hegemonia do proletariado (e do partido) só pode ser conquistada no decurso de um processo revolucionário. A questão é portanto a de determinar a iniciativa e as palavras de ordem adequadas para dar início a esse processo, e depois para o impulsionar e dirigir. Isto é, a hegemonia não pode ser colocada como uma condição prévia, e preventiva com relação aos outros partidos, da abertura de um processo revolucionário. Dum modo geral é típico das posições da delegação italiana o sublinhar do papel da iniciativa política: «os nossos partidos não estão habituados à manobra política, diz Grieco, e quando um partido tenta uma manobra vós temeis um desvio»; «entre nós o oportunismo é a passividade», enquanto concessão ao fatalismo da ideologia social-democrata e à expectativa do «grande dia.» Daqui também a possibilidade e a necessidade da colocação de palavras de ordem intermédias, que propiciem a deslocação da relação de forças no sentido mais favorável ao proletariado («a formulação de palavras de ordem intermédias não é uma capacidade especificamente oportunista, mas própria do leninismo»). Na mesma perspectiva de uma análise diferenciada Grieco acentua que «não existimos só nós por um lado e o capitalismo por outro»: a vitória da revolução supõe a capacidade do proletariado para «envolver e implicar as mais vastas camadas da população laboriosa da cidade e do campo»: Di Vittorio sustenta por isso a validade da ideia de «revolução popular» — que a orientação dominante na Internacional levará pelo contrário a rejeitar, por ambígua e em contradição com a «pureza» da revolução proletária. (19, 206 sgs.).

posição» (como modelo provável de revolução no Ocidente, em contraste com a «guerra de movimento» que fora para ele a revolução de Outubro).

Segundo Gramsci, não há que colocar a ênfase nas «condições objectivas» da revolução, já que «condições objectivas da revolução proletária existiram na Europa durante mais de cinquenta anos» (12, 185). O estado de preparação revolucionária das massas não deriva directamente da sua situação económica, mas insere-se num vasto sistema de relações político-ideológicas. A vanguarda revolucionária deve intervir nesse sistema, através de uma série de objectivos intermédios capazes de conquistar as camadas pequeno-burguesas, de maneira a mobilizá-las na luta deslocando a relação de forças em favor do proletariado. É por isso que é necessário um programa de transição com vista a «estabelecer novas relações políticas, dentro das quais o Partido comunista possa alargar a sua influência, afirmar o seu próprio programa de luta, confrontar-se com os programas dos outros partidos, adquirir uma influência de massa e exercer a sua função nacional dirigente.» (12, 185).

São no fundo as bases de uma «ciência da política» comunista que Gramsci já aqui lança. Christine Glucksmann define-a nestes termos: «A política, tal como Gramsci a entende, é em primeiro lugar uma prática que visa transformar uma relação de forças existente, pela aplicação da iniciativa política no ponto fraco do adversário, num ponto que visa o seu «centro de gravidade» (...) Uma vez que a relação de forças está em contínuo movimento, agir politicamente corresponde a apreender as conjunturas históricas nas suas tendências contraditórias, tendências que excluem todo o catastrofismo, toda a política do pior. Não há situação sem saída para o adversário, toda e qualquer transformação política importante exige preparação e organização.» (22, 276).

4. A partir do colapso da bolsa de Nova Iorque de 24 de Outubro 1929 a crise que de há mais de um ano o movimento comunista vinha anunciando desenvolver-se-á com efeito, na plenitude das suas consequências económicas, sociais, morais. É na Alemanha que ela se irá repercutir de forma mais catastrófica. É também aí que a orientação «classe contra classe» será desenvolvida e aplicada com um mais absoluto espírito de consequência, que nem mesmo a derrota perante o nazismo irá imedia-

tamente perturbar. No seio da Internacional foram os dirigentes do partido alemão os seus mais decididos protagonistas.

A história do movimento operário e do comunismo alemão à partida ofereciam condições particularmente propícias ao desenvolvimento numa orientação como a adoptada após o VI Congresso do Comintern: antes do mais a própria tradição que desde o período da 1.^a Guerra e da Revolução de 1918 opusera a social-democracia reformista, de ampla inserção social na massa do proletariado e que desde os fins do século XIX se pode considerar uma parte constitutiva do mecanismo sócio-político alemão (24, 106) a uma minoria revolucionária internacionalista, em que a componente intelectual era proporcionalmente muito forte. Esta contraposição desde as primeiras semanas da República que conduziu à repressão violenta das tentativas revolucionárias, nomeadamente da revolta espartaquista, e nessa repressão teve o SPD um papel activo, enquanto partido de governo à cabeça de um aparelho de Estado herdado do Império e mantido intacto. O KPD revela assim desde as origens o que Ossip Flechtheim designou como «uma tendência histórica para a esquerda», (21, 184), condicionada pela sua própria origem na ala esquerda da social-democracia anterior à guerra. É importante por outro lado considerar a especificidade da composição social do KPD: uma maioria de militantes e simpatizantes composta por desempregados e operários das pequenas fábricas, em regra proletários em situação miserável, nos quais dominam tendências extremistas ou utopistas (5, 199 e 328).

A viragem à esquerda no KPD acompanhou a evolução da IC e iniciou-se com a crítica em 1927 do projecto de programa de Brandler e Thalheimer, centrado na luta pelo «governo operário e camponês» e pelo «controle da produção», palavras de ordem censuradas por «apagarem a perspectiva da ditadura do proletariado.» Dirigentes do partido em 1923, Brandler e Thalheimer contam-se entre os principais protagonistas da aplicação na Alemanha da tática de frente única adoptada após o IV Congresso do Comintern (1922), tendo Brandler, enquanto membro da direcção central, feito parte do governo operário comunista-social democrata constituído na Saxónia (como também na Turíngia) em Outubro de 1923, que é dissolvido por intervenção da Reichswehr. Após a derrota, que se consoma sem outra reacção além dos com-

bates isolados de Hamburgo, Brandier e Thathemer são criticados por desvio oportunista e viverão na URSS desde então até 1928, altura em que são expulsos do partido.

Por outro lado a partir de 1928 regista-se uma viragem à direita na social-democracia, orientada pelas teses do «capitalismo organizado» prevalecentes no congresso de Kiel no ano anterior, pelo apoio ao governo de coligação do social-democrata Hermann Müller e pelas cedências crescentes à pressão dos partidos burgueses. É assim que o SPD conduzirá a campanha para as eleições de Maio de 1928 sob o slogan «Alimentação das crianças em vez de cruzadores Panzer!» e em Agosto é o próprio governo Müller a deliberar a construção de tais cruzadores. No mesmo ano, após a decisão arbitral que satisfizera parcialmente as reivindicações dos metalúrgicos do Ruhr e por declaração ministerial ganhara força de lei, os patrões decidem o lock-out, reclamando nova sentença arbitral. Cedendo à pressão patronal, e ilegalmente, o governo nomeia segundo árbitro, que virá efectivamente anular parte das conquistas alcançadas pelos operários. Assiste-se deste modo àquilo que Wolfgang Abendroth designou como «dissolução da consciência democrática na direcção social-democrata» e que, surgindo como confirmação quotidiana da tese do «social-fascismo», favorecerá uma crescente disposição ultra-esquerdista nos quadros comunistas (2, 80).

Papel decisivo na precipitação do curso esquerdista terão os acontecimentos do 1.º de Maio de 1929. Contrariando uma tradição que vinha dos tempos do Império (após a abolição da lei anti-socialista, i.e. desde 1890) a direcção sindical resolve não realizar a manifestação pública do 1.º de Maio. O KPD mantém a convocação da manifestação, que é proibida pelo prefeito de polícia social-democrata de Berlim. A repressão à concentração, que contou com um vasto apoio de massas e em que os operários procuraram responder ao ataque policial, provocará 31 mortos e centenas de feridos — o que nunca no tempo do Império acontecera. «Dificilmente se pode imaginar o efeito psicológico de tais acontecimentos» — diz ainda Wolfgang Abendroth — «para os trabalhadores comunistas a teoria do social-fascismo vê-se agora definitivamente confirmada.» Quaisquer tentativas de «direitistas» ou «conciliadores» para a restringir definitivamente liquidadas (2, 90; 25, 173; 21, 197). E entre

os trabalhadores social-democratas torna-se necessariamente ainda mais reservada a atitude para com os comunistas.

Em Junho o KPD realizará o seu Congresso de Wedding. Aí os «conciliadores» apresentarão uma «declaração da minoria do Comité Central» que se opõe à caracterização indiscriminada como fascista das medidas repressivas do Estado e como social-fascista da colaboração social-democrata nelas. Do ponto de vista táctico os «conciliadores» criticam o facto de se tender a privilegiar o trabalho entre os operários não-organizados, desprezando a acção nos sindicatos de direcção social-democrata que são a maioria. Mas estas posições encontrarão pouco eco no Congresso, onde será eleita uma nova direcção que — apesar de certas diferenciações internas não irrelevantes — até 1933 dirigirá o partido dentro dos rígidos esquemas da táctica «classe contra classe.»

A eclosão da crise económica mundial a partir de Outubro de 1929 surgirá como uma confirmação das perspectivas desenhadas pelo X Pleno e por conseguinte da justeza da orientação esquerdista então adoptada (25, 188). Nomeadamente é interessante verificar como o combate de retaguarda que «direita» e «conciliadores» travavam se fundava na negação dos fundamentos económicos de tal orientação: na verdade, prisioneiros da ideia segundo-internacionalista para o qual uma crise teria necessariamente por consequência a radicalização de massas, também eles não dispunham agora de argumentação que permitisse fundar uma estratégia diferente (21, 187).

O importante movimento de greves que marcara a primeira metade de 1929 é caracterizado, desde o Congresso de Wedding, como sintoma de uma ofensiva operária: «a luta classe contra classe» começou. Do outro lado acha-se «o patronato com a social-democracia» (Hekert, 21, 196). Na medida em que a social-democracia domina nos sindicatos, as atenções dos comunistas devem voltar-se para as massas inorganizadas, conquistando-as para a RGO (Oposição Sindical Vermelha) e opondo sistematicamente nas empresas as posições desta às das direcções sindicais. Esta política sindical virá a revelar-se nas suas consequências como um dos factores estruturais mais importantes do isolamento dos comunistas, na medida em que favorece os sistemáticos despedimentos de que estes tendem a ser objecto. O KPD torna-se essencial-

mente um partido de desempregados (em 1932 apenas 11% dos membros eram operários de fábrica, em confronto com 55% em 1928). (25, 190; 33, 66; 2, 131 sgs.).

Em Março de 1930 demite-se o governo de coligação do social-democrata Hermann Müller, que é substituído pelo dirigente do Partido do Centro Católico, Brüning. Privado de uma maioria parlamentar estável, Brüning adopta para defrontar as condições da crise uma política deflacionista, que impõe, com o apoio do Presidente Hindenburg, através duma utilização abusiva do artigo 48 da Constituição⁵. O governo Brüning merecerá do KPD a designação sistemática de *fascismo*. E trata-se sem dúvida dum governo reaccionário, que aplica uma política antioperária e através de meios que rompem parcialmente com os princípios da democracia parlamentar e da própria Constituição.

É nesta situação, caracterizada por um lado pelo ascenso regular e contínuo do fascismo hitleriano, por outro pelo desenvolvimento duma política anti-democrática dos grupos conservadores representados por Hindenburg e Brüning, que o SPD irá aplicar a tática que ficou conhecida como «política do mal menor» ou «política de tolerância» («Tolerierungspolitik»), e consiste simplesmente na pactuação global com uma política reaccionária, de modo a evitar assim o «mal maior» do hitle-rismo. A Tolerierungspolitik procura acreditar-se na tese de que a crise política é essencialmente um fruto da crise económica⁶: trata-se portanto de «ajudar» o capitalismo à superação da crise, sem introduzir alterações no quadro das relações sociais e admitindo múltiplas restrições aos direitos constitucionais. Uma vez superada a crise desapareceria o terreno para a radicalização da pequena-burguesia — a que o fascismo em crescimento é na visão social-democrata reduzido — e poder-se-ia regressar ao reformismo socializante do «capitalismo organizado», con-

⁵ É o seguinte o texto deste artigo: «Se no Reich alemão a segurança e a ordem pública se acharem consideravelmente perturbadas ou ameaçadas, o Presidente da República pode tomar as medidas necessárias à reposição da segurança e ordem pública, se necessário recorrendo à força pública.»

⁶ Ignorando que ela «nascia simultaneamente da agressividade do imperialismo alemão, cujos sectores mais reaccionários conduziam o ataque aos direitos públicos democráticos e ao sistema democrático-burguês», como se escreve na *História do Movimento Operário Alemão* (33, 73).

forme as perspectivas que Hilferding traçara no Congresso de Kiel. A «política de tolerância» permitiria, por outro lado, a manutenção das posições do movimento operário nos Lânder e nomeadamente do predomínio social-democrata no Parlamento e no governo da Prússia.

Esta orientação, que um dirigente do SPD definirá como a do «médico à cabeceira do doente», teve também a sua realização consequente no plano sindical, na base da ideia de que operários e capitalistas tinham nesta situação idêntico interesse no regresso mais rápido possível à prosperidade industrial. A ADGB praticará por isso uma política de restrição sistemática das greves, e ao mesmo tempo de expulsão dos comunistas por indisciplina sindical. (33, 68).

Em Setembro de 1930 realizar-se-ão eleições parlamentares, em que o KPD intervém com o seu «Programa de Libertação nacional e social» e sob a palavra de ordem de «Luta contra a ditadura fascista e pela ditadura do proletariado.» Estas eleições registam um recuo significativo do SPD — consequência natural do apoio à política extremamente impopular de Brüning — um avanço importante do KPD, mas sobretudo a passagem do nazismo de 800 mil a 6,5 milhões de votos e 107 deputados.

5. A partir das eleições de Setembro a ameaça concreta do fascismo hitleriano está colocada iniludivelmente. A caracterização da política reaccionária de Brüning como fascismo, e da social-democracia como social-fascismo, confronta-se agora para os comunistas com o necessário reconhecimento de um fascismo verdadeiro e próprio, o do N.S.D.A.P. Poder-se-ia admitir que a necessidade de individualização e combate a este específico fascismo levasse a uma revisão ou determinação ulterior dos juízos sobre os partidos reaccionários tradicionais e o SPD.

Sem ignorar o problema não é no entanto nesta direcção que o XI Pleno do Comintern (26 de Março a 11 de Abril de 1931) se vai orientar. Pelo contrário, o avanço do fascismo, e em particular o do nazismo na Alemanha, é simplesmente encarado como instrumento complementar da reacção capitalista que em primeira linha se exprime na «fascização com formas parlamentares», constituindo uma e outra expressão da acrescida agressividade da burguesia na situação de crise. A responsabilidade principal pelo avanço fascista em todas as suas formas cabe à social-democracia que, enquanto «principal

apoio social do regime capitalista», consolidou a opressão dos trabalhadores de que o fascismo é apenas a consequência lógica e a forma mais nua.

Assim, a luta vitoriosa contra o fascismo é identificada com a «mobilização contra todas as formas da ditadura burguesia e todas as suas medidas reaccionárias.» E exige sobretudo «uma rápida e decidida correcção dos erros, que no essencial consistem na construção liberal duma contradição entre o fascismo e a democracia burguesa, bem como entre as formas parlamentares e as abertamente fascistas de ditadura da burguesia, o que representa um reflexo da influência social-democrata nos partidos comunistas» (48, 214; 19, 369 sgs.; 29, 192).

6. Ainda em Abril de 1931 tem lugar a realização do IV Congresso do PCd'I, em Colónia, «sob a tutela não só organizativa do KPD» (Ragionieri, 52, 522). A iniciativa tinha por pressuposto, na linha das análises do Comintern, a iminência de uma situação revolucionária que deveria decorrer do desenvolvimento da crise económica italiana considerada particularmente aguda. Ela irá custar ao partido um enorme esforço, e nomeadamente a prisão da maior parte dos delegados do interior que nele deviam tomar parte, mas vai permitir pela primeira vez pôr directamente em contacto a base do partido com a direcção no exterior, reforçar a posição do centro interno e contribuir assim para o início de um processo de inserção nacional do partido que será determinante no seu futuro (Cf. 27, 31 sgs.). O simples facto da presença de militantes que estão em contacto com a vida quotidiana nos principais centros da Itália permite redimensionar substancialmente as visões catastróficas da crise; por outro lado o contacto directo desses militantes com a direcção do Partido e a organização da Internacional constitui um estímulo de acção que não será perdido, e terá até efeitos indirectos sobre outras correntes políticas.

Togliatti, que pronuncia a principal intervenção do Congresso, porá o acento na demonstração — de que os elementos de crise não conduziram automaticamente a uma solução de ruptura, e decisiva era, em qualquer caso, a capacidade de iniciativa do movimento revolucionário: «Nenhum regime cai se não é derrubado.» Mas este é apenas um ponto de partida, e a determinação das possibilidades dessa iniciativa para que apelava conduzirão Togliatti a iniciar um processo de reflexão sobre as vias

do desenvolvimento da luta de massa, que terá vastas implicações na sua acção ulterior de dirigente político no período das Frentes Populares e para além dele.

Desde já a conclusão de que o que eram normalmente consideradas massas desorganizadas são na verdade massas estreitamente organizadas pela rede de instituições do regime fascista — como o sindicato e o «Depo-lavoro» — leva-o a insistir na necessidade dum trabalho «paciente e minucioso» nessas organizações. A partir de então a análise de Togliatti orienta-se cada vez mais no sentido daquilo que será o tema fundamental das suas «Lições» do curso de Moscovo de 1935: o da contradição entre a natureza social do regime fascista e a sua base de massa, a necessidade e possibilidade de «fazer explodir» essa contradição interna e essencial constitutiva da forma específica do Estado fascista. Mas é evidente que da orientação para um tal trabalho «persistente e minucioso» resultam substancialmente alteradas as perspectivas quanto aos prazos de desenvolvimento da crise política italiana: a concretização da linha política conduz parcialmente à sua alteração.

O impulso de Togliatti para uma acção política mais «molecular» reflecte-se ainda na atenção à actividade das organizações políticas anti-fascistas como o PSI e Giustizia e Libertá. Em princípio quaisquer contactos com grupos socialistas ou GL só são admissíveis na perspectiva da sua desagregação e atracção de elementos isolados, já que qualquer aliança supõe o reconhecimento prévio da função hegemónica do PC e da URSS. Apesar disso, é um terreno que começa a ser explorado e produzirá ulteriormente os seus frutos (6, 192 sgs.)⁷.

⁷ Há que frisar que a relativa originalidade desta teorização e iniciativa políticas de Togliatti se movem nos quadros de uma adesão incondicional à disciplina do Comintern e à política da URSS, adesão que E. Racionieri qualificou de «plena, isenta (absoluta) de formas racionalmente motivadas». É uma opção pela sobrevivência da continuidade da direcção política do PCd'I, fundada numa apreciação realista das forças materiais em cena, que tem acima de tudo presentes o perigo de guerra, a prioridade da defesa da URSS, o papel insubstituível da URSS para o movimento revolucionário internacional e italiano. Diz Togliatti: «As nossas lutas em Itália, as do proletariado da Alemanha, as lutas nas colónias e os esforços do proletariado russo para abrir novas fábricas, pelo desenvolvimento da economia colectiva no campo, todas estas são forças que combatem na mesma frente de luta». É uma opção que o levará em todo o caso longe, e dificilmente faria imaginar o destino póstumo de patrono do eurocomunismo.

Também noutros partidos a concretização das orientações da política «classe contra classe» levará a adaptações tácticas no sentido dum maior realismo, e nalguns casos a correspondentes alterações dos quadros dirigentes. É assim que por exemplo no PCF a reunião do Comité Central de Julho de 1930 precisa que a crise económica não desemboca automaticamente na Revolução, proclama a vontade de unificação sindical e orienta-se para o desenvolvimento de actividades culturais de massa. Algum tempo depois, Barbé e Célor, os principais dirigentes do grupo de «jovens» que a IC contribuiu para instalar na Direcção do Partido após o VI Congresso, são afastados dessas posições, ao mesmo tempo que é formado um «colégio de direcção» internacional em que tem papel destacado o checo Eugen Fried, mais tarde interveniente activo na viragem para a orientação de Frente Popular em França. (56, 137 sgs.).

No KPD porém só em 1932 terá lugar uma remodelação deste género com a condenação do grupo Neumann-Remmelle, que se apoiava numa parte do aparelho do Comintern (29, 391).

7. Dois acontecimentos, que deram origem a duas expressões diferenciadas da actuação do KPD, são significativos da situação e da atitude das várias forças políticas no período final da República de Weimar.

O primeiro constitui o caso mais típico e extremo das consequências da política «classe contra classe.» Quando em 1931 o NSDAP propõe a dissolução antecipada do parlamento regional da Prússia e a demissão do seu governo para provocar novas eleições (em que os nazis estão seguros de melhorar a própria posição), o KPD, seguindo as directivas da Internacional, vem a apoiar esta exigência. O projecto não obteve a necessária maioria na votação popular a que foi sujeito, não tendo por isso consequências práticas. Mas os comunistas puderam ser facilmente acusados pela social-democracia de colaboração com o nazismo. (33, 96 sgs.; 21, 213 e 322; 25, 197).

Por um lado no plano da crítica ao social-fascismo: «A doutrina social-democrata e a ideologia fascista são duas coisas inteiramente (del tutto) iguais.» Mas também noutros, como a aprovação dos métodos depuradores («há que estar atento a não pôr questões de pessoas acima das questões de linha política e de unidade política do centro dirigente») (52, 479 sgs.).

O outro episódio traduzir-se-á na mais grave derrota do movimento operário alemão antes do 31 de Janeiro de 1933, constituindo ao mesmo tempo «o acontecimento mais decisivo para a República de Weimar» (25, 201). Após a derrota do governo prussiano de coligação SPD/ /Zentrum nas eleições regionais de 4 de Abril de 1932, e dispondo o KPD e o NSDAP em conjunto de mais de metade dos votos parlamentares, não é possível formar governo sem a tolerância dum destes dois partidos. Para superar a situação o governo von Papen impõe a 20 de Julho, através dum decreto presidencial de Hindenburgo, a destituição do governo regional SPD nomeando como comissário do Reich para a Prússia o próprio von Papen. Nesta situação o KPD propõe à direcção do SPD um apelo à greve geral e à resistência armada, que o SPD rejeitará, declarando limitar-se ao uso dos meios legais e recorrendo posteriormente (sem resultado prático) para o Tribunal Constitucional.

Para uma eventual resistência armada o governo social-democrata teria podido dispor dos 90 mil homens das forças de polícia da Prússia, bem armadas, e além disso, como força de apoio, das milícias da Reichsbanner e do Rotfrontkämpferbund, num total de mais de 500 mil homens. «As consequências dum insucesso total não teriam podido ser mais funestas que as consequências políticas e psicológicas da inactividade», escreve Erich Matthias (25, 200). A decisão da direcção social-democrática veio de resto contrariar a reacção espontânea, no sentido da resistência e da frente única socialista-comunista, dos próprios militantes socialistas (Cf. 2, 129).

A queda do governo social-democrata da Prússia significava a perda da mais forte posição estatal do movimento operário alemão, em nome de cuja defesa justamente até então a direcção social-democrata justificava a Tolerierungspolitik. Mas além disso resultava dela uma decisiva alteração da relação de forças global, como experiência bem sucedida a verificar a possibilidade de novos avanços da ofensiva anti-operária. Em particular, ficavam substancialmente atenuados os receios de uma eventual resistência unificada à entrada dos nazis no governo, que nos círculos dominantes do capitalismo alemão era já uma hipótese amplamente debatida.

A rejeição da proposta comunista correspondia também a deixar inaproveitados os elementos de potencial mudança estratégica que continha, e contribuía, pelo con-

trário, para manter ainda mais rigidamente a teoria do social-fascismo.

Sendo por um lado continuação lógica do comportamento legalista da social-democracia, e da sua incapacidade para assegurar uma defesa consequente do movimento operário mesmo dentro dos limites constitucionais que estrategicamente se fixara, a rendição perante o governo von Papen exprimia por outro lado o medo das consequências duma possível vitória: como alguns dirigentes do SPD o exprimiriam mais tarde, tal vitória poderia conduzir à realização do «objectivo bolchevique.» A iniciativa comunista veio, também neste aspecto, demasiado tarde: nos últimos anos a ala direita social-democrata reforçara-se e reforçara o seu anticomunismo, ao passo que a ala esquerda perdera toda a influência, ou fora reunir-se no S.A.P., que nunca alcançou as dimensões dum partido de massa.

A política oficial do KPD de «unidade de acção pela base» não regista sucessos capazes de compensar a falta de uma acção conjunta dos partidos operários. O movimento da «Antifascistische Aktion», a mais importante iniciativa neste sentido, realiza em Julho um Congresso em Berlim, em que não participa senão um limitado número de militantes social-democratas e elementos sem partido.

Mais importante é a nível internacional a realização do Congresso de Amsterdam Contra a Guerra e o Fascismo, por iniciativa de Henri Barbusse e Romain Rolland e com a adesão de outros nomes significativos da cultura europeia. Apesar de a S.A.I. recusar qualquer colaboração à iniciativa, ela virá no seu desenvolvimento ulterior a contribuir poderosamente para o despertar em toda a Europa duma consciência de massas antifascista e por essa via para a aproximação numa base antifascista das duas grandes componentes políticas do movimento operário. Nomeadamente, toma parte na delegação francesa ao Congresso um certo número de membros do partido socialista SFIO, incluindo alguns dirigentes, o que não será irrelevante para os processos que, em primeiro lugar em França, iniciarão uma nova fase da luta antifascista e da estratégia do movimento operário.

8. O ascenso nazi prossegue entretanto a ritmos crescentemente acelerados. Nas eleições presidenciais de Março/Abril de 1932, Hitler obtém 30% dos votos (Hin-

denburgo 50% com o apoio social-democrata, o comunista Thälmann 13%, o nacionalista Düstenberg 7%). A queda do governo Brüning e a formação do governo von Papen, que não dispõe de apoio parlamentar, obrigam à convocação em Julho de eleições legislativas: o NSDAP recolhe então 13,8 milhões de votos e 230 deputados, superando os votos KPD e SPD reunidos e marginalizando os outros partidos conservadores.

A reunião do XII Pleno do CEIC, que tem lugar em Agosto-Setembro de 1932, é contraditoriamente marcada pelo reafirmar duma perspectiva optimista e extremista quanto à precipitação da crise revolucionária e pelo aflorar dalgumas indicações novas, de sentido diverso. Neste sentido podem contar-se a condenação no relatório Kuusinen da «propaganda abstracta da ditadura do proletariado», a insistência nos «objectivos práticos imediatos da actual luta de classes», a admissão da possibilidade, dentro dos limites da política de unidade pela base, de «fazer propostas a uma organização sindical inferior ou mesmo a uma organização social-democrata local», a que se acrescenta a indicação de que não há que colocar como condição prévia aos trabalhadores reformistas a ruptura com os respectivos chefes. Mas a perspectiva de fundo continua sendo a do ataque à social-democracia como principal obstáculo à conquista da maioria dos trabalhadores para a solução revolucionária. Considera-se errado julgar como processo mais importante na Alemanha o do crescimento do fascismo: fundamental seria antes a tendência para a confrontação entre as forças da Revolução e as da Contra-revolução, devendo o KPD manter, em oposição à propaganda fascista, a palavra de ordem de «Alemanha dos Conselhos.» (29, 392 sgs.; 48, 229 sgs.; 25, 213; 52, 509).

9. A precipitação do processo que conduz à tomada nazi do poder pode reconduzir-se ao resultado das eleições de Novembro de 1932, que registam um claro aumento da votação comunista ao mesmo tempo que um recuo do NSDAP. Esta embrionária crise da progressão fascista corre o risco de se desenvolver tão avassaladora como fora o seu ascenso: pois o nazismo alimentava-se já em grande parte da sugestão da sua irresistibilidade. As eleições regionais de Dezembro na Turíngia confirmarão aliás a tendência. O pequeno-burguês que quer apostar sempre no cavalo vencedor corre o risco de se deixar

desviar: não são em pequeno número nesta altura os abandonos do NSDAP.

É nesta conjuntura, em que a diminuição do apoio de massa se combina com a bancarrota financeira e o agravamento das rivalidades internas ao partido, comprometendo a própria posição de Hitler, que vai ser decisiva a intervenção do grande capital. Schacht, Thyssen e outros dirigem então a Hindenburgo o chamado «documento dos industriais» que propõe a nomeação de Hitler como chefe do governo. A 30 de Janeiro de 1933 o chefe do NSDAP torna-se chanceler do Reich alemão. (2, 135 sgs.; 49, 11 sgs).

Perante a nomeação de Hitler, o KPD propõe à direcção do SPD o apelo conjunto à greve geral, mas esta proposta será rejeitada. O comportamento subsequente da social-democracia neste período imediatamente após a tomada nazi do poder não favorecerá a aproximação com os comunistas numa base antifascista. É assim que a confederação sindical ADGB, numa tentativa desesperada de sobrevivência, abandona a Internacional Sindical de Amsterdam, repudia toda a ligação ao SPD e convida os operários à participação na «Festa do Trabalho» organizada pelo governo de Hitler para o 1.º de Maio. Quanto ao partido social-democrata, embora se oponha no Reichstag à lei de delegação de plenos poderes no governo (Ermächtigungsgesetz), o discurso do dirigente Otto Wells nessa ocasião ignorará inteiramente a cassação dos mandatos dos 81 deputados comunistas, internados em campos de concentração. Pouco depois o SPD abandona a SAI (em protesto contra a denúncia da existência na Alemanha de campos de concentração!) afasta oficialmente os dirigentes exilados em Praga e elege nova direcção de que os não-arianos são excluídos. As tentativas, nomeadamente dalguns sectores das juventudes, para passar à resistência ilegal são vivamente combatidas. A declaração governamental sobre a política externa será aprovada unanimemente no Reichstag, isto é, com os votos social-democratas. Antes ainda de proceder à dissolução oficial do SPD, o governo de Hitler ordena a suspensão da sua actividade, ordem que será também fielmente acatada.

Como refere Abendroth, estes comportamentos parecem de tal modo confirmar a tese do social-fascismo, que alguns dirigentes sindicais, até então da direita social-democrata, abandonam o SPD pelo KPD, convencidos

da justeza das críticas comunistas. Por outro lado, para o KPD factos como esse são um factor de confirmação das próprias posições, que desse modo não só se mantêm como reforçam.

10. A reacção num primeiro momento mais generalizada no movimento comunista internacional à tomada do poder pelo nazismo consistirá em considerar que ela não tem condições de estabilização e que, agravando a situação, precipitará finalmente o movimento revolucionário.

A rapidíssima campanha de terror que o governo hitleriano executa e que conduz desde as primeiras semanas ao incêndio do Reichstag, à prisão de dezenas de milhar de antifascistas, ao início da edificação de campos de concentração, à ilegalização do KPD, às eleições de Março e à concentração de poderes no governo, finalmente em Julho à oficialização do NSDAP como partido único, vêm finalmente abalar esta perspectiva.

A partir de Fevereiro de 1933 têm lugar os primeiros contactos entre partidos comunistas e partidos social-democratas, de início sem resultados práticos, até porque o SAI exige um acordo prévio entre as duas Internacionais, que o Comintern recusa. É de qualquer forma um primeiro passo para uma mudança de orientações o comunicado que o CEIC emite em Março de 1933 e em que se convidam os partidos comunistas «a fazer uma ulterior tentativa para estabelecer a frente única com as massas trabalhadoras social-democratas através dos partidos social-democratas» (19, 239).

Dá-se ainda em 1933 a unificação do movimento da Paz de Amsterdam com o Congresso da Sala Pleyel, de que nasce o Comité Mundial Contra o Fascismo e a Guerra. Em Setembro inicia-se o julgamento do incêndio do Reichstag, que Dimitrov transforma num acto de acusação contra o regime nazi de grande impacto na opinião mundial, defrontando em pleno tribunal testemunhas como Goering e Goebbels. A campanha internacional pela sua libertação, a que aderem sectores e personalidades de diversas tendências políticas, contribuirá para o surgimento das primeiras iniciativas e organizações, de carácter supra-partidário, que unem na luta anti-fascista elementos afastados por divisões aparentemente insuperáveis (70).

Em função de todos estes factores começa a desenvolver-se no Comintern uma troca de pontos de vista sobre a possibilidade de acordos com a social-democracia, ao mesmo tempo que na Conferência de Paris da SAI, em Agosto, se afirma uma esquerda social-democrática que defende a unidade de acção com os comunistas (29, 398 sgs.).

Mas só parcialmente é que as novas experiências se verão reflectidas nos trabalhos do XIII Pleno do CEIC, de Dezembro de 1933.

A principal novidade nas Teses do XIII Pleno é a de definição do fascismo que veio a tornar-se famosa principalmente a partir do desenvolvimento que dela fez Dimitrov no VII Congresso, e que é ainda hoje a definição do fascismo mais corrente no movimento comunista: «o fascismo é uma ditadura terrorista aberta dos elementos mais reaccionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro. «A acentuação do carácter particularmente restrito dos interesses de classe representados pelo fascismo abrirá o caminho a uma estratégia voltada para o seu isolamento, estratégia que será a do VII Congresso. O XIII Pleno destaca a contradição que a instauração do fascismo abriu com «alguns grupos burgueses, especialmente os social-fascistas (...) que são pela realização da fascização da ditadura burguesa através da manutenção de formas parlamentares». Mas considera-se que a social-democracia continua a cumprir a função de «principal apoio social da burguesia, mesmo nos países de ditadura fascista aberta.» A social-democracia alemã é objecto de denúncia especial (Tese 3), que é completada pela aprovação integral da política do KPD antes, durante e após a tomada do poder pelos nazis.

O elemento novo nas Teses do XIII Pleno consiste na identificação do fascismo e do perigo de guerra como elementos centrais definidores da conjuntura — sendo o fascismo alemão explicitamente individualizado como «principal instigador de guerra na Europa» — e numa tentativa de adequação dos comportamentos táticos que, mantendo inalterada a perspectiva estratégica, permitam uma intervenção focalizada nesses problemas centrais imediatos. Tais adequações táticas não são irrelevantes, no sentido em que delas resulta um apelo à iniciativa e à ruptura com formas de optimismo beatífico que anteriormente tinham dominado — do que deriva uma aten-

ção muito mais concreta aos métodos de trabalho de massa. Assim, rejeita-se «qualquer orientação fatalista e derrotista que considere as guerras imperialistas como inevitáveis», ao mesmo tempo que se refere «a necessidade de acabar com a negligência oportunista, capituladora, para com o trabalho sindical e particularmente o trabalho nos sindicatos reformistas e nos sindicatos fascistas e cristãos de massa.» O conteúdo político das principais palavras de ordem continua porém imutavelmente dirigido à luta pelo poder dos soviets como «única forma estatal da ditadura do proletariado», a prosseguir na máxima tensão de forças com vista às «próximas batalhas decisivas pelo poder.» (19, 242 sgs.; 41, 12 sgs.).

11. Desde os princípios de 1934 que com maior clareza começarão a desenhar-se, nas relações internacionais e na evolução das lutas de classe nalguns países europeus, os factores de uma mudança profunda na situação objectiva do movimento operário e consequentemente nos seus comportamentos tácticos.

De 26 de Janeiro a 10 de Fevereiro decorre o XVII congresso do PC da URSS. Analisando os desenvolvimentos no mundo capitalista posteriores à grande crise, e sem rejeitar a possibilidade de continuação de boas relações estatais entre a Alemanha e a URSS, na linha de Rapallo (e tal como sucedia com a Itália fascista), Stalin destacará os perigos do fascismo para a paz mundial. Ao mesmo tempo, olhando à intensificação da produção de armamento que a Alemanha então realiza em violação do tratado de Versalhes, e ao recente acordo com a Polónia, de iniludível sentido anti-soviético, Stalin formulará votos de um estreitamento de relações com o governo francês para uma acção comum de defesa da paz.

Começa assim a esboçar-se, por parte do governo soviético, uma evolução que em curto prazo o conduzirá à adesão a SDN e representa a superação definitiva da sua posição diplomática globalmente exterior ao mundo capitalista, no máximo compatível com acordos localizados numa base de interesse recíproco, para passar à de protagonista e factor activo da realização dos equilíbrios internacionais. Não é casual, também do ponto de vista da evolução interna do regime soviético, se tal mudança se dá neste momento: concluído o esforço brutal que fora o do primeiro plano quinquenal, com as suas consequências dilacerantes em todos os aspectos da vida do

povo soviético, impunha-se a necessidade de uma pausa e de uma reorganização que só seriam possíveis em condições de paz. Paz que Stalin considerará necessária «pelo menos por dez anos.» (6, 228).

No que diz respeito ao movimento operário, são os acontecimentos de Paris e de Viena que vão ter uma influência determinante na reordenação das relações entre comunistas e socialistas.

Em França o desenvolvimento dos grupos fascistas dos «Croix de Feu», alimentado pelo apoio financeiro e político dos meios da alta finança e da burocracia estatal, vê-se particularmente impulsionado pelos numerosos escândalos que põem em causa as instituições republicanas (v. g. o «caso Stavisky»). A 6 de Fevereiro a extrema-direita promove uma manifestação contra a demissão pelo governo radical do prefeito Chiappe, protector dos fascistas. Na sequência da manifestação têm lugar uma tentativa de assalto ao Parlamento e violentas confrontações com a polícia, de que resultarão vários mortos. Os manifestantes conseguiram provocar a queda do governo Daladier e a sua substituição pelo mais reaccionário governo Doumergue. A 9, em resposta à manifestação fascista, o PCF convoca uma manifestação de rua, contra o fascismo mas igualmente sob palavras de ordem comunistas («Les soviets partout!»). Na manifestação, que é proibida e dará também ocasião a violentos choques com a polícia (seis mortos e muitos feridos) participam porém muitos trabalhadores socialistas, apesar da ausência de qualquer indicação da SFIO nesse sentido. Finalmente quando a CGT socialista resolve convocar, a 12, uma greve geral de 24 horas e manifestações pela defesa da República, os comunistas aderem sob as suas próprias palavras de ordem a essas iniciativas. A importância das manifestações e da participação na greve, a superioridade numérica demonstrada nas ruas em relação aos grupos fascistas, funcionarão como revelador da eficácia da unidade operária, que potenciará a partir de então outras iniciativas no mesmo sentido.

Entretanto em Linz, na Áustria, nesse mesmo dia 12 de Fevereiro, e na prossecução da política de destruição progressiva das instituições democráticas e das posições do movimento operário, que é a do governo Dollfuss, a milícia fascista Heimwehr empreende o assalto às sedes do partido socialista. O Schutzbund (milícia social-democrata) resiste, e o SPO, que até então sempre

recuara e cedera face a anteriores situações de ataque governamental, apela desta vez à greve geral e à resistência. Os combates estender-se-ão a Viena e prolongar-se-ão numa batalha de 4 dias, que fará quatrocentos mortos e em que a direcção política e militar do partido socialista se revelará profundamente ineficaz. A derrota seguir-se-á a desagregação organizativa do SPÖ, o que traduz os efeitos dum decisivo golpe nas concepções pacifistas da social-democracia, a constituição na ilegalidade de um novo Partido Socialista Revolucionário e a passagem massiva de militantes socialistas para o pequeno KPÖ, que virá assim a ter na ilegalidade (facto mais único de que raro na história, escreve Milos Hajek) um número de militantes superior ao que tinha em condições legais. Apesar da derrota, os combates de Linz e Viena serão um primeiro exemplo duma acção operária unida de resistência armada ao fascismo e, ao mesmo tempo que contribuem para o descrédito das posições reformistas, evidenciarão as potencialidades de luta da massa dos militantes social-democratas. (20, 273 sgs.; 29, 429; 25, 257).

Ainda em 1934, os combates antifascistas em Espanha, que se prolongarão na revolta dos mineiros asturianos, contribuirão decisivamente, apesar de derrotados, para a travagem nesse momento da fascização da Espanha. Com motivo na solidariedade aos mineiros asturianos terá lugar o primeiro encontro entre dirigentes da IC e da S. A. I. que, embora sem resultados concretos, inaugurará uma fase inteiramente nova das relações, a nível dirigente, entre as duas Internacionais operárias.

12. É na base do conjunto destas experiências da luta de classes que o Comintern inicia o longo e difícil percurso rumo à histórica viragem que o VII Congresso sistematizará e consagrará.

As primeiras premissas duma tal viragem podem em parte encontrar-se no próprio discurso de Dimitrov durante o processo de Leipzig (julgamento do incêndio do Reichstag) em que era acusado. Assim as observações tendentes a distinguir entre a clique fascista dirigente e os «milhões de pessoas honestas» que a apoiam; a argumentação, centrada não numa genérica denúncia do capitalismo, mas na demonstração dos crimes do fascismo hitleriano; as afirmações de patriotismo e internacionalismo, as referências às tradições revolucionárias do povo

alemão e do povo búlgaro. Tudo elementos que, se não corporizavam por si uma nova linha estratégica, afirmavam uma série de temas já diferenciada das contraposições esquemáticas da «classe contra classe.» (41, 58).

As avaliações dos acontecimentos franceses e austríacos inicialmente feitas no Presidium do CEIC a 17/2/34 não trazem inovações essenciais. Confirmam globalmente as teses do XIII Pleno, acentuando que o fascismo não é inevitável desde que se lhe saiba contrapor uma iniciativa política adequada. Mas é ainda enquanto prenúncio do «segundo turno de revoluções» (para usar a expressão do delegado francês Monmousseau) que eles são interpretados. Elemento novo e importante é entretanto sublinhar-se aprovativamente o facto de o PCF não ter posto como condição prévia à participação na greve geral o reconhecimento da sua função dirigente, resolvendo-a praticamente no processo da luta contra o fascismo. Nas discussões que posteriormente têm lugar através do órgão teórico do Comintern, o tom dominante é porém de novo o do combate aos «perigos de direita» que ameaçam o PCF, prevenindo em relação a hipotéticas «negociações na cúpula» ou uma defesa da República que apagasse o objectivo soviético.

Na Conferência regional de Ivry (23-26 de Junho 1934) o PCF começará porém a concretizar «os contornos de uma ampla política de frente antifascista» (29, 427). Admite-se nomeadamente, numa formulação hesitante, iniciar, em certas circunstâncias e para objectivos precisos de acção, eventuais discussões com a direcção do partido socialista. (56, 187). Maurice Thorez condena os slogans de luta pela destruição da democracia burguesa e insiste na validade dos temas patrióticos.

As discussões com a SFIO iniciar-se-ão, com efeito, em muito curto prazo, primeiro ao nível das federações regionais do Sena, depois ao nível central, conduzindo finalmente ao histórico Pacto de Unidade de Acção, concluído pelas direcções dos dois partidos a 27 de Julho de 1934. (65, 33 sgs.).

Antes da própria conferência de Ivry, já a carta da CEIC ao CC do PCF insistira na necessidade de os comunistas defenderem as reivindicações das camadas pequeno-burguesas e abandonarem as afirmações destrutivas em relação à democracia burguesa.

Ainda em Junho de 1934 iniciam-se os trabalhos das comissões preparatórias do VII Congresso da Interna-

cional e, com elas, «quentes discussões» e uma «particularmente funda e completa troca de opiniões» (29, 433). Já no final de Maio o Presidium do CEIC fixara o programa do Congresso, encarregando Pieck, Dimitrov, Togliatti e Manuïlsky da elaboração dos relatórios principais. Milos Hajek nota como neste grupo não figuram os nomes dos expoentes da anterior orientação (Bela Kun, Knorin e Piatnitski) que também passarão após o Congresso a posições de menos destaque, e vê nela o primeiro sintoma duma mudança dos quadros dirigentes (25, 254). Em fins de Junho Dimitrov redige uma carta à comissão encarregada da preparação do 2.º ponto da ordem de trabalhos do Congresso (v. anexo I) e apresenta o seu projecto de relatório. A carta, o relatório e o discurso então pronunciado são a primeira sistematização franca, decidida e fundamentada da nova orientação. Não será sem resistências nem rapidamente que ela conseguirá vingar. Tanto assim que o Congresso, inicialmente previsto para a segunda metade de 1934, teve de ser adiado para meados do ano seguinte.

Entretanto o exemplo do PCF exercia rapidamente uma influência junto de outros partidos comunistas, ao mesmo tempo que a experiência do movimento de massas antifascista, aliada à evolução das condições internacionais, contribuía para o desenvolvimento em toda a Europa de um clima de mobilização antifascista.

É assim que em Itália, não obstante a lentidão e prudência de Togliatti na adesão à nova linha (52, 587 sgs.; 6, 231) se conclui logo a 17 de Agosto um pacto de acordo PCI/PSI, em que cada um dos partidos se compromete a influir junto das respectivas Internacionais no sentido da unidade socialista-comunista (19, 276).

Em Outubro tem lugar em Bruxelas a primeira reunião entre representantes da IC (Thorez e Marcel Cachin) e da SAI (E. Vandervelde e F. Adler), com o objectivo de organização de uma acção comum de apoio aos trabalhadores asturianos. Embora dela não tenham saído resultados concretos, dada a extrema reticência dos representantes social-democratas que querem saber se se trata de «uma manobra ou uma mudança» na política do Comintern, assinalará uma nova fase das relações no movimento operário internacional. A partir daqui vai operar-se progressivamente uma diferenciação no seio da SAI: ao passo que a maior parte dos partidos socialistas da Europa do Norte, e da Checoslováquia, se opõem à aliança com

os comunistas, em França, Itália, Espanha, Áustria, a unidade de acção será rapidamente uma realidade, embora permanentemente ameaçada pela pressão da direita social-democrata, em cada um desses partidos como a nível internacional. (25, 266).

Particularmente difícil será a superação da velha linha sectária pelo KPD, não só porque o reconhecimento das responsabilidades na situação alemã era especialmente doloroso (Hajek) como porque a falência moral da direcção social-democrata após o 30 de Janeiro aparecia como verdadeira confirmação da teoria do social-fascismo. A mudança no KPD operar-se-á através da intervenção da Internacional em apoio das posições de Wilhelm Pieck e Walter Ulbricht, inicialmente em minoria. Já em 1934 haviam sido afastados os protagonistas mais destacados da orientação sectária, Neumann e Remmelle, mas a oposição ao novo curso, e nomeadamente a um acordo com o partido social-democrata, subsistirá, e só será ultrapassada com a formação duma nova direcção em torno de Pieck e Ulbricht. Idênticas dificuldades se deslocaram à reorientação dos partidos búlgaro, húngaro e outros.

A extensão da política de frente única proletária à frente popular antifascista é pela primeira vez expressa num discurso de Thorez em Nantes a 24 de Outubro de 1934, onde na véspera tivera lugar o Congresso do Partido Radical. Embora ela se situasse na linha de algumas indicações anteriores do CEIC, nem todos os seus dirigentes estavam ainda identificados com essa orientação em todas as suas consequências: pouco antes de Thorez pronunciar o seu discurso, Togliatti recomenda-lhe que renuncie «à forma e à ideia da Frente Popular». A iniciativa de Thorez será porém formalmente avalizada pelo Presidium do CEIC e, segundo aquele relata, ao encontrar-se então com Stalin, o dirigente soviético felicitá-lo-á por ter encontrado «uma nova chave para abrir as portas do futuro» (29, 439 sgs.; 25, 272 sgs.; 64, 101).

Entretanto em Maio de 1935 será concluído o Pacto de Assistência Mútua Franco-Soviético e, em consequência, o PCF abandona a tradicional política do «derrotismo revolucionário». É um dos factores que decisivamente facilitam a aproximação com o partido radical, que na altura fazia parte do governo de centro-direita, e abrem caminho à ulterior concretização da ideia de Frente Popular em projecto governamental. Nos meios

da esquerda sem partido, nomeadamente entre os intelectuais agrupados no CVIA, tal hipótese encontra eco crescente.

Os acontecimentos políticos internos e externos, nota Milos Hajek, contribuíram também para a aproximação entre todos os partidos antifascistas: «em 1935 a crise económica atingiu o seu ponto mais baixo, a actividade das ligas fascistas continuava a desenvolver-se, o plebiscito de 13 de Janeiro de 1935 no Saar fizera cair as ilusões sobre uma queda próxima do nazismo, a introdução — decidida a 16 de Março — do serviço militar obrigatório colocava a Alemanha fora do Tratado de Versalhes, a Itália preparava-se para agredir a Etiópia.» (25, 247).

Durante a crise governativa de fins de Maio encetam-se pela primeira vez discussões entre representantes do PCF, da SFIO e do Partido Radical em que é colocada a hipótese de um governo comum. Finalmente é no decurso da preparação das comemorações do 14 de Julho que a Frente Popular irá nascer como organização, englobando não só os três partidos como representantes das duas centrais sindicais e de outras organizações. Depois, desenvolver-se-ão rapidamente os acordos que permitirão chegar, no ano seguinte, às eleições legislativas e à constituição do governo de Frente Popular.

Quando, a partir de 25 de Julho de 1935, se iniciam na Casa dos Sindicatos em Moscovo os trabalhos do VII Congresso da Internacional, a discussão dos processos então em curso em França ocupará neles, pelo que representava já enquanto experiência bem sucedida da defesa contra o fascismo e pelas expectativas que além disso suscitava, um lugar destacado. Mais amplamente porém, são as experiências geográficas e politicamente muito diversificadas de sete anos de vida dos 65 partidos nela representados que então são passadas em revista. Longe de exprimirem uma solução improvisada ou circunstancial, as novas orientações que sairão do VII Congresso do Comintern são pelo contrário o fruto de uma vasta experiência vivida do movimento comunista internacional no seu conjunto.

ANEXO N.º 1

Este texto, escrito por Dimitrov para a preparação do seu relatório, foi por ele enviado em Junho de 1934 à comissão encarregada da preparação do segundo ponto da ordem de trabalhos do VII Congresso («a ofensiva do fascismo e as tarefas da I. C. na luta pela unidade da classe operária contra o fascismo»). Pela sua extrema concisão e pela sua *forma* interrogativa ele é a nosso ver — centrado sobre o problema essencial que é o da unidade operária — a formulação mais nítida dos pontos críticos da política que até então orientava a I. C., ao mesmo tempo que dos elementos em que haveria de basear-se, positivamente, a profunda revisão estratégica do VII Congresso.

Pela má cópia do esquema do relatório vereis qual e como deveria ser, em minha opinião, o carácter do relatório sobre o segundo ponto da ordem do dia do Congresso.

Além disso gostaria na próxima discussão convoscó de colocar as seguintes questões:

1. Sobre a social-democracia

1. É correcta ou não a qualificação sumária da social-democracia como social-fascismo? Com esta posição, frequentemente, nós fechámos o caminho para os operários social-democratas.

2. É correcto considerar a social-democracia, em qualquer parte e em todas as condições, o principal apoio social da burguesia?

3. É correcto considerar todos os grupos social-democratas de esquerda como o perigo principal?

4. É correcta ou não a definição sumária de todos os quadros dirigentes dos partidos social-democratas e dos sindicatos reformistas como traidores conscientes da classe operária? Deve com efeito ter-se em conta que juntamente com os operários social-democratas, no decurso da luta, tomam um caminho revolucionário também não poucos dos actuais funcionários responsáveis dos partidos social-democratas e dos sindicatos reformistas; é do

nosso interesse facilitar por todas as formas esta passagem, acelerando assim também a passagem dos operários social-democratas ao nosso partido.

5. Não terá chegado a altura de abandonar os nossos discursos sobre a possibilidade ou impossibilidade de conquista dos sindicatos reformistas, e de em lugar disso colocar claramente, perante os seus aderentes, a tarefa de transformar estes sindicatos numa arma da luta de classe do proletariado?

6. A questão da unificação dos sindicatos revolucionários e reformistas sem levantar, como condição preliminar, o problema do reconhecimento da hegemonia dos partidos comunistas.

2. Sobre a frente única

1. Necessidade, em ligação com a mudança de situação, de alterar também a nossa tática da frente única. Em vez de a assumir exclusivamente como uma manobra para a derrota da social-democracia sem sérias tentativas para a criação duma efectiva unidade dos operários na luta, devemos transformá-la em factor real do desenvolvimento da luta de massa contra o avanço do fascismo.

2. É necessário abandonar a posição segundo a qual é possível dar vida à frente única só a partir de baixo, e há que deixar de considerar como oportunismo todo e qualquer gesto simultaneamente voltado também para os órgãos directivos do partido social-democrata.

3. Necessidade de desenvolver a iniciativa combativa das massas, sem a tutela pedante dos partidos comunistas em relação aos órgãos de frente única; não declarar sobre a hegemonia dos partidos comunistas, mas realizar nos factos a função dirigente dos partidos comunistas.

4. Necessidade de modificar radicalmente o nosso comportamento com os trabalhadores social-democratas e sem partido em todo o nosso trabalho de massa, de agitação e de propaganda. É necessário não nos limitarmos a afirmações genéricas sobre a traição da social-democracia, mas concretamente, pacientemente, com argumentos na mão, explicar aos operários aonde conduz, onde conduziu já a política social-democrata de colaboração com a burguesia. Não deitar tudo para as costas dos

chefes social-democratas, mas indicar também a responsabilidade dos operários social-democratas, forçando-os a meditar sobre a sua própria responsabilidade e a procurar o justo caminho de luta, etc.

3. Sobre a direcção do Comintern

É necessário modificar os métodos de trabalho e de direcção do Comintern tendo presente que não é possível dirigir a partir de Moscovo de modo operacional, para todas as questões, o conjunto das 65 secções do Comintern que actuam nas mais diversas condições (partidos nos territórios metropolitanos e nas colónias, partidos de países industriais altamente desenvolvidos e em países predominantemente camponeses, partidos legais e não legais, etc.).

É necessário concentrar a atenção sobre a direcção política geral do movimento comunista, sobre a ajuda aos partidos comunistas nas questões políticas e táticas fundamentais, sobre a criação duma firme direcção bolchevique dos partidos comunistas no local e sobre o reforço dos partidos comunistas com funcionários, na base duma redução do pesado aparelho burocrático do CEIC.

É necessário um desenvolvimento ulterior da auto-crítica bolchevique, por medo da qual por vezes continuam por esclarecer grandes problemas políticos (questão da actual etapa da crise e da chamada conjuntura bélica inflacionista, apreciação e ensinamentos derivados dos acontecimentos austríacos, etc.).

É impossível realizar uma mudança nos métodos de direcção e de trabalho do Comintern sem renovar em parte o quadro dos funcionários.

Em particular é necessária uma relação estreita da direcção do Comintern com o Politburo do PC(b) da URSS.

ANEXO II

Intervenção de «Queirós» na discussão do relatório de Dimitrov (2.º ponto da ordem de trabalho do VII Congresso) * — Moscovo, 11 de Agosto de 1935 °.

Portugal é um país em que o fascismo exerce o seu domínio abjecto. Onde reside a causa da vitória da ditadura?

Esta ditadura pôde vencer porque, em consequência da política das organizações dirigentes da classe operária e da falta de um forte partido comunista, o proletariado se revelou indefeso.

A CGT anarquista, que ainda na véspera desses acontecimentos dispunha em relativamente grande medida da capacidade de mobilizar as massas, deu a palavra de ordem da «neutralidade proletária» perante o golpe de Estado militar. Esta palavra de ordem deu expressão a toda a essência da política da CGT, que durante anos repetiu que todas as formas de governo são iguais e em consequência o proletariado tem de comportar-se passivamente perante os assuntos internos da burguesia.

Se resumirmos o que trouxe ao proletariado a ditadura militar-fascista no domínio económico, vemos que os salários dos operários já foram reduzidos em 40% e os dos trabalhadores agrícolas em 75%, o dia de trabalho foi prolongado, no país há 150 mil desempregados, etc. A pequena-burguesia e em especial as camadas pobres do campesinato estão entregues à ruína, piora a situação económica e política dos intelectuais. Em consequên-

* Segundo Vilem Kohan, *A contribution to the identification of the pseudonyms used in the minutes and reports of the Communist International* in «International Review of Social History» n.º 2/78, p. 185, «Queirós» ou «Keyrós» seria, paralelamente com Albino, no contexto do VII Congresso, um pseudónimo de Bento Gonçalves. Deve entretanto notar-se que «Queirós» era, na organização do PCP, um dos pseudónimos habituais de Francisco Paula de Oliveira («Pavel»), que também estava em Moscovo nesta altura. Por outro lado, ao contrário do que acontece com a intervenção de «Albino» na discussão do 1.º ponto da ordem de trabalhos do Congresso, nunca a intervenção de «Queirós» apareceu publicada em nenhuma edição dos escritos de Bento Gonçalves.

° Traduzido do texto alemão, in «RUNDSCHAU uber Politik, Wirtschaft und Arbeiterbewegung», Sondernummer, Basel 18. November 1935, 4. Jahrgang, Nummer 65, s. 2599.

cia, a base de massa da ditadura fascista estreita-se cada vez mais.

A «União Nacional», partido da ditadura, é formada pelas cúpulas da burguesia e dos grandes agrários, pelos oficiais superiores do Exército e da Marinha, e pelo clero e uma parte da pequena-burguesia que se acha em processo de decadência. O proletariado e as grandes massas trabalhadoras dos campos constituem neste partido da ditadura uma percentagem muito reduzida.

Em 1933, com o objectivo de criar uma base entre os trabalhadores e sobretudo nos sindicatos e de destruir o movimento operário então ainda legalmente existente, a ditadura fundou um movimento fascista sob o nome de «Nacional-sindicalismo.»

Por iniciativa do nosso Partido desenvolveu-se uma ampla campanha de desmascaramento do nacional-sindicalismo.

O governo da ditadura compreendeu que a prossecução de tais manobras podia conduzir a consequências mais sérias e viu-se por isso forçada a desistir do nacional-sindicalismo como base do regime nas massas trabalhadoras.

Isso foi um verdadeiro êxito da luta antifascista da massa trabalhadora de Portugal e de algumas camadas dos intelectuais sob a direcção do Partido Comunista; êxito que no nosso país temos que popularizar o mais amplamente possível, já que ele demonstrou que o fascismo não é invencível, mas pelo contrário tem os seus dias contados desde o momento em que a classe operária e todas as camadas da população trabalhadora explorada pelo fascismo, juntas num bloco único, lancem sobre ele o seu punho de ferro.

Registamos um outro importante exemplo de luta contra o fascismo em finais de 1933 e princípios de 1934, numa acção que se liga à generosa luta contra a fascização dos sindicatos.

Quando em Junho de 1933 o governo de Salazar publica um decreto sobre a dissolução dos sindicatos livres e a fundação dos sindicatos nacionais, i.e. fascistas, e das casas do povo para os trabalhadores, a Comissão central dos sindicatos vermelhos dirigiu a todas as organizações sindicais de várias orientações a proposta de formação duma frente única de luta contra os decretos de emergência da ditadura fascista.

Pela primeira vez na história do movimento operário de Portugal foi constituída uma frente unitária entre as instâncias centrais das organizações operárias, que representavam sindicatos anarquistas, comunistas, reformistas e independentes.

A 18 de Janeiro de 1934, data prevista pelo comité unitário para a realização da jornada de protesto contra os decretos fascistas, organizaram-se significativas acções de massas: greves gerais e manifestações públicas nos principais pontos do país, no Algarve, em Silves Almada, etc.

No mesmo dia os operários da Marinha Grande, onde o sindicato vermelho dos vidreiros dispunha de enorme influência em resultado de uma série de greves concluídas com êxito, passaram, com o apoio da maioria da população trabalhadora, de uma greve geral, que tinham mantido durante dois dias, a uma tentativa de insurreição, tendo desarmado a Polícia e ocupado os principais departamentos públicos. Durante algumas horas os operários foram senhores da cidade e tiveram as armas nas suas mãos.

Em resultado dos erros cometidos na preparação desta campanha e da traição dos anarquistas, não conseguimos impedir a fascização dos sindicatos. Pudemos no entanto mobilizar grandes massas e desmentir a lenda de que sob o fascismo não é possível conduzir lutas de massas.

Graças à atitude correcta que o nosso partido então adoptara nas questões principais e em luta permanente, o número de membros do nosso partido aumentou em pouco mais de um ano em mais de 50%.

Após a fascização dos sindicatos os comunistas tentaram, juntamente com os antigos dirigentes dos sindicatos anarquistas, reconstruir os sindicatos livres.

Levámos a cabo com êxito a mobilização das massas para defesa dos sindicatos livres ilegais. Actualmente os sindicatos livres existem entre nós em todos os ramos fundamentais da indústria.

Temos que superar todos os restos de sectarismo e aplicar na prática a táctica de frente única em correspondência com as condições do nosso país.

Temos que propor aos anarquistas e aos grupos socialistas dispersos por todo o país uma plataforma de acções concretas para defesa dos interesses económicos e políticos imediatos da classe operária.

Na base das acções de frente única temos que procurar também conquistar as camadas pequeno-burguesas intelectuais entre as quais cresce a hostilidade contra a ditadura.

Temos de procurar conquistar para nós os elementos republicanos que voltam costas à orientação putschista e conjuntamente com esses elementos construir uma ampla frente popular antifascista.

Temos que procurar também unificar o movimento sindical com o objectivo da fundação de sindicatos livres, unindo para isso os anarquistas e representantes de outras orientações sobre a base da ampla democracia sindical e de acções ofensivas contra o capital e pela defesa dos sindicatos.

Primeiro que tudo porém temos que reforçar o nosso partido.

Ao mesmo tempo que conduzimos energicamente a luta ideológica contra todos os pontos de vista sectários e oportunistas que existem ainda no nosso partido, temos de reforçar e alargar a nossa influência na classe operária na base da defesa dos interesses dos trabalhadores. O mais importante dos pressupostos para o reforço do nosso partido é o reforço da nossa actividade enquanto representantes dos interesses das camadas fundamentais da população: dos camponeses, dos desempregados, das mulheres, dos jovens, entre os quais até agora, trabalhamos muito pouco.

O nosso partido saberá completar os êxitos já alcançados e tornar-se numa forte secção do Comintern, capaz de conduzir as massas operárias na sua luta contra o fascismo.

ABREVIATURAS OU NOMENCLATURAS

- A.D.G.B. — Allgemeiner Deutsche Gewerkschaftsbund (Confederação Geral Sindical Alemã)
- C.E.I.C. — Comité Executivo da Internacional Comunista
- C.G.L. — Confederazione Generale del Lavoro (Confederação Geral do Trabalho)
- Comintern ou Komintern — Internacional Comunista
- C.V.I.A. — Comité de Vigilance des Intellectuels Antifascistes
- I.C. — Internacional Comunista
- K.P.D. — Kommunistische Partei Deutschlands (Partido Comunista da Alemanha)
- N.S.D.A.P. — Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (Partido Operário Nacional-Socialista Alemão)
- P.C. — Partido Comunista
- P.C.F. — Parti Communiste Français (Partido Comunista Francês)
- P.C.d'I. — Partito Comunista d'Italia (Partido Comunista de Itália)
- Reichsbanner — Bandeira do Reich (milícia republicana de influência social-democrata)
- R.G.O. — Rote Gewerkschaftsopposition (Oposição Sindical Vermelha)
- Rotfrontkämpferbund — Liga dos combatentes da frente vermelha (milícia comunista)
- S.A.I. — Sozialistische Arbeiter Internationale (Internacional Operária Socialista)
- S.A.P. — Sozialistische Arbeiter Partei (Partido Operário Socialista)
- S.D.N. — Sociedade das Nações
- S.F.I.O. — Section Française de l'Internationale Ouvrière (Partido socialista francês)
- S.P.D. — Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social-Democrata da Alemanha)
- S.P.O. — Sozialistische Partei Osterreiches (Partido Socialista da Austria)
- U.R.S.S. — União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

BIBLIOGRAFIA

- ABENDROTH, Wolfgang, **Aufstieg und Krise der deutschen Sozialdemokratie**, Pahl Rugenstein Verlag, Colónia, 1978.
- , **Ein Leben in der Arbeiterbewegung**, Gespräche, aufgezeichnet und herausgegeben von B. Dietrich und J. Perels, Edition Suhrkamp, Frankfurt-am-Main 1977
- , **Histoire du mouvement ouvrier en Europe**, petite collection Maspero, Paris, 1967.
- AGOSTI, Aldo, **La svolta del VII Congresso in alcuni recenti studi sull' IC**, in *Studi Storici*, n.º 2/74.
- , **La storiografia sulla Terza Internazionale**, in *Studi Storici*, n.º 2/77.
- AMENDOLA, Giorgio, **Storia del Partito Comunista Italiano (1921-1943)**, Editori Riuniti, Roma, 1978.
- , **Insegnamenti del VII Congresso del' IC (Rillegendo Dimitrov)**, in *Critica Marxista* n.º 4/1965.
- , **Veinticinque anni dopo il scioglimento del' Internazionale Comunista**, in *Critica Marxista* n.º 4-5/1968.
- BAHNE, Sigfried, **Die K.P.D.**, in Erich MATTHIAS u. Rodolf MORSEY (ed.), **Das End der Parteien 1933**, Dusseldorf, 1960.
- BOURDET, Yvon, **Otto Bauer et la révolution**, E.D.I., Paris, 1968.
- CAFORNO, Gioglio, (intr.), **Il Dibattito al X Plenum dela III. Internazional sulla socialdemocrazia, il fascismo e il social fascismo**, in *Critica Marxista*, n.º 4/1965.
- CAMETT, John M., **Antonio Gramsci and the origins of italian communism**, Stanford University Press, 1967.
- CLAUDIN, Fernando, **La crisis del movimiento comunista, de la Komintern al Kominform**, Ruedo Iberico, 1970.
- COGNIOT, Georges, **L'Internationale Communiste**, Editions Sociales, Paris, 1969.
- , **Georges Dimitrov et le Parti Communiste Français**, in *Cahiers d'Histoire de l'Institut Maurice Thorez*, n.º 25-26/1978.
- CURIEL, Eugenio, **Due Tappe della storia del proletariato (Marzo 1944)**, in *Critica Marxista*, n.º 2/1965.
- DEGRAS, Jane, **The Communist International (Documents, vol. 3 1929-1943)**, Frank Cass and Co. Ltd., Londres, 1971.
- DIMITROFF, ESTALINE, MANUILSKY, TOGLIATTI, THOREZ, **Origens da Estratégia Frontista**, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1975.

- FELICE, Franco de, *Fascismo, Democrazia, Fronte Popolare, il movimento comunista alla svolta del VII Congresso dell'Internazionale*, De Donato, Bari, 1973.
- FISCHER, Ernst, *Recuerdos y Reflexiones*, Siglo Veintiuno editores, Madrid, 1976.
- FLECHTHEIM, K. Ossip, *Le Parti communiste allemand sous la république de Weimar*, François Maspero, Paris, 1973.
- GLUCKSMANN, B. Christine, *Gramsci et l'Etat*, Fayard, Paris, 1974.
- , *Sur le concept de crise de l'Etat et son histoire*, in Nicos Poulantzas e outros, *La crise de l'Etat*, P.U.F., Paris, 1976.
- GREBING, Helga, *Geschichte der deutschen Arbeiterbewegung*, Deutscher Taschenbuch Verlag, Munique, 1979.
- HAJEK Milos, *Storia dell'Internazionale Comunista 1921-1935. La politica del fronte unico*, Editori Riuniti, Roma, 1975.
- HOBSBAWM, E.J., *Confronting Defeat: The German Communist Party*, in «*Revolutionaires*», Quartet Books, Londres, 1978.
- , *The Dark Years of Italian Communism*, ibidem.
- , *French Communism*, ibidem.
- Institut fur Marxismus-Leninismus beim ZK der KPdSU *Die Kommunistische Internationale, Kurzer historischer Abriss*, Dietz Verlag Berlin, 1970.
- , *Die Kommunistische Internationale und ihre revolutionäre Traditionen*, Dietz Verlag Berlin, 1970.
- Institut fur Marxismus-Leninismus beim ZK der SED, *Studien zur Geschichte der Kommunistischen Internationale (Sammelband)*, Dietz Verlag Berlin, 1974.
- , *Geschichte der deutschen Arbeiterbewegung, Kapitel VIII 1924-1929*, Dietz Verlag Berlin, 1968.
- , *Geschichte der deutschen Arbeiterbewegung, Kapitel IX 1929-1933*, Dietz Verlag Berlin, 1968.
- , *Geschichte der deutschen Arbeiterbewegung, Kapitel X 1933-1939*, Dietz Verlag Berlin, 1968.
- Institut Maurice Thorez, *Les mouvements populaires d'hier et d'aujourd'hui — table ronde débat*, Paris, 1974.
- JAHN, Gisela, *Programmdiskussion in der Kommunistischen Internationale*, in *Beiträge zur Geschichte der Arbeiterbewegung* n.º 4/1978, Berlin.
- JOLL, James, *Europe since 1870, an international history*, Pelican Books, 1976.
- KAUTSKY Karl, *El camino del poder*, ed. Grijalbo, México, 1968.
- KRIEGEL, Annie, *Les communistes français et le pouvoir*, in Michelle PERROT e A. KRIEGEL, *Le socialisme français et le pouvoir*, E.D.I., Paris, 1964.

- LEFRANC, Georges, *L'Experience du Front Populaire*, dossiers CLIO, P.U.F., Paris, 1972.
- LEWERENZ, Elfriede, *Die Analyse des Faschismus durch die Kommunistische Internationale*, Dietz Verlag Berlin, 1975.
- LOGGLIA, Ernesto GALLI DELLA, *La III. Internationale et le destin du capitalisme: l'analyse de Ievgheni Verga*, in *Histoire du marxisme contemporain*, vol. 5, U.G.E., Paris, 1979.
- LONGO Luigi, SALINARI Carlo, *Dal socialfascismo alla guerra di Spagna*, Teti editore, Milão, 1976.
- MAGRI, Lucio, *Il valore e il limite delle esperienze frontiste*, in *Critica Marxista*, n.º 4/1965.
- MANTA, L. H. Afonso, *A Frente Popular antifascista em Portugal, Documentos da história do movimento operário português 1935-1937*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1976.
- MIDOL, Lucien, *La grève d'une minute et bien d'autres combats depuis 1920*, in *Cahiers de l'Institut Maurice Thorez*, n.º 1, Abril 1966.
- HOMMSEN, H., *Il movimento operaio organizzato e l'ascesa dei movimenti fascisti nel periodo fra le due guerre*, in *Studi Storici*, n.º 4/1974.
- Parteihochschule «Karl Marx» beim ZK der SED, *Die Kommunistische Internationale (Auswahl von Dokumenten und Reden vom VI. Weltkongress bis zur Auflösung der Kommunistischen Internationale)*, Berlin, 1956.
- PATERNA Erich e outros, *Deutschland 1933-1939*, VEB Deutscher Verlag der Wissenschaften, Berlin, 1969.
- PATZOLD, Kurt, *Les relations franco-allemandes 1933-1935*, Colloques internationaux du CNRS, Estrasburgo, 1975.
- POLANTZAS, Nicos, *Fascisme et Dictature*, François Maspero, Paris, 1970.
- RAGONIERI, Ernesto, *Palmiro Togliatti. Per una biografia politica e intellettuale*, Editori Riuniti, Roma, 1976.
- SERENI, Emilio, *Appunti per una discussione sulle politiche di fronte popolare e nazionale*, in *Critica Marxista*, n.º 2/1965.
- RAGONIERI, Ernesto, *Movimento Operaio e fascismo*, in *Studi storici*, n.º 4/1974.
- REISBERG, Arnold, *Der Kongress der Grossen Wende*, in *Beiträge zur Geschichte der deutschen Arbeiterbewegung*, n.º 5/1965.
- ROBRIEUX, Philippe, *Maurice Thorez. Vie secrète et vie publique*, Fayard, Paris, 1975.
- ROVAN, Joseph, *História da social-democracia alemã, Perspectivas & Realidades*, Lisboa, 1979.

- RUGE, Wolfgang, **Deutschland 1917-1933**, VEB Deutscher Verlag der Wissenschaften, Berlin.
- ROSENBERG, Arthur, **Histoire du Bolchévisme**, Grasset, Paris, 1968.
 ———, **Geschichte der Weimarer Republik**, Europäische Verlagsanstalt, Frankfurt-am-Main.
- SCHUMACHER, Horst, **Die Kommunistische Internationale 1919-1943. Grundzüge ihres Kampfes für Frieden, Demokratie, nationale Befreiung und Sozialismus**, Dietz Verlag Berlin, 1979.
- VII. Kongress der Kommunistischen Internationale. Referate und Resolutionen**, Dietz Verlag Berlin, 1975.
- SPRIANO, Paolo, **Togliatti nel 1937 e la rivoluzione democratica**, in *Studi Storici*, n.° 1/1979.
- THOREZ, Maurice, **Fils du Peuple**, Éditions Sociales, Paris, 1970.
 ———, **La signature du pacte d'unité d'action de Juillet 1934**, in *Cahiers de l'Institut Maurice Thorez*, n.° 1/1966.
- TOGLIATTI, Palmiro, **Lições sobre o Fascismo**, Seara Nova, Lisboa, 1975.
- TITO, Josip Broz, **The struggle and development of the CPY between the two wars**, in *Socialist Thought and Practice*, n.° 5 e 6/1977.
- TROTSKY, Leon, **Revolução e Contra-Revolução**, Centro do Livro Brasileiro, s. d.
- VINYES Ricard, HAJEK Milos, MEDJROVA Hanna, **Étudier l'Internationale Communiste**, in *Cahiers d'Histoire de l'IMT*, n.° 34/1980.
- WILLARD CLAUD, **Le mouvement de solidarité en France pour la libération de Dimitrov en 1933-34**, in *Cahie de l'IMT*, n.° 28/1972.
- WOLIKOW, Serge, **Classe ouvrière, organisation révolutionnaire, stratégie politique et alliance; de la période «classe contre classe» au «Front Populaire»**, IMT conférences 1978/79, supplément au numéro 31 des *Cahiers d'Histoire de l'IMT*.
 ———, **Le P.C.F. et la question de sa participation au gouvernement de Front Populaire**, *Cahiers d'Histoire de l'IMT*, n.° 34/1980.

II.2.

Fascismo e Comintern na historiografia russa contemporânea

Na história do movimento comunista, o anti-fascismo constitui ao mesmo tempo o maior título de glória, pelo papel desempenhado pela URSS na II Guerra mundial e pelos Partidos Comunistas nas Resistências, e o lugar de um dos mais intricados problemas historiográficos e embaraçosos problemas políticos, o da estratégia do “terceiro período” da Internacional Comunista, vista como responsável pela divisão do movimento operário, nomeadamente na Alemanha, e pela chegada de Hitler ao poder.

O problema tem interesse actual. Ultrapassada a ilusão, subsequente ao fim da URSS, da possibilidade de uma duradoura hegemonia americana a que corresponderia a universalização da democracia liberal, o mundo encontra-se hoje numa situação de crise económica e política que frequentemente faz evocar a crise de 1929. O desemprego atinge em vários países europeus dimensões que praticamente não eram conhecidas desde há mais de 70 anos. Ressurgem e agudizam-se contradições entre Estados e afirmam-se tendências proteccionistas, ao mesmo tempo que sectores importantes das populações europeias se deixam de novo seduzir pelo nacionalismo e ideologias xenófobas da extrema-direita.

É neste quadro que se desenvolve a crise do movimento operário, marcada, entre outros aspectos, pelo desaparecimento ou pela redução à insignificância de grandes formações históricas da esquerda europeia, como os partidos comunistas italiano e francês. Noutros países europeus, pelo contrário, o comunismo persiste e mantém-se como dado irredutível da vida nacional. No entanto, se desde a II Guerra mundial os partidos comunistas se procuravam afirmar como propulsores da convergência de diversas forças sociais e políticas em torno de fórmulas como o anti-fascismo, a revolução democrática, a maioria de esquerda ou o compromisso histórico, hoje o objectivo parece ser exclusivamente a projecção e reforço das próprias posições, nomeadamente no plano eleitoral. Três quartos de século depois, será possível e desejável o regresso à política

“classe contra classe” que caracterizou a Internacional Comunista (IC ou Comintern) entre o VI e o VII Congressos (1928-1935)?

Não responderemos aqui a esta questão de actualidade. Julgamos entretanto que a experiência histórica merece ser tida em conta e que nesse sentido vale a pena voltar a examinar essa época complexa, mas de decisiva importância, do movimento comunista.

O tema tem estado praticamente ausente da historiografia portuguesa, mas não assim no âmbito internacional. Na sequência da abertura dos arquivos de Moscovo, em 1991, registou-se um novo ciclo de interesse pelos estudos de história da III Internacional e dos partidos comunistas, que conduziu à realização nos anos 90 de encontros internacionais de investigadores e à formação do “grupo de trabalho europeu de história do Comintern, do comunismo e do estalinismo”. Surgiram novas sínteses da história da IC e foram publicados importantes estudos sobre a experiência de vários partidos comunistas em todo o mundo durante este período¹.

A barreira linguística tem sido um obstáculo a que se conheça no Ocidente o trabalho neste campo da historiografia russa contemporânea. Os historiadores soviéticos, nomeadamente os pertencentes aos quadros do Instituto do Marxismo-Leninismo junto do CC do PCUS (IML), foram durante muito tempo os únicos com acesso ao arquivo da Internacional Comunista. A investigação internacional recente tem posto em relevo os factores sociais e políticos que em vários países contribuíram para a emergência e o prolongamento da política “classe contra classe”, pondo em causa o esquema interpretativo característico do período da guerra fria, que a via como simples projecção da política externa soviética. Tal perspectiva de história social é uma aquisição historiográfica indiscutível, mas não anula o interesse do conhecimento do que se passava no “estado-maior da revolução mundial”, i.e. no Comintern e na sua sede em Moscovo. Nas linhas que seguem procuraremos dar brevemente conta – sem a possibilidade de ser exaustivos – de algumas investigações recentes na Rússia sobre esta temática.

Num texto publicado em 1996, o historiador Alexandre Vatlin fez o balanço das transformações operadas na historiografia do Comintern durante o decénio então decorrido sobre o início da *perestroika*. Vatlin registava com certo pessimismo que o

¹ Ver por exemplo: Matthew Worley (ed.), *In Search of Revolution: International Communist Parties in the Third Period*, Londres e Nova Iorque, I. B. Tauris, 2004

entusiasmo pela descoberta de factos desconhecidos, permitida pela abertura dos arquivos, não tinha sido seguido de um trabalho sustentado que permitisse a elaboração de novas interpretações. A entrada de jovens para a investigação neste domínio, iniciada durante a *perestroika* (1985-90) ainda no âmbito do IML, não tivera continuidade, em consequência do fim do próprio Instituto (oficialmente parte do aparelho do PCUS, entretanto dissolvido) e da situação de pauperismo existente na Rússia dos anos 90. O mesmo historiador exprimia o receio de que, na divisão de trabalho possibilitada pela cooperação com instituições e investigadores de países ocidentais, aos russos coubesse “sobretudo o trabalho negro, a selecção de materiais, comentário e preparação para publicação.”² O certo é que, como ele reconhecia, se iniciou então a publicação de “uma série de interessantes projectos científicos de edição”. O próprio Vatlin deu um contributo interessante e original, partindo da crítica da ideia de revolução mundial, fundadora da IC, num pequeno mas denso livro dedicado à primeira década da organização³. Na conferência internacional realizada em Moscovo em 1994, os historiadores russos intervieram com comunicações dedicadas aos arquivos do Comintern, à evolução da respectiva estrutura orgânico-administrativa, à dissolução da IC em 1943, às relações entre o centro e os partidos nacionais e à história da ideia de revolução mundial⁴. Tinha-se já então iniciado, e continuou a vir à luz nos anos seguintes, a publicação de um conjunto de volumes documentais, precedidos de aprofundados ensaios introdutórios e acompanhados de rigoroso aparato crítico, sobre os diversos aspectos da história da III Internacional: o Comintern e a II Guerra mundial; a ideia de revolução mundial; Comintern e América latina; o problema do fascismo; a guerra civil de Espanha; o Comintern e a geopolítica dos Balcãs; a revolução chinesa; o

² А. Ю. Ватлин, «Мировая революция и современное коминтерноведение» (Revolução mundial e investigação contemporânea sobre o Comintern), in Г. А. Бордюгова, *Исторические Исследования в России*, Moscovo 1996, p.360.

³ Id., *Коминтерн: первые десять лет* (Comintern: os primeiros dez anos), Moscovo, 1993. Os mesmos temas são retomados pelo autor mais desenvolvidamente e acrescidos de outros ensaios no recente volume *Коминтерн: идея, решения, судьбы* (Comintern: ideia, decisões, destinos), Moscovo, 2009.

⁴ Mikhail Narinsky and Jürgen Rojahn (ed.), *Centre and Periphery. The History of the Comintern in the Light of New Documents*, Amsterdam, 1996.

Comintern e África⁵. Mais recentemente, saíram volumes não menos “excitantes” (e que rapidamente esgotaram) que directamente envolvem a relação entre a Internacional e a política interna e externa da URSS: um sobre o Comintern e a direcção do Partido Comunista soviético⁶ e outro de documentos secretos (a famosa “pasta especial”) do Politburo sobre a política europeia da União Soviética.⁷

Vale a pena fazer referência a um trabalho recente de um veterano da historiografia do Comintern, o Professor Kiril Chirinia, que se debruça especificamente sobre o que ele próprio considera “o ano mais desfavorável da história da Internacional Comunista” – e central na política do “terceiro período” -, num livro precisamente intitulado “O Comintern no ano 1933”⁸. Chirinia (n.1922) teve na sua juventude, como combatente da II Guerra mundial durante quatro anos, a experiência directa da luta contra o nazismo. A sua actividade académica iniciou-se em 1961 com uma tese sobre o Comintern e o PC da Alemanha no período 1933-35, e desde então a história da IC preencheu o essencial da sua vida de investigador e professor, tendo sido igualmente director do sector correspondente no Instituto do marxismo-leninismo. Em 1965 publicou, em co-autoria com V.M. Lejbzon, uma obra inovadora sobre as origens da política de Frente Popular, que teve ressonância internacional, tendo sido traduzida em diversas línguas⁹. Em 1967 coordenou a publicação da história da IC editada por ocasião dos 50 anos da revolução russa, que pela primeira vez aproveitou sistematicamente os arquivos do Comintern¹⁰.

O novo e longo trabalho de Chirinia sobre a IC em 1933 tem o grande interesse de utilizar exhaustivamente os materiais de arquivo e a imprensa da época em relação a um período temporalmente bem delimitado, agora sem o constrangimento dos critérios de conveniência política do regime soviético. O livro, “sem deixar de reflectir a posição

⁵ O conjunto destes ensaios foi ulteriormente reunido no livro editado pelo Instituto de História Geral da Academia das Ciências sob a direcção de A.O. Tchubarian, *История Коммунистического Интернационала 1919-1943. Документальные Очерки* (História da Internacional Comunista 1919-1943. Ensaios documentais), Moscovo, 2002.

⁶ Г. Адиебеков et alii, *Политбюро ЦК РКП(б)-ВКП (б) и Коминтерн* (Politburo do CC do PC(b)R-PCUS e o Comintern), Moscovo, 2004.

⁷ Г. Адиебеков et alii, *Политбюро ЦК РКП(б)-ВКП (б) и Европа. Решения «Особой Папки» 1923-1939* (Politburo do CC do PC(b)R- PCUS e a Europa. Resoluções da “pasta especial”), Moscovo 2001.

⁸ *Коминтерн в 1933 году*, Moscovo, 2006.

⁹ *Поворот в политике Коминтерна* (Viragem na política do Comintern), Moscovo, 1965; Lejbzon V.M., Sirinja K.K., *Il VII congresso dell'internazionale comunista*, Roma, 1975.

¹⁰ V. A *Internacional Comunista*, 3 vols., edições Avante!, Lisboa, 1976.

Notícia biográfica sobre Kiril Chirinia em «Кириллу Кирилловичу Ширина 85 лет», *Новая и Новейшая История*, nº 2, Março-Abril 2007, pp.219-220.

político-ideológica do autor”, consegue satisfazer o objectivo de “cumprir rigorosamente os princípios do historicismo”, proporcionando uma “abordagem objectiva e multifacetada dos acontecimentos”.

A história da Internacional Comunista implica a intersecção de, pelo menos, três problemáticas: a da natureza, pressupostos e mecanismos de organização do *projecto* comunista, nascido no contexto da crise da I Guerra mundial para realizar uma revolução socialista mundial; a das diferenciações crescentes da estrutura de classes das sociedades capitalistas e da função dos partidos comunistas como expressão dos sectores mais explorados e radicalizados; e a da política internacional, nomeadamente em tudo o que envolvia a defesa e projecção da União Soviética, como base e único território em que a “revolução mundial” encontrara início de realização¹¹.

Neste quadro, o surgimento do fascismo, para além do que teve de surpreendente para todos os contemporâneos, pode considerar-se um “imprevisto estrutural” para as perspectivas que tinham determinado a criação do movimento comunista mundial. Esta baseava-se na ideia da maturidade e necessidade histórico-mundial do comunismo como alternativa a um sistema capitalista visto como decadente. O fascismo não só revelava um extraordinário vigor na recusa da alternativa socialista, como era capaz de mobilizar nessa recusa uma parte dos explorados e sobretudo das classes intermédias (cujo aumento e diversificação punha em causa as expectativas de polarização social). Ao mesmo tempo, propondo uma solução totalitária contraposta à do liberalismo, introduzia uma contradição imprevista no quadro dos antagonismos políticos. No plano das relações internacionais, definindo um *projecto* de “ordem nova” de base racial, gerava dinâmicas que iam para além da mera concorrência inter-imperialista.

Imprevisto na sua dimensão e efeitos, este conjunto de problemas não deixava de ter relação com uma série de complexidades que, praticamente desde a sua génese, o marxismo tentara defrontar. Complexidades que, radicando na crescente substituição da mais-valia absoluta pela mais-valia relativa, tiveram na obra de Lenin uma elaboração elevada (a propósito da questão agrária, da questão nacional, dos problemas da

¹¹ Entre as muitas sínteses disponíveis, ver por exemplo Aldo Agosti, *Bandiere rosse. Un profilo storico dei comunismi europei*, Roma, 1999.

cultura,etc.) Confrontando-se, em algumas intervenções da última fase da sua vida, com a novidade do fascismo, Lenin chegou por isso a exprimir a convicção de que poderia ter o efeito salutar de forçar o comunismo nascente a libertar-se do simplismo e mecanicismo da ideia do “Outubro mundial”.

Voltando à tentativa de identificação de alguns resultados da historiografia russa pós-soviética sobre fascismo e Comintern, julgo poder afirmar-se que uma das suas características continua a ser a importância dada às concepções ideológicas, ao debate de ideias e respectivos pressupostos teóricos. Esta dimensão, essencial na génese e em toda a história da IC, é na historiografia “ocidental” muitas vezes preterida, seja em favor de interpretações meramente instrumentais em relação à política de potência da URSS, seja (nos melhores casos) em favor da história social. E é interessante verificar que o interesse pela temática ideológica está presente não só em historiadores da velha geração moldados pelo regime soviético¹², mas também num historiador de orientação social-democrata como o já referido A. Vatlin, cuja carreira académica se iniciou nos anos da *perestroika*.

Uma questão que, tanto em perspectiva política como historiográfica, em vários momentos da história dos partidos comunistas tem surgido como central é a do papel de Stalin, nomeadamente na sua responsabilidade em relação à política “classe contra classe” e à caracterização da social-democracia como “social-fascismo”. No período da *perestroika*, a análise crítica demolidora da personalidade de Stalin, na sequência aliás de trabalhos iniciados durante o “degelo” kruschoviano dos anos 60, foi uma das direcções em que se relançou a história do Comintern¹³. À luz de um estudo recente e aprofundado como o mencionado “Comintern em 1933” de Kiril Chirinia, a centralidade de Stalin, sendo reconhecida, é redimensionada. Stalin é sem dúvida o líder do Comintern nos anos 30 e, como o autor afirma, nada de essencial se podia resolver sem o seu assentimento. Mas, a montante no processo de decisão, existe toda uma organização humana e internacional com formação e concepções próprias, num debate intenso mesmo se condicionado – sem prejuízo dos mecanismos de controle que garantiam a prevalência do partido soviético, o que é também analisado.

¹² Ver Я. Сью Драбкин, «Идея мировой революции и ее трансформации» (A ideia da revolução mundial e da sua transformação), *История* cit., pp. 25-73.

¹³ Ver p.ex. F.I. Firsov, “Stalin und die Komintern”, in *Die Komintern und Stalin. Sowjetische Historiker zur Geschichte der Kommunistischen Internationale*, Berlim, 1990, bem como outros artigos e entrevistas na mesma colectânea.

O interesse pela história social, mesmo se talvez relativamente menos desenvolvido, está no entanto também presente entre os historiadores russos. No âmbito do Instituto de História Geral da Academia das Ciências, realizou-se em Abril de 2009 uma “mesa-redonda” que juntou 14 economistas e historiadores na discussão da crise económica mundial dos anos 30 e da sua confrontação com a crise contemporânea¹⁴. Quatro das intervenções no debate foram dedicadas a aspectos da experiência fascista, em especial na Alemanha. Em especial as comunicações de V. Damie, “Crise e activização do radicalismo de direita na Europa”, e de M. Kortchaguina, “Crise e movimentos de massa das forças de esquerda” abordaram com profundidade as condições de emergência dos fascismos e a insuficiência da análise dominante no Comintern. Damie sublinhou que o movimento comunista teve razão e foi dos primeiros a compreender a emergência dos fascismos em alguns países como parte de um processo internacional. Errou ao subestimar as diferenciações desse processo e sobretudo o peso das estruturas ideológicas e de psicologia social, que determinaram comportamentos de massa muito diferentes dos que uma lógica puramente económica podia prever. Este autor mencionou, por referência nomeadamente a Max Horkheimer, Erich Fromm e W. Reich, que existia um capital de conhecimento nessas áreas que o movimento comunista não aproveitou. Kortchaguina analisou o contraste comunismo/social-democracia como um confronto não só político-social como entre estratos sociais diferenciados, sublinhando que as relações entre os dois partidos do movimento operário têm de ser vistas na sua implicação mútua. Quanto ao fascismo e ao nazismo, sendo certa a responsabilidade das elites dirigentes nas manobras que os conduziram ao poder, não pode ser ignorada a criação de consenso de que foram capazes e que as análises comunistas em geral subestimaram.

¹⁴ *Мировой Экономический Кризис конца 1920-х – начала 1930-х гг.: История и Современность* (A crise económica mundial do fim dos anos 20 – início dos anos 30), Moscovo, 2009.

III – Três figuras da história do comunismo

III.1.

FEMINISMO E COMUNISMO: CLARA ZETKIN



Formação.

Nascida em 5.7.1857 em Wiederau (Saxónia), filha de um professor primário e neta pelo lado materno de um oficial de Napoleão que se estabelecera em Leipzig, foi baptizada como Clara Josephine Eissner. A mãe fundara uma associação de ginástica feminina local, e estava por esse motivo em contacto com uma das pioneiras do feminismo alemão, Auguste Schmidt, que dirigia em Leipzig uma escola de professoras primárias. É esta escola que Clara frequenta entre 1874 e 1878, nela fazendo a sua formação como educadora: estudo da História, da literatura alemã e de línguas estrangeiras (inglês, francês e italiano). Através da amizade com uma colega russa, entra em contacto com um círculo de imigrantes russos (entre eles o revolucionário Ossip Zetkin), começando a familiarizar-se com as ideias socialistas, então em plena efervescência. Em 1875 realizara-se em Gotha a fundação do Partido Socialista Operário Alemão (depois SPD, Partido Social-Democrata da Alemanha), cujo rápido crescimento levou Bismarck a

decretar, em 1878, a lei anti-socialista, que sujeita a propaganda social-democrata a severas perseguições. É nestas condições que Clara Eissner adere à social-democracia, o que tem como consequência a impossibilidade de ensinar em escolas públicas e levará à ruptura de relações com a mãe. Assim, durante três anos trabalhou como preceptora de crianças de famílias ricas, na Saxónia e na Áustria, até que em 1882 se estabeleceu por alguns meses em Zurique. Aqui trava conhecimento com Eduard Bernstein, redactor do jornal *Der Sozialdemokrat*, e desempenha a sua primeira missão política de importância: a colaboração no “correio vermelho”, isto é, na expedição clandestina, de Zurique para diversos lugares da Alemanha, dos jornais do SPD, que eram impressos na Suíça. Durante este tempo, assiste a conferências de Bernstein e lê, entre outras, a obra de August Bebel, líder do SPD, *A Mulher e o Socialismo*, publicada em 1879 e que ficará como um dos clássicos do marxismo no tratamento da “questão feminina”.

Em Paris.

Entretanto Ossip Zetkin, com quem Clara Eissner, nas suas deslocações a Leipzig, estabelecera um relacionamento de estreita amizade, é expulso da Alemanha e fixa-se em Paris. Em Outubro de 1882, Clara irá ter com ele, passando os dois a viver em união de facto, e adoptando ela então o apelido Zetkin. Desta união nascem dois filhos, Maxim, em 1883, e Constantin (Costia) em 1885.

Sobrevivendo inicialmente em condições de grande precariedade (chegarão a ser expulsos do quarto que habitavam por impossibilidade de pagar a renda), Ossip e Clara Zetkin dedicam-se a fazer traduções e dar lições de línguas, tornando-se, a partir de certa altura, colaboradores regulares da imprensa socialista alemã. É um período de dificuldades materiais mas também de intensa actividade, ao mesmo tempo que de convivência com o meio dos socialistas de Paris (entre eles Paul e Laura Lafargue e os imigrados russos do grupo *Libertação do Trabalho*) e de estudo da teoria marxista. A partir de 1887, Ossip Zetkin adoece gravemente, vindo a morrer dois anos depois. A necessidade de acompanhar a doença do marido, prover à subsistência de ambos e assegurar a criação dos dois filhos exigirá de Clara Zetkin um esforço extraordinário e que não deixará de se repercutir nas suas condições de saúde.

Em 1889 realiza-se em Paris o Congresso Internacional Socialista, de que vem a nascer a II Internacional. Clara Zetkin representa o SPD na comissão encarregada da preparação do congresso e começa então a estudar sistematicamente a questão feminina, sendo encarregada do relatório sobre a situação e o movimento das mulheres trabalhadoras. Participará ulteriormente em todos os Congressos da II Internacional, até ao fim desta em 1914. O relatório de Clara Zetkin sublinha a importância da actividade laboral no processo de emancipação da mulher, ao mesmo tempo que a diferença fundamental entre a condição e os objectivos das mulheres trabalhadoras, identificadas com os operários homens na luta pelo socialismo, e os do feminismo burguês, centrado na reivindicação de direitos que para as operárias não tinham alcance prático.

Feminista socialista.

Com a abolição da lei anti-socialista, após a queda de Bismarck, em 1891 Clara Zetkin decide regressar à Alemanha e estabelece-se em Estugarda. A esta decisão não é alheio o facto de ter sede em Estugarda o editor socialista Dietz, que a convida para dirigir uma nova publicação destinada às mulheres. Será a revista *Die Gleichheit* (A Igualdade), cuja responsabilidade como redactora-chefe Clara Zetkin assegura até 1917. De início publicação com carácter de divulgação teórica, e de pequena tiragem, sofre depois uma transformação que fez com que, em 1913, nas vésperas da I Guerra mundial, contasse com nada menos de 125 mil assinantes.

A Alemanha deste período da viragem do século regista um intenso desenvolvimento económico que a torna a maior potência industrial europeia, processo este que envolve não só um forte crescimento da classe operária e do movimento operário em geral – o que faz do SPD e do movimento sindical socialista alemão desta época o “modelo” para os marxistas de todo o mundo – como, em particular, uma intensificação da feminização do trabalho e uma concomitante, embora difícil, sindicalização das mulheres trabalhadoras. Apesar da forte feminização de muitos sectores do trabalho operário, o salário feminino permanece, em média, ao nível de metade do salário do homem. Além disso, mantêm-se pesadas discriminações em matéria de direitos políticos, não só a privação do direito de votar ou ser eleita (normal em toda a Europa antes da I Guerra mundial), mas também, até 1908, o impedimento de participação das mulheres em organizações ou assembleias

políticas - em particular na Prússia, o maior dos Estados da Alemanha -, a proibição de tirar um curso superior ou a proibição do casamento para as professoras primárias, por exemplo. Sobre todos estes problemas Clara Zetkin toma posição, em artigos do *Gleichheit* ou nos muitos comícios públicos em que participa como oradora (no estado do Wuerttemberg, a que Estugarda pertence, não existiam neste aspecto as restrições da Prússia). Manter-se-á sempre fiel a uma essencial separação entre os objectivos do movimento das mulheres operárias e os do feminismo burguês, insistindo sobretudo no papel emancipatório para a mulher da integração no trabalho e opondo-se às reservas e objecções que existiam a este respeito no próprio SPD. A separação em relação aos movimentos feministas burgueses era em parte motivada pelo conservadorismo político destes (que, por exemplo, reivindicavam o direito de voto da mulher sem reivindicarem simultaneamente a abolição do sufrágio desigual na Prússia, o qual dividia a população em três classes com ponderações de voto distintas). Com a evolução ulterior do feminismo e a emergência de uma corrente “radical”, a posição de Clara Zetkin evolui também no sentido de uma convergência em torno de objectivos comuns – como o direito de voto, o acesso ao ensino ou a protecção social das trabalhadoras –, sempre segundo o princípio “marchar separadamente e bater em conjunto”. Muitas das questões em torno das quais se travaram as lutas das mulheres e se desenvolveu a propaganda de Clara Zetkin há mais de um século são, em Portugal, ainda hoje problemas de actualidade: assim por exemplo a luta pela supressão do artº 218 do Código Penal, que punia o aborto, ou a reclamação da venda livre do preservativo.

Clara Zetkin torna-se uma conhecida e importante dirigente do socialismo alemão e internacional. É ela quem anima a conferência bienal das mulheres socialistas, que se realiza em paralelo com os congressos partidários. E em 1907, na Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em Estugarda, que precedeu o congresso da II Internacional, é eleita Secretária do Secretariado Internacional das Mulheres. Mas, para além da esfera de acção feminista, não só participou em todos os congressos do SPD e da II Internacional, até à I Guerra Mundial, como, a partir de 1895, faz parte da direcção do Partido como membro da comissão de controlo, sendo a primeira mulher a desempenhar estas funções.

Sillenbuch.

A segunda metade dos anos 90 inaugura uma nova fase também na sua vida pessoal. É então que conhece o jovem pintor Friedrich Zundel, 18 anos mais novo, com quem casa em 1897. O casamento não deixou de suscitar comentários da opinião bem-pensante, e mesmo a objecção formal do líder do SPD, August Bebel.

Foi uma época feliz e de desafogo material na vida de Clara Zetkin. O casamento durou quase vinte anos. Ao arrepio das convenções, Clara não adoptou o nome do marido, mas manteve o apelido que adoptara pela união com Ossip Zetkin, com quem nunca fora formalmente casada. Os rendimentos de Friedrich Zundel como pintor e os seus próprios ganhos de publicista permitem-lhes construir uma casa com amplo terreno, em Sillenbuch nos arredores de Estugarda. A residência será lugar de vilegiatura de muitas destacadas figuras do socialismo alemão e internacional da época, incluindo Lenin, que aí pernoitou durante o congresso socialista internacional de Estugarda de 1907. Principalmente Rosa Luxemburg, que pouco depois de se estabelecer na Alemanha travou uma estreita amizade pessoal com Clara Zetkin, passou largas temporadas em Sillenbuch – também cenário do seu idílio com o filho mais novo de Clara, Costia Zetkin.

A amizade entre as duas consolidou-se na comum oposição ao revisionismo e à tendência de direita crescentemente influentes na direcção do SPD e na II Internacional.

A partir de 1905, ambas defendem a validade da experiência da revolução russa, em particular quanto à utilização da greve de massas com objectivos políticos. Com a acentuação do clima de nacionalismo e militarismo, Clara Zetkin, através do *Gleichheit*, estará na vanguarda do combate às tendências nacionalistas dentro do SPD. Como membro da comissão de educação do SPD, e contrariando as tendências dominantes, pronuncia-se pela necessidade de educar os jovens num sentido anti-militarista. É ainda de sua iniciativa a adopção, pela Conferência Internacional Socialista das Mulheres realizada em 1910 em Copenhaga, do Dia Internacional da Mulher, concebido como jornada de luta pela igualdade de direitos, o socialismo e a paz.

Internacionalista.

No Congresso de Basileia da II Internacional, em 1912, Clara Zetkin pronunciou um vibrante apelo às mulheres para a mobilização pela paz e em 1914, durante a crise que

sucedeu ao atentado de Sarajevo, desenvolveu uma intensa actividade de contactos internacionais no sentido de contrariar a adesão dos partidos socialistas à marcha para a guerra.

No último capítulo (intitulado “Clara”) do romance *Os Sinos de Basileia*, Louis Aragon dará uma impressionante descrição da sua figura nesta época:

“Clara Zetkin em Basileia já passou os cinquenta anos. A longa vida, a longa história que tem atrás de si, nada é em confronto com a que se abre ao seu futuro.

Não é bonita, mas há nela algo de forte, que ultrapassa a mulher. Mais pequena do que grande, surpreende pela largueza dos traços. Tem o cabelo ainda loiro, e do género de cabelo espesso que nem o pente nem as travessas conseguem nunca fixar. A ossatura do rosto é marcada, possante. No meio de uma multidão é impossível não a ver. Veste-se de forma bastante descuidada, mas não são o colete às riscas, nem a peliça mal assente nos ombros, que prendem a atenção e a atraem para ela. O que nela há de insólito, são os olhos (...) esses olhos desmesurados e magníficos, os olhos de toda a Alemanha operária, azuis e móveis, como águas profundas atravessadas por correntes.”

Após a eclosão da Guerra, em 1 de Agosto de 1914, Clara Zetkin colaborou desde a primeira hora com os membros da esquerda do SPD (Rosa Luxemburg, Franz Mehring, Karl Liebknecht e outros) que tomaram posição contra o “social-patriotismo” da direcção partidária e, na sequência, constituíram o grupo “Spartakus” e editaram a revista *Die Internationale* (A Internacional). Em 1915, organiza em Berna a Conferência Internacional Socialista das Mulheres, que precedeu de alguns meses a conferência de Zimmerwald e se pode considerar o primeiro passo no sentido do agrupamento das esquerdas socialistas. Acusada de ser a redactora do Manifesto da conferência das mulheres, foi presa em Julho, sendo libertada sob caução três meses depois.

Em resultado da expulsão do partido dos elementos que se mantinham fiéis à tradição internacionalista e criticavam a orientação política da direcção, constitui-se em 1917 o USPD (Partido Social-Democrata Independente) a que Clara Zetkin adere, tal como fizeram Rosa Luxemburg e os restantes “espartaquistas”. Em consequência, é afastada pela direcção do SPD da redacção do *Gleichheit*, passando depois a dirigir o suplemento feminino de um periódico mais próximo das posições internacionalistas, o *Leipziger Volkszeitung*.

Na Revolução.

Com a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia, a revolução de Novembro de 1918 na Alemanha, a formação do Partido Comunista Alemão e a constituição da Internacional Comunista em 1919, inicia-se uma fase nova e diferente na vida de Clara Zetkin. Diferente também na vida pessoal, porque se dá a separação definitiva de Friedrich Zundel. Em 1917, aos 60 anos, Clara Zetkin escrevia a uma amiga dizendo estar “com um ar mais velho que a minha avó aos oitenta”. De facto, atormentada desde há anos por problemas de saúde, em particular de falta de vista, que se tornarão crónicos a partir desta época, ela é uma figura marcada pelo peso dos anos e da intensa actividade desenvolvida. É também uma personalidade formada por um mundo e por valores diferentes dos do mundo do pós-guerra. Nem por isso a sua lucidez é menor e uma das fontes do interesse da sua biografia reside justamente em que, como escreverá August Thalheimer, ela “reune em si, incorpora os dois períodos do movimento operário alemão e internacional, o período social-democrata e o período comunista.”

Mais ainda do que Rosa Luxemburg (que, embora aprovando a revolução de Outubro, desenvolveu diversas críticas à teoria e à prática dos bolcheviques), Clara Zetkin identificou-se profundamente com a acção dos comunistas russos, facto a que não é provavelmente alheia a importância do contacto com os revolucionários russos na sua formação. Durante a revolução de Novembro de 1918 na Alemanha, além de escrever diversos artigos, tomou parte como oradora em comícios, apelando à participação das mulheres – que se revelou aliás escassa. As condições existentes, porém, não lhe permitiram estar presente no centro dos acontecimentos, que era então Berlim. Assim, embora em contacto permanente com Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, não participou na fundação do Partido Comunista da Alemanha (KPD), que de resto julgava prematura. A sua profunda oposição ao radicalismo esquerdista, em especial quanto ao abstencionismo eleitoral inicialmente dominante no novo partido, contribuiu para que permanecesse no USPD - de que era deputada ao parlamento regional - até ao congresso de Março de 1919. É após este congresso que adere ao Partido Comunista, o qual adopta então uma nova orientação e direcção e a cujo Comité Central passa a pertencer.

Dirigente comunista.

Entre 1919 e a sua morte em 1933, Clara Zetkin é uma das figuras de maior relevo do comunismo mundial. Membro do Comité Central do KPD até 1929 e do Bureau Político até 1924, foi também desde 1920 deputada ao Reichstag (Parlamento) e pertenceu desde 1921 – aliás como único membro eleito a título individual – ao Comité Executivo da Internacional Comunista e ao respectivo Presidium. Neste movimento essencialmente jovem que era então o comunismo – não só pela média etária dos militantes, distanciada de Clara Zetkin em uma geração, mas também porque nascido da recente revolução de Outubro e marcado pelo desejo de mudança radical do mundo –, o perfil de Clara Zetkin é necessariamente singular. Singular também porque, num universo dominado pela cultura e o mito operários, Clara Zetkin não esconde nem desvaloriza o seu enraizamento na pequena-burguesia ilustrada e na cultura do mundo anterior à Guerra, nem tão pouco o legado histórico da II Internacional. Inevitavelmente isto colocava-a em rota de colisão com algumas das expressões dominantes do comunismo dos anos 20 – e em particular do seu partido, o KPD – mas constitui também um dos motivos da sua originalidade.

Ao longo de 1919-20, sob a presidência de Paul Levi, um intelectual ligado ao grupo espartaquista e em particular a Rosa Luxemburg desde o período da Guerra, o KPD superou o esquerdismo de raiz anárquica que marcara a sua fundação, o que abriu caminho à fusão com o grande partido de massas da esquerda do socialismo alemão que era o USPD (Partido Social-Democrata Independente), e com ela à sua transformação no maior Partido Comunista da Europa ocidental. Clara Zetkin desempenhou neste processo um papel relevante e, não por acaso, foi ela quem redigiu o Manifesto do congresso de unificação. A partir daí, o KPD desenvolveu uma política centrada na unidade de acção das organizações operárias (de que ficou como símbolo a “carta aberta” nesse sentido endereçada aos sindicatos e ao SPD). Tal não foi suficiente para erradicar as inclinações de vanguardismo putschista (que em parte tinham uma base de massas), as quais, no contexto da reacção a acções repressivas do exército e de para-militares, desembocaram em 1921 numa precipitada aventura insurreccional (que ficou conhecida como “acção de Março”). Estes acontecimentos abrem uma grave crise na direcção do KPD, conduzindo à decisão de Paul Levi de se demitir do Comité Central, no que é acompanhado por outros dirigentes, entre os quais Clara Zetkin. Posteriormente Levi acabará por regressar às

fileiras socialistas. A crise vem a ser resolvida com a intervenção da Internacional Comunista (IC) e as decisões adoptadas no III Congresso desta, realizado no verão de 1921. A IC decide a expulsão de Paul Levi, por indisciplina, mas substancialmente acolhe as posições de Levi e Zetkin, no sentido da política de massas e da formulação de objectivos parcelares e transitórios (como a defesa contra o fascismo emergente).

Com Lenin.

Em 1920 Clara Zetkin faz a sua primeira viagem à Rússia soviética (anteriormente estivera em São Petersburgo em 1878, na companhia da sua amiga e condiscípula russa). Estabelecerá agora amizade com Lenin e a mulher deste, N. Krupskaja, e terá com ele, entre 1920 e 1922, uma série de encontros, que relata no livro *Recordações sobre Lenin*. Nas conversas então travadas, discutem problemas relacionados com a avaliação da arte moderna, a educação popular, a condição das mulheres e a moral sexual, e também problemas políticos e táticos da Internacional Comunista e do KPD. No livro, a autora essencialmente expõe e defende as concepções de Lenin, mas deixa claras algumas diferenças da sua própria apreciação. Se ambos se identificavam no alheamento em relação às novas correntes artísticas, já no domínio moral Clara Zetkin se mostra mais compreensiva das condições que determinam a voga de interesse pelas matérias sexuais, que para Lenin aparecia como patológica. Em relação às questões políticas, há uma substancial identificação de ambos na rejeição das componentes esquerdistas ou anárquicas presentes nos primeiros tempos de existência do movimento comunista, assim como na preocupação da “política de massas” e do realismo político. Já acerca de Paul Levi, Clara Zetkin distancia-se da severidade do juízo de Lenin. Porém, quando, pouco tempo depois, Levi decide publicar o manuscrito *Sobre A Revolução Russa*, que Rosa Luxemburg escrevera na prisão e no qual formulava várias críticas à política dos bolcheviques, Clara Zetkin escreve uma longa brochura - *Sobre a posição de Rosa Luxemburg acerca da revolução russa* - em que critica acerbamente a iniciativa de Levi e explica a evolução das concepções de Rosa Luxemburg, após a saída da prisão e perante a experiência da própria revolução alemã.

Ao serviço da III Internacional

A proximidade com Lenin, o longo passado no movimento socialista, a sua sólida preparação cultural e as capacidades oratórias farão com que, nos anos de fundação da III Internacional e dos Partidos Comunistas, Clara Zetkin seja incumbida de várias missões importantes, nomeadamente quando estão em causa as relações com as correntes socialistas. Uma das primeiras foi a intervenção (algo aventurosa dada a proibição da sua entrada em França) no Congresso de Tours do Partido Socialista Francês (SFIO), em Dezembro de 1920, que por grande maioria decidiu a aceitação das “21 condições de admissão” na IC e a sua conseqüente transformação no Partido Comunista Francês. Não menos arriscada foi a viagem a Itália, disfarçada de actriz de teatro, em Outubro do ano seguinte - quando os fascistas campeavam já por toda a parte -, ao Congresso do Partido Socialista realizado em Milão. Também aqui a incumbência consistia em conseguir que a maioria “centrista” rompesse com a direita socialista e se juntasse ao Partido Comunista de Itália, constituído em Janeiro anterior, mas tal missão não foi, neste caso, coroada de sucesso.

Apesar do seu envolvimento activo na direcção política partidária, Clara Zetkin não abandonou nunca a esfera de acção especificamente feminista. Em 1921 assumiu a direcção de um Secretariado Feminino Internacional, que até 1925 teve sede em Berlim, sendo depois transferido para Moscovo. Ainda em 1921, foi fundada a revista *Die kommunistische Fraueninternationale* (A Internacional Comunista das Mulheres), publicada em Estugarda e da qual Clara Zetkin era a principal redactora. A sua tentativa, no início dos anos 20, de organizar um Congresso Mundial de Mulheres, com a participação dos mais diversos grupos feministas – ideia que debateu nas conversas com Lenin e para a qual conseguiu obter o apoio deste – não teve porém seguimento.

A vocação unitária no plano político determinou a sua escolha para integrar a delegação que representou a IC na “conferência das 3 Internacionais”, realizada em Berlim em 1922, na qual foram discutidas – sem resultados conclusivos - as possibilidades de acção comum das diversas correntes do movimento operário. Anteriormente, em 1921, foi Presidente do Comité de Ajuda às Vítimas da Fome da Rússia, uma das primeiras iniciativas internacionais comunistas de vulto no campo da acção unitária, que esteve depois na origem do Socorro Operário Internacional. Presidiu também ao Socorro

Vermelho Internacional, organização tornada necessária pela proliferação dos regimes fascistas e que desempenhou importante papel na solidariedade às vítimas de perseguições políticas em todo o mundo.

Clara Zetkin vai ser uma das mentes mais lúcidas do movimento comunista na apreciação da gravidade do perigo representado pelo fascismo e no seu reconhecimento como problema de carácter internacional. Particularmente importante neste aspecto foi o relatório que apresentou ao Plenário do Comité Executivo da IC de Junho de 1923, sem dúvida uma das análises teórica e politicamente mais inovadoras produzidas no âmbito do movimento. O essencial do problema reside para Zetkin na crise da pequena-burguesia precipitada pelas condições da Guerra e do pós-guerra, mas sobretudo no facto de que essa crise não é perspectivada exclusivamente do ponto de vista económico, mas também como fenómeno de psicologia social ligado à derrota das revoluções. Neste quadro, tem um lugar central a questão dos intelectuais.

Justamente sobre este tema dos intelectuais, C. Zetkin será no V congresso da IC, um ano depois, a principal relatora. A reflexão sobre o fascismo e os intelectuais é um dos aspectos em que se exprime a sua tomada de consciência da diferença de fundo entre as condições da revolução na Rússia e no Ocidente (que, como é conhecido, constituirão o tema privilegiado da elaboração política e teórica de Gramsci). Na correspondência e nas conversações com Lenin, Clara Zetkin sublinha as diferenças sociológicas entre a Rússia e a Alemanha e a espessura das relações, não só económicas mas culturais, que nos países de capitalismo desenvolvido unem a burguesia a vastos estratos pequeno-burgueses e mesmo do proletariado.

Últimos tempos.

As análises e posições então expressas por Clara Zetkin entram em choque com a orientação sectária que em 1924-25 domina o KPD (e que ficou associada à dupla Ruth Fischer/Arkadi Maslow). Este facto determinou uma sua relativa marginalização no interior do KPD e, acrescentado aos problemas de saúde, contribuiu para que, a partir de então, passe a viver a maior parte do tempo na URSS, onde “goza de um prestígio que não é igualado nem aproximado pelo de nenhum outro dirigente comunista ocidental” (Gilbert Badia). Apesar da doença e da velhice, prossegue uma actividade publicística e

de intervenção no campo das questões femininas, dedicando particular atenção à emancipação das mulheres muçulmanas, com quem estabeleceu contacto durante os seus períodos de tratamento no Cáucaso, tendo escrito um opúsculo dedicado a este assunto. Retomando e desenvolvendo um seu artigo de 1906, escreveu também um importante estudo sob o título *Para a História do Movimento Proletário das Mulheres da Alemanha*, que só viria a ser publicado pela primeira vez em 1978.

Por ocasião dos seus 70 anos, em 1927, a Academia Comunista cria uma secção dedicada à “teoria e prática do trabalho entre as mulheres”, a que Clara Zetkin preside e para que contribuiu com diversos trabalhos.

Os últimos tempos de vida foram atormentados, não só pela doença (desde 1931 ficou quase cega), como sobretudo pela preocupação com a evolução da situação mundial em consequência da crise económica, do crescente perigo de guerra e, em particular, da ameaça fascista na Alemanha. Apesar das condições de saúde em que se encontrava, não se furtou a uma deslocação dos arredores de Moscovo, onde vivia, até Berlim, quando em Agosto de 1932 se ofereceu a oportunidade de, na qualidade de deputada mais velha, presidir à sessão de abertura do Reichstag, após as eleições realizadas no mês anterior que haviam tornado o partido nazi no maior partido do Parlamento alemão. Viajou em condições de quase clandestinidade, dado o domínio que as tropas das SA exercitavam já nas ruas de Berlim. Uma vez assumida a presidência da sessão, pronuncia, perante uma assembleia em grande parte constituída por nazis fardados, um discurso de extraordinária energia, de crítica dos efeitos da política governamental e apelo à unidade de acção para derrotar o fascismo, exigência perante a qual deviam “recuar todas divisões políticas, sindicais, religiosas e filosóficas”.

Morre a 20 de Junho de 1933 em Arkangelskoe, nos arredores de Moscovo, na casa de repouso onde habitava, tendo sido enterrada junto aos muros do Kremlin.

Bibliografia: Gilbert Badia, *Clara Zetkin féministe sans frontières*, Les Éditions Ouvrières, Paris, 1993; Luise Dornemann, *Clara Zetkin. Leben und Wirken*, Dietz Verlag, Berlin (RDA), 1974; Clara Zetkin, *Ausgewählte Reden und Schriften*, 3 vols., Dietz Verlag, Berlin (RDA), 1957-1960; Id., *Zur Theorie und Taktik der kommunistischen Bewegung*, Reclam, Leipzig, 1974; Id., *Zur Geschichte der proletarischen Frauenbewegung Deutschlands*, Marxistische Blätter, Frankfurt am Main, 1978.

III.2.

Nicolau Bukharin e o socialismo

João Arsénio Nunes

Nicolau Bukharin e o socialismo

«Aquele que procura a salvação da alma, a sua ou a dos outros, não deveria procurá-la ao longo da avenida da política, pois as muito diversas tarefas da política só podem ser resolvidas pela violência»

(Max Weber, citado por S. Cohen)

1. A Reabilitação

Até há alguns anos atrás, o nome de Bukharin só era conhecido, para a generalidade dos militantes comunistas, pela breve referência que lhe é feita no chamado «testamento» de Lenine. Na «Carta ao Congresso» de 24.12.1922, tendo em mente o seu próprio estado de saúde e a necessidade de evitar uma futura cisão do Partido, Lenine analisa as qualidades e defeitos de alguns dirigentes. Depois de se pronunciar circunstanciadamente acerca das personalidades dos «dois chefes eminentes do actual Comité Central», Staline e Trotsky, e de passarem sobre Zinoviev e Kamenev, escreve: «Bukharin não é apenas no Partido um teórico dos mais marcantes e de altíssimo valor; goza a justo título do afecto de todo o Partido.» (Lenine, 751; noutras traduções surge «é o favorito de todo o Partido»). Embora este elogio sofra logo a seguir uma restrição — «os seus pontos de vista teóricos só com a maior reserva podem ser considerados perfeitamente marxistas, pois há nele qualquer coisa de escolástico (nunca estudou e, presumo, nunca compreendeu inteiramente a dialéctica)» —, chocava o leitor a desproporção entre as qualidades apontadas e o pouco relevo que lhe era atribuído na história ulterior da URSS, tanto mais que não costumava ser assimilado na condenação geral do trotskismo.

Na realidade Bukharin foi o principal acusado no 3º. dos processos de Moscovo, em 1938, julgado como chefe do «bloco das direitas e dos trotskistas» e condenado à morte. Após o XX Congresso do PCUS (1956), quando, por iniciativa de Krutchov, se iniciou o reexame das condenações pronunciadas nos processos de Moscovo, que em muitos casos conduziu à reabilitação póstuma dos condenados, o caso de Bukharin suscitou ainda uma iniciativa de quatro veteranos do Partido (entre eles a secretária de Lenine, Helena Stasova), no sentido da reabilitação de Bukharin e da sua reintegração a título póstu-

VÉRTICE

mo (v. Blanc e Kaisergruber, 173). Depararam-se porém sérias resistências e, após o afastamento de Krutchov em 1964, Bukharin regressou ao seu anterior estatuto de inexistência moral: em 1977 a Comissão Central de Controle do CC do PCUS informava que o exame dos documentos para a revisão do processo ainda não estava concluído...

É justamente a partir de 1978, na sequência de uma carta enviada pelo filho de Bukharin, o pintor Iuri Larin, a Enrico Berlinguer, num contexto marcado politicamente por expectativas de crescimento da influência dos partidos comunistas europeus, e cientificamente pela publicação recente das biografias da autoria de Adolf Loewy (1969) e Stephen Cohen (1973), que se inicia na esquerda ocidental um movimento de interesse mais amplo pelas ideias de Bukharin, o qual encontrará no colóquio de Roma, organizado em 1980 pelo Instituto Gramsci, uma expressão significativa. Na União Soviética, é já no quadro da «perestroika» que em princípios de 1988 é formalmente declarada, com a anulação da condenação pronunciada 50 anos antes, a reabilitação jurídica de Bukharin, logo seguida da readmissão a título póstumo no PCUS e na Academia das Ciências da URSS.

O interesse por Bukharin ultrapassa porém a questão do esclarecimento dos factos da repressão do período estalinista. Nos seus escritos encontram-se reflexões sobre a economia e a política da construção do socialismo bem como sobre as relações entre o socialismo, num país e o quadro internacional, que constituem uma das fontes do «novo pensamento» associado à «perestroika».

Não é assim de estranhar que em 1988 tenha tido lugar em vários países uma série de conferências científicas sobre a sua vida e obra, nomeadamente em Pequim, Naberezhnyje Tchelny (URSS), Budapeste, Oxford e Wuppertal (RFA).

2. Actividade revolucionária e emigração

No elenco das personalidades dirigentes da revolução russa, a figura de Bukharin distingue-se desde logo por dois traços: a idade relativamente muito jovem e o perfil fundamentalmente intelectual. Na altura da Revolução de Outubro, Lenine tem 47 anos, Dzerjinsky 40, Trotsky e Staline têm 38, Rykov 36, Zinoviev e Kamenev 34, Bukharin apenas 29.



Nascido em Moscovo em 1888, num meio de pequena burguesia intelectual (o pai era professor de Matemática num liceu), Nikolai Ivanovich Bukharin participa nos acontecimentos da revolução de 1905 e logo a seguir adere, ainda estudante liceal, à fracção bolchevique do Partido Operário Social-Democrata da Rússia. Nos anos seguintes, até 1910, desenvolve intensa actividade na organização do partido em Moscovo, ao mesmo tempo que frequenta, a partir de 1907, a secção de Economia da Faculdade de Direito. Já neste período, a sua responsabilidade fundamental, no seio do partido, consiste na organização dos círculos de estudo do marxismo. Em 1910 é preso pela terceira vez, e a seguir deportado para a Sibéria. Na altura da deportação consegue fugir, e inicia então uma movimentada vida de emigrado, que em seis anos conduz, primeiro à Alemanha, depois à Austria, à Suíça, à Suécia, à Noruega, à Dinamarca e finalmente aos Estados Unidos, donde regressa à Rússia, via Japão, após a revolução de Fevereiro de 1917.

Os anos da emigração foram para Bukharin essencialmente anos de estudo. Embora mantivesse o contacto com os bolcheviques emigrados, tenha sido temporariamente preso pela polícia austríaca e tenha participado, na Suíça e na Alemanha, em



Durante o funeral de Dzerjinski (primeiro presidente da Tchêka), na Praça Vermelha, em 1926. Da direita para a esquerda, reconhecem-se Bukharin, Rykov (ambos executados após o processo de Março de 1938), Stalin e Vorochilov.

congressos socialistas, o próprio Bukharin descreve o seu percurso destes anos como uma deambulação entre as bibliotecas da Europa (Loewy 1979b, 204).

Em Viena, Bukharin frequentou os cursos de Boehm-Bawerk e documentou-se aprofundadamente acerca da teoria económica da escola marginalista, a cuja análise crítica viria pouco depois a dedicar um dos seus primeiros livros — a «Economia Política do detentor de renda». É também nestes anos imediatamente anteriores à I Guerra mundial que trava conhecimento, na Austria, com outros revolucionários russos emigrados, como Lenine e Trotsky. Visita Lenine em Cracóvia, pouco depois da chegada à Austria. Nas suas Memórias, a mulher de Lenine, Nadezhda Krupskaya, descreve esse encontro: «No Outono de 1912 travámos conhecimento com N.I. Bukharin (...)

Incidentalmente, Chapinsky contou-nos que um social-democrata de nome Orlov, que fazia belas pinturas das montanhas de Zakopane, estava a viver lá. Um dia, pouco depois de termos mudado de Zvezhinta para a cidade, estávamos a olhar à janela e vimos um homem de aspecto jovem trazendo às costas um grande saco de lona, que se dirigia para a nossa casa. Verificou-se ser Orlov, ou seja, Bukharin. Ele e Ilich (Lenin) tiveram uma longa conversa nesse dia. Bukharin vivia em Viena. Desde então estabeleceu-se uma estreita relação com Viena» (Krupskaya, 224). Ainda em Viena, Bukharin teve oportunidade de ajudar Staline, que não dominava bem o alemão, na preparação dum ensaio sobre «O Marxismo e a Questão Nacional», que valeria a este uma certa reputação na matéria.

Após a prisão, Bukharin é expulso da Austria e em 1914 fixa-se por algum tempo na Suíça. A eclosão entretanto da guer-

VÉRTICE

ra mundial colocava novos imperativos de investigação. Bukharin será assim um dos primeiros socialistas russos a publicar um estudo sobre o imperialismo — o ensaio *O Imperialismo e a Economia Mundial* (1915), que Lenine prefaciou, e que antecedeu de um ano o célebre *Imperialismo, Último Estádio do Capitalismo*, deste último. Pouco depois, um outro ensaio de Bukharin — *Para a teoria do Estado Imperialista* — suscitará a oposição de Lenine, que recusa a sua publicação num jornal do partido e, aquando da publicação na revista da Internacional da Juventude, lhe fará várias críticas. (Hedeler, 1116).

Nos trabalhos deste período são já de notar alguns traços que marcarão duradouramente as perspectivas de análise bukharinianas. São eles nomeadamente o destaque dado à economia mundial como quadro de existência do capitalismo contemporâneo, o relevo atribuído ao papel do Estado como factor de organização e regulação das contradições do capitalismo no interior de cada formação nacional, e o sublinhar das tendências centralizadoras e despóticas que daí resultam para as funções do Estado em todos os domínios da vida social (Bukharin 1976; Loewy 1979a, 179 sgs.) Esta análise baseava-se essencialmente na experiência das economias de guerra, sobretudo da Alemanha imperial, e por isso facilmente depois se viu nela algum simplismo, ou «falta de dialéctica». De qualquer modo, a percepção das capacidades de organização do capitalismo moderno e do papel do Estado na «fusão» entre a economia e a política, a par da insistência na transposição das contradições do capitalismo para o plano das relações internacionais, serão uma das constantes da análise de Bukharin, nomeadamente nos anos da sua acção à frente da Internacional Comunista (1926-28).

A teoria do Estado, e a concepção estratégica que Bukharin então desenvolve, decorrem logicamente desta análise. As tendências centralizadoras do Estado moderno conduzem para um totalitarismo que significa a supressão das liberdades individuais e sociais. Bukharin, prolongando aliás indicações de outros analistas do imperialismo, como Hilferding, apreende de facto tendências de evolução que após a Guerra desembocaram na emergência dos fascismos. Mas dessa análise retira também conclusões quanto às tarefas do movimento socialista: o Estado é um monstro, o Leviatã moderno; por isso, «é mais do que nunca necessário que a social-democracia exprima a sua

oposição de princípio ao Estado» (cit. in Loewy 1979a, 186). Esta «oposição de princípio» implicava também a tese, expressa no ensaio «Para a teoria do Estado imperialista», segundo a qual «o socialismo não é uma organização estatal», bem como a insistência no carácter transitório da ditadura do proletariado. Estas ideias contrariavam a tradição vigente no movimento socialista que, em polémica com os anarquistas, valorizava a utilização do Estado na luta pelo socialismo e na passagem do capitalismo ao socialismo. Foi situando-se neste ponto de vista que Lenine criticou o ensaio de Bukharin e falou das suas inclinações «semi-anarquistas». Mais tarde, no final dos anos 20, quando Bukharin é marginalizado da direcção do PC da URSS, esta crítica de Lenine será muito explorada, nomeadamente num discurso de Staline, no sentido de desqualificar a posição de Bukharin (Staline 1946, 257 e sgs.). O certo é que a posição de Lenine quanto à questão do Estado, perante a experiência da revolução de 1917, virá também a evoluir, e no sentido duma aproximação às teses de Bukharin, do que é expressão «O Estado e a Revolução». Segundo Bukharin conta, N. Krupskaya ter-lhe-á comunicado, pouco depois da sua chegada à Rússia em 1917, que Lenine considerava «já não ter divergências» com ele quanto ao problema do Estado. Curiosamente, é também a acusação de «anarquismo» que o slogan «todo o poder aos soviets» valerá a Lenine, neste caso da parte dos mencheviques.

Na altura em que concluiu a redacção do *Imperialismo e a Economia Mundial*, e quando escreveu o ensaio sobre o Estado, já Bukharin se encontrava em Estocolmo, para onde partira em Julho de 1915. A Suécia, contigua à Finlândia, então parte do Império russo, era um ponto de passagem importante nas relações entre os bolcheviques no interior da Rússia e a emigração na Europa ocidental. Bukharin tem uma acção destacada na Suécia, não só como publicista em jornais e revistas socialistas, mas também na constituição duma esquerda socialista oposta à participação na Guerra. A participação num Congresso Operário da Paz valer-lhe-á um mês de prisão, após o que o grupo bolchevique de Estocolmo se transfere para Oslo. Também aqui a sua acção será um contributo importante para que no Partido Operário Norueguês viesse a prevalecer a ala esquerda, o que determinou a respectiva adesão, logo em 1919, à Internacional Comunista (Kan, 105). A Noruega será



Bukharin em férias no Cáucaso, acompanhado por operários da fábrica Frounzé.

um dos países europeus em que, até ao final dos anos 20, o movimento comunista terá uma influência de massa mais significativa.

Embora a sua actividade fosse predominantemente de ordem teórica, Bukharin não deixou de se ocupar de questões organizativas por vezes complexas, como a descoberta de agentes duplos infiltrados no partido. Assim, contribuiu por exemplo para a descoberta do caso Malinovsky, o célebre agente da Okhrana (policia secreta czarista) que chegou a ser líder parlamentar do grupo bolchevista na Duma.

Os anos da emigração escandinava foram também assinalados por uma polémica com Lenine acerca da questão nacional. Bukharin defendia uma posição semelhante à de Rosa Luxemburgo, de fundamental indiferença em relação às reivindicações de autodeterminação, que segundo ele deveriam considerar-se ultrapassadas numa época de maturidade da revolução socialista mundial.

Após uma estadia de poucos meses em Copenhaga, N. Bukharin toma em Outubro de 1916 o vapor para a América. Aqui trabalha na redacção do jornal *Novy Mir* e realiza uma série de conferências entre a emigração russa. Os meses de exílio americano são também importantes pelo contacto estreito,

simultaneamente caloroso mas marcado também por vivas discussões, que aí mantém com Trotsky. Por outro lado, participou na constituição do núcleo de que veio a formar-se o Partido Comunista Americano (Broué, 49; Cohen 1975, 44; Heitman 1972).

3. Participação na revolução e defesa do «comunismo de guerra»

Com a eclosão da revolução na Rússia, Bukharin regressa a Moscovo, onde chega em Maio de 1917. Aí assume funções no comité do partido e na direcção do soviete local. Pouco depois é eleito para o comité central bolchevique, de que será membro efectivo até 1934. Nesta qualidade, participa na preparação da insurreição de Outubro, que em Moscovo, ao contrário do que aconteceu em Petrogrado, foi bastante violenta.

A seguir à revolução de Outubro, torna-se director do *Pravda*, quotidiano do Partido bolchevique, além de exercer outras tarefas relacionadas com a organização do aparelho económico e, pouco depois, da Academia Comunista. Com a fundação, em Março de 1919, do Comintern (Internacional Comu-

VERTICE

nista), Bukharin é eleito membro do respectivo Comité Executivo, a que pertencerá até 1929.

Nos primeiros meses de 1918, foi um dos mais intransigentes adversários da assinatura do tratado de Brest-Litovsk com a Alemanha. Como dirigente da «oposição de esquerda» no partido, preconizou o recurso à luta de guerrilhas como meio de resistir às exigências alemãs. Esta tese, que ele próprio pouco depois reconhecera como irrealista e errada, reflectia a convicção, então muito difundida, de que a revolução na Rússia fora apenas o início do processo da revolução mundial. Uma e outra sobreviveriam ou pereceriam em conjunto. Deste ponto de vista, a recusa do tratado de paz era considerada como uma forma de solidariedade concreta com a revolução alemã, tida por iminente.

Durante os anos da guerra civil e do comunismo de guerra, Bukharin é um dos poucos, dentre os principais dirigentes bolcheviques, que permanece em Moscovo, tornando-se por isso um dos mais próximos colaboradores de Lenine. Apesar da premência das tarefas políticas do momento, não abandona a actividade teórica. Em 1919 publica, em conjunto com Preobrajensky, o *ABC do Comunismo*, que até aos anos 30 será o mais famoso e o mais lido, a nível mundial, dos textos de divulgação teórica dos princípios e do programa comunistas. No ano seguinte sai a sua *Teoria Económica do Período de Transição*, uma tentativa pioneira de equacionar teoricamente, à luz da experiência da revolução russa, as bases económicas da formação da sociedade comunista.

Tanto o *ABC* como a *Teoria Económica* reflectem muito directamente as circunstâncias do «comunismo de guerra» e a convicção generalizada da proximidade da revolução socialista mundial. O principal biógrafo de Bukharin, Stephen Cohen, considera mesmo a *Teoria Económica do Período de Transição* como um «monumento literário à loucura colectiva» do comunismo de guerra (Cohen 1975, 87). Como sistema económico, o «comunismo de guerra» consistiu essencialmente num sistema de nacionalização e controle do Estado sobre a indústria no seu conjunto, ao mesmo tempo que os abastecimentos em produtos agrícolas eram assegurados por requisições forçadas sobre o campesinato. Neste quadro, o mercado e as relações monetárias praticamente deixavam de existir. A generalização, no Estado e na sociedade (por exemplo, em relação aos sindicatos), dos métodos da disciplina militar, foi a principal implicação do

sistema. Nestas obras de Bukharin reflecte-se assim uma exaltação dos métodos da «coerção extra-económica» como instrumento da mudança social, e uma concepção do socialismo como sociedade em que deixam de vigorar as leis da economia. Noutros aspectos, porém, o *ABC* e a *Teoria Económica do Período de Transição* exprimem preocupações e conceitos que viariam a perdurar. Nomeadamente, em relação à pequena propriedade agrária, Bukharin insiste em que não há que pensar em expropriá-la e colectivizá-la pela força, e avança a ideia de que a integração da pequena produção na organização socialista é possível «sobretudo através da esfera da distribuição». Um outro aspecto interessante da *Teoria Económica* é a formulação da noção de *equilíbrio* das componentes dum sistema económico-social, e a análise da mudança histórica em termos de «desequilíbrio/novo equilíbrio». É uma noção que terá pouco depois um desenvolvimento em termos mais abstractos na sua *Teoria do Materialismo Histórico*, publicada em 1921, e a que o próprio Bukharin deu o subtítulo de *Manual Popular de Sociologia*.

4. A Teoria do Materialismo Histórico

A *Teoria do Materialismo Histórico* constituiu uma tentativa em muitos aspectos pioneira de exposição da teoria marxista da evolução das sociedades. Ao redigi-la, o autor tinha em vista satisfazer uma necessidade de divulgação teórica, a um nível abstracto e numa forma sistemática (como a que até aí tinha sido realizada, quase em exclusivo, por certos textos de Kautsky). Mas esta exposição reflecte também o momento e o contexto histórico-político em que é feita: é uma teoria que tem de dar conta e de simultaneamente servir a mudança histórica inaugurada pela revolução russa, por um lado; por outro, é escrita numa conjuntura muito precisa, a da passagem do «comunismo de guerra» à NEP (Nova Política Económica) — logo após o episódio dramático e lacerante que foi a revolta de Cronstadt e o seu esmagamento —, conjuntura que é também um momento de reformulação do pensamento de Bukharin.

A NEP caracterizou-se essencialmente, como é sabido, pelo abandono da política de generalizado controle estatal da economia, para dar lugar a um compromisso que, mantendo nas mãos do Estado as alavancas económicas e financeiras essen-

ciais (nomeadamente transportes, banco central, comércio externo), ao mesmo tempo abria largo espaço à exploração livre da terra e, dentro de certos limites, também à indústria e comércio privados. As relações monetárias e o funcionamento normal do mercado eram portanto restabelecidos. A introdução da NEP foi correlativa do afastamento das expectativas da extensão a curto prazo da revolução à escala mundial, e traduziu-se no pensamento comunista por um muito maior relevo dado a noções como aliança de classes, compromisso, transição, frente única, bloco, e semelhantes.

O acentuado objectivismo que caracteriza a *Teoria do Materialismo Histórico*, a tentativa de interpretar o processo histórico segundo o modelo das ciências naturais e de o formalizar numa «sociologia», para além de reflectir tendências da formação cultural do autor, é expressão desse momento histórico, como tem sido posto em relevo (Cohen 1975, Zanardo, Schmid).

Ponto de partida da exposição de Bukharin é a afirmação de que todos os fenómenos do universo existem como «sistemas» de elementos funcionalmente integrados e em correlação mútua. Condição de existência dum «sistema» é, por um lado, a integração ou compatibilização, apesar das contradições dos elementos que o constituem — equilíbrio interno —, por outro lado a integração deste sistema no seu «ambiente», i.e. no sistema mais amplo de que faz parte e com que está em relação — equilíbrio externo. Tanto no aspecto interno como no externo, o equilíbrio não é estático, mas constantemente atravessado por contradições; essas contradições é que asseguram um «equilíbrio dinâmico» e a evolução do sistema. Quando porém uma acumulação de contradições gera uma situação de ruptura na organização interna dos elementos dum sistema, ou na relação deste com o ambiente, cria-se uma situação de desequilíbrio, que só pode ser resolvida pela formação dum novo sistema. Então cria-se um novo equilíbrio e com ele inicia-se novo ciclo, que conduzirá a novo desequilíbrio, e assim sucessivamente (cf. Heitman, 296 e sgs.).

Este modelo é aplicado por Bukharin à concepção da evolução histórica. Constituinte a sociedade humana um sistema, ele adapta-se ao «ambiente» natureza através de certas forças produtivas, e para tanto estrutura-se internamente segundo certas relações sociais de produção entre os elementos que a compõem (os quais por seu turno estão combinados em diver-

sos subsistemas, de que os principais são as classes). O movimento constante das forças produtivas exige uma reorganização das relações sociais no seu conjunto. Esta reorganização pode operar-se durante longos períodos por deslocamentos imperceptíveis, mas, chegada a certo limite, ou dá origem a novo sistema ou, se é impedida, acaba por implicar a desagregação de toda a sociedade.

O «positivismo» e aparente mecanicismo desta concepção implicou durante muitos anos a sua desvalorização, por dois lados: por parte da ideologia que se tornou dominante no movimento comunista a partir dos anos 30, que quis ver nela a projecção filosófica da oposição ao voluntarismo e à ideia de transformação radical e acelerada da sociedade que caracterizaram o estalinismo; e por parte das correntes do «marxismo ocidental» mais influenciadas por Hegel, com relevo para Lukacz e Gramsci, que nela viram um desconhecimento fundamental do lugar da subjectividade e dos aspectos de indeterminação na evolução histórica.

Na realidade a obra de Bukharin dá um lugar de relevo ao papel das «superestruturas» na organização social. A diversidade de elementos que se combinam em cada situação histórica concreta e as suas contradições mútuas implicam uma diversidade de soluções possíveis; por outro lado as mudanças não se dão necessariamente no sentido do progresso. A possibilidade de solução dum crise histórica pela mudança revolucionária depende da capacidade da classe revolucionária para formar ideias adequadas e meios de acção sobre a situação existente, o que envolve factores subjectivos de organização e iniciativa. Às questões do partido e dos dirigentes são por isso dedicados os últimos capítulos da obra.

Certo é que a insistência na concepção da realidade social em termos de «equilíbrios» instáveis se articulava com a consciência aguda que então os bolcheviques formavam (e de que Bukharin virá a ser provavelmente o intérprete mais coerente) de que a revolução russa era a resultante da combinação dum revolução operária socialista com uma revolução de camponeses pela terra, e de que a viabilidade desta combinação não estava predeterminada, mas justamente dependia da manutenção do «equilíbrio» conseguido. Por outro lado, este equilíbrio era apenas o fulcro dum conjunto bem mais vasto de «equilíbrios» a realizar na economia, no Estado, na cultura, nas relações cidade-campo, nas relações internacionais... — que implicavam

VÉRTICE

«questões da solidariedade, da integração, da coesão, do equilíbrio, do controle, e suficiente solidariedade e disciplina. Era um radical e audacioso novo pensar marxista em vista duma nova realidade» (Schmid, 376). Nesta elaboração Bukharin confrontou criticamente e utilizou — caso também raro na tradição socialista — as teorizações da sociologia clássica, nomeadamente de Max Weber, Durkheim, Roberto Michels.

Justamente esta complexidade é que faz o seu interesse actual e a sua modernidade. Como já Aldo Zanardo acentuou no colóquio de Roma de 1980, a problematização bukhariniana é inovadora no quadro do pensamento comunista porque pela primeira vez oferece «a possibilidade de pensar a sociedade de transição (do capitalismo para o comunismo) como um «em si» (Zanardo, 104), quer dizer, como uma sociedade que tem de encontrar o seu próprio equilíbrio e lógica de funcionamento, sem remeter constantemente para um horizonte glorioso mas inteiramente separado do presente.

5. Teórico da NEP

É com o fim da guerra civil e a passagem à NEP que Bukharin vai, não só assumir uma posição de primeiro plano na direcção do Partido e do Estado soviético, mas além disso tornar-se o teórico duma concepção da construção do socialismo, que de facto presidiu à orientação da URSS e, em parte, do próprio movimento comunista internacional, entre os últimos anos da vida de Lenine e a colectivização conduzida por Staline a partir de 1929.

Na sua formulação inicial, a NEP foi encarada essencialmente como uma pausa, ou mesmo um recuo táctico, no processo de realização do socialismo, necessitado por razões circunstanciais: internamente, o estado de desagregação da economia da URSS ao cabo de sete anos de guerra, somado ao seu atraso histórico; externamente, o retardar, em relação às expectativas iniciais, da revolução nos países europeus, que no entanto os revolucionários russos continuavam a encarar numa perspectiva de meses, ou de poucos anos.

Com o fracasso, em 1921 e de novo em 1923, dos movimentos revolucionários na Alemanha, e os primeiros sinais duma «estabilização» do capitalismo que os anos seguintes confirmaram, alteram-se basicamente os dados sobre que fora equacio-

nada a iniciativa de Outubro de 17 e coloca-se a possibilidade da permanência do primeiro Estado operário num isolamento mais ou menos prolongado. É esta uma possibilidade sobre a qual Lenine, embora afectado pelo ataque cerebral que o atingiu em fins de 1921, reflecte intensamente, quer em relação ao movimento operário internacional, quer quanto às consequências para a construção do socialismo na URSS. Já na citada carta de 24 de Dezembro 1922 em que abordava o problema dos dirigentes, colocava esta observação central: «o nosso Partido apoia-se sobre duas classes: portanto a sua desagregação seria possível e a sua queda inevitável se não se pudesse fazer o acordo entre estas duas classes» (Lenine, 750). Mas é sobretudo num curto escrito de 1923, «Sobre a Cooperação» que, reconhecendo que «todo o nosso ponto de vista sobre o socialismo mudou radicalmente», e recuperando expressamente concepções de socialistas pré-marxistas, Lenine aponta o desenvolvimento das cooperativas e a massiva integração nelas da população, no quadro da NEP, como via adequada da construção do socialismo na URSS. Sublinha por outro lado os pressupostos deste processo no respeitante ao acesso generalizado à cultura, o que exigiria «toda uma etapa histórica», a percorrer, «na melhor das hipóteses em dez ou vinte anos» (Lenine, 772). Ainda noutro texto da mesma época, «Mais vale Menos mas Melhor», depois de assinalar a importância das tarefas de modernização e «civilização» do aparelho de Estado, que, para se tornar verdadeiramente socialista, necessitará «muitos, muitos anos», Lenine aponta como perspectiva fundamental para a consolidação do Estado soviético, no plano interno, «conservar a confiança dos camponeses», ao passo que considera, no plano internacional, a importância fundamental dos movimentos anti-imperialistas dos países atrasados: «o êxito da luta depende finalmente deste facto que a Rússia, a Índia, a China, etc. formam a imensa maioria da população do globo» (Lenine, 797).

À morte de Lenine, em Janeiro de 1924, Bukharin é, juntamente com Kamenev, Zinoviev, Staline, Trotsky, Rykov e Tomsky, um dos membros do Politburo do Partido. A situação que nesse momento se vive é complexa. Do ponto de vista político, Trotsky e os seus seguidores criticam o regime interno do partido, ao mesmo tempo que consideram que é inviável a sobrevivência duradoura da União Soviética se a revolução não se estender aos países capitalistas mais desenvolvidos. Do pon-

to de vista económico, a NEP conhece então a sua primeira crise («crise das tesouras»), resultante da desproporção entre os baixos preços agrícolas e os altos preços dos produtos industriais, o que tinha como consequência desincentivar os camponeses de produzirem, e sobretudo de colocarem as suas produções no mercado.

Para a oposição trotskista, esta crise é a expressão natural da contradição de classe entre os interesses do operariado industrial socialista e os da pequena-burguesia agrária. À luz da teoria da revolução permanente, esta contradição só poderia ser superada através de medidas do Estado socialista contra as tendências capitalistas na agricultura, visando subordinar esta ao interesse prioritário do desenvolvimento industrial, base imprescindível da formação da sociedade socialista.

No plano da teoria económica, é sobretudo Preobrajensky quem dá uma forma articulada a esta tese. O seu debate com Bukharin é ainda hoje paradigmático de duas concepções da construção do socialismo.

Para Preobrajensky, a economia da URSS compõe-se de dois sistemas, regidos por lógicas diferentes: a economia privada, em que funciona a lei do valor, e a economia socialista representada pela prioridade estatal e regida por uma «lei da acumulação socialista». A progressiva afirmação do predomínio desta supõe a realização do que Preobrajensky designa de «acumulação socialista primitiva» (à semelhança da «acumulação capitalista primitiva» descrita por Marx), segundo a qual a acumulação do sector socialista (industrial) tem de assentar numa transferência de mais-valia realizada nos sectores não-socialistas, e isso em tanto maior medida quanto mais fraca for a base industrial de partida em que assenta o sector socialista (Vacic, 147 e sgs.). Preobrajensky considera mesmo que a agricultura privada deve desempenhar para a formação da economia socialista o mesmo papel que as colónias desempenharam na acumulação inicial do capitalismo — em ambos os casos é necessário que haja uma «troca não-equivalente» dos recursos dos dois sectores.

A perspectiva de desenvolvimento socialista que Bukharin contrapõe a Preobrajensky distingue-se da deste, desde logo, do ponto de vista metodológico. É típica de Bukharin a estreita associação do raciocínio económico com o raciocínio político, a «relação orgânica» (Pécsi, 220) entre os dois pontos de vista. Nesta controvérsia isso exprime-se em que, em lugar de se ba-

sear na lógica abstracta das duas esferas da economia, Bukharin considera que o eixo de todos os problemas da sociedade soviética é o bloco operário e camponês, quer dizer, a conservação da aliança entre as duas forças sociais que em conjunto fizeram a revolução e criaram o sistema soviético. Nesta base, considera que os dois sectores da economia têm de ser considerados pela sua integração num conjunto em «equilíbrio dinâmico», em termos tais que o desenvolvimento de um condiciona o do outro: a possibilidade de acumulação na indústria socialista era função da possibilidade de acumulação na economia camponesa. A prosperidade da agricultura é que lhe permitiria adquirir mais produtos industriais, alargando o mercado para estes e ao mesmo tempo modernizando as suas explorações. Assim, aumentava o fornecimento de matérias-primas para a indústria e, crescendo os rendimentos, alargava-se a base de incidência do imposto. (Bukharin 1977, 128-131.)

Na concepção de Bukharin, a NEP implicava portanto criar condições para que os camponeses proprietários desenvolvessem as suas explorações, no quadro dum crescimento proporcional e equilibrado da indústria e da agricultura (Mirski, 135-136), e neste sentido chegará num discurso a lançar em direcção aos camponeses o famoso e controverso apelo: «Enriquecei!» O desenvolvimento no sentido do socialismo é equacionado na continuidade dos últimos textos de Lenine, quer dizer, através da cooperação. O condicionamento global da actividade económica pelo controle socialista da indústria e da banca seria utilizado para incentivar o desenvolvimento cooperativo e a sua extensão progressiva da esfera da distribuição à da produção. Por outro lado, esse mesmo controle permitiria assegurar que, não só as cooperativas de pequenos proprietários, mas também as economias privadas do tipo kulak teriam, pelas suas próprias necessidades económicas, que se integrar num desenvolvimento de conjunto cuja direcção era definida pelo Estado socialista (Cohen 1975, 198).

A política da NEP permitiu, durante os primeiros anos da sua implementação, conseguir taxas de crescimento elevadas, um substancial saneamento económico e a recuperação dos níveis de produção anteriores à Guerra. Um conjunto de factores económicos e políticos determinam porém que, a partir dos meados da década de 20, a sua prossecução se defronte com um certo impasse. Por um lado, o plano cooperativo não teve a concretização prevista. Por outro, o incremento da procura

VÉRTICE

contribuiu decisivamente para a recuperação da indústria, mas por si só não resolvia o problema da realização de novos investimentos e aumento da capacidade instalada. A estrutura de muito pequena propriedade colocava sérios limites à melhoria de produtividade agrícola, além de que a relativa igualização (em confronto com a situação anterior à revolução) favorecia as tendências de auto-suficiência.

Sobretudo, no plano político-ideológico, como bem descreve Yuri Poliakov (38-48), o espírito do comunismo de guerra, articulado com a fé na revolução mundial, continuava bem presente entre os bolcheviques, e dificilmente era compatível com uma ideia da construção do socialismo que «parecia privar o partido da sua iniciativa industrializadora e colocá-la nas mãos suspeitas do camponês ou do mercado externo.» (Cohen 1975, 212). A Oposição de Esquerda, reforçada a partir de fins de 1925 com a adesão de Zinoviev e Kamenev às posições de Trotsky, dava expressão continuada a estes sentimentos, ao mesmo tempo que agitava o espectro da NEP como restauração do capitalismo.

6. Membro do «duumvirato»

A passagem de Zinoviev e Kamenev para a Oposição proporciona (até pela própria lógica da aritmética da divisão do Politburo) que a partir de 1926 Bukharin assumia um papel de ainda maior relevo no seio do grupo dirigente do PC da URSS. Stephen Cohen fala mesmo, em relação aos anos 1926-1928, no «duumvirato» Staline—Bukharin. Com o afastamento de Zinoviev da posição de presidente da Internacional Comunista, Bukharin passa a ocupar no secretariado do Comité Executivo as funções correspondentes (embora formalmente sem o título de presidente da Internacional, que é abolido). Como director do *Pravda* e do *Bolchevik*, não só está à cabeça dos mais importantes órgãos político-ideológicos, como indirectamente influencia uma multiplicidade de órgãos de imprensa regionais e sectoriais. É por outro lado o principal inspirador do «Instituto dos Professores Vermelhos», uma instituição de formação teórica em que se constituiu um grupo de jovens intelectuais (na sua maioria vítimas das repressões dos anos 30) geralmente considerados «a escola de Bukharin». Em Janeiro de 1928 é

eleito membro da Academia das Ciências da URSS, distinção única entre os membros do aparelho dirigente do partido e que representou o reconhecimento da importância dos seus trabalhos no âmbito da ciência económica.

É entretanto de notar que nunca fez parte do secretariado nem do bureau de organização do partido, o que significa que o controle do aparelho partidário, em termos de poder efectivo para além da influência ideológica, lhe escapava. Nesse domínio, a posição do secretário-geral, Staline, era sem rival.

Em face do conjunto das circunstâncias acima apontadas, que punham em causa a viabilidade da NEP, como tinha sido até então realizada, enquanto modelo de construção do socialismo, Bukharin enceta a partir de 1926 uma revisão da sua concepção, até aí algo unilateralmente centrada no estímulo à produção através dos mecanismos do mercado. Num discurso de Julho de 1926 já admitia como «absolutamente evidente que a nossa indústria socialista não deveria crescer apenas à custa do que é produzido pela classe operária no seio da própria indústria estatal, mas que temos de ir buscar os nossos recursos em favor do desenvolvimento industrial ao reservatório não-industrial, incluindo a economia camponesa que deverá fornecer a sua parte; também o campesinato é obrigado a ajudar o Estado a edificar a indústria socialista.» (cit. in Lewin 1979, 248-9). A partir daqui, o seu pensamento concede muito maior lugar às formas de intervenção do Estado na economia, através da fixação de preços, do sistema de impostos, dos planos de investimento. Segundo Mirski (140), regista-se mesmo no pensamento de Bukharin a partir desta época um afastamento dos princípios da NEP.

Para esta reorientação de Bukharin e da direcção soviética contribuem os receios crescentes da possibilidade duma guerra, do que deriva nomeadamente a prioridade da edificação duma sólida base metalúrgica. Em 1927, é aprovada pela primeira vez a ideia dum plano quinquenal para o conjunto da economia, e pouco depois o próprio Bukharin enuncia a necessidade duma «ofensiva anti-kulak» e da criação dum sector agrícola colectivizado (a par do reforço do apoio estatal ao pequeno camponês) (Cohen 1975, 250). No entanto, «o triunfo de Bukharin no XV Congresso do Partido em 1927, como o mais proeminente e autorizado sucessor de Lenine, marcou não só o vértice da sua carreira mas também o prelúdio da sua queda» (Heitman 1972). Com efeito, apesar da evolução referida, a

posição de Bukharin continuou a caracterizar-se por uma grande insistência na necessidade de preservação do equilíbrio e das proporções entre os diversos sectores da economia. Segundo ele, a exploração privada deveria permanecer a espinha dorsal da agricultura soviética «por várias décadas». O investimento na indústria pesada deveria ser acompanhado pelo desenvolvimento da indústria ligeira, nomeadamente de bens de consumo, e pelo incentivo ao artesanato tradicional (Lewin 1979, 250).

7. Líder do Comintern: o marxismo como ciência política

Como observou Alexander Watlin, embora Bukharin só tenha estado à cabeça da Internacional Comunista durante cerca de dois anos (1926-28), tratou-se «para os Comunistas de anos de mudança excepcionalmente pesados de responsabilidades» (Watlin, 71). No essencial, foi nestes anos que se procurou assumir as consequências, em termos de estratégia, duma conclusão que desde finais de 1923 se vinha impondo como dolorosa evidência: a de que, apesar da profundidade das crises que atravessara e das catástrofes que ocasionara, o capitalismo era capaz de se reorganizar, e de que a revolução iniciada na Rússia não significava o termo da sua viabilidade histórica como sistema mundial. O facto de, pela primeira vez desde a sua fundação em 1919, em 1926 a Internacional deixa de ser presidida por Zinoviev, que afirmara que a não transformação da revolução russa em revolução europeia implicava considerar que a base sobre que assentava a existência do Comintern era «completamente podre» (Telò, 148), é simbólico duma mudança de época.

Não é menos significativo que justamente então a liderança da Internacional Comunista tenha sido assumida por Bukharin. Na verdade, o período da «estabilização» do capitalismo (entre o termo das crises do pós-guerra e a eclosão da grande crise mundial de 1929) é sobretudo caracterizado pelo desenvolvimento de novas modalidades de intervenção do Estado e por uma acrescida internacionalização das relações económicas. Num e noutro aspecto, a familiaridade de Bukharin com estes temas, desde os seus escritos de 1915-16 sobre o imperialismo e a teoria do Estado, tornava-o, como nota Lisa Foa

(133), particularmente apto a defrontar-se com os problemas que então se punham. Mais latamente, pode dizer-se que a substituição de Zinoviev por Bukharin assinala a passagem duma fase em que a revolução mundial, julgada inevitável pelo próprio determinismo da crise económica, se coloca como problema de organização em sentido principalmente técnico-militar, para outra em que a acção revolucionária é equacionada como política no mais amplo sentido, quer dizer, como organização do conjunto dos factores subjectivos de massa capazes de pesar numa situação não decidida previamente. Isto relaciona-se, por outro lado, com o que se pode considerar um traço característico da atitude de Bukharin, «a preocupação de dar à política do movimento comunista um fundamento científico» (Boffa, 61). O próprio Bukharin escreve, em 1926, no seu relatório de abertura do VII Pleno do Comité Executivo da IC: «A política marxista é a única política científica da classe operária. Por isso ela é obrigada a basear-se numa análise científica minuciosa de toda a época histórica em que actua a classe operária e de cada situação económica e política dada que determina a conduta dos partidos operários.» (Bukharin 1926, 1613).

Esta análise científica significava em primeiro lugar reconhecer que o capitalismo tinha conseguido superar a crise aguda do pós-guerra, mas sobretudo estudar objectivamente as implicações que as mudanças organizacionais e técnicas que então começam a generalizar-se na Europa por efeito da difusão do modelo americano teriam para o movimento operário. Trata-se do conjunto das transformações ligadas à chamada «racionalização», à difusão do taylorismo e do fordismo. E a análise de Bukharin é sem ambiguidades no sentido de concluir que essas mudanças são no imediato favoráveis ao capitalismo, quer do ponto de vista do aumento da produção, quer sobretudo pelos efeitos que o alargamento dos sectores do terciário, o desemprego e a criação de novas categorias profissionais têm na divisão da classe operária. Ao mesmo tempo, ele recusa circunscrever a análise a um plano puramente económico, insiste em que «separar a política da economia é não compreender o conjunto» e em que portanto o próprio desenvolvimento da «estabilização» é um «objecto da luta de classes». Deste ponto de vista, a estabilização capitalista, pelas contradições que acarreta, contém também factores duma potencial radicalização da classe operária, na luta contra o desemprego, a baixa de

VÉRTICE

salários a e extensão do horário de trabalho das camadas marginalizadas ou desqualificadas pela racionalização: O grau mais elevado de organização do capitalismo (domínio da economia por alguns grandes agrupamentos patronais e sua íntima ligação com o Estado) exige do movimento operário um suplemento de organização: Bukharin sublinha a necessidade da estruturação dos sindicatos por grandes ramos industriais, superando o corporativismo profissional, e a importância da integração dos desempregados no movimento sindical — estas serão com efeito, embora com êxito desigual, duas das direcções fundamentais da intervenção dos comunistas no movimento sindical neste período.

Duma maneira geral, há nos escritos de Bukharin como dirigente do Comintern uma grande valorização da importância dos sindicatos e da política de «frente única operária» (Bukharin 1926, 1638; s.d., 31). Mas não há menos uma insistência (que em larga medida se relaciona com a experiência da NEP) na importância de atrair para o socialismo camadas da pequena-burguesia e em particular do campesinato, bem como o reconhecimento da incidência específica que tem nesse processo a camada dos intelectuais (Telò, 147; Ragonieri, 1978a; Loewy 1979b).

8. A concepção do «processo revolucionário mundial»

A observação por Bukharin, desde os seus escritos do período da Guerra, da capacidade do capitalismo monopolista para conter ou regular uma série de contradições através duma ligação mais íntima entre os organismos económicos e os aparelhos do Estado, andou a par do sublinhar da «transferência» dessas contradições inerentes ao modo de produção capitalista, para o plano das relações internacionais. A perspectiva mundial é por isso essencial em todo o pensamento bukhariniano: à recusa das ilusões da revolução mundial a curto prazo correspondeu uma tanto maior valorização da revolução como processo mundial, «a calcular em decénios» (cit. in Ragonieri, 1978a, 176). E, na apresentação do projecto de Programa da Internacional, de que foi autor, perante o VI Congresso, assinalava o carácter mundial como determinante de toda a arquitectura do programa» (Bukharin 1978, 149).

A concepção da revolução mundial que Bukharin assim formula é por ele próprio por vezes posta em paralelo com a experiência histórica das revoluções burguesas, que conheceram também ritmos e formas extremamente diversificadas em função das condições e da história de cada país, e nem por isso deixaram de ter a sua unidade de conjunto, que transformou a face da Europa ao longo dos séculos XVIII e XIX. No que diz respeito ao «processo» da revolução mundial comunista, ele não é apenas o movimento operário dos países industrializados. É sim visto como um conjunto de processos diversificados que no seu conjunto poêm em causa o capitalismo mundial. Em 1926, no relatório ao C.E. da I.C., Bukharin apontava três componentes concretas principais deste processo: a construção socialista na URSS (pelas suas implicações económicas, políticas e culturais), o declínio do capitalismo britânico e os grandes movimentos então em curso do operariado inglês, e a revolução nacional em desenvolvimento na China (Bukharin 1926, 1616 e sgs.) Muito na continuidade dos últimos textos de Lenine, Bukharin perspectivou o movimento revolucionário mundial essencialmente como aliança entre o proletariado das «cidades» (i.e., das metrópoles do capitalismo) e o campesinato das «aldeias» do mundo (i.e., dos países coloniais ou dependentes). Era no fundo a extensão à escala mundial da ideia da aliança operária-camponesa que fundamentava a política da NEP. Ela tinha como corolário a aceitação duma diversidade de «tipos» de socialismo, conforme o desenvolvimento, as tradições e as especificidades dos vários países: Bukharin particulariza mesmo que o socialismo na URSS tinha de considerar-se dum «tipo atrasado» — opinião diametralmente oposta à que Staline exprime no VI Congresso do Comintern (1928), ao declarar que a revolução russa era «uma revolução internacional, não só pelo seu carácter, mas também pelo seu tipo, uma revolução internacional que transmite uma imagem daquilo que na substância deverá representar a revolução proletária em cada país.» (cit. in Ragonieri 1978a, 206).

9. A crise da NEP e a derrota de Bukharin

A evolução que se regista na situação interna e externa da URSS ao longo do ano de 1927 vira colocar em séria dificulda-

de a concepção bukhariniana da NEP, que implicava uma industrialização relativamente lenta e aquilo que ele próprio em dado momento identificara como um caminhar para o socialismo «a passo de caracol». A acentuação do isolamento externo da URSS, após as derrotas sofridas pela Internacional na Inglaterra e na China, os episódios de hostilidade anti-soviética como o assassinio do embaixador da URSS em Varsóvia ou o corte de relações diplomáticas da Inglaterra com a URSS, acentuam o temor da guerra, com a inerente exigência de maiores investimentos nas indústrias de base e, contribuem para reactivar no partido e no proletariado os sentimentos anticapitalistas e anti-kulaks. Estes desenvolvimentos, aliados ao anúncio de maiores condicionamentos à exploração privada, e a estrutura de preços desfavorável que então existia, levam os camponeses a reduzirem drasticamente a oferta no mercado, com o que se gera uma grave crise de abastecimentos.

A resposta a esta situação por parte da maioria do Politburo, liderada por Staline, é a adopção em Janeiro de 1928 dum conjunto de «medidas extraordinárias», com a imposição coactiva da venda dos cereais aos preços fixados. Pela primeira vez desde o início da NEP, os camponeses eram impedidos de dispor livremente das suas produções. O facto ressuscitou as recordações do «comunismo de guerra» e intensas reacções, ao mesmo tempo que estimulava no partido a dinâmica da «ofensiva anti-kulak».

O desenvolvimento das «medidas extraordinárias», pessoalmente dirigidas por Staline, e a adopção duma orientação voltada para a colectivização da agricultura, significavam o fim da política da NEP, e com ela o fim do papel de Bukharin como dirigente político. Staline enuncia então a sua famosa tese do inevitável agravamento da luta de classes durante a construção do socialismo, que dará cobertura teórica à adopção dum conjunto de medidas de repressão no exterior e no interior do Partido, no decurso da qual se constituem as estruturas de identificação totalitária partido-estado-sociedade. O processo judicial aberto em 1928 por causa da descoberta duma organização contra-revolucionária entre técnicos das minas de Schachty, que estariam em relação com potências estrangeiras, serviu de pretexto à tese de que a «direita bukhariniana» substituíra a defesa em relação ao inimigo interno, e foi o ponto de partida duma campanha para afastar os apoiantes de Bukharin das posições de influência que ocupavam em várias instâncias do partido e da Internacional.



Bukharin acolhe Gorki na gare de Moscovo, em 1928. O escritor vivia em Itália desde 1921, mas só regressaria definitivamente à URSS em 1931.

Ainda em 1928, Bukharin publica um importante escrito teórico, os *Apontamentos dum Economista*, «trabalho do mais alto valor académico» (Mirski, 143) em que, embora aceitando a necessidade de taxas de crescimento elevadas, adverte contra os riscos duma concentração unilateral no desenvolvimento da indústria pesada, que inevitavelmente geraria crise e um conflito profundo entre grandes massas da população e o Estado.

A derrota das posições de Bukharin (compartilhadas, ao nível do Politburo, pelo presidente do conselho dos comissários do povo, Rykov, e pelo responsável sindical, Tomsky) deveu-se em larga medida, como escreveu Cohen (1975, 301) ao facto de que «se bateram e perderam naquilo em que Staline era excelente, em política oculta de organização.» Mais profundamente porém, a derrota da política de moderação que Bukharin representava exprimiou a intensidade do sentimento e da ideologia da luta de classes, entendida como confronto de morte entre proletariado e burguesia e estreitamente ligada à convicção de actualidade da revolução mundial, que percorria os militantes bolcheviques, muitos dos quais tinham atravessado a revolução e a guerra civil. Estas convicções e reacções reforçaram-se ainda durante a NEP. Mesmo se os kulaks eram, para padrão

VÉRTICE

capitalistas, proprietários pequenos ou médios, as tensões ligadas à diferenciação social foram agudamente vividas nos campos. O espírito de novo-riquismo evidenciado pelas camadas favorecidas pela NEP chocava os operários e camponeses pobres e levava-os a interrogarem-se sobre o sentido da revolução. «Estes sentimentos eram um factor real e operante nos anos 20», escreve o historiador soviético Yuri Polyakov, que acrescenta: «Durante a incessante luta de opiniões, os dirigentes, Staline e Trotsky, Zinoviev e Bukharin, Kamenev e Rykov, cada um de seu modo, tomaram em consideração estas opiniões das massas e os factores que as influenciavam. Todos o fizeram, mas Staline era melhor nisso.» (Polyakov, 38-39).

O ano de 1929 registará a definitiva derrota das posições da direita bukhariniana. O sistema das «medidas extraordinárias» de requisição da produção agrícola torna-se o método normal de assegurar os abastecimentos, o que conduz em muitos casos a conflitos violentos entre a população e as autoridades. O plano quinquenal adoptado em Abril, que estipulava altas taxas de crescimento da produção industrial, é revisto no decurso da aplicação no sentido do seu cumprimento e superação em quatro anos. O espírito de mobilização marcial em que todo este processo se desenvolve anda a par duma crescente intolerância em relação a todos os que colocam reservas à orientação adoptada.

Mesmo nestas condições, Bukharin não deixou de se bater pela continuação da política da NEP. Num artigo intitulado «O testamento político de Lenine» publicado no quinto aniversário da morte deste, recorda as ideias fundamentais expressas nos seus últimos escritos acerca da construção do socialismo na URSS: aliança operária-camponesa, elevação cultural, manutenção das relações de mercado, desenvolvimento da cooperação. (O título do artigo era, por si só, uma alusão à parte do «testamento» não publicada, mas conhecida em amplos círculos, em que Lenine propunha o afastamento de Staline das funções de secretário-geral do partido.)

Em reuniões dos órgãos dirigentes do partido, Bukharin denunciou como reedição das teses trotskistas a política de industrialização acelerada, com o seu corolário de «exploração de tipo militar-feudal» do campesinato. Esta desembocaria necessariamente na formação dum Estado centralizado e despótico, na linha das tradições da Rússia czarista, dominado por uma multidão de funcionários e terreno propício ao arbitrio admi-

nistrativo: um Estado em tudo o contrário do «Estado-comuna», evoluindo progressivamente para a sua absorção na sociedade, que a doutrina marxista preconizava.

O resultado deste combate é conhecido. Ainda em 1929, Bukharin é afastado, primeiro de director do *Pravda*, depois das suas funções no Comintern e finalmente demitido de membro do Politburo. Juntamente com Rykov e Tolski, vem a assinar, em Novembro, uma declaração de aceitação das orientações da maioria. Pouco antes, fora nomeado director do departamento científico do Conselho Superior de Economia.

Aos 41 anos, a vida política de N.I. Bukharin chegava ao fim. Para a frente situava-se na história da URSS uma etapa completamente nova, que durante um quarto de século será dominada, sem controvérsia, pela figura de Staline — cujo 50.º aniversário, a 21 de Dezembro de 1929, será, na imprensa soviética e da Internacional Comunista, o sinal da partida do culto da personalidade que florescerá nas décadas seguintes.

10. Os últimos anos

Restarão a Bukharin oito anos de existência que, embora afastada do primeiro plano da vida pública, não deixará de ser movimentada no plano intelectual e até pessoal. Além das suas funções no Conselho Superior da Economia e como membro da Academia das Ciências, continua a pertencer ao Comité Central. Em 1931 participa, como representante da Academia das Ciências soviética, no Congresso Internacional de História das Ciências e da Técnica, em Londres, onde apresenta uma comunicação sobre «Teoria e prática do ponto de vista do materialismo dialéctico» (Bukharin 1976, 89-107). No ano seguinte é nomeado membro da comissão encarregada de preparar a nova Constituição da URSS, que será publicada em 1936 e foi conhecida como Constituição estaliniana; todos os membros da comissão foram fuzilados.

Em 1934, na sequência do XVII Congresso, foi nomeado director do *Izvestia*. Em 1936, integrou uma delegação oficial em viagem a França e a outros países da Europa ocidental com vista a adquirir os arquivos de Marx que estavam na posse do partido social-democrata alemão, tendo por esse motivo conversações com dirigentes da II Internacional, entre eles menchevi-

ques russos emigrados. Em Paris, pronunciou na sala da «Mutualité», um mês antes da vitória eleitoral da Frente Popular, na presença de nomes famosos da intelectualidade e da política europeia como André Malraux, Louis Aragon, Henri Wallon, Rudolf Hilferding, uma conferência sobre «Os problemas fundamentais da cultura contemporânea». Centrada no problema do fascismo e do perigo de guerra como manifestações de crise do capitalismo, a comunicação definia os valores e objectivos do socialismo, como civilização, por contraposição à ideologia e à prática do fascismo — «formação dum Estado total, todo poderoso e que se imiscui em tudo»; «niveleção da massa, directamente proporcional à glorificação do chefe»; transformação dos homens em «simples executores, sujeitos a uma disciplina única e forçada em todos os domínios da vida» (Gurvitch-Bucharina, 27). Obviamente que, ao caracterizar deste modo o fascismo, eram também as deformações do socialismo na URSS que eram problematizadas.

Ainda em 1936, na sequência da vaga repressiva desencadeada a partir do assassinato de Kirov em 1934, iniciam-se em Moscovo os processos judiciais contra os elementos acusados de actividades «trotskistas». As prisões, deportações e execuções atingem então dimensões gigantescas.

Na reunião de Fevereiro de 1937 do Comité Central, Bukharin é formalmente acusado de actividade antipartido e a seguir preso. Em Março do ano seguinte está presente com outros vinte réus, entre eles o anterior chefe da GPU, Iagoda, como principal acusado no 3.º processo de Moscovo contra o «bloco anti-soviético das direitas e trotskistas». Os contactos havidos em 1936 com os dirigentes da II Internacional são-lhe então imputados pelo acusador Vichinsky como parte da conspiração com vista à restauração do capitalismo na URSS. A 13 de Março, o colégio militar do Supremo Tribunal pronuncia a condenação à morte, a que se segue a execução.

Bibliografia

Agosti, Aldo, 1982, «Il rapporto rivoluzione interna—rivoluzione internazionale in Bukharin», in Sergio Bertolissi, *infra*.

- Bergmann, Theodor e Schaefer, Gert (Hrsg.), 1989, «*Liebling der Partei. Bucharin-Theoretiker des Sozialismus*. Beitrage zum internationalen Bucharin-Symposium, Wuppertal 1988, VSA-Verlag, Hamburgo.
- Bertolissi, Sergio (a cura di), 1982, *Bucharin tra rivoluzione e riforme*, Editori Riuniti-Istituto Gramsci, Roma.
- Blanc, Y. e Kaisergruber, D., 1979, *L’Affaire Boukharine*, Maspero, Paris.
- Boffa, Giuseppe, 1982, «Dall’Imperialismo alla lotta contro il fascismo», in Sergio Bertolissi, *op. cit.*
- Britovsek, Marian, 1989, «Der Endkampf mit Stalin im Jahre 1929», in Bergmann/Schaefer *op. cit.*
- Broué, Pierre, 1989, «Bucharin und Trozki», in Bergmann/Schaefer, *op. cit.*
- Bukharin, N.I., 1926, «Stabilisation Capitaliste et Révolution Proletarienne», in *Correspondance Internationale* n.º 131, 7 de Dezembro.
- s.d., *La situation internationale et les tâches de l’IC. Rapport au XV Congrès du PC de l’URSS* (1927), Bureau d’Editions, Paris.
- 1971, *El ABC del Comunismo*, Grijalbo, Mexico.
- 1976a, *O Imperialismo e a Economia Mundial*, Centelha, Coimbra.
- 1976b, «Théorie et Pratique du point de vue du matérialisme dialectique (1931)», in *Dialectiques*, 13, Paris.
- 1977, «O Partido e o Bloco da Oposição (1925)», in José Serras Gago e Luis Salgado de Matos, *A Transição Socialista, O Debate Soviético e o Caso Português*, Armazém das Letras, Lisboa.
- Bukharin, N.I. et al., 1978, «VI Congreso de La Internacional Comunista», *Cuadernos de Pasado y Presente*, Siglo XXI, Mexico.
- Cohen, Stephen, 1975, *Bukharin and the Bolshevik Revolution*, Vintage Books, Nova Iorque.
- 1982, «Bucharin e il bucharinismo», in Sergio Bertolissi, *op. cit.*
- Foa, Lisa, 1978, «Bucharin tra teoria del crollo e stabilizzazione», in Mario Telo et al., *op. cit.*
- Gurvitch-Bucharina, Svetlana N., 1989, «Das politische Vermaechtnis. Bucharins Vortrag in Paris vom 3. April 1936», in Bergmann/Schaefer, *op. cit.*
- Hedeler, W., 1989, «N.I. Bucharin- Der Weg eines Mitstreiters und Kampfgesährten Lenins zum Marxismus», in *Deutsche Zeitschrift fuer Philosophie*, 12.
- Heitman, Sidney, 1972, Bukharin, N.I., in *Marxism, Communism and Western Society*, Herder and Herder, Nova Iorque.
- 1979, Le matérialisme dialectique et historique chez Boukharine, in *Histoire du Marxisme Contemporain*, vol. 5, UGE, Paris.
- 1989, «Der Mythos von Bucharins Anarchismus», in Bergmann/Schaefer, *op. cit.*
- Kan, Aleksandr, 1989, «Bucharin und die skandinavische Arbeiterbewegung», in Bergmann/Schaefer, *op. cit.*
- Kohlmeier, G., 1989, «Zu einer Bucharin-Edition», in *Deutsche Zeitschrift fuer Philosophie*, 12.
- Krupskaya, N., 1970, *Memories of Lenin*, Panther Books Londres.
- Labica, G. e Bensusan, G., 1985, *Dictionnaire Critique du Marxisme*, PUF, Paris.
- Lenine, V., 1968, *Oeuvres Choiesies*, vol. 3, Editions du Progrès, Moscovo.
- Lewin, Moshe, 1979, «Boukharine et sa conception de la voie soviétique vers le socialisme», in *Histoire du Marxisme Contemporain*, *cit.*
- Loewy, Adolph, 1979, «La théorie de l’impérialisme chez Boukharine», in

- Histoire du Marxisme Contemporain, cit.
 1979, «La théorie de la révolution chez Boukharine», in *Histoire du Marxisme Contemporain*, cit.
- Mirski, Michal, 1989, *In der Tradition Lenins: die Neue Oekonomische Politik*, in Bergmann/Schaefer, *op. cit.*
- Pécsi, Kálmán, 1989, «Lehren fuer einen ungarischen Reformer», in Bergmann/Schaefer, *op. cit.*
- Polyakov, Yuri, 1989, «Die "linke" Avantgarde und der "rechte" Fuehrer. Das politishe Umfeld der zwanziger Jahre», in Bergmann/Schaefer, *op. cit.*
- Pons, Silvio, 1989, «Bucharins Politisches Denken am Ende der zwanziger Jahre», in Bergmann/Schaeffer, *op. cit.*
- Ragionieri, E., 1978a «Il programma dell'Internazionale Comunista» in *La Terza Internazionale e il Partito Comunista Italiano*, Einaudi, Turim.
- Ragionieri, E., 1978b, «Il problema Bucharin», in *La Terza Internazionale* cit.
- Riechers, C., 1988, Nikolai Bukharin's «Theory of Historical Materialism». *The Critiques, Marxist Traditions, Conjectures*, Oxford (dact.)
- Schmid, Herman, 1989, «Marxistische Soziologie Zur Gesellschaftstheorie Bucharins», in Bergmann/Schaefer, *op. cit.*
- Shkarenkow, L., 1989, «Leben und Tragoedie des Nikolai I. E Bergmann/Schaefer, *op. cit.*
- Staline, J., 1946, «De la déviation de droite dans le Parti Comrchéviki de l'URSS (avril 1929)», in *Les Questions du Léninisme*, ciales, Paris.
- Telò, Mario, 1978, «Analisi del capitalismo e teoria della rivolucharin dirigente del Comintern», in Mario Telo et al., *op. cit.*
- Telò, Mario, et al., 1978, *La Crisi del Capitalismo negli anni economica e dibattito strategico nella Terza Internazionale*, De Doi
- Vacic, Aleksandar, 1989, «Grundsatzfragen sozialistischer Oeko Auseinandersetzung zwischen Bucharin und Preobraschenki» mann/Schaefer, *op. cit.*
- Watlin, Alexander, 1989, «Revolutionaere Weltsticht. Bucharin der Komintern», in Bergmann/Schaefer, *op. cit.*
- Zanardo, Aldo, 1982, «Bucharin come teorico marxista», in *St lissi*, *op. cit.*

III.3.

FILHO DO POVO E NETO DE CLÉMENT: MAURICE THOREZ (1900-1964)

Recensão a Stéphane Sirot, *Maurice Thorez*, coll. Références/Facettes, Presses de Sciences Po, Paris, 2000.

Durante mais de trinta anos Maurice Thorez foi o chefe do Partido Comunista Francês e, nessa qualidade, o dirigente de um partido comunista da Europa ocidental que por mais tempo - à excepção de Álvaro Cunhal - desfrutou do reconhecimento de uma liderança carismática. Diversamente do último, exerceu essa liderança durante os decénios de maior projecção internacional (inclusive cultural) do comunismo e como dirigente de uma "grande potência" eleitoral de uma grande potência europeia.

É a esta figura esquecida que a recentemente inaugurada colecção *Références/Facettes* (na qual até agora saíram apenas um volume sobre Maurras, outro sobre Marc Bloch e um terceiro dedicado a Ho-Chi-Minh) consagra o estudo da autoria de Stéphane Sirot. Não se trata de uma biografia, no sentido do que esse género historiográfico normalmente envolve como construção literária. Antes, numas sintéticas trezentas páginas muito simetricamente organizadas (e conforme o esquema da colecção), procede-se, numa primeira parte, à análise do corpus das representações disponíveis sobre a personagem - "Thorez représenté" - para, na segunda - "Thorez représentant" - fazer o ponto dos conhecimentos.

Dentro de uma linha muito característica da historiografia francesa, a primeira parte da obra ocupa-se da desconstrução das imagens históricas prévias: primeiro, do "espelho" originário, fabricado em 1937 (em pleno apogeu, ou assim parecia, da Frente Popular), que foi o livro autobiográfico *Fils du Peuple*. Depois, dos "reflexos" sucessivamente engendrados pelos familiares próximos (nos escritos autobiográficos da mulher, Jeanette Vermeersch, e do filho Paul), pelos "Ex" (quadros do PCF, como Ferrat, Vassart, Marty e Tillon, que o acompanharam de perto durante parte importante do percurso até entrarem em ruptura), e pelos politicamente "outros" - nomeadamente os

socialistas, De Gaulle e a propaganda anticomunista. Os capítulos seguintes debruçam-se, primeiro, sobre as biografias anteriormente produzidas por historiadores, depois sobre a evolução da memória do PCF acerca do seu dirigente histórico.

A segunda parte da obra - "Thorez représentant" - é que constitui propriamente a síntese biográfica, mas, em vez de se desenvolver cronologicamente, analisa sucessivamente cinco facetas fundamentais do perfil do protagonista: o enraizamento no universo peculiar do movimento operário dos mineiros; a concepção política da greve; o deputado e ministro; *last (and least)*, o líder partidário.

Espelho e imagens.

O ponto de partida do livrinho de Stéphane Sirot é a ideia de que o conhecimento da figura do político Maurice Thorez tem sido afectado por um sobreinvestimento mítico, deliberadamente fabricado na sua origem, mas ao qual as sucessivas visões do personagem ficaram presas, quer no sentido de o confirmar e acrescentar, quer no sentido oposto de o negar, sem por isso deixarem de estar dele igualmente dependentes. O seu propósito é o de, joeirando criticamente essas sucessivas visões e integrando o que sobra, propor uma imagem (tanto quanto possível) finalmente desmitificada.

Na origem de tudo está a “fabricação do espelho”, a autobiografia *Fils du Peuple*. Sirot analisa com atenção as condições em que surge a decisão de publicar uma autobiografia do secretário-geral do PCF. A consagração da autoridade dos secretários-gerais dos partidos comunistas culminava por toda a parte os longos e muitas vezes conturbados processos de “bolchevização”, i.e. de consolidação de um grupo dirigente e uniformização das regras de funcionamento, da ideologia e do “estilo de trabalho”. Estava por outro lado em homologia com a consagração de Stalin, de cujo fulgor cada uma das figuras nacionais havia de ser, em parte reflexo, em parte reencarnação. A publicação de biografias dos secretários-gerais era funcional a este objectivo, quer se tratasse de autobiografias, como nos casos de Thorez e do inglês William Gallacher (*Revolt on the Clyde*), quer confiadas a um escritor profissional (como será, no Brasil, o *Cavaleiro da Esperança*, a biografia de Luís Carlos Prestes por Jorge Amado, de 1942). O engrandecimento da figura referencial do secretário-geral tinha um papel importante na

moldagem dos quadros. Daqui derivam consequências tanto para o conteúdo da autobiografia como até para a respectiva estrutura de redacção. Sirot nota, a este propósito, que, se os dois primeiros capítulos de *Fils du Peuple* (até 1934, ano da consolidação definitiva da posição de Thorez e da “grande viragem” na história do PCF) são genuína autobiografia – escrita na primeira pessoa do singular –, a partir daí domina absolutamente o “nós” comunista. Mas a função pedagógica, nomeadamente no aspecto da formação de quadros, tem também consequências na construção da personagem. Se, no caso do *Cavaleiro da Esperança*, se tratava para Jorge Amado de exaltar um *herói*, *Fils du Peuple* visa antes o desenho de um *modelo*. Daqui a sucessão dos momentos de identificação entre o autor/modelo e o leitor, dada desde logo pelo título *Fils du Peuple*. Como escreve Jacqueline Mer, “il ne figure l’identité du peuple que parce que le peuple est son identité.”¹ Daí também um aspecto de simplicidade ou até banalidade, não só das origens como do comportamento de Thorez. Se o modelo implica sempre alguma forma de perfeição, neste caso trata-se de uma perfeição “que evita parecer inatingível”².

O autor passa de seguida à análise do olhar dos próximos de Thorez, num capítulo em que inclui os escritos autobiográficos da mulher, Jeanette Vermeersch, e do segundo filho de ambos, Paul Thorez, e também as referências dos militantes que com ele privaram, “ortodoxos” como dissidentes, procurando demonstrar que, de uma forma ou de outra, todos acabam por construir uma representação “que permanentemente se organiza em torno da lenda thoreziana”³. Se a demonstração é até certo ponto aceitável em relação às memórias de Jeanette Vermeersch – que não se dispôs a desenvolvimentos acerca das relações íntimas e tinha por outro lado um objectivo de defesa da memória do marido e da imagem própria –, já não parece tão convincente quanto às recordações do filho, que, a avaliar pelas citações feitas, transmitem de forma pessoal (na qual está presente a dimensão de “revolta do adolescente que duvida das opções de um pai amado (...) revolta que se poderia julgar antecipadora da da juventude francesa da primavera de 1968”⁴, como o próprio Sirot escreve) a experiência de um convívio muito próximo.

¹ Jacqueline Mer, *Le parti de Maurice Thorez ou le bonheur communiste français*, Payot, Paris, 1977, cit. in Sirot, *Maurice Thorez*, p. 29.

² Sirot, *ibidem*, p. 244.

³ Id., *ibid.*, p. 42.

⁴ Id., *ibid.*, p. 49

O capítulo dedicado ao “olhar dos ‘Ex’”, isto é, de figuras do círculo estreito dos dirigentes que num momento ou noutra entraram em ruptura, passa em revista os escritos de dissidentes de diferentes épocas. Para aqueles dos dissidentes que com ele privaram nos anos 30, como Jean Ferrat (representante do PCF no Comintern no princípio dos anos 30, expulso em 1936 e depois dirigente socialista), ou Albert Vassart, muito próximo de Thorez nos anos 30 e que a partir da Guerra evoluiu para o anticomunismo militante, ou ainda André Marty e Charles Tillon, expulsos nos anos 50, o traço característico de Thorez era a conformidade à Internacional Comunista (a partir de 1931 traduzida sobretudo na dependência em relação ao delegado em França, Eugen Fried – para Ferrat o verdadeiro secretário-geral do PCF), o que se integraria num dispositivo mais genérico de “falta de coragem”, ou mesmo “fraqueza” (que constitui o *leitmotiv* da biografia de Philippe Robrieux⁵). Se nos anos 30 a consequência principal destes traços era a dependência em relação à IC, nos anos 50 eles desdobravam-se numa atitude de “autocrata” (que nomeadamente tentou impedir o conhecimento do relatório de Kruchtchov e a destalinização, por recear os seus efeitos sobre o aparelho partidário), mas continuavam a remeter para uma nova dependência, acentuada pela doença: a dependência da mulher (verdadeira “bête noire” de Robrieux) que, pelo temperamento mais determinado, se teria tornado então na prática a secretária-geral do PCF. Sirot sublinha no entanto que esta percepção do funcionamento do casal “é matéria de desacordo entre os ‘Ex’” e cita figuras como Auguste Lecoer, afastado em 1954, ou Roger Pannequin, expulso nos anos 60, que expressamente recusam tal descrição.

Os testemunhos dos dissidentes acerca do Thorez privado são unânimes em reconhecer as qualidades de simplicidade e convivalidade, mesmo se alguns se espantam com as condições de vida luxuosas de que dispôs desde o regresso da URSS em 1953. E mesmo no aspecto político e cultural alguns acabam por lhe reconhecer qualidades. Há quem sublinhe que, no Governo, com De Gaulle, “tem uma atitude menos submissa do que outros, e o General não é insensível a isso.”⁶ Praticamente todos lhe reconhecem uma formação cultural invulgar, e há quem destaque a sua “indiscutível faculdade de síntese.”⁷

⁵ Philippe Robrieux, *Maurice Thorez. Vie Secrète et vie publique*, Fayard, Paris, 1975.

⁶ Maurice Kriegel-Valrimont, *Mémoires Rebelles*, Odile Jacob, Paris, 1999, p. 101, cit. in Sirot, *Maurice Thorez*, p. 81.

⁷ Id., *ibid.*

No capítulo sobre o “olhar dos outros”, como dissemos, passa-se sucessivamente em revista a observação dos socialistas, de De Gaulle e dos gaullistas e a da propaganda anti-comunista. Deixando de lado esta última, onde praticamente tudo se resume aos “três castelos, cinco automóveis e dez guarda-costas”, as outras contêm anotações interessantes. Assim, apesar da hostilidade que em vários momentos marcou as relações entre comunistas e socialistas – e que esteve na origem de alguns dos ataques mais veementes a Thorez, com a denúncia do “falso mineiro”, do “desertor” e do “vizinho de Aga Khan” -, os socialistas que com ele contactaram nas funções governamentais, incluindo o Presidente da República Vincent Auriol ou um Jules Moch (autor ainda em 1978, no ocaso da existência, de *Le communisme, jamais!*) são unânimes em reconhecer, como escreve Sirot, “a competência nas suas funções, o seu sentido do Estado, a sua lealdade nas relações com os outros membros da coligação governamental.”⁸ Quanto a De Gaulle, que repetidamente obstaculizou o regresso de Thorez a França durante a II Guerra mundial, acabaria, por ocasião da morte de Thorez em 1964, e no seu estilo muito próprio, por escrever na mensagem de condolências à família: “le président Maurice Thorez a, à mon appel et comme membre de mon gouvernement, contribué à maintenir l’unité nationale.”⁹

No capítulo seguinte analisa-se a imagem de Thorez nos textos biográficos de ambição científica: os da autoria de historiadores comunistas, o volume de Robrieux e a notícia biográfica de Stéphane Courtois¹⁰, e finalmente o longo artigo da autoria de Claude Penetier no “Maitron”¹¹ (o mais longo deste dicionário biográfico do movimento operário francês, sobre aquele que é aí considerado “o mais importante dirigente do movimento operário francês do século XX”). Embora reconhecendo o progresso científico representado pelo último, Sirot marca as suas distâncias em relação ao repertório de virtudes incluído na conclusão de Penetier, e enuncia o seu próprio desiderato: para ele, compreender o sucesso do PCF e seus dirigentes implica

⁸ Sirot, *Maurice Thorez*, p.95.

⁹ Id., *ibid*, p. 99.

¹⁰ “Thorez Maurice”, in Jean-François Sirinelli (dir.), *Dictionnaire Historique de la Vie Politique Française au XX. Siècle*, PUF, Paris, 1995

¹¹ “Thorez Maurice”, in *Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français*, t.42, Éditions de l’Atelier, Paris, 1992, pp. 189-206.

essencialmente “apreender a maneira como se constroem para encarnar um sistema de valores”¹².

O último e interessante capítulo desta primeira parte dedicada às representações de Thorez debruça-se sobre a “memória de Thorez” no PCF. Regista-se o largo espaço ocupado pela celebração do legado de Thorez durante o primeiro decénio posterior à sua morte. Tal celebração tem concretizações simbólicas – por exemplo os nomes de ruas em localidades do Pas-de-Calais ou da cintura industrial de Paris, ou ainda em cidades alemãs (ex-RDA) e russas, bem como nomes de células do PCF -, sobre que são fornecidas precisas informações quantitativas. Mas tem igualmente outras concretizações com uma função política definida: por exemplo o patrocínio de iniciativas de actualização teórica como a criação do *Institut Maurice Thorez* e a publicação dos respectivos *Cahiers*, ou a invocação da tradição thoreziana, e em especial da Frente Popular, para fundamentar iniciativas políticas como a candidatura única da esquerda em torno de François Mitterrand, em 1965, ou o *Programme Commun* de 1972. Thorez é sempre o “homem da unidade” e também em particular o da “mão estendida” aos católicos, tema que ocupa largo espaço nas preocupações e iniciativas do PCF dos anos 60 e 70. É também o homem do patriotismo e da independência nacional, inclusive em relação à URSS: nesse sentido são recordadas as iniciativas de 1936 em relação ao partido radical, passando por cima das reservas do Comintern, ou a entrevista de 1946 ao *Times* (v. adiante).

O XXII Congresso do Partido Comunista Francês, em Fevereiro de 1976, que abandonou formalmente o princípio da ditadura do proletariado e adoptou o “eurocomunismo”, marca o início de uma distanciação do PCF em relação à memória do secretário-geral histórico. O próprio Instituto Maurice Thorez muda em 1979 de designação. Não só a direcção de Georges Marchais assume então a crítica aos atrasos na destalinização, como os vários livros de memórias de militantes publicados nos anos 80 fazem em geral uma apreciação crítica da última década da actividade de Thorez, e em especial das suas reticências perante a destalinização. Nem por isso a lembrança desaparece completamente, mesmo em tempos recentes. Segundo o autor informa, na actual divisão de correntes que caracteriza o PCF, sendo certo que a herança de Thorez é

¹² Sirot, *Maurice Thorez*, p.137.

explicitamente reivindicada pela tendência ortodoxa, o documento da direcção “renovadora” de Robert Hue para o XXX Congresso, em 2000, iniciava-se pela frase “Que les bouches s’ouvrent!”, título de um célebre texto thoreziano de 1931.

Curriculum vitae

Antes de passar à análise da segunda parte da obra, em que o autor se debruça sobre as várias facetas da personagem, valerá a pena clarificar sinteticamente, em disposição cronológica, os principais momentos da biografia¹³.

Nascido com o século (28.4.1900), como tantos da primeira geração comunista, numa aldeia do Pas-de-Calais (Noyelles-Godault), filho natural de uma operária e de um pequeno-burguês (o filho do dono da mercearia local), Maurice Thorez foi aos três anos perfilhado pelo mineiro com quem a mãe entretanto casara. Aos doze conclui o *Certificat d’Études Primaires* como primeiro classificado, mas as condições materiais da família não lhe permitiam prosseguir os estudos. Assim, começa a trabalhar nas minas de carvão, primeiro na selecção de pedras, depois no trabalho de escritório. A eclosão da Guerra, seguida da ocupação alemã do Norte da França, obriga-o a fugir, na companhia do avô materno, Clément Baudry. Durante quatro anos, exerceu sucessivamente trabalhos de criado de quinta, de operário numa serração e no transporte fluvial no Somme. Estes anos de adolescência são decisivos na sua formação. A par da prossecução dos estudos que o habilitavam a ingressar na escola de preparação para professor primário, foram anos de múltiplas leituras que o familiarizaram com o movimento socialista, e sobretudo de convivência próxima com o avô, ele próprio militante socialista, devoto de Jules Guesde, e anteriormente sindicalista activo. O fim da Guerra permite o reencontro com a família e o regresso à terra natal e à mina, agora como mineiro de fundo, trabalho que exerce durante um ano. Por esta altura ingressa no partido socialista (SFIO) e logo a seguir no “Comité de Adesão à III Internacional” em que se agruparam os partidários da revolução russa e da criação de um Partido Comunista Francês. Cumpre durante dois anos o serviço

¹³ Servimo-nos para este resumo, além de *Fils du Peuple* (Éditions Sociales, Paris, 1970), essencialmente da biografia de Philippe Robrieux e dos artigos de Claude Pannetier e Stéphane Courtois citados.

militar como soldado raso (conforme os princípios antimilitaristas dos socialistas). Ao tentar regressar, em 1922, ao trabalho de mineiro, é impedido pela administração, por já ser então conhecida a sua militância socialista e sindical. De facto, embora, durante cerca de um ano mais, exerça trabalhos diversos, nomeadamente na construção civil, a actividade política e sindical será cada vez mais absorvente. O casamento, em 1923, com a atraente Aurore Memboeuf, sobrinha do secretário da federação comunista do Pas-de-Calais, reforça esta identificação, e pela mesma altura Thorez torna-se funcionário político. Nos debates que, praticamente desde o nascimento, marcam o PCF e conduzem ao afastamento de muitos dos apoiantes iniciais, incluindo logo em 1923 o primeiro secretário-geral, Louis-Oscar Frossard, Thorez alinha com a “esquerda” partidária da Internacional Comunista, da implementação efectiva das “21 condições” e da “frente única”. Mas no ano seguinte manifesta reservas em relação à “bolchevização” e à transposição para o PCF do combate às posições de Trotsky. A carta de solidariedade que então dirige a Boris Souvarine, que pouco depois será expulso do partido, é por vezes apresentada, com algum simplismo, como prova do “passado trotskista” de Thorez¹⁴. O certo é que, com a intervenção do delegado da Internacional Comunista, Maurice Thorez (que entretanto sucedera ao tio como secretário da federação comunista do Pas-de-Calais e pouco depois ascende a secretário-adjunto da federação comunista do Norte, sendo também então eleito para o Comité Director do Partido) converte-se à posição da maioria. Insistirá sempre, porém, numa posição realista quanto às modalidades de aplicação dos aspectos organizativos da “bolchevização”, nomeadamente a impossibilidade de assentar a estrutura orgânica exclusivamente nas células de empresa. Depois de uma primeira viagem a Moscovo em 1925, entra para o Bureau Político e passa a integrar definitivamente o núcleo dos principais dirigentes. Ainda nesse ano, encontrando-se a França em plena campanha colonial contra a guerrilha de Abd-el-Krim, torna-se o responsável pelo *comité central dos comités de acção contra a guerra de Marrocos*, que o Partido organiza. Colabora estreitamente com o também sindicalista Pierre Séward durante os dois anos em que este é o secretário-geral do PCF e procura conduzir o partido nas linhas da política de “frente única”. Não lhe é fácil porém identificar-se com as novas

¹⁴ Para a descrição dos acontecimentos, cfr. Philippe Robrieux, *Maurice Thorez. Vie secrète et vie publique*, Fayard, Paris, 1975, pp.66 e sgs.

orientações da Internacional Comunista, a partir de 1927 – nomeadamente a política *classe contra classe* que, ao impedir acordos de desistência eleitoral, contrariava uma tradição enraizada da esquerda francesa. Por esta altura o ambiente internacional, e em especial o ambiente de perseguição anticomunista em França, tende a agravar-se – “Le communisme, voilà l’ennemi!”, proclamara o primeiro-ministro Sarraut num discurso em Argel. Como responsável da agitação antimilitarista, Thorez acha-se numa posição particularmente exposta. Passa à clandestinidade (durante este período usará o pseudónimo “Clément”), vive permanentemente entre Bruxelas e Paris, com viagens frequentes à URSS, e é objecto de condenações à revelia e tentativas de detenção a que consegue escapar. Finalmente é capturado, em Junho de 1929, quando a polícia o descobre escondido num armário durante uma reunião do Comité Central, num castelo na região do Sena. Cumpre onze meses de prisão. Quando sai, a Internacional e o PCF encontram-se no princípio de um processo de rectificação do radicalismo e exageros sectários a que conduzira a política *classe contra classe*, traduzidos na tentativa de politização de todos os conflitos e no desprezo pelas reivindicações económicas (“la lutte pour le bifteck est historiquement dépassée”)¹⁵. Alvo da crítica da Internacional são agora – tal como aconteceu noutros PCs, nomeadamente o espanhol e o italiano – os mesmos grupos dirigentes, em regra oriundos da organização das Juventudes Comunistas, que imediatamente antes haviam sido a ponta de lança da luta contra o “oportunismo de direita”. O Secretariado do Comintern denuncia o “espírito de grupos”, antes de responsabilizar e acusar formalmente o “grupo” em torno dos jovens Henri Barbé e Pierre Célor. O próprio Manuilsky, então dirigente número 1 da IC, vem a Paris clandestinamente e dirige a investigação sobre a actividade do “grupo”, que culminará na expulsão dos principais acusados. Pela mesma altura, no verão de 1931, a Internacional envia para França um conjunto de delegados encarregados de seguir os vários aspectos da actividade do PCF e ajudar o desenvolvimento do processo de homogeneização política que tem em vista. O principal é o eslovaco Eugen Fried, inicialmente com o pseudónimo “Albert” e que depois adopta o de “Clément”. Maurice Thorez, que desde a saída da prisão era considerado internamente como o primeiro-secretário da direcção que Barbé

¹⁵ Cfr. Henri Heldman, “Lutte politique et action syndicale: élaboration d’une stratégie (1931-1934)”, in *Communisme*, nº1, 1982, pp.47-74.

também integrava, sentir-se-á atingido pelas críticas da IC, chegando ao ponto de redigir uma carta de demissão. O apoio de Fried levá-lo-á a reconsiderar.

As modificações operadas a partir daqui serão de grande alcance para a vida do PCF e do próprio Thorez como dirigente político. Após 1932 consolida-se um núcleo composto por Thorez, Jacques Duclos e Benoît Frachon (este último como responsável sindical), que irá assegurar a estabilidade de direcção durante mais de três décadas (Frachon só em 1967 deixará de ser o principal dirigente da CGT; quanto a Duclos, ainda em 1969 será o candidato presidencial do PCF, com um honroso resultado superior a 21%). Com a organização do sistema de formação (escolas de quadros), e simultaneamente a constituição, sob directa supervisão da IC, do “serviço de quadros”, consolida-se um tipo de disciplina e de organização que praticamente elimina a possibilidade de surgimento de divergências organizadas. Por outro lado, do ponto de vista político, com o ascenso do fascismo na Alemanha e a generalização do problema do fascismo a nível europeu, o desenvolvimento de iniciativas anti-fascistas (que no entanto passariam ainda nos anos seguintes por grandes oscilações de estratégia) coloca-se como um domínio de actividade com implicações em todos os aspectos da vida do PCF. O Congresso mundial de Amsterdam contra a Guerra e o Fascismo, depois o Congresso de Paris, na sala Pleyel, com o mesmo objectivo, seguido da unificação do “movimento Amsterdam-Pleyel”, são momentos relevantes no desenvolvimento do antifascismo europeu e da mobilização de intelectuais que marcará profundamente a época. 1932 é ainda um ano de grande importância na afirmação política de Thorez ao nível nacional, com a eleição como deputado por Ivry (posição que manterá até à morte, em 1964), uma das circunscrições fundamentais daquilo que se desenha já como a “cintura vermelha” de Paris. Parece que Thorez encarou com entusiasmo a entrada na vida parlamentar, ao ponto de, numa reunião em Moscovo, Duclos ter alertado para os riscos de um seu “desvio parlamentarista”. Data também desta época o estabelecimento por Thorez de um regime de vida que lhe terá sido recomendado por Fried, o delegado da IC com quem as suas relações são cada vez mais próximas. Começando a trabalhar cedo, reservava no

entanto sempre algumas horas por dia para a sua cultura pessoal.¹⁶ É um período pessoal e politicamente difícil. Ao mesmo tempo que se consuma o desastre alemão e em França se desenvolve a actividade das Ligas de extrema-direita, a IC mantém ilusões sobre a revolução e o prioritário ataque à social-democracia. Um encontro de Thorez e Jacques Doriot com representantes do Partido Socialista (SFIO), em Janeiro de 1933, é alvo da crítica cominterniana e não tem continuidade. No plano pessoal, Maurice Thorez atravessa então a crise final do seu casamento.

Os acontecimentos de Fevereiro de 1934, com a tentativa de assalto ao parlamento dos manifestantes de extrema-direita, vêm introduzir uma situação nova. Como escreve Stéphane Courtois, “c’est au moment où il paraît le plus ballotté par les événements que Thorez va soudain révéler une stature nouvelle”¹⁷. A situação de Thorez era ainda complicada pela relação de rivalidade com outro importante membro da direcção comunista, o muito popular *maire* de Saint-Denis, Jacques Doriot, que encabeça manifestações unitárias de oposição às ligas fascistas num momento em que Thorez se retrai, por fidelidade à linha sectária da Internacional. A superação da crise vê novamente coincidir aspectos pessoais e políticos. Desde Fevereiro que Maurice Thorez coabita com Jeannette Vermeersch, uma jovem militante que conheceu quatro anos antes na URSS e com a qual viverá até morrer. Em Maio é a convocação para Moscovo (ao mesmo tempo que Doriot, que, embalado já numa carreira pessoal e numa disposição de ruptura com o comunismo, se recusa a partir). E em Moscovo será o contacto com as novas orientações políticas inspiradas por Dimitrov, às quais, numa entrevista no final desse mês, Stalin dá assentimento.

A partir daqui, os acontecimentos que conduzirão à Frente Popular, ao triunfo eleitoral do PCF e à afirmação de Thorez como figura nacional, e ao mesmo tempo como personagem de primeiro plano do movimento comunista internacional, suceder-se-ão rapidamente. Logo em Julho, é a assinatura do pacto de unidade de acção do PCF com a SFIO. Em Outubro, e já num contexto de crescimento comunista, é a iniciativa por Thorez do alargamento da proposta de Frente Popular aos Radicais, o partido da esquerda

¹⁶ Robrieux, *Maurice Thorez*, pp. 312, 386 e *passim*. Em relação aos anos do pós-guerra em que desempenhou funções governamentais, Robrieux escreve :”il consacre entre deux et quatre ou cinq heures à sa culture.” (p.312)

¹⁷ “Thorez Maurice”, *cit.*

burguesa, superando a posição mais prudente dos órgãos dirigentes da IC, que lhe é transmitida por Togliatti¹⁸. Depois virão as sucessivas vitórias eleitorais, a conquista de 72 lugares no Parlamento, a unificação sindical (que fará do PCF, durante mais de três décadas, a força dirigente do movimento operário francês), a irradiação no meio intelectual – em suma, a conquista e exercício do “ministério das massas”, que Paul Vaillant-Couturier apontara como a “vocação governamental” dos comunistas.

Uma das questões centrais com que o PCF se vai defrontar é entretanto a da participação ou não no governo propriamente dito. Embora a inclinação de Thorez fosse, segundo vários testemunhos, no sentido da participação, a decisão final vai ser tomada no âmbito da IC e cairá em sentido oposto¹⁹. Pesou decisivamente nesse sentido, não só um cálculo de prudência táctica, que de resto será avançada publicamente como o principal motivo da recusa – a preocupação de não dar pretextos de atribuir ao governo uma imagem de extremismo²⁰ – como sobretudo o facto de a experiência real da Frente Popular se afastar dos esquemas hipotizados pelo Comintern, e pela reflexão teórica comunista até então, como modalidades de “aproximação à revolução proletária”.

Durante os dois anos dos governos de Frente Popular, e antes disso durante o ano de campanha do *Rassemblement Populaire* que os precedeu, Thorez é uma personalidade central da política francesa, frequentemente consultada por Léon Blum, o líder socialista que presidiu a dois dos gabinetes ministeriais neste período. É também o período em que mais se intensifica o relacionamento pessoal e político com Fried (que, acaso ou não, é de todos conhecido, na direcção do PCF, como “camarada Clément” – o mesmo nome do avô a que Thorez estivera tão ligado e que ele próprio um tempo adoptara como pseudónimo), o qual entretanto estabilizara uma relação conjugal com Aurore, a primeira mulher de Thorez. Como escreverá Georges Cogniot sobre o líder do PCF e o delegado da IC, “on savait invraisemblable le moindre désaccord entre eux; ils formaient une unité

¹⁸ Robrieux, *Maurice Thorez*, p. 194; Maurice Thorez, *Fils du Peuple*, p. 102; Jeannette Thorez-Vermeersch, *La Vie en Rouge. Mémoires*, Belfond, Paris, 1998, p.60; Annie Kriegel/Stéphane Courtois, *Eugen Fried. Le Grand Secret du PCF*, Seuil, Paris, 1997, pp. 236-7.

¹⁹ Serge Wolikow, “Le PCF et la question de sa participation au gouvernement de Front Populaire”, *Cahiers d’Histoire de l’Institut Maurice Thorez*, nº34, 1980, pp. 55-111.

²⁰ Como diz Dimitrov, “notre participation sera un signal pour une attaque frontale contre le gouvernement du Front Populaire” (Reunião do Secretariado do Comité Executivo da IC de 2.5.1936, in Wolikow, *ibidem*, p.108. Numa outra reunião do mesmo organismo, pouco depois, observará: “Ce sera un gouvernement de gauche (...) Mais ce n’est pas un gouvernement de Front Populaire au sens où nous l’entendions au congrès” (Kriegel/Courtois, *Le Grand Secret*, p.260).

de pensée indécomposable”²¹. Embora Robrieux tenha querido encontrar na “imaginação criativa de Fried” a autoria das iniciativas mais inovadoras, incluindo a do próprio slogan “Frente Popular pelo pão, a paz e a liberdade”²², a verdade é que a mais documentada investigação actual, sem deixar de dar o maior relevo às capacidades do “camarada Clément”, não confirma essa tese²³.

Numa época em que floresce na URSS e no comunismo internacional o culto de Stalin, cada uma das “secções” nacionais da IC tende em maior ou menor grau a reproduzir o fenómeno à escala doméstica. Em parte, é um resultado deliberadamente desejado, e é neste contexto que surge a ideia (ao que parece, iniciativa de Fried), da publicação de uma autobiografia do agora líder incontestado dos comunistas franceses. Será *Fils du Peuple*, que até 1970 conhecerá cinco edições (além das edições em línguas estrangeiras) e em poucas semanas vende cem mil exemplares. Impõe-se então, segundo Robrieux, “na base e nos diferentes escalões do Partido, a imagem de um Thorez dinâmico, simpático, cheio de segurança, e com resposta para tudo”²⁴.

Mas a “estação” da Frente Popular é de curta duração²⁵. Quando sai *Fils du Peuple*, em Outubro de 1937, já haviam passado alguns meses sobre a queda do primeiro governo Léon Blum, que marca a passagem a uma fase defensiva. Em Espanha prossegue um combate incerto, mas o ano 1938 verá agravarem-se todos os dados da situação internacional, ao mesmo tempo que em França levantam cabeça os que acham que “il vaut mieux Hitler que Blum”. Os comunistas franceses desempenham neste contexto um papel internacional muito importante. Thorez ocupa-se directamente de vários aspectos do apoio a Espanha. O PCF tem um papel destacado na denúncia da política que conduziu aos acordos de Munique e, mesmo depois disso, continua a confiar na conclusão de um acordo anglo-franco-soviético de resistência a Hitler. Assim, o pacto germano-soviético de 22 de Agosto de 1939 (de que Thorez não fora prevenido) tem um verdadeiro efeito de choque, tanto mais que à desorientação e abandono de muitos militantes se juntam as perseguições governamentais e a verdadeira revanche social que marca o fim da Frente Popular. Perturbação maior ainda na medida em que a

²¹ Citado por Sirot, *Maurice Thorez*, p. 240.

²² Robrieux, *Maurice Thorez*, p. 194.

²³ Kriegel/Courtois, *Le Grand Secret*, cap. XVI (“Clément, inventeur du Front Populaire ?”), pp. 232-252.

²⁴ Robrieux, *Maurice Thorez*, p. 200.

²⁵ A expressão é de Aldo Agosti: *La Stagione dei Fronti Popolari*, Bolonha, Cappelli, 1989.

interpretação inicial do significado do Pacto pelos Partidos Comunistas, num sentido que não impedia a sua participação nas medidas de defesa nacional anti-hitlerianas, é rapidamente ultrapassada pelo Comintern. Deste modo, Maurice Thorez, que em princípio de Setembro correspondera à mobilização geral apresentando-se ao serviço, em Outubro deserta, por decisão da Internacional. Após algumas semanas na Bélgica, onde a partir de então a IC centraliza o seu aparelho para a Europa ocidental (com Fried como responsável), será a partida para Moscovo.

Embora gozando do relativo conforto proporcionado aos dirigentes dos Partidos Comunistas, os anos da Guerra não deixarão de ter as suas amarguras para o secretário-geral do PCF, que vive com pseudónimo e disfarce e, nos finais de 1941, em virtude do avanço alemão, é evacuado com a família para Ufa, nos Urais, onde então fica sediado o aparelho do Comintern. Não só sofre a rivalidade com André Marty, então membro do Secretariado da IC, com o qual as suas relações nunca foram muito cordiais, como sobretudo se defronta constantemente com as sucessivas recusas de De Gaulle em permitir a sua transferência para Londres, inicialmente, ou para o Norte de África libertado no Verão de 1943, ou mesmo, nos meses imediatos à libertação da França, para Paris. Só em Novembro de 1944 o general se dispõe a agraciá-lo da condenação a 6 anos de prisão a que fora condenado à revelia por deserção, e no mesmo mês Maurice Thorez regressa a França.

Resume adequadamente a opinião de várias testemunhas a afirmação de Claude Penetier, para quem “c’est un homme changé par cinq ans d’exil et la fréquentation des dirigeants soviétiques, plus solitaire (personne ne pourra remplacer Fried ami et conseiller, mort en 1943), plus prudent, peut-être moins imaginatif qui revint en France.”²⁶ Há quem fale num “drama de Thorez” e, nas suas memórias, o historiador Jean Bruhat, que antes da Guerra acompanhara de perto com Thorez e os principais dirigentes, admite até que “la guerre, à sa façon, avait été fatale à Thorez comme à tant d’autres”²⁷. Também Robrieux atribui à experiência dos anos da Guerra o efeito de um envelhecimento físico e psíquico. E este homem modificado, que se despedira definitivamente do optimismo juvenil, ia encontrar-se com um Partido também mudado,

²⁶ Penetier, “Thorez Maurice”, in *Dictionnaire biographique cit.*, t.42, p. 203.

²⁷ Jean Bruhat, *Il n’est jamais trop tard. Souvenirs*, Albin Michel, Paris, p.146.

mudado pela Resistência e o entusiasmo e as ilusões da Libertação²⁸. De facto, à chegada a França, Thorez tem uma dupla tarefa: estabelecer praticamente a sua posição de secretário-geral, a partir da situação de inferioridade determinada pelo facto de ter passado a Guerra na URSS, enquanto homens como Jacques Duclos, Charles Tillon ou Benoît Frachon dispunham de todo o prestígio associado à direcção da Resistência no interior; e concretizar uma política que decorre da realidade mundial da divisão das esferas de influência aceite em Ialta e põe em causa a esperança revolucionária dos que agora aderem em massa ao “parti des fusillés”. Irá resolvê-la com sucesso em ambos os aspectos. De facto, Duclos, que combinava a qualidade de resistente com as vantagens da estreita relação com os Soviéticos, em nenhum momento irá tentar pôr em causa a liderança de Thorez. E verifica-se que, a nível de massas, a popularidade e capacidade de domínio das assembleias do último se encontram intactas. Do ponto de vista político, a primeira tarefa vai ser a supressão das milícias patrióticas, e com elas de qualquer perspectiva de estabelecimento de um “duplo poder”. Sob a palavra de ordem “un seul État, une seule police, une seule armée”, o PCF e o seu secretário-geral vão canalizar as energias militantes no sentido do crescimento eleitoral e sindical, da renovação do aparelho de Estado, da unidade operária e da “batalha da produção”. A ideia da unidade operária chegou a incluir a repetida formulação verbal do “estranho projecto” (segundo Jean Bruhat), aliás já admitido na época da Frente Popular, da reunificação socialista-comunista no seio de um grande Parti Ouvrier Français (expressão onde em todo o caso ecoa a formação guesdista do secretário-geral comunista)²⁹. À cabeça do partido maior e mais votado (meio milhão de inscritos em Maio de 1945, aproximar-se-á do milhão nos dois anos imediatos; 26% dos votos nas Constituintes de Outubro de 1945, quase 29% nas legislativas de Novembro de 1946), Maurice Thorez integra, na companhia de mais três comunistas, o primeiro governo De Gaulle, na qualidade de ministro de Estado, e será a seguir vice-presidente do Conselho no gabinete Félix Gouin. Na campanha pelo aumento da produção, fará valer, com êxito, toda a sua capacidade de contacto e persuasão junto dos mineiros. Conquista por outro lado a consideração de De Gaulle e sobretudo ganha, pela capacidade de mediação no seio do governo e pela eficácia do

²⁸ Robrieux, *Maurice Thorez*, pp.260-273.

²⁹ Bruhat, *Il n'est jamais trop tard*, p.147, que acrescenta não ter tido a impressão de que a ideia fosse tomada a sério.

trabalho realizado, a aura de “verdadeiro homem de Estado”. Nestas condições, é com naturalidade que, perante a abertura da crise do governo Félix Gouin em fins de 1946, apresenta a sua candidatura a chefe do Governo. Receberá 261 dos 579 votos parlamentares, regressando, por pouco mais de dois meses, às funções de vice-presidente do governo, de que é afastado definitivamente, assim como os restantes ministros comunistas, em Maio de 1947. Iniciava-se a guerra fria, e com ela “uma fase de isolamento para um partido no cume da sua potência.”³⁰ E para o secretário-geral uma fase nova, e novamente complexa, da existência.

Embora a demissão dos comunistas dos governos (que pela mesma altura também ocorre em Itália e na Bélgica) não tenha sido imediatamente percebida em todo o seu alcance, e o PCF continue a declarar-se vinculado a uma “política de responsabilidade”, nos meses seguintes a lógica da guerra fria vai desenvolver-se em todas as suas consequências, e tanto mais quanto coincide com uma agudização do conflito social. Já a expulsão do governo tivera como justificação o apoio comunista à greve da Renault. No final do ano desenvolvem-se por toda a França greves e manifestações, e os militantes, anteriormente empenhados na “batalha da produção”, acham-se agora na primeira linha da resistência contra a recuperação capitalista. Além do mais, o PCF está empenhado em emendar-se da passividade de que, tal como o PCI, fora acusado por jugoslavos e soviéticos, em Setembro, na conferência de fundação do Cominform. O culto da personalidade de Stalin, que na URSS alcança nesta época dimensões delirantes, projecta-se em França também num culto cuja expressão epigramática é a designação corrente do PCF como “o partido de Maurice Thorez”. Em confronto com a imagem essencialmente popular do Thorez de antes da Guerra, ele vem agora associado a uma espécie de veneração pelo “homem de Estado”, e à magnificação das suas capacidades intelectuais e “espírito enciclopédico”. Como todas as testemunhas e o principal biógrafo, Philippe Robrieux, apontam, a exaltação do enciclopedismo do líder comunista francês tinha alguma base na realidade: realidade assente num esforço autodidáctico que vinha de longe, tivera oportunidade de se alargar durante a estada na URSS e era agora também ampliada pelas excepcionais capacidades de informação que um aparelho como o dos partidos comunistas permite ao secretário-geral, e que Thorez complementava ainda pelo

³⁰ Pannetier, “Thorez Maurice”, p. 203.

contacto assíduo com os quadros do partido intelectualmente mais sofisticados (como o “normalien” Georges Cogniot, que durante alguns anos será seu secretário pessoal). Embora isso não o iniba de caucionar aberrações da época como o lyssenkismo ou a teoria das “duas ciências”, já por exemplo influenciou, em matéria artística, uma abertura em relação à arte abstracta, que nesses anos era na URSS banida.

Em 1950, aos 50 anos (cuja celebração coincide, a poucos meses de distância, com a dos 70 anos de Stalin), Maurice Thorez acha-se portanto no máximo do seu prestígio e influência, sem contestação à cabeça do maior dos partidos da IV República que, apesar do recuo em votos e sobretudo em militantes, continua a representar cerca de ¼ do eleitorado. Sobrevem-lhe então subitamente um grave acidente vascular-cerebral, provocando hemiplegia direita, e determinando a ida para tratamento na União Soviética, numa estada que se prolongará por quase três anos.

Apesar da grave inibição da escrita e da fala que só lentamente, e através de um esforço metucioso e persistente, acabará por superar, Thorez não deixa de acompanhar os assuntos partidários. Com efeito vários dos dirigentes em funções, incluindo Jacques Duclos que interinamente assegura as responsabilidades de secretário-geral, visitam-no regularmente. Entre esses dirigentes, por força das coisas, não poderia deixar de ganhar um lugar especial nas circunstâncias dadas a sua mulher, Jeannette Vermeersch, em 1950 eleita para o Bureau Político. Militante dedicada e destacada desde a juventude, Jeanette era também uma mulher de armas, de temperamento impulsivo contrastante com o do marido, embora sem formação intelectual comparável e, sobretudo, inteiramente identificada com a figura e as acções de Stalin, a cuja memória ainda no seu livro de recordações publicado em 1998 continua a declarar-se fiel³¹. Esta situação – justa ou injustamente empolada nas descrições de alguns quadros que observam criticamente este ganho de influência e não apreciam as características da protagonista - prolongou-se mesmo após o regresso em 1953 do secretário-geral, já que este fica então obrigado pelos médicos a um regime de vida que o afasta de Paris e impede o seguimento quotidiano dos assuntos com a intensidade anterior. Mas a estada de Moscovo em 1950-53 coincide com a última fase dos processos estalinistas, que na Europa de Leste levaram ao cadafalso uma série de dirigentes com papéis de grande importância nos anos do pós-guerra, e

³¹ Jeannette Thorez-Vermeersch, *La Vie en Rouge*, cit.

alguns deles também anteriormente nas Resistências e na guerra de Espanha. Mais ou menos, quase todos os PCs conhecem nestes anos um ambiente de pânico da espionagem que desembocou em ajustes de contas. No PCF, as vítimas (só morais) vão ser André Marty e Charles Tillon, ambos heróis dos motins do mar Negro de 1920, o primeiro, Comissário das Brigadas Internacionais em Espanha e membro do Secretariado do Comintern, o segundo, principal dirigente militar da Resistência. Maurice Thorez aprova o inquérito então conduzido e de que resultou a expulsão de ambos. Noutros aspectos, porém, a sua postura de abertura intelectual continuará a fazer-se sentir, assim por exemplo intervindo a favor de Picasso e Aragon quando do escândalo, por ocasião da morte de Stalin, suscitado pela publicação nas *Lettres Françaises* de um retrato da autoria de Picasso pouco emblemático da majestade do retratado.

Se a autoridade de Thorez continua inatacada – e o prestígio intelectual até cresce, pelo contacto que mantém com intelectuais e artistas e pela regularidade com que dedica muito do tempo que está inibido de entregar ao trabalho de direcção a *hobbies* que vão do latim à geologia -, do ponto de vista político a generalidade dos observadores concorda em ver estes anos como os de menor criatividade de Thorez. No contexto da guerra fria, chamará negativamente as atenções por uma incursão na teoria económica marxista, procurando demonstrar a *pauperização absoluta* do trabalhador francês – tese que hoje, em visão retrospectiva dos anos 50, pode parecer surrealista, mas não deixava de ir ao encontro do sentimento de uma grande parte das camadas populares³². A um nível mais mundano, também serão controversas as condições de vida que o Partido lhe proporciona, relacionadas com a situação de saúde e a necessidade de garantir o repouso, em clima mediterrânico e em segurança – nomeadamente a mansão de Le Cannet, perto de Cannes, onde passa o Inverno e é vizinho do milionário Aga Khan.

Os principais problemas postos pela avaliação política do último Thorez são, por um lado, os relacionados com a reacção ao XX Congresso do PCUS e a destalinização,

³² Como escreve Marc Lazar agudamente: “Vues de l’extérieur du PCF ou d’aujourd’hui, ces affirmations semblent aberrantes: mais, à l’époque, le PCF trouve confirmation de leur bien-fondé dans le fait que ces transformations s’accompagnent du maintien des inégalités, d’un accroissement du sentiment d’exclusion, d’une intensification du rythme de travail et qu’elles suscitent l’inquiétude, l’angoisse, la peur; enfin, ainsi qu’en attestent les sondages, une majorité de Français ne se reconnaît pas dans le discours sur la modernité, ne perçoit pas l’amélioration du niveau de vie et, au contraire, estime que celui-ci diminue.” (“Damné de la Terre et Homme de Marbre. L’Ouvrier dans l’Imaginaire du PCF du Milieu des Années Trente à la Fin des Années Cinquante”, *Annales ESC*, nº5, Set.- Out. 1990, p. 1089.)

por outro os relacionados com a avaliação do gaullismo. A reserva de Thorez em relação à iniciativa de Kruchtchov nada teve de singular – por exemplo o italiano Togliatti, que ficaria para a história com uma imagem muito mais liberal, teve idêntica reserva inicial. Mas, ao passo que o último rapidamente procuraria encarar os dados novos colocando frontalmente o problema em termos de interpretação histórica e daí evoluindo para um repensamento do movimento comunista internacional, Thorez manterá uma posição de substancial retracção em relação à crítica do estalinismo e do culto da personalidade, que receia suscitem no PCF dinâmicas incontroláveis. E personalidades dirigentes tão diferentes como Auguste Lecoœur, ainda em 1953, ou Laurent Casanova e Marcel Servin, já no princípio dos anos 60, que tentam assumir o impulso destalinizador em sintonia com Kruchtchov, ver-se-ão sancionadas ou marginalizadas. Nem por isso Thorez deixa de fazer, “de son propre gré et à son propre rythme” (Claude Penetier), a “sua” destalinização, sobretudo quando o agravamento do conflito sino-soviético o põe em oposição a Mao Ze Dong. E é um homem como Waldeck-Rochet, com longa militância partidária mas conhecido como reformador e identificado com as posições de Kruchtchov que, com a influência decisiva do líder histórico, no Congresso de 1964 assume as funções de secretário-geral, passando Thorez a deter o título de Presidente.

No plano da política interna francesa, passada a fase sectária do princípio dos anos 50, a preocupação da unidade de acção com os socialistas volta a ocupar um lugar central nas suas preocupações. Nisso reatava não só com a experiência dos anos da Frente Popular, mas com uma atitude unitária mais geral, que constituía uma das traves do seu pensamento e se exprimiu num reconhecimento explícito do valor da tradição guesdista. Perante o gaullismo, no entanto, Thorez vai mostrar persistente dificuldade de compreensão, traduzida inicialmente numa assimilação daquele a uma tendência fascizante e, por outro lado, numa subestimação dos efeitos corrosivos que a modernização capitalista da V República teria na influência eleitoral comunista. Também em relação ao problema argelino, a posição do PCF não esteve isenta de hesitações quanto ao reconhecimento da FLN, com incidências no interior do partido.

O aspecto do trabalho de Thorez que a mais longo prazo terá marcado o PCF foi certamente a preocupação da unidade socialista-comunista. Ele próprio porém já não acompanharia o processo que, no contexto do movimento social do fim dos anos

sessenta, conduziria ao Programa Comum de 1972. A 11 de Julho de 1964, num barco soviético a caminho de Ialta, onde anualmente passava férias, é acometido de hemorragia cerebral, a que sucumbe instantaneamente.

Mineiro, sindicalista, deputado, ministro – e, por sinal, dirigente comunista

Partindo da necessidade de superar simultaneamente as figurações míticas derivadas de *Fils du Peuple* e o desconhecimento em que caiu – “Maurice Thorez cet inconnu” foi o título do documentário passado na televisão francesa há dois anos -, Stéphane Sirot entende que uma reconstrução histórica mais efectiva (que nem por isso despreza a eficácia prática própria do mito, a começar no processo de auto-construção da personalidade) deve abandonar o terreno de uma coerência linear para abordar as práticas heterogéneas em que a actividade do homem se concretizou. E é assim que sucessivamente aborda a inserção do retratado no universo da mina e do respectivo movimento sindical, a formação da sua “teoria da greve”, a actividade de deputado e ministro, deixando para o fim (apesar da cronologia) a caracterização do secretário-geral comunista.

Na história do movimento operário, os mineiros foram desde sempre e em toda a Europa singularizados pela dureza das condições de trabalho, a concentração geográfica e comunidade de trabalho e de vida, que fizeram deles, não só um dos sectores operários mais sindicalizados e mais combativos, mas também dos mais presentes para a opinião pública – o que as recorrentes catástrofes mineiras acentuavam. Em França, especialmente o *Germinal* de Zola contribuiu para difundir a imagem do inferno da mina e ao mesmo tempo da ameaça social que representava para a sociedade burguesa³³. Seguindo a investigação de Marcel Gillet, Sirot esclarece definitivamente a realidade da filiação mineira e da condição de mineiro de Thorez, que Robrieux tentara ainda contestar. Além disso, e sobretudo, mostra como a experiência da vida e do trabalho mineiros foram determinantes não só na formação de Thorez, mas na maneira como assume e constrói a sua identidade política. Desde logo porque, embora a experiência

³³ Cfr. E.J. Hobsbawm, *The Age of Empire 1875-1914*, Londres, 1987, p.122; Marc Lazar, “Le Mineur de Fond: Un Exemple de l’Identité du PCF”, *Revue Française de Science Politique*, 2 (35), Abril 1985, pp. 190-205; Id., “Damné de la Terre et Homme de Marbre” *cit.*, pp. 1071-1096.

profissional fosse relativamente breve, ela é prolongada pelo empenhamento na actividade sindical até 1926. E, como dirigente sindical, Thorez evidencia um certo número de constantes na abordagem dos problemas, que por um lado se prendem com a tradição sindicalista, por outro remetem para um fundamental realismo que marcará também a sua atitude enquanto político. Além disso, o mundo da mina permanece um dos domínios principais de intervenção enquanto deputado. E quando, no pós-guerra, o PCF apoia a “batalha da produção” ao mesmo tempo que liquida as ilusões revolucionárias dos primeiros tempos da Libertação, o passado mineiro do ministro de Estado ajudou bastante a convencer assembleias de trabalhadores reticentes perante o discurso produtivista.

Estreitamente relacionada com o passado profissional e sindical de Thorez está por outro lado a questão da política da greve, essencial em qualquer partido comunista. Quanto a esta, a fama de Thorez tem estado muito marcada pela frase de um dos seus discursos durante as greves e ocupações das primeiras semanas após a vitória da Frente Popular em 1936: “Il faut savoir terminer une grève”. Frase muitas vezes repetida como exemplo de oposição das burocracias comunistas à espontaneidade do movimento operário, sem ao menos o cuidado de lhe citar a conclusão: “... dès que satisfaction a été obtenue.” Sem dúvida, como o autor nota, a política comunista inova, tanto em relação à tradição reformista como à anarco-sindicalista, enquanto coloca a questão da relação entre as greves e a transformação social global (a revolução), a qual envolve uma diversidade de meios. Mas aquilo que é mais característico do pensamento de Thorez é a ideia de que o conflito social “pertence em primeiro lugar ao campo social”. De resto, antes da Frente Popular e em pleno período “classe contra classe”, por mais do que uma vez ele exprimiu a ideia de que “é preciso saber terminar uma greve”. Afirma por exemplo, em 1932, que “il faut apprendre à conclure parfois une sorte d’armistice, à ne pas insister sur toutes les revendications pour obtenir la rentrée avec un mouvement conscient de sa force et prêt à d’autres luttes.” O autor detecta nesta atitude uma constante de realismo, espírito de compromisso e desconfiança do voluntarismo que, segundo ele, “retoma no essencial a tradição do movimento operário francês”³⁴.

³⁴ Sirot, *Maurice Thorez*, p.201.

Um dos capítulos mais interessantes e que visivelmente mais mobiliza o interesse do autor é o dedicado a “Thorez parlamentar e ministro”, tanto mais que se trata de um aspecto tratado superficialmente na biografia de Robrieux e também da única dimensão “relativamente à qual o seu reconhecimento ultrapassa largamente as fronteiras dos seus simpatizantes políticos”³⁵. Socialistas como os já mencionados Jules Moch e Vincent Auriol invariavelmente apontam o seu “sentido de Estado”, “sentido do compromisso” ou caracterizam-no como “elemento moderador”. Quanto à actividade parlamentar, Sirot constata a intensidade do empenhamento de Thorez, sobretudo no período 1932-36, distinguindo entre o carácter das intervenções no período anterior à II Guerra mundial e depois dela. Antes da Guerra, as intervenções são sempre sobre questões de carácter político nacional e internacional (Alsácia-Lorena, problemas coloniais, anti-fascismo, relações internacionais). Quer dizer, como deputado, não se preocupa em ser o representante da sua circunscricção. Depois, a atitude muda, em correspondência com deixar de encarar o Parlamento como “simples tribuna política”, para o ver como um instrumento de reformas. Mais interessante é, ainda neste capítulo, a análise da actividade e da composição dos gabinetes ministeriais de Thorez. Constatando que, tal como na generalidade dos gabinetes ministeriais do imediato pós-guerra, o critério da participação na Resistência era determinante na selecção pessoal, e que naturalmente também a qualidade de membro do PCF tinha o seu peso, Sirot sublinha principalmente o largo espaço ocupado nessa selecção pelo critério da competência técnica e conhecimento dos *dossiers*. Mais em detalhe é analisado o processo de elaboração da principal lei resultante da acção como ministro de Estado, que aliás vigoraria durante mais de três décadas – o estatuto geral da função pública, uma ideia que remontava aos tempos da Monarquia de Luís Filipe de Orléans (1830-48). O projecto resultou de uma colaboração intensa entre o gabinete do ministro Thorez e os sindicalistas da função pública, mas sofreu depois muitas emendas. De todo o processo, e da capacidade de negociação revelada, o autor conclui que, também neste domínio, “a fidelidade do dirigente comunista ao sistema a que pertence, à URSS e ao seu regime, não exclui um modo de pensamento que se apoia sobre uma parte da tradição de um movimento socialista francês politicamente integrado, no qual a via legal e parlamentar do exercício e da tomada do poder se impôs

³⁵ Id., *ibid.*, p.213.

rapidamente como o ponto de vista dominante”³⁶. Neste quadro, entende – o que é interessante tendo em conta o peso que continua a ter a ideia de que o objectivo dos partidos comunistas em todos os tempos e lugares é a infiltração e domínio do aparelho de Estado – que a participação nos assuntos do Estado representou “uma forma de empenhamento real que nem por isso afasta o objectivo de uma marcha para o comunismo da sociedade francesa”.

De modo à primeira vista surpreendente, mas nada fortuito, é só no penúltimo capítulo que o autor aborda “o dirigente comunista”, colocando a questão de explicar a sua excepcional longevidade à cabeça do PCF. Recusando, e bem, as explicações do tipo “fidelidade ao sistema”, desenvolve a sua explicação em torno de três tópicos: um momento originário de profissionalização/legitimação em que é essencial o relacionamento com Eugen Fried (“Clément”); um momento de consolidação em que é fundamental a construção carismática, ela própria possibilitada pelas características e a ética pessoal do militante; e finalmente um desenvolvimento e rotinização canalizados pelo centralismo democrático. A insistência na importância da relação com Fried – i.e., com o Comintern - é certamente justa, e deveria ser intuitiva em relação a um partido que (mais até do que outros) até à época da Frente Popular exibiu a denominação “Secção Francesa da Internacional Comunista”. O aspecto da “profissionalização” – a meu ver decisivo – não é porém suficientemente concretizado, como o poderia ser facilmente com base na biografia de Fried por Kriegel/Courtois³⁷. Aí fica por exemplo claro o que foi a luta da IC e do seu principal delegado em França para introduzir no PCF e no movimento operário francês hábitos de estudo, planeamento, formação, verificação, rotinização e trabalho colectivo – em suma, modernização - quer nos aspectos mais internos da organização partidária, quer no “trabalho de massa”, que iam ao arripio das tradições anarquistas e social-democratas. Entre os vários aspectos desta burocratização-modernização não foi secundária, como Kriegel/Courtois mostram e Sirot também refere, a atracção de intelectuais (como Georges Cogniot ou Georges Politzer, entre muitos outros), com um papel activo no melhoramento das capacidades de direcção. Uma vez

³⁶ Id., *ibid.*, p.235.

³⁷ Annie Kriegel/Stéphane Courtois, *op.cit.*

estabelecida, a direcção de Thorez vai-se caracterizar por desembaraçar o partido do radicalismo sectário e realizar a abertura a toda a esquerda, sem pôr em causa a sociologia e a ética operárias que o definiam.

O último capítulo da obra é dedicado à interrogação sobre se o biografado “abriu um caminho francês para o socialismo”. Objecto da análise é a famosa entrevista de Novembro de 1946 ao *Times*, oito dias após as eleições legislativas que tinham feito do PCF, com 28,6% dos votos, o maior partido do país. No momento em que apresentava a sua candidatura a primeiro-ministro, Maurice Thorez declarava a possibilidade de um caminho para o socialismo diferente do do comunismo soviético e caracterizado por um desenvolvimento da democracia, num quadro pacífico, comportando a fusão entre os partidos socialista e comunista e dispensando a ditadura do proletariado. Ao mesmo tempo, atribuía a paternidade da ideia comunista, não à Rússia, mas à experiência do movimento operário francês “desde há mais de um século”. Sirot nota, e bem, que este conjunto de ideias nada tinha de especialmente original num contexto em que vários dirigentes comunistas da Europa de Leste teorizavam a “democracia nova e popular” e a URSS se preocupava com a preservação da aliança da II Guerra mundial. Com o princípio da Guerra fria e a fundação do Cominform, elas vão cair num certo esquecimento, até que a revalorização kruchtchoviana da coexistência pacífica cria o ambiente favorável a que Thorez e o PCF as retomem. Tornam-se a partir de então um elemento num processo de evolução mais duradouro que acabará por conduzir, nomeadamente, em 1976, ao abandono da “ditadura do proletariado”.

Em conclusão, o autor considera que a concentração do interesse por Thorez na figura do chefe de partido reflectiria uma forma de dependência em relação ao mito originário e à autobiografia que o produziu. Sendo “incontestável que a direcção do PCF ocupa uma larga parte do itinerário de Thorez e quase toda a sua actividade pública”, mesmo o exercício dessa actividade teria de ser compreendido à luz de “um conjunto de fenómenos identitários conjugados”, antes passados em revista, e de que o comunismo era apenas uma das componentes.

Esta perspectivação tem vários méritos, desde logo porque conforme ao mote marxista segundo o qual os homens devem ser julgados por aquilo que efectivamente realizam e

não pelo que dizem de si próprios. A questão está em saber se, além das experiências familiar, mineira, sindical, parlamentar, governamental, que integraram o “conjunto identitário” do indivíduo Maurice Thorez, a experiência e a identidade especificamente comunistas não tiveram uma eficácia própria, enquanto tais e na conformação das outras identidades. Deste ponto de vista, o livro é pobre, porque justamente reduz a construção do dirigente político a uma técnica de criação de um poder (a produção do líder carismático) e da sua conservação (centralismo democrático + purgas), mediadas pela auto-representação ideológica do protagonista. Consideração propriamente política é dada apenas à entrevista ao *Times* em 1946, fácil de fazer convergir com aquilo que o autor designa de “tradição reformista do movimento operário francês”. As razões que conduzem da influência guesdista do avô Clément à adesão, logo em 1919, ao Comité para a formação da III Internacional, assim como todo o processo de elaboração da política de Frente Popular e as iniciativas ulteriores (algumas delas contrariadas pela IC) são praticamente ignoradas. Arredada a possibilidade de considerar a estratégia comunista a não ser na sua máxima abstracção de ideal utópico, por um lado, e pragmatismo (defesa da URSS), pelo outro, a política sindical, parlamentar ou governamental não podia explicar-se senão como reatar da tradição reformista do movimento operário.

Ora Thorez foi, sem dúvida, neto de Clément Baudry, o sindicalista partidário de Jules Guesde, mas foi também, do princípio ao fim da sua vida política adulta, um filiado da III Internacional e, depois, do movimento comunista. A criação, em que teve papel decisivo, do PCF como principal formação eleitoral e força dirigente de um movimento sindical cuja organização e implantação no mundo laboral não têm paralelo com o que eram até aos anos 30, não é dissociável desta filiação – neste sentido, de facto, também não é dissociável do **outro** “Clément”, Eugen Fried.

Em balanço, a publicação é útil. Em certo sentido, pode ver-se como “reflexo” das condições actuais da política francesa, na qual o PCF existe como partido de governo, em posição definidamente subalterna e aparentemente só pensável em termos da sua “integração no sistema”. De qualquer modo, estimula uma consideração da realidade do comunismo que contrasta positivamente com a voga das absolutizações ideológicas, das visões instrumentais e da história-complot que nos últimos anos (culminando no *Livro*

Negro do Comunismo) dominaram o panorama editorial. E é por outro lado um livrinho muito francês na sua recusa do empirismo e na postura de desconstrução crítica como condição de acesso ao conhecimento histórico, o que é saudavelmente filosófico e se distingue da mania anglo-saxónica de confundir evidência com prova.

IV – História do PCP: ensaios de síntese.

IV.1.

The Portuguese Communist Party and the Comintern.

THE PORTUGUESE COMMUNIST PARTY AND THE COMINTERN

João Arsénio Nunes

Introduction

The Portuguese Communist Party (*Partido Comunista Português*; PCP) was an important part of Portuguese life throughout the time of Salazar's dictatorship and continued to be so after the change to a democratic regime started by the revolution of 25 April 1974. With the decline of the communist movement in Europe and the Italian Communist Party's change of name and doctrines, it is now probably the most important communist party in Western Europe and the one with the greatest national influence.

However, the amount and quality of research available on the history of the Portuguese communist movement does not adequately reflect the importance of the subject. Although during the 1970s some research and publication of primary sources were initiated, there has not been sufficient continuity in the work in this field. One cannot say that the history of Portuguese communism (or the history of the Portuguese working-class movement in general) has in any sense already reached a "scientific" stage.

1. Available Sources

a) Archives

Until very recently it has been difficult or impossible to gain access to the three most important archives for research into the PCP's history. These are the Comintern archives in Moscow, the Party's archives in Lisbon and the political police archives (*Arquivo da PIDE*) also in Lisbon. Only in recent years have the Party's archives been so ordered that it has been possible to consult them. Although researchers need permission, access is generally possible for those wishing to consult printed material. The PIDE archives are subject to very strict conditions of access, which nowadays seem to make them inaccessible.

Access may be easier, although also needing permission, to the archives of the courts for political offences (during the period 1933-1945, the Military Special Court: *Tribunal Militar Especial*; TME). However, a great part of these archives was lost and they are not properly ordered.

Two further archives are of interest for any research into the history of the Portuguese labour movement: the *Arquivo Histórico-Social da Biblioteca Nacional* and the *Arquivo Histórico das Classes Trabalhadoras* at the *Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. The former specializes mainly in anarchism, and is thus of interest on the subject of communist-anarchist relations. The

latter keeps a few ex-Party activists' personal papers. Both are freely accessible to researchers.

b) Collections of documents and printed source materials

The Party's publishing house "Avante!" issues a series under the title "Documentos Políticos para a História do PCP". However, only two of the volumes so far published are concerned partly with the Comintern period.¹

Further, two publications of Party documents from the 1930s, edited by L.H. Afonso Manta, deserve mention.²

For the 1920s, see the books edited by César de Oliveira, José Pacheco Pereira and João Quintela mentioned below and also the documents collected by Canais Rocha.³ Important documents of this period can also be found in the three volumes by Siegfried Bahne (ed.), *Archives de Jules Humbert-Droz* (Dordrecht [etc.], 1970, 1983 and 1988).

The political militia of Salazar's regime issued for limited circulation a series of documents and other information on the PCP: *Legião Portuguesa, Boletim de Informação – Actividades Comunistas* (Lisbon).

The Party's periodicals published legally during the era of the First Republic, as well as those of its peripheral organizations, can be read at the Biblioteca Nacional in Lisbon. The clandestine publications of the thirties are only accessible through the archives.

Comintern-related periodicals such as *Inprekorr, Rundschau, Die Welt, Rotes Gewerkschaftsbulletin* etc., and their equivalents in other languages, also include interesting material on Portuguese communism.

c) Historiography

Nothing exists resembling a history of the Portuguese Communist Party during the Comintern period, nor is there even a general Party history. The Party itself never made any attempt to publish an official version of its past. However, on the occasion of its 60th birthday in 1981, the Party organized an historical exhibition and published a book containing its most important material.⁴ Two historical texts by the PCP leader during the thirties, Bento Gonçalves, *Palavras Necessárias (Elementos para a História do Movimento Operário Português)* and *Dois*

-
1. See: *O PCP e a Luta Sindical (1935-1973)* (Lisbon, 1975) and Bento Gonçalves, Alvaro Cunhal and Sérgio Vilarigues, *O PCP e o VII Congresso da Internacional Comunista* (Lisbon, 1985).
 2. L.H. Afonso Manta (ed.), *O 18 de Janeiro de 1934* (Lisbon, 1975) and *A Frente Popular Antifascista em Portugal. O primeiro esboço da unidade antifascista. Documentos da história do movimento operário português (1935-1937)* (Lisbon, 1976).
 3. Canais Rocha (ed.), *Sindicatos: Tarefas de Ontem e de Hoje – Textos de 1926-27* (Lisbon, 1974).
 4. Partido Comunista Português (ed.), *60 Anos de Luta au Serviço do Povo da Pátria 1921-1981* (Lisbon, 1982).

Palavras provided an important source for this book.⁵ Although they contain numerous factual errors, the two texts, the first of which was written at the beginning of the 1930s after his deportation and the second at the beginning of the 1940s in a concentration camp, are still useful introductions to the first twenty years of Portuguese communism and they contain interesting reflections on it.

The ideological controversies in the communist movement during the 1960s provided the opportunity for a critical analysis of the Portuguese labour movement's history from a strictly "Marxist-Leninist" point of view. Such was the purpose of Francisco Martins Rodrigues.⁶ In the same mood, although written already in conditions of political freedom and more academic in their structure, are two volumes by Ramiro da Costa.⁷ A similar intention, with better results, was the origin of a useful selection of texts from the Portuguese communist press of the 1920s by João G.P. Quintela.⁸ Interesting selections of documents of the same period were also published by José Pacheco Pereira⁹ and César de Oliveira.¹⁰

In the period after the April 1974 revolution there was a significant increase in the studies on labour and social history in general. These often provide useful information about the PCP. This is the case with the first volume (Chronology and Bibliography) of the unfinished documental history of the Portuguese working-class movement by Carlos da Fonseca,¹¹ who also wrote an essay on the origins of the PCP.¹² Also deserving mention are the important works of Fernando Medeiros and António José Telo covering the period between the end of World War I and the end of the First Portuguese Republic.¹³ The best introductory work on the history of the Portuguese working-class movement was written by Peter Merten.¹⁴ Although it is mainly concerned with anarchism, it also contains references to the PCP.

-
5. Both texts may be found in *Os Comunistas - Bento Gonçalves* (Porto, 1976).
 6. Francisco Martins Rodrigues, *Elementos para a História do Movimento Operário e do Partido Comunista em Portugal* (Lisbon, 1975).
 7. Ramiro da Costa, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*, 2 Vols. (Lisbon, 1979).
 8. João G.P. Quintela, *Para a História do Movimento Comunista em Portugal*, Vol. 1: *A Construção do Partido (1º Período 1919-1929)* (Porto, 1976).
 9. José Pacheco Pereira, *Questões sobre o Movimento Operário Português e a Revolução Russa de 1917* (Porto, 1971).
 10. César de Oliveira, *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português* (Lisbon, 1975).
 11. Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, 4 Vols. (Lisbon, 1979-1981).
 12. Id., "Le Origini del Partito Comunista Portoghese", *Movimento Operaio e Socialista*, 19 (1973), Nos. 1-2, pp. 65-88.
 13. Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas origens do Salazarismo* (Lisbon, 1978); António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, 2 Vols. (Lisbon, 1980-1984).
 14. Peter Merten, *Anarchismus und Arbeiterkampf in Portugal* (Hamburg, 1981).

Papers on aspects of PCP history were presented by the present author and by José Pacheco Pereira at research meetings on Portuguese fascism and on the Portuguese labour movement held at the beginning of the 1980s.¹⁵ Pacheco Pereira has been the most prolific writer on Portuguese communist history, but his work is dispersed in many publications (see below: *Bibliographies*). His most interesting book is *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal* (Lisbon, [1983]). He also edited the only Portuguese review specializing in the field of communist history: *Estudos sobre o Comunismo* (Porto), Nos. 0 (July 1983) to 3/4 (May/December 1984).

The best and most scholarly book on Portuguese communism in the more general context of its resistance to Salazar's fascism, D.L. Raby's *Fascism and resistance in Portugal*,¹⁶ is only concerned with the period 1941-1974 and therefore contains little relevant information on the Comintern years.

The scarcity of scholarly research into the communist party's history lends a particular interest to the memoirs of Party members and other activists of the working-class movement.¹⁷ In contrast, an interesting testimony from one of

-
15. See: João Arsénio Nunes, "Da política 'classe contra classe' às origens da estratégia antifascista: aspectos da Internacional Comunista entre o VI e o VII Congressos (1928-1935)", in Antonio Costa Pinta [et al.], *O Fascismo em Portugal. Atas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980* (Lisbon, 1982), pp. 31-76, and José Pacheco Pereira, "Problemas da história do P.C.P.", *ibid.*, pp. 269-285; id., "Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-26)", *Análise Social*, 17 (1981), No. 67/68/69, pp. 695-713 (a more recent version can be found in "O PCP na I República: membros e direcção", *Estudos sobre o Comunismo*, 1983, No. 1, pp. 2-21); João Arsénio Nunes, "Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931-33)", *Análise Social*, 17 (1981), No. 67/68/69, pp. 715-731.
 16. D.L. Raby, *Fascism and resistance in Portugal. Communists, liberals and military dissidents in the opposition to Salazar, 1941-1974* (Manchester and New York, 1988).
 17. See: Acácio Tomaz de Aquino, *O Segredo das Prisões Atlânticas* (Lisbon: Regra do Jogo, 1978), the memoirs of an anarchist, containing data about the prisoners of the concentration camp Tarrafal and an exchange of letters between the anarchists' and the two communist prisoners' organizations; Fernando Miguel Bernardes, *Uma Fortaleza da Resistência. Peniche 1934-1974* (Lisbon, 1991), and *Escrito na Cela. Testemunho e Narrativa* (Lisbon, 1982); Manuel Firmo, *Nas trevas da longa noite. Da Guerra de Espanha ao Campo do Tarrafal* (Lisbon, 1978); Joaquim Pires Jorge, *Com uma Imensa Alegria. Notas Autobiográficas* (Lisbon, 1984); Rose Nery Nobre de Melo, *Mulheres portuguesas na resistência* (Lisbon, 1975); Francisco Miguel, *Das Prisões à Liberdade* (Lisbon, 1986), and *Uma Vida na Revolução* (Porto, 1977); António Moreira, "Dossier Manuel António Boto - Um Português na Guerra Civil de Espanha", *Boletim de Estudos Operários*, 1985, No. 7, pp. 3-36; Gilberto de Oliveira, *Memória Viva do Tarrafal* (Lisbon, 1987); Grácio Ribeiro, *Deportados* (Lisbon, 1972); Edgar Rodrigues, *Deus Vermelho* (Rio de Janeiro and Porto, 1978), an interview with an unnamed, but identifiable ex-Party activist; Pedro Rocha, *Escrito com Paixão* (Lisbon, 1992); Miguel Wager Russell, *Recordações dos Anos Difíceis* (Lisbon, 1976); José Silva, *Memórias de um Operário*, 2 Vols. (Porto, 1971); Franco de Sousa (ed.), *Tarrafal - Testemunhos* (4th edition, Lisbon, 1980); Alexandre Vieira, *Delegacia a um Congresso Sindical* (Lisbon, 1960).

the active persecuters can be found in the memoirs of one former superintendent of the political police.¹⁸

d) *Bibliographies*

The above-mentioned review *Estudos sobre o Comunismo* published in its numbers 0, 1 and 3/4 the only systematic bibliography on the PCP's history available to this day. But see also the more general bibliographies of the Portuguese labour movement systematized by José Pacheco Pereira:

- "Bibliografia sobre o Movimento Operário Português desde a Origem até 25 de Abril de 1974 (livros e artigos publicados de 1974 a 1980)", *Análise Social*, 17 (1981), No. 67/68/69, pp. 989-1011;
- "Bibliografia sobre o Movimento Operário Português desde a Origem até 25 de Abril de 1974 (livros e artigos publicados de 1974 a 1980 – Adenda à informação publicada no n.º 67/68/69 de *Análise Social*", *Boletim de Estudos Operários*, 1982, No. 1, pp. 15-17;
- "Bibliografia sobre o Movimento Operário Português desde a Origem até 25 de Abril de 1974 (livros e artigos publicados em 1981)", *Boletim de Estudos Operários*, 1982, No. 2, pp. 15-20;
- "Bibliografia sobre o Movimento Operário Português desde a Origem até 25 de Abril de 1974 (livros e artigos publicados em 1982 e adenda às bibliografias anteriores)", *Boletim de Estudos Operários*, 1983, No. 4, pp. 9-15;
- "Bibliografia sobre o Movimento Operário Português desde a Origem até 25 de Abril de 1974 (livros e artigos publicados em 1983 e adenda às bibliografias anteriores)", *Boletim de Estudos Operários*, 1984, No. 6, pp. 13-18;
- "Bibliografia sobre o Movimento Operário Português desde a Origem até 25 de Abril de 1974 (livros e artigos publicados em 1984 e adenda às bibliografias anteriores)", *Boletim de Estudos Operários*, 1985, No. 8, pp. 41-44.

2. *A Brief Historical Outline*

a) *The Portuguese Labour Movement and the Republican Revolution of 1910*

Although Portugal was one of the first European countries where a socialist party was founded (1875), this did not mean that at that time there was already a strong working-class movement in the country. Industrialization began late and developed at a rather slow pace until the last decade of the nineteenth century. At that time the number of people employed in industry did not even exceed 100,000 in a population of more than 5 million. There was a very limited number of concentrated industrial enterprises and handicraft still predominated. However, there were important (although limited in time and space) outbursts of workers' agitation at times of economic crisis, for instance

18. Fernando Gouveia, *Memórias de um Inspector da PIDE*, Vol. 1: *A Organização Clandestina do PCP* (2nd edition, Lisbon, 1979).

in 1872/73 and, in a more continuous form, from the end of the nineteenth century. At this time the Socialist Party began to lose much of its former influence and suffered various splits. This appeared to benefit mainly, on the one hand, the Republican Party, and on the other the anarchist and anarcho-syndicalist groups, who began to acquire a decisive influence on the working-class movements. Workers' agitation, as well as workers' participation in the revolutionary secret association, the "Carbonária", were among the main factors which helped the republican revolution to develop and eventually, on 5 October 1910, to win. However, the politics of the new regime (for instance, the contents of the newly issued law on strikes and the armed repression of workers' claims) soon led to a deep sense of frustration among the working classes when they compared them with the promises which the republicans had made before their access to power. This further favoured the development of anarcho-syndicalism and the search for autonomous working-class organization, which expressed itself in the formation, on the eve of World War I, of the National Labour Union (*União Operária Nacional*, UON).

b) World War I and the Birth of the Portuguese Communist Movement

The birth of the Portuguese Communist Party can only be understood in the context of the situation in which the Portuguese working-class movement found itself at the end of World War I and of the impact caused by the international events following the October Revolution. The war years in Portugal were marked by industrial development and industrial concentration. Participation in the war was very controversial among the political parties of the time and, although the majority of the Socialist Party (*Partido Socialista Português*; PSP) supported it, it met with opposition from most anarcho-syndicalists, who controlled the labour unions united in the UON. The youth organization (*Juventudes Sindicalistas*) was especially active in the struggle against joining in the war. Deteriorating economic conditions combined with increasing inflation led to social unrest, strikes, mutinies, break-ins into bakeries and warehouses and frequent episodes of armed confrontation between demonstrators and the armed forces. Taking advantage of these conditions, a successful military putsch led by Major Sidónio Pais occurred on 5 December 1917. The parliamentary Constitution was suspended and a dictatorship installed. This has been interpreted as a "forerunner of fascism".¹⁹ Although "Sidonismo" benefited from a certain amount of toleration on the part of the workers' movement at the beginning, labour unrest soon erupted. At the same time the so-called "radical" wing of the UON became predominantly influential in the organization. In November 1918 an attempt to carry out a "revolutionary general strike" failed, although not without having created a certain following in Lisbon and its surroundings. It also led to the occupation of land by rural labourers

19. *Os Comunistas* – Bento Gonçalves, pp. 77, 122.

in Alentejo. On 8 December Sidónio Pais was murdered and this opened a deep rift in the ranks of the already otherwise divided dictatorship, between the monarchists and the republicans. The former tried to restore the monarchy. During January 1919, the so-called "Northern monarchy" did in fact exist for three weeks in the northern part of the country. A similar attempt in the capital ("revolta de Monsanto") failed, mainly owing to the workers' and the trade-unions' resolute armed opposition. Eventually the Constitution and the parliamentary regime were re-established.

The first months of the "new old republic" acted as a breathing space in which a newly acquired peace and freedom existed and the government seemed relatively well-disposed towards labour. A socialist leader was nominated Minister of Labour. An eight-hour day was decreed and for the first time since the beginning of the Great War the relation between prices and wages, when compared to 1914, favoured wages. The national labour union was reorganized and widened, and it was now called the General Confederation of Labour (*Confederação General do Trabalho*, CGT). For a time membership apparently exceeded 100,000.²⁰ (According to official figures, the total number of industrial workers in 1917 was 130,095, although one historian puts it at more than double that).²¹ Also for the first time in the history of Portuguese trade unionism, the CGT now had its own daily newspaper, *A Batalha* (The Battle).

It was under these conditions that, in the autumn of 1919, the first communist group, the Portuguese Maximalist Federation (*Federação Maximalista Portuguesa*, FMP) and its mouthpiece *Bandeira Vermelha* (Red Flag) were born. So far there has been no specific research into it. FMP members were organized only in the two main cities of Lisbon and Oporto, although in Silves, a small town in the south, there were some endeavours to found such an organization. There is no indication of the FMP's total membership number. As for *Bandeira Vermelha*, it would appear that it printed at most 4,000 copies.²² According to its rules, the FMP was an instrument of propaganda for the "principles of communist syndicalism", for the dictatorship of the proletariat and for soviets. These were understood as complementary, not contradictory, to revolutionary syndicalism. In the "Declaration of Principles" in its 2nd issue, dated October 1919, *Bandeira Vermelha* stated that "all members of the FMP and its councils are in principle anarchists and revolutionary syndicalists [...] everyone in Portugal who calls himself a Bolshevik is an anarchist or a revolutionary syndicalist."²³

20. Merten, *Anarchismus und Arbeiterkampf*, pp. 154, 175, 184.

21. Da Costa, *Elementos para a História*, Vol. 1, p. 158; António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português* (Lisbon, 1977), p. 22.

22. Quintela, *Para a História do Movimento Comunista*, pp. 20-23.

23. Pacheco Pereira, *Questões sobre o Movimento Operário*, pp. 55, 63.

c) *The "United Front" and the Foundation of the PCP*

During their first months of existence, the FMP and *Bandeira Vermelha* considered themselves mainly as propaganda organs of the Russian revolution and heralds of the next revolution, which would put government in the hands of the trade unions and the "maximalist councils". However, a new subject arose and, from the middle of 1920, was referred to continually in the pages of *Bandeira Vermelha*. This concerned the problem of the "growing unity of the bourgeoisie, which is becoming stronger and stronger and more and more arrogant", tending to overcome the earlier division between the Republicans and the Monarchists, enabling them to smash the working class. All workers were therefore urged to join a "united front" to counteract the bourgeois offensive.

Political and social evolution after 1920 in fact followed a very different path from the one that emerged immediately after the war. Plunged into economic crisis, the capitalists began to organize themselves against the workers' movements and formed an employers' association (*Confederação Patronal*). At the same time, the government stepped up its repression against strikes and a special court for "social offences" (*Tribunal de Defesa Social*) was set up. As the political crisis continued and the party system inherited from pre-War days disintegrated, attempts were made to found a unified right-wing party. Monarchist and conservative officers in the Republican Army began to plot against the parliamentary republic.²⁴ This was the background against which the *Bandeira Vermelha* made frequent appeals, starting in the middle of 1920, calling for the "union of the revolutionary proletariat". This "union" was to be the organizational form of a "united front", "a strong organization, composed of anarchists, syndicalist and maximalists, i.e. those who are temporarily in favour of the 'dictatorship of the proletariat' and immediate revolution". Thus only the social democrats were to be left out.²⁵ In the issue dated 22 August 1920 an article appeared in which, as a way of giving concrete form to the "united front of the industrial, rural and intellectual proletariat", a request was made for a congress that "socialist, anarchist, syndicalist and communist groups from the whole country should attend, in a previously announced place, so that, by general agreement and in conference with each other, the Portuguese Communist Party would finally emerge and effectively start the indispensable preparation in Portugal for noting and following-up the social occurrences."

On 12 December 1920, a meeting began at the *Associação de Classe dos Caixeros* (Commerce-workers' Trade Union) in order to "study the foundations of social reorganization and establish a political proletarian organization inspired

24. Telo, *Decadência e Queda*, pp. 51ss., 99, 135ss., 155; Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesas*, pp. 213-223.

25. Quintela, *Para a História do Movimento Comunista*, p. 119.

by the combination of trade-unionist action and workers' politics.²⁶ Pacheco Pereira believes that the organizing committee represented three main elements at the meeting: old trade unionists and maximalists; intellectuals and employees attracted by anarchism and republican radicalism to the Russian revolution's cause; and socialists who had been disillusioned by the PSP's involvement in government. The meeting continued at the same place during the succeeding months. As a result, on 6 March 1921 the PCP was declared officially founded and its leadership was elected. The same author notes: "Predominant among those first leaders were commercial workers, government officials, arsenal workers and metallurgists. There was one lawyer, one journalist, one shoemaker, one postal worker, one typographer; furthermore, one ex-workman and one ex-railway workman had both become journalists by then. The profession of three others is unknown. On the date of their election almost all had been or still were active trade unionists, active republicans or anarchists. Most of them had been members of the *Federação Maximalista*, but at least one was a former member of the Socialist Party."²⁷

This fact deserves attention, as other historians sharply contrast the origins of the PCP and those of most European communist parties, concluding that no social-democratic influence whatsoever would have been present in the Portuguese case.²⁸ However, such a conclusion is not completely justified. A social-democratic component did exist. The second congress of the PSP in October 1920 had "in principle" resolved to join the Third International. Although this did not have any practical consequences, the Socialist Youth (*Juventudes Socialistas*) went as far as contacting the Comintern. When the Communist Youth (*Juventudes Comunistas*; JC) was founded in 1921, some members of the Socialist Youth joined it.

Nevertheless, the main bulk of the JC was composed of former members of the *Juventudes Sindicalistas*, who, under the leadership of José de Sousa (later to have an important role in the party's history), founded the first group of the JC in July 1921.²⁹

Among the first documents issued by the PCP the provisional rule ("Bases Orgânicas Provisórias", published in January, when the Party was still in the process of being formed) and the first official manifesto ("Ao País", July 1921) deserve mention. With regard to the former, it is worth noting the fact that the "co-operation of technicians, specialists and scientists with the working classes" is mentioned as one of the basic principles of the PCP. In the manifesto, on the other hand, Portugal's problems are emphasized in terms of a rationalist-developmental critique: the immediate main goal of the revolution

26. José Pacheco Pereira, "O Primeiro Ano de vida do PCP", *História*, 1982, No. 4, p. 4.

27. *Ibid.*, p. 9.

28. De Oliveira, *O Primeiro Congresso*, p. 37; id., *O Movimento Sindical Português - A Primeira Cisão* (Lisboa), p. 61.

29. Pacheco Pereira, "O Primeiro Ano", p. 14.

{
26-27
ohne Jahr? }

ohne Jahr

which the Party claimed as its objective was to be "the rational and scientific exploration of the country's whole natural wealth." Socialization would consist of "production management through Industry Federations and their trade unions and consumer distribution through co-operatives."³⁰ This text is probably attributable to Carlos Rates, a former trade-union leader and later the Party's general secretary, before he switched to the military dictatorship and Salazar's "Estado Novo".

From the start, the existence of the PCP gave rise to reactions on the part of the CGT. Immediately after the first Party manifesto was issued, the CGT published an "official communiqué" reassessing the principle of workers' independence from political parties. A harsh polemic ensued.

In 1921, the CGT was invited to take part in the founding congress of the Profintern in Moscow. A member of the "comité confederal" (interunion committee), Perfeito de Carvalho, was sent for that purpose. Perfeito de Carvalho was also present at the Third Comintern Congress.³¹

After its foundation in Lisbon, the Party opened centres in other parts of the country, for instance in Oporto, Braga, Coimbra, Santarém, Evora and Beja. A national weekly newspaper, *O Comunista* (The Communist), began publication. At the end of the year there were about 1,000 registered Party members.³²

As one newspaper noted at the time, there was a fairly large number of intellectuals among the Party's initial members. The most outstanding figure was, perhaps, Manuel Ribeiro, a well-known writer who had already edited *Bandeira Vermelha* and became *O Comunista's* first editor.

The year in which the Party was founded, 1921, marked also a significant turning point in the history of the First Republic. On 19 October of that year the "radicals" (i.e. left-republicans) carried out a putsch during which three important political figures of the time were assassinated. Although the putsch leadership had nothing to do with the assassinations, the episode was made much of by the more conservative forces, in order to demonstrate that "the Republic" was responsible for acts of "bolshevist violence". In this situation the PCP's attitude to the radical-republican government and its programme was very sympathetic. At the same time it issued warnings about the manoeuvres of the *Confederação Patronal*, which in combination with some Army officers was plotting to overthrow the government and establish a dictatorship. The PCP appealed to "all revolutionaries, whatever their philo-

30. Documents are reproduced *ibid.*, pp. 23-33.

31. *Ibid.*, p. 15. According to the record of a CC meeting on 10 September 1928, Perfeito de Carvalho, who by then was living in Paris, applied at this time for membership in the Party.

32. No exact data are known. This is the number given by José Pacheco Pereira, "Problemas da História do PCP", in Costa Pinto [et al.], *O Fascismo em Portugal*, p. 280.

sophical affiliations were", to form "a united front to assure political and economical liberties".³³

The conservative attacks against the parliamentary Republic and against the labour movement were made easier by the latter's increasing weakness and division, which became obvious at the congress of the CGT at Covilhã. A proposal for joining the Profintern was rejected on a majority vote. Later, a referendum was to decide upon the CGT's joining of the anarcho-sindicalist *International Workingmen's Association*.

d) The Party Crisis and the General Political Crisis: from the First to the Second Party Congress

In 1922 the PCP was invited to take part in the Fourth Comintern Congress. Two delegates were sent, Caetano de Sousa to represent the Party and Pires Barreira to represent the JC. According to their declarations, at this time the PCP had 2,900 members of whom only 1,702 were paying dues.³⁴ On their return, Sousa and Barreira held a conference in order to reorganize the Party in accordance with Comintern directives and, more especially, with the aim of implementing the "twenty-one conditions".³⁵ At the conference, it was decided to expel most Party members. As a consequence, the Party was split. The JC accepted this state of affairs and most of its members supported the position held by Sousa and Barreira. On the other hand, a majority of the Party members rallied round the leadership of Carlos Rates. This split had much of the nature of a division between "left" and "right", similar to those occurring in most European communist parties at that time. Nevertheless, the issues at stake in the conflict are not completely clear. It would seem that the "left", polarized around Sousa and Barreira, was more sectarian and put a greater emphasis on doctrinal "purity" and propaganda; on the other hand, owing to the Youth, it was not exempt from a certain terrorist bent (in December 1921 a member of the JC leadership died as the result of an explosion when making bombs). With regard to the "right" gathered around Rates, it was deeply influenced by the attitudes of its leader. In 1921 Rates, who had been a well-known trade-union leader since the era of the monarchy, became involved in a controversy with José de Sousa (another member of the "left"). It concerned Rates' criticism of the slogan "immediate revolution". As the following events show, Rates considered that a communist revolution in Portugal must be preceded by the coming to power of the republican radicals. At the same time, he believed that a social alliance with the small landowners was of paramount importance.

As it seemed impossible to solve the conflict, Barreira appealed to the Executive Committee of the Communist Youth International (ECCYI). In

33. *O Comunista*, 1921, No. 5.

34. *Protokoll des Vierten Kongresses der Kommunistischen Internationale* (Hamburg, 1923), p. 366.

35. *Os Comunistas - Bento Gonçalves*, p. 91.

a letter dated May 1923 from the ECCYI to the ECCI Secretariat, there is a description of the political crisis, accompanied by the remark that Barreira and Sousa "are unconditionally right". Shortly before, Rates had also written to the ECCI announcing a Party conference and expressing his wish that a Comintern delegate be present at the conference. As a result, Jules Humbert-Droz was sent to Portugal. His impressions and findings about the PCP are extensively described in his memoirs (this part of which was also published in Portuguese)³⁶ and in his letters to the ECCI, contained in the first volume of the *Archives Jules Humbert-Droz*.

Droz's intervention was a decisive help for Rates' position. On behalf of the Comintern he decided to exclude or temporarily suspend several members of the Party and, in particular, of the Youth organization. He also helped to organize the Party's first congress, which was to take place at last in November 1923. In justifying his decisions, Droz pointed out that only Rates' followers were really interested in trade-union work and had a more-or-less realistic approach to the peasant question. The group around Sousa and Barreira and especially the JC were "a gang of apaches". The Party congress approved Droz's decisions. A new Central Committee (CC) was elected, with Rates as general secretary.

The two and a half years between the first congress and the putsch which put an end to the First Republic were politically a very turbulent period. There were frequent appeals from right-wing politicians to follow the example of Mussolini and Rivera; more-or-less overt preparations were made for the Army's intervention in politics. They received support from the Church and business, now organized in a powerful Union of Economic Interests (*União dos Interesses Económicos*; UIE). Attempts to avoid the impending threat of a right-wing dictatorship, were rather inconsequential and often assumed the form of a putsch. This is what happened, for instance, in December 1923, when a small group of Navy officers and seamen attempted a putsch and were quickly defeated. The PCP granted its members "freedom of action" to participate and it issued a pamphlet appealing for the arming of the proletariat and the installation of a worker-and-peasant government. As could be read some-time later in the Party newspaper, in an article probably written by Rates, the purpose was to help create "a situation similar to that of our Russian comrades between March and November 1917."³⁷ In 1924 there were significant mass

36. "Relatório e Memórias de Jules Humbert Droz sobre a sua missão e permanência em Portugal em 1923", in De Oliveira, *O Primeiro Congresso*, pp. 75-98. Droz seems to have been the first ECCI delegate to Portugal. However, there is news of the presence in Portugal some time before of two Spanish Profintern emissaries, first Jesus Ibañez and later Joaquín Maurin. Also Pierre Sémard visited Portugal in 1922. See Da Fonseca, "Le Origini del Partito Comunista Portoghese", pp. 81, 86; Quintela, *Para a História do Movimento Comunista*, p. 43.

37. *O Comunista*, 20 December 1923.

demonstrations against the threat of a dictatorship. The PCP followed a "united-front" policy and took part in them, thereby making common cause with socialists, radicals and members of the anarcho-syndicalist-directed CGT.

The most important development in the Party's work after Droz's visit was the organization of the Executive Committee of Profintern Supporters (*Comité Executivo dos Partidários da Internacional Sindical Vermelha*). Most of its members were not formally affiliated to the Party, but they worked in close contact with it. This fact did not prevent some differences from emerging; for instance, when the demonstrations organized at this time were assessed in different lights. While *O Comunista* regarded them as "the first act of social revolution", the organ of the Profintern Supporters, *A Internacional* (The International), saw them as strictly defensive actions. The Profintern tendency became predominant in some important trade unions, for instance those of the Army and the Navy Arsenals, as well as among maritime workers.

Shortly before the CGT's congress in Santarém in 1925, the Federation of Maritime Workers (*Federação Marítima*) resigned from it, to be followed shortly afterwards by both the *Sindicatos dos Arsenalistas* and the Commerce Workers' Federation (*Federação dos Empregados do Comércio*). This caused a definitive split in the Portuguese labour movement. The *Federação Marítima's* initiative was to be severely condemned by the ECCI and the Profintern. By this time the unions were already in an extremely weakened state and the 1920 CGT membership of more than 100,000 had decreased by about half, according to a (probably optimistic) declaration by its general secretary. According to Carlos Rates, the numbers affiliated to the CGT at the beginning of 1924 were already a mere 20% of 1920 numbers.³⁸

Attempts made by the left-wing republicans to find an alternative solution to the growing pressure from the right culminated in the short-lived formation of the so-called "governo canhoto" ("left-handed government") by members of the left wing of the predominating Democratic Party (*Partido Democrático*), who would some time later form their own party, the Democratic Left (*Esquerda Democrática*). This government (somewhat in the mood of the contemporary French "cartel des gauches") expressed some reformist intentions in matters of rural property and Bank control, but it soon became involved in conflict with the UIE, and was compelled by a parliamentary majority to resign. Thereafter, the PCP supported the formation of an alliance with the PSP, the Profintern Supporters, the Co-operative Federation and members of the CGT in the so-called *União dos Interesses Sociais*. This move was much criticized by the Comintern,³⁹ which was fighting against the "brandlerite

38. *O Comunista*, 5 January 1924.

39. Letter from the ECCI Presidium of 8 May 1925 to the PCP Central Committee. This letter and all the correspondence between the Comintern and the PCP, as well as the records of the Central Committee quoted in this paper, belong to the Comintern archives. A copy of them was consulted by the present author at the PCP archives by kind permission of

deviation“ at this time. Nevertheless, by the end of the year the PCP was once again involved in a coalition, this time just with the Democratic Left, so that they could appear on a joint ticket for the parliamentary elections. This met with no success, however.

By this time, other ECCI delegates, Dupuy and Victorio Codovilla, had followed Humbert-Droz. Another two, José and Marrane (probably Georges Marrane), came at the end of 1925 or the beginning of 1926. Except for Codovilla and Marrane, the present author does not know if these are real names or pseudonyms. The PCP leadership and the Comintern delegates agreed that “all the objective revolutionary conditions exist“, as Rates wrote.⁴⁰ The Party’s task was, of course, to create the “subjective“ conditions. This was viewed by everyone as very difficult, because so few Party members had a grasp of theoretical politics. Again in the words of Rates, “only six members are acquainted with Marxist and Leninist theories.”⁴¹

The last year of the parliamentary Republic’s existence was a very bad time for the labour movement and the Party in every respect. Although workers’ participation had been decisive in defeating the serious military attempt to overthrow the government on 18 April 1925, the rebels were acquitted by the military court and many workers who had taken part in the struggle against the revolt were imprisoned and deported as “social agitators“ without a trial. The number of Party members fell (although at the same time there were new applications to join). In his report on his time in Portugal, Marrane wrote, at the beginning of 1926, that there were 700 Party members, although only seven cells were operating. By mid-1925 Rates ceased to be the editor of the Party mouthpiece *O Comunista* and in October he was expelled from the Party. This was justified on the grounds that he had taken up employment as a journalist on a bourgeois newspaper, thus contradicting Comintern principles. Some researchers see this as a part of the “bolshevization“ measures that followed the Fifth Comintern Congress. Rates himself had visited the Soviet Union immediately after the Congress (he did not manage to arrive in time to attend). The book he wrote and the speeches he made after his return, in which he enthusiastically supported the ideas of the NEP and condemned the Soviet system as a dictatorship, had quite a negative impact, because they contradicted the prevailing idealization of the Russian realities. All this made him rather unpopular, with Party members, too.

Shortly before Rates’ expulsion, work on preparing the second congress of the Party began. It was to take place at last at the end of May 1926, eleven months after the date initially planned.

the Party’s secretariat. As the Party archives were still being organized at that time these documents did not bear any indication of file.

40. Letter from the PCP CC, signed by Rates, to the ECCI, 20 February 1925; also see letter from Victorio Codovilla to Jules Humbert-Droz, 18 May 1925.

41. Ibid.

A letter dated 9 April 1926, sent by members of the PCP CC to the ECCI, states that the country was in a "terrible situation": "preparations for the installation of fascism are proceeding at full speed. It is even thought that this will happen in the coming month." The Party was "under the impending threat of disappearing". In conclusion, the letter says that a Party congress was being prepared for the last days of May and asks the ECCI urgently to provide help. Two weeks after this letter, Andreu Nin wrote to Giacinto Serrati about the problems the Portuguese Party was experiencing, giving his work some guidance. Nin further asked him "to inform us about the situation by sending us regular reports".⁴² Then, in May, Ercoli informed the PCP's CC that "following an incident the comrade who should have gone to Portugal could no longer go".⁴³ The "incident" was certainly the death of Serrati, which occurred at this time.

Although, as far as is known, no other ECCI representative came to Portugal in 1926, the second congress was actually held on 29 and 30 May, as planned. The day before, the 28 May, the "fascist revolution", a military putsch led by General Gomes da Costa, had in fact begun in the North of the country and was to seize power in the following days in the capital without meeting any kind of resistance. This put an end to the existence of the First Republic and inaugurated a long-lasting dictatorship.

The congress did not discuss programmatic questions. Its main resolutions were to adopt new rules, re-admit previously expelled members (this was in accordance with the "left" spirit of the bolshevization period) and elect a new CC. Furthermore, it voted a resolution in which the military revolt was characterized as "truly representing the triumph of fascist reaction". An appeal was also made to all workers and workers' organizations to act in unison against "this atrocious reaction".⁴⁴ A short-lived "Committee for Proletarian Defence", planned for June with the participation of communist and anarchist trade unionists, can be seen as something achieved by this appeal.⁴⁵ Moreover, a Committee for Trade-Union Unity (*Comité Pró-Unidade Sindical*) was shortly afterwards established, with a programme of workers' control and international trade-union unity. However, its influence did not go beyond Profintern Supporters.⁴⁶

42. Letter from Andreu Nin to Serrati, Moscow, 24 April 1926.

43. Letter from Ercoli [Palmiro Togliatti] to the PCP CC, Moscow, s.d.

44. *Actas do 2º Congresso do Partido Comunista Português*, p. 15. (*incomplete*)

45. "Relatório apresentado pelo P.C.P. ao Comité Executivo da Internacional Comunista, no quadro da preparação do VIº Congresso internacional", in Quintela, *Para a História do Movimento Comunista*, p. 298.

46. Rocha (ed.), *Sindicatos: Tarefas de Ontem e de Hoje*.

e) *The First Years of the Dictatorship and Attempts at Underground Organization*
 During the first years after the installation of military power on 28 May 1926, political development was rather troubled. Opposition to the dictatorship and differences among its supporters led to several attempts at armed revolt. An important one was undertaken with considerable military and civilian participation in Oporto on 3 February 1927. Many workers took part in it and the local Party leadership organized a group of 200 men for action in the struggle.⁴⁷ The revolt was crushed after four days of violent fighting and the attempt to follow it up in Lisbon on 7 February was easily subdued. Thereafter, repression became more systematic and intense. Many people were arrested and deported and the trade-union headquarters were raided by the police or by civilian groups belonging to the extreme right and were temporarily closed. The PCP was also the object of a Police raid and some Party members were arrested and others deported. This was the beginning of underground life.

Several attempts were made to keep the Party's activity open and to reorganize it. José de Sousa (now under the pseudonym "Raul Marques") became the general secretary.⁴⁸ He was also arrested but was released from prison before the end of the year.

An important event at the end of 1927 was the trip made by a delegation of Portuguese trade unionists, comprising Silvino Ferreira, João Pedro dos Santos and Bento Gonçalves, to the Soviet Union, to take part in the Russian Revolution's tenth anniversary celebrations. Only the first of these was a Party member,⁴⁹ the other two being well known Navy Arsenal trade unionists. João Pedro dos Santos was also a member of the Executive Committee of the Profintern Supporters.⁵⁰ The proposal to organize such a delegation had been made by Marrane during his stay in Portugal at the beginning of 1926.⁵¹ In Moscow João Pedro dos Santos and Silvino Ferreira handed in written reports to the Profintern Executive Bureau (15 November 1927) and to the ECCI (25 November 1927). Both reports stressed the absence of theoretical awareness and the enduring "anarchist mentality" of Party and trade-union members as one of the main obstacles to any progress. Like other reports from the Party CC to the ECCI, they stressed the urgent necessity of translating and disseminating Marxist-Leninist books in Portugal. Furthermore, they expressed the wish to recommence publishing *A Internacional*, the mouthpiece of Profintern supporters.

The question of another ECCI delegate's coming to Portugal had often been discussed in correspondence between the PCP and the ECCI. In a letter of

47. Silva, *Memórias de um Operário*, Vol. 2, p. 28.

48. Letters from Manuel Pilar to the ECCI of 18 March and 22 April 1927.

49. Pacheco Pereira, "O PCP na I República: membros e direcção", p. 17.

50. Pacheco Pereira, "O PCP na I República (1921-1932): algumas notas biográficas", *Boletim de Estudos Operários*, 1985, No. 8, p. 22.

51. Marrane, "Rapport sur le PCP", s.d.

1 March 1928, Manuel Pilar wrote that "four delegates had already come to Portugal and nothing advantageous for our section had resulted from their visits". Shortly afterwards, however, we find a "Rapport sur Espagne et sur le Portugal (Reesema et Harrison George)", signed by the latter and dated 21 March 1928. Probably both, or at least Harrison George, were ECCI delegates to Portugal at this time. In his report he describes the political situation, the preparations for an armed revolt against the dictatorship (which would actually take place and fail on 20 July), and the fact that the Party is actively involved in it. The problems concerning low theoretical standards and the need for Marxist texts were also dealt with in the report, as was the trade-union question. Reference was made to organizing a delegation to go to the Fourth Profintern Congress which was to meet in Moscow from 17 March to 3 April 1928.

This delegation, composed of five well-known trade unionists, of whom three were Party members, did in fact travel to Moscow and actively took part in the discussions.⁵² The delegation's attendance at the Fourth Profintern Congress is often mentioned as the occasion on which one of the delegation members, Augusto Machado, was put in charge of reorganizing the Party by the ECCI.⁵³ As a matter of fact, the question of the general secretary had been open since Rates' resignation in mid-1925. As we can read in a letter dated 22 February 1926 from the PCP CC to the ECCI, during his stay in Lisbon at the end of 1925 or the beginning of 1926, Marrane had invited Machado to occupy this position, and he had accepted. However, when the second Party congress was held at the end of May, Machado was still not general secretary and no one was elected to the position at the congress (in fact Machado received the least number of votes among those elected to the CC). He resigned his CC membership shortly afterwards.⁵⁴ In 1927 José de Sousa was elected general secretary. It seems that at this time there were some differences of opinion between the Party CC and the Executive Committee of the Profintern Supporters, of which Machado was the leader.⁵⁵ However, in a letter to the ECCI from the Party CC on March 1928, Machado was highly praised.

Some time after, writing on behalf of the ECCI Presidium to the Party CC on 9 May 1928, Humbert-Droz sharply criticized Party guidance on the

-
52. *Protokoll über den 4. Kongress der Roten Gewerkschafts-Internationale. Abgehalten in Moskau vom 17. März bis 3. April 1928* (Berlin, 1928), pp. 203-206, 380-382; António Ventura, "Sindicalistas Portugueses na URSS em 1928", *História*, 1981, No. 33, pp. 73-81; Alexandre Vieira, *Delegacia a um Congresso Sindical* (Lisbon, 1960); Alberto Pedroso and Antonio Ventura, *Alexandre Vieira - 30 Anos do Sindicalismo Português* (Lisbon, 1985).
53. *Os Comunistas - Bento Gonçalves*, p. 112; José Pacheco Pereira (ed.), "Acta da Conferência do PCP de Abril de 1929", *Estudos sobre o Comunismo*, 1984, No. 2, pp. 21-53.
54. Letter from Augusto Machado to Herclot of August 1926.
55. "Relatório do CC do PCP ao CEIC", 15 November 1927, p. 14, in which José de Sousa proposes the removal of Machado from the direction of the Executive Committee of the Profintern Supporters.

question of the struggle against the dictatorship. The letter stressed the priority of trade-union work and trade-union unity and proposed the reinstatement of Machado to the Party Central Committee. This happened shortly afterwards and in August 1928 Machado again became a member of the CC.

The letter from Humbert-Droz appears to be important, as in it he suggests guidelines which reflect the new "class against class" politics in a somewhat more realistic interpretation; many of these suggestions were put into practice by the Portuguese communists within the next few years. First of all the letter stresses the autonomy of Party participation in the struggle against the dictatorship. That is, the Party must be independent of the bourgeois-republican parties and their plotting. On the issue of trade-union work, which he considers to be of foremost importance, Droz urges the formation of a rallying centre for the trade unions affiliated to the Profintern and the intensification of the struggle to maintain Profintern principles. Thus the platform advocating neutrality in international trade-union relations is no longer considered valid. It is also stressed that publishing a newspaper for mass circulation is one of the most important tasks. Finally the question of ideological training is also considered and to this end it is suggested that the PCP contact the Brazilian Communist Party in order to obtain Marxist publications.

Another letter from the Party CC to the ECCI, dated 3 August 1928, is also useful in helping to understand the Portuguese situation on the eve of changes in world politics, in the dictatorship itself (after Salazar had come to office as Finance Minister in April 1928) and in the Party's history, heralding the "reorganization of 1929". This letter focuses on Salazar's prominent role and connects it with the fact that in the train of the failure of the revolutionary attempt on 20 July the Party has no hope of regaining its legal status and will have to go underground. The Portuguese Section of the International Red Aid (*Secção Portuguesa do Socorro Vermelho Internacional*; SVI) is to be reactivated and priority given to its organization. Preparation of Party and Profintern publications was under way and theoretical study courses had been started. Finally, the letter says that some trade-union activists, including anarchists, "pleased with the new orientation" are "more inclined to our side" wishing to become Party members. At this time total membership was around 70, of whom 50 were located in Lisbon and 20 in Oporto.⁵⁶

After August 1928, regular correspondence between the PCP and the ECCI or the Profintern Executive Bureau seems to have been interrupted. However, there are some records available covering the CC discussions during the last months of 1928 and the first half of 1929, which enable us to have some idea of the attempts to reactivate the Party. First of all, the "committee" made up

56. "Relatório apresentado pelo P.C.P. ao Comité Executivo da Internacional Comunista, no quadro da preparação do VI Congresso internacional", in Quintela, *Para a História do Movimento Comunista*, pp. 294-298, especially p. 298; report from the CC to the ECCI, 1 March 1928, p. 2.

of Diniz, Machado and Pilar (in the documents of this period we no longer find "central committee", probably because the small number of members made it senseless) tried to establish a few minimum conditions for regular work. It laid down rules of admission and membership duties, the re-establishment of nationwide connections and a membership census. The expulsion of Party members and the admission of new ones was decided upon, but there were important differences between Pilar and Machado about the conditions for admissions. Reasons for expelling members were very diverse and ranged from "insufficiently communist behaviour during the stay in Russia" (in the case of Gambetta das Neves, one of the delegates to the Fourth Profintern Congress)⁵⁷ or having proposed a merger between the PCP and the Socialist Party while attending a meeting with members of the PSP (as the former activist Ernesto Bonifácio did), or the hint of suspicion of connections with the police (in a third, unnamed case).

The Committee also decided to found a new Party and SVI cells, as well as provide theoretical study courses for its members. At first there seemed to be a certain amount of agreement about publishing a political newspaper, but differences of opinion between Pilar and the other two soon emerged. It has been thought that these differences reflected the opposition between the more theoretically oriented position of Machado, who considered the publication of texts for educating members a priority, and the desire for mass action and trade-union work on the part of Manuel Pilar.⁵⁸ The recently discovered documentation seems to confirm this situation. It shows that they disagreed about almost everything: about enlisting new members and assessing actual persons, organizing theoretical study courses, the relative importance of publishing books or a political newspaper, and finally about Pilar's proposal to organize a meeting among Party members in order to enlarge the Committee. Both Machado and Pilar wrote to the ECCI explaining their points of view and asking for a delegate to come and attend the members' conference. It seems that they did not get an answer. In spite of the opposition from Machado and the absence of any response from the Comintern, Pilar, with the active collaboration of Bento Gonçalves, decided to call a members meeting, which finally took place on 21 April 1929. This started a new phase in the Party's history.

f) The "Reorganization of 1929"

57. *Acta*, 1928, No. 1.

58. *Os Comunistas - Bento Gonçalves*, p. 112; Pacheco Pereira (ed.), "Acta da Conferência do PCP", p. 22.

This meeting is recorded in the PCP's history not only as a turning point but also as the starting point of its formation as a "Marxist-Leninist" party.⁵⁹ Although only fourteen of the existing twenty-nine members of the Lisbon Party organization took part in it, the meeting was important because it dismissed the existing CC and elected a Provisional Committee (with Bento Gonçalves, José de Sousa and Julio Cesar Leitão, a former member of the Brazilian Communist Party, among others). This committee had an effective role in the Party's reactivation during the next few months. It seems that this activity followed the lines that had already been discussed before: trade-union work, the implementation of Party cells, political education and the publication of a newspaper.

This newspaper was the bi-monthly *O Proletário* (The Proletarian), published in Oporto from 1 May 1929 onwards and later transferred to Lisbon, where it continued to appear until its final issue in November 1930. *O Proletário* was an important instrument for publicizing trade-union activity as well as news about the international labour and communist movement. It also played a role in the ideological struggles of the time. From this point of view, Bento Gonçalves wrote outstanding critiques of social-democratic and anarchist doctrines. He also explained Leninist theses which he had, at least partly, acquired through Stalin's *Foundations of Leninism*.⁶⁰

Setting up the Inter-Union Committee (*Comissão Intersindical*; CIS) has generally been considered a Party activity of the foremost importance during this period. The birth of this committee was a result of the dictatorship's first attempt to establish a corporate organization and the workers' subsequent reaction to it. The government had appealed to trade-union representatives to elect their delegates to an official body to discuss "the problem of the working day". However, the group of communist trade unionists led by Bento Gonçalves took a stand against participating in any such body and instead demanded that a workers' body be set up which would have the task of fighting for the existing (but no longer respected) law stipulating an eight-hour working day. At the same time it would struggle to establish unemployment benefit. The body they consequently set up was the CIS, which in the following months was extremely active (organizing workers' meetings as well as presenting demands to the government and local authorities in defence of an eight-hour working day or other matters concerning the workers' conditions). This, and the fact that its activity, which was first restricted to Lisbon, soon spread all over the country, caused the remnants of the anarcho-sindicalist CGT to accuse the CIS of splitting the labour movement and creating a new,

59. See, for instance, Pedro Soares, "Bento Gonçalves, Organizador do partido", in *Os Comunistas - Bento Gonçalves*, pp. 25-53. The meeting's record can be found in Pacheco Pereira (ed.), "Acta da Conferência do PCP".

60. Gonçalves' writings of this time are published in Bento Gonçalves, *Escritos (1927-1930)*, ed. by António Ventura (Lisbon, 1976).

alternative workers' confederation. Although the CIS rejected this accusation, it did in fact develop more and more along the lines of an independent, communist-led centre for trade-union activity. On the other hand, with regard to the trade unions which had not joined the CIS and remained faithful to the CGT, the Party tried to organize so-called Trade-Union Defense Groups (*Grupos de Defesa Sindical*), which, on the whole, would form the "revolutionary trade-union opposition", that is, the Portuguese equivalent of the German *Revolutionäre Gewerkschafts-Opposition* (RGO).

A parallel and more specific activity was carried out where the transport workers were concerned. In this field, communist efforts were directed not so much at the organization of their own current interest as at the reunification of the Federation of Maritime Workers and its integration into a wider Federation of Transport Workers with all the other transport workers' trade unions. Many anarchist trade unionists adhered to the Federation, although their participation was a matter of controversy among them; the Transport Federation's growing identification with CIS positions finally led most of them to leave. Up to 1933 the Federation published its own newspaper *O Reducto*, which, according to Bento Gonçalves, was read "by all friends of the Soviet Union and Party fellow-travellers. It made up for the absence of *O Proletário* and its circulation figures varied between 25,000 and 30,000 in the final months of its publication".⁶¹ Although organically independent from the trade-union Internationals, the Transport Federation and *O Reducto* explicitly supported Profintern aims. The Federation's congress in 1930 adopted "Class against Class" as its main slogan, and the Federation was represented in 1932 at the Congress of the International of Seamen and Harbour Workers in Hamburg. A leading role in establishing and running the Federation was played by José de Sousa, one of the activists responsible for Party reorganization and a member of the Provisional Committee elected at the conference in April 1929.

Another specific field of communist trade-union activity was peasant organization in Alentejo through setting up a National Union of Portuguese Farm Labourers (*União Nacional dos Trabalhadores Rurais Portugueses*).

Also important within the general framework of communist politics at this time, particularly with regard to international relations, was the emergence of the Federation of Portuguese Communist Youth (*Federação da Juventude Comunista Portuguesa*; FJCP). The JC had ceased to exist since the expulsions effected by Humbert-Droz in 1923, despite the fact that the Party leadership had made some attempts to reorganize it.

A key role in the organization and activity of the FJCP was played by Bernard Freund, a young Jew born in Vienna, who had acquired Czechoslovak nationality after the war. He was to be arrested by the Portuguese police at the beginning of 1932 and soon afterwards expelled from Portugal. According

61. Bento Gonçalves, "Duas Palavras", in *Os Comunista - Bento Gonçalves*, p. 131.

to his statements to the police, he came to Portugal in July 1929 on professional grounds to work as the foreign correspondent of an export firm. Only some time later, he stated, and almost by chance, did he come into contact with the Marine Arsenal communist trade unionist Bento Gonçalves, who invited him to help organize the FJCP.⁶² However, it seems much more probable that he had already had a previous communist engagement and was sent to Portugal by the Comintern or the Communist Youth International (CYI). In March 1931, and still according to his statements to the police, he travelled to Paris on his honeymoon and on that occasion made different contacts in connection with PCP and FJCP activity. He returned to Portugal with his wife, Wilma, who was also active in the FJCP, and was subsequently arrested and expelled from Portugal with him in 1932. Around 1935 the couple was living in the Soviet Union but no longer carried out any party activity and was considered politically unreliable.⁶³

On the occasion of his and his wife's arrest, many documents were seized by the police and so still exist in his file in the PIDE's archives. These documents consist mostly of copies of letters written in French and German on behalf of the FJCP secretariat and sent to Paris and Berlin. There is only one case of a letter from the ECCYI "to Portugal". The letters are signed "René", the pseudonym under which Bernard Freund was known by his Portuguese comrades. Records of meetings of the Party and FJCP Central Executive Committees (CEC) – as the CC was now called – are also among these documents.

The first meetings called to set up the FJCP took place in the final months of 1929. It appeared publicly for the first time at the beginning of 1930 and seems to have grown rapidly – nineteen cells in September 1931 and 300 members at the beginning of 1933, in Lisbon alone, have been mentioned.⁶⁴ The FJCP was particularly active in the publication of all kinds of newspapers and leaflets and had as its mouthpieces the monthly *O Jovem* and the "theoretical" bulletin *O Jovem Militante*.⁶⁵

Although the FJCP concentrated its main efforts on the enlistment of working-class members, attention was also paid to students, who were going through a fairly turbulent political period at this time. The Academic Defense Groups (*Grupos de Defesa Académica*, following the model set by the *Grupos de Defesa Sindical*) were formed. In the following years they would become quite popular and act as a breeding place for united anti-fascist resistance. Also with a great number of students among its members, though not limited to them,

62. Arquivo da PIDE, file 225/SPS.

63. Interview with Carolina Loff Fonseca, 9 October 1981. José Pacheco Pereira writes that they possibly were "shot in the USSR as agents of the British secret services" ("Problemas da História do P.C.P.", p. 284).

64. Elói Rodrigues, "As Juventudes Comunistas (1921-1936)", *Vértice*, 1992, No. 50, p. 13.

65. *Ibid.*, p. 4. See also João Arsenio Nunes, "Sobre alguns aspectos", pp. 718s.

was the Portuguese Red Aid section, SVI, which also published its own newspaper, *Solidariedade* (Solidarity).

g) *The Formation of Salazar's "New State" and "Third Period" Politics*

The above mentioned initiatives were able to develop between 1929 and 1932 by taking advantage of the relatively vague and contradictory situation then existing.

Division among the supporters of the military dictatorship, between those who wished to return to a revised form of parliamentary republic and those who advocated a more radical reactionary, monarchical and/or fascist path, persisted for a long time. At the beginning of 1930 the latter won the day. Salazar's pre-eminence (though he only became prime-minister in 1932) was uncontested, and repression became more systematic. According to a letter from the Party CEC to the ECCI of 18 October 1930, arrests were now made "with an exactness which is upsetting"; one of the victims at this time was Bento Gonçalves. However, the political events of 1931 were to provide new opportunities for communist activity. These events were due not only to general conditions in the world related to the 1929 crisis, but more particularly to the fall of the Spanish monarchy in April, followed shortly afterwards by an armed revolt on the island of Madeira. Serious agitation by students and workers erupted at the time and plans for an anti-dictatorial putsch got under way. As it has been noted, "the extension of the CP's influence and organization therefore appears to be a constitutive part of a much wider and ideologically most heterogeneous process, of which petit-bourgeois radicalization is an essential component."⁶⁶ The putsch finally occurred on 26 August 1931, but failed.

Although all Party documents and manifestos at this time, following "class against class" strategies, placed great emphasis on absolute independence from and hostility towards the bourgeois-democratic opposition, at least some Party members took part in the latter's initiatives. The extremism of the "third period" slogans seems to have complemented, rather than opposed, this kind of attitude. This state of affairs, as well as Bento Gonçalves' recurrent complaint about the persistence of an "anarchist mentality" among Party members, suggest that in Portugal, too, fruitful research could centre on the traditions of "subversiveness" and their continuity through the Communist Party.⁶⁷ Also

66. *Ibid.*, p. 723.

67. Cf. Palmiro Togliatti, "Le memorie di un barbiere", *Opere*, Vol. 3/1 (Rome, 1973), pp. 324-327; E.J. Hobsbawm, "The dark years of Italian communism", in *id.*, *Revolutionaries. Contemporary Essays* (London, 1973), pp. 31-42; Enrico Mannari, "Tradizione sovversiva e comunismo durante il regime fascista. 1926-1943. Il caso di Livorno", in *Fondazione Giangiacomo Feltrinelli*, Vol. 20 (Milan, 1981), pp. 837-874; Franco Andreucci, "Subversiveness and anti-fascism in Italy", in Raphael Samuel (ed.), *People's History and Socialist Theories* (London, 1981), pp. 199-204.

deserving attention in this context, although the fact should not be exaggerated, is that by this time the Party was no longer led by Bento Gonçalves, who had been deported to the Azores in September 1930. The foremost personality was now José de Sousa, the defender of "immediate revolution" and opponent of Carlos Rates' "rightist" policies during the first half of the twenties.

The failure of the attempted revolutionary coups were used by the regime, and particularly Salazar, as an opportunity to deal a decisive blow against opposition forces and to clarify its dictatorial nature. In the months immediately after the putsch of 26 August 1931 a series of administrative and legislative measures to this effect was registered. The political police was reorganized, many government employees were sacked and ideologically strict rules for their admission were decreed. The first general corporate plan was issued, the regime's party, the National Union (*União Nacional*), was organized and the constitution of the "New State" was proclaimed.

The PCP and its peripheral organizations were deeply affected by this development. In 1931 the number of members may have reached 700.⁶⁸ During 1932 about 200 were to find themselves in prison or deported and organic relations were for the most part temporarily broken off.⁶⁹ Semi-legal organizations, such as CIS and the *Grupos de Defesa Sindical*, were now reduced to the most severe underground conditions. As a result, they could increasingly be identified with the Party organization.

As for the Party's reaction towards this new situation, it would seem that, in the beginning, characteristic lines of the "third period" were intensified and the very activist, even "terrorist" bent in the Party's (particularly in the Youth's) practices was reinforced. This could be seen in the organization of "shock brigades" to enforce a general strike on the International Day of the Unemployed (which completely failed) and in similar armed preparations for May Day (which led to the imprisonment of all the participants and their subsequent transfer to a concentration camp for many years). Another example was the demonstration held on International Youth Day, in which a policeman and a demonstrator were shot.

Soon, however, the perception of the situation's novelty led to a shift in Party politics. This partly coincided with changes in the Party press. Since its first appearance in February 1931, *Avante!* had been the underground's official mouthpiece. However, the Party was forced to interrupt its publication less than one year later. By the end of 1932 two numbers of the new "joint PCP and FJCP mouthpiece" *Frente Vermelha* (Red Front) were to appear; then in January 1933 another number (No. 9) of *Avante!* was issued. More than one

68. According to Manuel Alpedrinha, a CEC member at that time: see Nunes, "Sobre alguns aspectos", p. 716.

69. "Intervenção de 'António' na XII Reunião Plenária da Internacional Comunista", *Estudos sobre o Comunismo*, 1983, No. 0, p. 28.

year later, in June 1934, a second series of *Avante!* began and appeared very regularly until 1938.

Frente Vermelha had already attained a certain significance in the evolution of the Party's strategy, as it insisted on the need to overcome mere political agitation in favour of "the collective mass movement". More surprising was the *Avante!* edition of January 1933, which seemed to be an outright anticipation of Popular Front policies. Presenting the struggle for political freedom as the basic task, it advocated "a complete turnabout in the proletariat's struggle for its final demands". In accordance with prevailing circumstances, *Avante!* urged the proletariat "to accept a united revolutionary-struggle front with the liberal petit-bourgeois strata against the military and fascist dictatorship".⁷⁰ At the same time the Party announced its strategic goal to be the completion of "the bourgeois-democratic revolution" in Portugal.

As for the dictatorship, the years 1933/1934 brought a time of consolidation. A cunning policy involving the intensified repression of communists, anarchists and other opponents, combined with a partial amnesty, led to the adoption of a new constitution. The outcome helped to reinforce the regime and to widen its support. Favourable international circumstances also encouraged new initiatives such as the establishment of a fascist youth organization (*Associação Escolar Vanguarda*) and of the Goebbels-inspired *Secretariado da Propaganda Nacional*, etc. In September 1933 a corporatist organization, with its own *sindicatos nacionais*, was established. This was done by the *Estatuto do Trabalho Nacional* (the Portuguese equivalent of the Italian *Carta del Lavoro*, which it generally resembled). At the same time the date of ~~1 January 1934~~ was set as the deadline for trade unions either to change their rule in accordance with the new legislation or dissolve themselves.

h) The Struggle against Fascism and People's Front Policies

The transformation of the military dictatorship into an accomplished fascist state, which confronted the labour movement with the threat of the prohibition of all independent workers' organizations, caused the Party to reflect on its strategy. Interestingly enough, we find in some of the Party's publications of this period (probably written by Bento Gonçalves, who had returned from deportation at the beginning of 1933 and was now fully involved in the Party's work) some views which bear some similarity to contemporary thoughts expressed by Palmiro Togliatti, who played an important role in the preparation of the theoretical ground for the shift to Popular Front policies as adopted by the Seventh Comintern Congress. Togliatti stressed the double (and therefore potentially contradictory) nature of fascism as a combination of bourgeois dictatorship and (petit-bourgeois) mass movement. In the PCP's publications the fascist regime's characteristic ability to unify different bourgeois forces is

70. "O Proletariado e a Revolução", *Avante!*, 1933, No. 9.

also emphasized. However, the possibility of an "Italian perspective", that is, that the Portuguese "Estado Novo" might succeed as a reactionary mass regime, is systematically denied; its efforts to win a mass basis are rather optimistically interpreted as a sign of weakness, related to the development of workers' and peasants' protest movements in different parts of the country. The government's initiatives "from above" were, because of their necessarily delusive character, condemned to fail. At the same time, they had to be understood as indicating the direction to be taken by revolutionary Party work, which definitely had to leave behind it all "individualistic" and anarchist or putschist traditions persisting in the Portuguese labour movement.

Although the documents mentioned stressed the possibility of initiatives for "united front at the grass roots" through the formation of different kinds of workers' and peasants' committees, united front from above was also put into practice through an agreement of the three trade-union currents – the communist oriented CIS, the anarcho-syndicalist CGT and the socialist Federation of Workers' Associations (*Federação das Associações Operárias*; FAO). They published a joint manifesto and tried to organize a general strike.

The practical initiatives for resisting the anti-trade-union law followed a very different path from the one previously conceived by the Party. As Bento Gonçalves later wrote, all plans to take advantage of the still existing legal possibilities were soon forgotten, and instead of that the idea prevailed that a "revolutionary general strike" could be combined with a putsch by military opponents of the regime to put an end to it. However, the military putsch was dismantled in November 1933 and the workers' organizations were left alone in the field. The "general strike" as such met with no success, although some strikes did occur in Lisbon and in the South of the country. A certain amount of sabotage also took place. The most meaningful event, however, happened in Marinha Grande, a village of glass-makers where the Communist Party was well established. There the workers had control of the village for some hours and tried to resist the troops sent against them.

The movement's defeat, as well as the general trend to the right in international affairs, furthered the regime's fascistization. It was now well established, with its efficient political police, the special military court for political offences and the liquidation and partial absorption of the Nazi-style movement of the "nacional sindicalistas". Many opponents, mainly young communists and anarchists, died in the months after January 1934 while in the hands of the political police PVDE. The regime's *União Nacional* met in its first congress, and in the elections to the National Assembly at the end of the year all government candidates were elected from a single list.

Existing research does not provide much information about the relations between the PCP and the Comintern during this period, although until his arrest in 1935 Bento Gonçalves, under the pseudonym "Albino", was a regular contributor to *Inprekorr*. In the Party press of 1935, the reorganization of 1929

is mentioned as a defeat of the "rightist deviation" of the "Bukharin/Humbert-Droz current".⁷¹

Since 1931 there had been Portuguese students at the Lenin School in Moscow. The first of them, Fernando Quirino, was later (1942) to be expelled from the Party, when he was in the concentration camp of Tarrafal (Cape Verde). In 1932 there were Portuguese representatives at the meetings of the 12th ECCI Plenum (José de Sousa, "António")⁷² and of the First Congress of the International Red Aid (Miguel Wager Russel). Later, in 1935, Bento Gonçalves and Francisco Paula de Oliveira ("Pavel") took part in the Seventh Comintern Congress, at the same time as Alvaro Cunhal, Gilberto de Oliveira and Domingos dos Santos were attending the Sixth CYI Congress.

After the Seventh Comintern Congress, a Popular Front ("Frente Popular Portuguesa") was formally launched by means of an agreement between the PCP and some organizations of exiled republicans. It does not seem to have been very effective.⁷³

No meaningful research has been carried out to this day on PCP history during the critical years of the Spanish Civil War. The Party inspired the founding of anti-fascist organizations among soldiers and seamen, which in the latter case was rather successful. In September 1936, the Revolutionary Organization of the Navy" (*Organização Revolucionária da Armada; ORA*) initiated an attempt at insurrection aimed at establishing a connection with the Spanish republicans' struggle. However, the revolt was discovered before the ships involved had managed to leave the port of Lisbon. They were bombarded from the coast and the surviving seamen were afterwards condemned to long years of imprisonment in the concentration camp of Tarrafal.⁷⁴

These years also saw the expansion of communist influence among students and intellectuals; this was connected to such facts of worldwide relevance as Nazi expansionism, the Spanish Civil War and the approach of the Second World War. However, Salazar's fascism, the repressive character of which increased dramatically, was able to strike heavy blows at all opposing forces. The anarcho-syndicalist tradition would never again recover from such blows. Many of the leading figures in the Portuguese labour movement, among them Bento Gonçalves, died in a concentration camp. On the eve of the Second World War the PCP was also in deep crisis, and, as has been mentioned, the Comintern broke off all relations with it on the grounds that it had been infiltrated by Police agents.⁷⁵ A reorganization was initiated in 1940, in which Alvaro Cunhal already played an important role. Although the initiators of this

71. *Avante!*, 1935, 2nd series, No. 7.

72. *Estudos sobre o Comunismo*, No. 0, pp. 27-31.

73. Manta (ed.), *A Frente Popular*.

74. João Borda, *A Revolta dos Marinheiros* (Lisbon, 1974).

75. Da Costa, *Elementos*, Vol. 2, p. 57.

reorganization tried to get in contact with the Comintern,⁷⁶ there is no known reply to their efforts. In any case, this seems to belong to an historical chapter in which the Communist International had ceased to play any role.

76. António Ventura (ed.), "Documentos sobre uma tentativa de contacto entre o Bureau Político do PCP (Júlio Fogaça) e a IC em 1941", *Estudos sobre o Comunismo*, 1983, No. 1, pp. 23-30.

IV.2.

PCP 1926-1974

No momento em que, em 29 de Maio de 1926, o PCP iniciava o seu II Congresso, achava-se em pleno desenvolvimento o golpe militar na véspera desencadeado em Braga. Desde essa data e até 25 de Abril de 1974, a história do comunismo português tem como principal termo de referência das suas estratégias e práticas a existência do regime ditatorial que então se iniciava. Este é, também desde então, caracterizado como *fascismo*, e contra ele o II Congresso do PCP apelará a reunir forças.

A acção efectiva desenvolvida contra a nova situação política será porém, nesta primeira fase da instauração da ditadura, reduzida. Com efeito, o novo regime vinha encontrar os comunistas numa situação de crise organizativa profunda, que coincidia com a própria crise do movimento operário português mas se agravava em particular na sequência do afastamento, em 1925, do primeiro secretário-geral do Partido, Carlos Rates. Mais activo estará o agrupamento sindical que os comunistas influenciavam, o Comité Executivo dos Partidários da Internacional Sindical Vermelha (CEPISV), que promoverá iniciativas unitárias, embora de carácter efémero, traduzidas na formação de um Comité de Defesa Proletária e de um Comité Pró-Unidade Sindical. Nestas condições, a participação efectiva de comunistas na resistência à ditadura, nos primeiros anos da vigência desta, faz-se pela presença, sem autonomia, em combates como os da revolução de 3/7 de Fevereiro de 1927 ou da revolta de 20 de Julho de 1928, do que resultará a prisão e deportação de uma grande parte do já diminuto corpo de militantes. Uma tentativa de reorganização em 1927, que incluiu a designação de José de Sousa como secretário-geral, não parece ter tido continuidade.

No entanto mantinham-se, embora irregularmente, as relações de correspondência do Partido com o Comintern, e dos Partidários da Internacional Sindical Vermelha (ISV) com o Profintern, através de cartas e relatórios de José de Sousa, Manuel Pilar dos Santos e Augusto Machado. Neste contexto, delegações sindicais portuguesas serão convidadas a participar, em Moscovo, no I Congresso dos Amigos da URSS (Novembro de 1927), e no IV Congresso da ISV (Abril de 1928). Da primeira fazia parte o jovem arsenalista de

Marinha Bento Gonçalves, que é quem discursa em nome da delegação portuguesa. No decurso do congresso da ISV, Augusto Machado (até então apenas conhecido pela actividade no quadro do CEPISV, embora tivesse sido eleito membro do CC do PCP no II Congresso) mantém conversações no âmbito da ISV e do Bureau Latino da Internacional Comunista (IC), e pouco depois aceitará assumir as funções de secretário-geral do PCP. Em conformidade com as orientações da IC, no âmbito da estratégia "classe contra classe", o Partido deveria ganhar independência em relação às acções putschistas dos republicanos e suscitar um novo polo aglutinador do movimento sindical. As iniciativas neste sentido propostas pela célula do Arsenal de Marinha e defendidas, no seio do comité dirigente do Partido, por Manuel Pilar, suscitam porém a oposição de Machado que, nas condições existentes, entende dever a acção comunista limitar-se temporariamente à edição de publicações e formação de militantes. Do conflito surgido (e do qual a IC recebe informação por correspondência, mas em que não intervém) resultará a demissão de Manuel Pilar e a subsequente realização, em Abril de 1929, de uma conferência de militantes, na qual é eleita uma "comissão provisória" (de facto uma nova direcção, integrada, entre outros, pelo próprio Pilar, por José de Sousa e por Bento Gonçalves), da qual o último virá ulteriormente a ser designado secretário-geral.

A "comissão provisória" desenvolve uma intensa actividade no triplo plano sindical, organizativo e propagandístico. No primeiro, em que se destaca a figura de José de Sousa, estrutura-se uma organização assente em "Grupos de Defesa Sindical" como base de uma "Organização Sindical Revolucionária", que procura agregar os sindicatos na "Comissão Inter-Sindical" (esta, formada em 1930 para a luta pelo horário de trabalho, evoluirá rapidamente no sentido de constituir uma central alternativa à CGT); iniciativas no sentido da remodelação e unificação de sindicatos conhecem o seu maior sucesso com a formação de uma Federação de Transportes. Simultaneamente organiza-se uma rede de células de rua e de empresa, retomando e alargando contactos a nível nacional. E o Partido dota-se de órgãos de imprensa, primeiro através do quinzenário "O Proletário" lançado em 1929 por comunistas do Porto e posteriormente transferido para Lisboa, e, quando este é forçado a cessar a publicação, pela criação do jornal ilegal "Avante!". Um grande número de folhas, panfletos e jornais de células de empresa ou locais traduz o

esforço de agitação então empreendido. Em 1933 iniciar-se-á a publicação do boletim político-organizativo "O Militante".

Em fins de 1929 é constituída a Federação da Juventude Comunista Portuguesa (FJCP), que tem como órgão central "O Jovem" e se distingue pelas múltiplas acções de rua, manifestações e comícios-relâmpago que promove. Nela desempenhou um papel destacado, nos dois primeiros anos, o jovem checo Bernard Freund ("René"). Tanto ele como sua mulher, Wilma, serão presos em 1932 e depois expulsos de Portugal, vindo a morrer na URSS, em 1938, vítimas das depurações estalinistas dessa época.

De referir ainda, entre os movimentos periféricos então reactivados, a Secção Portuguesa do Socorro Vermelho Internacional (SVI), cuja reorganização, dinamizada por Abílio Lima, se iniciou ainda antes da do aparelho partidário. Também ela editava imprensa própria e constituirá, nos primeiros anos 30, uma extensa organização, nomeadamente no meio académico.

Apesar da deportação de Bento Gonçalves entre Setembro de 1930 e princípios de 1933, o PCP conhece nessa altura um momento de expansão importante, que beneficia do contexto de crise política da época. O radicalismo dos slogans de "classe contra classe" e de todo o estilo de actuação do Partido, em particular da Juventude Comunista, estará em consonância com o ambiente geral, e os comunistas intervirão activamente nos confrontos do 1º de Maio de 1931, nas greves (de trabalhadores da construção naval, de portuários de Lisboa e marítimos de Setúbal, de vidreiros da Marinha Grande) e manifestações e mesmo, apesar da abstenção oficial, na revolta de 26 de Agosto desse ano. A repressão que sucede a esta revolta e a reorganização da polícia política que então tem lugar farão suceder-se as vagas de prisões. As torturas brutais facilmente possibilitam, numa organização impreparada, uma extensa destruição, ao mesmo tempo que a consolidação do regime apaga esperanças revolucionárias que pouco antes pareciam seguras.

O desenvolvimento do processo de formação do novo Estado fascista leva, desde 1933, a uma progressiva evolução da linha estratégica do PCP, que tende a afastar-se do sectarismo inicial da política "classe contra classe" para acentuar mais as palavras de ordem de "frente única" e centrar-se na luta contra o processo de fascização. É neste sentido que se orientam as propostas de Bento Gonçalves para a resistência aos decretos

que instituem os sindicatos nacionais e a organização corporativa: acordo das três centrais sindicais, dinamização de acções de protesto, formação de comités de base, com carácter de massa, para a luta por reivindicações económicas e liberdades políticas. No processo de organização do movimento de resistência aos decretos sindicais a breve trecho se revela porém dominante um projecto insurreccional, que vinha na sequência da longa tradição de anarco-sindicalismo e putschismo do movimento operário português. É este que vem a concretizar-se, na madrugada de 18 de Janeiro de 1934, na Marinha Grande, comunidade de vidreiros de forte implantação comunista, e é rapidamente dominado.

Apesar da repressão que sucede ao 18 de Janeiro, no decurso da qual morrem, em consequência dos tratamentos sofridos na polícia, militantes como Augusto Martins, Américo Gomes, Ferreira de Abreu e o dirigente ferroviário Manuel Vieira Tomé, o PCP revelar-se-á mais apto do que o movimento anarquista a resistir em condições de clandestinidade, tornando-se a força dominante do remanescente movimento sindical ilegal. Também entre os soldados e sobretudo os marinheiros o Partido consegue consolidar organizações próprias - Organização Revolucionária do Exército (ORE) e Organização Revolucionária da Armada (ORA).

Além de Bento Gonçalves e José de Sousa, tem nesta época um papel destacado o jovem, também operário do Arsenal de Marinha, Francisco de Paula Oliveira ("Pavel"), que desde 1932 era o principal dirigente da FJCP. Em 1934 vai para Moscovo onde será, até ao princípio de 1937, o representante português junto do Comité Executivo da Internacional Comunista (CEIC).

O objectivo do combate anti-fascista leva o PCP a impulsionar a formação de organizações unitárias, como é o caso, a partir de 1934, da Secção Portuguesa da Liga Contra a Guerra e o Fascismo. É só, porém, com a carta do CEIC ao PCP de Novembro desse ano, que se inicia a viragem para a política de Frente Popular, a qual não deixará aliás de deparar inicialmente com algumas resistências. Em 1935 dá-se uma reestruturação da FJCP, com a formação de uma nova direcção (cujo secretário político é Álvaro Cunhal) sintonizada com as temáticas e o espírito da política frentista. No mesmo ano delegações portuguesas, encabeçadas respectivamente por Bento Gonçalves e Cunhal, participarão em Moscovo no VII Congresso da IC e no VI da Internacional Comunista da Juventude (KIM), durante os quais terão lugar diversas reuniões de análise

da situação portuguesa, em que se conclui pela necessidade de uma viragem drástica no sentido da superação do sectarismo e do trabalho nas organizações de massa. Porém, em Novembro, dois dias após o seu regresso de Moscovo, Bento Gonçalves é preso em Lisboa, juntamente com os dois outros membros do Secretariado do Partido, José de Sousa e Júlio Fogaça.

Em 1936, por iniciativa do PCP, é lançada a Frente Popular Portuguesa, cuja estrutura dirigente (com o nome de "Comité de Acção", sediada em Paris e presidida por Afonso Costa e Bernardino Machado) só no ano seguinte será formalizada. Apesar da viragem do partido para a penetração nos sindicatos nacionais, e do esforço organizativo traduzido na formação de um Comité Central, parece ter sido no âmbito da FJCP que nesta fase se deram os passos mais efectivos no sentido da concretização da política de massas: reduzindo ao mínimo a estrutura clandestina, os quadros são agora alargados e voltados para a actividade no seio das colectividades populares e de todo o tipo de associações juvenis. No domínio universitário, alcança neste período uma efectiva projecção o Bloco Académico Anti-Fascista, impulsionado pela FJCP mas ao qual também aderiram elementos de influência maçónica.

Entre os portugueses que combateram nas fileiras republicanas durante a guerra civil de Espanha contaram-se muitos comunistas, alguns dos quais lá morreram (A. Vicente, António Bandeira Cabrita, Augusto Duarte Reis, Armindo Peru). Em Setembro de 1936, a ORA promoveu a revolta dos navios "Afonso de Albuquerque" e "Dão". Os objectivos desta revolta não estão até hoje perfeitamente esclarecidos, mas tem-lhe sido atribuído um significado de solidariedade com a Espanha republicana. A repressão a esta revolta será ocasião de abertura do campo de concentração do Tarrafal de Cabo Verde.

Em princípios de 1937, Pavel regressa a Portugal e integra, com Alberto Emílio Araújo e Manuel Rodrigues da Silva, o Secretariado do Partido. A actividade propagandística, predominantemente relacionada com a guerra de Espanha, conhece um importante incremento, cuja expressão mais significativa é a publicação quinzenal, e ulteriormente semanal, do *Avante!* No entanto, Pavel é preso em Janeiro de 1938 e na mesma ocasião apreendida uma tipografia do Partido. Com a libertação, em Setembro, de Álvaro Cunhal da prisão onde se encontrava havia um ano, reconstitui-se um

Secretariado, de que fazem também parte Ludgero Pinto Basto e Francisco Miguel. Porém, a prisão pouco depois dos dois últimos, além da apreensão de tipografias, que inviabiliza a continuidade de publicação do *Avante!*, determina uma situação de letargia da actividade partidária.

Também em Setembro de 1938, a IC, constatando os numerosos desastres ocorridos na actividade do PCP e relacionando-os com deficiências anteriormente apontadas, considerando por outro lado suspeitas as condições da fuga de Pavel da prisão, em Abril, conclui pela existência de indícios de infiltração policial e decide suspender relações com toda a direcção do PCP e impedir o regresso de Pavel à URSS.

A crise do PCP a nível dirigente, no final dos anos trinta, não impede que os últimos anos da década assistam a um forte incremento da influência comunista entre a juventude intelectual, traduzido no aparecimento da corrente neo-realista e expresso em publicações culturais como *Sol Nascente* e *O Diabo*. É uma nova geração que se afirma, marcada pelo impacte da guerra civil de Espanha, dos fascismos, da experiência e do mito soviéticos, que estabelecerá uma relação duradoura com o PCP e deixará uma marca profunda na sua história.

Parece ter partido da Organização Comunista Prisional do Tarrafal (OCPT), que terá chegado independentemente a conclusões idênticas às da IC acerca da existência de infiltrações policiais na direcção do PCP, a iniciativa de uma *reorganização*. Em 1940, a "amnistia dos centenários", proporcionando a libertação de militantes como José Gregório, Júlio Fogaça, Manuel Guedes, Militão Ribeiro, Pedro Soares, Pires Jorge e Sérgio Vilarigues, possibilitará o início dessa reorganização. Consistia ela numa reconstituição do aparelho partidário *à margem* do Secretariado então em funções (Vasco de Carvalho e Francisco Sacavém), por se considerar que no círculo dirigente do Partido existiam infiltrações policiais.

Sob a orientação de um Secretariado inicialmente composto por Júlio Fogaça, Manuel Guedes e Militão Ribeiro, os reorganizadores conseguem estabelecer uma rede organizativa e a partir de Agosto de 1941 retomar a publicação regular do *Avante!* A luta com a direcção anterior (agora sistematicamente designada "grupelho provocatório") será dura, e até 1945 manter-se-á em paralelo a publicação de dois *Avantes!* O grupo

reorganizador revelará porém uma superior capacidade de implantação, na base de métodos conspirativos e disciplina rigorosos, havendo até quem fale no nascimento de um "novo partido" (F.Rosas). Trata-se em todo o caso do surgimento e afirmação de uma nova geração militante, não obstante o papel destacado que desempenham militantes já provados do período anterior. Nela ocupam um lugar importante, a níveis de responsabilidade e com graus de vinculação diversos, jovens intelectuais que já no final dos anos trinta tinham sido intervenientes activos no movimento neo-realista. São em muitos casos estes intelectuais a ponte para os contactos e a subsequente implantação em meio operário, que é conseguida (além das zonas tradicionais de implantação no Alentejo, periferia de Lisboa e margem Sul, sobretudo em zonas industriais do Norte do País).

A primeira fase da vida do PCP reorganizado desenvolve-se nas difíceis condições da II Guerra mundial e portanto em estreita identificação, sobretudo a partir da agressão alemã à URSS em 22 de Junho de 1941, com o combate mundial entre fascismo e antifascismo, entre reacção e democracia. A partir da decisiva viragem no sentido da evolução dos combates, em 1943, o Partido vai beneficiar, não só da sua condição de força mais organizada e activa na luta contra a ditadura, mas também do prestígio da URSS e da convicção crescentemente generalizada de que a vitória do campo democrático na Guerra será necessariamente o fim do salazarismo. Apesar dos golpes policiais novamente sofridos em 1942 (prisão de Militão Ribeiro, Fogaça, Pedro Soares, Pires Jorge e outros, assassínio do médico Ferreira Soares), em Novembro de 1943 o PCP consegue reunir clandestinamente no Monte Estoril o seu III Congresso (na época designado de primeiro, por falta de informação acerca dos realizados durante a I República). Nesta altura, o PCP era já uma força reestruturada, com um número de militantes que ultrapassava o milhar e era portanto superior a qualquer outro registado na sua existência ilegal, e com uma implantação nos meios operários que lhe permitiu ser actuante nas greves de Outubro-Novembro de 1942 e sobretudo impor-se como força dirigente nas grandes greves de Julho-Agosto de 1943. A sua organização assenta, pela primeira vez na história do Partido, num sólido núcleo de algumas dezenas de funcionários, e beneficia da unificação ideológica proporcionada pela divulgação do marxismo-leninismo.

O III Congresso é um momento importante na afirmação da capacidade política e da tendencial liderança de Álvaro Cunhal, que apresenta o principal relatório ("Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência"). Nele se estabelecem já as linhas essenciais de um programa e de uma concepção que governarão o PCP nos trinta anos seguintes: definição de um conjunto de objectivos políticos unificadores das forças anti-fascistas, desenvolvimento das lutas de massa na base de acções reivindicativas e do aproveitamento dos sindicatos nacionais, perspectiva do levantamento nacional com participação de uma parte das forças armadas. No Congresso é confirmado o Secretariado composto por Álvaro Cunhal, Manuel Guedes e José Gregório.

Data da época do III Congresso a formação, com representantes do PCP e de praticamente todas as forças de oposição à ditadura, do Conselho Nacional de Unidade Anti-Fascista, que depois se constitui em organismo dirigente do Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF).

As novas condições geradas com o final da guerra mundial e a esperança generalizada numa mudança política fazem surgir, em Outubro de 1945, por iniciativa de elementos da oposição burguesa liberal, o Movimento de Unidade Democrática (MUD), que recolhe um grande apoio popular para a sua reivindicação de eleições livres e temporariamente conquista uma legalidade de facto. No âmbito do MUD se organiza, pela primeira vez na história do Estado Novo, a participação da Oposição numa campanha eleitoral.

O período do final da Guerra assiste também à concretização da palavra de ordem do III Congresso no sentido do "assalto" aos sindicatos nacionais, com a generalização da actividade das "comissões de unidade" e a conquista pelo Partido de uma influência predominante num grande número de sindicatos.

É assim num contexto de optimismo e consolidação da sua organização e posições, não obstante os golpes novamente infligidos pela repressão (assassínio do membro do CC Alfredo Diniz, morte às mãos da polícia dos militantes António Almeida, Ferreira Marquês, Germano Vidigal), que o PCP reúne em 1946, na Lousã, o seu IV Congresso (II Ilegal). O Partido conta então o maior número de membros da sua história até então e o máximo registado sob a clandestinidade (que foi avaliado em "perto de sete

mil").O grupo dirigente acha-se reforçado pela libertação da maior parte dos presos do Tarrafal e o regresso de dirigentes como Militão Ribeiro, Fogaça, João Rodrigues e Pedro Soares. Isto não deixava aliás de suscitar um problema político,já que, no âmbito da Organização Comunista Prisional do Tarrafal (OCPT), fora elaborada uma plataforma própria, que passou à história com o nome de "política de transição". Parcialmente inspirada na experiência da passagem do fascismo à democracia em Itália e nas concepções do líder comunista americano Earl Browder, a "política de transição" preconizava uma acção tendente a favorecer a iniciativa liberalizadora de dissidentes do regime e um golpe militar, com renúncia à perspectiva do "levantamento nacional armado". O IV Congresso condena as teses da "transição" e confirma as orientações defendidas por Álvaro Cunhal, que nele apresenta não só o relatório político mas também o de organização. Na sequência da linha já defendida pelo III Congresso, consagra-se uma orientação tendente simultaneamente a obter a mais ampla convergência das forças de oposição ao Estado Novo e uma efectiva ruptura revolucionária em relação a este.

O IV Congresso elege um Secretariado composto por Álvaro Cunhal, José Gregório, Manuel Guedes e Militão Ribeiro.

Aspecto particular, mas de grande alcance, das resoluções do Congresso, é a decisão de extinguir a FJCP e de lançar os jovens quadros comunistas na organização do MUD Juvenil. Vindo na sequência lógica da orientação impressa desde 1935, sobretudo por Álvaro Cunhal, à própria FJCP como organização de massas da juventude, e da constatação no III Congresso da estreiteza e inoperância da Federação, a formação do MUD Juvenil permitiu potenciar o ambiente de unidade antifascista do pós-guerra combinando-o com a influência do ideal comunista na geração jovem. O MUDJ terá assim chegado a contar nas suas fileiras perto de vinte mil membros e nelas se formou uma geração de quadros comunistas que constituía, à data da revolução de 25 de Abril, parte muito importante do grupo dirigente do PCP.

O ambiente de unidade anti-fascista sofria já a erosão resultante dos inícios da guerra fria quando, em 1947-48, Álvaro Cunhal realiza uma longa viagem à União Soviética e outros países socialistas, durante a qual são, pela primeira vez desde 1938, efectivamente reatadas as relações com o movimento comunista internacional.

Último grande episódio da unidade antifascista do pós-guerra é, em 1949, a campanha eleitoral da candidatura à Presidência da República de Norton de Matos.

Os anos 50, sobretudo a sua primeira metade, são anos difíceis para o PCP. A rápida industrialização então verificada suscita processos de reestruturação e divisão da classe operária. O clima de guerra fria empurra os sectores mais conservadores da Oposição para um agressivo anti-comunismo. A repressão, que se agrava desde os fins dos anos 40, atinge em 1949 dois dos membros do Secretariado eleito no IV Congresso, Álvaro Cunhal e Militão Ribeiro. Este último morre na prisão em consequência de uma greve da fome. O ambiente do estalinismo reflectir-se-á no PCP numa sucessão de críticas, "autocríticas" e depurações. Elementos da Oposição liberal são hostilizados como cúmplices do regime salazarista. Embora a linha de unidade anti-fascista permaneça inalterável, o Movimento Nacional Democrático (MND), que em 1951 apoia a candidatura de Ruy Luís Gomes à Presidência da República, não consegue reconstituir a ampla aliança que se consubstanciara no MUNAF e no MUD. Também fundamentalmente inspirado pelo PCP, o Movimento Nacional de Defesa da Paz (MNDP) desenvolve campanhas contra a bomba atómica e contra a entrada de Portugal na NATO. A hegemonia anteriormente conquistada entre os intelectuais é nesta época afectada, não só pelo contexto geral de anti-comunismo, como em particular pelos reflexos do "jdanovismo" no PCP, que suscitou famosas, e vistas de hoje estereis, polémicas em torno da prioridade, na obra de arte, do "conteúdo" ou da "forma".

De registar entre as principais lutas sociais deste período os movimentos dos trabalhadores rurais do Alentejo por melhores salários, dirigidos pelo PCP. É no decurso de um destes movimentos que se dá, em 1954, o assassinato de Catarina Eufémia.

O impacto das transformações ocorridas na sociedade portuguesa ao longo dos anos 50 vai conjugar-se com a mudança das condições internacionais para determinar, a partir do meio da década, a entrada numa nova fase da vida do Partido. No primeiro aspecto, há a registar as consequências do intenso processo de concentração económica, industrialização e urbanização, com os seus reflexos na situação e comportamentos das classes médias; ligada a elas, a agudização das contradições internas do regime salazarista. No segundo aspecto, trata-se fundamentalmente da passagem do ambiente da

guerra fria aos princípios da "détente", a que no movimento comunista internacional correspondeu a "destalinização". Desde 1955 que, com a saída do País de José Gregório por motivo de doença, ascendera a uma posição de liderança intelectual e política de facto no Secretariado do PCP Júlio Fogaça, que entre 1948 e 1951 fora obrigado a uma série de "autocríticas", mas em 1952 voltara a integrar o Secretariado. A partir da VI Reunião Ampliada do CC, em 1955, é desenvolvida a crítica do sectarismo nas relações do Partido com as restantes componentes da Oposição e na atitude em relação à intelectualidade. O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, com a denúncia do "culto da personalidade" de Estaline e a teorização da via pacífica para o socialismo, virá também influenciar profundamente a política do PCP. O relatório político de Júlio Fogaça ao V Congresso do PCP, realizado no Estoril em 1957, desenvolve, inspirado naquelas teses, a ideia da "solução pacífica do problema político português". Essencialmente, o V Congresso, que pela primeira vez na história clandestina do Partido aprova um Programa e uns Estatutos, marca uma orientação baseada na constatação das contradições internas no seio do regime e tendente ao aprofundamento dessas contradições no sentido de propiciar o início de uma forma de abertura ou transição. É clara nesta orientação, a que já houve quem chamasse "uma forma de eurocomunismo *avant la lettre*" (D.L.Raby), a matriz da "política de transição" concebida no Tarrafal no fim da Guerra, mas para ela contribuiu também directamente a influência do Partido Comunista Espanhol, com o qual o PCP então mantinha estreitas relações. Nomeadamente, é posta de lado a perspectiva da insurreição antifascista, e a própria referência ao *fascismo* como sistema de poder escasseia nas resoluções do V Congresso. A ênfase é antes colocada na "clique salazarista", e desta concepção virá a derivar o projecto (copiado de iniciativa análoga do PCE), de uma "Jornada nacional pacífica pela demissão de Salazar e Santos Costa", que na prática não teve êxito.

Refira-se que no V Congresso foi eleito um novo Secretariado, composto por Fogaça, Octávio Pato, Pires Jorge e Sérgio Vilarigues. É ainda o V Congresso que - pela primeira vez entre todas as forças políticas portuguesas - formula o reconhecimento do direito dos povos das colónias à independência imediata e completa.

A política da "solução pacífica" colhia inegavelmente aspectos importantes do "espírito do tempo", como pouco depois do V Congresso os acontecimentos ligados às

eleições presidenciais de 1958 mostrarão. Primeiro a dissensão entre Salazar e Craveiro Lopes, depois a emergência a partir das próprias fileiras do regime da "candidatura independente" do general Humberto Delgado, revelarão a profundidade das contradições que o atravessam. A amplitude de apoios obtidos por Humberto Delgado e o impacto popular da sua candidatura revelam uma arrumação de forças, ao mesmo tempo que a profundidade de uma exigência de mudança, que as candidaturas inicialmente apoiadas pelo PCP (primeiro a de Cunha Leal, que não chegou a avançar, depois a de Arlindo Vicente), reflectiam mal. O "pacto de Cacilhas", com a fusão das candidaturas de Vicente e Delgado e a união de toda a Oposição em torno do general, significará o reconhecimento disso mesmo.

Se a repercussão obtida pela candidatura Delgado e o desenvolvimento da luta política que gerou confirmavam o potencial explosivo de certas divisões internas do regime, a decisão mostrada por Salazar e os seus apoiantes na defesa intransigente do Estado Novo e na repressão que sucedeu às eleições mostravam a improbabilidade de uma "solução pacífica". Os amplos movimentos de greve política, em larga medida espontâneos, de protesto contra os resultados eleitorais, evidenciavam a amplitude de uma disposição combativa, ao mesmo tempo que a incapacidade do PCP (de resto diminuído pela intensa repressão que o atinge) para a dirigir. Ainda em 1959, a "revolta da Sé", que o PCP apoia sem nela ter voz activa, confirma a persistência de um potencial de rebelião nas Forças Armadas e a entrada em cena de uma nova geração antisalazarista, em que é relevante a presença católica.

Neste contexto, a espectacular evasão da cadeia de Peniche, em 3 de Janeiro de 1960, de Álvaro Cunhal e outros nove membros do Comité Central, vai revelar-se, a vários títulos, um acontecimento de importância histórica, porque marca o início de uma década decisiva para os destinos do regime e também do PCP.

A fuga de Peniche - seguida, em Dezembro de 1961, de outra não menos espectacular fuga do forte de Caxias no carro blindado de Salazar - permite desde logo uma renovação e alargamento do grupo dirigente do Partido. Neste grupo dirigente é incontestável a preeminência e o prestígio ímpar de Cunhal, que em Março de 1961 é eleito secretário-geral, ao mesmo tempo que um novo Programa substitui o do V Congresso. Mas o regresso de Álvaro Cunhal significa também o regresso à política do

"levantamento nacional antifascista" e a afirmação na prática de uma posição hegemónica do PCP na luta contra a ditadura. O processo de reorientação política é iniciado logo após a fuga de Peniche e tem simultaneamente como objecto a estratégia, as questões de organização e os problemas da defesa do Partido. Em Agosto de 1960 Fogaça foi preso. Com a prisão e a sua ulterior expulsão do Partido, saía de cena o inspirador de uma estratégia alternativa à linha do "levantamento nacional".

A ênfase que a nova política punha na iniciativa autónoma do Partido, na sua característica de organizador das lutas de massas, no papel destas como preparação da futura insurreição e no fortalecimento e alargamento da própria organização partidária como condição do desempenho da sua função dirigente, pareciam adequar-se bem à nova situação em que o País entrara com a década de 60. O desenvolvimento e concentração industrial registados desde a década anterior permitiram o alargamento e consolidação da influência partidária, em particular na decisiva cintura industrial de Lisboa e margem Sul. O crescimento do sistema de ensino, apesar de todos os seus limites, propiciou o advento de uma nova geração estudantil, que reflecte intensamente a crise generalizada em que haviam entrado as classes médias nas suas relações com o regime, e proporcionará ao PCP um vasto campo de recrutamento e influência. Também os sectores intelectuais, onde se reflecte a retoma de influência que, a nível internacional, o marxismo regista no campo cultural, bem como o desenvolvimento de novas correntes católicas em diálogo activo com o marxismo e que Vaticano II legitima, são agora - superados em larga medida os problemas do período "jdanovista" - renovadamente receptivos à influência comunista.

O início em Janeiro de 1961 da guerra em Angola, ulteriormente a generalização da guerra nas colónias, vão impor um novo quadro interno e internacional à existência do regime, isolá-lo e crispá-lo sobre si próprio, e imprimir uma nova dinâmica às lutas políticas e sociais em Portugal. O ano de 1962 é neste aspecto particularmente rico. Iniciando-se com a revolta de Beja, em que terão participado alguns militantes comunistas à revelia do Partido, registou ainda importantes manifestações de massas, nomeadamente por ocasião das datas de 31 de Janeiro e de 1 e 8 de Maio. É ainda em 1962 que as grandes movimentações e greves dos trabalhadores do Alentejo, dirigidas pelo PCP, obtêm o dia de trabalho de 8 horas. Além disso, este ano assiste à emergência

de um consistente movimento estudantil que se impõe como um dos factores políticos de maior impacto público na luta contra o regime e constitui um dos terrenos privilegiados de implantação do PCP.

Embora os anos seguintes não tenham conhecido movimentações tão importantes, e de novo o Partido seja fortemente atingido pela repressão (já em Dezembro de 1961 fora assassinado Dias Coelho e até 1963 são presos vários importantes dirigentes), a estabilidade de direcção e a capacidade de iniciativa adquiridas marcarão a história portuguesa dos anos seguintes. Em 1963 é constituída, no estrangeiro, a Frente Patriótica de Libertação Nacional, de que virão a fazer parte, além do PCP, novos grupos oposicionistas recentemente surgidos, como o Movimento de Acção Revolucionária (MAR), com Jorge Sampaio e outros jovens intelectuais, e a Acção Socialista Portuguesa (ASP) de Mário Soares. Entre Janeiro e Outubro de 1964 a FPLN é presidida por Humberto Delgado.

A radicalização das lutas registada no princípio dos anos 60 e a exasperação repressiva do regime, a evolução do ambiente internacional e o prestígio adquirido pelas recentes experiências revolucionárias de Cuba e de vários movimentos anti-coloniais, finalmente a difusão das teses chinesas de crítica à política soviética de coexistência pacífica, levam à emergência no PCP, a partir de 1963, de uma corrente "pró-chinesa", que no ano seguinte promove uma cisão e dá origem ao "Comité Marxista-Leninista Português" e à "Frente de Acção Popular". Embora no imediato com reduzido impacto social e organizativo, esta cisão seria o princípio da génese de uma multiplicidade de correntes "esquerdistas", reclamando-se diversamente do marxismo-leninismo, que viriam a ganhar grande influência nos meios estudantis e começariam a eroder a posição hegemónica que o PCP detinha na intelectualidade. Por outro lado, a crítica "esquerdista" à política do Partido (no domínio das alianças de classe e políticas, das etapas da revolução, da utilização das formas legais de acção, da combinação entre meios pacíficos e violentos), será oportunidade de um aprofundamento da concepção estratégica do Partido. Esta é sistematizada, em 1964, por Álvaro Cunhal no relatório *Rumo à Vitória*, que definitivamente consolida o seu estatuto não só de dirigente político, mas de teórico do projecto revolucionário para Portugal. A considerável capacidade previsional, e decorrente influência, dessa obra, é evidenciada pelo facto, confirmado por um sociólogo

insuspeito, de que "o seu programa de 1964 para uma 'revolução democrática e nacional' foi virtualmente realizado, dez anos depois, pela 'revolução de Abril'." (M. Villaverde Cabral). Este programa foi oficializado, no ano seguinte, com a realização do VI Congresso (último na clandestinidade, realizado em Kiev), que também adoptou novos Estatutos para o Partido. O Secretariado confirmado neste congresso era composto por Álvaro Cunhal, Manuel Rodrigues da Silva e Sérgio Vilarigues.

O reforço organizativo conseguido na sequência do VI Congresso permite que, com o desaparecimento de Salazar e o início da "primavera marcelista", o PCP se revele como a força mais capaz de utilizar as novas possibilidades de acção que então se oferecem, nomeadamente no plano sindical. O novo ciclo de lutas iniciado em 1967 (Carris, ferroviários, pescadores, portuários, estudantes) aprofunda-se nos anos seguintes e desembocará na conquista de muitas direcções sindicais, abrindo caminho à formação, em 1970, da Intersindical. Um outro terreno de acção que no período marcelista crescerá em importância é o eleitoral. Em 1969, e de novo em 1973, o PCP anima a formação das CDE, que ganham um estatuto semi-legal e cuja acção consegue prolongar-se para além dos períodos eleitorais.

O fim dos anos 60 e os primeiros anos 70 são um período de acesa polémica ideológica e conflitualidade política entre as próprias forças de Oposição. Ao mesmo tempo que é o principal objecto do fogo dos vários movimentos "esquerdistas" (com incidência numa nova cisão da própria FPLN), o PCP defronta-se com o renascer das esperanças numa "abertura" ou "transição" do regime, em relação à qual, nos primeiros tempos do marcelismo, a Oposição socialista e moderada, de que Mário Soares é agora a figura mais representativa, procurava colocar-se como interlocutor privilegiado. Perante isto o PCP insiste na inalterada característica fascista do poder de Estado e na necessidade da ruptura revolucionária em relação a ele como condição da mudança para a democracia. A luta contra a guerra colonial, que cada vez mais se configurava como o ponto nodal das contradições sociais e políticas, constitui um dos principais focos da actuação do Partido e é o objecto directo das iniciativas levadas a cabo pela Acção Revolucionária Armada (ARA).

O Movimento das Forças Armadas que, em 25 de Abril de 1974, pôs termo ao Estado Novo, não parece ter sido directamente influenciado pelo PCP. A hipótese de

"insurreição nacional antifascista" não se realizou. Porém, a influência adquirida pelo PCP na sociedade portuguesa ao longo de décadas, a persistente política de alianças que estruturou uma cultura do antifascismo, a insistência na necessidade da ruptura revolucionária, além da superioridade organizativa, explicam não só a rápida transformação do movimento militar em movimento popular como o facto de, uma vez iniciada a dinâmica de um processo revolucionário, as suas realizações virem a coincidir, em aspectos essenciais, com o que eram, de há muito, as propostas do PCP.

BIBLIOGRAFIA

Cabral, Manuel Villaverde, "The Portuguese Communist Party: the weight of fifty years of history", in Howard Machin (Ed.), *National Communism in Western Europe: a third way to socialism?*, London and New York, 1983.

"Cinquenta Anos de Vida do Partido Comunista", *Avante!* nº2, de 24.5.1974.

Costa, Ramiro da, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*, 2 vols., Lisboa, 1979.

Cunhal, Álvaro, *Duas Intervenções Numa Reunião de Quadros*, Lisboa, 1996.

Gonçalves, Bento, "Duas Palavras", in *Os Comunistas. Bento Gonçalves*, Porto, 1976.

Madeira, João, *Os "Engenheiros de Almas". Os Intelectuais e o Partido Comunista (dos anos trinta a inícios de sessenta)*, tese de mestrado, FCSH da UNL, Lisboa, 1994.

Raby, Dawn Linda, *A Resistência Antifascista em Portugal 1941/74*, Lisboa, 1988.

Rosas, Fernando, *O Estado Novo*, vol.VII da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, Lisboa, 1994.

Rodrigues, Francisco Martins, *Elementos para a História do Movimento Operário e do Partido Comunista em Portugal*, Lisboa, 1975.

60 Anos de Luta ao Serviço do Povo e da Pátria, Lisboa, 1982.

IV.3. O PCP e a República

Desde a primeira metade do século XIX, a afirmação do movimento operário na Europa dá-se a partir da apropriação e reivindicação da universalidade dos direitos proclamados pela Revolução Francesa, em geral património comum das ideias e movimentos republicanos. Daí mesmo derivam as conhecidas declarações do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels (1848), segundo o qual o primeiro passo na revolução operária é “a conquista da democracia pela luta” e “por toda a parte os comunistas trabalham na ligação e entendimento dos partidos democráticos de todos os países”. A ideia democrática identificava-se, na Europa de meados do século XIX, com a República, como aliás derivava da tradição jacobina. No período da II Internacional, a reivindicação republicana foi em alguns partidos socialistas, como é o caso da social-democracia alemã, secundarizada ou esquecida. Noutros porém, como em França com Jaurès, a defesa da República e a ideia de que o socialismo representava a extensão às condições materiais do princípio republicano de igualdade dos cidadãos foram coordenadas essenciais. Em geral foram as esquerdas socialistas que mais valorizaram o combate republicano, como aconteceu com Rosa Luxemburg na Alemanha e com Lenine na Rússia. Este dedicou mesmo um artigo ao regicídio de 1908 em Portugal, afirmando a simpatia do socialismo internacional para com os republicanos portugueses. No Partido Socialista Português a questão da República foi uma das que separaram os moderados “possibilistas” da esquerda socialista, fazendo a última em diversos momentos causa comum com o movimento republicano.

A revolução republicana em Portugal é indissociável do vasto processo de intensificação da conflitualidade social que atravessa vários países europeus e extra-europeus desde o princípio do século XX. O movimento operário é assim um dos grandes protagonistas nas origens da revolução e a sua presença na cena social não se atenua após o 5 de Outubro, registando pelo contrário uma intensificação. O facto de este período ter sido caracterizado por um declínio relativo da influência do Partido Socialista, em benefício do sindicalismo revolucionário de inspiração anarquista, determinou que a luta política e doutrinária ligada à cisão da II Internacional em 1914 e às origens da Internacional

Comunista (IC) não tivesse em Portugal no imediato repercussão significativa. No entanto, como em toda a Europa, a revolução russa de 1917 e a tomada bolchevique do poder tiveram impacto, tanto mais quanto coincidiam temporalmente com a exasperação das condições económicas e da crise social e política que esteve na origem da ditadura de Sidónio Pais.

A restauração da República, após o sidonismo e a “Monarquia do Norte”, foi em boa medida fruto da participação operária na luta contra a tentativa ditatorial e monárquica. 1919 é por isso, como em toda a Europa, um ano de intensa mobilização e expectativas revolucionárias. Nasce naquele ano, por iniciativa de um grupo de militantes sindicalistas revolucionários, a Federação Maximalista Portuguesa (FMP), com o objectivo de divulgar a ideia soviética e preparar a formação dos organismos que constituiriam a base política da revolução socialista. É sobretudo através da FMP e do seu jornal *Bandeira Vermelha* que se desenvolve, ao longo do ano seguinte, a propaganda para a realização de um “congresso comunista” tendente à criação do Partido Comunista Português. Congresso comunista e Partido são apresentados como meios da realização da “frente única” dos revolucionários contra a “frente única” burguesa, que com crescente violência reagia às conquistas sociais do imediato pós-guerra. A breve trecho se verifica que essa reacção não se circunscreve à acção das organizações patronais e às perseguições anti-sindicalistas, mas envolve o regime político existente. O PCP afirma assim a sua simpatia pelo programa dos radicais republicanos que ascendem ao poder na sequência do golpe de 19 de Outubro de 1921 e encontra-se na primeira linha da denúncia das manobras que acabarão por conduzir à sua queda. No período 1923-25, sob a liderança de Carlos Rates e em sintonia com as teses da “frente única” da IC, o PCP desenvolve toda uma teorização, inspirada na história da revolução russa, sobre as possibilidades de conversão da vitória das esquerdas republicanas na preparação dum ulterior tomada comunista do poder, no quadro dum revolução internacional que a IC continua a considerar como possível. Participa assim, em 1924/25, ao lado de organizações como a Maçonaria e dos radicais republicanos, nas manifestações contra a alta do custo de vida e contra a ameaça de ditadura. Apoiava em particular a acção do governo da Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos contra a União dos Interesses Económicos e, após a queda

daquele, integra uma lista de coligação com o Partido Republicano da Esquerda Democrática nas eleições de Novembro de 1925.

Em 29 de Maio de 1926, no momento em que triunfava em Lisboa o golpe militar que pôs fim à I República, o PCP encontrava-se reunido no seu II Congresso e denuncia o golpe como tendente à introdução de um regime fascista. Após o congresso, chegam a ser iniciados contactos, sem resultado prático, para uma acção conjunta com a CGT e com a Esquerda Democrática. No período subsequente ao 28 de Maio, o partido vive uma situação de crise profunda, parte da crise geral do movimento operário. O republicanismo permanece no entanto vivo entre as camadas populares e nas vanguardas operárias. Apesar da ausência de directivas organizadas, militantes comunistas participam nos combates armados por ocasião das revoltas republicanas de 3/7 de Fevereiro de 1927, de 20 de Julho de 1928 e de 26 de Agosto de 1931. Celebrações republicanas, como o funeral de Magalhães Lima em 1928 ou a manifestação de 4 de Outubro de 1930, registam a presença de *slogans* e bandeiras comunistas.

A reorganização do PCP em 1929, inserida na política *classe contra classe* definida pelo VI Congresso da IC no ano anterior, assentou numa exigência de afirmação de autonomia da classe operária, levando à recusa de contacto formal com os grupos do *revirinho* republicano. No entanto, desenvolve-se neste período um conjunto de organizações periféricas - Federação da Juventude Comunista Portuguesa (FJCP), Comissão Inter-Sindical (CIS), Secção Portuguesa do Socorro Vermelho Internacional (SVI) - que de facto mantêm o contacto com o universo diversificado dos anti-fascistas. A constituição em 1934 da Liga Portuguesa contra a Guerra e contra o Fascismo (LCGCF) e, posteriormente, do Bloco Académico Anti-Fascista marcam a transição para um relacionamento mais formal. De facto, o movimento operário de 18 de Janeiro de 1934, com a participação de comunistas, anarquistas e alguns socialistas, esteve associado a expectativas de acção do *revirinho* e envolveu contactos nesse âmbito. A partir dessa época, sob o impulso de Bento Gonçalves e correspondendo à evolução da política da IC após a chegada de Hitler ao poder, o PCP procura uma redefinição de objectivos relacionada com a equação de fases e etapas da revolução. Neste quadro, a relação com o republicanismo burguês volta a ser possível. Apesar da consolidação do *Estado Novo*, da violência da repressão e mesmo, no final da década, de uma situação de crise

organizativa, na segunda metade dos anos 30 são lançadas as bases duma relação orgânica e ideológica profundamente renovada do PCP com a tradição republicana. Delas são manifestações o lançamento da Frente Popular Portuguesa – cujo Comité de Acção, no exílio em Paris, foi sucessivamente presidido por Afonso Costa e Bernardino Machado - e o nascimento do movimento neo-realista, em cujas origens se situam iniciativas culturais com a proclamada intenção de “republicanizar a República”. Muitos dos jovens dinamizadores do *neo-realismo* provêm de meios familiares da burguesia republicana ou tinham estado directamente ligados, através da movimentação estudantil, à resistência à ditadura no princípio da década. Em paralelo, a elaboração pelo PCP da política de Frente Popular e de unidade anti-fascista apontava para o enraizamento na acção de massas através da política sindical e associativa, em que desempenharam papel de relevo colectividades populares vinculadas à tradição republicana.

O grande desenvolvimento do movimento anti-fascista em Portugal nos anos da II Guerra mundial articulou a reorganização e reimplantação do PCP com a consolidação de relações orgânicas deste com as oposições burguesas vulgarmente conhecidas como *republicanos* (na maior parte aliás directamente derivadas, na sua origem, das correntes partidárias da I República), em organizações como o Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF) e o Movimento de Unidade Democrática (MUD). Desde estes anos o PCP foi muito claro em afirmar que o objectivo da revolução democrática não podia ser o “regresso ao 5 de Outubro”, tanto como no enunciado das condições fundamentais para uma efectiva ruptura com o regime salazarista: a criação dum governo provisório que garantisse as liberdades políticas e a realização de eleições, a satisfação das exigências económicas básicas das populações e o desmantelamento do aparelho do *Estado Novo*, nomeadamente da máquina repressiva e da organização corporativa. Deveu-se em parte decisiva à acção do PCP a mobilização popular destes anos, nomeadamente, em 1949, em torno da campanha presidencial do general Norton de Matos, cujo passado como figura política de relevo na I República era bem conhecido. Já em 1946, nascera por iniciativa do PCP (que no seu IV Congresso decide extinguir a FJCP) o MUD Juvenil, cuja acção se prolongou por uma década e que organicamente ligou a temática democrático-republicana da sua génese à crescente influência ideológica do marxismo na nova geração, com enorme repercussão a longo prazo.

Ainda na segunda metade da década de 40, a questão da República foi objecto de atenção da imprensa comunista a propósito da hipótese de restauração monárquica, que no pós-guerra foi equacionada em círculos do regime. Sublinhando que “o regime actual não é o dos republicanos”, em 1946 o *Avante!* caracterizava a hipótese de restauração monárquica como “um perigo”, pela natureza extremamente reaccionária das correntes que no seio do *Estado Novo* a propunham. No entanto, considerando que o verdadeiro problema político não se reduzia ao formalismo institucional, o PCP pronunciou-se sempre pela colaboração e aceitação nos organismos de unidade democrática dos monárquicos anti-fascistas.

A primeira metade dos anos 50 registou, no contexto da guerra fria e da agudização da repressão, uma quebra no relacionamento entre o PCP e as correntes do republicanismo histórico, que não é alheia ao enfraquecimento da dinâmica da Oposição. A segunda metade da década vai no entanto conhecer um momento alto dessa dinâmica, de que é facto mais emblemático o *fenómeno Delgado*. Para além dos factores pessoais e das divisões internas do regime salazarista que o potenciaram, vale a pena notar que, a precedê-lo, encontramos de novo a iniciativa do PCP em relação às correntes republicanas e na valorização política da própria ideia de República – apta, nesta fase, tanto a unir os anti-fascistas como a dividir os partidários do salazarismo. O *Avante!* desenvolve larga propaganda das comemorações do 5 de Outubro e – em 1955, trinta anos depois da queda do governo “canhoto” presidido por José Domingues dos Santos – dá relevo ao discurso do velho líder da Esquerda Democrática nessas comemorações. Por iniciativa do médico Mário Sacramento, destacado intelectual comunista, realiza-se em 1957 o Congresso Republicano de Aveiro, que se constituiu em fórum de debate das ideias da Oposição e obteve uma participação diversificada, incluindo figuras da I República ideologicamente muito distantes do PCP. Algumas das propostas programáticas avançadas no congresso por intelectuais comunistas, como Armando Castro e Flausino Torres, influenciaram a redacção dos programas eleitorais da Oposição nas “eleições” para a Assembleia Nacional e contribuíram para a difusão entre os anti-fascistas da política anti-monopolista do PCP. O congresso de Aveiro de 1957 ficaria na História como o primeiro de uma série de três, sempre realizados na mesma cidade – o segundo em 1969, aproveitando as condições da “primavera marcelista”, o terceiro em

1973, já com directa influência nas condições que geraram o 25 de Abril. A história dos três Congressos republicanos (o último com o nome de Congresso da Oposição Democrática) revela uma crescente influência das ideias e das propostas do PCP e do pensamento de esquerda em geral e é um documento representativo da transformação ideológica da Oposição nesses anos. Tendo contribuído para a criação do ambiente em que se desenvolveu o grande movimento em torno de Delgado, entretanto o Partido revelou-se politicamente mal preparado para o conduzir. Embora a candidatura do general, em 1958, evidenciasse o desenvolvimento de contradições internas do regime que um ano antes o V Congresso do PCP sublinhara, o PCP manteve inicialmente uma marcada distanciação perante ela, procurando promover a candidatura do republicano conservador Cunha Leal, quando o grosso do campo republicano estava já comprometido no apoio a Delgado (inicialmente desvalorizado pelos comunistas como “general Coca-cola”, em virtude das suas relações americanas). Apoiou depois a candidatura do advogado Arlindo Vicente, que finalmente veio a desistir em favor de Delgado.

Os anos 60 são um período de grandes mudanças políticas e culturais em que avulta a descolonização africana e, para Portugal, a guerra colonial em três frentes. A ideologia republicana e a própria referência à I República, como contraponto à ditadura, tendem a perder significado, à medida que desaparece a maior parte das figuras políticas e intelectuais que faziam a ligação histórica com essa experiência e algumas das que sobrevivem tomam uma posição ambígua ou até de identificação com o governo perante o problema colonial. Com a superação do período agudo da guerra fria, e apesar das crises que abalam o universo comunista na sequência do XX Congresso do PCUS, expande-se a influência das ideias socialistas e do marxismo. Em Portugal, novas gerações de activistas no campo da esquerda reflectem esta evolução. Em 1964, um grupo em torno de Mário Soares cria a Acção Socialista Portuguesa (ASP), com vista à formação de um Partido Socialista, o que vem a acontecer em 1973. Anteriormente, a partir de um núcleo de jovens intelectuais, surgira o Movimento de Acção Revolucionária (MAR). O movimento estudantil, em desenvolvimento desde o final da década anterior, torna-se um protagonista de grande impacto. Na sequência do movimento gerado pelas eleições de 1958, desenvolvem-se tendências para a acção armada (“revolta da Sé” em 1959, assalto ao *Santa Maria* em 1961, revolta de Beja em 1962). Na base do capital de

influência adquirido, Humberto Delgado, no exílio, é também um novo factor no panorama das actividades tendentes ao derrube da ditadura.

A fuga da prisão de Álvaro Cunhal e outros nove dirigentes partidários, em Janeiro de 1960, marca o início de uma nova fase da história do PCP, numa situação que à partida não era fácil. A violência da repressão continuava a fazer-se sentir em pleno e a moderação da política de “solução pacífica do problema português” parecia desfasada de uma conjuntura que crescentemente se desenhava como de crise nacional. Neste contexto, a renovação do grupo dirigente e a afirmação da liderança de Álvaro Cunhal, eleito secretário-geral em 1961, são importantes porque envolvem simultaneamente o reforço e alargamento da organização e as questões de estratégia. O relatório de Álvaro Cunhal, *Rumo à Vitória*, que esteve na origem do novo programa adoptado no VI Congresso do PCP (1965), situando-se na linha de propostas desenvolvidas desde 1943, actualizava e aprofundava a análise das forças sociais e políticas capazes de contribuir para o derrube do regime e definia sinteticamente em oito pontos as mudanças a realizar pela *revolução democrática e nacional*: “destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático; liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral; realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha; elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; democratizar a instrução e a cultura; libertar Portugal do imperialismo; reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência; seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.”

Este programa contribuiu assim concretamente para a credibilização e divulgação de um projecto coerente de mudança social e política, que tocou círculos muito para além da directa influência do PCP. A radicalização e mobilização dos sectores católicos progressistas e da própria corrente socialista em torno de Mário Soares, herdeira directa da tradição republicana burguesa, reflecte em parte essa situação. Em 1973, num encontro em Paris entre os secretários-gerais do PCP e do recém-formado PS, é decidida a participação conjunta nas eleições para a Assembleia Nacional. Apesar do fracasso da Frente Patriótica de Libertação Nacional, constituída em 1962 e sediada em Argel, e de nunca ter sido possível reorganizar formas de aliança orgânica dos democratas semelhantes ao que haviam sido o MUNAF e o MUD, a convergência em múltiplas

acções e a divulgação de um senso comum favorável ao socialismo contribuíram decisivamente para a emergência do 25 de Abril e para o desenvolvimento revolucionário que se lhe seguiu. Deve ser referido neste contexto o impulso registado pelo movimento sindical no período marcelista. Culminando um persistente trabalho de décadas do PCP no seio dos sindicatos nacionais, em 1970 é criada a Intersindical Nacional (origem da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, CGTP), que apesar das perseguições impõe uma semi-legalidade de facto e contribui para o importante movimento de greves que então se desenvolve.

Data ainda dos anos 60 a formação de uma série de novos agrupamentos políticos no campo da “extrema-esquerda” que se reclamavam ideologicamente do comunismo e derivaram em parte de cisões no PCP. A maior parte desses grupos referiam-se às posições da China e da Albânia no conflito sino-soviético e ao pensamento maoísta. Foi nomeadamente o caso do Comité Marxista-Leninista Português (CMLP) e da Frente de Acção Popular (FAP), derivados de uma pequena cisão no PCP em 1964. Já na viragem da década, surgiria a partir do movimento estudantil o mais espectacular destes grupos, o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP). O trotskismo nunca teve em Portugal importância relevante, embora desse origem na década de 70 à Liga Comunista Internacionalista (LCI). Menos conotadas ideologicamente, já antes haviam surgido duas organizações de acção armada, o Partido Revolucionário do Proletariado (PRP) com as suas Brigadas Revolucionárias (BR) e a Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR). Pode admitir-se que o aparecimento destas organizações tenha influído na decisão do PCP de criar a Acção Revolucionária Armada (ARA), que entre 1970 e 1972 levou a cabo acções de sabotagem contra instalações e equipamentos militares ligados à guerra colonial.

Embora a realização operacional da revolução de 25 de Abril de 1974 tenha sido obra de um movimento exclusivamente militar, o PCP interpretou-a desde o primeiro momento como fruto do desenvolvimento das lutas populares e das camadas intermédias contra o domínio monopolista e latifundiário representado pelo regime ditatorial e, nesse sentido, como início da revolução democrática e nacional prevista no seu programa. A sequência dos acontecimentos no período de ano e meio que se seguiu ao 25 de Abril confirmou, pelo menos em parte, esta interpretação, o que explica que o Partido se tenha revelado, ao

longo do que veio a ser conhecido como *processo revolucionário em curso* (PREC), como a força mais capaz de prever tendências de evolução e avançar propostas capazes de recolher amplo apoio não só entre as suas bases sociais tradicionais, como no Movimento das Forças Armadas (MFA). Entre o Verão de 1974 e 11 de Março de 1975, sucessivas tentativas de reacção dos grupos sociais privilegiados, com apoio da direita política e do primeiro presidente da República, general Spínola (que na sequência do 28 de Setembro se viu forçado à resignação), desencadeiam mudanças de governo no sentido de um maior peso da esquerda e a formação de um Conselho da Revolução militar, que adopta a “opção socialista”. Ao mesmo tempo, consolida-se o movimento popular, através do desenvolvimento dos sindicatos e de múltiplas comissões de trabalhadores, de moradores, etc. O Conselho da Revolução decide a nacionalização da banca e dos seguros, arrastando a das principais empresas industriais, ao mesmo tempo que avança a reforma agrária. No dia do primeiro aniversário do 25 de Abril, realizavam-se eleições para a Assembleia Constituinte. No curto espaço de um ano, achavam-se assim realizados ou em vias de concretização todos os objectivos definidos nos 8 pontos do projecto de “revolução democrática e nacional”, à excepção da “libertação de Portugal do imperialismo” (as empresas estrangeiras não foram atingidas pelas medidas de nacionalização).

Embora o resultado alcançado pelo PCP nas eleições para a Assembleia Constituinte (12,5%) o colocasse a larga distância do Partido Socialista, vencedor das eleições, a força do movimento social e o ambiente ideológico dominante (expresso no próprio programa do PS) reflectiram-se na Constituição que entrou em vigor a 25 de Abril de 1976, e que hoje se mantém, ao cabo de sete revisões, como a Constituição da República Portuguesa. Até à segunda revisão, que teve lugar em 1989, o texto da Constituição coincidia com aspectos essenciais do programa da revolução democrática e nacional, ao consagrar e considerar irreversíveis a reforma agrária, as nacionalizações, o controle operário, o objectivo do socialismo, a par da institucionalização do Estado democrático pluralista e de formas de democracia directa. Pode portanto considerar-se que o PCP e o seu programa tiveram um papel relevante, ou até hegemónico, no renascimento da República com a revolução de 25 de Abril, a que a Constituição deu forma jurídica.

No entanto, os resultados eleitorais alcançados pelo PCP (12,5% nas eleições de 1975 para a Constituinte, 14,6% nas legislativas de 1976, 19% nas de 1979, o seu máximo histórico em eleições parlamentares) mostravam que o Partido Comunista não constituía base política suficiente para a transformação histórica que a revolução democrática e nacional implicava. O PCP considerou portanto sempre necessária uma convergência de forças democráticas. Até ao Verão de 1975, essa convergência teve expressão na “aliança povo-MFA” e na acção dos governos de coligação presididos pelo general Vasco Gonçalves, simpatizante do Partido. Com a resolução definitiva do problema colonial e a acentuação de divisões no seio do MFA, esgotara-se porém o potencial revolucionário dos militares. Por outro lado, o radicalismo dos grupos da extrema-esquerda, com influência em sectores e responsáveis militares, perturbava e dificultava a realização dos compromissos que seriam necessários à sustentação da “aliança povo-MFA”. No mesmo sentido, apesar da hostilidade ao “esquerdismo”, pesou a persistência entre as bases e os simpatizantes do PCP (inclusive entre os militares) de uma cultura sectária, na continuidade da tradição anarco-sindicalista da sua origem. Sobretudo, foi decisiva a orientação do Partido Socialista de Mário Soares, que a partir do Verão de 1975 desenvolve uma intensa campanha nacional e internacional contra as transformações de carácter socialista. A relação de forças na sociedade e nas Forças Armadas inverte-se. Em 25 de Novembro de 1975, o confronto entre as forças de esquerda, de um lado, e as do centro e da direita do outro, embora superado pacificamente, saldou-se por uma derrota das primeiras e uma alteração decisiva da hegemonia no terreno militar. O PCP não considerou porém a nova situação como o fim da revolução democrática e nacional. Apoiando-se na referência à Constituição, reclamou do PS uma inversão de política capaz de a traduzir em realidade e apontou, após as eleições de 1983, para a existência no Parlamento de uma “maioria de esquerda”. Verificada a inviabilidade de tal inversão, apoiou em 1985 a formação do Partido Renovador Democrático, em torno do Presidente Eanes, e foi no ano seguinte, juntamente com o PRD, a principal base partidária da candidatura do socialista Salgado Zenha à Presidência da República, que é no entanto derrotada à primeira volta (20,6% dos votos).

A partir de então, toda a evolução do quadro político mundial e nacional se desenvolve num sentido adverso à proposta do PCP e também à concepção de República plasmada na

Constituição. 1986 é o ano de entrada de Portugal na CEE, cujas implicações de liberalização económica servirão para fundamentar o desmantelamento dos dispositivos constitucionais de natureza socializante. Os ventos neo-liberais desencadeados desde o fim dos anos 70 na economia e na política mundial geram um contexto ideológico conservador e profundamente hostil a todas as concepções socialistas. Na transição para a década de 90, o fim do bloco socialista do leste europeu e o desaparecimento da URSS são um brutal abalo sísmico. O PCP procura adaptar-se à nova situação. Em 1988, adopta um novo Programa, em que dá por encerrada a revolução iniciada em 25 de Abril de 1974, vista como “revolução inacabada”. O projecto de revolução democrática e nacional dá lugar ao da “democracia avançada no limiar do século XXI”. Dá-se então também uma substancial renovação dos quadros dirigentes, que culmina no XIV Congresso, em 1992, com a substituição de Álvaro Cunhal no cargo de secretário-geral. No XIII congresso (extraordinário), em Maio de 1990, o Partido procedera pela primeira vez oficialmente a uma análise crítica da experiência do “socialismo real”¹.

O programa da “democracia avançada no limiar do século XXI” é um longo documento, que junta às definições ideológicas um detalhado programa de governo. É, de entre os programas partidários, aquele que mais extensivamente coincide com a Constituição em vigor, desde logo por definir a democracia como inseparavelmente política, económica, social e cultural. A própria concepção da democracia económica como economia mista, baseada na diversidade de sectores (público, privado, cooperativo) é conforme a Constituição, tal como acontece com o relevo atribuído à “democracia cultural” e suas implicações para o ensino e formação. O programa coincide ainda com a Constituição na maneira como enfatiza a manutenção da soberania nacional no quadro da pertença à União Europeia e da globalização.

Sendo certo que, na história de Portugal no século XX, o *Estado Novo* salazarista manteve a forma republicana (no sentido em que o Chefe de Estado não era hereditário), a República como democracia implica “uma unidade colectiva de indivíduos que se *autodetermina* politicamente através da criação e manutenção de instituições políticas próprias assentes na decisão e participação dos cidadãos no governo dos mesmos” (Gomes Canotilho). Assim, a irrevogabilidade da forma republicana de governo (limite

1

material de qualquer revisão constitucional) implica igualmente a de outros fundamentos da República, como o sistema eleitoral proporcional e, mais amplamente, a realização da democracia económica, social e cultural (artº 2º da CRP).

Estes princípios, e portanto a existência da República, estão hoje postos em causa. Embora o activismo monárquico, abertamente contrário à forma republicana do Estado, tenha muito menor expressão do que nos anos da crise da I República, não deixa de ser significativo o protagonismo de alguns dos seus representantes na defesa de uma revisão que abrangeria uma grande parte das normas constitucionais, contestando tanto os princípios do Estado social como o do equilíbrio dos poderes (reforçando o do Presidente da República) e tentando subverter a representação proporcional.

O peso social do movimento operário, tanto nas suas componentes sindicais como políticas, é hoje muito superior ao que era na crise da I República. Mas são também muito mais vastos os meios de condicionamento económico, sócio-político e mediático ao dispor dos possidentes. Diversamente do que aconteceu noutros países europeus, onde na viragem do século o comunismo desabou e desapareceu como factor político, em Portugal o Partido Comunista conseguiu manter-se como presença política e social actuante. Saber se, como em outros momentos da sua história, essa presença se converterá num agregador eficaz da subsistência da República e da sua vitalidade como democracia, é uma questão em aberto.

Bibliografia

Cunhal, Álvaro, *Obras escolhidas*, 3 vols., edições Avante!, Lisboa, 2007-2010.

Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, uma biografia política*, 3 vols., Temas e Debates, Lisboa, 1999-2005.

Rosas, Fernando, *Pensamento e Acção Política. Portugal século XX (1890-1976)*, Editorial Notícias, Lisboa, 2004.

V – Fascismo, antifascismo, “Estado Novo”

V.1. Fascismo e Estado Novo.

J. Arsénio Nunes

Fascismo e Estado Novo

A propósito das comunicações ao colóquio «O Estado Novo, das origens ao fim da autarcia», discutem-se diferentes concepções de fascismo e a aplicação do conceito ao caso do salazarismo.

Dois volumes reúnem a maior parte (exactamente $\frac{2}{3}$: 54 em 81) das comunicações apresentadas ao Colóquio sobre o Estado Novo que se realizou na Fundação Gulbenkian nos princípios de Novembro de 1986 (!). Tratou-se da segunda realização do género dedicada ao estudo do regime deposto em 1974, se considerarmos como a primeira o colóquio «O Fascismo em Portugal» levado a efeito na Faculdade de Letras em Março de 1980. Entre as duas houve diferenças óbvias, e que espelham muito das mudanças na sociedade portuguesa durante a meia dúzia de anos que as separam. Para além da diferença dos locais e da delimitação cronológica do Colóquio da Gulbenkian, registe-se a muito maior sofisticação organizativa que envolveu este, com a existência duma «comissão organizadora» e duma «comissão científica», a «promoção» por múltiplas entidades, o «apoio» de outras tantas e o patrocínio do Presidente da República; a participação agora dum numeroso contingente de investigadores estrangeiros, ausentes do Colóquio de 1980; *last but not least*, o desaparecimento no título (e quase desaparecimento nas próprias comunicações) da expressão **fascismo**, em benefício do aparentemente mais neutral «Estado Novo».

Os trabalhos deste Colóquio estruturaram-se em sete secções: a primeira, subordinada ao tema «Autoritarismo, corporativismo e fascismo — o Estado Novo numa perspectiva comparada»; a segunda, sob o título «Da crise do liberalismo à institucionalização do Estado Novo»; a terceira, dedicada aos problemas da economia; a quarta, à política externa; a quinta, aos movimentos de

oposição; a sexta, às questões coloniais; a sétima, ao tema «sociedade, cultura e aparelhos ideológicos».

Fascismo e autoritarismo

A primeira secção teve um estatuto de certo modo peculiar no conjunto dos trabalhos. Não só a participação estrangeira, muito rara nas outras secções, nela se concentrou massivamente, como a monopolizou de facto: entre as comunicações deste grupo publicadas, não se encontra uma única de autor português. Além disso, salvo a comunicação do espanhol Javier Tusell acerca de «Franquismo e Salazarismo», não se encontra nenhuma que verse especificamente sobre o regime português. De maneira que na realidade os trabalhos desta secção quase nada têm a ver com a «perspectiva comparada do Estado Novo» que o título prometia. São sim um conjunto de contributos, nalguns casos de grande valor, embora sem qualquer relação sistémica entre si, em volta dos temas do autoritarismo e do fascismo (mas não do corporativismo, a que não há mais do que alusões esparsas).

É também quase só nesta primeira secção que se encontram as comunicações de carácter marcadamente teórico, com um objectivo de definição conceptual e caracterização global de regimes e movimentos políticos. Tal é nomeadamente o caso das comunicações do inglês Stuart Woolf («Fascismo e autoritarismo: em busca de uma tipologia do fascismo europeu») e do americano Stanley Payne («A taxonomia comparativa do autoritarismo»), que introduzem

o primeiro volume. Woolf preocupa-se essencialmente com a caracterização dos **movimentos** fascistas e a indagação dos motivos do respectivo insucesso. À primeira vista essa caracterização poderia levar a uma certa subestimação do fascismo, na medida em que os grupos como tal considerados (e caracterizados sobretudo por aspectos externos como «camisas coloridas, botas altas de cabedal, emblemas, marchas, continências e violência») se revelaram marginais à vida política da maior parte dos países. Importante é porém a advertência que formula acerca da pretensão de alguns investigadores em distinguir os movimentos fascistas doutros movimentos da direita pelo facto de os primeiros desenvolverem uma mobilização de massas através duma ideologia populista. Observa Woolf que «na verdade, semelhantes distinções académicas são regra geral demasiado difíceis de aplicar, devido à frequente e cerrada mistura tanto de ideias como de pessoas entre os diferentes grupos». O mesmo se diria da diferenciação entre regimes fascistas e outros regimes autoritários, na medida em que «partilhavam entre si uma série de crenças» e os segundos adoptaram várias características dos primeiros. Fica portanto clara, nesta concepção, a afinidade essencial das várias modalidades da reacção de direita. Por outro lado, Stuart Woolf não separa arbitrariamente os objectivos de conhecimento das ciências sociais das noções comuns formadas na experiência histórica, sobretudo não pensa que estas possam ser indiferentes àqueles: assim, a respeito do problema da natureza dos regimes italiano e alemão, limita-se a notar que «se-

jam quais forem as distinções, ambos os regimes foram considerados como fascistas pelos seus contemporâneos».

Tem uma natureza completamente diferente a engraçada taxonomia de Stanley Payne. Para este historiador americano, parece irrelevante a análise do conteúdo social dos fenómenos históricos, como o quadro concreto da experiência humana em que se inserem. A sua categoria genérica de «autoritarismo» cobre as mais diversas realidades, que vão dos fascismos aos regimes «autoritários-mobilizacionais» formados nos países africanos e asiáticos de recente independência. Um dos grupos da sua classificação, o dos «regimes e situações anormais e pré-totalitários», segundo Payne «aplicar-se-ia à fase inicial do regime soviético, ou a várias ‘repúblicas populares’ e ao período inicial dos regimes nazi e fascistas». A largueza conceptual evidenciada neste passo não inibe o autor de, em contrapartida, ser ultra-rigoroso na separação entre, por um lado, os fascismos (também definidos como «regimes autoritários mobilizados», e de que seriam únicos exemplos a Itália, a Alemanha nazi e o Estado croata da Ustacha), e por outro lado o que designa de «sistemas moderados, corporativos ou estatistas-orgânicos», em que se integraria, além dos países balcânicos dos anos 30, o Estado Novo português. Neste caso a distinção basear-se-ia na suposta ausência de fenómenos de mobilização nos regimes do segundo tipo, impostos, ao contrário dos fascismos, «de cima para baixo». Faltariam também, no caso do regime português como no dos outros do mesmo género, o militarismo e imperialismo, uma

«revolução cultural», e ainda a substituição efectiva de formas de legitimidade tradicionais por uma liderança carismática.

A maioria das comunicações desta secção adere a idênticos critérios de distinção entre o fascismo e autoritarismo. É também na base de tais critérios que o espanhol Javier Tusell, no seu texto «Franquismo e Salazarismo», julga poder constatar um «consenso» entre os investigadores em recusar a qualidade de fascista a ambos os regimes.

Diversas componentes

Outras comunicações, porém, permitem pôr em causa a simplicidade de tal distinção. É o caso da análise por Marco Palla do regime fascista italiano, da comunicação do americano Robert Paxton acerca da França de Vichy, e da do alemão-federal Kühnl sobre o tema «Nacional-Socialismo = Fascismo?».

Marco Palla não subestima a especificidade e a força própria do movimento fascista italiano, mas considera que a análise historiográfica tem em primeiro lugar que se debruçar sobre o **regime**, como resultante conjunta duma série de forças, instituições e ideologias que estruturaram a sociedade italiana durante um certo período histórico. O problema põe-se, por exemplo, a propósito das relações entre o movimento fascista e o Estado. Alguns historiadores consideram as duas realidades separadamente, e vêm na subsistência do Estado italiano como conjunto de instituições com a sua lógica e regras próprias, que o partido não subordinou completamente, um *de-*

Existe alguma espécie de afinidade essencial entre as várias modalidades da reacção de direita?

ficat de fascismo, alguns mesmo uma prova de que o regime italiano não era verdadeiramente fascista. Palla recorre a uma imagem que esclarece eficazmente a realidade da situação: «Mussolini e os seus seguidores ganharam raízes, qual hera, em torno da árvore do Estado, e as duas plantas fortaleceram-se uma à outra, resultando dessa união uma planta híbrida mas resistente.» Foi esta «planta híbrida e resistente» que organizou a sociedade italiana durante um vinténio. É essa «planta» que é tarefa dos historiadores e politólogos identificar e caracterizar.

Deste ponto de vista, a realidade dum regime fascista é sempre um produto histórico com uma pluralidade de componentes, forçadas a uma série de compromissos mutáveis no interesse da conservação e reforço do próprio regime. O fascismo que realmente existiu em Itália não era só Mussolini como Duce, o Partido Nacional Fascista, as «squads» e o hino «Giovinezza», mas era também o rei como Chefe de Estado, a bandeira tricolor que se manteve, a marcha real como hino nacional, o Statuto Albertino de 1848 como Constituição nunca revogada.

É como «estrutura de compromissos», dentro de certos limites mutável, que cada fascismo deve ser concretamente investigado. Deste ponto de vista, o essencial é determinar as modalidades e os ritmos concretos do processo de fascização. Por exemplo, no caso italiano, como Palla refere, «a tomada do poder pelos fascistas não foi completada em 1922 [...] terminando provavelmente apenas em 1929». A noção de processo de fascização implica ter em conta a di-

versidade de componentes que entra na formação de cada regime fascista, e revela como entre os elementos constituintes do fascismo e do Estado democrático-burguês que o precede não existe nunca uma fronteira intransponível. Assim como o processo de fascização não se completa senão em 1929, ele inicia-se antes da chegada de Mussolini ao governo em 1922, e envolve toda a rede de cumplicidades entre a acção do PNF, os órgãos do Estado italiano (polícia, magistratura, Exército) e os restantes partidos burgueses. É esta realidade que as teorias que circunscrevem o problema do fascismo à acção «revolucionária» dos movimentos fascistas deliberadamente oculta. Marco Palla esclarece muito bem esta questão ao analisar as condições do acesso fascista ao poder. Longe de se tratar duma «conquista do poder» a partir de uma posição de exterioridade, a nomeação de Mussolini como chefe do Governo foi o fruto de um longo processo, em que o PNF foi apenas um dos participantes o seu apoio «provinha mais dos correligionários da direita italiana que da força exclusiva do partido com os seus grupos paramilitares [...]; o compromisso entre Mussolini e os antigos liberais, entre fascistas e o poder real, entre os homens novos e a velha ordem, era suficientemente forte». O poder de Mussolini nunca esteve isolado de outras forças, e entre os «pilares exteriores» em que se baseava, Palla aponta o rei, a Polícia, os industriais e proprietários rurais e a Igreja.

Um outro aspecto importante das observações de Palla diz respeito à famosa questão da natureza modernizadora do

fascismo, enquanto regime capaz de promover formas de integração de massas na política, e nessa medida um processo de «nacionalização das massas», o que o distinguiria também dos regimes autoritários tradicionais, como o português. Na realidade, tal «modernidade» era indissociável do conjunto dos mecanismos repressivos do regime — mesmo ao nível dos sindicatos, os líderes não eram trabalhadores, mas sim profissionais do fascismo. Por outro lado, o processo de «nacionalização das massas» foi muito desigual: para largas camadas o regime significou simplesmente a permanência de «atomismo e desintegração», na medida em que «a mobilização vinda de cima deixou inalteradas a maioria das províncias, os distritos rurais do Sul, com as suas subculturas populares impermeáveis».

Uma outra comunicação é dedicada neste volume ao fascismo italiano, a de Emilio Gentile acerca do papel do partido no fascismo. A perspectiva é aqui diferente, e o acento posto no PNF como factor determinante da originalidade do regime: «sem o partido, Mussolini teria sido um chefe sem Exército à mercê das forças tradicionais». Nem por isso fica menos claro na sua exposição como, não obstante a utilização das violências do partido como meio de pressão sobre as forças tradicionais no sentido de forçar uma certa transformação das estruturas do Estado, o essencial das transformações que se decidem na sociedade italiana entre 1925 e 1929 é caracterizado pela subordinação estratégica do partido ao Estado — de que são marcos a criação do Grande Conselho Fascista como órgão constitucional que é simultaneamente

te órgão supremo do partido, a instituição da Milizia Volontari di Sicurezza Nazionale como milícia estatal e simultânea dissolução das *squadre*, as instruções aos prefeitos no sentido de assegurar a supremacia do governo em relação ao partido, o estabelecimento da «directão absoluta» do chefe do Governo sobre o partido. A história ulterior do fascismo italiano conheceu momentos de maior activação específica do partido, em geral em relação com situações de guerra ou de preparação para a guerra, mas o quadro básico das relações partido-Estado estava estabelecido desde 1929.

Em suma, é claramente visível, através da comunicação de Gentile, como a acção do partido constitui um dos pólos e um dos princípios motores dos regimes fascistas, num quadro porém em que o dado de base é a preservação das estruturas do Estado como materialização institucional numa certa relação de classes. Dentro dos limites colocados por este quadro estatal, a dinâmica autónoma da acção do partido (como a da realização da chefia carismática) é variável, em função do conjunto das circunstâncias históricas. O regime salazarista português corporizou uma das modalidades de articulação possível entre o papel do partido e do aparelho de Estado tradicional, modalidade em que o papel do partido era globalmente mais reduzido do que o foi no regime italiano. Que entre um e outro não havia qualquer espécie de ruptura, ou de diferença essencial dos princípios estruturadores, é-nos revelado pelo facto, que Gentile também menciona, de uma das correntes internas

no seio do fascismo italiano, a que designa de «fascistas autoritários», apontar justamente o caso português como modelo e exemplo a seguir: «os fascistas autoritários, defensores das instituições estatais tradicionais e adversários do dinamismo totalitário do PNF, indicavam o Estado Novo de Salazar como uma sã experiência de restauração autoritária do Estado nacional que deveria ter inspirado o fascismo [...]».

A experiência de Vichy

A comunicação do americano Robert Paxton acerca da «França de Vichy sob uma perspectiva comparativa» tem o grande interesse de nos revelar, numa análise minuciosa, uma outra variante concreta da combinação de elementos, diversos nas suas origens e características, que se aglutinam em torno dum desiderato comum de reacção nacionalista «contra a tendência liberal, democrática e laicizante existente em França desde 1789 e que teve particular incidência na Frente Popular de 1936».

Paxton toma a sério a história de Vichy como um momento da história da França, não determinado exclusivamente pela derrota militar, mas corporizando um conjunto de tendências sociopolíticas que desde pelo menos 1934 vinham manifestando as suas aspirações de domínio. Vichy foi precedido por uma polarização profunda e possuía «um elevado grau de ímpeto nacionalista»; era entretanto uma «coligação díspar», que incluía «reformadores e tradicionalistas, conservadores e nacional-socialistas».

Da descrição que Paxton faz das características principais do regime de Vichy ressalta uma série de afinidades com o regime salazarista, a começar pela própria designação oficial de «Estado Novo» e pelo slogan da «Revolução Nacional». O relevo atribuído aos militares, o corporativismo, as estreitas relações com a Igreja, o peso da administração tradicional, são algumas dessas características. Tais características, que, tal como no caso português, limitam a existência de «estruturas paralelas» de tipo miliciano, não invalidam a existência duma forma de liderança carismática, porém necessariamente diferente daquelas em que o Chefe deve simbolizar uma forma de política agressiva. No caso de Vichy, «a autoridade centrava-se na imagem de um velho [que] simbolizava segurança mais do que qualquer outra política específica». Parece-nos que muitos daqueles que negam a existência duma legitimidade carismática no salazarismo, e apresentam tal ausência como prova da natureza não fascista do regime, ignoram que o carisma não é necessariamente de tipo agressivo e «revolucionário», mas pode remeter para outro tipo de imaginário e valores.

As características «pacíficas», burocráticas e tradicionalistas evidenciadas pela França de Vichy, e que são comuns ao salazarismo, não obstam a que cada um destes regimes possa representar uma forma de «modernização». No caso francês, essa preocupação de modernização económica terá sido mais constante e mais marcada que no salazarismo, em relação com níveis de partida diferentes, com as características que a Depressão dos anos 30 assumiu em

A realidade de um regime fascista é sempre um produto histórico com uma pluralidade de componentes, forçadas a uma série de compromissos mutáveis no interesse da conservação e reforço do próprio regime.

França, e com antecedentes de política económica diversos. De qualquer modo, fica demonstrado por este exemplo como uma política modernizadora no plano económico é compatível com o domínio de formas de legitimidade tradicionais e dum arcaísmo ideológico.

O caso de Vichy é ainda interessante por evidenciar as tensões internas do regime, entre a necessidade de encontrar formas novas de mobilização de massas e a de não perturbar mecanismos de dominação mais tradicionais, como os fundados na acção da Igreja ou da administração, que obstaram à criação do partido único e limitaram a acção da própria Legion Nationale. A meu ver, é justamente nesta óptica de procura da combinação óptima entre mecanismos de domínio diferentes, das proporções ideais entre mobilização e consenso passivo, que tem de ser procurada a chave da, aliás relativa e mutável, contenção do salazarismo em matéria de mobilização de massas. Como já no Colóquio de 1980 Manuel Villaverde Cabral muito justamente observava, o maior ou menor grau de mobilização política não deve fazer esquecer que o objectivo é em todos os casos — e essa, sim, é uma característica dos fascismos — a **desmobilização social** do proletariado. Sendo esse o objectivo estratégico, os métodos tácticos são variáveis em função das circunstâncias.

Paxton sublinha como no estudo dos regimes autoritários são perigosas as taxonomias que isolam as várias experiências em categorias separadas. Na realidade, o período de entre Guerras conhece um fenómeno único — o duma vio-

lenta reacção contra as conquistas do movimento operário, reacção que procura formas novas de organização política capazes de suprimirem a articulação autónoma de interesses das classes populares e de ao mesmo tempo canalizarem organicamente, em moldes nacionalistas, as pressões resultantes da nova sociedade de massas. As concretizações do fenómeno foram diversas, em função do estágio de desenvolvimento económico, das tradições nacionais, da constelação de forças interna e da conjuntura internacional em que cada regime se forma. A criação de taxonomias, observa Paxton, «evoca imagens estáticas», ao passo que as mutações que um mesmo regime conhece entre diferentes fases temporais nos mostram como não há fronteiras rígidas a separar as várias modalidades da reacção nacionalista autoritária. A experiência de Vichy ajuda justamente a compreender o polimorfismo desta reacção, na medida em que na sua curta história percorreu todo o caminho que vai do «autoritarismo tradicional» ao «fascismo» das concepções mais restritivas.

A especificidade do nazismo

O colóquio não contou com a presença de nenhum historiador ou cientista social vindo dos países socialistas. O único interveniente na primeira secção a apresentar um ponto de vista explicitamente marxista acerca da teoria do fascismo veio assim a ser o alemão Reinhard Kühnl, muito conhecido na publicista da RFA sobre este tema,

que abordou a questão da natureza fascista do nazismo. Primeiro ponto tratado por Kühnl foi o da possibilidade de formulação dum conceito genérico de fascismo. Criticando a tendência de alguns historiadores a discutirem a natureza dos regimes políticos a partir do discurso dos próprios dirigentes, Kühnl sublinha a necessidade de qualquer investigação ter como termo de referência a realidade factual: «a verdade do fascismo é expressa primariamente não por palavras mas por acções, não através das suas declarações ideológicas mas nas medidas políticas que subscreva». A partir deste ponto de vista, Kühnl constata uma essencial afinidade, um «teor social comum», entre regimes geográfica e cronologicamente tão diferenciados como a Itália fascista, a Alemanha nazi, a Espanha franquista, o Chile ou a Turquia de hoje. Em todos estes casos o mais característico é o facto de a maioria da população ser privada de possibilidades de expressão dos seus interesses através de organizações políticas e sindicais próprias, ao mesmo tempo que os representantes da grande indústria e da grande propriedade agrária não só mantêm as suas organizações como adquirem posições de domínio no Estado. O resultado social comum a todos estes casos é o agravamento das condições de vida das classes assalariadas e o aumento dos lucros das grandes empresas. Segundo Kühnl, a verificação destas características, pela sua relevância prática para todas as classes e estratos sociais envolvidos, deve ser o critério decisivo da classificação dum regime como fascista. É ainda registada como traço comum, no caso de países economicamente for-

tes e profundamente envolvidos na concorrência internacional, uma tendência expansionista. Tal não se verifica no caso de países dependentes, os quais, não obstante possuírem elementos de ideologia imperialista, não estão em situação de dar concretização prática a tal ideologia nas suas relações internacionais.

Também a amplitude e o grau de organização e mobilização das bases de massa dos diversos fascismos são muito variáveis. Isso não obsta a uma essencial similitude ideológica, fundada numa concepção hierárquica da sociedade e da vida, na ideia da diferença natural entre superiores e inferiores. Ponto importante das considerações de Kühnl é ainda quando observa que uma característica frequentemente apontada como específica do nazismo — o anti-semitismo exacerbado até à tentativa de eliminação completa dos judeus — não é senão uma variante, embora com dimensões teóricas e práticas extraordinárias, duma característica comum a todos os fascismos, a ideologia racista.

Em conclusão, R. Kühnl considera que a especificidade do nazismo reside sobretudo numa «intensificação extrema de semelhantes estruturas e forças motivadoras igualmente caracterizadas de outras formas de fascismo». Tais diferenças de grau e de estilo não devem obstar à integração numa mesma categoria geral, da mesma forma que as diferenças entre os liberalismos francês e britânico, ou entre os socialismos soviético e cubano, não impedem a existência das categorias genéricas de liberalismo e socialismo.

Franquismo e salazarismo

É obviamente impossível comentar aqui as 54 comunicações publicadas. Pretenderíamos apenas chamar a atenção para algumas que directa ou indirectamente fornecem elementos de reflexão para o conhecimento da natureza do Estado Novo no quadro da problemática dos fascismos.

A comunicação de Javier Tusell («Franquismo e Salazarismo») parte dum conceito restritivo de fascismo, em que seriam elementos essenciais o totalitarismo e a mobilização política através da acção do partido, e nessa base recusa a qualificação de fascismo tanto ao salazarismo como ao franquismo — em ambos, os apoios situam-se predominantemente na burocracia, no Exército e na Igreja, a oposição é discriminada mas não exterminada. Afastados salazarismo e franquismo da categoria de fascismo, o autor contrasta as condições de formação, a ideologia, o grau de institucionalização e o estilo de governo dos dois regimes. O português caracterizava-se por um alto grau de institucionalização, assente no pensamento de Salazar e nas suas bases de corporativismo católico, e tal institucionalização (muito mais tardia e menos precisa no franquismo) teria constituído um limite objectivo ao autoritarismo em Portugal. A imagem do Estado Novo que assim acaba por resultar é a dum conservadorismo bastante anódino, ou, na expressão do autor, «um sistema de síntese ou de compromisso entre os princípios liberais e o autoritarismo». Nesta linha, Tusell chega a falar dum «pluralismo real exis-

tente no seio do regime» (salazarista) e, no entusiasmo da defesa da sua tese, atribui a Albino dos Reis uma afirmação, segundo a qual dentro da União Nacional se admitiam diferentes grupos. Ora o que Albino dos Reis na realidade disse, na posse dos órgãos directivos da UN em Novembro de 1932, foi exactamente o contrário: «Fora da União Nacional não reconhecemos partidos. Dentro dela não admitimos grupos» (sublinhado meu, J.A.N.).

Parece-nos que Tusell sobrevaloriza na sua análise as formas jurídicas do regime e o discurso dos dirigentes, em detrimento do seu funcionamento real, que anulava aspectos essenciais da própria Constituição de 1933, e por esse lado se aproximava bastante simultaneamente do empirismo e do cinismo apontados ao regime franquista.

A outra comunicação acerca do franquismo (Manuel Ramirez, «A etapa totalitária do Novo Estado em Espanha: em especial da sua ideologia») visa a caracterização ideológica da primeira fase daquele regime (entre o triunfo na guerra civil e o final da II Guerra Mundial), denominada «totalitária». Não deixa de ser impressionante, nesta caracterização, a similitude com os principais traços ideológicos do salazarismo: desde o nacionalismo exacerbado à concepção hierárquico-autoritária da sociedade, passando pelo anticomunismo (e assimilação ao comunismo de todas as formas de oposição), o antiliberalismo, a hostilidade antimaçónica, e ainda o providencialismo e clericalismo («sacralização do poder ou aliança trono-altar»). Similitude que a meu ver confirma, também no plano ideológico, a necessidade

«A verdade do fascismo é expressa primariamente não por palavras mas por acções, não através das declarações ideológicas mas nas medidas políticas que subscreva.»

dum conceito suficientemente genérico para abranger a pluralidade de concretizações dum fenómeno comum: talvez o conceito que a experiência dos contemporâneos cunhou, e que foi o de **fascismo**.

E o Estado Novo?

Fora das comunicações à primeira secção, raros são os contributos deste colóquio em que se possam encontrar reflexões de carácter global sobre os problemas do fascismo e da natureza do Estado Novo. Ainda assim, na secção II, «Da crise do liberalismo à institucionalização do Estado Novo», acham-se duas, respectivamente da autoria de José Machado Pais e de João Arsénio Nunes.

Na sua densa comunicação «A crise do regime liberal republicano: algumas hipóteses explicativas», Machado Pais parte duma análise sociológica das mutações provocadas na sociedade portuguesa pelo intenso processo de urbanização e industrialização registado nos finais do século XIX e princípios do século XX, com o seu papel profundamente perturbador, a nível económico como ideológico, dos equilíbrios sociais tradicionais. A ruptura destes equilíbrios provoca um conflito entre os sectores tradicionais e modernos da sociedade, e simultaneamente um conflito geral entre as classes possidentes e a população trabalhadora, conflitos que os mecanismos de representação, primeiro do Estado monárquico e depois do Estado republicano, se revelaram incapazes de canalizar. Machado Pais combina esta análise com uma teoria do fascismo segundo a qual este nasce nas condições da

«presença simultânea de uma ainda forte mas decadente elite tradicional (agrícola) e de uma elite moderna (industrial) em ascensão», reciprocamente interessadas numa aliança tendente a contrariar a afirmação do movimento operário. É a concretização deste quadro que o autor verifica no caso português: as contradições sociais desencadeiam «mecanismos integradores» que vão encontrar a sua realização no fascismo. Machado Pais frisa o carácter de aliança e compromisso entre sectores tradicionais e modernizantes que a nova forma de organização política assume, e afirma muito justamente que «é neste compromisso que está a chave do sistema político a que chamamos fascismo». Sublinha, por outro lado, como a possibilidade de tal compromisso deriva da comum oposição ao movimento operário («os sectores social e politicamente mobilizados da população trabalhadora»).

Muitas vezes argumenta-se contra a possibilidade de classificação do Estado Novo como fascista, na base da relativa fraqueza social e política do operariado entre nós, que faria com que o objectivo de contenção do movimento operário não pudesse considerar-se dominante. Neste aspecto, é particularmente importante a observação de Machado Pais em relação a uma série de organizações — como a Confederação Patronal, a Cruzada Nun'Álvares e a União dos Interesses Económicos — que tiveram um papel essencial na crise da República: «quer nos seus meios de acção, quer nos seus princípios gerais de organização política e formação ideológica, estas organizações visaram, em última instância,

fazer frente à força ascendente do movimento operário».

A outra comunicação do colóquio a abordar directamente e em termos globais a questão da natureza fascista do Estado Novo foi a de João Arsénio Nunes, sob o título «A formação do Estado fascista em Portugal à luz da correspondência diplomática britânica (1926-1933)». Não chegando a emprender um estudo original do processo de fascização, o autor optou por analisar o testemunho dos diplomatas britânicos em Lisboa, nos seus relatórios para o Foreign Office de Londres, acerca do modo como se processava a consolidação da ditadura e a formação do novo regime. Fica patente, através das abundantes citações feitas desses relatórios, que a diplomacia inglesa estabelecia frequentíssimas comparações entre as novas orientações da política ditatorial portuguesa, as instituições em que ela se traduzia, e a experiência fascista italiana. Demonstra-se além disso que as questões que dominavam a atenção dos diplomatas ingleses, constituindo os seus critérios principais de avaliação da situação, correspondem substancialmente ao que são os termos de referência da ciência política marxista na identificação do fascismo: contenção e desarticulação das classes populares, realização dos interesses económicos do grande capital, organização duma base de massa através da estrutura corporativa, apoio do Exército e da Igreja, manipulação da ideologia religiosa, nacionalismo.

Ainda num outro aspecto a documentação carreada conforta o ponto de vista marxista acerca das relações entre a

ideologia burguesa e o fascismo: fica com efeito demonstrada a profunda identificação da diplomacia inglesa, a partir dos seus pressupostos de pensamento conservador, com uma evolução que ela própria classifica como fascista.

Contributos diversos

Procurámos ao longo destas notas salientar os aspectos dos trabalhos do colóquio em que é expressamente debatida a questão do fascismo, e que nessa medida podem fornecer elementos de interpretação acerca da natureza do salazarismo. A grande maioria dos trabalhos apresentados não tem naturalmente por objecto tal interpretação global, mas aborda de forma mais ou menos especializada um aspecto da experiência histórica desses anos, sem objectivos de carácter comparativo ou classificatório. Nem por isso deixam muitas delas de oferecer elementos de reflexão importantes para a questão da natureza do regime.

É o caso por exemplo de algumas das comunicações à secção III (Economia), nomeadamente as de Rogério Roque Amaro («A economia nos primórdios do Estado Novo: estagnação ou crescimento?»), Sacuntala de Miranda («Crise económica, industrialização e autarcia na década de 30») e Fernando Rosas («A crise de 1929 e os seus efeitos económicos na sociedade portuguesa»). Das três resulta decididamente posta em causa a ideia de que o Estado Novo nos anos 30 tenha tido um papel essencialmente ruralista e anti-industrializante. Roque Amaro constata indícios de crescimento na indústria, F. Rosas e Sacuntala de Miranda destacam o papel do

I Congresso da Indústria Portuguesa na promoção dum «nacionalismo industrializante». Tal nacionalismo industrializante, e as novas relações que determinou com as colónias, inseriam-se, segundo esta última autora, num «projecto de autarcia, em larga medida semelhante aos concebidos por outros fascismos europeus». Julgo que aqueles que negam a natureza fascista do salazarismo, por lhe faltar o carácter **modernizador** que seria próprio dos fascismos alemão e italiano, podem encontrar nestes três estudos largos motivos de meditação.

No segundo volume, em que dominam os trabalhos acerca das questões do campo cultural e ideológico, há várias comunicações que, para além do interesse informativo em relação ao domínio específico em que se situam, trazem elementos importantes para a caracterização do regime. É o caso do excelente texto de Mário Vieira de Carvalho, «Ópera como estetização da política e propaganda do Estado», em que se relacionam os diferentes tipos de política do espectáculo promovidos pelos fascismos alemão e português com diferentes concepções da propaganda, por sua vez remetendo para modos de relação diferentes entre os regimes e as respectivas bases sociais. Também o original e informado trabalho de Maria Belo, Ana Paula Alão e Iolanda Neves Cabral sobre «O Estado Novo e as Mulheres» (único dos trabalhos do colóquio publicados em que está presente a perspectiva psicanalítica) estabelece comparações interessantes entre a política feminina do salazarismo e a dos regimes alemão e italiano, ao mesmo tempo que adianta

elementos duma psicopatologia do salazarismo.

Muito interessante e completo é o estudo de Nuno Teotónio Pereira, «A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959», em que é descrito o processo de formação, expansão e crise da arquitectura do regime. Se no trabalho de M. Vieira de Carvalho a propósito da política musical e operística era um certo contraste do salazarismo com os fascismos «clássicos», nomeadamente alemão, que avultava, no plano da arquitectura parecem sobrelevar as semelhanças, nomeadamente num ponto politicamente significativo como o da arquitectura das grandes Exposições (também tratada por Jorge Ramos do Ó no trabalho «Modernidade e Tradição — algumas reflexões em torno da Exposição do Mundo Português»).

Ainda no plano das reflexões acerca da natureza do Estado Novo é de referir o trabalho de Paula Silveira, «Os valores do quotidiano no Estado Novo: ruptura ou continuidade?». A partir duma análise do conteúdo dos livros escolares publicados entre 1816 e 1967, a autora procura demonstrar que os valores essenciais, a cosmogonia inculcada na formação ao nível da escola primária, e que tem como eixo o tema da «ordem», é a mesma ao longo de todo o período liberal e do Estado Novo. Nesta linha de interpretação, que faz eco à tese há anos defendida por François Châtelet do fascismo como **modalidade** do Estado liberal ou Estado liberal reduzido à sua essência, considera que o Estado Novo foi a estrutura que permitiu realizar o duplo projecto liberal de superação da monarquia e contenção do movimento operário.

As contradições sociais desencadeiam «mecanismos integradores» que vão encontrar a sua realização no fascismo...

rio, e chega mesmo à formulação extrema de que «o liberalismo já tinha o Estado Novo dentro de si». Os temas escolhidos para a demonstração não são porém suficientes para a fundamentar cabalmente, e a própria autora é forçada a reconhecer que «quando há qualquer alteração (nos textos e temas tratados) esta aparece durante o Estado Novo».

Várias outras comunicações caberia referir que constituem contributos importantes para a caracterização do salazarismo ao nível ideológico — em campos que vão do ensino, ao cinema, à radiodifusão, ou à Acção Católica — o que não faremos, por limitações de espaço. Deixamos também de lado nesta recensão, por menos directamente relevantes para o problema da natureza do Estado Novo, as comunicações integradas nas secções relativas à política externa e à questão colonial, em que no entanto se encontram trabalhos de grande originalidade.

No seu conjunto, a resistência ao regime ocupou um lugar limitado no colóquio. Embora aflore numa ou noutra comunicação (por exemplo na de Nuno Teotónio Pereira sobre a arquitectura, na de António M. Ferreira sobre a Acção Católica, na de Fátima Nunes sobre a *Revista de Economia*), no essencial o antifascismo, fenómeno constante e constitutivo da sociedade portuguesa durante o quase meio século do regime, viu a sua presença restringida às (poucas) comunicações da V secção. Entre estas, é justo destacar o estudo pioneiro de João Freire acerca de «Os anarquistas portugueses na conjuntura do pós-guerra». João Freire utilizou abundantemente as fontes do Arquivo Histórico-

-Social e do Arquivo da ex-PIDE/DGS e fornece-nos um quadro rigoroso da organização anarquista, nas precárias condições em que sobrevivia e tentava agir nos anos após a II Guerra Mundial. Estudo essencialmente de carácter «interno» e ideológico, é de qualquer modo um preliminar indispensável a quaisquer investigações mais ambiciosas de história social deste tema. É, ao mesmo tempo, exemplo dum tipo de estudo que se pode e deve realizar em relação às várias correntes políticas que marcaram a vida da sociedade portuguesa sob o fascismo.

Também sobre o PCP há neste volume uma contribuição interessante, a comunicação da investigadora canadiana D. L. Raby, já conhecida por anteriores investigações neste domínio, que aborda «A crise ideológica da Oposição: o PCP de 1949 a 1957». Analisando a política do partido no conturbado contexto dos anos 50, a autora assinala as posições parcialmente reformistas que tendiam a prevalecer nos meados dessa época e se viram reflectidas nas resoluções do V Congresso (1957), concluindo que «se o PCP tivesse mantido uma política desse tipo, ter-se-ia convertido num partido eurocomunista *avant la lettre*; o facto de tal evolução não vir a acontecer deve-se à renovada direcção de Álvaro Cunhal a partir de 1960 e, a um nível mais profundo, à situação objectiva de Portugal: ao subdesenvolvimento económico e ao problema colonial».

Mencionarei ainda dois estudos de carácter biográfico: um do inglês Tom Gallagher acerca de Santos Costa, durante largo período figura mais representativa do sector ultra do regime; outro de Luís Vidigal, sobre Aquilino Ri-

beiro e o seu germanófilismo, que lhe criou uma situação peculiar no quadro da Oposição. É esta uma direcção de estudos, a das biografias, que tem sido pouco explorada na história contemporânea portuguesa, e em relação à qual se podem fazer votos de maior desenvolvimento no futuro.

Em resumo: o conjunto dos trabalhos reunidos nestes dois volumes, como selecção representativa do colóquio, reflecte, em confronto com o colóquio de 1980, um indiscutível aprofundamento e diversificação das investigações. Na medida em que a maior parte dos participantes são pessoas estavelmente ligadas à investigação, é lícito esperar nos próximos anos progressos importantes no conhecimento desta fatia essencial da história contemporânea portuguesa que é o período do Estado Novo. Ao mesmo tempo, a diversidade, ou mesmo atomização, dos conteúdos das várias contribuições, entre as quais não se detectam relações de «comunicação», indicia um fraco grau de organização colectiva da investigação. Por outro lado, é sensível a carência de estudos que façam a síntese dos progressos sectoriais da investigação e a enquadrem do ponto de vista comparativo e da reflexão teórica: a «segregação» na secção I dos estudos relativos às experiências autoritárias estrangeiras e a completa ausência, nessa mesma secção, de qualquer trabalho relativo ao Estado Novo português — que era propriamente o objecto do colóquio — são disso a manifestação mais impressionante.

Uma última nota acerca da edição. Em «nota prévia» aos volumes publicados, a Comissão Organizadora do coló-

quilo explica que «razões de viabilidade material e financeira» impediram a publicação de 1/3 das comunicações apresentadas. Aceitem-se as razões, mas não é possível considerar que a edição de 66% das comunicações constitui as «Actas» do colóquio, como é denominada. Por sinal, entre as comunicações não publicadas encontra-se a única especificamente dedicada à apreciação do salazarismo no contexto da problemática do fascismo na autoria de Marcelino Lyra Passos.

A tradução é globalmente insatisfatória. Só para dar alguns exemplos: a pp. 25 refere-se a «substituição de monarquias constitucionais por governos parlamentares», quando é do inverso que se trata; a pp. 84 fala-se da «instituição da Câmara dei Fasci e das Corporações» e, três linhas abaixo na «ofensiva contra la Chiesa» (a Igreja); a pp. 150 aparece repetidamente um incompreensível «bi-produto», que se suspeita ser a «tradução» de «by-product» (produto complementar!); a pp. 205 fala-se em «declaração de oficiais, doutores e outros», quando o contexto indica que os «doctors» são simplesmente médicos.

(1) *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, Fragmentos, Lisboa, 1987.

Dicionários EDITORA

O Dicionário da Língua Portuguesa — 6.ª edição — é o mais desenvolvido de todos os do seu género, o mais correcto e o mais actualizado quanto a definições de termos técnicos e científicos.

PORTO EDITORA, LDA.
LIVRARIA ARNADO, LDA.
EMR. L. FLUMINENSE, LDA.

Rua da Restauração, 365/4099 PORTO CODEX
 Rua de João Machado, 9-11/Apart. 375/3007 COIMBRA CODEX
 Rua de S. João Nepomuceno, 8-A/1200 LISBOA

PORTO EDITORA, LDA./SOC. QUOTAS/C.R.C. PORTO N.º 11254/CAPITAL SOCIAL PTE 261 950 000433

A vasta colecção «Dicionários Editora» acaba de ser enriquecida com a publicação da 6.ª edição do Dicionário da Língua Portuguesa. Uma obra invulgar para o nosso país, feita em moldes somente utilizados em enciclopédias, com a colaboração de professores de comprovada competência, tanto em matéria generalizada, como da especialidade. Enriquecida não só no aspecto etimológico, com muitos dados novos relativos à origem e evolução de cada vocábulo, que aumentaram esta edição em mais de duas centenas de páginas, como também pelo alargamento do apêndice de «palavras e locuções estrangeiras».

V.2.

A formação do Estado fascista em Portugal à luz da correspondência diplomática britânica.

A FORMAÇÃO DO ESTADO FASCISTA
EM PORTUGAL
À LUZ DA CORRESPONDÊNCIA DIPLOMÁTICA
BRITÂNICA (1926-1933)*

João Arsénio Nunes

Embora em geral marcado por momentos característicos de ruptura, o processo de passagem de um Estado democrático a um Estado fascista é sempre um fenómeno histórico de certa duração. A Itália não acordou fascista na madrugada da «marcha sobre Roma» nem a Alemanha se tornou nazi simplesmente pelo decreto presidencial que nomeava Adolfo Hitler como *Reichskanzler*. Por maior que tenha sido a importância destes dois factos isoladamente, eles são momentos de um processo iniciado antes e que se concluiu depois, processo aliás muito mais rápido no segundo caso do que no primeiro. O acesso de Mussolini ao poder não é concebível sem a cumplicidade do Estado italiano em relação às acções do movimento fascista e a colaboração que entre 1920 e 1922 em vários momentos se estabeleceu entre partidos democrático-burgueses e o fascismo. Por outro lado, após Outubro de 1922 mantêm-se em Itália uma pluralidade de partidos, uma coligação governamental, um Parlamento, e até as organizações económicas e políticas do movimento operário. Só com as «leis fascistíssimas» de 1925-1926, que liquidam a liberdade de associação, retiram os poderes ao Parlamento e os concentram no chefe do Governo, suprimem as liberdades individuais e criam um novo mecanismo repressivo, é que o Estado italiano se transforma em Estado fascista. Na Alemanha, o processo de fascização é muito mais rápido, e no essencial fica completado com as medidas de terror que sucedem ao incêndio do Reichstag. Mas estas medidas são adoptadas a coberto do mesmo Art. 48º da Constituição de Weimar, que desde 1930 servira à introdução de uma prática legislativa que prescindia da vontade do Parlamento e limitava gravemente os direitos sociais e políticos dos trabalhadores.

Um processo de fascização pode dar-se por concluído, e um Estado fascista pode considerar-se em vigor, quando:

— Foram essencialmente restringidas as liberdades individuais, e nomeadamente as liberdades políticas;

* Agradeço a Manuel Villaverde Cabral ter posto à minha disposição as fotocópias dos documentos arquivados no Public Record Office, de Londres, em que se baseia esta comunicação.

- Foi eliminado, ou essencialmente afectado na sua composição e poderes, o Parlamento como instituição representativa eleita;
- Se dá a concentração do poder em poucas mãos, em torno de uma chefia de tipo carismático;
- São proibidas as organizações económicas e políticas do movimento operário;
- As organizações de trabalhadores são integradas no Estado!

Por outro lado, um processo de fascização implica sempre uma reorganização das ideologias formadoras do consenso e dos aparelhos ideológicos. Nos casos italiano, alemão e português, com soluções em concreto diferenciadas, essa reorganização teve nomeadamente implicações em relação ao lugar e funções das ideologias monárquica e religiosa.

Tendo em conta o conjunto destes factores, é possível afirmar que em Portugal não existe um Estado fascista antes de 1933. O processo de fascização iniciou-se antes de 1926 — basta pensar na violação das liberdades representada pelas numerosas deportações sem julgamento de 1925, na tolerância para com os conspiradores da revolta de 18 de Abril desse ano, no próprio comprometimento das cúpulas do Estado com certos aspectos do golpe de 28 de Maio. Um momento essencial da fascização foi depois marcado pelo golpe militar, ao suprimir o Parlamento e concentrar o poder na Junta Militar e no Governo. Novos passos para o fascismo são dados na sequência da repressão à revolta de 3/7 de Fevereiro de 1927, com mais marcada repressão das liberdades de organização política e sindical. Mas é só com a formação da União Nacional em 1930, a definição do plano de Estado corporativo, a crescente concentração do poder nas mãos de Salazar, que se configura o Estado fascista — finalmente completado com a aprovação da Constituição de 1933, a destruição das organizações do movimento operário, a criação da organização corporativa.

A correspondência que os diplomatas britânicos acreditados em Lisboa enviam para o Foreign Office permite acompanhar este processo.

Desde pouco depois do 28 de Maio encontram-se nos relatórios dos representantes ingleses várias referências ao sentido autoritário da experiência da Ditadura Militar. Assim, logo em 16 de Julho de 1926 o encarregado de negócios Grand-Watson observa que «o plano do Ministério é conduzir o Governo exclusivamente como um corpo executivo, apoiado pelo Exército, e não tencionam regressar ao parlamentarismo. O regime de Primo de Rivera é claramente o seu modelo, e o general Carmona um admirador de Espanha»².

A revolta de 3/7 de Fevereiro de 1927, que é acompanhada pelos diplomatas britânicos com minuciosa atenção e enorme preocupação, revela a persistência de uma vigorosa oposição popular à ditadura. A estabilidade do novo regime necessita que ele organize uma base de massa, o que exige, como escreve em carta para Austen Chamberlain, de 15 de Julho de 1927, o embaixador Lancelot Carnegie, que se organize uma força política conservadora para apoiar a ditadura e finalmente lhe suceder³. É neste sentido que é entendida a formação da União Nacional Republicana, que Grand-Watson refere em relatório de 7 de Outubro como «organização civil formada em imitação do *somatén* espanhol»⁴. Lamenta o pouco êxito que a UNR está tendo na conquista de adesões porque, escreve, «é esta falta de cooperação civil que constitui a principal fonte de fraqueza do presente regime». No contexto deste tipo de preocupação, e pouco depois da revolta de 20 de Julho de 1928, surge na correspondência a primeira referência explícita ao fascismo. Em carta de 3 de Agosto de 1928, escreve, com efeito,

o embaixador Barclay, a propósito da crescente influência cultural italiana em Portugal e da visita a Portugal de cruzadores italianos: «A nação portuguesa tem muito a aprender do regime fascista. A doutrina da completa subserviência do indivíduo ao Estado poderia com proveito ser pregada e praticada aqui, onde o patriotismo, que pede o sacrifício dos interesses individuais em benefício da comunidade, é um fruto raro e enfermizo»⁵.

Desde 1928 que em vários relatórios é sublinhado o papel preponderante que Salazar tende a assumir no seio da ditadura, como a sua principal «inteligência construtiva» (relatório do embaixador C. Barclay, de 12 de Novembro de 1928⁶), «indubitavelmente a mais proeminente personalidade em Portugal hoje» (relatório do mesmo a 4 de Janeiro de 1929⁷), ou ainda (relatório do encarregado de negócios Osborne de 9 de Julho de 1929⁸) «virtual ditador do país».

Na segunda metade de 1929 desenvolve-se no seio do ministério Ivens Ferraz uma oposição entre aqueles que, encabeçados pelo chefe do Governo, defendem um regresso à normalidade (entendida esta como o estabelecimento de uma versão corrigida do sistema constitucional da Primeira República) e os que entendem caber à ditadura a função de criar um novo regime político. Desse confronto sai vencedora a segunda tendência, o que vem a traduzir-se na formação de um novo Governo, chefiado pelo general Domingos de Oliveira. Um momento significativo nesta evolução é marcado pelo discurso que em 21 de Outubro Salazar dirige aos representantes dos municípios, no qual explicita a perspectiva de criação de um Estado Novo e de uma nova Constituição, assentes em princípios nacionalistas e corporativos⁹.

A formação do Governo Domingos de Oliveira coincide com a passagem, a nível mundial, a um período marcado pelas consequências da crise económica de 1929, que terá como traço mais marcante a consolidação das tendências autoritárias e o desenvolvimento dos movimentos fascistas em vários países europeus. Neste contexto se dá, em Portugal, a formação da União Nacional, oficialmente inaugurada na sessão de 30 de Julho de 1930, em que são tornadas públicas as suas bases programáticas. No discurso pronunciado nesta sessão, Salazar desenvolve os princípios que presidirão à Constituição do Estado Novo: nacionalismo, reforço do poder executivo, limitação do legislativo, corporativismo¹⁰.

Já em Junho o projecto de criação da União Nacional fora publicamente anunciado pelo ministro do Interior. Reportando-se a tal anúncio, o encarregado de negócios Frederick Adam explica no seu relatório de 17-6 que se tem em vista habilitar a ditadura «a prosseguir o seu benéfico trabalho com meios constitucionais para a sua continuação como forma civil de governo»¹¹. E comenta: «A analogia entre esta ideia e o fascismo é talvez à primeira vista o seu traço mais marcante». Considerando a iniciativa como resultado da vaga de nacionalismo que então se desenvolve, o diplomata britânico interroga-se sobre a aplicabilidade a Portugal dos *métodos* do fascismo italiano. Conclui, entretanto, que não pode deixar de merecer apoio o esforço para superar a má administração do passado e criar «uma forma de Governo que não dependa apenas do Exército para a sua manutenção». Pouco depois, no relatório de 5 de Julho de 1930¹², coloca-se o problema de saber em que medida a UN terá capacidade de organizar o consenso de forças políticas de origem diversa, e nessa base conseguir finalmente um apoio de massa no país. A este respeito, regista as declarações favoráveis de representantes do Centro Católico e das duas facções monárquicas, sublinhando a importância prática dos últimos: embora não

contem com grande influência sobre a população em geral, são os detentores das «tradições que o Governo gostaria de adquirir».

Com a fundação da UN e a decisão de passar à construção do «Estado Novo», a ditadura insere-se abertamente nas tendências europeias de nacionalismo autoritário. No discurso de 30 de Julho, Salazar afirmara que, apesar dos «motivos de ocasião» e da «cor local», a ditadura era «um fenómeno da mesma ordem dos que por esse mundo, nesta hora, com Paramentos ou sem eles, se observam, tentando colocar o poder em situação de prestígio e de força contra as arremetidas da desordem»¹³. Entra-se então num período decisivo para os destinos do país, e do facto têm consciência os diplomatas ingleses. O encarregado de negócios Adam escreve a 6 de Setembro: «Nas próximas semanas decidir-se-á se a ditadura consegue ter êxito no seu apelo às bases do país»¹⁴. É com cepticismo que nos finais de 1930 o embaixador Francis Lindley encara a situação: em relatório de 6 de Outubro, duvida de que a União Nacional «consiga desempenhar um papel muito mais importante do que a abortada União Patriótica do general Primo [de Rivera]»¹⁵. Tal cepticismo é reforçado pelo receio de que as perturbações em Espanha venham a reflectir-se na situação portuguesa, e pela constatação de que tende a ressurgir no seio da ditadura a oposição entre os partidários de um regresso à Constituição parlamentar e os que se agrupam em volta de Salazar, que consta estar «ocupado em redigir uma Constituição totalmente nova, algo segundo o modelo fascista, com a União Nacional a desempenhar o papel do partido fascista», como escreve no relatório de 24 de Janeiro de 1931¹⁶.

A revolta da Madeira e a proclamação da República em Espanha, ambas ocorridas em Abril de 1931, levam o embaixador a encarar a situação com ainda maior preocupação e a pedir o envio para o Tejo de dois navios de guerra ingleses, o que vem a acontecer. «Parece ser apenas uma questão de tempo que em Portugal haja um rebentamento de uma espécie ou outra», escreve no seu relatório de 18 de Abril¹⁷.

É no ambiente de triunfo contra-revolucionário marcado pela derrota da revolta da Madeira e a repressão à agitação em Lisboa e no Porto que vêm a ter lugar novas iniciativas tendentes à consolidação do regime. A 17 de Maio realiza-se um grande comício no Coliseu, destinado a inaugurar a actividade da União Nacional, após a constituição das suas comissões regionais e locais. A este comício se refere o encarregado de negócios Adam no relatório de 22 do mesmo mês, onde nota que «as aclamações tiveram por vezes uma certa qualidade fascista»¹⁸. A comparação com o fascismo surge também no comentário do funcionário do Foreign Office que aprecia este relatório: «A União Nacional é primariamente, decerto, o resultado de um estudo comparativo dos métodos do general de Rivera e do senhor Mussolini. O fracasso do primeiro em constituir um séquito político organizado foi um erro fatal»¹⁹.

Apesar da derrota da revolta da Madeira, a situação dos meses seguintes não é de estabilidade. O anúncio da realização de eleições funciona como elemento dinamizador das actividades da oposição, que se junta na Aliança Republicana e Socialista. Os acontecimentos em Espanha exercem também uma certa influência em Portugal, constantemente registada nos relatórios dos diplomatas ingleses e vista como principal factor da «erupção de propaganda comunista e iberista» então em curso. Tal erupção é tanto mais preocupante quanto se começam a sentir os efeitos da crise mundial e, com o desemprego, surge a fome nalguns lugares do país (relatório de 14 de Junho²⁰). Nestas condições, a impopularidade do Governo, e em particular de Salazar, aumenta. Segundo o relatório de 22 de Agosto, o «virtual

ditador» «já não parece destinado a ser o salvador do seu país»²¹. Se houvesse eleições, o Governo sairia derrotado. E coloca-se a hipótese de novos surtos de violência.

De facto, a 26 de Agosto dá-se nova revolta militar, com participação civil. O esmagamento da revolta dá oportunidade a generalizadas medidas de repressão, adoptadas no Conselho de Ministros de dia 28. Nomeadamente é decidida a deportação para uma das colónias (será Timor) dos implicados na revolta, a depuração do funcionalismo, o «aperfeiçoamento» da polícia política, o reforço da censura e apreensão de publicações, a proibição de reuniões oposicionistas, o desenvolvimento da organização e imprensa da UN. Intensificam-se a partir de então as pressões para levar Salazar à chefia do Governo. O relatório de 21 de Setembro de F. Adam²² nota que na quinzena transacta a ditadura e em especial Salazar reforçaram muito as suas posições.

Neste clima, inicia-se um esforço mais sistemático de implantação das instituições corporativas. O relatório de 21 de Setembro destaca a importância do decreto (publicado a 24-9) que, com a criação do Conselho Superior da Economia Nacional, simultaneamente estrutura a organização corporativa das associações operárias e patronais. Pela primeira vez num diploma legislativo é desenvolvida de forma sistemática a concepção corporativa do Estado, cujos fundamentos e objectivos contra-revolucionários são explicitados, como devendo servir de base a toda a edificação sucessiva das instituições do Estado Novo. O diplomata inglês considera o documento «uma interessante experiência no sentido da estabilização política».

Em 22 de Dezembro será por sua vez instituído (Decreto nº 20643) o Conselho Político Nacional, a que a lei atribui «função consultiva nos assuntos de alta importância relacionados com o plano de reorganização política e administrativa que teve em vista o movimento de 28 de Maio de 1926». O relatório de F. Adam de 19 de Outubro²³ refere-se já ao projecto de criação deste Conselho e põe em relação com ele a nomeação de um ministro do Interior não militar (Mário Pais de Sousa): as novas instituições devem evidenciar a existência de apoios não limitados ao Exército ou, na expressão do relatório, pretende-se que o novo Conselho «seja inaugurado sob outros auspícios que não os da espada». O mesmo relatório sublinha a tendência crescente, nos círculos governamentais e na imprensa, para exaltar o exemplo de regimes ditatoriais estrangeiros, designadamente o italiano. Em comentário, um responsável do Foreign Office observa: «A situação em Portugal melhora (...). O Conselho Político Nacional tem uma marcante semelhança, na composição e funções, com o Grande Conselho Fascista».

Em Novembro, Salazar concede uma entrevista a um jornal francês, na qual repete que a próxima introdução de uma Constituição não significa um regresso ao regime parlamentar, e que no quadro dela os poderes do legislativo serão drasticamente restringidos. O embaixador Claud Russel transmite, em relatório de 26 de Novembro²⁴, o conteúdo desta entrevista, e nota que Salazar decerto tem em mente o «exemplo jugoslavo». Howard Smith, do Foreign Office, comenta: «O Governo está assumindo uma compleição cada vez mais fascista».

A evolução nos primeiros meses de 1932 confirma e acentua a tendência para a estabilização do novo quadro político. O relatório do embaixador de 7 de Janeiro²⁵ fala mesmo, a propósito da publicação na imprensa duma mensagem de D. Manuel, na emergência de uma «nova época» nas relações entre os monárquicos e o regime. Concomitantemente, modifica-se o quadro ideológico global, com o que o mesmo relatório designa de

«renascimento religioso»: «Procissões e peregrinações estão a reviver, e é possível que em breve reapareçam mesmo nas ruas de Lisboa. Os padres, durante muito tempo invisíveis, são agora de novo vistos pela cidade». Nos primeiros meses de 1932, um grande número de relatórios é essencialmente dedicado à análise do projecto de Constituição, cujas bases são anunciadas publicamente em Fevereiro e cujo texto é finalmente publicado em 28 de Maio. No relatório de 4 de Março²⁶, o embaixador Russel, reportando-se às bases comunicadas pelo ministro do Interior, considera que o projecto representa essencialmente uma perpetuação do regime ditatorial. Mas, a ser concretizado, constituiria uma «notável realização», uma vez que contém «tanta liberdade quanta esta população iletrada e simples está em posição de apreciar». No relatório de 28 de Maio sobre o projecto nesse dia publicado, observa-se que «seria ocioso pretender que tem qualquer carácter democrático»²⁷. Trata-se, sim, da invenção de uma «oligarquia constitucional». A análise mais extensiva do projecto constitucional, que consta do relatório de 9 de Julho do encarregado de negócios Adam²⁸, considera que a «qualidade fascista» do corporativismo presente no projecto, tornando-o inconveniente para anglo-saxões, não deixa de ser adequada num país que se deu mal com a «filosofia francesa» anteriormente adoptada. Em comentário a este relatório, o responsável do Foreign Office, Wiggin, especifica a semelhança com o fascismo italiano em relação a três pontos principais: a existência do Conselho de Estado (comparado ao Grande Conselho Fascista), da Câmara Corporativa e de tribunais especiais para crimes políticos.

Com a definição do quadro constitucional, o regime consolida e alarga o consenso à sua volta, atraindo a si «novos elementos que até aqui resistiram a um governo militar», como nota o embaixador em carta de 30 de Junho²⁹. Atrás de Salazar encontram-se agora, afirma o relatório de Frederick Adam de 8 de Julho³⁰, não só o Exército mas todos os elementos mais firmes do país, nomeadamente a «*business community*», confiante no seu homem e nas suas medidas». A morte de D. Manuel, dias antes da tomada de posse de Salazar como chefe do Governo, e a decisão de organizar funerais nacionais para o último rei de Portugal, facilitaram ao Governo enterrar a questão do regime, ao mesmo tempo que alargavam as adesões do sector monárquico ao Estado Novo.

Na segunda metade de 1932 e ao longo de 1933 surgem, porém, com referência nomeadamente à manifestação de 4 de Setembro de 1932 em Alcântara, às greves nas minas de São Domingos e às violentas confrontações ocorridas com os nacionais-sindicalistas em Ermesinde, referências a um «recrudescimento da actividade comunista em Portugal»³¹. É sobre este pano de fundo que deve entender-se o esforço do regime por uma intensificação da acção política. Ainda em Novembro de 1932 são nomeados os corpos dirigentes da UN, representativos de todos os matizes do apoio ao regime, como diz o embaixador Russel³². Do Foreign Office observa-se, a este propósito, que «o Dr. Salazar está procurando tornar a UN comparável em importância ao Partido Fascista em Itália»³³. No final do ano, os novos decretos sobre reorganização da polícia, repressão aos crimes políticos e amnistia inserem-se na mesma direcção de alargamento do consenso e simultânea intensificação da repressão àqueles que persistem em não aceitar o «Estado Novo».

Em 1933, o regime apresenta-se, portanto, substancialmente consolidado e em condições de tomar uma série de medidas «construtivas» da nova ordem — é o ano do plebiscito constitucional, da Conferência Imperial, da realização da Exposição Industrial Portuguesa, da adopção de importantes

medidas no plano da organização económica corporativa, da criação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE).

Os resultados do plebiscito constitucional são objecto de uma pormenorizada análise anexa ao relatório de 5-5-1933 do embaixador Russel. Nela se nota o contraste entre a votação favorável claramente maioritária a norte do Tejo, e o predomínio das abstenções a sul dessa linha. Em especial os dois terços de abstenções em Lisboa mostram que a capital «ainda não está conquistada para o Estado Novo e, com o seu pouco invejável registo de revoluções, precisará de ser vigiada»³⁴.

Outras medidas importantes na consolidação do Estado Novo são neste ano a publicação do Estatuto do Trabalho Nacional e da legislação sobre sindicatos nacionais e grémios, com que se põe termo aos sindicatos livres e se estabelece a organização corporativa do trabalho. Sobre ela incide o relatório de 25 de Agosto³⁵, em comentário ao qual um responsável do Foreign Office mais uma vez observa que a ideia corporativa é tomada do fascismo. Manifestando dúvidas de que ela chegue a ser seriamente aplicada em Portugal, acrescenta: «É, porém, de presumir que seja boa política na formação de um regime semiditatorial fornecer à população uma saída para as suas actividades em instituições não políticas, mesmo que tais instituições não realizem muito.»

Nos últimos meses de 1933, a correspondência diplomática refere-se novamente à existência de diversos factores de instabilidade: aos boatos de crise governamental e divergências nas esferas dirigentes, somam-se as iniciativas «revirahistas», que virão a culminar na revolta de Bragança, nos finais de Outubro. Ao mesmo tempo, desenvolve-se uma «aguda fase do movimento comunista»³⁶, no quadro da qual ocorrerá, a 18 de Janeiro de 1934, o movimento insurreccional contra a dissolução dos sindicatos. Em mensagem ao *Times* de 10 de Outubro, Salazar afirma a disposição de pôr termo pelos meios policiais a todos os factores de perturbação e «passar da defensiva à ofensiva», apressando a construção do Estado Novo e realizando eleições para a Assembleia Nacional em 1934. Ainda em Outubro, é fundado o Secretariado de Propaganda Nacional. Em Novembro é publicada nova legislação sobre repressão aos crimes políticos e são deportados 240 presos, acusados de implicação na revolta de Bragança. O relatório de 23 de Novembro do encarregado de negócios Adam reporta estes factos, e nota também o impulso dado à acção propagandística da União Nacional e o concomitante desenvolvimento da Acção Católica. Conclui: «O primeiro-ministro defronta, não pela primeira vez, uma situação séria com determinação e espírito construtivo, e é muito de esperar que conseguirá vencer»³⁷.

Conclusão

Na moderna literatura não marxista acerca do fascismo, tende frequentemente a dar-se uma importância essencial, para a definição do conceito, a um conjunto de características formais e retóricas do modo como os primeiros movimentos assim designados surgiram na cena das lutas políticas. Por exemplo, na descrição tipológica proposta por Stanley Payne, são elementos definidores, entre outros, a defesa de um «credo idealista e voluntarista», a insistência num «princípio masculino» e a «exaltação da juventude sobre outras fases da vida»³⁸. Outros aceitam como critério de distinção entre fascismo e conservadorismo a diferença de posições em relação à problemática filosófica do totalitarismo, à dicotomia «cristianismo»/«paganismo», à existência ou não de um culto da «violência»,

ou ainda a diferente hierarquização entre a «política», a «moral» e o «direito»³⁹. Na prática, isto significa aceitar como critério gnoseológico o discurso dos protagonistas históricos acerca de si próprios, e encetar a análise científica no terreno ideológico que eles próprios demarcaram. Sem dúvida que o discurso dos agentes, por exemplo o discurso filosófico, é um elemento essencial da realidade, mas ele só pode servir como critério analítico pertinente na medida em que for previamente decifrada a função prática das categorias que utiliza.

Parece entretanto mais viável encontrar elementos de conhecimento de uma dada realidade histórica na equacionação que os contemporâneos fazem dos problemas existentes e das soluções adoptadas do que nas formulações bastante mediatizadas da filosofia.

É deste ponto de vista, como conjunto de análises de política prática, no seu materialismo empírico, que a correspondência diplomática inglesa, de que referimos alguns aspectos, pode contribuir para o conhecimento da realidade do regime político que se forma em Portugal no princípio dos anos 30. Questão aí equacionada com prioridade é a da necessária contenção da expressão política das classes populares, que se desenhara no último período da República e se manifestava em cada movimento insurreccional de oposição à ditadura.

A formulação deste problema assume por vezes formas abertamente racistas⁴⁰. Prende-se, por outro lado, com a abordagem do problema do comunismo como questão de política internacional⁴¹.

Definida assim a preocupação central da diplomacia inglesa em Portugal, a equacionação dos problemas a resolver para a consolidação de um novo regime sucede-se com lógica: trata-se de estabilizar uma forma de poder que não dependa de mutáveis combinações de partidos e da respectiva expressão numa Assembleia; que tenha como uma das suas traves básicas de sustentação um «corpo nacional» como o Exército, mas ao mesmo tempo capaz de expandir a sua força na «sociedade civil». Este objectivo implica a organização de um «séquito de massa» em torno de uma chefia carismática. O que por sua vez envolve uma reorganização ideológica: em volta do núcleo *nacionalista*, fundem-se as «tradições monárquicas» com a aceitação do quadro formal republicano, sendo o todo aglutinado com a influência religiosa e a filosofia corporativista. A este resultado de conjunto, e pelas semelhanças que nele encontravam com o que conheciam em Itália, os diplomatas ingleses em Lisboa e os seus superiores hierárquicos em Londres achavam bem chamar *fascismo*.

NOTAS

- 1 Cf. Ernst Gottschling, «Der faschistische Staat. Das deutsche Beispiel», in Dietrich Eichholz e Kurt Gossweiler, *Faschismus Forschung - Positionen, Probleme, Polemik*, Akademie Verlag, Berlin, 1980.
- 2 Public Record Office, FO 371/11927 XC/B5904.
- 3 FO 371/12703 XC/85948.
- 4 Idem.
- 5 FO 371/13427 5961.
- 6 Idem.
- 7 FO 371/14151 5961.
- 8 Idem.
- 9 Oliveira Salazar, *Discursos I*, Coimbra Editora, pp. 19-42.
- 10 Idem, *ibidem*, pp. 67-96.
- 11 FO 371/15019 5961.
- 12 Idem.
- 13 Salazar, *op. cit.*, p. 73.
- 14 FO 371/15019 5961.
- 15 Idem.
- 16 FO 371/15758 XC/A/044575.
- 17 Idem.
- 18 Idem.
- 19 Idem.
- 20 Idem.
- 21 Idem.
- 22 Idem.
- 23 Idem.
- 24 Idem.
- 25 FO 371/16492 XC/A 44615.
- 26 Idem.
- 27 Idem.
- 28 Idem.
- 29 Idem.
- 30 Idem.
- 31 Relatório de 23-9-1932, FO 371/16492 XC/A 44615.
- 32 Relatório de 18-11-1932, FO 371/16492 XC/A 44615.
- 33 Idem.
- 34 FO 371/17415 XC/A 44615.
- 35 FO 371/17416 XC/A 44615.
- 36 Relatório de 3-11-1933, FO 371/17416 XC/A 44615.
- 37 FO 371/17416 XC/A 44615.
- 38 Stanley Payne, *El Fascismo*, Alianza Editorial, Madrid, 1982.
- 39 Manuel Braga da Cruz, «Notas para uma caracterização política do salazarismo», comunicação ao colóquio A Formação de Portugal Contemporâneo, in *Análise Social*, nº 72/73/74, Lisboa, 1982, pp. 773-794.
- 40 Assim, por exemplo, no relatório anual de 1928 (FO 371/14159, 8-3-1929), Sir Colville Barclay coloca o «problema vital» de saber se «o declínio de Portugal é uma consequência inevitável da inferioridade racial ou se a raça portuguesa é susceptível de transformação». Observa que a influência da mestiçagem e do clima tornaram a nação «física, mental e moralmente degenerada» — «80 por cento tuberculosa ou sífilítica, 60 por cento iletrada, e quase toda incuravelmente emocional, volátil, incapaz de esforço sustentado ou pensamento lógico». Esta caracterização aplica-se primariamente à população urbana de Lisboa e Porto, e assim o embaixador conclui: «Se fosse realizável o extermínio sem dor de alguns milhares da população de Lisboa, as perspectivas seriam bastante mais esperançosas.»
- 41 V., por exemplo, o comentário de Howard Smith, do Foreign Office, ao relatório de 29-9-1931 do encarregado de negócios Adam (FO 371/15758 XC/A/044575), em que se coloca a hipótese de uma intervenção militar britânica no caso de uma evolução revolucionária em Espanha que se repercutisse em Portugal: «A Península é

totalmente diferente da Rússia, porque contra a última a Europa é impotente, ao passo que não vejo a França e mesmo a Itália a assistir sossegadamente consentindo à Espanha e a Portugal arderem no fogo vermelho, e penso que teríamos de intervir.»

V.3.

Um estudo gramsciano do antifascismo português.

João Arsénio Nunes

Um estudo gramsciano do antifascismo português(*)

É um lugar-comum falar-se das carências da investigação e informação sobre a história portuguesa contemporânea. Menos conhecido é o facto de que existe hoje publicado um número considerável de trabalhos em línguas estrangeiras neste domínio, que permanecem, por falta de iniciativa editorial, quase ignorados entre nós. É o caso, para me limitar a livros recentes que conheço, das obras de Tom Gallagher (1), Richard Robinson (2), Graham e Makler (3), Howard Wiarda (4), Philippe Schmitter (5), Peter Merten (6) e ainda da tese do português Marcelino Passos (7), recentemente editada na RFA. A divulgação destes trabalhos entre nós justificar-se-ia não só pelo seu valor informativo intrínseco, mas também como contribuição para generalizar hábitos de clareza, concisão e eficácia comunicativa que na publicística portuguesa ainda não são dominantes.

O livro da professora de História da Universidade de Toronto Dawn Linda Raby, recentemente editado pela Manchester University Press, é um bom exemplo das mencionadas qualidades, aplicadas a um terreno de investigação praticamente virgem (do ponto de vista de uma historiografia cientificamente conduzida e se abstrairmos de pequenos trabalhos anteriores da própria autora) — o da história do antifascismo em Portugal entre 1941 e 1974.

As 288 magras páginas deste volume podem induzir em erro quanto à efectiva dimensão do trabalho que nele se contém.

Na realidade, *Fascism and Resistance in Portugal* é produto de uma pesquisa conduzida durante perto de dez anos e que utiliza fontes diversíssimas — do Public Record Office de Londres à Bi-

blioteca Nacional de Lisboa, passando pelo arquivo do *Século*, o do Tribunal da Boa-Hora, vários arquivos pessoais e 36 entrevistas com protagonistas significativos.

A autora decidiu restringir o âmbito da investigação aos anos 1941-1974. A opção funda-se em razões de método e de substância: as dificuldades de documentação acerca dos anos 30 são quase insuperáveis; e, em relação ao Partido Comunista, que constitui um núcleo central da obra, a reorganização de 1940-1941 assinala uma mudança (em termos de grupo dirigente, de implantação nacional e parcialmente de estratégia) que legitima a consideração autonomizada deste período. Acresce que a ligação entre os anos 30 e numerosos aspectos da história da República é tão estreita, que tomá-los em conta obrigaria a uma outra investigação.

Fascism and Resistance é um estudo de história política, não de sociologia ou politologia, e nesse sentido o carácter descritivo é nele predominante. Não deixa por isso de ter uma unidade problemática, explicitamente enunciada na introdução e na conclusão. D. L. Raby considera o salazarismo como uma forma de fascismo e, citando Gramsci, encara o fascismo como forma de organização do poder político tendente a gerar um apoio de massa para um projecto político reaccionário. O fascismo é assim uma forma moderna de organização da *hegemonia*, enquanto combinação orgânica de repressão e consenso tornada necessária numa situação em que a presença das classes populares na luta política não pode já ser eficazmente defrontada apenas pelos meios tradicionais de influência, repressão e marginalização pró-

prios do Estado liberal. Mais especificamente, o regime português foi «um fascismo fraco, semiperiférico, apropriado à posição de um país fraco, semiperiférico».

Partindo daqui, o problema teórico que a autora coloca, e que a análise do caso português contribui para esclarecer, é o das condições e limites de eficácia dos movimentos de resistência contra regimes fascistas. O exemplo português não se mostra, *prima facie*, encorajador: «como registo de frustração política, a história da resistência portuguesa tem poucos paralelos». Porém, no ponto de vista da autora, tal constatação superficial não esgota o assunto. Também em relação à resistência, o êxito ou fracasso deve medir-se pela capacidade de «construir hegemonia», isto é, de influenciar duradouramente as forças sociais, penetrando nas mentalidades, moldando comportamentos e estruturas colectivas, formando tradições: «quando um regime dura tanto como este, os seus valores, práticas e instituições tornam-se parte da cultura nacional; e os valores, práticas e instituições da resistência tornam-se também parte dessa cultura. Portugal é Salazar, a Legião, a PIDE, tradição, submissão e conformismo; é também o PCP, os conspiradores republicanos, Humberto Delgado, fraternidade, protesto e rebelião». O «trabalho de toupeira» da resistência não só se repercutiu nos desenvolvimentos pós-25 de Abril como na constatação de hoje de que «a ordem neocapitalista está bastante menos segura em Portugal do que na vizinha Espanha».

D. L. Raby descreve sistematicamente o desenvolvimento histórico da oposição antifascista portuguesa. Assim, ao citado capítulo introdutório segue-se outro sobre o período 1941-1957 visto em panorama geral, em que se aborda a génese, durante a Guerra, do MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Antifascista), depois a formação do MUD (Movimento de Unidade Democrática) legal, a campanha de Norton de Matos (1949), a

mudança das condições nacionais e internacionais nos anos 50 e o correlativo retrocesso da influência da Oposição. É assinalada a oposição de concepções estratégicas que desde princípio se registou entre o PCP, essencialmente (pre)ocupado com organização e mobilização de massa, e o *putschismo* preponderante nos seus aliados da burguesia democrática.

O verdadeiro núcleo da obra situa-se nos capítulos 3 a 6, constituindo os seus dois blocos principais: o primeiro dedicado ao PCP (pp. 41-149), o segundo à temática do «populismo militar» (pp. 150-218), na qual a figura de Humberto Delgado e os acontecimentos que protagonizou ocupam o lugar preponderante.

Nesta combinatória (PCP-populismo-militares) reside para a autora a chave do entendimento da história recente de Portugal: o que implica uma certa, e aliás expressamente reconhecida, subalternização das oposições burguesas e sociais-democratas. Plenamente justificada do ponto de vista da importância explícita das organizações e acções que estas correntes promoveram, tal subalternização correria o risco de subestimar um dado sócio-ideológico permanente da sociedade portuguesa contemporânea como é esse liberalismo, índice, apesar da sua fraqueza, de tradições e disposições das classes médias com as quais o próprio fascismo teve de transigir, que condicionam profundamente as modalidades e articulações concretas do «populismo militar» entre nós, e que além disso têm de ser (e são) tomadas em conta na estratégia revolucionária. No entanto, a própria autora assinala o «valor de testemunho» da oposição burguesa, enquanto sintoma da «vulnerabilidade do regime entre a sua clientela pequeno-burguesa».

Os capítulos dedicados ao PCP constituem a parte mais inovadora e informativamente mais rica do livro. Embora o estudo propriamente se inicie com a reorganização de 1940-1941, da qual data a ascensão do partido a uma posição de «hegemonia in-

VÉRTICE

disputada» simultaneamente no movimento operário e no conjunto da oposição antifascista, há também alguns dados interessantes acerca da segunda metade dos anos 30. Nomeadamente, é analisado com certo detalhe um documento de 1938, «Objectivos e Tática da Frente Popular», cuja autoria D. L. Raby admite poder atribuir-se a Álvaro Cunhal, e no qual se conteria uma antecipação da política efectivamente posta em prática após a reorganização.

A análise da história do Partido não se limita à exposição da respectiva estratégia e das deliberações dos congressos. Apesar das limitações resultantes de continuar a não existir um arquivo do Partido, é abordada também a vida e acção dos funcionários na clandestinidade, e mesmo dedicada um secção aos «fundamentos da hegemonia do PCP na classe operária», em que são detalhadamente analisados — na base da imprensa legal e clandestina da época e do testemunho de militantes como Octávio Pato — as greves e os movimentos populares contra a crise dos abastecimentos no período da II Guerra Mundial. Note-se a propósito que a autora pôde fazer amplo uso das publicações existentes no arquivo do *Avante!*, o que constitui um desmentido prático da lenda da inacessibilidade das colecções documentais do Partido aos historiadores não comunistas. Em relação às questões da vida interna do PCP, D. L. Raby soube utilizar os processos do Tribunal Plenário e a documentação neles contida — o que fez com seriedade e escrupulo modelares.

São ainda abordadas, embora sem suficiente base documental, as divisões surgidas entre os presos do Tarrafal no princípio dos anos 40, que levaram à formação do «Grupo dos Comunistas Afastados» e ulteriormente à expulsão do Partido de José de Sousa, que fora com Bento Gonçalves o principal dirigente na década de 30, e de outros. A descrição deste ponto é, porém, toda baseada nos próprios documentos partidários editados na época,

sem que tenha sido ouvido nenhum dos sobreviventes do mencionado «Grupo dos Comunistas Afastados», que poderia proporcionar uma visão mais completa. Assim, vem a ser atribuída a José de Sousa uma posição doutrínaria estruturada, que se filiaria no pensamento de Rosa Luxemburgo e no «comunismo dos conselhos», implicando a recusa de quaisquer compromissos e alianças, o que me parece algo fantasioso.

Os problemas de concepção estratégica são dos que mais atraem a atenção da autora. A sua percepção da lógica política do PCP revela considerável agudeza, ao acentuar a combinação de flexibilidade e intransigência que Álvaro Cunhal lhe imprimiu desde, pelo menos, o Congresso de 1943: «A linha de Cunhal, que seria prosseguida com notável coerência até 1974 [...] consistia em maximizar o campo da unidade antifascista, incorporando elementos da burguesia liberal e mesmo dissidentes fascistas, ao mesmo tempo que rejeitava quaisquer ilusões acerca da benevolência do próprio regime ou a probabilidade da sua dissolução voluntária ou pacífica.» Tal orientação contribuiu decisivamente para evitar em Portugal uma evolução de tipo transformista e para que a democracia portuguesa se constituísse numa ruptura institucional com o fascismo que ainda hoje dificulta às classes dominantes a reorganização política da sua hegemonia.

Sem prejuízo da objectividade da sua exposição, D. L. Raby não se coíbe — e nisso não faz mais do que analisar as várias possibilidades das situações históricas, o que é tarefa do historiador — de avaliar criticamente o comportamento das forças políticas, nomeadamente o PCP, em momentos determinados, como 1958 e 1962. De uma maneira geral, a sua apreciação vem a convergir com a crítica formulada nos anos 60 pela «extrema-esquerda», no sentido de considerar que uma iniciativa mais decidida nessas situações de crise poderia ter conduzido ao derrube do regime. O facto de tal não se

ter verificado, sobrevivendo o «Estado Novo» ainda por uma dúzia de anos a esse período de crise aguda, «alterou profundamente o carácter da revolução portuguesa», aumentando nela a proporção dos factores de crise interna do fascismo em detrimento das possibilidades de uma «ruptura frontal».

Além do PCP, o outro grande tema estruturador deste livro é o chamado «populismo militar». A articulação entre os dois, do ponto de vista da exposição, colocava um problema complicado que não me parece tenha sido perfeitamente resolvido: de facto, no capítulo IV (pp. 129-143) é abordada extensamente a crise política dos fins da década de 50 e primeiros anos 60, em relação com o PCP; no capítulo VI (pp. 197-213) são retomados os acontecimentos da mesma época, agora em relação com o «populismo» e as consequências da campanha de Delgado.

A noção de «populismo militar» funda-se no conhecimento [que a própria D. L. Raby desenvolveu noutra obra (8)] da experiência de vários países da América Latina e alude a um complexo de módulos retóricos e de interpeleção caracterizados pela pretensão de assumir directamente a representação do «povo» e de um certo número de valores «universais» — v. g., a Pátria, a História, a Honra nacional — cuja realização é geralmente projectada na figura de um líder carismático. Na história portuguesa, como a autora nota, a temática populista surge associada ao movimento republicano desde as suas origens, sempre em íntima relação com o Exército e implicando ao mesmo tempo certas conotações sebastianistas.

Raby vê no MFA a mais recente encarnação deste populismo e analisa detalhadamente as figuras e a acção de Henrique Galvão e Humberto Delgado como seus precursores. A descrição da campanha de Delgado é dos capítulos mais interessantes. Nele foi abundantemente utilizado o arquivo do *Século*, o que permite conhecer notícias e comentários então cortados pela Censura. O

movimento em torno de Delgado foi populista não só no estilo da liderança, mas também quanto à estrutura e dinâmica; «movimento de massa heterogéneo e frouxamente estruturado, unindo sectores com diversa origem de classe em torno de um líder carismático na base de um discurso antioligárquico e anti-*establishment*». Expressando as possibilidades de uma política de massas ao mesmo tempo que a carência dela na prática da Oposição, a campanha teve um «efeito traumático» não só sobre o regime mas também sobre esta, inclusive sobre o PCP. A correcção de linha empreendida sob a direcção de Álvaro Cunhal a partir de 1960 surge assim como tentativa de adequação e resposta a este facto.

Nos últimos capítulos são passados em revista os vários aspectos e episódios da movimentada e intrincada história da Oposição portuguesa entre 1958 e 1974: as conspirações e revoltas para o derrube do regime ou simplesmente a demissão de Salazar, o episódio do *Santa Maria*, a questão da Índia e a guerra colonial, o movimento estudantil, as tentativas de organização unitária (conferências de Roma e Praga, FPLN), o PCP e a cisão «pró-chinesa», as iniciativas de socialistas e católicos progressistas, finalmente o período de Caetano, o revigoramento da Oposição e a emergência do MFA. É uma parte que talvez não tenha o fôlego, nem decerto a novidade, dos capítulos acerca do PCP nos anos 40 e 50 ou da campanha de Delgado — é, aliás, um período demasiado próximo para se poder dar dele uma interpretação unitária — mas que não deixa de ser valiosa como óptima síntese.

A concluir, a autora faz um balanço das realizações e limites da resistência antifascista portuguesa e procura sistematizar teoricamente e numa perspectiva comparativa (tendo em conta os exemplos da Espanha, do Chile, do Brasil, da Argentina e do Uruguai) as condições da mudança política nos regimes ditatoriais e a importância relativa que para ela têm a oposição le-

gal, os golpes militares, a organização de massas, a acção armada e a liderança populista.

Na avaliação do antifascismo português, D. L. Raby tem bem em conta a dificuldade das condições que a peculiar «combinação de repressão e consenso», representada pelo salazarismo, significou. Perante elas, o desenvolvimento da resistência portuguesa parece-lhe «assaz impressionante». E mesmo se o seu juízo acerca da capacidade «operacional» do PCP é negativo — «ao fim e ao cabo o Partido não fez nem conduziu uma revolução em Portugal, apesar de ser a força dominante na resistência durante mais de três décadas» — a perspectiva histórica leva-a a dar sobretudo relevo aos aspectos em que a persistência e a continuidade de acção marcaram duradouramente a vida e a cultura política, em termos tais que «para a massa da classe operária portuguesa — pelo menos, o núcleo duro do proletariado industrial e os trabalhadores agrícolas do Alentejo — o PCP era a resistência e continua a ser o seu partido por definição».

Em síntese: *Fascism and Resistance in Portugal* é um contributo fundamental e pioneiro para a historiografia do antifascismo e do comunismo em Portugal. Se for traduzido, pode ser também um contributo para atenuar a principal carência cultural dos portugueses: não tanto a de uma cultura histórica como a de uma cultura política historicamente informada.

Notas

(*) Recensão a D. L. Raby, *Fascism and Resistance in Portugal. Communists, liberals and military dissidents in the opposition to Salazar 1941-1974*, Manchester University Press, Manchester 1988, 288 pp., 1 29.95.

(1) Tom Gallagher, *Portugal: A Twentieth-Century Interpretation*, Manchester University Press, Manchester, 1983.

(2) Richard Robinson, *Contempo-*

rary Portugal: A History, Londres, 1979.

(3) Lawrence Graham & Harry Makler (eds.) *Contemporary Portugal*, Austin e Londres, 1979.

(4) Howard Wiarda, *Corporatism and Development: The Portuguese Experience*, Amherst, Mass., 1977.

(5) Philippe C. Schmitter, *Corporatism and Public Policy in Authoritarian Portugal*, Sage Publications, Londres e Beverly Hills, 1975.

(6) Peter Merten, *Anarchismus und Arbeiterkampf in Portugal*, Libertäre Assoziation, Hamburgo, 1982.

(7) Marcelino Lyra Passos, *Der Niedergang des Faschismus in Portugal*, Verlag Arbeiterbewegung und Gesellschaftswissenschaften, Marburgo, 1987.

(8) D. L. Raby, *Populism: A Marxist Analysis*, Montreal, 1983.

Arquitectura

Alexandre Alves Costa

Arquitectura portuguesa

Este conjunto de reflexões sobre o percurso da arquitectura portuguesa e as condições actuais do seu exercício serviu de base à intervenção na mesa-redonda «Desenho do quotidiano, desenho do ambiente» que se realizou em Vila Nova de Cerveira a 27 de Agosto de 1988.

Dada a «abertura» do tema e escassez do tempo, foram anotadas algumas ideias e retiradas outras do prefácio à dissertação de Sergio Fernandez, a publicar pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Por razões de circunstância, o texto não foi utilizado na íntegra.

1.

A arquitectura portuguesa — do objecto ao território — resultou sempre de um processo empírico que dificilmente se distancia do senso comum: vejam-se a arquitectura românica, as cidades portuguesas, a reconstrução de Lisboa. A sua história é um processo evocativo, espécie de celebração da memória, que não decifra e apropria a realidade apreendendo e indicando o seu fundamento, antes reconstrói uma continuidade, adequando os modelos do passado a novas situações ou transformando-os em contacto com outros: a arquitectura do período gótico não representa uma ruptura estrutural, a arquitectura dominante do século XVI é uma adaptação de modelos do passado, a Igreja dos Grilos, no Porto, é uma síntese da tradição nacional e figurinos exteriores, de Herrera e Vignola. Assim, nesta continui-

dade tipológica, torna o mundo (e ela própria) exequível e, em aparente paradoxo, fluido, impuro ou provisório como o quotidiano.

De facto, é permanentemente verificável a eficácia da arquitectura portuguesa, não só na consideração justa dos meios de produção como na compreensão dos objectivos a cumprir. Nesse sentido, foi sendo coincidente com os interesses operativos do sistema, convicta e coerente, contraditória e ambígua, quanto ele. Foi, por isso, conservadora e tantas vezes legitimou prepotências: a arquitectura gótica e da restauração ou o estilo chão correspondente ao integrismo e militarização do Estado Português. Foi uma espécie de arte de resposta, legível na racionalidade económica, reprodutível e exportável da nossa arquitectura colonial ou ainda no manuelino e até no barroco do Norte.

A História da Arquitectura Portuguesa é, assim, uma narrativa composta de vicissitudes disciplinares na circunstância dos acontecimentos exteriores, esclarecendo-se e corroborando-se reciprocamente estes dois aspectos, sem pretensões demonstrativas. O carácter persuasivo das suas manifestações é medido, não com base em provas e fundamentos, mas com base no facto de que efectivamente faz sentido, ligando numa unidade articulada múltiplos aspectos da experiência, como que natural ou neutralmente, permitindo falar nisso com os outros, porque apreendido, embora inquestionável.

É certo que a lógica da continuidade da arquitectura portuguesa está sobretudo no manu-



V.4.

A ditadura militar 1926-33.

VERTICE

pa só remível no fim» (p. 391). Ou talvez: só remível *pele* fim. E, no entanto, será que o fim é o ponto final?:

«Rindo ao pavor Sara escreveu então a palavra, Tapada da Ajuda, 14 de Janeiro de 1988, fim.» (P. 465.)

Será que esse fim poderia alguma vez ser definitiva paragem, em texto cuja referência maior, do título à estruturação, é a do rito da missa? Em que o latim (outra origem) é epígrafe e citação constantes? Em que Sara (como Xavier) obsessivamente procura e encontra étimos e origens, transformando nomes e, portanto, modos de *ver* as coisas, modos de *olhar* para elas? Será que o mistério não se continua numa outra dupla paternidades, anunciada mas não seguida (nesta história), a dos gémeos timorenses, nascidos da «nona» Rut/N'ai Lou, e cujo pai pode ser Xavier-exilado ou Suzuki, o japonês seu vizinho: o Ocidente ou o Oriente?

Missa in Albis é um romance em que se fala da polifonia como inevitável e em que a história é um fio encadeado, ou uma rede entrecida, de personagens, situações, palavras e discursos. O conhecimento do mundo é aqui, por assim dizer, poliédrico, o que torna o mundo também ele virtualmente constituído por faces, arestas e ângulos. Isto é, sabemos que tudo tem várias faces, algumas delas escondidas, mas intuídas como necessárias, e só à medida que a história vai avançando é que as faces do poliedro se vão desenhando com alguma precisão. Volto a dizer «com alguma precisão» e poderia dizer «com a precisão possível», sabendo-se que a verdade do que é contado neste texto não é nunca simples, antes múltipla.

Singularmente, a mais recente ficção portuguesa parece de modo geral instalar-se num terreno em que a memória é caleidoscópica e a vida das personagens um conjunto de dizeres ao mesmo tempo global e dificilmente apreensível na sua totalidade. *Missa in Albis* inscreve-se nesta direcção, que, aliás, Maria Velho da Costa desenvolvia já nas suas

obras anteriores, recuperando portanto uma estrutura complexa e uma diversidade nos tipos de discurso apresentados, variando com o tempo e com a personagem que os assume.

E volto a dizer que a história é simples, mas que justamente se demonstra como é difícil conseguir falar dessa aparente simplicidade que é a forma como se vive no mundo. E é esta, afinal, a grande interrogação das personagens, cada uma construindo a sua própria resposta: reflectindo sobre Sara é também sobre elas próprias que todas as personagens reflectem, bem como sobre o mundo em que lhes foi dado viver.

História

João Arsénio Nunes

A ditadura militar entre 1926 e 1933

Douglas Wheeler

A Ditadura Militar Portuguesa 1926-1933

Col. Saber, Publicações Europa-América, Mem Martins, s. d., 104 pp.

Douglas Wheeler é um historiador americano, professor da Universidade de New Hampshire, bem conhecido por diversos estudos de história contemporânea de Portugal, e nomeadamente pela sua *História Política de Portugal 1910-1926* (1), já há alguns anos editada em português. Nessa obra,

Wheeler centrava a sua análise no papel da instituição e da ideologia militares como condicionantes essenciais da existência e do destino da I República.

O livro agora publicado é de certo modo uma continuação, num estilo mais sintético, desse estudo. Concentrando-se no período mais explicitamente militar

da história portuguesa contemporânea, o autor considera entretanto que a ditadura não representou um corte completo com a experiência política da República, nem por outro lado o Estado Novo marca uma mudança absoluta em relação às características da ditadura militar. A ligar os três períodos está o peso específico das Forças Armadas na política: na sua expressão, «a 'honra do Exército' esteve perpetuamente presente, e nenhum tipo de predominância civil nos governos ao longo de várias gerações de políticos pôde alterar esse facto» (p. 12). Deste ponto de vista, a sua análise aproxima-se bastante da caracterização feita há alguns anos por Nicos Poulantzas do regime autoritário português, não como *fascismo*, mas como *ditadura militar* (?).

Após a introdução, a descrição de Wheeler ordena-se cronologicamente em quatro capítulos: do 28 de Maio a Abril de 1928 (Salazar nas Finanças) — «O regime dos alferes»; de 1928 a Janeiro de 1930 (Governo Domingos de Oliveira) — «A ditadura procura um ditador»; de Janeiro 1930 a Outubro de 1931 (Revolta da Madeira e 26 de Agosto) — «A ditadura em luta»; de Outubro de 1931 à substituição de 1933 — «A oligarquia constitucional».

O fio condutor da análise e elemento explicativo da permanência e evolução da ditadura é constituído pelos militares enquanto instituição, na sua «coação corporativa» e na sua vsão própria dos «interesses do Exército». Na primeira fase, esta influência concretiza-se directamente, através não só da hierarquia como das constantes votações ao nível das unidades. Mas, além disso, é a capacidade de mediação e o papel unificador de Carmona no Exército que explicam — tema em que o autor em várias passagens insiste — que até 1936 ele tenha sido «não só importante mas essencial» e mesmo «sob muitos aspectos, um ditador de importância igual senão superior» à de Salazar (p. 18), inclusive do ponto de vista do apoio à permanência deste último (p. 66). Para Wheeler, é tam-

bém a capacidade superior de assumir unificadamente os «interesses do Exército» que explica a vitória governamental perante a revolta de 3/7 de Fevereiro de 1927, apesar do vigor da oposição popular que nela se exprimiu.

Como é óbvio, a figura de Salazar ocupa, a partir do segundo capítulo, uma parte importante do livro. Sem trazer propriamente novidades, a apresentação que é feita do surgimento e actuação do personagem ilumina bem o nexo de relações em que ele estava inserido e explica, tendo também em conta os aspectos psicológicos mas sem os sobrevalorizar como factor determinante, o papel crucial que veio a desempenhar. Em primeiro lugar: em 1928, longe de ser um académico desinteressado e apolítico, Salazar tinha atrás de si um passado de envolvimento político activo e era já «de facto uma personalidade eminentemente política» (p. 33). Sem dúvida intransigente nalgumas convicções de base, mas ao mesmo tempo «versátil», «pessoa de confiança junto dos mais diversos grupos» (p. 34), «ideólogo cujas ideias, no marco do conservadorismo, se revelavam estranhamente maleáveis» (p. 35), tudo o vocacionava para o grande papel histórico de *unificador* dos diversos sectores conservadores. Por outro lado, além da militância no CADC e dos contactos políticos, a própria posição de professor de Coimbra favoreceu a conquista de influência, até na medida em que alguns oficiais da ditadura eram seus antigos alunos.

D. Wheeler acentua a importância do «milagre financeiro» para a manutenção da ditadura e a afirmação de Salazar, admitindo, como os opositoristas sustentaram então, que se tratou em parte de um artifício contabilístico. Sublinha entretanto a limitada originalidade das medidas tomadas, que no essencial retomavam as propostas do último ministro das Finanças da República e as recomendações feitas em 1927 pela comissão de finanças da SDN, representando «a continuidade de ideias já discutidas na política portuguesa por econo-

mistas como Ezequiel de Campos, Marques Guedes e Quirino de Jesus» (p. 39).

Com a formação em Janeiro de 1930 do governo de Domingos de Oliveira, são definitivamente ultrapassadas as perspectivas de um possível regresso às instituições parlamentares que tinham sido um momento representadas por Ivens Ferraz, e inicia-se a transição — até Setembro de 1931 perturbada pela crise internacional e as revoltas internas — para o «Estado Novo». Wheeler assinala os diversos momentos que marcaram essa transição e seu significado na configuração do regime. É desde logo o «Acto Colonial», fruto da gestão de Salazar como ministro das Colónias, e que, além do seu significado próprio de inaugurar uma política nacionalista e centralizadora, se revelou «uma pedra basilar da maior importância para o sistema autoritário emergente» (p. 48). Noutras passagens, o autor mostra a importância central, não só económica mas ideológica, do colonialismo como elemento agregador do regime, funcional em relação às suas características de «estatismo absolutista». Logo na sua publicação, o Acto «encontrou um eco popular nos vários grupos que apoiaram a ditadura» (p. 48). Sobretudo, «o colonialismo tinha uma missão de salvaguardar o regime no poder e de unir portugueses de credos políticos dispares. As colónias eram o cimento que unia patriotas de ideologias diferentes, monárquicos e republicanos» (p. 78).

Imediatamente após a publicação do Acto Colonial dá-se o lançamento da União Nacional, com a publicação do respectivo manifesto e a enunciação por Salazar dos «princípios fundamentais da revolução política». O autor salienta a função agregadora da UN em relação à diversidade das correntes de apoio ao regime, e mostra como, além das inspirações estrangeiras, ela concretizou o designio longamente alimentado pelos sectores conservadores desde os últimos anos da República (e antes ensaiado no sidonismo) de formação de um «partido antipartidos». Fica as-

sim clara a formação do Estado Novo como um *processo*, irregular no desenvolvimento mas com uma lógica própria, o que permite pôr em causa a ideia generalizada de que a ditadura teria nascido simplesmente contra o parlamentarismo e o Partido Democrático, mas vazia de um conteúdo político.

O último capítulo é dedicado à formação das instituições do Estado Novo, que se desenvolve regularmente após a derrota da revolta de 26 de Agosto de 1931 e culmina na Constituição de 1933. Wheeler rejeita como «superficiais» as designações de «fascismo» ou «regime clerical-corporativo», preferindo falar simplesmente em «estatismo absolutista». A caracterização deste «estatismo», quer no plano da constituição ideológica do regime quer no do funcionamento das instituições, permite entretanto perceber as razões do seu êxito e durabilidade, ao mesmo tempo que sugere estreitas semelhanças com os fascismos clássicos. Desta caracterização resulta uma imagem do Estado Novo como combinação bem conseguida de repressão e consenso, que lhe assegurou uma elevada capacidade de realização de hegemonia.

Para obter este resultado foi necessário combinar e hierarquizar ideologias diversas. Segundo Wheeler, o núcleo ideológico do «estatismo absolutista» residiu no nacionalismo e colonialismo, em relação aos quais os ingredientes do integralismo, do corporativismo e do republicanismo tinham um papel subalterno e uma posição condicional. O eclectismo ideológico e de princípios jurídicos exprimi-se sobretudo na Constituição de 1933, que o autor considera um «extraordinário sistema» para garantir um domínio oligárquico estável. Eclectismo e empirismo permitiram a utilização de uma gama muito variada de técnicas de domínio, com todas as nuances desde o condicionamento à repressão aberta: o Estado Novo foi assim capaz de «neutralizar, absorver e, se necessário, destruir tanto adversários como apoiantes» (p. 72). O lugar da

repressão *stricto sensu* não foi menor: «poucos portugueses escapariam à vigilância da polícia secreta, ou, por vezes, à brutalidade da repressão» (p. 70), «as detenções sem acusação e as prisões sem julgamento por períodos de tempo variáveis, tornaram-se cada vez mais comuns a partir do momento em que Salazar consolidou o seu poder pessoal como Presidente do Conselho» (p. 71). São também referidas a perseguição aos intelectuais, a censura, a propaganda.

Ainda do lado da criação de consenso, é posto em destaque o papel das amnistias de 1928 e 1932 para a divisão e desmobilização dos opositores: «por cada amnistia havia uma depuração nas Forças Armadas e na função pública. Por cada um que regressava amnistiado, dois ou três permaneciam no exílio» (p. 72).

É ainda lembrado — o que muitas vezes mesmo historiadores portugueses tendem a esquecer, ao distinguirem o salazarismo do culto explícito da violência próprio das fascismos italiana e alemão — que a ditadura e a introdução do Estado Novo foram um processo violento, mesmo brutal. A oposição armada à ditadura custou um preço «tragicamente elevado» em mortos, feridos, presos e deportados. Isto significou «sofrimentos consideráveis [...] vidas destruídas, saúdes arruinadas, suicídios e inúmeras mortes em circunstâncias misteriosas» (p. 77), que a inexistência oficial da pena de morte não deve iludir. Por outro lado, o acentuado juridicismo formal do regime, o estar «permanentemente preocupado com a lei», nada significava como limitação jurídica do poder. Cada garantia legal ou constitucional previa múltiplas excepções que a esvaziavam de conteúdo e abriam o caminho a um máximo de discricionariedade: «o Estado Novo, apesar da sua fachada legalista, era um sistema governado por indivíduos, não pela lei [...] Se a autoridade do Estado era ameaçada pelo cumprimento da lei, se um princípio constitucional ameaçava o poder do regime, ou mesmo a sua sobrevivência, o governo podia alterar a

ANTÓNIO BORGES COELHO
INQUISIÇÃO DE ÉVORA

Dos primórdios a 1668 - vol. 2



Como eram os cárceres da Inquisição? Qual era o seu quotidiano? Quais os passos da cruz das vítimas anónimas? E os inquisidores quem eram? Com que estilos actuavam? Como se desenrolava o auto-da-fé (a «festa»)?

Têm nome as vítimas das fogueiras? Qual a sua profissão, idade, terra, instrução, crença? Só se perseguiram judeus? Não se fabricaram judeus? Reprimiram o sexo? As palavras ou também certos actos? Quais as terras e profissões mais perseguidas? Por que países se estendeu a diáspora portuguesa? A Inquisição é responsável pelo bloqueio económico e mental na segunda metade do século xvi e século xvii? A distinção cristãos-novos/cristãos-velhos é ideológica ou social? Que relação têm os cristãos-novos com a penetração e repressão das ideias da Reforma em Portugal? Quem é afinal a Inquisição de Évora?

Por razões de «justa» medida, repartimos em dois tomos o texto desta **Inquisição de Évora**. No primeiro, reuniram-se as partes que tratam de «A instituição» e de «As vítimas». No segundo, publicamos as «Conclusões gerais», o «Apêndice documental», a bibliografia e o Índice topográfico.

CAMINHO



332 pp.
 Preço: 1000\$00
 Código: 03.11.26

Edição patrocinada pelo
 Instituto Português
 do Livro e da Leitura

CAMINHO
 a distribuição

vontade, tanto a lei como a Constituição, sabendo que não havia uma oposição a temer» (p. 78).

O volume conclui-se com uma curiosa observação sobre a relação entre o regime e a população da capital, questão para a qual no princípio do regime vários observadores, nomeadamente diplomatas estrangeiros, chamavam a atenção: «nunca foi capaz de conquistar completamente o coração de Lisboa, o centro vital da República, essa dama esquiva da política portuguesa», escreve Wheeler. Isto significou que a experiência republicana nunca se apagou completamente da memória colectiva.

Em resumo, com este livrinho dispõe-se não só de uma útil síntese introdutória ao tema, mas também de uma equacionação inteligente dos principais momentos e problemas da evolução da ditadura, que também serve para pensar as questões de caracterização do regime do Estado Novo. Além disso, o autor não se limitou a usar a bibliografia existente, mas aproveitou também fontes dos Arquivos Nacionais de Washington, do Arquivo da PIDE e do Foreign Office, o que permite não só a reavaliação crítica de algumas questões, mas também informações originais (v. g., sobre o papel de Bissau Barreto). Não é feita, entretanto, qualquer tentativa de integração no contexto internacional.

Uma orientação bibliográfica crítica completa o volume. ▼

Notas

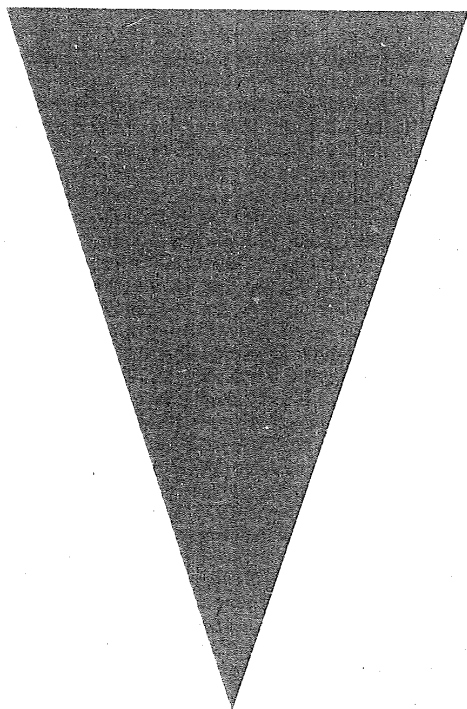
- (1) Publicações Europa-América, Mem Martins, s. d.
- (2) Nicos Poulantzas, *La Crise des Dictatures. Portugal, Grèce, Espagne*, François Maspero, Paris, 1975.

V.5.

Salazar e os fascismos.

João Arsénio Nunes

Salazar e os fascismos



Introdução

Salazar nasceu há 100 anos (28 de Abril de 1889). Na memória dos Portugueses, o seu nome é sinónimo do longo período histórico correntemente identificado na designação de *Estado Novo*. Numa situação como a actual, em que a mudança decorrente da revolução de 1974, frustrada no imediato a hipótese de uma sua solução socialista, não se arrumou ainda num quadro de relações sociais, políticas, ideológicas, estáveis, é certamente oportuno pôr em questão as condições que formaram e suportaram esse antecedente imediato da nossa contemporaneidade que foi o *salazarismo*.

O conjunto de artigos que formam o tema principal deste número da *Vértice* entende-se como contribuição para este objectivo. Não é porém nem uma preocupação «enciclopédica», nem sequer sintética, de abordagem histórica ou sociológica do «conjunto» do salazarismo que organiza as temáticas dos trabalhos aqui incluídos. Nem, evidentemente, o intuito de um «balanço imparcial» desse período.

Mais simplesmente, trata-se de contributos que, não escondendo a consciência de uma colocação prática e actual de quem os escreve (o que é pressuposto ético e epistemológico de qualquer objectividade), mas assumindo-a como determinante da própria análise, procuram, nos terrenos da especialidade de cada autor, iluminar aspectos parcelares do que podemos designar, parafrazeando Nolte, como «o salazarismo na sua época», ou então da própria vida e personalidade de António Oliveira Salazar. A abrir e a concluir, respectivamente, Fernando Rosas e Luís Bensaja dei Schirò procuram apreender o «Estado Novo», na sua génese e nas características principais do seu funcionamento como regime, numa perspectiva comparativa e de integração na história europeia e internacional. Sem ser em si novidade, esta perspectiva reflecte certamente uma orientação que se tem acentuado nos estudos de história do Estado Novo e que, tanto do ponto de vista da matéria em análise como das determinantes actuais da investigação, é de esperar venha ainda a ganhar mais relevo ulteriormente. Com efeito, como as análises de Rosas e Schirò deixam claro (e, no aspecto mais específico das ideologias, também a de José Machado Pais) a génese do Estado Novo português é parte integrante da crise geral europeia precipitada pela I Guerra Mundial e pelas

consequências da Revolução de Outubro de 1917, e em particular agravada pelos efeitos da crise económica mundial de 1929; mais amplamente, é também parte do vasto processo mundial da passagem do capitalismo concorrencial ao imperialismo, que fornece o tema do artigo de Pedro Ramos de Almeida. Por outro lado, o termo do *regime* em 1974 está também, entre outras coisas, ligado à crise económica mundial de 1974, sem dúvida uma das balizas da situação internacional de hoje.

Nos textos de Jorge do Ó e José Gameiro é o indivíduo Salazar que, em perspectivas analíticas e âmbitos cronológicos diferentes, é posto *em questão*. Jorge do Ó, em antestrela de um mais amplo estudo biográfico, debruça-se, sob o saboroso título «Salazar na Oposição», sobre os anos de aprendizagem do futuro ditador. A imagem de acontecimento providencial geralmente associada ao seu acesso ao poder, deliberadamente alimentada nos anos do regime, tendeu a obnubilar, mesmo na consciência de muitos anti-salazaristas, o facto de que esse acesso ao poder foi longa e cuidadosamente preparado. Segundo o neste ponto insuspeito Franco Nogueira, o propósito do discurso de Salazar ao II Congresso do Centro Católico (1922) não era outro senão «fornecer aos católicos um plano para a conquista do poder» (1). Justamente o estudo de Jorge do Ó sublinha a centralidade da ligação ao catolicismo na formação de Salazar e o modo como essa vinculação evoluiu de um estatuto predominantemente contemplativo e ético para o da militância partidária. Ao mesmo tempo que afirmava com ênfase «não sou um político, não fui nunca; não o serei jamais» (2) (usando a palavra na acepção então corrente de político de partido ou facção parlamentar), Salazar afirmava-se como autêntico teórico e prático da luta política.

A vida pessoal do chefe do regime foi até à sua morte um dos temas mais constantes tanto no discurso da propaganda oficial como nas referências mais ou menos sarcásticas dos opositores. Gerações de portugueses foram instruídas acerca do valor daquela «renúncia à fundação de um lar e família próprios para se poder dedicar por inteiro, com espírito de sacrifício e serviço, ao bem de uma família maior, ao bem do Povo» (3) que em 1938, no prefácio à edição alemã dos discursos de Salazar, o ex-ministro Gustavo Cordeiro Ramos apontava como uma das muitas virtudes que identificavam o chefe do Estado Novo com o Führer do Reich Alemão Adolph Hitler.

Mudam-se os tempos, mudam-se os modelos de prestígio: na sua biografia, o não menos salazarista Franco Nogueira aplicou-se em coleccionar quantos apontamentos pudessem existir nas agendas de Salazar que de algum modo sugerissem um estilo de comportamento contrário à imagem legada pela tradição.

A abordagem que José Gameiro empreende da «vida pessoal do chefe do governo não se preocupa excessivamente com tais curiosidades, procurando antes, dentro dos limites da informação disponível, a compreensão de uma dada *estrutura* de personalidade, que, pelo papel que desempenhou na sociedade e na política portuguesa, necessariamente interagiu com estas. Neste sentido, as características morais da sociedade portuguesa do Estado Novo não deixam de estar ligadas às características da personalidade de Salazar: as duas doenças podem ser utilmente pensadas em relação. O diagnóstico de José Gameiro mostra que, como autêntico solitário, António de Oliveira Salazar percebeu e integrou um aspecto essencial das transformações da modernidade. Simplesmente, tal como se passou na sociedade portuguesa, parece ter sido essencialmente o lado negativo e repressivo, não o produtivo e libertador, das disciplinas implicadas pela modernidade, aquele que, na vida pessoal como na direcção do Estado, Salazar praticou. O resultado foi em ambos os casos a depressão.

Se a investigação acerca do salazarismo tem entre os seus objectivos o de conhecer os mecanismos do regime e o indivíduo António de Oliveira Salazar, um outro aspecto da *realidade* a investigar são as construções ideológicas, as imagens e mitos pelo próprio regime produzidos. Helena Janeiro e Isabel Alarcão e Silva deram um contributo interessante nesse sentido ao organizarem a recente exposição da Biblioteca Nacional, «Cartazes da Propaganda Política do Estado Novo (1933-1949)». Neste número da *Vértice* abordam um aspecto específico desta temática, centrado na imagem de Salazar nesses cartazes. Através deste trabalho resulta consideravelmente problematizada a ideia bastante difundida — e frequentemente apontada como aspecto que afastaria definitivamente o salazarismo da integração no conceito de fascismo — segundo a qual não houve no salazarismo o *culto do Chefe*, que caracteriza os modelos de liderança carismática próprios do fascismo. A imposição da imagem de Salazar é indubitavelmente específica, e distinta no seu modo da que caracterizou as propagandas de Hitler e Mussolini, mas nem por isso menos enfática: pai provi-

Numa situação como a actual, em que a mudança decorrente da revolução de 1974, frustrada no imediato a hipótese de uma sua solução socialista, não se arrumou ainda num quadro de relações sociais, políticas e ideológicas estáveis, é certamente oportuno pôr *em questão* as condições que formaram e suportaram esse antecedente imediato da nossa contemporaneidade que foi o salazarismo.

dencial e omnipresente, «a distância era o seu modo de propaganda». De sublinhar ainda neste estudo a funcionalidade directamente política, em termos de poder, dos temas aparentemente mais «privados», através da vinculação à trilogia Deus-Pátria-Família. De notar, por outro lado, que os principais temas registados pelas autoras como conteúdo da propaganda associada à imagem de Salazar — exaltação do Exército, providencialismo da chefia, imperialismo — são idênticos aos que estruturaram a propaganda dos regimes fascistas clássicos.

A temática ideológica do salazarismo, vista no trabalho de Helena Janeiro e Isabel Alarcão pelo lado da propaganda, isto é, de uma acção política deliberada, tinha entretanto como condição de eficácia a receptividade previamente constituída da sociedade portuguesa aos conteúdos dessa propaganda. Já Dimitrov em 1935 notava como «o fascismo adapta a sua demagogia às particularidades nacionais de cada país e até às particularidades das diferentes camadas sociais dentro do mesmo país» e punha em destaque como os fascismos procuram valorizar e aproveitar as tradições históricas nacionais (*). Ana Calapez Gomes alude a esses problemas no artigo «Aspectos da Ideologia Colonial de Salazar na Época das Descolonizações — A Questão Colonial na Identidade Nacional Portuguesa». Retomando a tese que recentemente defendeu em Leipzig (†), a autora mostra como as particularidades de atraso da situação portuguesa no plano europeu, nos anos 60, possibilitaram a emergência de uma filosofia de distinção entre o colonialismo português e o dos países mais industrializados, que foi buscar os bens materiais à teoria do «lusotropicalismo». A defesa da política colonial portuguesa mobilizou em seu apoio um conjunto de noções — «unidade nacional», «missão civilizadora», «multirracionalidade» — que impregnaram as mentalidades dos Portugueses, e nesse sentido estavam disponíveis para ser politicamente manipuladas. O conjunto dos mitos ligados às glórias nacionais do século XVI serviu o desiderato de conservação do regime, incapaz por outro lado de produzir qualquer ideologia eficaz para além de se apresentar como o último paladino dos valores do «Occidente cristão».

Notar-se-á que na maioria dos artigos reunidos neste número da *Vértice* predomina a atenção ao terreno da cultura e das ideologias. Reflectindo nesse aspecto tendências recentes da

história social, tal orientação não deixa de ter implicações do ponto de vista da compreensão e problematização políticas do salazarismo. E embora, salvo erro, o termo não surja em nenhuma das contribuições, eu avançaria que a unidade destes trabalhos reside no facto de colocarem o salazarismo como modo de produção de *hegemonia*, e o político Salazar como o principal criador e organizador da mais recente (*e até ao momento não substituída*) forma de organização de *hegemonia* na sociedade portuguesa. Acrescentaria que é por este lado que a relação com a problemática dos fascismos deve ser pensada, o que aliás resulta claro através do artigo de José Machado Pais.

No vocabulário corrente das polémicas políticas, entre nós a palavra *hegemonia* e seus derivados ganharam uma acepção pejorativa, e é hoje muito comum vê-la utilizada para denunciar a pretensão de um indivíduo ou partido ao desempenho de uma função dirigente para que não é reconhecida legitimidade. É lástima este uso degradado do conceito, quando na verdade o vocábulo *hegemonia* tem uma longa e nobre história na tradição do pensamento socialista. Desenvolvido em particular no contexto dos debates, desde os fins do século XIX, acerca da natureza e das forças motrizes da revolução russa, veio a ganhar especial importância teórica pela aplicação e extensão que Gramsci dele fez, tornando-o o eixo de uma decisiva renovação e de um alargamento do conceito marxista de Estado. Antes de Gramsci, e não obstante a novidade da concepção de Lenine em «Duas Tácticas da Social-Democracia na Revolução Democrática» (‡), a ideia de hegemonia resumia-se à questão dos métodos tendentes a assegurar um papel dirigente do socialismo num processo revolucionário envolvendo várias classes — era nesse sentido uma «operação contingente», tendente a suprir as falhas do paradigma da «necessidade histórica» próprio do marxismo da II Internacional (¶). Com Gramsci, o conceito de hegemonia é também usado no sentido de interpretar os próprios processos de formação do Estado burguês moderno, nas suas relações com a sociedade civil, e as transformações desta relação. Continuando a ter no seu núcleo, tal como em Lenine, a questão das alianças de classes, a problematização da hegemonia em Gramsci está vinculada a uma remodelação do conceito de Estado, que integra não só o conjunto das organizações e práticas de domínio (Estado-ditadura, envolvendo essencialmente o aparelho coercivo e político-administrativo), mas também aquelas que tendem a obter o consentimento acti-

vo dos governados (e que envolvem, além do Estado em sentido jurídico, o conjunto das instituições da sociedade civil, na medida em que asseguram o predomínio das concepções e valores pelos quais uma classe ou bloco de classes exerce a direcção sobre a sociedade no seu conjunto). O «Estado em sentido integral» é agora concebido como «sociedade política + sociedade civil, quer dizer, hegemonia couraçada de coacção»⁽⁸⁾. A hegemonia vem assim a constituir um processo de direcção política e ideológica assente numa aliança de classes e tendente à formação ou conservação de um «bloco histórico» (entendido como unidade específica da infra-estrutura e das superestruturas de uma formação social). A actuação de hegemonia supõe, na concepção de Gramsci, uma «reforma intelectual e moral», capaz de suscitar uma vontade colectiva nacional popular⁽⁹⁾.

Colocada nesta perspectiva a questão do Estado, é hoje claro que a importância de Salazar e do salazarismo na história portuguesa contemporânea não residiu apenas no facto de terem assegurado repressivamente, durante quase meio século, a existência de um mecanismo político caracterizado pela supressão das liberdades, o impedimento da participação democrática e uma política económica que impulsionou o processo de concentração monopolista e protegeu o latifúndio. A importância do salazarismo reside antes em que, criando as condições do exercício estável de uma nova hegemonia, à sua maneira ele resolveu uma *crise do Estado* que persistia na sociedade portuguesa desde os fins do século XIX (concretamente desde a crise de 1890). Nesse sentido, o salazarismo organizou e estruturou profundamente a sociedade portuguesa. A «formação hegemónica» representada pelo salazarismo entra porém a partir dos anos 60 numa crise profunda, que a tentativa de reforma marcelista não logrou resolver, desembocando na ruptura revolucionária de 1974-75, até hoje esta crise do Estado está por resolver. Resolvê-la-á a força ou conjunto de forças que forem capazes de criar as condições de uma nova estrutura de hegemonia.

Em ensaio recentemente publicado⁽¹⁰⁾, Fernando Rosas sintetizou brilhantemente os factores económicos e políticos na génese e evolução dessa anterior crise da viragem do século, que no seu conjunto se pode interpretar como crise a agonia do Estado liberal: um processo que dura cerca de quarenta anos

(1890-1930) e inclui a substituição do regime monárquico pelo republicano. No seu início, trata-se apenas de uma crise de hegemonia das forças que suportavam o regime monárquico, determinada pela acumulação da crise económica e financeira à crise dos mecanismos político-ideológicos (caciquismo e rotativismo). A revolução republicana representou uma tentativa de reorganização de hegemonia nos quadros do Estado liberal (recusando portanto a hipótese de passagem a um outro tipo de Estado: a definição como «República democrática» foi expressivamente rejeitada aquando da discussão da Constituição de 1911). A hegemonia basear-se-ia agora na instalação como classe reinante da classe média urbana e num duplo laço, de direcção ideológica sobre a «plebe urbana» por um lado, de compromisso-abstenção relativamente à oligarquia económica por outro lado. Esta tentativa, que apenas teve um esboço de concretização coerente em Afonso Costa, mal passou de uma hipótese. Saldando-se embora, como Rosas corajosamente nota, por «aquisições culturais e cívicas definitivas da mentalidade democrática portuguesa», traduzidas sobretudo na separação das Igrejas e do Estado e nas leis de família, divórcio e registo civil, tal hipótese de reorganização hegemónica do Estado liberal é decisivamente posta em crise perante a inédita agudização e polarização dos conflitos de classe a partir da I Guerra Mundial.

É por então que o ex-seminarista inteligente e estudioso conhecido como «padre Salazar» começará a fundir-se com o militante prático, que em 1914 não desdenharia ir de revólver no bolso para um confronto com os republicanos. Salazar entra para a Faculdade de Direito de Coimbra poucas semanas depois da Revolução de 5 de Outubro. É nos anos seguintes — anos de lutas pró e contra a República em Portugal, de crescimento e radicalização do movimento operário em Portugal como na Europa, da Guerra Mundial, da revolução socialista na Rússia, da queda dos Impérios — que aprofunda a sua formação. No termo do processo, logo a seguir à cátedra universitária, estará a primeira indigitação ministerial (para o governo de Sidónio Pais) e a afirmação definitiva como chefe católico.

Qual o conteúdo da formação de Salazar nestes anos? Tem sido acentuada — Manuel Braga da Cruz tratou pioneiramente esse assunto⁽¹¹⁾ e Jorge do O desenvolve-o aqui novamente — a importância nela da matriz católica.

O significado político-social do pensamento democrata-

-cristão, enquanto reacção antidemocrática e anti-socialista, foi bem posto em evidência pelo mesmo Braga da Cruz, que em tempos reparou como a «natureza pequeno-burguesa e conservadora» do movimento favoreceu a ulterior «*inversão fascizante da democracia cristã* que se operará com o salazarismo» (12). Essencialmente a democracia cristã corporiza uma reacção antiliberal e anti-socialista, ao mesmo tempo que a tomada de consciência pela Igreja de que, perdido o domínio ideológico que lhe coubera no antigo regime, uma recuperação de posições passava pelo uso dos instrumentos de luta política postos à disposição pelos próprios mecanismos do liberalismo (13).

A (in)formação de Salazar é no entanto mais vasta, e nela ocupa um lugar de destaque, desde os primeiros tempos de Coimbra (não obstante a condenação papal que já sobre ela recaíra), a obra de Charles Maurras e de outros colaboradores da *Action Française*. Entre os autores que mais apreciava estava «muito especialmente Charles Maurras», cujos escritos «eram obras de leitura repetida» e lhe «parecia(m) conter doutrina fundamental». Era além disso leitor assíduo do próprio jornal de Maurras e Leon Daudet, *Action Française* (14).

Na França e na Europa da viragem do século, Charles Maurras foi talvez a personificação mais acabada de uma evolução do pensamento contra-revolucionário que, iniciando-se pela negação da herança da Revolução Francesa, vem a definir como maior inimigo, justamente enquanto continuador moderno dessa herança, o movimento operário e o socialismo (15). Terreno da primeira afirmação do pensamento de Maurras fora a França do «caso Dreyfus», que vira contrapor-se todo o campo dos defensores dos direitos do homem, incluindo os socialistas, ao dos defensores da «Nação», identificada esta com Ordem e Hierarquia, e com o Exército como corporização destes valores. Em Maurras a crítica da democracia precede a do socialismo: para ele «liberalismo, democracia, socialismo, comunismo, anarquismo, são diferentes expressões da mesma ideia revolucionária, que no seu núcleo é individualista» (16). Como notou Ernest Nolte, o inimigo a abater é para Maurras o próprio *processo de emancipação*, em todas as suas componentes.

A leitura de Maurras contribuirá para consolidar, mas sobretudo para radicalizar (17), em Salazar a formação reacçãoária. Nítidas ressonâncias maurrasianas encontram-se nas con-

ferências que em 1925 pronunciará no Funchal. A primeira, «Laicismo e Liberdade», é a condenação em globo do liberalismo e a rejeição do «racionalismo e naturalismo», «individua-



lismo e liberalismo» como anticristãos; na segunda, «o bolchevismo e a Congregação», o comunismo é assimilado à «revolução de hoje, a de ontem, a de sempre» e considerado *expressão* de «anarquismo, individualismo e liberalismo». Contra eles Salazar define os princípios do que Franco Nogueira chama a sua «construção» própria: autoritarismo, elitismo, corporativismo, nacionalismo, propriedade, hierarquia.

Mas não foi só no plano dos grandes princípios que Maurras foi importante. Com ele Salazar terá aprendido, além do ódio aos intelectuais cosmopolitas, da oposição à liberdade de imprensa, e do desprezo pela opinião pública e o parlamento, a equacionar a questão do regime (monarquia ou república) como questão prática, do ponto de vista das possibilidades que se oferecem à formação de uma forma cesarista de poder apoiada no Exército, bem como a pensar a questão das *alianças* (nomeadamente entre monárquicos e republicanos conservadores) necessárias ao estabelecimento de uma forma de poder antidemocrática⁽¹⁸⁾. Ou ainda, a conceber as bases sociais desse poder (Igreja e Forças Armadas, agrários e camponeses, velha aristocracia, velha e nova burguesia, uma parte da intelectualidade) como fundamento da unidade das «três defesas» (religiosa, social e nacional). Ou ainda o antifeminismo, uma das constantes mais obsessivas do salazarismo⁽¹⁹⁾.

É equipado com esta ampla formação que o militante do CADC «notado em círculos católicos cada vez mais amplos»⁽²⁰⁾ — que em 1919 vira ameaçada a sua posição na cátedra, mas acabara por ser reintegrado «mercê do respeito intelectual que inspirava e da força política que representava como chefe católico»⁽²¹⁾ — se vê impelido para uma crescente intervenção política. Após uma brevíssima passagem pelo Parlamento como deputado por Guimarães, vem a ser escolhido pelo episcopado português para apresentar em 1922 ao II Congresso do Centro Católico a tese oficial (quer dizer, o relatório político), que terá o sóbrio título «Centro Católico Português — Princípios e Organização». Para a preparar, «leu especialmente algumas obras», nomeadamente «L'Action Française la Religion Catholique», de Charles Maurras...⁽²²⁾.

O contexto em que se realiza, em Abril de 1922, este II Congresso Católico é sobretudo caracterizado pelo franco desenvolvimento da ofensiva antipopular, que sucede às conquistas do movimento operário no pós-guerra e ao esboço de solução republicana radical que em 1921 se exprimira no «Ou-

tubrismo». A crise económica mundial de 1921, criando condições fundamentalmente adversas à luta das classes trabalhadoras, marcara em toda a Europa a passagem a uma fase de ofensiva patronal que tem então no desenvolvimento do fascismo em Itália talvez a sua expressão mais significativa. Em Portugal a supressão do «pão político» nesse mesmo ano de 1922 será talvez o sintoma mais nítido do decisivo enfraquecimento do movimento operário. Ao mesmo tempo, a situação caracterizava-se por uma persistente dificuldade de união conservadora. A manutenção da unidade formal do Partido Democrático continuava a assegurar-lhe uma posição de predomínio no plano das instituições a que não correspondia substancialmente um conteúdo político unívoco. E se no plano social a burguesia consolidava posições e a Igreja alargava os meios de influência que recuperara com Sidónio Pais, no plano propriamente político a iniciativa conservadora atomizava-se entre conspirações no Exército, criação de novos partidos, acções dos monárquicos que voltavam a dividir-se e surgimento dos primeiros grupos expressamente inspirados no fascismo.

É nestas condições que Salazar se vê perante a tarefa de definir um programa de acção para os católicos portugueses. É o que faz na sua tese. Analisando-a em conjunto com uma outra peça de carácter aparentemente menos político, redigida dois anos depois — o discurso ao Congresso Eucarístico Nacional, intitulado «A Paz de Cristo na Classe Operária pela SS. Eucaristia»⁽²³⁾ — encontramos não só perante um completo programa de conquista do poder, como perante documentos que testemunham uma reflexão aprofundada acerca dos mecanismos políticos nas sociedades modernas. Ao passo que o discurso ao Congresso Eucarístico fornece os conteúdos, a tese do Congresso do Centro Católico preocupa-se sobretudo com os métodos. O discurso acerca da «Paz de Cristo» é desde logo indicativo da centralidade que a questão operária assumia na sociedade portuguesa dos anos 20. Mas é sobretudo um apelo explícito às classes dirigentes no sentido de sacrificarem os seus apetites particulares ao interesse prioritário da defesa da propriedade, da hierarquia e da ordem social («mal se poderá levar a Paz de Cristo à classe operária se as classes dirigentes a não possuírem já»).

A tese ao Congresso Católico começa pela afirmação dos princípios básicos: o «direito político cristão» é incompatível com uma concepção democrática da legitimidade fundada na



vontade da maioria, e portanto «exige uma sociedade não igualitária mas hierarquizada». Dentro destes limites é aceitável a variação das formas políticas, mas cabe aos católicos unirem-se para assegurar a máxima influência na sociedade da concepção cristã. Segundo Salazar, esta influência só se realiza se se conseguir obter não só a «posse do poder», mas também a «posse das consciências» — uma sem a outra serão sempre precárias⁽²⁴⁾.

A união para a máxima influência da concepção cristã supõe o sacrifício de divergências secundárias; isto é, de opiniões partidárias que não podem constituir terreno do entendimento de todos os católicos, como é o caso da militância monárquica. O sacrifício da opção monárquica em benefício da unidade justifica-se porque a República é susceptível de vir a ser «nacionalizada», isto é, transformada do interior em termos de permitir uma realização do «interesse nacional»⁽²⁵⁾ conforme com a concepção política dos católicos. A concentração de forças necessárias à causa católica exige retirar uma grande massa de indivíduos do meio das lutas político-partidárias. Para Salazar, o Centro Católico deve ser o instrumento desta concentração de forças. Deve procurar portanto a máxima representação parlamentar, para o que é necessário que disponha de uma «massa homogênea e disciplinada». Sendo assim «organismo político para actuar por meios políticos», não lhe «repugna nem evita» o poder, que em última análise tem como objectivo fazer com que as instituições e as leis «sejam informadas pelos princípios da religião». A consecução deste objectivo alcançar-

-se-á, ou pela nacionalização da República, ou pelo seu desaparecimento. Em qualquer caso, a valorização da força parlamentar católica recomenda o uso das «combinações possíveis», quer dizer, a realização de alianças. Assim habilitado, o Centro tenderá a intervir no mais largo âmbito das questões políticas, e nomeadamente não se desinteressa da «constituição dos governos nem os homens que os formam». Por outro lado, o Centro terá uma função centralizadora, nomeadamente em relação aos parlamentares católicos eleitos por outros partidos.

Este «verdadeiro tratado de filosofia política», como foi considerado no jornal católico *A União*, não estaria completo sem a importante observação final. É ela a de que na sociedade moderna a força política só vale na medida em que se articula com a organização de grupos sociais. E por isso Salazar considera que para o Centro Católico poder levar ao fim a sua tarefa tem de apoiar-se numa «rede de organizações sociais (que) se desentranhe numa copiosa fonte de bens materiais e morais».

Na polémica entre os católicos que se desenvolverá após a publicação da sua tese, Salazar terá ocasião de desenvolver alguns dos pontos de vista expendidos. É interessante notar a comparação que então faz entre o movimento católico e o movimento operário. Ambos têm o seu fundamento e razão de ser numa lógica externa ao sistema político existente, mas, na medida em que actuam no terreno da política e com os instrumentos próprios desta, devem, no sentido de obter a máxima incidência para os objectivos que representam, alargar ao mais vasto âmbito das questões políticas o terreno da sua interven-

ção, que se desenvolve «no Estado e em parte contra o Estado» (26).

Parece indiscutível que há neste texto, ao mesmo tempo que a expressão inequívoca de um desígnio de tomada de poder, uma reflexão profundamente moderna sobre a política: por um lado, a conquista do Estado só tem sentido na medida em que não se limite ao plano das instituições jurídicas, mas se articule com uma transformação de base, em todos os planos da vida social, material e moral. Por outro, as instituições político-jurídicas (o Estado em sentido tradicional) têm uma eficácia própria, e a actuação nesse plano tem de obedecer a regras que a tornem susceptível de alcançar o resultado máximo do ponto de vista dos efeitos de poder que constituem o seu objecto específico: a primeira regra é, evidentemente, a da concentração de forças em função de uma hierarquia de objectivos.

Regressemos à questão da hegemonia.

É sabido que as condições em que, a partir de 1928, Salazar vai efectivamente poder concretizar o seu plano de conquista e reforma do Estado (que vem aproximadamente a coincidir com a realização da ambição, expressa em 1916, de vir a ser «primeiro-ministro de um rei absoluto») são diferentes das de 1922. Entre os dois momentos situa-se a instauração da Ditadura Militar em 1926, que por um lado facilitou o desiderato de «nacionalização da República», quer dizer, da liquidação do liberalismo, mas por outro o colocou em termos muito diferentes, pelo papel que nela assume o Exército. Os antecedentes imediatos da nomeação de Salazar são neste número da *Vértice* analisados por Arnaldo Madureira.

A construção de hegemonia a que Salazar se dedica a partir de 1928 é balizada por um conjunto de factores muito complexo. Já não cabe aqui analisá-los (27), mas gostaria de salientar apenas algumas das suas linhas gerais. Um primeiro aspecto reside na hierarquização de objectivos, que logo em 1928 Salazar sumariou na resolução sucessiva de «quatro problemas fundamentais: o financeiro, o económico, o social e o político» (28). A artificiosa remissão do «problema político» para o último lugar, justificada pelo facto de só em último lugar dever ser mudada a estrutura formal do Estado (dando entretanto tempo

decentração
a uma declaração de equilíbrios no seio da Ditadura), ocultava ao mesmo tempo o facto de que a imposição da prioridade do equilíbrio financeiro comportava implicações. Desde logo, e decisivamente, pelos poderes atribuídos ao Ministro das Finanças, depois porque empurraria no sentido de uma política económica centralizada e de concentração, de uma política social restritiva e violentamente repressiva, de uma organização do Estado centralizada e antidemocrática. A «resolução do problema financeiro» era essencialmente a alavanca sobre que se exercia a primeira aplicação de forças (29).

Uma realização de hegemonia capaz de suportar um Estado implica uma determinação das forças sociais que integram o bloco no poder e a concretização de políticas susceptíveis de satisfazerem os seus interesses essenciais efectuando as compatibilizações necessárias. É esse o primeiro fundamento de uma *aliança de classes*, sem a qual não se pode pensar em hegemonia. Quanto à política económica, o processo dessa realização foi analisado por Fernando Rosas e Marcelino Passos (30).

Sendo um problema político, a realização de uma aliança de classes envolve porém a determinação dos factores *especificamente políticos* através dos quais tal aliança concretamente se opera. Tais factores podem consistir em partidos políticos formais, mas também em instituições como a Igreja ou o Exército, ou ainda, em certas condições, em figuras individuais. Na realização do projecto salazarista após 1928, o Centro Católico tornar-se-á um factor entre outros, deixando aliás de exprimir a totalidade da política da própria Igreja. Em relação às forças políticas propriamente ditas, a operação salazarista consistirá, através de uma conjugação ponderada de repressão e atracção, em solicitar um processo de divisões e aproximações através do qual finalmente conseguiu reunir num único partido elementos extraídos de entre monárquicos e republicanos, católicos e laicos, nacionalistas radicais e conservadores liberais, refundidos numa nova identidade.

Factor político mais decisivo era o Exército, e quanto a ele é de notar a capacidade de Salazar para se situar no ponto de confluência de diversas correntes no seu seio, sem entretanto se limitar a recebê-las passivamente, mas favorecendo o desenvolvimento de um processo de unificação através de sucessivas aproximações às propostas que ele próprio ia avançando (31).

De todas as questões, a questão central era (e seria sempre na história do regime) a do Exército. A sua importância desdo-

brava-se em vários planos: directamente política (o regime era a Ditadura Militar); social (as Forças Armadas são um factor de integração de várias classes); *the last but not the least*, ideológica. No culto dos valores do Exército (nacionalismo, hierarquia, obediência) estava evidentemente um ponto de apoio da «reconstrução nacional» como Salazar a concebia. Também neste ponto saberá aproveitar a lição de Maurras, para quem a *élite* salvadora (contra a democracia e o socialismo) residia na aliança entre o corpo de oficiais e a *intelligentsia* nacionalista, e o Exército, «ce précieux faisceau de forces nationales», simbolizava o rei na falta deste ⁽³²⁾.

A partir de 1930, estabilizada no essencial a situação no seio do Exército, formada a União Nacional, definido o projecto corporativo, delineada a política económica, a concepção salazarista do Estado vai desenvolver-se mais ou menos regularmente na sua aplicação. A crise política que se vive em 1931, relacionada com a instauração da República em Espanha e as tentativas revolucionárias em Portugal, não chegará a interromper duradouramente esse curso. Nesse mesmo ano é reorganizada e fortalecida a polícia política, que tem agora, entre outras, legalmente estipulada a missão do combate ao comunismo. Depois, a introdução da nova Constituição e a fascização dos sindicatos completarão a formação do «Estado Novo».

As contribuições de Fernando Rosas, Machado Pais, Pedro Ramos de Almeida e Luís Bensaja dei Schirò debatem aprofundadamente e em aspectos diversos a questão da relação salazarismo-fascismo. Todos concluem pela integração do salazarismo na categoria *fascismo*. O facto é interessante, tanto mais que no Colóquio de 1986 sobre o Estado Novo, de entre dezenas de investigadores presentes, salvo erro só três (Marcelino Passos, Machado Pais e eu próprio) se tinham pronunciado nesse sentido. De qualquer modo, a *Vértice* tem imensa pena de que não tenha sido possível contar, neste número, com a colaboração de um conhecido especialista que rejeita tal classificação, mas espera que ela ainda venha a ser possível mais tarde, de maneira a prosseguir a discussão.

Por agora desejaríamos regressar a Gramsci, só para mais uma observação.

Na teorização de Gramsci há uma forte relação entre o conceito analítico de *hegemonia*, ligado ao alargamento do



conceito de Estado que referimos, e o conceito estratégico, igualmente inovador, de *guerra de posição*. Em dado passo dos *Quaderni del Carcere*, encontra-se mesmo uma identificação radical: «a guerra de posição em política é o conceito de hegemonia» ⁽³²⁾. Significa isto que a consideração do Estado em sentido amplo e a consequente valorização das superestruturas contida na ideia de hegemonia implicam uma concepção de estratégia política não apenas preocupada com a «conquista do poder» do Estado — aparelho repressivo, mas antes voltada para a criação de uma nova hegemonia, capaz de fundar um novo «Estado em sentido integral».

Noutra passagem, contrapondo à situação de «guerra de movimento» (isto é, de crise revolucionária imediata) que se viveu na Europa entre 1917 e 1921, a situação que se lhe seguira, Gramsci refere-se a uma «guerra de posição cujo representante, além de prático, para a Itália, ideológico, para a Europa, é o fascismo».

Neste caso, «guerra de posição» não tem o significado de proposta estratégica revolucionária, mas significa sim o reconhecimento da capacidade de reorganização, pelo lado do capital, para defrontar a ofensiva do movimento operário, contrapondo-lhe, com o fascismo, um grau superior de organização do Estado burguês, dotado não só de maior capacidade repressiva-dissuasiva, mas também de maior capacidade «integradora», de captação de consenso, em relação às classes intermédias e às classes populares. Esta foi a «missão histórica» do fascismo na história do Estado capitalista, e implicava uma coordenação-disciplinarização das próprias classes dirigentes em grau muito mais elevado que no Estado liberal.

Foi exactamente esta missão histórica que, à escala portuguesa, o salazarismo tentou realizar, cumprindo o programa da «Paz de Cristo na Classe Operária pela SS. Eucaristia» enunciado em 1924.

Notas

(1) Franco Nogueira, *Salazar*, vol. I, *A Mocidade e os Princípios*, Atlântida Editora, Coimbra, s.d. (1977), p. 250.

(2) In *A União*, n.º 109, 1 de Outubro de 1922, citado por Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Presença, Lisboa, 1980, p. 296.

(3) Gustavo Cordeiro Ramos, prefácio a Oliveira Salazar, *Das Werden eines Neuen Staates*, Berlin, 1938.

(4) AA.VV., *Origens da Estratégia Frentista*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1975, pp. 68, 144.

(5) Ana Célia Calapez Gomes, *Zum Entstehen, Wesen und Bedeutung des Lusotropicalismus und seiner Spezifik als Kolonialideologie*, Leipzig, 1987 (dact.).

(6) V. Lenine, *Deux Tactiques de la Social-Démocratie dans la Révolution Démocratique* (1.ª ed.: 1905), in *Oeuvres Choisies*, vol. I, Moscou (1962), pp. 535-657.

(7) Cf. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, *Hegemony and Socialist Strategy. Towards a Radical Democratic Politics*, Verso, Londres, 1985.

(8) Antonio Gramsci, *Note sul Machiavelli, sulla Política e sullo Stato Moderno*, Editori Riuniti, Roma, 1977, p. 164.

(9) Cf. Georges Labica e Gérard Bensussan (Dir.), *Dictionnaire Critique du Marxisme*, 2.ª ed., PUF, Paris, 1985, artigo «Hégémonie».

(10) Fernando Rosas, *A Crise do Liberalismo e as Origens do Autoritarismo Moderno e do Estado Novo em Portugal*, in *Penélope*, n.º 2, Fevereiro 1989, pp. 97-114.

(11) Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*

(12) Idem, *ibidem*, p. 18.

(13) Massimo Salvadori, *Storia dell' Età Contemporanea*, Loescher Editore, Turim, 1976, p. 420.

(14) Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 70.

(15) Como escreve Ernest Nolte: «É por este motivo que Charles Maurras tem de ser incluído no estudo do fascismo. Porque só dele se pode dizer que assumiu em si toda a corrente do pensamento contra-revolucionário desde 1789 e o transformou e converteu para o seu tempo e o seu partido político.» (*Der Faschismus in seiner Epoche*, R. Piper & Co., Munique, 1984 [1.ª ed., 1963], p. 62). V. ainda Jean-Jacques Chevalier, *Les Grandes Oeuvres Politiques de Machiavel à nos jours*, Armand Colin, Paris, 1960, pp. 294 e segs.

(16) E. Nolte, *op. cit.*

(17) «Não obstante o seu sentido de medida e de ponderado rigor, algumas fórmulas extremistas de Maurras não lhe desagradavam (...) a construção teórica maurrasiana de um Estado monárquico renovado e baseado nos valores tradicionais e permanentes actualizados — a Nação, a Família, a Autoridade, a Hierarquia — parecia-lhe sólida e a única capaz de realizar o bem comum» (Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 71). Em 1951, preso por colaboracionismo com o ocupante alemão durante a II Guerra, Maurras enviara a Salazar uma carta de caloroso apoio e incitamento a «aguentar». Cf. Franco Nogueira, *Salazar*, vol. IV, *O Ataque*, p. 224.

(18) Ernest Nolte, *op. cit.*, pp. 121, 133, 150, 155, 174.

(19) Idem, *ibidem*, pp. 158, 159, 163. Não é de mais sublinhar a importância do enraizamento intelectual de Salazar no universo do pensamento contra-revolucionário da viragem do século. Só uma apreciação muito superficial veria neste facto uma contradição com a classificação do salazarismo como fascismo. Na verdade é o próprio fascismo que tem as suas origens nas tendências e propostas de tipo autoritário e corporativista que se vinham afirmando desde os finais do século XIX, como Fernando Rosas nota no seu «Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo», publicado neste número da *Vértice*. O próprio Partido Nacional Fascista em Itália só ganhou a sua definitiva configuração ideológica através da fusão com o Partido Nacionalista, fundado no princípio do século XX (cf. Kurt Gossweiler, *Faschismus und Arbeiterklasse*, in D. Eichholtz e K. Gossweiler (dir.), *Faschismus-Forschung*, Akademie Verlag, Berlin, 1980, pp. 102 e seguintes; Ernest Nolte, *op. cit.*, passim). Mesmo a componente de radicalismo pequeno-burguês antidemocrático e anti-socialista já tem expressão antes da guerra, por exemplo em França durante o caso Dreyfus, e antes em torno do general Boulanger. Neste aspecto, parece-me discutível, ou pelo menos esquemática, a tese avançada por Fernando Rosas no seu artigo, segundo a qual o autoritarismo moderno, como fenómeno de «cúpula», precede historicamente a existência de uma base de massa de composição pequeno-burguesa. Mesmo em Portugal, não teve o franquismo uma certa base de massa, e não desempenhou já nisso a Igreja Católica o seu papel?

(20) Franco Nogueira, *Salazar*, vol. I, p. 216.

(21) Idem, *ibidem*, p. 24.

(22) Idem, *ibidem*, p. 248.

(23) In *Primeiro Congresso Eucarístico Nacional*, Braga, 1924, pp. 168, 176.

(24) Pela clareza do raciocínio, e pela objectividade materialista que o informa, vale a pena transcrever extensivamente: «Ter a *posse do poder* e não ter a *posse das consciências* é ter um poder precário que a primeira convulsão fará ruir; mas ter a posse das consciências e não ter a posse do poder é ficar sujeito a violências, injustiças, e mesmo por vezes à negação das próprias condições de vida. E se precisamente estas condições de vida revestem formas jurídicas, definidas por meios políticos, os católicos não podem deixar de actuar no terreno político, que é o meio mais expedito de as conquistar ou garantir.» (*Salazar, Centro Católico Português — Princípios e Organização*, p. 23.)

(25) Hitler precisaria de uma estada na prisão durante cerca de dois anos, após o Putsch de Munique de 1923, para chegar a uma conclusão idêntica quanto à República de Weimar.

(26) Citado por Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, p. 299.

(27) Uma descrição factualmente clara do processo encontra-se em Manuel Braga da Cruz, *A Revolução Nacional de 1926: Da «Ditadura Militar» à For-*

mação do Estado Novo, in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, D. Quixote, Lisboa, 1986. Cf. por outro lado a minha comunicação *A Formação do Estado Fascista em Portugal à Luz da Correspondência Diplomática Britânica (1926-1933)*, in *O Estado Novo — Das Origens ao Fim da Autarcia*, Fragmentos, Lisboa, 1987, pp. 189-198.

(28) Oliveira Salazar, *Discursos*, vol. 1, 5.ª ed., Coimbra, 1961, p. 12.

(29) Marcelino Passos, *Der Niedergang des Faschismus in Portugal*, Verlag Arbeiterbewegung und Gesellschaftswissenschaft, Marburg, 1987, pp. 50 e seguintes; Jorge Campinos, *A Ditadura Militar 1926-1933*, D. Quixote, Lisboa, 1985, p. 154.

(30) Fernando Rosas, *O Estado Novo nos Anos Trinta*, Estampa, Lisboa, 1987; Marcelino Passos, *op. cit.*

(31) Cf. Jorge Campinos, *op. cit.*, pp. 162 e seguintes.

(32) Ernest Nolte, *op. cit.*, pp. 154, 178.

(33) Antonio Gramsci, *Quaderni del Carcere*, Edizione Critica a cura di Valentino Gerratana, Einaudi, Turim, 1975, p. 973.



V.6.

A controvérsia dos historiadores na Alemanha.

Ana Calapez Gomes e João Arsénio Nunes

Uma luta em torno da imagem histórica: a «polémica dos historiadores» na Alemanha

Os recentes acontecimentos na RDA vieram trazer de novo para o primeiro plano das atenções o «problema alemão». É outra vez a hipótese de reunificação alemã que é agitada. François Mitterrand acha-a inserida «na própria lógica da história»⁽¹⁾. Entre nós, Vasco Pulido Valente chama a atenção para o que seria a CEE com uma Alemanha tornada segunda potência económica mundial e para as implicações que isso teria no arranjo territorial e nos equilíbrios estratégicos da Europa e do mundo⁽²⁾.

A interpretação corrente dos acontecimentos contenta-se em analisá-los como expressão natural do anseio pela liberdade. Sem subestimar o que é óbvio, quer dizer, a gravidade dos problemas existentes na organização do poder de Estado e na sua relação

com os indivíduos, na RDA como nos outros países socialistas, é tempo de tentar uma análise num quadro de relações mais amplo, com os seus antecedentes e nas suas possíveis consequências.

O texto de Reinhard Kühnl que neste número publicamos — resposta a um conjunto de perguntas que lhe foram colocadas pela *Vértice* no princípio de 1989 — fornece algumas pistas de reflexão nesta perspectiva, mesmo se o seu objecto próprio não é a realidade política actual, mas sim um debate histórico sobre acontecimentos com mais de quatro décadas: nomeadamente o nazismo e a 2ª Guerra Mundial.

Kühnl (n. 1936) é professor de Ciência Política na Universidade de Marburgo, onde foi discípulo do justamente famoso Wolfgang Abendroth. Activamente empe-

nhado nas mudanças universitárias dos anos 60, e colocando-se numa posição que não dissocia a definição dos objectos e a escolha dos métodos de investigação das opções políticas — ao que é inerente uma constante preocupação pedagógica e divulgadora —, Kühnl tornou-se sobretudo conhecido pelos seus múltiplos estudos sobre o fascismo⁽³⁾.

É ainda esta preocupação com as relações entre historiografia e ideologia, a atenção às determinantes como às implicações da *Geschichtsbild* (a «imagem» histórica) que uma sociedade forma sobre si própria e o mundo, que o orientou na organização da colectânea de textos, integrada por um longo ensaio da sua autoria, de que aqui resumiremos alguns aspectos⁽⁴⁾. Nela são reunidas as principais peças do largo debate que em 1986 e 1987 se desenvolveu nalguns dos mais lidos órgãos de comunicação da RFA — como o *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, o *Die Zeit* e o *Die Welt* — acerca da interpretação e colocação histórica do nazismo, e que ficou conhecido como «polémica dos historiadores» (*Historikerstreit*).

As teses «revisionistas» e a crítica de Habermas

Ironicamente — ou talvez melhor, como escreve J. L. Schlegel, «significativamente»⁽⁴⁾ — a «polémica dos historiadores» não foi iniciada por um historiador, mas sim por um conhecido filósofo: Jürgen Habermas, num longo artigo sobre «as tendências apologéticas na historiografia alemã da época contemporânea», publicado em Junho de 1986 no *Die Zeit*⁽⁵⁾.

Ponto de partida da crítica de Habermas é uma frase pouco antes proferida por Michael Stürmer, um historiador que por sinal é também conselheiro do chanceler Kohl: «Num país sem história, ganha o futuro aquele que preencher a memória, criar os conceitos e der um sentido ao passado» (p. 30). É à luz desta

pretensão de forjar uma interpretação histórica capaz de realzar «aquela mais alta fundação de sentido que, após a religião, até agora só a Nação e o patriotismo foram capazes de produzir», definida como programa historiográfico pelo mesmo Stürmer, que Habermas analisa as perspectivas recentemente defendidas por outros dois historiadores, Andreas Hillgruber e Ernst Nolte, acerca da posição alemã na 2ª Guerra Mundial. O primeiro, num livro intitulado *Dois Deuses. A Destruição do Reich Alemão e o Fim do Judaísmo Europeu*⁽⁶⁾, aborda o problema da guerra na frente leste durante os anos 1944-1945 e põe o problema da posição com que o historiador alemão de hoje se deve «identificar». Chega à conclusão de que, perante a ofensiva soviética e o que ela significava de sofrimentos para a população alemã, e ao mesmo tempo como perda de territórios há muito habitados por alemães, o historiador não pode identificar-se com a coligação aliada nem aceitar o avanço das tropas soviéticas como libertação. A sua posição é de identificação com o «destino concreto da população alemã de leste e com os desesperados e sacrificados esforços do Exército e da Marinha alemães do Báltico» (p. 22) no sentido de manter esse território como território alemão e proteger a sua população. Que essa defesa, e portanto a continuação da guerra, significava a prossecução nos campos de concentração das torturas sobre os opositores do nazismo e do extermínio dos judeus, é facto que Hillgruber reconhece, mas que aparentemente não perturba o seu raciocínio. Mais importante é para ele o facto de que «com a sua luta desesperada o Exército alemão de leste batia-se pela manutenção da autonomia da posição de grande potência do Reich alemão» (p. 228). Como por outro lado esta «posição de grande potência» era o que lhe permitia desempenhar um papel de «factor ordenador» no centro europeu, a derrota alemã significou um enfraquecimento global da Europa em relação às grandes

VÉRTICE

potências não europeias. A conclusão é simples: «toda a Europa perdeu a Guerra» (p. 227). Em declarações posteriores, Hillgruber não se coíbrá de extrair as conclusões políticas desta análise para a actualidade, defendendo não só a manutenção da ideia de «unidade alemã», mas também a necessidade de organizar as relações com a RDA e os países de leste de modo a «dar efectividade» ao nexó histórico de ligações da *Mitteleuropa*.

Depois de pôr em questão a aceitabilidade do ponto de vista da «identificação» no trabalho do historiador — ponto de vista que considera mais próprio para as Memórias de um veterano da Guerra —, e de denunciar as óbvias implicações políticas da interpretação de Hillgruber para a actualidade, Habermas passa à análise das teses de Ernst Nolte.

No âmbito das suas investigações de história do fascismo, a começar pelo famoso *Der Faschismus in seiner Epoche* (?), Nolte sempre defendera a ideia de que o fascismo constituía uma reacção à revolução russa e ao perigo comunista. Agora, estendendo esta ideia à interpretação da política nazi de extermínio dos judeus: Auschwitz não era tanto a consequência lógica do anti-semitismo doutrinal do nazismo, como um «feito asiático», reacção às violências do «asiático» bolchevismo, mediada pela reacção entre perigo social e perigo racial na doutrina nazi. Além disso, num quadro histórico mais amplo, o nazismo seria — aparte o que Nolte displicentemente chama «o processo técnico do gazeamento» — apenas um dos exemplos de um fenómeno universal, em que reacções sociais de medo perante os processos de modernização sócio-cultural desencadeiam reacções de destruição e terror.

Habermas assinala como as teses de Hillgruber e Nolte explicitamente visam um objectivo comum de reanimação da consciência nacional alemã, ao mesmo tempo que delas resulta a definição do único inimigo contra que essa consciência nacional se pode voltar: o «asiático» socialismo

soviético. Chama por outro lado a atenção para o que a subordinação da historiografia aos «imperativos cívicos» formulados por Stürmer pode significar como pôr em causa da sua função de esclarecimento racional, tendendo a ressuscitar uma longa tradição alemã de identificação do historiador com os objectivos do Estado. Aponta ainda, como emblemática de uma mesma vontade de reanimação de um patriotismo alemão, a concepção do projecto governamental de criação de dois museus, de história alemã (em Berlim W.) e de história da RFA (em Bona). Não negando a necessidade de uma consciência cívica fundada no alargamento do conhecimento histórico, Habermas entende que ela não pode situar-se na continuidade do antigo nacionalismo germânico: tem de incluir uma dimensão autocrítica, tornada possível e exigida pelo conhecimento dos crimes do nazismo. O único patriotismo possível para os alemães de hoje seria assim o que designa de «patriotismo constitucional», i.e., um patriotismo referido ao conjunto de valores de democracia política e responsabilidade social consignados na Constituição, nos quais vê condensada a «abertura incondicional da República Federal em relação à cultura política do Ocidente (que) é a grande realização intelectual do nosso pós-guerra.» (p. 50).

Depois da intervenção de Habermas, muitos conhecidos historiadores da RFA e pelo menos dois da RDA tomaram partido na polémica, do que resultou um alargamento dos temas em discussão. A antologia de Kühnl não só permite tomar conhecimento de uma grande diversidade de contribuições como, no ensaio de que é autor, fornece muitos elementos para o enquadramento histórico e político do problema.

O confronto com o nazismo na história da RFA

Nesse ensaio, Kühnl descreve exhaustivamente a evolução na

Alemanha ocidental, desde o fim da 2ª Guerra Mundial, da confrontação histórica com o passado nazi, em correspondência com a própria evolução político-social vivida nas últimas quatro décadas. Numa primeira fase, no ambiente imediato pós-guerra, no quadro da desnazificação e de uma valorização da Resistência, foi possível tornar claro quem tinham sido os promotores e beneficiários económicos do nazismo. Não existiam dúvidas quanto ao seu significado histórico e às responsabilidades nele envolvidas. A medida, porém, que, com a guerra fria, se regista a restauração nos comandos da economia e do Estado de muitos daqueles que tinham integrado as esferas dirigentes do III Reich, a situação ideológica da RFA na sua relação com o passado nazi torna-se sensivelmente mais complexa. Por um lado, o repúdio constitucional do fascismo e a ligação política e militar da RFA aos países ocidentais continuavam a impor uma vinculação aos princípios democráticos e uma distanciação em relação ao passado. Por outro, a continuidade das estruturas sociais impedia que se fosse muito longe no esclarecimento das raízes profundas do fenómeno. O fruto ideológico desta situação, no plano da historiografia (e da divulgação de massa pelo ensino), foi a generalização de uma explicação do nazismo que articulava dois factores: a integração na categoria geral *totalitarismo* (emparando o nazismo com o comunismo) e a psicopatologia individual de Hitler. A historiografia e a divulgação histórica deste período têm assim como resultante uma imagem do nazismo *separada* da história alemã, em larga medida uma aberração singular. A generalização desta tese andou muitas vezes a par de uma outra, de proveniência norte-americana: a tese da «culpa colectiva» do povo alemão, tese que, sobretudo com o crescimento das gerações nascidas durante ou após a Guerra, estava destinada a perder credibilidade.

Com as transformações verificadas na sociedade alemã a par-

tir dos anos 60, o acesso de massa muito mais generalizado ao ensino superior, o desenvolvimento dos estudos de ciência política e sociologia com imediatas repercussões na orientação dos estudos históricos, a própria mudança do clima ideológico subsequente à formação da coligação social-democrata-liberal, multiplica-se numa escala sem precedentes a quantidade de estudos dedicados à história do nazismo. Sobretudo, este desenvolvimento permite uma análise muito mais concreta e pormenorizada dos factores que estiveram na sua génese e do mecanismo das suas articulações económicas, ao mesmo tempo que se insere no quadro mais amplo de investigações internacionais sobre o problema do fascismo. É curioso a este propósito, como observa Kühnl, verificar que muitos dos historiadores conservadores que hoje apelam à compreensão do nazismo num quadro «mais amplo», que também incluiria o estalinismo ou mesmo as várias formas de tirania na história mundial, são os mesmos que rejeitavam a integração do nazismo na categoria *fascismo*, argumentando que isso tenderia a inocentá-lo.

As condições da crise económica e social a partir da segunda metade dos anos 70 — designadamente o desemprego de massa — criaram o terreno propício a uma nova ofensiva da direita no terreno historiográfico. Na RFA esta ofensiva teve a sua expressão uma série de livros, brochuras e filmes, na sequência da publicação das muito divulgadas biografias de Hitler por Joachim Fest e Sebastian Haffner. Os aspectos «constitutivos» da política de Hitler — designadamente o pleno emprego — e a recordação de um período de disciplina e exaltação nacional foram apontados como motivo de interesse numa situação em que «as versões liberais da regulação da vida perderam o seu atractivo» (in *Die Welt*, citado por Kühnl, p. 216). De um modo geral intensifica-se neste período o discurso acerca da necessidade de uma «consciência nacional digna», que deveria corresponder às

grandes realizações técnicas e económicas da RFA e à qualidade de potencial da sua contribuição para a construção europeia.

A formação em 1982 do governo da coligação de direita democrata-cristã liberal — que a si própria se designou de governo da *viragem* («Wende») — após quase década e meia de predomínio social-democrata, inseriu-se nesta mudança de clima, ao mesmo tempo que contribuiu fortemente para a reforçar. No contexto deste novo nacionalismo, uma das preocupações desde início explicitadas foi a de que, para a Alemanha Federal dar plena realização ao seu potencial de expansão económica, era necessário ultrapassar definitivamente a memória do nazismo. Daqui uma série de iniciativas para a valorização da história alemã, entre elas o mencionado plano dos Museus, a par da rejeição reiterada do antifascismo, da «Antifa-Mentalität», considerada como invenção comunista para perturbar a unidade nacional.

Neste quadro, um episódio politicamente marcante foi o que se verificou em 1985, aquando da visita do presidente Reagan à RFA, durante a qual Reagan e Kohl se curvaram perante os restos mortais dos soldados do Exército e da SS nazis, no cemitério de Bitburg. Pouco depois, com a aproximação do 40º aniversário da capitulação alemã (8.5.1945), defendeu-se a ideia de que não deveria haver lugar a qualquer celebração, já que a derrota, longe de ter significado qualquer libertação, teria representado uma «catástrofe europeia», da qual só «a Rússia» beneficiaria.

Outras intervenções na polémica

As teses historiográficas de Hillgruber e Nolte, pouco depois a interpretação do ataque alemão à URSS como medida preventiva de uma iminente agressão soviética (Gillesen, Hoffmann) não surgiam portanto no

vazio, mas sim num terreno previamente e longamente laborado. A intervenção crítica de Habermas suscitou respostas dos visados — que procuraram desqualificá-la como intervenção política de um não historiador, que portanto seria incompetente para se pronunciar — mas isto por seu turno propiciou o surgimento de contribuições mais especializadas e igualmente críticas da posição «revisionista», desta vez da autoria de historiadores como Hans Mommsen, Wolfgang Mommsen, Jürgen Kocka, Martin Broszat, Heinrich August Winkler, Arno Klönne e, da RDA, Kurt Pätzold e Kurt Gossweiler.

H. A. Winkler chama a atenção para a função objectiva que a tentativa de atenuação da responsabilidade alemã na Guerra e a insistência na perda dos territórios de leste desempenha como apoio à reivindicação da reunificação alemã. E a este respeito escreve: «o Reich de 1871 fracassou pela acção dos próprios Alemães. Tendo em vista o papel que a Alemanha desempenhou na génese da 2ª Guerra Mundial, a Europa não pode e os Alemães não deviam querer um novo Reich alemão como Estado nacional soberano. É esta a lógica da História [...] O fantasma de Bitburg quer impedir-nos de tirar lições da História» (p. 150). Num perspectiva mais larga, também Wolfgang Mommsen põe em dúvida «se o Reich alemão fundado por Bismarck realmente pode constituir o padrão imprescindível de organização política dos Alemães, ou se não é a existência de uma pluralidade de Estados alemães no centro da Europa que muito melhor corresponde à situação normal europeia — se tal pode existir na História» (p. 167/8).

Uma das análises mais completas às teses de Hillgruber e Nolte, tanto do ponto de vista da interpretação política como da discussão metodológica, foi a meu ver a produzida por Kurt Pätzold, da RDA. Pätzold mostra como uma análise da Guerra que se insere na tendência (em si, potencialmente fecunda) de valo-

rização do «concreto» e da «vida quotidiana», ao centrar-se na descrição dos comportamentos dos responsáveis administrativos ou militares *ao nível local* e exaltar a sua «coragem» na protecção das populações perante o invasor soviético, na realidade esquece a questão fundamental da existência da Guerra e do *sentido* desta, e esquece que *nesta* Guerra tais responsáveis foram os representantes locais do poder fascista até ao último momento. A identificação «histórica» com eles implica o repúdio da acção dos desertores e outros soldados alemães perseguidos pela justiça militar nazi, bem como dos resistentes (que de facto Hillgruber desqualifica como meros protagonistas de uma «ética de convicção») e das próprias populações alemãs vítimas dos bombardeamentos aliados (p. 174). Pätzold é por outro lado muito claro em denunciar como a valorização da «desesperada luta pela manutenção da autonomia da posição de grande potência do Reich alemão» e a ideia da «reconstrução do centro europeu» parecem ter como único «conteúdo real a velha intenção de repor as condições do capitalismo na Europa até às fronteiras da URSS» (p. 177).

Também a concepção de Nolte tendente a atenuar a singularidade do extermínio dos judeus inserindo-a no contexto da reacção às violências do bolchevismo, e em particular do estalinismo, foi eficazmente desmontada por vários historiadores, que mostraram como o projecto de Ausrottung dos judeus — já expresso por Hitler no *Mein Kampf* — se inseria numa longa tradição anti-semita e racista anterior à revolução russa. Hans Mommsen sublinha que «Hitler tinha ideologicamente as suas raízes no universo *völkisch*-anti-semita anterior à 1ª Grande Guerra, mais do que a maioria dos biógrafos o descreve» (p. 102). E Gossweiler mostra como as ideias de Hitler quanto aos objectivos da guerra e ao domínio rácico já se encontravam, nas suas grandes linhas, numa publicação pangermanista de 1895(1) (p. 316).

À «conquista cultural de hegemonia» pela direita e o que ela visa

A «polémica dos historiadores» revelou-se uma polémica política. Antes ainda de serem assumidos pelos historiadores, a maior parte dos temas do debate foram postos em circulação pelos políticos e pela grande imprensa. Aliás é significativo que o *forum* inicial da discussão tenham sido não revistas especializadas, mas sim jornais de grande tiragem, como o *Frankfurter Allgemeine Zeitung* e o *Die Welt*. A temática da discussão retomava afinal teses desde sempre defendidas em publicações marginais da extrema-direita, nalguns casos já antes parte da argumentação oficial do nazismo (liquidação dos judeus como acção defensiva, invasão da URSS como acção preventiva, prossecução da guerra como defesa da civilização perante o bolchevismo). Kühnl mostra como a adopção destas teses, significando uma ruptura em relação à imagem oficial dos fundamentos da RFA, não deixava de se relacionar com as insuficiências da imagem histórica anteriormente predominante — centrada na categoria genérica do «totalitarismo» e na exacerbação do papel pessoal de Hitler — bem como com a permanência da tradição do historicismo e da respectiva valorização do Estado.

Kühnl contrapõe ao instrumentalismo da tradição historicista, que se exprime na exigência por M. Stürmer de uma consciência histórica capaz de funcionar como *Ersatz* da religião, a posição marxista, segundo a qual a função da ciência histórica é a busca da verdade para dela tirar ensinamentos em relação ao presente. E nesta perspectiva — considerando que a controvérsia dos historiadores é parte de uma luta mais ampla que será decidida pela capacidade de acção do «potencial democrático» da RFA — insiste na necessidade de a historiografia tornar mais visível, no seu desenvolvimento histórico, a «outra Alemanha» — a

Alemanha dos elementos jacobinos e democráticos, da revolução de 1848, do movimento operário e da luta contra o Império de Bismarck e Guilherme II, a Alemanha da Revolução de Novembro e também da resistência antifascista. Nesta base, será possível um patriotismo que não é apenas o «patriotismo constitucional» admitido por Habermas.

O volume organizado por Kühnl conclui-se com um interessante ensaio de Arno Klönne — «O debate dos historiadores e a 'revolução cultural da direita'» — que é digno de meditação num plano que não se circunscreve à Alemanha. Escrevendo em Março de 1987, Klönne constatava que o extremismo de direita continuava a ter expressão insignificante em termos eleitorais, mas advertia que estavam em curso «desenvolvimentos de direita na cultura de base da República federal» que já condicionavam o comportamento e o discurso das forças conservadoras clássicas e poderiam vir a ganhar uma expressão autónoma com outra dimensão. Entretanto, o desenvolvimento a que assistimos, em eleições regionais e locais realizadas em 1988, do agrupamento fascista denominado «Partido Republicano» — o qual muito recentemente manifestou a intenção de se instalar também na RDA — mostra quão avisada era a advertência de Arno Klönne.

O aspecto mais curioso do seu texto reside porém em mostrar como, tendo a esquerda nas últimas décadas falado tanto em «revoluções culturais» e, com referência às vezes abusiva a Gramsci, pregado a prioridade da conquista cultural de *hegemonia* sobre a conquista política do Estado, é a extrema-direita quem melhor parece ter sabido *praticar* essa conquista de hegemonia.

A ofensiva cultural da direita, traduzida no aparecimento de numerosas publicações e editoras, tem a caracterizá-la dois traços distintivos em relação à publicística da extrema-direita tradicional: primeiro, um estilo líbero de tradições de formalismo e convencionalismo, incluindo a abertura a temas antes conota-

dos com a esquerda, como os da ecologia, a par do interesse pela ciência e a filosofia; segundo (mas relacionado com o primeiro), a perda do carácter de campo bem delimitado ou mesmo de *ghetto*, com a abertura de possibilidades de comunicação e coincidência entre a «nova direita» e a direita convencional dos grandes partidos, e mesmo sectores da esquerda.

Assim a eficácia da acção destes círculos faz-se sentir não só e não tanto no seu crescimento próprio, como na capacidade de criação de prestígio para um certo número de ideias — como o nacionalismo, o anti-igualitarismo, o elitismo e o culto do autoritarismo, as concepções da *vida como luta* e as várias reedições do socialdarwinismo — que globalmente condicionam o clima político-cultural dominante. Deslocando assim para a direita o centro de gravidade da cultura política, solicitam os partidos conservadores tradicionais a uma aproximação a posições extremistas (aproximação de início pensada instrumentalmente, de modo a não perderem a sua influência); porém, na medida em que esta deslocação se opera, criam-se as condições mais favoráveis para que as forças propriamente extremistas — que então surgem como as representantes mais consequentes de ideias que passaram a gozar de aceitação — consolidem as suas posições próprias.

Quem conhece os processos históricos da implantação dos regimes fascistas tem razão para estar preocupado.

Num momento em que, em Portugal, a nível governamental se assiste à realização do projecto de liquidação definitiva das transformações económico-sociais introduzidas pela revolução de 1974, ao mesmo tempo que presenciamos uma campanha eleitoral em que monarquismo, caudilhismo e populismo se combinam sem inibições, em que ciclos de conferências sobre o «pensamento de Salazar» se realizam com o beneplácito e no quadro de universidades públicas e da Biblioteca Nacional, en-

quanto um bando fascista pratica o assassinato para coroar uma manifestação anticomunista, é útil conhecer a «polémica dos historiadores» e reflectir sobre as relações entre cultura e política. ▽

Notas

(*) Reinhard Kühnl (Hrsg.), *Streit ums Geschichtsbild. Die «Historiker-Debatte» - Dokumentation, Darstellung und Kritik*, Pahl-Rugenstein, Colónia 1987, 330 pp.

A indicação entre parênteses, ao longo do texto, do número da página, reporta-se sempre a este volume.

(1) *Diário de Notícias*, de 18.10.1989.

(2) *O Independente*, de 13.10.1989.

(3) Entre outros: Die NS-Linke 1925-1930, Meisenheim 1966. Formen Bürgerlicher Herrschaft. Liberalismus-Faschismus, Reinbek 1971.

Faschismustheorien. Ein Leitfad. Der Faschismus. Ursachen, Herrschaftsstruktur, Aktualität, Heilbronn 1983.

Der Deutsche Faschismus in Quellen und Dokumenten, Colónia 1975.

(4) J.L. Schlegel, Les troubles de mémoire 1944-1988, in *L'Histoire* n.º 118, Janeiro de 1989, p. 90.

(5) J. Habermas, Eine Art Schadensabwicklung. Die apologetischen Tendenzen in der deutschen Zeitgeschichtsschreibung, in *Der Zeit*, 11.7.1986.

(6) A. Hillgruber, *Zweierlei Untergang. Die Zerschlagung des Deutschen Reiches und das Ende des europäischen Judentums*, Corso bei Siedler, Colónia, 1986.

(7) E. Nolte, *Der Faschismus in seiner Epoche*, Piper, Munique, 1963.

V.7. “Exportar o fascismo”.

Mario Ivani, *Esportare il fascismo. Collaborazione di polizia e diplomazia culturale tra Italia fascista e Portogallo di Salazar (1928-1945)*.

Com este livro Mario Ivani continua o trabalho de comparação entre o fascismo italiano e o regime salazarista, acerca da qual já em 2005 publicara o que se pode considerar, até hoje, a síntese mais completa¹. Objecto de análise é agora não tanto o confronto entre os dois regimes como o estudo da relação entre eles, tomando como ângulo de observação a tentativa italiana de alargar a sua influência política e cultural em Portugal.

Na introdução, o autor retoma a questão geral da caracterização do *Estado Novo*, que abordara no ensaio de 2005. Sublinha, por um lado, aspectos em que é evidente a diferenciação entre os regimes italiano e português – ausência em Portugal do problema da “vitória mutilada” e de mobilização dos antigos combatentes, ausência de partido fascista na tomada do poder, relativa fraqueza do movimento operário e correlativa menor importância da “ameaça comunista”. Destaca, por outro, que no período em análise Mussolini constituiu um termo de referência constante para Salazar e que as semelhanças institucionais e de inspiração ideológica dos dois regimes eram evidentes para os observadores da época, incluindo os diplomatas italianos empenhados em “exportar o fascismo”.

O capítulo 1 descreve acuradamente o nascimento do *Estado Novo* salazarista, partindo da análise das diversas componentes da ditadura militar instaurada em 1926 e da posição que Salazar – provavelmente um dos poucos protagonistas conscientes de “o que quero e para onde vou”, como ele próprio declararia em 1928 – nela ocupou. A “grande habilidade política” do candidato a ditador, na expressão de Mario Ivani, consistiu em vincular a sua participação no governo a uma viragem decisiva da ditadura, ao mesmo tempo que promovia a agregação das forças até aí muito divididas da direita antiliberal, utilizando para tanto as virtualidades da doutrina em que política e filosoficamente se formara, o catolicismo social. Ivani nota correctamente o papel que neste processo

¹ “Il Portogallo di Salazar e l’Italia fascista: una comparazione”, *Studi storici*, aprile-giugno 2005, pp. 347-406.

desempenhou a criação da *União Nacional* e a sua importância a nível local, embora no conjunto atribua a essa organização um lugar secundário no funcionamento do regime.

Apesar de a formação das principais estruturas políticas do regime, tendo no seu centro a Constituição de 1933 – que, não obstante alguma continuidade formal com o regime parlamentar, na realidade concentrava o poder no chefe do governo –, decorrer entre 1931 e 1934, Ivani situa em 1936, com a eclosão da guerra civil de Espanha e a consequente emergência do “perigo vermelho”, a viragem decisiva que “reduziu em muito as distâncias entre o Estado Novo e o modelo político fascista”, suscitando o desenvolvimento do “processo de fascização” característico da segunda metade dos anos trinta.

É a partir do segundo capítulo que a problemática do fascismo português é abordada com autonomia. Regista-se pertinentemente que, desde início, “o advento do fascismo suscitou em Portugal uma grande atenção nos meios nacionalistas e reaccionários” e que a influência dos movimentos portugueses de derivação fascista tem sido em geral subvalorizada pelos historiadores, em resultado da ausência de partido fascista com protagonismo a nível de governo. Ivani deixa claro como tais movimentos, do *Nacionalismo Lusitano* ao *Nacional-sindicalismo* e à *Liga Nacional 28 de Maio*, se relacionaram directamente com a implantação e os primeiros anos de existência da ditadura, bem como o papel que personalidades a eles ligadas, como António Ferro, vieram a ter no regime salazarista, qualificado pelo mesmo Ferro como “fascismo em acto”. Em minha opinião, a integração dos movimentos e correntes de inspiração fascista no capítulo dedicado à génese do Estado Novo teria tornado mais clara a organicidade dessa componente em relação à própria formação do regime, e talvez devesse levar a considerar a existência de um “processo de fascização” como parte integrante desta.

A análise dos fascistas portugueses introduz a das tentativas de parte italiana de “exportação” do modelo fascista, que constitui o objecto central da obra de Mario Ivani. Numa primeira fase, esta tentativa assume uma forma essencialmente propagandística, sendo contemporânea de outras iniciativas internacionais de carácter messiânico do regime mussoliniano, como o Congresso internacional fascista de Montreux. Consistiu ela na criação dos “comités de acção pela universalidade de Roma” (CAUR) e de uma “Liga de acção universal corporativa” que, embora tendo chegado a atrair a adesão de um

certo número de figuras de relevo intelectual, não lograram alcançar implantação significativa e viram, a curto prazo, a sua acção prejudicada pelas reacções negativas em Portugal à conquista da Etiópia.

Para o autor, o aspecto importante da acção do fascismo italiano no sentido de influenciar o Estado Novo salazarista não se situa tanto nestas tentativas de carácter directamente propagandístico como num processo de penetração orgânica mais difusa e prolongada, traduzida, por um lado, na colaboração nos mecanismos de controle e repressão, por outro, na acção do Instituto de cultura italiana. Numa perspectiva em que é visível a lição de Gramsci, o autor sublinha a necessidade de encarar “o conúbio entre repressão e máquina do consenso” na consolidação das ditaduras europeias e as implicações do quadro internacional em que ela decorre: “com o advento do nazismo, o antifascismo tinha superado a fase essencialmente italiana para assumir uma consumada dimensão internacional, em resposta à qual as ditaduras de direita intensificaram a colaboração de polícia.”

Antes de entrar propriamente na análise da colaboração orgânica entre as organizações policiais italiana e portuguesa, o livro dedica um capítulo à atitude das autoridades portuguesas perante o afluxo dos refugiados. É esta uma questão de interesse crucial para a caracterização do regime salazarista, que beneficiou e continua a beneficiar de uma visão do país como “oásis de paz” e de uma crença generalizada, aliás favorecida por boa parte da investigação, de que esteve isento das taras racistas, e em particular anti-semitas, que caracterizaram o nazismo e envolveram o fascismo italiano. Os dados sistematizados por Mario Ivani põem em causa esta tradição, e mesmo a tese de que o anti-semitismo em Portugal tenha sido inteiramente “marginal”. Pelo contrário, o autor demonstra eficazmente que “a prática do regime revelou inequívocos traços anti-semitas e um certo grau de colaboração com a Alemanha nazi”. Mostra-se como abundam os juízos racistas em relatórios da PVDE, que a censura autorizou a divulgação de panfletos sobre o “plano judaico de dominação do mundo”, e sobretudo que foram adoptadas medidas concretas e bastante amplas que obstaculizaram a entrada de judeus ou até promoveram a sua expulsão: medidas que decorriam logicamente do juízo expresso pelo chefe da polícia política, para o qual “o hebreu estrangeiro é, por norma, moral e politicamente indesejável”. Foram perseguidas, tanto em Portugal como no estrangeiro, através da

colaboração com outras polícias, as redes que tentavam organizar a passagem de refugiados para Portugal. Particularmente interessante é o relato do caso do italiano Virgilio Bartolini, acusado de implicação numa destas redes, que passou três anos nas prisões e no campo de concentração do Tarrafal, sem nunca ter sido julgado.

Se este era o juízo em relação aos judeus estrangeiros, também os judeus portugueses, nomeadamente os envolvidos na actividade de difusão religiosa da *Obra do Resgate*, foram objecto de discriminações, vindo o principal animador desta a ser expulso do Exército.

Um dos capítulos de maior interesse do trabalho de Mario Ivani é o que respeita às relações entre as polícias italiana e portuguesa, e nomeadamente a minuciosa e inovadora análise da actividade dos membros da missão de Polícia italiana enviada a Portugal em 1937, dois dos quais permaneceram no país por quase três anos. Este capítulo é tanto mais importante quanto, até aqui, a investigação disponível acerca da história da polícia política portuguesa quase nada avançara em relação a uma tese publicada em 1995².

A análise desta matéria é desde logo interessante pelo que esclarece das próprias circunstâncias da génese da referida missão, nascida de uma iniciativa do próprio ditador português perante o impasse da investigação da polícia política acerca dos responsáveis do atentado de 4 de Julho de 1937, que por pouco o não vitimou. Com efeito, a polícia política portuguesa partiu do pressuposto da responsabilidade comunista no atentado e rapidamente conseguiu, com os seus métodos habituais, a confissão dos inculpadados. Viria a verificar-se que eram todos inocentes mas, no processo, dois deles perderam a vida.

Para além de descrições pormenorizadas da estrutura das polícias em Itália e em Portugal, o livro deixa claro o alcance que esta missão tinha para os agentes italianos – “alargar os espaços de manobra no interior dos aparelhos portugueses significava também estender por essa via a influência do fascismo entre as elites locais, contribuindo num esforço conjunto com os órgãos de propaganda para a tentativa de exportar o modelo fascista para Portugal” –, e bem assim as fortíssimas resistências que suscitou na direcção da polícia política portuguesa, a qual desse modo via sujeito a escrutínio, mesmo que amigável, o seu arbítrio. A persistência dos polícias italianos acabaria no entanto por produzir frutos.

² Maria da Conceição Ribeiro, *A Polícia Política do Estado Novo 1926-1945*, Estampa, Lisboa, 1995.

A missão recusou o caminho de estabelecer relações privilegiadas com os aparelhos, como a Legião Portuguesa, que se ofereciam como permeáveis, e até ansiosos de “fascização”, preferindo manter-se no quadro das relações estáveis com as autoridades designadas pelo governo português. O resultado cifrou-se, não apenas na superação das dificuldades de relacionamento – dois dos componentes da missão acabaram por receber elevadas condecorações no decurso de uma cerimónia que exaltou “a amizade italo-portuguesa, baseada nas origens comuns e nos vínculos ideológicos que ligam o Estado Novo ao regime fascista” -, mas sobretudo na conclusão de um acordo técnico entre as duas polícias (semelhante a análogo acordo italo-alemão). Nesta base se deu nos anos seguintes uma reforma dos métodos da polícia política portuguesa inspirada na experiência italiana e que foi responsável por uma muito maior penetração e sistematicidade da recolha de informações entre a população, no sentido do controle e infiltração do antifascismo.

Quase metade do estudo de Mario Ivani é dedicada à “exportação da ideia: diplomacia cultural e propaganda fascista em Portugal”, que constitui o título do capítulo 4 e tem como eixo a acção do Instituto de Cultura italiana em Portugal. Embora respeitando a uma instituição do Estado italiano, também este capítulo é de interesse para o conhecimento da sociedade e da política portuguesa durante o “Estado Novo”, nomeadamente pelo que revela da actividade e relações de um grande número de figuras e instituições que marcaram presença ao longo da história do regime salazarista – e não apenas na “época dos fascismos”.

Partindo dos modestos inícios da fundação do Instituto em 1928, é analisada com detalhe a acção, que se intensifica a partir de 1933, tendente a realizar o projecto “de constituir entre os intelectuais portugueses uma espécie de partido filo-italiano através do qual promover, no seio das classes dirigentes, o debate sobre o modelo político fascista”. Uma série de conferências, realizadas nesse ano por nomes destacados da cultura literária e científica portuguesa, lançou aquilo que na imprensa de Lisboa era descrito como “um movimento de aproximação intelectual com a Itália”. Tal acção não se encerrou nas paredes do Instituto. No final do mesmo ano o director do Instituto de Ciências Económicas e Financeiras, Moses Amzalak, tomava a iniciativa da criação na sua

Faculdade de uma “sala italiana”, inaugurada em princípios de 1935 e onde chegaram a iniciar-se os trabalhos de uma “escola sindical italiana”. Esta e outras informações acrescentam o conhecimento da figura do presidente, ao longo de mais de 50 anos, da comunidade judaica de Lisboa, o mesmo Moses Amzalak, que recentemente atraiu a atenção da investigação pela demonstração das suas relações com a Alemanha nazi³. Não menos interessante é o teor das declarações produzidas nas conferências, tendentes a reclamar os pergaminhos portugueses na história do fascismo europeu: segundo o então reitor da Universidade Técnica, Mussolini, Salazar e Hitler encarnavam o ideal preconizado no princípio do século XX pelo rei português D. Carlos, “figura eminente na origem da actual concepção da suprema política de guiar os povos”.

O movimento de difusão cultural fascista auspiciosamente lançado em coincidência com a formação do “Estado Novo” veio a sofrer uma breve quebra, em 1935, em relação com a agressão italiana à Etiópia e o facto de o governo português aderir à política de sanções económicas contra a Itália, adoptada pela Sociedade das Nações. Sabemos hoje que tal adesão se deveu em larga medida à orientação anglófila do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Armindo Monteiro, no ano seguinte demitido por Salazar⁴. Este contexto diz muito sobre as realidades portuguesas da época, ao mesmo tempo que explica a observação do ministro italiano em Lisboa, citada no livro, acerca da imprensa portuguesa: “hoje a parte que nos é mais favorável é a mais próxima do governo que entretanto, o paradoxo é só aparente, segue uma política decididamente inglesa”.

Um aspecto com uma presença marginal, mas não irrelevante, na obra de Mario Ivani, são as acções de agitação anti-fascista que, apesar da perseguição policial, persistem na sociedade portuguesa e, numa primeira fase, encontram ainda forma de expressão pública. Assim por exemplo, a contestação de que são objecto os leitorados de italiano nas três universidades do país, chegando-se em Lisboa, no fim de uma lição inaugural, a “gritos de ‘viva a Abissínia’ e ‘viva o comunismo’ no meio de uma algazarra geral”, como é referido num relatório diplomático. Mais tarde, em 1939, uma exposição do livro italiano na “sala do Império” da Universidade de Coimbra é alvo de uma acção clandestina de sabotagem.

³ António Louçã e Isabelle Paccaud, *O Segredo da Rua do Século – relações perigosas de um agente judeu com a Alemanha nazi (1935-1939)*, Fim de Século, Lisboa, 2007.

⁴ Valentim Alexandre, *O Roubo das Almas*, D. Quixote, Lisboa, 2006, nomeadamente pp. 110-114.

A vitória militar italiana na Etiópia rapidamente altera os dados da situação e permite relançar as manifestações de solidariedade política luso-italiana. Mas sobretudo a guerra civil de Espanha, a partir de Julho de 1936, vai presenciar a unidade dos regimes italiano, alemão e português no apoio à rebelião franquista e abrir novas oportunidades à acção do Instituto de cultura, que “obtem crescentes consensos no interior da camada política e intelectual salazarista.” Na base de um aumento da dotação financeira, o Instituto, sob a direcção de Aldo Bizzarri, intensifica a actividade: 1937/38 é “um ano de viragem” e de “boom” das inscrições nos cursos de italiano. São relançadas as conferências de personalidades italianas e portuguesas sobre as afinidades das instituições dos dois países nos mais diversos campos. Figuras de destaque da política italiana, como Bruno Biagi, subsecretário das Corporações, ou mais tarde Federzoni, presidente da Academia de Itália (e antes do Senado), visitam Portugal. Em 1937, as comemorações do centenário da Universidade de Coimbra, a que Salazar também assiste, “transformaram-se num explícito tributo às delegações italiana, espanhola e alemã” e manifestação da unidade dos fascismos. São italianos a receber então o maior número de doutoramentos *honoris causa*.

Na análise da acção italiana em Portugal neste período, Mario Ivani dedica ainda espaço a uma outra questão acerca da qual não havia investigação anterior, a da influência dos estudos eugénicos. O “congresso de ciências da população”, realizado no Porto em 1940, no âmbito das comemorações do duplo centenário de Portugal, reflecte esta influência, nomeadamente em dois domínios, o da criminologia e o da teoria colonial, com a preocupação de combater a mestiçagem racial. Mas a influência da eugenia e da demografia italiana é mais vasta, e o autor refere-a também a propósito da criação em 1936 da “Obra das Mães para a Educação Nacional”, inspirada na italiana “Opera Nazionale per la Maternità e l’Infanzia”.

A parte dedicada à “acção sobre a imprensa portuguesa” é uma das mais interessantes no aspecto da revelação do grau de identificação de importantes sectores da sociedade e da política portuguesa com as orientações do fascismo italiano, no período que precede a II Guerra mundial. Em 1936 foi nomeado um adido de imprensa junto da representação diplomática italiana em Lisboa que, para além da tentativa (sem grande êxito) de lançamento de uma agência de notícias, desenvolveu um trabalho sistemático de

distribuição de propaganda a figuras influentes vistas como simpatizantes, e cuidou além disso do acompanhamento da imprensa portuguesa. Conseguiu não só fazer publicar, sob pseudónimo, os seus artigos na imprensa portuguesa, mas também que textos enviados pelo Minculpop fossem publicados no influente “O Século” como artigos do seu “correspondente em Roma”. Esta parte da investigação de Mario Ivani é ainda importante pelo que mostra da orientação governamental, através da “União Nacional” e do seu órgão: “No decurso de 1939, o *Diário da Manhã* radicalizou a sua orientação a favor do modelo político italiano”, correspondendo à visão de Salazar, no princípio da II Guerra mundial, da Itália como garante de uma “zona de paz”. Esta italo-filia não foi afectada pela publicação das leis raciais em Itália, pelo contrário: “no decurso de 1939 a aproximação do *Diário da Manhã* às posições do fascismo incluiu uma mais explícita exposição em sentido anti-semita”.

O autor não restringe a análise aos principais órgãos da imprensa da capital. Também a imprensa da província é sujeita a rigoroso escrutínio, constatando-se, na segunda metade dos anos 30, “o florescer de uma série de publicações periódicas de orientação limpidamente fascista, difundidas mesmo nos pequenos centros urbanos”. São analisados em detalhe os instrumentos de influência italianos sobre esta imprensa, que tinham de se defrontar com os recursos financeiros superiores da concorrência, não só francesa e inglesa, mas também dos aliados alemães.

A partir da entrada da Itália na Guerra, as exigências decorrentes da manutenção da neutralidade portuguesa impunham limites mais estreitos à propaganda italiana. No entanto, são-nos dadas a conhecer em pormenor as actividades, legais e “clandestinas”, então desenvolvidas, a distribuição de propaganda a simpatizantes (e quem eram), a recolha de informações sobre os inimigos, as formas de apoio à imprensa legal, nomeadamente de carácter local, que permanece “fiel”. Mas não cessou nesta época a actividade político-cultural do Instituto, através de concertos, sessões de poesia e também de conferências não isentas de alcance político, nas quais continuaram a participar altas personalidades do regime salazarista. Sobretudo, é a partir de então que se verifica uma concentração de esforços na difusão da língua nas escolas portuguesas: na primavera de 1943, havia no país 57 institutos de nível médio e superior com cursos de italiano,

contando com mais de 3500 inscritos, número considerável nas condições da escolaridade portuguesa da época.

Também a análise do período posterior a 25 de Julho não é deixada de lado, apesar do intrincado da situação e dos numerosos aspectos que envolve: destinos diversos e contraditórios do pessoal diplomático e educativo italiano em Portugal após Julho de 1943, consoante aderiu ao novo governo italiano ou ao fascismo de Salò, continuação da actividade neofascista a coberto da direcção do Instituto na segunda cidade do país, relações com os representantes dos Aliados, recusa da polícia portuguesa a impedir a actividade neofascista, são alguns dos elementos referidos, entre os quais não é dos menos interessantes saber que o director do Instituto, badogliano, em 1945 recebeu do governo português uma cátedra no Conservatório Nacional.

Um último capítulo, sobre “a comunidade italiana como instrumento de propaganda”, em que são sucessivamente passados em revista os “fasci all’estero” (cujo aparecimento em Portugal é anterior a 1926), a Igreja italiana e a actividade das escolas italianas em Portugal, conclui a obra.

VI – Figuras e problemas da história do PCP

VI.1.

Carlos Rates

Nascido em Setúbal a 19.2.1879 e falecido a 21.1.1961, registado com o nome de José apenas, porém conhecido e assinando habitualmente como Carlos ou José Carlos Rates (além de diversos pseudónimos), foi uma das mais singulares figuras do movimento operário em Portugal. Ingressou muito novo na Marinha. Logo depois, condenado em tribunal militar por indisciplina, foi enviado para a Guiné, e aí terá conhecido outros deportados, que o iniciaram no anarquismo. Em 1908, trabalha nas conservas em Setúbal e inicia a actividade de sindicalista, numa fase de grande expansão do movimento operário português e de difusão do ideário anarco-sindicalista, nas vésperas da revolução republicana. Foi secretário da União dos Sindicatos de Setúbal, participou no congresso sindical e cooperativista de 1909 e na missão de propaganda sindical no Alentejo e Estremadura. Mas é sobretudo após o 5 de Outubro de 1910 que se torna conhecido como dirigente sindical, sendo preso repetidas vezes: entre Março e Junho de 1911 (na sequência da greve dos conserveiros e corticeiros de Almada e dos “morticínios de Setúbal”); no Funchal, onde se encontrava em trabalho de organização sindical, em Abril de 1913, sendo transferido para o Limoeiro, onde ficou até Outubro; novamente em Dezembro, acusado de agitação entre os rurais, em Elvas, onde, apesar de absolvido pelo tribunal, recolheu de novo à prisão. Desenvolveu nestes anos intensa actividade sindical e jornalística. Cantor de fado, fundou e redigiu em 1910 *O Fadinho*. Foi redactor do *Germinal* e de *O Sindicalista*. Entre Agosto de 1912 e Abril de 1913, integrou uma missão de propaganda em Trás-os-Montes, Beiras e Alentejo, no decurso da qual contribuiu para pôr de pé a organização sindical dos trabalhadores rurais, foi escriturário da respectiva Federação e vendedor por conta da Livraria Guimarães editora. Colaborou ainda na secção “Vida Operária” do jornal republicano *O Intransigente*, dirigido por Machado Santos.

Além do seu papel como organizador e dirigente sindical, a figura de Rates merece atenção como intelectual que, mau grado a formação anarco-sindicalista, cedo se define pela busca de uma inserção *política* do movimento operário, com vista a contribuir para a solução do que, na esteira de muitos outros intelectuais da época, considerava “o

problema nacional”. Nesta linha, não só mantém contactos com sectores do republicanismo, como em 1914 defende a participação no congresso operário de Tomar, cuja realização partira da iniciativa de socialistas, o que o fez entrar em polémica com outros anarco-sindicalistas. Já então aliás insistia na diferença entre sindicalismo e anarquismo: o anarquista nega a lei, ao passo que o sindicalista pretende “ser ele próprio legislador.” Desempenhou um papel preponderante no congresso, embora as suas preocupações com a “função educativa” do movimento operário continuassem a suscitar críticas dos que nisso viam uma subestimação da luta de classes. Foi autor do projecto de estatutos da União Operária Nacional então fundada, eleito para a respectiva Comissão Administrativa e redactor principal do seu jornal (de que saiu apenas um número). Segundo Pacheco Pereira, depois do congresso “afasta-se progressivamente da acção imediata e lança-se no estudo”, tornando-se “o mais célebre autodidacta operário”. Uma influência central na sua orientação intelectual, aliás expressamente assumida, foi a exercida pela obra de Georges Sorel, que deixou marcas definitivas: o pessimismo antropológico, o desprezo pela política parlamentar, o anti-democratismo e anti-igualitarismo. Só as minorias conscientes, activas e voluntariosas estavam, para ele, em condições de manobrar a massa inconsciente através da “catástrofe” e conduzi-la a novas paragens de emancipação. No pós-guerra, Rates desenvolve intensíssima actividade jornalística, nomeadamente em *A Batalha*, ao mesmo tempo que publica o livro *O Problema Português. Os partidos e o operariado*, essencialmente um programa de reformas políticas e económicas a que em sua opinião os sindicatos se deviam dedicar, abandonando a ideia de insurreição. Já então considera como tarefa essencial dos sindicatos “disciplinar” os trabalhadores, educando-os moral, intelectual e tecnicamente. Adere no entanto à Federação Maximalista Portuguesa. Pela mesma altura, em função dos acontecimentos internacionais – a revolução soviética vencia então na Hungria e parecia estender-se para ocidente –, considera que “a revolução socialista internacional é inevitável” e “um facto próximo”, pelo que o necessário era fixar e divulgar as bases da “remodelação social” em Portugal. Para esse efeito escreve e publica em 1920 *A Ditadura do Proletariado*, um programa de governo apresentado como conjunto de decretos dum futuro “Conselho de Comissários” mandatado pela CGT. Tudo nele estava previsto e regulado, da divisão administrativa e territorial às condições de trabalho e

salários, passando pela socialização da propriedade, o ensino (em que ao teatro de declamação era atribuído um especial papel educativo e a diferença entre a educação masculina e feminina sublinhada), ou ainda pelas disposições eugenistas, o estabelecimento da Censura, a proibição de touradas e do boxe, bem como de espectáculos pornográficos ou de oposição política. A ditadura do proletariado segundo Rates emanava dos sindicatos, mas era mediada pelos comissários ou mesmo por um ditador (“não rejeito o epíteto”, escreverá alguns anos mais tarde) e finalmente superintendida, quanto à execução, pelos técnicos que Rates considera mais competentes nos diversos domínios e desde logo nomeia: entre outros, Ezequiel de Campos, F. Emygdio da Silva, Cunha Leal, Francisco Gentil. Um manifesto conclusivo “previne” o povo de que tem como dever primário “aplicar-se com diligência no exercício da função útil que vinha desempenhando.”

Ainda no final de 1920, preside à primeira reunião tendente à criação de um organismo “extra-sindical” e integra a “comissão organizadora dos trabalhos para a constituição do Partido Comunista Português”. Com a fundação do novo partido em Março de 1921, é eleito para o respectivo Conselho económico. Participou decerto na redacção do primeiro manifesto partidário, publicado em Julho, e no qual se exprimem as suas preocupações de sempre com a intensificação da produção nacional. A constituição do PCP correspondia em alguns aspectos a preocupações permanentes de Rates, quanto à unificação de forças socialistas, num contexto já marcado pela reacção patronal, e quanto à integração na transformação social de trabalhadores intelectuais e técnicos, grupos em geral pouco ou nada sindicalizados, que considerava fazerem também parte da classe operária. Foi também compartilhado por Rates o apoio do PCP aos radicais republicanos, na sequência da revolta de 19 de Outubro de 1921 e perante a reacção movida ao novo governo. Mas, ainda em pleno processo de constituição do PCP, declarava-se “longe da ideia de seguir as pisadas” de Lenin como organizador. Tudo isto, a par da recusa insistente da insurreição (“a mudança das instituições em Portugal virá como um reflexo dos sucessos internacionais”), da concepção da revolução como “obra duma minoria consciente” – numa época em que os soviets de operários e camponeses eram vistos como a essência mesma do comunismo – se afastava dos princípios da III Internacional. A primeira ida de uma delegação do PCP e das Juventudes Comunistas à Rússia, em 1922, por ocasião do

IV Congresso da Internacional Comunista, teve assim como resultado que, no regresso, os delegados tentassem implementar esses princípios através de um processo de refiliação, que na prática correspondia à expulsão de um grande número de membros do partido, entre os quais Rates. Em consequência, abriu-se uma crise nas relações entre a organização juvenil e o Partido e uma divisão no seio deste entre uma “direita” e uma “esquerda” (numa fase em que a demarcação entre tendências “de direita” e “de esquerda” atravessava praticamente todos os partidos comunistas europeus). A “direita” reage às expulsões e, desde Maio de 1923, Rates é o director do semanário *O Comunista*. Em obediência às disposições da IC, rompe com a Maçonaria (a que pertencera com o pseudónimo *Babeuf*). A seguir, com a decisiva intervenção do emissário do Comintern, Jules-Humbert Droz, e na sequência da realização do I Congresso partidário em Novembro, torna-se secretário-geral do PCP, posição que manteve até 1925. Embora a política do partido ofereça aspectos contraditórios e nem sempre seja possível identificar os documentos em que há autoria ou responsabilidade directa de Rates, há nesta fase uma melhor apreensão do realismo da política de Lenine, nomeadamente na questão camponesa, ao mesmo tempo que uma compreensão da crise do regime republicano e da ameaça fascista. Em relação à questão agrária, que estudou intensamente, Rates defende a necessidade de conquistar a maioria camponesa do país através da distribuição das terras. Perante a crise política, que crescentemente contrapunha os radicais republicanos à direita social e política, preconiza o apoio ao radicalismo como meio de conter o avanço do fascismo e preparar a passagem à revolução operária e camponesa. Apesar da fragilidade das estruturas partidárias e sindicais, a revolução era agora considerada possível se conseguisse desenvolver-se num quadro ibérico e tendo em conta a instabilidade da situação internacional. Dentro desta lógica, os comunistas envolveram-se no movimento militar radical de Dezembro de 1923, e em 1924 o PCP apoiou as manifestações unitárias contra as ditaduras e contra a carestia de vida, em ambas as ocasiões publicando manifestos de apelo ao armamento popular e à criação de conselhos operários e camponeses. Em 1925, participou nas manifestações populares de reacção à demissão do governo *canhoto* e no início da tentativa de criação de uma União dos Interesses Sociais, com a CGT e políticos republicanos, destinada a contrapor-se à agitação de direita desenvolvida pela União dos Interesses Económicos (UIE). No final do mesmo ano,

culminando a política de unidade de esquerda e já numa fase de claro refluxo do radicalismo, o PCP aceita participar em listas conjuntas com a Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos, entretanto autonomizada em partido, nas eleições legislativas, não tendo aliás conseguido eleger nenhum deputado. Todas estas iniciativas políticas não tinham a sustentá-las uma organização consistente, ofereciam aspectos contraditórios e assentavam na concepção do povo como “uma massa apática e indiferente - quem dominar em Lisboa e Porto, domina o país inteiro”, como escrevia *O Comunista* em Dezembro de 1923. Suscitaram assim resistências entre militantes e simpatizantes, nomeadamente entre os Partidários da Internacional Sindical Vermelha, uma importante base de influência do PCP com expressão própria. A evolução da Internacional Comunista, após o seu V Congresso (1924) ia também no sentido de uma maior rigidez organizativa e programática e de restrição à política de “frente única”. Não havia portanto ambiente em que as ideias e o protagonismo de Rates pudessem desenvolver-se e, nestas circunstâncias, prevalece o seu marcado individualismo. Sempre mantivera muitos contactos sociais e em finais de 1925 é convidado para um bem remunerado cargo de redactor do *Século*, pouco antes adquirido pela UIE. Era evidentemente uma situação incompatível com a de dirigente do PCP, aliás explicitamente proibida pelos regulamentos da IC, e que leva à sua expulsão do partido. Em 1924, ainda enquanto secretário-geral, empreendeu uma viagem à URSS, onde deveria participar no V Congresso da IC, o que não chega a concretizar-se, por não ter chegado a tempo. No regresso, fez conferências sobre a viagem e publicou o livro *A Rússia dos Sovietes*, uma obra singular. Ao relato de viagem, e “folheando uma vasta bibliografia”, Rates acrescentou uma exposição sintética do marxismo e um capítulo específico sobre o leninismo, a história da revolução de 1917 e dos seus antecedentes, o retrato biográfico de treze dos principais dirigentes soviéticos e a descrição da Constituição e das instituições da URSS: em suma, tudo o que o militante ou propagandista precisava de saber.

Como muitos outros intelectuais da época, encarou com expectativa benévola a instauração em 1926 da ditadura. O seu escrito de 1927, *Democracias e Ditaduras*, balanceia entre a aceitação de princípio da ditadura e algumas observações críticas, por aquela não ter o programa de reorganização municipal que Rates preconizava, e

sobretudo pela violenta repressão anti-operária subsequente à revolta de 7 de Fevereiro. Mas a evolução ulterior, nomeadamente a obra “disciplinadora” de Salazar e a orientação para o corporativismo, em que vê a superação definitiva dos partidos e a concretização de algumas das ideias de Georges Sorel, superam as últimas reservas. Em 1931 adere à União Nacional e entra para redactor do *Diário da Manhã*. Mais tarde seria colaborador do Secretariado Nacional da Informação. Naquele jornal publicou em 1945 um conjunto de artigos subordinados ao título “Democracia e Corporativismo”, alinhados com a apresentação que Salazar no pós-guerra passou a fazer do corporativismo como “democracia orgânica”. Se em 1914 defendera, contra os anarquistas, que “o sindicalismo basta-se a si próprio”, agora – por entre citações em que Marx aparecia ao lado de Salazar – era o corporativismo o “sistema político, económico e social que se basta a si mesmo”. Publicou em 1932 o romance *A Colmeia* e deixou inéditas numerosas peças de teatro.

Bibliografia.

Andrade, Elizabete Maria Mendes de, e Santos, Maria de Jesus Pedro dos, *Carlos Rates*, trabalho elaborado na cadeira de História de Portugal (sécs. XVIII a XX), Faculdade de Letras de Lisboa, 1981, dactilografado.

Lopes, Sérgio, *Idéologie et mouvements sociaux: Apport à l'étude des idéologies basé sur quelques aspects du mouvement ouvrier au Portugal (l'émergence du syndicalisme révolutionnaire et la Première République)*, doctorat de 3ème cycle de Sociologie, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1979/80.

Quintela, João G.P., *Para a História do Movimento Comunista em Portugal*, Afrontamento, Porto, 1976.

Rates, J. Carlos, *A Rússia dos Sovietes*, pref. de César Oliveira, Seara Nova, Lisboa, 1976 (1ª ed., 1925).

VI.2

Lenin's reception in Portugal during the twenties and thirties (from Carlos Rates to Bento Gonçalves)

Abstract:

Portugal had a rich revolutionary history in the 19th and the 20th centuries. The first decade of the 20th century was dominated by the republican revolution, which came to power in 1910. This did not fail to call Lenin's attention, in whose writings the Portuguese events are mentioned, and there is even an article about the 1908 regicide. After the First World War Portugal underwent a deep social and political crisis which led to the end of the Parliamentary Republic in 1926 and the formation of a protofascist dictatorship, under the rule of Salazar, which lasted for almost 50 years. The Portuguese Communist Party was founded in 1921. Although it had a relatively limited influence, it did try to elaborate policies in order to overcome the dominant anarcho-syndicalist tradition in the labour movement and to prevent the fascist-militarist takeover. It did not succeed in this task, however, and one of the reasons for this failure was the party's theoretical and ideological weakness. Only later, at the turn to the thirties, under more severe conditions, would the Party develop a consistent Leninist orientation against the New State's dictatorship.

In this paper I discuss the reception of Lenin's thought on such questions as hegemony, the democratic revolution and the united front, focusing on the writings of two Party leaders: Carlos Rates, who was one of the Party's founders and effectively led it from 1923 to 1925, and Bento Gonçalves, the PCP's secretary-general from 1929 until his death in a concentration camp in 1942.

I

One of the recent interpreters of Lenin's thought, Lars Lih, sums up what he sees as the most profound sense of Lenin's work by citing these words from Krupskaya's *Memories of Lenin*: "only as vozhd [leader] of all the labourers will the working class achieve victory"¹.

This sentence points out to what in the theoretical tradition of the communist movement is the question of *hegemony* in revolutions. It is well known that this notion was developed by Lenin in the course of the Revolution of 1905, especially in the book *Two Tactics of Social-Democracy in the Democratic Revolution*. In it Lenin stresses that social-democracy must fight for the people's hegemony (both proletarian and peasant) in the bourgeois-democratic revolution, as a necessary condition for the elimination of the feudal autocracy, that is, for the conquest of the Republic and for democratic changes.

The question of the role of the worker's Party in the bourgeois-democratic revolution, and especially in the struggle for the Republic, was also of direct concern for Portugal in those times. As a country of late and feeble industrialization, the labour movement only emerged in the 1870s. The influence of the Socialist Party, born in 1875, was soon superseded by the anarcho-syndicalists and their abstention from politics. On the other hand, the bourgeois Republican Party, born at the same time as the Socialist Party, soon acquired great popular influence. In 1908 the king and the heir prince were assassinated by Republican conspirators. Lenin wrote an article about this event, noting that the Republican tradition was losing force among European socialists and that "the slackening of republican propaganda signifies, not vigour in the striving for the complete victory of the proletariat, but a weak consciousness of the proletariat's revolutionary aims in general"². In 1910, the Portuguese monarchy was overthrown and the Republic installed through an action of military men, with popular and workers' support but without any organized intervention of the anarchist labour movement or of the Socialist Party. The republican governments betrayed their promises of social change and improvement in the conditions of people's life and dealt repressively with the strike movement. Nevertheless, the workers supported the Republican regime against the

¹ Quoted in Lars T. Lih, *Lenin*, Reaktion Books, London, 2011, p. 213

² "The happening to the king of Portugal": <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1908/feb/19c.htm>

monarchists and the political right-wing, as it was the case during the dictatorship of Sidónio Pais (1917-1918) and in the aftermath of Pais' assassination, when an attempt at the restoration of the monarchy took place.

The post-war years saw the increase of previous conflicts between monarchists and republicans, alongside with the emergence of a more combative and organized labour movement under anarcho-syndicalist leadership. The Russian revolution also had a meaningful impact, and this led in 1919 to the creation of the first communist and 'sovietist' organization, under the label "maximalist", the Federação Maximalista Portuguesa (FMP). Due to the low level of literacy among the working-class and the lack of information, ideological confusion predominated. The first *Declaration of Principles* of the FMP stated that "everyone who in Portugal declares himself a bolshevist is an anarchist or revolutionary-syndicalist."³

The revolutionary impulse and the times of a turn to the left in Portuguese politics were short-lived. Especially after the events of the "bloody night" in October 1921, a strong anti-revolutionary and anti-labour reaction developed, and preparations for a coup began in the Army, with the aim of putting an end to the Parliamentary regime. Important divisions remained inside this anti-democratic bloc, however, especially those between monarchists and right-wing republicans, which allowed for the parliamentary republic's survival for a couple of years.

It was already under these critical conditions that the Portuguese Communist Party was founded in March 1921 and that communist doctrines began to be more regularly absorbed. Lenin's writings, as well as those of Trotsky, Zinoviev and Bukharin, were at first known mainly through French editions, which were accessible only to a minority in the labour movement.

Shortly after its foundation, the Party began activity in the main towns, issued a weekly newspaper (*O Comunista*), enlarged its membership (around 2 000 active members in 1922), and published a manifesto. But a conflict soon erupted, after the travel of a Party's and Communist Youth's delegation of two to the 4th Comintern Congress. They concluded that the behaviour of most Party leaders and members was not in agreement with the 21 affiliation conditions adopted by the Comintern at the 2nd Congress and, on

³ *Bandeira Vermelha*, nº10, 7/12/1919, p.1

their return to Portugal, undertook a purge of the Party on leftist lines. A division ensued, and both tendencies appealed to the Comintern. Jules Humbert-Droz was sent to Portugal to help prepare the 1st Party Congress, which met in November 1923 and at which he himself participated. He decisively favored the “rightists” against the leftists, considering that they were the only ones who did some trade-union work and were not prone to terrorist practices. He helped Carlos Rates to be elected as the Party’s secretary-general. In these circumstances Rates became the PCP’s leader, which he would remain for the next year and a half, at a decisive moment in the history of the Portuguese labour movement and of the First Republic.

He had already a history behind him. Born in 1879, he began work as a young seaman, but was soon deported to Portuguese Guinea. There he got in touch with deported anarchists, and became an anarchist himself. In the first decade of the 20th century he returned to Portugal and began factory work. This was a time of great political and social unrest, and he soon became a popular anarchist trade-union leader, first in his hometown of Setúbal, and then at a national level. This activity went on after the republican revolution of 1910, and he soon found himself again under arrest on different occasions. He managed nevertheless to pursue his work as an active trade-union anarcho-syndicalist organizer. At the same time, he became through intensive reading a self-made intellectual. He absorbed the ideas of Georges Sorel, who had been rather influent in the French anarcho-syndicalist movement, especially his cult of the “active minority”. He began to study the economic and sociological literature about the “Portuguese problem”, that is, the reasons why Portugal, a pioneering country at the beginnings of the modern age, had become one of the most underdeveloped, socially iniquitous and chronically indebted countries in Europe. This put him in contact with predominant bourgeois reformist ideas and also with some Republican politicians. Shortly before the I World War, he agreed to take part, against the opinion of his fellow anarchist comrades, in the first Workers’ congress which had been organized by the Socialist (reformist) Party. During the congress, in which he played an active role, he mainly stressed the trade unions’ “educative function”, and he was criticized by some for not giving due importance to the organization of class struggle. After the war, he was again very active as a journalist for the daily newspaper *A Batalha*, the organ of the new trade-union

confederation, CGT, and he began writing books. In his writings he essentially develops a program of social and economic reforms which in his opinion should be the main aim of the trade-unions. These should at the same time educate the workers professionally and morally, and get them “disciplined” for the work of social reconstruction.

In 1919, at the creation of the first communist-inspired organization, the above mentioned *Federação Maximalista*, he adheres to it. But at the same time he despises any idea of preparing for the conquest of power by revolution. As in his opinion the international socialist revolution would soon inevitably “happen” in the most important European countries and then “arrive” in Portugal, the really important thing was to establish the *program* for social, economic and political change. To this effect he publishes in 1920 a new book under the title *A Ditadura do Proletariado* (“the dictatorship of the proletariat”), in which he presents the “decrees” which the revolutionary ‘council of commissars’ (he significantly ignores the expression “people’s commissars”) should proclaim as soon as the revolution “arrived”. Everything was anticipated and decided in these decrees, from the administrative division of the country to work and salary conditions, through property’s socialization, education and teaching methods or the interdiction of bullfights, boxing, pornography and political opposition. According to Rates, the “dictatorship of the proletariat” would “emanate” from the trade-unions and the TUC, but it was to be put in practice by the commissars or even by a dictator with the cooperation of managers and “technicians” (all of them distinguished Professors and well-known personalities, which he himself chooses and appoints by name in this book). Shortly afterwards, Rates took part in the formation of the PCP and was elected to its Economic Council. He also probably participated in the writing of the first Party manifesto, which contains many of his ideas about industrial modernization, and even declares that “the Revolution which the Communist Party anticipates and wishes shall have as its main and immediate objective the rational and scientific utilization of all natural resources of the country.” The ideas of revolutionary syndicalism persist in this manifesto, for instance “socialization” means in it that the trade-unions would take in their hands the management of production and that the cooperative societies would manage distribution. Referring to the central role of the Party in Lenin’s thought, Rates

explicitly declared by this time that he was “far from following in the footsteps of Lenin as an organizer.”

In spite of these ideas and of his many adversaries - he had already had a polemic with another outstanding member, José de Sousa, because of Rates' rejection of the idea of “immediate revolution” – he became the editor of the PCP's newspaper *O Comunista* and, shortly thereafter, the Party's leader, in November 1923. The following times were a very dense and decisive period in Portuguese history. In spite of the fact that the CGT (TUC) membership and the strength of the labour movement had decreased, it remained an important factor in the social struggles which went on. On the other hand, the political struggle between left and right intensified, as monarchist and conservative republicans converged with the business confederation, the agrarians, and the Church against the parliamentary Republic, and a left-wing tendency emerged among the republican parties. The Right as well as the Left had their supporters in the Army and the Navy, and from 1922 this led to a permanent putschist turbulence in the armed forces.

Differently from the “leftists” in the Party, Rates was acutely conscious of this situation, and he tried to face it. He had also meanwhile acquired some more information about Lenin's policies, which he now accepted and even tried to apply to the Portuguese situation, for instance on the very important agrarian question. But he never managed to free himself from the ideas of his “sorelian” formation and from an essentially manipulative approach to mass politics. In December 1923, the republican radicals tried a putsch, which failed. On the occasion, the Communist Party granted its members “freedom of action” to participate, and issued a pamphlet calling for the installation of a worker-and-peasant government. According to Rates, a government of the radicals could become the equivalent of February 1917 in Russia and open the way for a revolutionary process in which the Communist Party would then take charge and lead to “October”. But the whole concept was based upon the idea that “the Portuguese people are an apathetic and indifferent mass – whoever dominates Lisbon and Oporto [the two main cities] will dominate the entire country”, as *O Comunista* wrote by this time.

In the course of the political conflicts of 1924 the PCP followed a united front line and participated in important demonstrations against the dictatorial threat and for the defence of living conditions, alongside republican radicals, socialists, members of the Masonry

and anarcho-syndicalists. In the same year Rates travelled to the Soviet Union, where he was due to take part in the 5th Comintern congress but arrived too late. On his return he gave lectures about his experiences and published the book *A Rússia dos Sovietes*, a curious mixture of a summary presentation of Marxism and Leninism (the latter an explicit resume of Stalin's *Theoretical and practical Leninism*), a short history of the Russian revolutionary events, a portrait of thirteen Russian leaders, a description of Russian institutions, and a travel report. After his return, he pursued alliances with the republican Left, which for three months, between November 1924 and February 1925, managed to form a government. It was soon overturned in Parliament, however, and had then to build its own Party, the *Democratic Left*. Rates still took the initiative of organizing a joint ticket of the Communists and the Democratic Left for the parliamentary elections of 1925, but this met with no positive results whatsoever.

When these elections took place in November 1925, the First Republic had only a few months of life left, and Rates had already been expelled from the Party. This happened on the grounds that he had accepted a post as journalist of a newspaper controlled by the business' association, which as a matter of fact he did, after having been dismissed from his responsibilities as editor of the Party's newspaper.

This would still not be the end to Rates' political activity. In a way not unfaithful to George Sorel's example (who after publishing his *Reflections on Violence* for a time had adhered to the extreme-rightist *Action Française*), after 1926 Rates supported the dictatorship and became a journalist of its official mouthpiece *Diário da Manhã*.

Carlos Rates is the example of a talented working-class leader who was able to grasp the importance of politics for the labour movement, and to understand the necessity of class and political alliances. Nevertheless, his essentially anti-egalitarian and anti-democratic thought led him to an instrumental and manipulative idea of mass mobilization that would simply prepare the ground for a "Saviour" equipped with stronger means.

II

Let us now turn to another case of reception of Lenin's thought in Portugal, that of Bento Gonçalves. Although they belonged to different generations (Gonçalves was born 23

years after Rates, and died 18 years before him), and were completely opposed types of personality, Gonçalves and Rates had things in common. Both came from poor families and both were workers, both became self-made intellectuals who, in different ways, enjoyed a reputation as cultivated and exceptionally intelligent men. Both were trade-union militants of anarcho-syndicalist formation, and both became Communist Party leaders, Rates for a relatively short period in the final times of the First Republic, Gonçalves as an underground militant against Salazar's dictatorship, from 1929 until his death in 1942, at 40, in a concentration camp.

Bento Gonçalves is still often celebrated as the "true founder" of the Portuguese Communist Party, or the "first Portuguese Leninist", and there are no doubt good reasons to think so. After the installation of the military dictatorship in 1926, which paved the way for Salazar's rule of 40 years, the Communist Party was dispersed, and for a time almost disappeared. Gonçalves played a decisive role in its reorganization in 1929, and in the definition of an anti-fascist strategy that would turn the Party, up to this day, into the main political force in the labour movement, and also, until the democratic revolution of 1974, the main political force of the anti-fascist opposition.

In the following pages I will try to sketch the coherence of Gonçalves' thought and the way his writings and action helped the PCP to acquire this hegemonic role.

Born in 1902 in a very poor and remote village of the North of Portugal, he moved, as an adolescent, after his mother's death, to Lisbon, the capital city, where he learnt his job of metal-worker as a turner, and later studied at the middle industrial school. In 1919 he entered the Marine Arsenal, where he became legendary for his professional skills. From 1922 to 1926 he performed military service, living for two years in the Portuguese colony of Angola, where he was active in the local trade-union. On his return to Lisbon he took a very active part in the reorganization of the Arsenal trade-union, and in the relaunching of the wider trade-union movement. In 1927, he travelled to the Soviet Union, as one of the Portuguese trade-union delegates to the celebration of the October revolution's 10th anniversary, and he returned there two years later for a meeting of the Profintern's central council.

This was actually the beginning of Gonçalves' work as a Leninist. He adheres to the Party in 1928, by the time of the VI Comintern Congress, when "class against class"

politics was just starting. From 1926 onwards, and particularly after the failed republican revolution of 1927 in which many workers and labour activists took part, the Portuguese labour movement was facing harsh repression from the military dictatorship. The Communist Party was paralysed, and almost non-existent. Many communist and anarchist workers had been deported or imprisoned, while others awaited in expectation for the next republican-military “revolution”, which they saw as the only possibility of recovering any means of action. In a letter of July 1928 to the PCP’s Central Committee, the Executive Committee of the Comintern had called for a “complete change” in the Party’s orientation, putting an end to its dependence from republican politicians, and aiming at a renewal of activity in the trade-unions. This was the main purpose of Gonçalves’ work: the reorganisation of the Party and the creation of new Party cells, the reorganization of the trade-unions, and ideological work. In his articles of this period, he stresses, first of all, the ideological independence of communism, as he criticizes catholic and social-democratic positions. One may find in these texts an echo of his syndicalist formation, as he emphasises the “autonomy of the producers” and their capacity to create their own ethical values: “the proletariat’s vital values are as much of an ethical nature as the principles of Christianity”, he writes⁴. But, at the same time, while he criticizes the anarchists, who were up to this time the main current in the Portuguese labour movement, he insists – and in this he quotes almost literally Lenin’s *What is to be done?* – that class consciousness, as opposed to the corporatist mentality, can only develop through political knowledge and political action. This implies, he writes, that one class which wants to change society must fight for *hegemony*, that is, it must be able to lead “a *whole* of exploited strata of the present society”⁵. From this standpoint, it becomes essential to understand first of all the logic of the evolution taking place at the given historical moment, and the corresponding strategy of the class enemy. He sees the undergoing transformations, especially after Salazar’s ascent to office, as part of an international process which tends “to put fascism in the place of democracy”. This means that the dictatorship has to find new ways of conquering mass support, and he stresses in this perspective the role *corporatist* solutions may acquire.

⁴ Bento Gonçalves, “Proletários e Patrões”, in *Escritos (1927-1930)*, Lisboa, Seara Nova, 1976, p.46.

⁵ Gabriel Batista, “O sentido da nossa política”, *O Proletário* n°32, 19 de Julho de 1930, p.4 (in Bento Gonçalves, *Escritos*, p. 129).

The work developed by Gonçalves and his fellow-comrades in the short period of 1928-1930 met with significant success. New Party cells were created and membership increased. Paramount, however, was the creation of a new trade-union centre, the *Comissão Inter-sindical*, which played an important role in promoting a new dynamic of trade-union struggles.

On the other hand, the influence of the international crisis and of the revolution in Spain began to be felt. During the year of 1931 the dictatorship suffered a serious crisis. There were two important armed revolts, and much social and political agitation. But the dictatorship managed to overcome the crisis through intensified repression and a reorganization of power structures, in order to organize a more consistent state power.

Between October 1930 and February 1933, Bento Gonçalves was deported, first to the Azores and then to Cape Verde. At his return, political conditions had already changed significantly. A new political police had been created and a special military court for political offences established, while many government employees, teachers and professors had been purged from office, and a youth militia had been formed. A new fascist trade-union organization (the *Nacional-sindicalistas*) had also been created with government support. Free trade-unions still existed, but they were subject to growing harassment. The influence of Hitler's arrival to power in January 1933 made itself felt also in Portugal. A new Constitution and new corporatist laws which would extinguish the free trade-unions were published in 1933.

Although Gonçalves had returned to his work at the Marine Arsenal, in August he had to go underground to escape arrest. His writings at this time could no longer be published in legal trade-union newspapers. They are to be found in the underground press and in his reports to the Comintern and the Profintern. They are especially interesting because, starting from the same problems he had already identified about the dictatorship's ability to establish a mass basis, they offer a clear strategic plan in order to create a kind of counter-hegemony on the basis of anti-fascism.

Gonçalves analyses the main elements defining the situation in 1933, as the new Constitution had just been implemented and the corporatist laws were announced. In his opinion, until the beginning of the thirties the dictatorship could govern essentially on the basis of military power, because of the "relative stabilization of capitalism" and of the

weakness of the labour movement. Under the impact of the world crisis, the renewal of workers' struggles and the action of the Communist Party, things had changed, and new ways of exercising power had become necessary. That was the reason for the evolution from a "simple" military dictatorship to the self-styled *New State*, that is, to a fascist state capable of integrating the various sectors of the ruling class and of penetrating the middle-classes, and even sectors of the working-class and the peasants, through an "integrated mechanism" of state power and mass mobilization. That had been the reason for government support of the "nacional-sindicalistas", which for a time were supposed to form the base of the corporatist state.

Gonçalves signals the contradictions inherent in the *New State's* mass politics as they were already becoming visible, and points out to the opportunities they opened for the Communist Party. As a matter of fact, the fascist mobilization of the "nacional-sindicalistas" was already creating a popular backlash, and giving occasion to the concerted action of communists, anarcho-sindicalists and republicans⁶. This led to the government withdrawing its support, and even repressing them. On the other hand, the corporatist economic policies, which favoured cartelization and imposed the state regulation of prices, quantities and types of production, were causing serious problems to small peasants, artisans and merchants. All of this offered ground for new and wider forms of mass mobilization and organization. But it would also imply that the Party cadres and labour activists would once and for all abandon the hope for a sudden change through the military action of bourgeois-republican leaders. According to Gonçalves, this would imply thinking about the revolution not just as an act, but rather as a process of changing relations of force. In the strategic context of the "bourgeois-democratic revolution", which the Comintern at this time considered as appropriate to Portugal's economic and social conditions, different phases in the revolutionary process were possible. It could even start "under liberal-bourgeois leadership", but the Communist Party would strive for "the displacement of the axis of revolutionary direction to the field

⁶ Ver António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914-1945* (Estampa, Lisboa, 1994), p. 232.

of the exploited masses in town and country themselves”⁷. This was a clear understanding of the meaning of the struggle for hegemony.

This conception did not immediately prevail in the practical policies of the PCP. One of Gonçalves’ main concerns, by the end of 1933, was the preparation of a united action of the labour movement against the law that imposed the new corporatist trade-unions and suppressed the existing ones. The Communist Party should in his opinion avoid the formation of “groups of clandestine action separated from the masses”⁸. This is exactly what happened, however, during the attempted general strike on the 18th of January 1934, and it led to a serious defeat for the antifascist labour movement in Portugal.

In 1935, he took part in the VII Congress of the Comintern as leader of the Portuguese delegation, and stayed in the Soviet Union for 3 months. On that occasion, he noticed the “especially deep changes” (according to his expression in a document of that time) that the congress resolutions would imply for the PCP in order to overcome “our excessively sectarian political line”⁹. He could not participate directly in this work. Shortly after his return to Lisbon, he was arrested with the two other members of the Party secretariat, and deported to the prison fortress of Angra do Heroísmo (Azores). There he began to write, with the help of his memory and of his personal experience, without books or any other kind of intellectual support, an important book on the history of the Portuguese labour movement and of the Communist Party, *Palavras Necessárias (Elementos para a História do Movimento Operário Português)*. Judged by the special military court for political crimes (TME), he was condemned to 6 years of deportation. In October of 1936 he was among the first 150 political prisoners who inaugurated the Tarrafal concentration camp in Cape Verde. Notwithstanding the difficult climatic, hygienic and repressive conditions in the camp, he wrote (in the only kind of paper available, the cement sacks of the camp) a new small book about the party activity in the years of his leadership, *Dois Palavras*¹⁰.

These books would be worth a comment as concrete application of Marxist and Leninist criteria to historical analysis, but that task must be left to another opportunity.

⁷ *Boletim do secretariado e da Comorg*, August 1933.

⁸ Albino, *Rapport*, Madrid, 6.11.1933: 309

⁹ Russian state archive of social-political history: f. 495/179/31.

¹⁰ The two books are collected with other documents in *Os Comunistas – Bento Gonçalves*, Porto, 1976.

In 1942, he succumbed to a liver disease due to the camp conditions and maltreatments.

VI.3.

Bento Gonçalves

Nasceu em Fiães do Rio, concelho de Montalegre (Trás-os-Montes), em 2.3.1902. Filho de pequenos camponeses, ficou órfão de mãe ainda criança, vindo então com o pai para Lisboa. Em 1915 começa a trabalhar como torneiro de madeiras, passando depois a torneiro mecânico. Em 1919 é admitido como aprendiz no Arsenal da Marinha, onde rapidamente se distingue pela competência profissional. Frequenta a Escola Industrial Afonso Domingues. A partir de 1922 cumpre o serviço militar, durante o qual tira o curso elementar de piloto de marinha. Ainda na tropa, entre princípios de 1924 e Março de 1926 trabalha em Angola, como torneiro das Oficinas Gerais do Caminho de Ferro de Luanda, colaborando na actividade do Sindicato Operário da cidade. De regresso a Portugal, começa a dedicar-se sistematicamente ao movimento operário, sendo eleito secretário-geral da Comissão Administrativa do Sindicato do Pessoal do Arsenal da Marinha, ao mesmo tempo que é membro do Conselho Técnico do Arsenal. Quando, em Novembro de 1927, se realiza em Moscovo o Congresso dos Amigos da URSS, por ocasião das festas do 10º aniversário da Revolução de Outubro, Bento Gonçalves faz parte da delegação portuguesa, e é ele quem pronuncia o discurso em representação desta. O contacto com as realidades da Rússia soviética e com o movimento revolucionário internacional, numa conjuntura que é de viragem histórica tanto para aquela como para este, parece ter tido influência decisiva na sua evolução. Em 1928 torna-se membro do Partido Comunista, que se encontrava então extremamente enfraquecido. Continuando a centrar a sua actividade no Sindicato do Pessoal do Arsenal da Marinha, desde esta época são tomadas iniciativas no sentido da coordenação da acção de vários sindicatos. Ao mesmo tempo, Bento Gonçalves começa um trabalho de divulgador das ideias do marxismo-leninismo, através de artigos acerca da crise económica mundial e dos problemas sindicais, publicados no *Eco do Arsenal*, de que é então redactor principal e editor. Por outro lado, os seus esforços voltam-se para o relançamento da actividade e organização do próprio PCP, visto como peça essencial num projecto de reanimação do movimento operário português. A relutância da maioria dos membros do comité central

então existente em aceitar as propostas da célula do Arsenal da Marinha, apoiadas no seio do próprio CC por Manuel Pilar dos Santos, levam este último, em conjunto com Bento Gonçalves e outros, a encetar um trabalho autónomo. A partir da reunião de militantes de 21 de Abril de 1929 constitui-se uma "comissão provisória" de direcção do Partido, em ruptura com os anteriores dirigentes. No seio dessa comissão vem Bento Gonçalves ulteriormente a ser eleito secretário-geral do PCP. O maior activismo, bem como a acentuação da crítica das correntes socialistas e anarquistas, de que Bento Gonçalves e os outros protagonistas da "reorganização" partidária eram portadores, vinham ao encontro do que eram então as posições da Internacional Comunista. Em Dezembro de 1929, por ocasião da VI reunião do Conselho Central da Internacional Sindical Vermelha, Bento Gonçalves visita de novo a URSS. A sua acção, neste período, distribuir-se-á entre o esforço de alargamento da organização partidária e estruturação de *células*, a intervenção ideológica (com o pseudónimo Gabriel Baptista) através do jornal *O Proletário* e o lançamento da Comissão Inter-Sindical (CIS), como polo agregador da corrente comunista nos sindicatos. Na sua produção doutrinária, Bento Gonçalves é desde esta época particularmente atento a todos os aspectos da evolução da ditadura que parecem confirmar a tendência para o *fascismo*, entendido como acentuação geral da repressão, combinada com o intervencionismo do Estado na economia e nas relações de trabalho. Em Setembro de 1930, é preso no Arsenal da Marinha, onde continuava a trabalhar, e logo a seguir deportado, sem julgamento, para os Açores, e mais tarde para Cabo Verde (ilhas do Sal e do Fogo), onde permanecerá até Fevereiro de 1933. Nesta data regressa ao trabalho no Arsenal (onde, em Agosto, recebe um louvor público) e à actividade de dirigente do Partido, num período em que se opera a passagem definitiva da situação de ditadura ao chamado *Estado Novo*. Bento Gonçalves retoma e aprofunda, neste contexto, a sua análise do *processo de fascização* enquanto tentativa de fusão orgânica do Estado e da economia, num quadro de concentração económica e procura de alargamento das bases sociais do regime. Embora encare negativamente a possibilidade de edificação em Portugal do "fascismo totalitário" de tipo italiano, vê nesta evolução o termo de referência das tarefas que, em contraponto, se colocam ao movimento operário: alargamento do sistema de alianças e definição de uma etapa democrático-burguesa no quadro de uma concepção da revolução como *processus*. É nestas ideias que assentam as

suas propostas para o movimento de resistência à liquidação dos sindicatos livres. A ênfase, a este propósito, na *frente única*, não o levou porém a afastar-se de uma reserva profunda em relação às formas de aliança "pelo topo" com dirigentes anarquistas ou republicanos, posição que aliás se acentua na sequência do fracasso do movimento de 18 de Janeiro de 1934. Deste modo, quando, a partir de meados deste ano, os órgãos dirigentes da IC enveredam pela política de *Frente Popular*, em Portugal a aplicação das correspondentes directivas é condicionada pela preocupação de evitar qualquer tipo de acordos secretos que pudesse reactivar a tradição do envolvimento do movimento operário em "putschs" militares. Em Julho-Agosto de 1935, Bento Gonçalves chefia a delegação portuguesa ao VII Congresso do Comintern, permanecendo na Rússia até Outubro. Usa neste período o pseudónimo "Albino" (com que também assina algumas colaborações na imprensa comunista internacional). Alguns dos textos que então escreve denotam a consciência das "modificações particularmente profundas" que a linha do Congresso implicava para a prática política dos comunistas portugueses, quanto à ruptura com a "tradição sectária" e à necessidade da presença sistemática no seio das organizações legais. Porém, a 11 de Novembro, pouco depois do seu regresso a Lisboa, é preso, juntamente com os outros dois membros do Secretariado partidário, e, a seguir, deportado para a prisão-fortaleza de Angra do Heroísmo. Aqui começa a escrever, sob o título *Palavras Necessárias*, um importante texto (apesar dos erros factuais) de síntese e interpretação da história do movimento operário português desde as suas origens e do PCP na I República. Em 3.8.1936 é julgado pelo Tribunal Militar Especial e condenado a seis anos de desterro. Em Outubro do mesmo ano, integra o primeiro grupo de 150 presos que são transferidos para o campo de concentração do Tarrafal, na ilha de Santiago de Cabo Verde. Nas duras condições aí existentes, Bento Gonçalves consegue redigir, em 1941, como contribuição para as discussões políticas, o opúsculo *Duas Palavras*, no qual desenvolve uma análise das origens da reorganização de 1929 e da subsequente história do Partido. Algumas das suas atitudes perante as autoridades prisionais, consideradas legalistas ou até colaboracionistas (em que avulta a construção de um padrão nacional que seria inaugurado numa visita de Carmona ao arquipélago) suscitaram controvérsia entre os presos. Vítima da biliose, morre em 11.9.1942. (J.A.N.)

BIBLIOGRAFIA

Os Comunistas - Bento Gonçalves, Porto, 1976, A Opinião.

GONÇALVES, Bento, *Escritos (1927-1930)*, recolha, introdução e notas de António Ventura, Lisboa, 1976, Seara Nova.

IASTRJEMBSKI, S.V., "Bento Gonçalves - vidni organizator portugalskoi komunisticheskoj partii", in *Novaia i Noveishaia Istorija*, nº 1, Jan.-Fev. 1986, pp.97-109.

MAR, Naum, *Liudi kak Skali*, Moscovo, 1967, Izdatelstvo Politicheskoi Literatur.

"Organizator portugalskoi komunisticheskoj partii", in *Jizn otdanaia borbie*, Moscovo, 1964, Nauka, pp. 485-504.

PEREIRA, José Pacheco, "Bento Gonçalves revisitado", *Diário de Notícias* de 11.12.1979.

Idem, "As 'duas palavras' de Bento Gonçalves", *Diário de Notícias* de 8.1.1980.

VI.4.

A adesão de Bento Gonçalves ao PCP e o contexto internacional

A intervenção de Bento Gonçalves que a seguir se publica, até aqui inédita em Português, é um documento a vários títulos interessante, tanto do ponto de vista biográfico como do da história do movimento operário português. Trata-se com efeito do primeiro texto político conhecido de Bento, e é uma intervenção feita num momento crítico da história do movimento comunista.

Em 1927 entrava numa fase resolutive o conflito no seio da direcção soviética, acentuado após a morte de Lenin em 1924, entre os partidários da ideia de que sem a extensão a países industrializados a revolução socialista iniciada na Rússia em 1917 não era viável (Trotsky, Zinoviev, Kamenev), e aqueles que, em torno de Stalin e Bukharin, consideravam, perante o fracasso da revolução no Ocidente, que a construção do socialismo na URSS se tornara a ideia-força capaz de aglutinar energias e conferir um sentido aos esforços do movimento operário internacional por todo um período histórico. A política do *socialismo em um só país*, como ficaria conhecida, andou porém a par, durante os anos da direcção de Bukharin na Internacional Comunista (1926-28), de uma procura de relacionamento e iniciativa unitária com sectores social-democratas e anti-imperialistas, que teve momentos altos, nomeadamente, na formação do comité de unidade sindical anglo-russo e na cooperação dos comunistas chineses no seio do Kuomintang, o qual aliás chegou a ser admitido como membro associado da III Internacional. Além da sua função própria de reforço do movimento operário e das posições anti-imperialistas nos países em que decorriam, estas iniciativas contribuíam para alargar o espaço de influência e o prestígio internacional da URSS. Ora justamente em 1926/27 as duas iniciativas mencionadas conhecem um fim abrupto, com a denúncia por parte da direcção das Trade-Unions, na sequência do fracasso da greve geral inglesa de 1926, da cooperação com os sindicatos soviéticos, e pouco depois com a passagem do Kuomintang de Tchiang-Kai-Chek a uma acção violentamente anti-comunista (que ficou

marcada pela barbaridade dos massacres de Xangai em Abril de 1927). Ainda nesse ano, o governo britânico chega ao ponto de cortar relações diplomáticas com a URSS. Ao mesmo tempo, a campanha anti-comunista em França atinge proporções de histeria, com a prisão de vários dirigentes do PCF¹. De resto, a "estabilização" económica e social da segunda metade dos anos 20 ia já nesta altura acompanhada pela tendência à proliferação de regimes ditatoriais, todos mais ou menos influenciados pelo fascismo italiano, o qual entrara aliás, com as "leggi fascistissime" de 1925-26, na sua fase totalitária. Desde 1923 que em Espanha vigorava a ditadura de Primo de Rivera; 1926 viu surgirem governos de ditadura militar em Portugal, na Polónia e na Lituânia. Mesmo no plano económico, a estabilização dava os primeiros sinais de algumas fissuras, o que tendia a reactivar os impulsos nacionalistas. E em Genebra, no âmbito da comissão preparatória da Conferência do Desarmamento, a proposta soviética de desarmamento geral era recusada. Neste quadro, os dirigentes soviéticos tendiam a combinar a leitura teórica leninista do imperialismo com a sua própria experiência das tentativas de intervenção armada estrangeira desde o período da guerra civil, para concluírem pela probabilidade de uma convergência anti-soviética das potências capitalistas, capaz de superar temporariamente as suas contradições recíprocas. E de facto, grupos como a *Entente contra a III Internacional*, que em Portugal dispunha de uma activa secção, desenvolviam uma doutrinação explícita no sentido da eliminação da URSS da cena mundial.

É neste contexto que têm lugar as celebrações do X aniversário da revolução de Outubro e se realiza, por iniciativa da delegação inglesa, o Congresso dos Amigos da URSS. O Apelo então emitido pelo Comité Executivo da I.C., lembrando os sacrifícios sofridos inutilmente pelas massas dos países capitalistas durante a Grande Guerra e o recrudescimento recente dos preparativos militares, sublinhava a função da existência da União Soviética, ao "deslocar no plano internacional a relação de forças entre capital e trabalho". Apontando por outro lado para a ofensiva em curso contra as conquistas sociais alcançadas no pós-guerra, afirmava que "a defesa da revolução chinesa e da União Soviética são ao mesmo tempo uma defesa do proletariado contra a ofensiva do capital"².

¹ Aldo Agosti, *La Terza Internazionale. Storia documentaria*, vol.II/2, Editori Riuniti, Roma, 1976, pp. 673-700 e 775-806.

² "Appello del Comitato Esecutivo per il decimo anniversario della Rivoluzione d'ottobre", in Aldo Agosti, *op. cit.*, pp.826-830.

O Congresso decorre de 9 a 13 de Novembro de 1927 e nele participam 947 delegados de 43 países, dos quais 173 da Alemanha, 146 de França, 127 da Grã-Bretanha e 3 de Portugal. Aberto pelo chefe da delegação inglesa, Lawther, intervieram como oradores figuras como Bukharin, leader da I.C., a veterana do comunismo alemão Clara Zetkin, o escritor francês Henri Barbusse, o alemão Ernst Toller, Rykov, chefe do governo soviético, Vorochilov, comissário da guerra, e Tomsy, líder dos sindicatos. Estiveram presentes menos comunistas e mais social-democratas (22%) do que em anteriores delegações operárias. A ordem de trabalhos incluía dois pontos: "10 anos da União Soviética" e "Defesa da União Soviética contra a ameaça da guerra imperialista." O Manifesto adoptado apelava a impedir a guerra contra a URSS e à defesa da revolução chinesa³. O tema da luta contra a guerra não podia deixar de tocar "o mundo variegado das organizações pacifistas"⁴.

Durante o inverno de 1927-28 foram constituídas associações de Amigos da URSS nos vários países. Em fins de Maio de 1928 realizou-se em Colónia, na Alemanha, uma conferência das associações europeias. Além de aprovar uma declaração sobre o fascismo, a conferência marcou para 4 e 5 de Agosto uma Jornada Internacional de Luta contra a Guerra. Embora tenha chegado a estabelecer uma sede em Berlim e começado a preparação de um II Congresso Mundial, ulteriormente o movimento foi absorvido pela Liga Anti-Imperialista⁵.

³ E. H. Carr, *Foundations of a Planned Economy 1926-1929*, vol. III/1, MacMillan, Londres e Basingstoke, 1976, pp. 307-310; A.I. Sobolew *et al.*, *Die Kommunistische Internationale. Kurzer historischer Abriss*, Dietz Verlag, Berlim 1970, p.321.

⁴ Aldo Agosti, *Bandiere Rosse. Un profilo storico dei comunismi europei*, Editori Riuniti, Roma, 1999, p.68.

⁵ E.H. Carr, *op. cit.*, pp. 309-310.

Nos anos seguintes a luta contra a guerra constituiu um dos temas centrais da agitação dos partidos comunistas. Segundo Aldo Agosti, a "jornada internacional" de 1 de Agosto de 1929 "parece ter sido um momento importante para a afirmação de uma presença autónoma do movimento comunista e em alguns países, em primeiro lugar na Alemanha, viu sair à rua vários milhares de manifestantes; mas não representou a prova de força esperada." (*Op.cit.*, vol. III/1, p.27). Sobre a Jornada de Luta contra a Guerra na Alemanha, ver: Erika Kücklich e Hans-Joachim Krusch, "Die Antikriegstage der Jahre 1929 bis 1932 - Beispiele des Kampfes der KPD gegen Imperialismus und Krieg" in *Der deutsche Imperialismus und der Zweite Weltkrieg. Materialien der wissenschaftlichen Konferenz der Kommission der Historiker der DDR und der UdSSR vom 14. bis 19. Dezember 1959 in Berlin*, vol. II, Berlim, 1961. Em Portugal a agitação contra a guerra foi um dos temas principais das "jornadas internacionais da juventude" organizadas pela Federação das Juventudes Comunistas. A mais importante foi a manifestação-relâmpago que se realizou em Alcântara em 4 de Setembro de 1932, em que foi orador Francisco de Paula Oliveira, "Pavel", e durante a qual foram mortos o militante comunista José Ruas e também um polícia. Ver: *Frente Vermelha* nº1, Outubro de 1932; e Arquivo da PIDE/DGS no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Prº. 558/SPS.

A visão da Rússia soviética foi, desde a revolução de Outubro, um dos terrenos fundamentais do confronto político e de ideias nos países europeus. Os relatos abundaram, a sustentar posições favoráveis e hostis⁶. No movimento operário, a posição perante o "caminho russo" não só constituiu um motivo central da separação entre comunistas e social-democratas como permanentemente alimentava as polémicas doutrinárias. Numa fase histórica em que consolidava a existência como Estado mas via também confirmado o seu isolamento, para a URSS interessava especialmente atrair os sectores social-democratas do movimento operário e a intelectualidade burguesa. Ao contrário de uma ideia muitas vezes repetida, às delegações não eram apenas mostrados os aspectos positivos da realidade: "pelo contrário elas foram postas por diversas formas em contacto com o quotidiano dos trabalhadores russos, e os problemas e dificuldades na solução de complexas tarefas e na criação de relações humanas socialistas não deixaram de ser abordados."⁷

É neste contexto que em Outubro de 1927, a convite do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, uma delegação de sindicalistas portugueses, composta por Silvino Ferreira, João Pedro dos Santos e Bento Gonçalves, parte para a URSS, a tomar parte nas comemorações do X aniversário da Revolução de Outubro. Dos três, apenas o primeiro era então membro do PCP e do Comité Executivo dos Partidários da Internacional Sindical Vermelha (CEPISV), ao qual também João Pedro dos Santos pertencia. Este e Bento Gonçalves eram membros activos, respectivamente, do Sindicato do Pessoal do Arsenal do Exército e do Sindicato do Pessoal do Arsenal de Marinha⁸. Os relatórios que em Moscovo João Pedro dos Santos e Silvino Ferreira apresentaram ao Bureau Executivo da Internacional Sindical Vermelha (Profintern) e ao Comité Executivo da Internacional Comunista fornecem uma ideia precisa do que era então a situação do PCP e do

⁶ Para um panorama das publicações francesas, ver: Fred Kupfermann, *Au Pays des Soviets. Le voyage français en Union Soviétique 1917-1939*, Col. Archives, Gallimard/Julliard, Paris, 1979. Entre os relatos de portugueses, ver por exemplo: Carlos Rates, *A Rússia dos Soviéticos*, pref. de César Oliveira, Seara Nova, Lisboa, 1976 (1ª ed. 1925); Carlos Santos, *Como eu vi a Rússia*, Livraria Popular Francisco Franco, Lisboa, 2ª.ed., 1928; Alexandre Vieira, *Delegacia a um Congresso Sindical*, Lisboa, 1960.

⁷ Hartmann Wunderer, *Arbeitervereine und Arbeiterparteien. Kultur- und Massenorganisationen in der Arbeiterbewegung (1890-1933)*, Campusverlag, Frankfurt e Nova Iorque, 1980, p. 209.

⁸ José Pacheco Pereira, "O PCP na I República: membros e direcção", *Estudos sobre o Comunismo*, nº 1, Set.-Dez. 1983, p.17; e Id., "O PCP na I República: algumas notas biográficas", *Boletim de Estudos Operários*, nº 8, Dez. 1985, p.22.

movimento operário português⁹. Descrevem a situação em Portugal subsequente à revolta de 7 de Fevereiro de 1927, a intensificação da repressão e o papel nela desempenhado pela recém-constituída secção portuguesa da "Entente contra a III Internacional". Analisam também as deficiências do Partido (cujo comité central fora recentemente remodelado, passando a ter como secretário-geral José de Sousa) e os problemas derivados da fraca formação ideológica dos militantes, calculados, segundo Silvino Ferreira, em "uns 50 camaradas em Lisboa e uns 30 no Porto e poucos pela província". É a este partido em crise que Bento Gonçalves adere em 1928, pouco depois do seu regresso a Portugal, sendo formalmente admitido em reunião do Comité Central de 20 de Setembro¹⁰, no âmbito de um conjunto de irradiações e admissões que então são decididas. Quando, porém, em Outubro, Manuel Pilar dos Santos propõe a integração no CC de Bento Gonçalves, a proposta é rejeitada.

Regressado a Portugal, Bento iniciara no Sindicato do Arsenal de Marinha, de cuja Comissão Administrativa foi secretário-geral entre 1927 e 1929, um trabalho que ele próprio depois referirá como tendo constituído o ponto de partida de uma acção mais geral de reorganização sindical e política. Tratou-se em primeiro lugar da dinamização da Comissão de Melhoramentos no sentido da luta pela igualdade de direitos das diversas categorias de pessoal e da união entre arsenalistas e trabalhadores da indústria particular. Além disso, foram reorganizadas a biblioteca e a escola sindical, e conquistaram-se novos sindicalizados¹¹. Particularmente importante é a própria reorganização sindical, com a realização de uma "Conferência Corporativa" que constituiu o Conselho de Delegados como comité de fábrica. Esta iniciativa é explicitamente motivada pela necessidade de adaptação do movimento sindical às novas condições da economia mundial (internacionalização, racionalização, crise de desemprego) e da organização da burguesia: "o avanço dos organismos burgueses sobre os dos operários resulta do facto de os

⁹ "Rapport sur le Portugal. Au Bureau Exécutif de l'ISR, Moscou 15.11.1927": arquivo do PCP; "Relatório da SPIC ao CEIC, Moscovo 25 de Novembro de 1927": Arquivo do Centro Russo de Conservação e Estudo de Documentos de História Contemporânea (CRCEDHC), Moscovo: f. 495, op. 179, d.23.

¹⁰ Arquivo do CRCEDHC: f. 495,op. 179, d.4, acta nº2.

¹¹ Bento Gonçalves, "Duas Palavras", in *Os Comunistas*, A Opinião, Porto, 1976, pp. 125-127; "Relatório e Contas da Comissão Administrativa", *O Eco do Arsenal* nº 132, Janeiro de 1929, in Bento Gonçalves, *Escritos*, org. de António Ventura, Seara Nova, Lisboa, pp. 63-75; "La situation au Portugal - Rapport de la Commission Provisoire du Parti Communiste Portugais, 30 juin 1929": Arquivo do CRECDHC: f. 495,op. 179, d.25.

primeiros se encontrarem edificados à base de indústria - numa escala nacional e internacional - e os segundos em ramos profissionais, princípio este que dispersa o operariado de uma fábrica por vários organismos, ao mesmo tempo, enfraquecendo-os e tornando-os portanto incapazes de desempenhar a sua verdadeira função económica"¹². A formação do comité de fábrica visa por outro lado unir sindicalizados e não sindicalizados¹³. Esta reorganização é explicitamente inspirada de experiências do movimento operário internacional, nomeadamente alemão e russo. E tudo isto é apontado como esboço duma "revisão do sistema orgânico do movimento sindical do nosso país (...) ponto de partida para o lançamento das bases dum amplo trabalho de revisão geral."¹⁴ Neste sentido, preconiza-se um projecto global que passaria a ter como núcleo o sindicato de fábrica, superando a fragmentação dos sindicatos profissionais, e incluindo a formação de uniões regionais e federações de indústria. Em paralelo, é considerada a formação de uma organização sindical juvenil, "escolas de preparação, de onde saíssem regularmente as reservas destinadas a preencher os quadros proletarianos"¹⁵.

A atenção dada ao relançamento do movimento sindical geral não se esgotou nestas propostas. Traduziu-se, desde 1928, na iniciativa de reuniões de delegados dos sindicatos de Lisboa em torno de problemas como horário de trabalho, desemprego e legislação social.¹⁶

Além deste trabalho sindical, Bento Gonçalves inicia a publicação de artigos de conteúdo doutrinário no *Eco do Arsenal*, de que é redactor principal e editor. É por outro lado secretário da célula partidária no Arsenal de Marinha, e nesta qualidade acha-se em contacto com Manuel Pilar, bem como com Abílio Lima, membro da mesma célula e também membro do Comité Executivo dos Partidários da Internacional Sindical Vermelha (CEPISV) e responsável do Socorro Vermelho. Em Outubro de 1928, Bento Gonçalves participa numa reunião conjunta do Comité Central do Partido e do CEPISV, onde propõe que se promova uma reunião dos filiados comunistas dos sindicatos. Perante a inactividade do CC, a célula do Arsenal de Marinha dirige àquele um relatório. Nele se

¹² *O Eco do Arsenal* n° 130, Novembro de 1928.

¹³ "Conselho de Delegados. Trabalho a apreciar pela Conferência Corporativa", *O Eco do Arsenal* n° 131, Dezembro de 1928.

¹⁴ Spartacus, "Assuntos de organização", *ibidem*.

¹⁵ Spartacus, "Principais aspectos da organização operária", *O Eco do Arsenal*, n° 134, Abril de 1929.

¹⁶ Bento Gonçalves, "Palavras Necessárias", in *Os Comunistas*, p. 126.

propõe, em face do que se considera ser a situação de crise do movimento operário perante a "hostilidade ilimitada à classe operária de todos os sectores da burguesia", uma retoma de iniciativa no plano sindical e político: "estabelecimento de uma ligação sistemática com a organização operária, crítica das medidas governamentais e dos assuntos do dia, crítica das várias tendências do movimento operário, luta pelo desenvolvimento das células comunistas"¹⁷. Insiste-se em que esta actividade só será possível clandestinamente, mas "é na clandestinidade que os PC se retemperam". A instabilidade da ditadura e a sua possível substituição por um regime de maior liberdade só torna mais urgente começar já, em situação ditatorial, o trabalho revolucionário. Finalmente, o relatório chama a atenção para as iniciativas da ditadura em matéria de organização sindical e o perigo da constituição de sindicatos fascistas se, como aconteceu em Itália e Espanha, elementos influentes no meio operário se colocarem ao serviço da ditadura.

A este relatório não houve qualquer resposta. Então, em colaboração com Manuel Pilar dos Santos, Bento Gonçalves convoca uma reunião de militantes. Com a participação de 12 filiados, a reunião, que se realizou a 7 de Março 1929, decide realizar um plenário do conjunto dos membros do Partido em Lisboa. Este vem finalmente a ter lugar em 21 de Abril, com 14 presenças, e com ela estava aberto o caminho a uma reorganização capaz de colocar o PCP em posição de defrontar a nova situação histórica criada com a estabilização da ditadura salazarista¹⁸.

Uma última nota sobre o movimento dos *Amigos da URSS* em Portugal. Só em 1931, quando Bento Gonçalves já há vários meses se encontrava deportado, veio a ser constituída, nas condições da ilegalidade mas beneficiando da forte agitação política vivida nesse ano, uma Associação dos Amigos da União Soviética, criada por um grupo de estudantes de Direito e Medicina de Lisboa, "inspirado pelos dirigentes sindicais dos arsenalistas do Exército."¹⁹ Numa circular, também de 1931, assinada pela Comissão de Organização do PCP, pode ler-se: "Acaba de organizar-se esta Liga que apresenta como finalidades principais a união de todas as forças anti-imperialistas e a propaganda e

¹⁷ "Rapport de la Commission Provisoire du PCP": Arquivo do CRECDHC, f. 495, op. 179, d. 24. O relatório também é mencionado na "Acta da Conferência do PCP de Abril de 1929" (intr. e notas de José Pacheco Pereira), in *Estudos sobre o Comunismo*, nº2, Janº-Abril 1984, p. 26.

¹⁸ "Acta da Conferência do PCP de Abril de 1929", pp. 21-35.

¹⁹ Pedro Rocha, *Escrito com Paixão*, Caminho, Lisboa, 1991, p.22.

defesa da União Soviética". Ao mesmo tempo que prescrevia o estabelecimento de uma "fracção comunista" da Associação, conforme a prática então corrente, a circular sublinhava que "para estes grupos é perfeitamente facultativa a admissão de intelectuais, pequenos burgueses, etc., que por qualquer forma se interessem pela URSS."²⁰ Segundo Pedro Rocha, então membro dos organismos dirigentes do PCP, ele próprio redigiu os estatutos da Associação e "dentro de pouco tempo, os seus aderentes já somavam mais de duas centenas entre operários e estudantes", "o seu funcionamento estava normalizado, com reuniões regulares desde a base à direcção, a edição do boletim *Verdades sobre a União Soviética*, a edição de milhares de selos para afixar (várias cores), e um vasto plano de trabalho que incluía projecção de filmes (já tínhamos alguns), audição de discos, exposição de fotografias, etc. Redigi um detalhado relatório que foi enviado à sede (Berlim) "²¹.

Porém, ainda em Setembro de 1931, foram presos, pelo menos, um estudante de medicina e um jovem barbeiro acusados de propaganda da Associação²². E no ano seguinte a Associação não resistiu à vaga repressiva que atingiu o PCP e as organizações que influenciava.

²⁰ Arquivo da PIDE/DGS no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Pr.º 228/SPS.

²¹ Pedro Rocha, *op. cit.*, pp. 23 e 24.

²² Arquivo da PIDE/DGS no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processos n.º 52 e 53 da Polícia de Informações de Lisboa.

Documento

CONGRESSO DOS AMIGOS DA URSS

5ª SESSÃO, 12 DE NOVEMBRO DE 1927.

Delegado de Portugal: Gonçalves²³.

Por causa da actual situação política de Portugal, onde desde há dois anos temos uma ditadura militar absolutamente fascista, não nos foi permitido reunir a classe operária organizada a fim de lhe dar conhecimento do convite que os sindicatos russos nos enviaram para que a classe operária portuguesa estivesse representada nas festas do décimo aniversário da grande revolução que marcará eternamente a jornada vitoriosa daqueles que sofreram as mais horríveis torturas do brutal regime czarista. Por isso não podemos afirmar perante vós que representamos neste momento o proletariado de Portugal, porque representamos apenas uma parte dele.

Porém, como consideramos a revolução dos trabalhadores da Rússia uma revolução de um grande alcance internacional, viemos, apesar dos esforços das autoridades para nos recusarem os passaportes. E depois do que vimos estamos agora em condições de contar aos nossos camaradas, em Portugal, toda a verdade no que respeita à organização do sistema soviético, ou seja, que a Rússia é o único país do mundo onde o proletariado soube cumprir o seu dever, lutando, mais do que para o seu próprio benefício, para o benefício de toda a humanidade.

Camaradas, estamos felizes por nos encontrarmos aqui, junto de vós, para tomarmos parte nos trabalhos deste Congresso, que terão um grande alcance no processo da luta proletária. Daqui saudamos os organizadores e também o povo revolucionário de toda a Rússia, porque as suas recentes conquistas é que nos permitem realizar uma tão grandiosa e magnífica reunião revolucionária, onde se acham representados os trabalhadores de

²³ Arquivo do Centro Russo de Conservação e Estudo de Documentos da História Contemporânea : f.495, op.99, d.9. Original em francês.

todas as tendências ou escolas filosóficas. Eu próprio represento aqui comunistas, sindicalistas, anarquistas, etc., excluindo os reformistas que não tiveram lugar entre nós.

Camaradas, a última parte da ordem do dia ocupa-se dos perigos de guerra e é sobre esse assunto que quero tomar a palavra.

É muito evidente, e já há algum tempo que o temos constatado, a preparação pelo capitalismo ocidental de uma guerra contra a Rússia. São os piratas imperialistas que não querem reconhecer que o seu tempo passou e que o futuro pertence à classe operária. São os canalhas que olham os dez anos de construção socialista da União Soviética como o mais forte argumento em apoio das suas mentiras e, com vista a aproveitar de uma situação já problemática para eles, tentam uma nova carnificina devastadora.

A guerra que o abominável capitalismo tenta fazer é muito diferente da última guerra, da guerra mundial, a etapa mais vergonhosa do imperialismo. Na guerra que se prepara não se encontra nunca o capitalismo contra o capitalismo, encontra-se sim o capitalismo contra o comunismo, isto é, a burguesia contra o proletariado, e é isto que é preciso demonstrar às massas, quando a imprensa reaccionária lhes diz que o regime soviético é tudo aquilo de que o acusam nos últimos tempos.

Camaradas, é seguindo este raciocínio que desenvolveremos a propaganda entre nós, e asseguramos-vos que o proletariado português saberá cumprir o seu dever.

Os progressos que verificámos em todos os ramos da vida social e económica da Rússia dos Sovietes são a melhor prova de que a Rússia é o único país onde as aspirações da classe operária quase se acham satisfeitas e todas as comodidades são colocadas à sua disposição. Os campos estão separados. De um lado estão os explorados, do outro os exploradores. Os explorados somos os proletários. Temos pois que nos unir porque temos de vencer. O nosso lugar está marcado claramente. Não queremos a guerra mas, se for impossível evitá-la, sejamos todos os aqui presentes os organizadores do Exército Vermelho internacional operário e camponês, que liquidará definitivamente o imperialismo mundial.

Viva a união operária e camponesa do mundo inteiro!

Viva a Rússia soviética contra a burguesia!

PROPOSTA

A delegação portuguesa propõe:

- 1 - Todos os camaradas aqui presentes devem assumir o compromisso de desenvolverem nos respectivos países toda a propaganda necessária à formação em cada país de um organismo de defesa da Rússia contra a guerra capitalista.
- 2- Todos estes organismos terão inteira autonomia nos métodos de luta.
- 3 - Para coordenar os esforços, constituir-se-á, com sede na União Soviética, um organismo independente da URSS e da Internacional Comunista, a fim de permitir a organização imediata de todos aqueles que jamais consentirão uma guerra contra a União Soviética.

Moscovo, 12 de Novembro de 1927

A delegação portuguesa

a) Bento A. Gonçalves

VI.5.

O PCP após a reorganização de 1929

Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931-33)**

1. A reorganização de 1929 ocupa na história do PCP um lugar-chave. Ocorrendo, por um lado, em pleno desenvolvimento do processo de fascização em Portugal, ela vem a significar a constituição daquele Partido Comunista que pelas décadas seguintes constituirá o núcleo principal da oposição antifascista: tem nesse aspecto um papel fundador na conti-

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

** Este texto não é uma história nem uma síntese da história do PCP nos anos de 1931-33:

- a) Porque deixa de lado aspectos *essenciais* da actividade do Partido, antes de mais, e sobretudo, a actividade sindical, que constitui, possivelmente (é, pelo menos, a opinião de Bento Gonçalves), o aspecto mais importante e a contribuição mais duradoura da reorganização de 1929 para o movimento operário português; além disso, nada explica sobre a organização do Partido, nada diz sobre as organizações afins, como o Socorro Vermelho, não analisa a sua composição social, etc.;
- b) Porque praticamente «salta», de forma aliás óbvia, o ano de 1932;
- c) Porque não analisa o contexto da história social e política portuguesa em que o Partido se move, a não ser incidentalmente.

Procurou-se simplesmente, na base de alguns documentos até hoje pouco conhecidos, dar uma caracterização parcelar e colocar um problema relativamente à operância e aos efeitos da reorganização de 1929. Esta é geralmente encarada como a aquisição duma consciência política elaborada e homogénea — o marxismo-leninismo — para o Partido Comunista e, a prazo, para o movimento operário português. Sem pôr em causa que, ao fim e ao cabo, tenha sido assim, procurou-se trazer alguns elementos a mostrar como o processo foi contraditório.

A questão-base é, no fundo, a mesma que sempre preocupou Bento Gonçalves, a saber, a subsistência no movimento operário português, inclusive comunista, de ideologias e práticas da tradição pequeno-burguesa, como as que o dominaram no período da I República, e o processo da sua superação.

Uma determinação minimamente exacta desse problema exige muito mais informações não só sobre a história do PCP, como, em geral, sobre a da sociedade portuguesa. Esse desconhecimento, este texto não o supre, e também por isso deve ser encarado mais como hipótese que outra coisa.

Queremos, finalmente, chamar a atenção para o facto de haver no texto, fundamentalmente, duas partes — uma, mais documentada, que corresponde ao ano de 1931, outra que se limita a colocar, na base dalguns documentos, «elementos» duma evolução. Não será de mais frisar que sobretudo essa última parte (pontos 6 a 8) visa *apenas* colocar uma hipótese sobre que tencionamos trabalhar.

nuidade histórica e no sentimento de identidade do PCP actual. Por outro lado, expressão portuguesa da resposta do movimento operário às condições da crise mundial, ela está estreitamente ligada à nova fase em que, ao nível internacional, o movimento comunista então entra: a fase daqueles «anos de ferro», na expressão de Togliatti, que precedem e integram a segunda guerra mundial.

Se exceptuarmos as indicações sumárias que Bento Gonçalves fornece em *Duas Palavras*, são ainda hoje escassos, para o historiador, os elementos que permitam definir precisamente as condições em que ocorre a reorganização e os resultados imediatos a que conduz nos anos de 1929 e 1930. O Partido conta então ainda com um número reduzido de elementos (que Bento Gonçalves cifra em 130 no final daquele último ano, essencialmente localizados em Lisboa). A sua actividade de imprensa reduz-se à publicação d'*O Proletário*, que, apesar de conter muitas informações sobre a actividade sindical, do ponto de vista da sua expressão política tem todas as limitações de um jornal visado pela Censura.

A partir de 1931 dispõe-se de condições mais favoráveis para conhecer a actividade e orientações do Partido. Ao seu crescimento numérico (nos fins de 1931 contaria já com cerca de 700 filiados)¹, o que reflecte e possibilita uma maior influência política, acrescenta-se a publicação regular dos seus órgãos ilegais, principalmente o *Avante!* e *O Jovem* (órgão central da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas). Torna-se assim mais fácil acompanhar a sua linha política e a tradução prática dessa linha nos acontecimentos em que o Partido influi.

2. O PCP de 1931 surge-nos, antes de mais, como um partido essencialmente voltado para a agitação. Esta prioridade da agitação é explicitamente definida num artigo do n.º 2 do *Avante!*² e vê-se concretizada na importância que em geral a imprensa do Partido dá a todos os episódios de manifestação e agitação de rua — sobretudo quando ela propicia a confrontação física entre as massas populares e o aparelho repressivo. É o caso, por exemplo, das manifestações do 1.º de Maio desse ano, consideradas pelo *Avante!* «uma página brilhante na luta do proletariado contra a burguesia». Como jornada de agitação, o 1.º de Maio de 1931

¹ Segundo testemunho oral, em 3 de Novembro de 1980, de um dirigente do PCP nessa época, Manuel Alpedrinha. Também num relatório interno apresentado em Fevereiro de 1933 à direcção do Partido pelo «filiado n.º 161» se pode ler:

Em fins de 1931, a nossa organização atingiu o máximo de desenvolvimento que até hoje tem tido no nosso país. O número de simpatizantes crescia de dia para dia de uma maneira animadora e muitos dos nossos camaradas previam para breve uma organização potente e desenvolvida.

² «Situação e tarefas do nosso Partido», in *Avante!*, n.º 2, de 8 de Março de 1931, p. 4:

Esta fase de terror branco que, como regra geral do fascismo, no nosso país segue ligada ao exacerbar das contradições do capitalismo e dos antagonismos de classe, isto é, ao recrudesimento da crise nacional económica e ao despertar das massas para a luta — paralelamente ao temperar do nosso Partido para a direcção do proletariado nas lutas próximas —, põe entre nós uma série de problemas tácticos, de propaganda, de agitação e de organização.

No número destas tarefas imediatas, a questão do prosseguimento, sem perda dum ritmo veloz, da agitação de massas, não importa que dentro do ambiente do fascismo mais concentrado, aparece em primeiro lugar.

revestiu efectivamente dimensões invulgares, quer pela participação nas greves e manifestações desse dia, quer pela violência do choque com as forças de repressão, que só em Lisboa provocou quatro mortos e duas dezenas de feridos³. Já anteriormente, para comemoração do Dia Internacional dos Desempregados, o Partido projectara realizar a 25 de Fevereiro manifestações de protesto contra o desemprego, que a Polícia conseguiu porém desarticular⁴. Temos, além disso, conhecimento dos preparativos feitos para a realização em Portugal da Jornada Internacional da Juventude, que acabou por ser anulada em virtude da eclosão da revolta republicana de 26 de Agosto⁵.

³ O próprio *Diário de Notícias* de 3 de Maio de 1931 dá uma ideia da dimensão dos acontecimentos ao descrever a participação na greve de várias classes de trabalhadores:

O Primeiro de Maio foi comemorado em Lisboa por muitos operários. Os *chauffeurs* de praça abandonaram o trabalho, não havendo portanto serviço de táxis. Numerosos operários de oficinas e da construção civil e metalúrgicos também não trabalharam.

Referindo-se à manifestação, fala da presença de «muitos milhares de pessoas, especialmente elementos do operariado». O mesmo órgão conservador dá notícia da manifestação no Porto (onde foi também reprimida pela cavalaria e a tiro, ficando feridas 17 pessoas) e de outras, mais ou menos pacíficas, em Braga, Viana do Castelo, Cartaxo, Óbidos, Almada, Tortosendo e Faro. É difícil determinar em que medida o Partido influiu na preparação e realização destas manifestações, embora, de modo geral, ele reivindicasse essa iniciativa. Uma circular com data de 20 de Abril de 1931, emanada do secretariado do comité executivo e dirigida «a toda a organização do continente», anuncia a preparação da jornada de 1.º de Maio, «contra a Fome que invade duma forma assustadora os lares proletários», e conclui:

O secretariado político do PCP deliberou colocar como palavras de ordem imediatas de toda a organização a paralisação geral nesse dia, que será aproveitado para provocar o maior número possível de demonstrações de carácter revolucionário de massa, de classe contra classe [...]

⁴ Cf. o artigo «Dia 25 de Fevereiro, jornada internacional contra o desemprego», in *Avante!*, n.º 2, de 8 de Março de 1931, em que se procede a uma análise crítica dos acontecimentos, concluindo que eles demonstram simultaneamente a justeza da linha política, fundada no pressuposto da radicalização dos trabalhadores, que de facto saíram à rua; e a fraqueza organizativa, traduzida em incapacidade de assegurar a realização da manifestação apesar do aparato repressivo. O artigo procura tirar lições para a preparação do 1.º de Maio, preconizando desde logo a constituição de brigadas de choque e grupos de autodefesa.

⁵ Encontram-se referências à preparação desta Jornada Internacional da Juventude na acta da reunião do secretariado do Partido de 4 de Agosto de 1931; na carta de «René» (Bernard Freund), em nome do Secretariado da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas, para «cher Jules», que constituía a ligação em Paris com a Internacional Comunista Juvenil, de 19 de Agosto; e ainda em novas cartas de «René» para «Jules», de 27 de Agosto e 6 de Setembro.

A acta de 4 de Agosto diz que foi recebido um ofício da FJC «em que pede o auxílio do PCP, moral e material, para a comemoração do Dia Internacional Juvenil». O ofício terá tido «grande discussão, em virtude de se considerar o Partido com poucas possibilidades, no momento actual, de prestar aqueles auxílios», resolvendo-se entretanto fazer propaganda do significado da jornada. A primeira carta para «Jules» diz que a preparação da JIJ se encontra no centro das atenções da Federação, «apesar da passividade absoluta da parte do Partido» (sublinhados no original). As duas últimas cartas explicam as razões por que a revolta de 26 de Agosto, conduzindo a uma situação prática de estado de sítio, tornou impossível a manifestação projectada, apesar dos preparativos já feitos, no plano da propaganda e não só — «algumas brigadas de autodefesa estavam mesmo formadas e o

Aspecto importante desta agitação de massas reside na utilização da violência armada. Deste ponto de vista, o 1.º de Maio é considerado um êxito pleno, ao passo que justamente a sua falta teria sido a principal deficiência do 25 de Fevereiro⁶. Segundo um então dirigente do Partido e participante activo nos acontecimentos, defensor e praticante do método, tratava-se de «uma ideia copiada do Partido francês, de que estávamos tão próximos na literatura»⁷. É este um dos aspectos da acção do Partido que, em *Duas Palavras*, Bento Gonçalves (deportado entre 1930 e 1933, portanto sem responsabilidade na sua orientação desta época) apreciará de forma mais negativa, considerando-o típico da subsistência nas fileiras comunistas de uma mentalidade anarquista e putschista.

Um outro aspecto da prioridade da agitação traduz-se na multiplicidade e diversidade de publicações, jornais e panfletos editados pelo Partido e pela Federação das Juventudes, aliás com um enorme esforço de voluntarismo e activismo⁸. O já citado artigo do n.º 2 do *Avante!*, «Situação

plano de autodefesa contra o primeiro ataque policial elaborado e o material (bombas e alguns revólveres) preparado», como se escreve na última carta.

Esclareça-se que Bernard Freund («René») é um checo, nascido em 1907 ou 1908, vindo para Portugal em meados de 1929, onde se empregou como correspondente estrangeiro duma empresa comercial. Não sabemos se a sua vinda para Portugal foi em missão da Internacional Comunista (ou da ICJ), ou se só depois de aqui estar fixado é que estabeleceu contacto com os comunistas portugueses.

Em 1931, «René» pode considerar-se um dos principais responsáveis da FJCP, sendo ele quem a representa no secretariado do Partido. Preso em Janeiro de 1932, é expulso do País pouco depois.

B. Freund esteve em Portugal acompanhado da mulher, Wilma, também militante do PCP e expulsa do País ao mesmo tempo que ele.

A presença de militantes estrangeiros na direcção de partidos comunistas ou das suas organizações juvenis é um facto normal na época, de acordo com a ética e a legalidade da IC (1919-43), da qual os partidos nacionais não são senão secções. Este é mesmo um dos motivos fundadores e um dos títulos de orgulho do movimento comunista, em contraposição ao chauvinismo evidenciado pelos partidos sociais-democratas perante a primeira guerra mundial. Também no PCF, em relação com a rectificação de linha operada a partir de 1930, é criado em 1931 um «colégio de direcção» internacional, dirigido por Eugen Fried, por sinal também checo (cf. Philippe Robrieux, *Histoire Intérieure du Parti Communiste*, vol. I, ed. Fayard, p. 382).

⁶ Cf. «O 1.º de Maio em Lisboa», in *Avante!*, n.º 5, de 6 de Junho de 1931.

⁷ Testemunho oral, em 3 de Novembro de 1980, de Manuel Alpedrinha.

Pode encontrar-se uma descrição interessante da mentalidade e das práticas dominantes no PCF desta época no livro recente, que acima citámos, de Robrieux, cap. vi, pp. 311 e segs., sobretudo pp. 339-345. Robrieux cita a sugestiva expressão de «ginástica revolucionária», então usada na Internacional para designar esta concepção e prática dum treino permanente no confronto de massas com a repressão, como o esforço que exigiam, é elucidativa uma carta de «René», em nome da «Entrava-se no partido da revolução para o dia seguinte, vivia-se no partido da revolução para o dia seguinte e 'o Partido' cada dia mais tinha de actuar como se se preparasse para a revolução francesa, a revolução mundial», escreve Robrieux a p. 345.

⁸ Sobre as precárias condições técnicas de realização destas publicações, bem como do esforço que exigiam, é elucidativa uma carta de «René», em nome da FJCP, escrita em alemão e endereçada à ligação com a ICJ em Berlim, de 30 de Dezembro de 1931:

[...] Seguem hoje 2 números [do *Jovem*, n.º 13] como impressos para a editora [a Verlag der Jugendinternationale, em Berlim, que servia de centro para as ligações da ICJ com as secções nacionais]. Dele foram tirados 2000 números de 10 páginas, À MÃO, NUMA MÁQUINA «GREIF»; trabalhámos oito dias a 11 horas por dia, e isto simplesmente porque não temos dinheiro

e tarefas do nosso Partido», considera que o órgão central não pode ter mais que uma função de coordenação política, cabendo aos organismos periféricos editarem as suas próprias publicações. Haveria ainda que generalizar «o sistema das folhas volantes, ainda que dactilografadas e destinadas sobretudo à análise bolchevista dos assuntos correntes de tal ou tal fábrica». E, de acordo com estas directivas, veremos efectivamente surgir vários órgãos regulares de células ou organizações periféricas, sobretudo da FJCP: é o caso do *Fateixa*, jornal dos jovens comunistas do Arsenal da Marinha, do *Prà Luta*, órgão da zona 1 da FJCP, ou do *Jovem Proletário* (jovens comunistas do Arsenal do Exército). Há, além disso, as publicações dos grupos sindicais que o Partido dirige, como *O Metalúrgico*, do Grupo de Defesa Sindical dos Metalúrgicos, ou o *Aprendiz Vermelho*, do Comité de Aprendizes do Arsenal da Marinha, e ainda as muito diversas «folhas», de publicação irregular, suscitadas por incidentes ou problemas ocasionais. Tendo muitas vezes apenas uma ou duas páginas, consagradas à denúncia de casos concretos de abusos patronais, das condições de trabalho, ou à descrição dos protestos operários, é notória nelas a tentativa de estabelecer uma ligação imediata entre os mais pequenos episódios da luta de classes e a formulação das palavras de ordem políticas, contra o capitalismo, pela defesa da URSS: a denúncia não serve tanto um objectivo de organização e mobilização com efeitos políticos precisos, quanto desempenha por si mesma uma função educativa e de «excitação» ao combate anticapitalista.

3. Qual a perspectiva política que, em termos de estratégia, orienta a actividade do Partido?

Um dos primeiros documentos que conhecemos da FJCP, intitulado *Federação da Juventude Comunista (Secção Portuguesa da Internacional Comunista da Juventude)* e que parece constituir a sua primeira apresentação pública como organização, responde a esta pergunta com meridiana clareza ao defini-la como vanguarda da juventude trabalhadora, que a organiza «em conjunto e nos mesmos objectivos do Partido Comunista, para combater a burguesia em todos os seus sectores, desde as mais reaccionárias e declaradas ditaduras fascistas e militaristas até aos socialistas e anarco-sindicalistas, os nossos mais encarniçados inimigos e os mais sólidos apoios do capital». Quanto ao programa de transformações económico-sociais, trata-se de lutar «pela socialização de todos os meios de produção e de troca, pela transformação da propriedade privada em colectiva.» Do ponto de vista da estrutura política, a realização de tal programa apoiar-se-ia nos «soviets de operários, camponeses, soldados e marinheiros, como único caminho para a realização sucessiva do comunismo integral».

para comprar uma *Debego* ou *Gestetner*. (A *Debego* custa aqui 120 dólares americanos, as outras mais.) Mas também a *Greif* era emprestada por um consulado; tivemos de a devolver e não temos nada com que publicar os nossos próximos materiais [...] assim param as coisas por aqui; os velhos [isto é, o Partido, em contraposição aos jovens da FJCP] têm uma *Gestetner*, que, porém, de qualquer modo já trabalha cerca de 10 horas por dia, e não podem de forma nenhuma emprestar-no-la. Não poderíeis vós arranjar-nos um empréstimo especial para uma *Debego*?

Noutra passagem da carta indicam-se as tiragens de algumas publicações: assim, do *Jovem*, n.º 10, foi feita uma tiragem de 600 exemplares, dum edição da letra da *Internacional* foram tirados 850, do manifesto para a JIJ, 1750.

Qualquer problemática dum definição de objectivos transitórios ou realização de alianças temporárias, com vista a obter estes ou aqueles ganhos políticos limitados, resulta, à luz deste manifesto, sem sentido. A política revolucionária esgota-se na proclamação dos objectivos próprios e na conquista, pela persuasão — que justamente a actividade de agitação deve operar —, da maioria operária para esses objectivos. Dentro da mesma linha de raciocínio se movem vários outros textos publicados no *Avante!*, como, por exemplo, no n.º 5, de Junho de 1931, o intitulado «O Partido Comunista perante a opinião pública. O terrorismo e a acção revolucionária». Começando por definir o PCP, em paralelo com as outras secções da IC, como «partido genuinamente de classe», conclui que não existe nem pode existir «a mais insignificante colaboração com qualquer outro partido político, o que daria lugar a uma degenerescência dos seus princípios puramente classistas e revolucionários». Demarcando-se das práticas de conspiração e opondo-lhes o esforço de organização do «exército do trabalho», o Partido recusa o envolvimento nas lutas da burguesia republicana contra a Ditadura, e especifica:

O fascismo, para nós, não constitui um perigo superior a qualquer outro que parta da burguesia. A luta contra o fascismo não tem, para nós, diferença da luta contra a burguesia, de um modo geral. Se o fascismo não é mais do que um filho do capitalismo, combatendo-se este combate-se aquele, implicitamente. Representa o fascismo a alta burguesia, a reacção? Não nos interessa [...] A luta contra o fascismo, portanto, é a luta contra a burguesia, seja reaccionária ou liberal.

No que diz respeito à social-democracia, ela é considerada, coerentemente com as análises e resoluções da Internacional Comunista entre 1929 e 1933 (respectivamente, X e XIII Plenos do seu Comité Executivo), o obstáculo principal ao desenvolvimento do movimento revolucionário. Daqui a célebre designação de «social-fascismo», de que faz abundante uso o artigo do n.º 3 do *Avante!*, de 16 de Abril de 1931, intitulado «O Partido Comunista, único caminho rápido e seguro para a emancipação dos trabalhadores de Portugal». Este artigo vai, de resto, bem mais longe do que as mais radicais formulações da IC na desqualificação da social-democracia e, sob o lema «quem não é por nós é contra nós», apela à expulsão dos operários adeptos da social-democracia das organizações operárias («urge corrê-los a pontapé das tuas organizações»).

Nas análises da Internacional é entretanto constante, e essencial, a distinção entre a base e a cúpula sociais-democratas, embora, em dada fase, o conceito de base seja entendido de forma tão restritiva que os próprios responsáveis locais ou inferiores de partidos e sindicatos reformistas são englobados na concepção da fascização da social-democracia. De todo o modo, a concepção da IC continua a ser, neste período, a de realização da «frente única operária», a concretizar através da atracção dos operários socialistas ao ponto de vista revolucionário, separando-os dos seus chefes «sociais-fascistas».

Encontramos um exemplo desta questão em Portugal nas discussões havidas em torno de uma cisão na Liga da Mocidade Socialista, que dá origem à publicação no n.º 5 do *Avante!*, de 6 de Junho de 1931, de um texto, sob a epígrafe «Mais vale tarde do que nunca», intitulado «Os membros da Liga da Mocidade Socialista revoltam-se contra os seus

chefes reformistas». O assunto foi também analisado em reuniões dos secretariados do Partido e das Juventudes, entre Dezembro de 1931 e Janeiro de 1932. Quanto ao artigo do *Avante!*, ele procura analisar a questão no quadro do que considera ser uma tendência mundial que «se produz principalmente na Alemanha e, agora, na Espanha», como reflexo duma evolução das condições objectivas que impele as massas trabalhadoras para o comunismo. Como as organizações socialistas se mantêm «unicamente por determinação dos seus chefes», o artigo conclui apelando para que os membros da LMS levem às últimas consequências a oposição aos organismos dirigentes e «venham até ao comunismo».

4. Estas orientações políticas que vimos expressas nalguns textos da imprensa comunista portuguesa em 1931 dão-se como (e, dum ponto de vista literal, são) a tradução portuguesa da estratégia «classe contra classe» que entre o VI (1928) e o VII (1935) Congressos da IC orientou os destinos do movimento comunista internacional.

A análise e a crítica deste período da história da IC estão hoje amplamente feitas, pela historiografia das mais diversas inspirações políticas⁹. Tal estratégia fundava-se numa determinada análise da crise económica mundial e numa hipótese sobre as suas consequências, que via em perspectiva a polarização das sociedades burguesas entre uma minoria obrigada a recorrer a formas crescentes de exercício da violência para a manutenção do seu poder (o fascismo) e uma maioria proletária ou proletarizada impelida necessariamente para o comunismo.

Sé, numa sociedade como a alemã, onde tal pensamento teve o seu lugar privilegiado de concepção e aplicação, o fracasso de tal estratégia se ficou a dever sobretudo ao facto de partir dum pressuposto falso sobre as possibilidades da «tradução» imediata dum processo económico-social ao nível político (isto é, ao facto de a maioria da classe operária alemã ter permanecido organizada no partido e nos sindicatos sociais-democratas), em Portugal, onde a influência da social-democracia no meio operário era muito limitada, o problema coloca-se de maneira diferente. Ele reside, antes do mais, no facto de o proletariado industrial constituir uma fracção mais pequena da população e muito mais heterogénea na sua própria composição material.

Neste aspecto, é interessante verificar que, se as declarações e manifestos do Partido insistem no carácter proletário da acção que desenvolve e repetem insistentemente o *slogan* «classe contra classe», na realidade verifica-se uma imbricação permanente entre as lutas operárias e as movimentações de diversos sectores pequeno-burgueses. A própria agitação do 1.º de Maio de 1931 é incompreensível se a isolarmos do ambiente político que nesse momento se vivia, caracterizado nomeadamente pelas repercussões da revolta da Madeira e pelas greves e lutas estudantis que, alguns dias antes, agitaram as Universidades de Lisboa e Porto e vários liceus de Lisboa¹⁰. Justamente sobre a questão da agitação estudantil,

⁹ Como resumo do assunto, pode consultar-se o texto da comunicação que fizemos em 1980 no Colóquio sobre o Fascismo realizado na Faculdade de Letras, intitulada «Da política 'classe contra classe' às origens da estratégia antifascista». As actas do Colóquio estão em curso de publicação nas edições Regra do Jogo.

¹⁰ O *Diário de Notícias* de 29 e 30 de Abril de 1931 contém amplas informações sobre estas lutas. A greve inicia-se a 24 na Faculdade de Medicina de Lisboa e no

encontra-se na correspondência da FJCP para a ICJ, em anexo a uma carta de «René» para Paris, de 20 de Dezembro de 1930, um interessante «Rapport sur la grève dans l'École commerciale Ferreira Borges». Os incidentes que neste relatório são descritos têm na sua origem muito pouca importância, sendo o ponto de partida constituído por um professor de francês «qui a l'habitude de traiter les jeunes d'une manière très grossière». Interessante é a descrição de como o conflito evolui rapidamente para a realização de reuniões no jardim da escola que são dispersas pela GNR, segundo o relato, «à coups de carabines». Realiza-se uma greve durante 4 dias, sendo o comité de greve dirigido por jovens comunistas; os confrontos entre grevistas e amarelos são também pitorescamente descritos — «résistance à couteau des 'jaunes' et attaques à couteau des grévistes contre les flics».

Segundo este relatório, a organização da FJCP não teria ainda estado em condições de assumir plenamente a condução dos acontecimentos, nomeadamente no sentido de estender a greve a outras escolas, mas o movimento teria sido ocasião de iniciar a implantação generalizada no meio estudantil e a coordenação entre as várias células. E o relatório termina por estas conclusões:

De resto, em quase todas as escolas, não só as industriais (juventude operária), mas também nas escolas comerciais, frequentadas sobretudo pelos filhos da pequena-burguesia, nota-se uma certa radicalização, que se exprime: por um forte ódio contra a ditadura de Carmona, republicanismo radical, simpatia pela URSS e pelo movimento operário, interesse pelo marxismo-leninismo, etc. É entre esta juventude que os «Amigos da URSS», organizados agora pela nossa Federação, começam a trabalhar.

Ainda através de uma carta da FJCP para a ICJ em Paris, subscrita por «René» e com data de 11 de Janeiro de 1931, temos conhecimento duma iniciativa da comissão escolar da FJCP no sentido de constituir uma Federação Única de Estudantes, em Lisboa, em bases legais e tendente a englobar «todas as escolas industriais, liceus, comerciais, univer-

dia seguinte comparece a GNR a cavalo para garantir a entrada dos fura-greves. De dentro da escola, após se haver içado uma bandeira vermelha, levantam-se «gritos subversivos de abaixo a Ditadura é vivas à revolução social e Rússia Soviética». Nesse momento, a Polícia exige que o director da Faculdade, Egas Moniz, mande abrir os portões e, perante a recusa deste, «entrou no edifício, distribuindo algumas pranchadas».

Nos dias seguintes, a greve estendeu-se à maior parte das Faculdades e a vários liceus de Lisboa, bem como à Universidade do Porto. Aqui é também hasteada uma bandeira vermelha no Instituto Superior de Comércio. A intervenção policial vem a ocasionar a queda de um varandim, provocando vários feridos e a morte dum estudante.

O *Diário de Notícias* publica também, a 3 de Maio, com a indicação de ter sido transmitido à imprensa pelo Ministério da Instrução, um manifesto subscrito por uma «Fracção Académica do PC e das JCP e União dos Núcleos Académicos Simpatizantes do Comunismo e da União Soviética», sobre cuja autenticidade há que pôr reservas, já que não temos nenhuma outra indicação da existência de tal «Fracção» ou de tais «Núcleos». Desenvolve-se nele uma violenta crítica aos estudantes republicanos e conclui-se apelando à instauração da «União das Repúblicas dos Sovietes Ibéricos». De passagem afirma-se que «presentemente, dentro da Academia, somos a única força organizada».

sidades», mas ignoramos se tal iniciativa teve alguma concretização prática ¹¹.

Nas *Duas Palavras*, Bento Gonçalves referirá num curto capítulo as mudanças que neste período ocorrem no meio estudantil, relacionando-as com o processo de reorganização do Partido: «O desejo de derrubamento da ditadura, claramente expresso na maioria do povo português, e a questão do 'revirinho', na ordem do dia, arrastaram os estudantes para um novo reagrupamento», escreve, citando a propósito os jornais *Liberdade* e *Igualdade* como sintomáticos das novas tendências que se exprimiam entre os estudantes ¹². Sabemos que pelo menos um dos membros do secretariado do Partido entre 1930 e 1932, Manuel Alpedrinha, esteve ligado à fundação, em 1927, do *Liberdade*.

A extensão da influência e organização do Partido Comunista surge-nos assim como parte integrante de um processo mais vasto e ideologicamente muito heteróclito, no qual a radicalização da pequena burguesia é uma componente essencial. A conclusão do relatório atrás citado é, nesse aspecto, lapidar: o republicanismo radical coabita com a simpatia pela URSS e o ódio à ditadura de Carmona é um passo no caminho para o movimento operário e o marxismo-leninismo ¹³.

Um outro aspecto desta inserção do Partido no processo de radicalização da pequena burguesia intelectual reside na constituição dum Núcleo dos Trabalhadores Intelectuais ou Núcleo dos Intelectuais Simpatizantes, a que pertenceram, entre outros, Bento Jesus Caraça e José Rodrigues Miguéis ¹⁴. Curiosamente, também Manuel Ribeiro, nesta fase já posterior à sua conversão ao catolicismo, entra em contacto com o Partido no sentido da sua integração no Núcleo ¹⁵. Havia, aliás, a intenção de legalizar esta iniciativa e, segundo a acta duma reunião do NTI de 10 de Dezembro

¹¹ Nesta carta pedem-se nomeadamente instruções sobre as bases e o critério de organização a seguir, citando-se o exemplo da Espanha como modelo possível.

¹² *Duas Palavras*, in *Bento Gonçalves*, ed. Opinião, p. 155.

¹³ Através das actas do secretariado do Partido, temos indicação sobre os esforços de organização da Academia feitos nos meses seguintes. Na reunião de 12 de Outubro de 1931, «Vitor Sérgio [isto é, Velez Grilo] dá conta dos trabalhos realizados para a organização dos estudantes em Lisboa e Porto». Na reunião de 21 de Dezembro, «Sérgio» relata o que se tem feito na Academia, verificando-se que é só na Agronomia e no Técnico que há um esboço de organização». Estabelece-se nesta altura uma certa polémica entre «Sérgio» e RM (isto é, «Raul Marques», pseudónimo de José de Sousa), que critica o primeiro por não ter ainda sido publicado o jornal que estava previsto, sendo «passados uns poucos de meses sem se fazer nada». Na reunião de 9 de Janeiro de 1932, «Sérgio» relata a constituição duma comissão central com ligações em todas as escolas superiores e apresenta um programa de actividade na Academia, que é vivamente criticado como idêntico ao «programa burguês». É ainda nesta reunião que, pela primeira vez, José de Sousa apresenta a proposta de organização dos Grupos de Defesa Académica, que efectivamente virão a ser constituídos e a alcançar nos anos seguintes certa influência.

¹⁴ Testemunho oral de Manuel Alpedrinha, em 3 de Novembro de 1980

¹⁵ Manuel Alpedrinha refere que «Manuel Ribeiro é-me apresentado aí por volta de 1930, como elemento que tinha regressado à simpatia comunista». Refere-se ainda provavelmente a Manuel Ribeiro a indicação, numa acta do Núcleo dos Intelectuais Simpatizantes, de que «o camarada 'José Beirão' comunica que o secretariado do PC oficiou ao camarada MR no sentido de definir a sua atitude perante o Núcleo». E a anotação à margem diz: «Estranhou-se a sua ausência e resolvido aguardar uma resposta urgente.» Na reunião do NIS de 17 de Dezembro, «o camarada 'José Beirão' comunica que foi procurado pelo camarada MR, que o informou da sua ausência às sessões anteriores e do seu desejo de dar em breve uma explicação sobre a sua conduta política».

de 1931, chegou a ser feita entrega no Governo Civil de Lisboa do projecto de estatutos dum Grémio dos Trabalhadores Intelectuais.

5. «*Chassez le naturel, il revient au galop.*» A história das relações do PCP com a pequena burguesia e as diversas variedades da ideologia, do comportamento e das mentalidades pequeno-burguesas, na sua expressão política, parece, neste ano de 1931, uma ilustração viva e completa da célebre máxima.

Tivemos já ocasião de referir como, na sua definição programática, o Partido repudia quaisquer contactos com sectores da burguesia republicana e faz questão de afirmar que os seus objectivos revolucionários de classe só podem ser perseguidos numa total independência de acção, incompatível com quaisquer acordos ou compromissos com outras forças políticas. Burguesia republicana e reacção fascista são, de resto, encaradas como inimigas equivalentes, diferentes só nos métodos com que combatem um movimento proletário cuja vitória está assegurada, porque inscrita nas próprias leis de desenvolvimento da crise capitalista — movimento que prosseguirá, portanto, «mesmo dentro do ambiente do fascismo mais concentrado». Por outro lado, a experiência do movimento operário no período da I República mostrava como o apoio e a participação populares em diversas revoltas se tinham finalmente traduzido sempre pelo ludíbrio ou pela traição às reivindicações operárias. Nas *Dois Palavras*, Bento Gonçalves averbará justamente a separação relativamente à tradição putschista como um dos méritos da reorganização de 1929 e uma das aquisições históricas do Partido para o movimento operário português, criticando só o facto de ela não ter sido inteiramente alcançada¹⁶.

Na realidade do seu comportamento, o Partido não pode porém abstrair do meio ambiente em que se insere e de que ele próprio colhe energias e filiados: um meio caracterizado pela insatisfação e pela revolta de camadas populares muito diversificadas, num contexto de radicalização da pequena burguesia, em que o comunismo e a imagem da URSS surgem como a atitude extrema e particularmente consequente, mas finalmente complementar, no quadro geral do ódio à Ditadura.

O problema das relações com o antifascismo «reviralista» irá colocar-se para o Partido de forma muito concreta perante os preparativos do golpe de 26 de Agosto de 1931. A questão é analisada na reunião de 24 de Agosto do Secretariado do Partido, em que se faz «um exame geral da atitude de alguns filiados participarem na conspiração burguesa». «Raul Marques» propõe, e é aparentemente aceite, enviar um ofício ao Comité Regional de Lisboa do Partido «lembrando-lhe que se deve evitar a participação de filiados nessa conspiração». A decisão parece ser, portanto, a acreditarmos na acta, e de acordo com os princípios doutrinários do Partido, a de rejeitar qualquer envolvimento na revolta. É interessante, entretanto, constatar que, na própria reunião do Secretariado, parecem exprimir-se opiniões mais nuanceadas:

«Aurélio» diz que a massa lança-se na luta na próxima revolução burguesa. «José Beirão» faz a mesma afirmação. O que seria conveniente era organizar as massas no sentido de canalizar a revolução no interesse das próprias massas.

Por outro lado, «René» refere a existência dum grupo ligado à conspiração «que diz agir em nome da ISV» (isto é, da Internacional Sindical Vermelha, a Internacional dos sindicatos de tendência comunista).

A recomendação proposta por José de Sousa não terá grande efeito prático, ou então o ofício para o Comité Regional não chegou a tempo, porque a revolta eclodiu logo na manhã de 26 de Agosto. Na noite de 25 para 26 é preso em casa o secretário do Comité Regional de Lisboa, e com ele apreendido todo o ficheiro da organização do Partido na região, o que possibilitará ulteriormente uma das primeiras grandes ofensivas de repressão policial; na mesma noite é presa cerca de uma dúzia de outros militantes. Na carta de «René» para «Jules» de 6 de Setembro de 1931 há ainda referência explícita à prisão, já no decurso da repressão à revolta, de «uns cinquenta simpatizantes [do Partido] que tentaram entrar no golpe militar». O conjunto dos presos, tanto republicanos como comunistas, foram deportados para Timor. Entre eles contava-se o estudante António Bandeira Cabrita («Leonardo») ¹⁷ — que não sabemos se era o secretário do CR de Lisboa —, um dos elementos mais activos desde os primeiros tempos da reorganização, que mais tarde morrerá em combate na Guerra de Espanha ¹⁸.

¹⁷ Alguns elementos de interesse sobre a personalidade de António Bandeira Cabrita podem encontrar-se no livro de Grácio Ribeiro *Deportados*, ed. do autor, 1972, principalmente a pp. 244-245.

¹⁸ Num manuscrito inédito de recordações políticas, escrito em 1945, o comunista Manuel dos Santos relata também a sua participação neste movimento e refere como, na Penitenciária de Lisboa, onde os presos são concentrados antes da deportação, se canta em massa *A Internacional* — o que é mais um índice da grande participação de militantes operários na revolta.

A própria vida de Manuel dos Santos, tal como nos é descrita neste interessante manuscrito, surge como exemplo dum tipo de mentalidade e de práticas largamente difundidas entre os jovens comunistas desta época (e a organização das Juventudes, tal como acontece então noutros partidos, como, por exemplo, o francês, tem tanta importância e implantação, pelo menos em Lisboa, como o Partido «adulto»), evidenciando, de novo, a continuidade entre activismo radical e passagem ao comunismo. Morador em Alcântara — um dos bairros populares de maior implantação comunista —, órfão de pai desde os 2 anos, filho de uma ex-costureira e tendo por padrasto um polícia, Manuel dos Santos vive o seu primeiro episódio de luta política aos 13 anos, nos combates de rua da revolução de 7 de Fevereiro de 1927, em que o padrasto participava entre as tropas rebeldes. Aos 15 anos, sendo aprendiz de marceneiro, toma contacto, na oficina, com as discussões políticas e começa a frequentar assiduamente as comemorações e manifestações que, com vários motivos, têm lugar. No funeral de Magalhães Lima, grão-mestre da Maçonaria, recebe o seu «baptismo de sangue». «Em breve era conhecidíssimo nos centros republicanos, nas associações estudantis e em muitos pontos onde se desenvolvia um notável ambiente refractário à Ditadura», escreve. Depois sucede-se a participação ou iniciativa de múltiplas manifestações de rua, em geral dirigidas contra os nacionalistas, a participação em comícios republicanos, onde fazia ouvir gritos mais radicais de «Viva a Rússia Vermelha» e «Viva o comunismo», ou ainda em sessões nacionalistas para provocar a desordem. Numa das manifestações de 5 de Outubro, após uma cena de «forte pancadaria» entre os manifestantes e os filiados da Liga 28 de Maio, a multidão marcha na Avenida:

[...] uma imensa multidão, febril, compacta, a rodear uma bandeira rubra, flamante, a gritar ao povo de Lisboa, aos trabalhadores, a sua nova luta. Sou eu que a levo nos braços. [...] A multidão delira: «Viva a U.R.S.S.! Viva Stalin! Viva a Internacional Comunista!»

Em fins de 1929, Manuel dos Santos entra em contacto com um tipógrafo que «arrostava com todos os vícios anarquistas, apesar de comunista e de competido da linha política que o Partido, então reorganizado, tinha em relação a

Um outro aspecto da sobrevivência das tradições putschistas e anarquistas nas fileiras do Partido é a questão do terrorismo. São insistentes e repetidas na imprensa do Partido as críticas e condenações dos métodos terroristas, as explicações doutrinárias sobre a sua incompatibilidade com a concepção comunista de organização e condução da luta de classes. Nomeadamente o artigo «O Partido Comunista perante a opinião pública. O terrorismo e a acção revolucionária» (*Avante!*, n.º 5) desenvolve a ideia de uma ligação íntima entre o terrorismo e a prática conspirativa, ambos próprios da acção de grupos minoritários disputando entre si as vantagens do poder, nesse sentido essencialmente burgueses e opostos ao acesso de massa, à luta política, das classes exploradas. No artigo «Bolchevismo e terrorismo» (*Avante!*, n.º 6) opera-se uma idêntica contraposição («O bolchevismo e o terrorismo são duas coisas diametralmente opostas»), ao mesmo tempo que se reconhece que o carácter da acção do Partido nesta fase transporta em si o risco permanente do desvio terrorista, que, por isso mesmo, há que combater com particular energia («A intervenção parlamentar, por exemplo, roça o reformismo. A intervenção de rua roça o terrorismo»).

Ambos estes artigos têm como motivação próxima o episódio ocorrido a 17 de Maio, no final de uma manifestação de estudantes nacionalistas de Coimbra vindos a Lisboa a uma sessão de apoio ao Governo realizada

táticas e métodos de luta, antagónicos com tudo o que até ali era considerado clássico», conforme escreve o Manuel dos Santos de 1945. É esse tipógrafo que o convida para fazer parte das Juventudes Comunistas, então em vias de reorganização, e Manuel dos Santos é rapidamente integrado numa «brigada de choque». Das acções que então organiza ou de que toma parte dá-nos também um quadro muito vivo:

[...] manifestações de rua, lutas escolares, agitação nas oficinas, greves parciais, lutas contra os filiados da Liga «28 de Maio»; luta contra os arruaceiros «legionários da Pátria» e assalto à sede destes energúmenos; lutas e choques contra os agrupamentos fascistas de Rolão Preto, os nacionais-sindicalistas; lutas contra os «vanguardistas». Manifestações monstros à armada inglesa no Tejo; manifestações formidáveis à implantação da República Espanhola e subsequentes acções de apoio aos democratas espanhóis. Manifestações contra a guerra e o fascismo; protestos em massa às embaixadas estrangeiras de solidariedade à China; enfim, tudo o que servisse de pretexto de hostilidade à Ditadura, como as manifestações contra o envio do corpo expedicionário para o combate aos revolucionários da Madeira, na altura em que estes desfilavam nas ruas da Baixa [...] animámos tudo, enfim, que fosse progressivo, que atacasse a Ditadura e a hostilizasse de qualquer maneira.

Feito prisioneiro, como referimos, no 26 de Agosto de 1931, M. dos Santos é de novo preso, já como responsável da FJCP, entre 1 de Setembro e 1 de Dezembro de 1932.

Nos princípios de 1933 é Manuel dos Santos quem dirige o comício-relâmpago de protesto contra o despedimento de operários camarários frente às Oficinas Gerais da Câmara Municipal, em Alcântara. Perseguido nos dias seguintes, é capturado na rua, no decorrer duma reunião de célula da FJCP. Tentando resistir, vê-se forçado a abater um dos captores, o que lhe valerá uma longa pena de prisão, que cumprirá até 1945. Morre, de tuberculose, em 1949.

Este comício-relâmpago de 1933 constitui de certo modo o canto do cisne, não só da vida de agitador de M. dos Santos, como de toda uma fase da história do Partido. Com efeito, o *Avante!* de Janeiro de 1933 aponta já novas orientações estratégicas e políticas e fala mesmo duma «viragem completa». E é de Fevereiro de 1933 o regresso da deportação de Bento Gonçalves, cuja acção à cabeça do Partido se vai caracterizar justamente pelo combate decidido à tradição de acção individualista.

no Coliseu, em que são lançadas algumas bombas sobre os manifestantes, fazendo alguns feridos¹⁹.

O problema colocar-se-á de novo, e de forma mais grave, em 1932, quando, a 24 de Abril, um grupo numeroso de filiados ensaiavam em Monsanto a utilização de bombas, para serem aplicadas na manifestação do 1.º de Maio seguinte. A serra é cercada pela Polícia e a maior parte do grupo preso, o que estará na origem de uma nova onda de repressão brutal e generalizada, que nesse ano praticamente desmantelará o aparelho do Partido²⁰.

Nem por isso a «tentação terrorista» ficará expurgada do corpo dos militantes comunistas. Encontram-se na imprensa referências aos «atentados terroristas contra os lacaios secundários e substituíveis da informação, como muitos camaradas alvitram, e cujos desejos chocam com a nossa persistência organizadora»²¹, ou ao «terrorismo entre nós, como o pretende executar uma parte bastante numerosa dos camaradas, a quem dificilmente temos reprimido os desejos»²². É sabido, por outro lado, como, na análise de Bento Gonçalves, o fracasso do movimento de 18 de Janeiro de 1934 se deveu em grande parte à subsistência desta mentalidade, não só entre os anarquistas, como nas próprias fileiras do Partido.

6. Profundamente abalado pelas sucessivas vagas de repressão e pela evolução política do ano de 1932 — nomeadamente com a prisão de «René» e outros membros da direcção do Partido e das Juventudes logo em Janeiro, depois com o desarticular, pela Polícia, da agitação prevista para 29 de Fevereiro (Dia Internacional dos Desempregados), com as consequências do caso de Monsanto e finalmente com a repressão à agitação de 4 de Setembro comemorativa do Dia Internacional da Juventude —, o Partido atravessa uma grave crise que se traduzirá, por exemplo, na prolongada suspensão do *Avante!* Mesmo antes do seu reaparecimento, em Janeiro de 1933 (n.º 9), logo desde meados de 1932 a imprensa do Partido e das Juventudes nos apresentam alguns elementos novos, sintomáticos duma tentativa de resposta aos avanços do processo de

¹⁹ Este caso dará origem a diversas prisões, e ulteriores deportações, entre elas a de um militante membro do Comité Regional de Lisboa do PCP, Grácio Ribeiro. Este é de imediato expulso do Partido, ao mesmo tempo que o *Avante!* de 6 de Junho de 1931 (p. 7: «O Partido Comunista perante a opinião pública») expressa a posição antiterrorista do PCP. Na citada obra *Deportados*, Grácio Ribeiro procurará, em 1972, justificar o seu comportamento, atribuindo a responsabilidade dos acontecimentos às decisões de outros militantes (cf. nomeadamente p. 85).

²⁰ É a este episódio que Bento Gonçalves se refere quando, nas *Duas Palavras* (p. 145), ao defender a estratégia de «politização crescente das lutas económicas» que era a do Partido e da IC, acrescenta:

O que é preciso distinguir é entre a politização proposta pelos próprios factos e as acções que, afinal de contas, nada tinham a ver com o conteúdo da politização leninista, tais como Monsanto, comícios-relâmpago, dir-se-ia realizados para a experiência de pistolas, detonação de bombas por ocasião do 1.º de Maio, etc. Pelo contrário, tais factos eram a expressão da própria incompetência de muitos dos membros do Partido para abordar as massas no terreno da politização.

²¹ In *Frente Vermelha*, n.º 1, de Outubro de 1932, p. 2.

²² «Terrorismo? Não. Luta de massas», in *O Jovem*, n.º 20, de Março de 1933, p. 2. É um dos raros artigos assinados (neste caso por «Pavel», pseudónimo de Francisco Paula de Oliveira).

fascização. Logo o n.º 19 d'*O Jovem*, de Julho de 1932, ao mesmo tempo que exprime a concepção, típica da política «classe contra classe», segundo a qual o fascismo é a forma própria e necessária do Estado capitalista na fase da crise geral do sistema, destaca-se por uma muito maior atenção à denúncia das características especificamente fascistas da política governamental, nomeadamente na acção da polícia política (editorial «Contra um regime de fome, de terror e de opressão» e artigo «O terror branco»). Uma curta nota, «O fascismo e a morte do Manel» (a propósito das afirmações de Salazar a seguir à morte de D. Manuel II), põe mesmo o problema da ligação entre o fascismo e as tentativas de restauração da Monarquia, «um regime odioso e retrógrado, bem mais abominável ainda do que aquele que actualmente sofremos», abandonando assim já parcialmente a indiferença soberana que um ano antes se exprimia ainda relativamente a todas as formas de dominação burguesa. Significativo é ainda, nesse mesmo número, o destaque dado às reivindicações e movimentos camponeses, relacionados com a crise da agricultura, aos quais se dedica uma inteira página, com notícias desenvolvidas das lutas em várias localidades do País.

Procurando superar as dificuldades de edição do *Avante!* e d'*O Jovem*, são publicados em Outubro e Novembro de 1932 dois números dum órgão conjunto do PCP e da FJCP, intitulado *Frente Vermelha*. O editorial do n.º 1 (de Outubro de 1932, p. 2) contém interessantes observações sobre a prática de agitação até então predominante e, ao mesmo tempo que reivindica os seus méritos, indica a necessidade de passar a uma fase nova da acção política²³, em que é decisiva a capacidade de organização e estruturação dos movimentos de classe. E a perspectiva que nesse caminho se aponta é a da organização dum movimento de greve nacional, através do desenvolvimento organizado «da luta por reivindicações económicas e políticas e contra a maldita repressão em que vivemos». Idêntico realismo caracteriza as indicações que no n.º 2 se propõem ao movimento estudantil:

Ao messianismo dos liberais burgueses os nossos camaradas devem opor a tática da luta de massas em volta de reivindicações que interessem os estudantes e capazes de os mobilizarem a 100 %.

O *Avante!*, ressurgido em Janeiro de 1933 (n.º 9), distingue-se desde logo pelo subtítulo do artigo de primeira página — «A resposta do P. C. P. aos decretos inquisitoriais de amnistia da ditadura fascista» —, agora endereçado «às massas trabalhadoras, oprimidas e exploradas do proletariado e da pequena burguesia» (sublinhado nosso). As inovações analíticas e programáticas no corpo do artigo são profundas. Numa perspectiva que parece inspirar-se no Lenine das *Duas Tácticas da Social-Democracia*, considera-se que «Portugal não completou ainda a sua revolução democrático-burguesa. Não poderá realizá-la sem a pressão das massas operárias e

²³ «Denunciar as manobras da burguesia, estimular nos operários esta chama constante de ódio contra o actual regime, difundir e esclarecer os problemas fundamentais da Revolução, baixar à rua a espalhar a agitação, é já, quando um organismo se vê rodeado de inimigos de toda a ordem, um trabalho importante, contudo não é suficiente.

«A propaganda escrita é muito importante e a agitação é absolutamente necessária, desde que consideremos estes factores como preliminares dum trabalho de mais considerável proficuidade e inteiramente objectivo: o movimento colectivo da massa.»

camponesas». E é já o caminho da luta antifascista, centrada na exigência das liberdades políticas («Exigimos o direito à greve, à liberdade de organização sindical e política, de reunião, imprensa e propaganda — para todos sem distinção!»), que é indicado como fundamento político da aliança do proletariado com a pequena burguesia. No mesmo número, o artigo «O proletariado e a revolução» fala ainda mais explicitamente numa «viragem total na luta do proletariado em prol das suas reivindicações finais, obrigando-se a aceitar, pela força das circunstâncias, uma frente única de luta revolucionária com as camadas liberais pequeno-burguesas contra a Ditadura Militar e fascista». O mesmo texto desenvolve uma caracterização precisa dos aspectos fascistas do Estado Novo, tal como resultam da nova Constituição que então se anuncia, apontando justamente como tarefa central do bloco revolucionário «lutar contra todos os processos de fascização do Estado».

Com o regresso de Bento Gonçalves da deportação, em Fevereiro de 1933, intensificar-se-á o esforço de aprofundamento e divulgação da nova linha política, com uma atenção muito mais concreta às relações de classe na sociedade portuguesa, à evolução dos acontecimentos políticos, na base de uma apreensão rigorosa dos conceitos leninistas (que se exprime em textos como os do *Boletim do Secretariado e da Comorg* de Agosto de 1933, ou as *Respostas do Secretariado Político ao Questionário do Comité Local de Coimbra*).

Não só do ponto de vista duma definição mais realista dos objectivos estratégicos se distingue o trabalho do Partido nesta fase, mas também na medida em que antepõe sistematicamente o trabalho de organização de massa ao da mera agitação, ou, antes, vê esta simplesmente como um meio daquela. E, neste aspecto, as preocupações fundamentais que já nestes textos se vêem expressas são essencialmente as mesmas que constituem o fio condutor das *Dois Palavras*, a saber: levar o movimento operário português à superação da sua debilidade histórica fundamental, a falta de uma articulação orgânica entre projectos ideais e organização de massa, que o coloca numa posição subalterna, instrumentalizável quer pelo bloco dominante quer pelas iniciativas elitárias de grupos putschistas.

Além de se definir uma estratégia de implantação da organização partidária, apontam-se também as possíveis estruturas de direcção de massa no trabalho de frente única (comités de fábrica, das explorações agrícolas e dos camponeses pobres), bem como as de ligação com a luta política (comités de luta antifascista).

7. Se confrontarmos o conjunto destas indicações resultantes da imprensa e dos documentos do Partido com o conteúdo das teses e resoluções aprovadas em Julho de 1932 no XII Pleno do Comité Executivo da Internacional Comunista, não é difícil verificar uma profunda afinidade de motivações e palavras de ordem.

1932 é de modo generalizado, na Europa, um ano de aprofundamento das lutas de classes económicas e políticas, que reflecte aliás muito directamente o facto de as consequências da crise de 1929 atingirem então, na maior parte dos países, o seu ponto mais baixo.

O agravamento da crise reflecte-se ao nível político numa marcada polarização das forças de classe, traduzida no avanço simultâneo dos partidos fascistas e comunistas. Avanço simultâneo, mas não equivalente, nomeadamente na Alemanha, que continua sendo o centro das atenções

do movimento operário; ao passo que Hitler alcança nas eleições presidenciais de Março de 1932 mais de 30 % dos votos e o NSDAP se torna nas eleições de Julho do mesmo ano o maior partido do país, com 13,8 milhões de sufrágios, o PCA conta então com 5,4.

Continuando embora a mover-se dentro do mesmo quadro de concepções da política «classe contra classe», a IC é forçada pelos próprios acontecimentos a conceder uma atenção muito mais destacada ao fenómeno fascista. Tem importância, neste aspecto, a realização do Congresso de Amsterdam contra a Guerra e o Fascismo, promovida por iniciativa de intelectuais como Romain Rolland e Barbusse, em cuja concretização nomeadamente o PCF teve um papel de destaque. Sentido idêntico tem na Alemanha o lançamento pelo PCA do movimento unitário da Antifaschistische Aktion ²⁴.

O XII Pleno do CEIC, que em Agosto-Setembro se reúne em Moscovo, reflecte esta situação. Continuando a encarar como iminente a possibilidade de eclosão da crise revolucionária numa série de países, cuja condução só poderia ser assegurada na medida em que os partidos comunistas concretizassem a conquista da maioria operária para as suas posições, a reunião vai essencialmente ocupar-se dos meios de assegurar essa conquista. As resoluções acentuam a necessidade de a cada passo organizar a luta por reivindicações concretas limitadas, em primeiro lugar reivindicações económicas dirigidas contra a tendência a lançar as consequências da crise sobre os trabalhadores, e, nessa base, procurar ligar a acção de camadas diversas da população, nomeadamente dos trabalhadores empregados e desempregados. Com esta luta haveria, por seu turno, que articular algumas reivindicações políticas mínimas, centradas sobretudo na luta antifascista.

No plano dos métodos de organização, o Pleno acentua a questão da «Democracia proletária» (por exemplo, na eleição de comités de greve) e a necessidade de, para além do reforço das minorias sindicais revolucionárias, intensificar o trabalho adentro dos sindicatos reformistas onde a maioria operária efectivamente se encontra. Para a concretização desta «viragem fundamental do trabalho de massas dos partidos comunistas» ²⁵, a que as resoluções se referem, considera-se necessária a superação das tendências sectárias existentes em vários partidos. Uma remodelação com esse intuito ocorrera já desde 1930 no PCF, com o afastamento dos «jovens» do grupo Barbé-Célor, e dá-se agora também no PCA, com o afastamento de Neumann e Remmele, e no PC de Espanha, com a expulsão da direcção Adam-Trilla-Bullejos.

8. Uma análise concreta das relações dialécticas entre a «viragem» no PCP e a «viragem» na IC exigirá uma investigação profunda e, antes do mais, documental, para a qual faltam por enquanto as fontes. Pensamos entretanto que os elementos que sintetizámos são suficientes para verificar um paralelismo, que não há-de ser fortuito, entre a evolução política do PCP e a do movimento internacional. Em 1932, aliás, reforça-

²⁴ Cf. *Die Kommunistische Internationale. Kurzer historischer Abriss*, Dietz Verlag Berlin, 1970, pp. 379-397.

²⁵ Cf. *Die Kommunistische Internationale (Auswahl von Dokumenten und Reden vom VI. Weltkongress bis zur Auflösung der Kommunistischen Internationale)*, vol. II: 1928-43, Berlin, 1956, pp. 229-258.

ram-se as ligações orgânicas entre o partido português e a Internacional. Desde 1931 que um membro das Juventudes portuguesas frequentava a Escola Leninista de Moscovo²⁰ e lá permanece até finais de 1932. Por outro lado, o Partido estará representado na reunião do XII Pleno. Também no mesmo ano, no I Congresso Mundial do Socorro Vermelho Internacional, estará presente um delegado da secção portuguesa.

O caminho que custosa, mas claramente, se inicia é o que conduzirá à «grande viragem» do VII Congresso da IC, em 1935, e às políticas de frente popular. Este caminho será percorrido, como se sabe, de forma por vezes hesitante, frequentemente contraditória e com grandes desfazamentos de ritmo entre as diversas secções do movimento: é, por exemplo, mais rápido e franco em França que na Alemanha. Na base dalguns documentos já mencionados, é legítimo encarar o Partido Comunista Português justamente como um daqueles em que esse caminho é assumido de forma mais consequente, e ao facto não deve ser estranha a contribuição pessoal de Bento Gonçalves, se tivermos em consideração as afinidades entre textos como os da *Plataforma de Resolução sobre as Tarefas Imediatas de Organização*, de Agosto de 1933, ou da *Resposta ao Comité Local de Coimbra*, de Outubro, e as suas obras histórico-políticas mais elaboradas como *Palavras Necessárias* e sobretudo *Duas Palavras*.

A confirmação e possível desenvolvimento desta hipótese de uma certa originalidade da elaboração portuguesa da política de frente popular é tão relevante dum ponto de vista dos estudos de história política do movimento operário português como da consideração da própria história da Internacional Comunista, tão frequentemente encarada só do ponto de vista unilateral dos interesses de Estado da URSS nas relações internacionais.

²⁰ A questão do envio do aluno para a Escola Leninista é tratada na já referida correspondência de «René» para «Jules».

VI.6.

O camarada René e a juventude comunista no princípio dos anos trinta

Fernando Quirino (1910-1996)

in memoriam

A história dos primeiros decênios do PCP, como aliás a do movimento operário português, não é rica em relações internacionais. Embora nos primeiros anos de existência do Partido Comunista, durante a I República, Jules Humbert-Droz, entre outros enviados a Portugal da Internacional Comunista (IC ou Comintern) e da Internacional Sindical Vermelha (ISV ou Profintern), tenha tido um papel importante a ponto de chegar a ser visto como "o verdadeiro fundador do PCP"¹, mais tarde houve longos períodos de isolamento do PCP em relação ao Comintern. Também o número de alunos de Portugal que frequentaram a Escola Leninista Internacional foi pequeno, e só entre 1934 e 1938 existiram representantes portugueses junto do Comité Executivo da Internacional Comunista (CEIC) e do Bureau Executivo do Profintern. Este relativo isolamento é um dos motivos que explicam que, apesar das medidas disciplinares adoptadas em 1936 e 1938 em relação ao PCP, não se contem portugueses entre os funcionários do Comintern vítimas do terror.

Existe porém um episódio pouco conhecido de participação de estrangeiros na actividade comunista em Portugal num período decisivo da história do movimento comunista internacional e português. Neste texto procuraremos traçar alguns elementos da história do casal Bernard e Wilma Freund, que viveu em Portugal entre 1929 e 1932.

Nascido em 1907 em Viena, filho duma família de comerciantes judeus, Bernard Freund passou a infância em Pilsen, onde iniciou os estudos que viria a concluir, em

¹ Carta da Comissão Central do PCP a Jules Humbert-Droz, de 30.10.1924: Centro Russo de Conservação e Estudo de Documentos da História Contemporânea (a seguir:RZ), f.495, op.179, d.21.

1926, na academia de comércio de Karlsbad². Neste período, como escreverá, está ligado à militância sionista. Embora tendo feito o exame para admissão a Direito, não chegou a começar os estudos universitários.

Iniciou então a vida profissional de empregado de escritório: primeiro em Bordéus (1926/27, de início como correspondente numa fábrica de conservas, a seguir numa fábrica de licores). Em 1927 esteve em Berlim, como representante do pai num negócio de queijos. No ano seguinte mudou-se para Praga, onde durante cerca de ano e meio trabalhou como empregado de escritório numa empresa de transporte. Terá sido durante algum tempo católico, mas é em Praga que se inicia no estudo do marxismo e entra na federação juvenil comunista da Checoslováquia. Porém, pouco tempo depois, "tendo possibilidade de obter informações sobre a firma Skoda"³, cessou a participação visível na actividade comunista, para ficar em ligação directa com um membro do CC do Partido Comunista da Checoslováquia. Com fundamento ou sem ele, mais tarde esta situação seria interpretada como reflectindo a existência de "problemas" com o Partido⁴.

É neste período que, em Karlsbad, por intermédio do pai, conhece o sócio-gerente numa empresa de conservas portuguesa ("Algarve Exportador"), que lhe propõe ir trabalhar para Lisboa como correspondente de línguas estrangeiras. O que o terá levado a aceitar esta colocação e a vir para um país onde à data o comunismo era praticamente inexistente permanece misterioso, mas é certo que em Julho de 1929 Bernard Freund desembarca em Lisboa.

Contactos ou ligações prévios com os comunistas portugueses não existiam. Foi por sua iniciativa que, em Portugal, através de um marinheiro anarquista, conseguiu estabelecer contacto com o sindicato dos arsenalistas de marinha, cujos dirigentes eram então também os principais impulsionadores da "reorganização" do PCP⁵.

² Autobiografia de Bernard Freund-Pseudo.Herbert Klein: RZ, f. 495, op.253,d.42; Bernard Freund, auto de declarações de 23.2.1932:Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), arquivo da ex-PIDE/DGS(a seguir:AP), Prº nº225/SPS.

³ Comissão Internacional de Controle (a seguir: CIC) do CEIC, sessão de 10.6.1933: RZ, f.495,op.4,d.250.

⁴ Era esta a convicção de um membro da Federação da Juventude Comunista Portuguesa (FJCP) e do PCP, cujo nome não estou autorizado a revelar, que conheceu Bernard Freund e em meados dos anos 30 vivia na URSS. Depoimento de 4.1.1996.

⁵ Em carta de 23.9.1929 para o Socorro Vermelho Internacional (SVI), "Gustavo Durão"(i.e.Abílio Lima), então principal responsável da secção portuguesa do SVI e também membro da "comissão provisória" de direcção do PCP, pede para obterem e comunicarem informações do PC checoslovaco sobre Bernard

Portugal 1930

Sob regime de ditadura desde 1926, Portugal atravessa nesta viragem da década um período de transição entre um poder militar e a formação de um Estado de tipo fascista, que só se consolidará a partir de 1933 (após a entronização de Salazar como chefe do governo e com a introdução da nova Constituição e do regime corporativo). São anos de intensa agitação política e social, condicionada tanto pelas consequências da crise económica mundial como pela própria instabilidade da situação vigente, oscilando entre aspectos de repressão brutal e efectiva subsistência de espaços de liberdade política. Entre fins de 1929 e meados de 1930, define-se o projecto de Estado corporativo e é lançado o partido único, "União Nacional", ao mesmo tempo que Salazar se torna a figura preponderante do Governo. Surge e desenvolve-se um movimento fascista ("nacional-sindicalismo"). Porém, permanece activa a resistência, quer de um movimento operário de tradição anarco-sindicalista, então em crise mas que no pós-guerra fora elemento central das lutas sociais, quer da parte das forças políticas democrático-burguesas republicanas afastadas do poder. Estas continuam a contar com importantes apoios no Exército, ao mesmo tempo que com o apoio do proletariado e, em geral, de uma plebe urbana sempre disponível para o combate às situações ditatoriais ou às ameaças de restauração monárquica. Assim, os anos de 1930 e 1931 são caracterizados por um intenso ambiente de revolta social e política, que tem entre as suas expressões a revolta militar da ilha da Madeira (depois alargada aos Açores e Guiné), greves estudantis e manifestações de Primeiro de Maio nas duas maiores cidades do País, ocasionando vários mortos, depois uma nova revolta militar a 26 de Agosto de 1931. A crise política em Espanha, sobretudo a partir da proclamação da República em Abril desse ano, actua também como um poderoso factor de radicalização e incentivo dos opositores à ditadura portuguesa⁶.

É neste ambiente que se processa, a partir de inícios de 1929, a "reorganização" do PCP, na realidade uma nova fundação, na qual se integra, como realidade específica, a

Freund: "Il n'a pas de crédences ou quelque document d'identification. Avec toute la prudence nous l'avons accepté comme camarade, mais, vous comprenez bien, n'est ce pas, il nous faut savoir, avec assurance, leur (sic) personnalité". (RZ, f.539,op.3,d.1011.)

⁶ Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp.206-235.

formação da federação juvenil comunista. Desde Novembro desse ano, Bernard Freund, em contacto com o novo grupo dirigente do PCP liderado por Bento Gonçalves, é um dos iniciadores da organização da FJCP. Constituem-se algumas células locais, compostas sobretudo por estudantes e operários, e, em Abril de 1930, inicia-se a publicação do boletim copiografado "O Jovem", de início com a tiragem quase irrisória de 250 exemplares.

"René" e a FJCP

Desde o princípio Bernard Freund, agora "camarada René", assumiu uma posição preeminente no grupo iniciador da FJCP. Na Inverno de 1930 forma-se um Secretariado da Federação, composto por quatro elementos, entre os quais "René", em Junho, passará a ser o representante da organização juvenil junto do Secretariado do Partido, e nessa qualidade membro deste⁷. Esta posição liderante explica-se pela superioridade da preparação cultural (era já nesta altura um poliglota que, além do checo como língua materna e de conhecimento idêntico do alemão, dominava o francês e o inglês e rapidamente aprende o português) e ideológica, de que os seus companheiros desse tempo dão testemunho, além naturalmente do prestígio que lhe advinha de uma experiência internacional, mesmo que só vagamente conhecida⁸. Muitos viam-no como o "delegado da Internacional"⁹. Quem desde início privou com ele no Secretariado da FJCP e o coadjuvou na actividade descreve-o como "muito eficiente, muito activo, muito mexido, muito estimulador do trabalho... e que às vezes respigava"; ou ainda como "tipo voluntarioso, sistemático, persistente, inteligente, com uma grande capacidade de trabalho, e que sabia levar consigo."¹⁰

Apesar do pesado horário de trabalho como correspondente estrangeiro da empresa de conservas, "René" assume o encargo de várias das tarefas fixadas pelo Secretariado da FJCP, e ainda em alguns casos participa em reuniões do Comité

⁷ V. actas das reuniões do Secretariado da FJCP e do Secretariado do PCP: RZ,f.533, op.10, d.2387, d.2389; AP, 225/SPS.

⁸ Testemunhos de Manuel Rodrigues de Oliveira, em 6.2.1981, e de Fernando Quirino, em 11.1.1996.

⁹ Depoimento citado na nota 4.

¹⁰ Depoimento de Fernando Quirino.

Regional, e até das células¹¹. É ainda ele que assegura com regularidade a correspondência, em francês e em alemão, da FJCP para a Internacional Comunista da Juventude (ICJ).

Desde uma das primeiras reuniões do Secretariado da FJCP, René é feito responsável pela comissão de Imprensa e, portanto, pela publicação do boletim mensal *O Jovem*, órgão da FJCP. De facto, não só era ele quem, durante o primeiro ano de publicação, redigia a maior parte dos artigos, como os dactilografava ao *stencil* e participava ainda na impressão, feita com um copiador manual¹². A primeira série do *Jovem* (de que conhecemos os primeiros oito números, publicados entre Abril e Novembro de 1930) é essencialmente um instrumento de propaganda das palavras de ordem da IC e de noticiário do movimento comunista internacional, com relativamente pouco espaço dedicado aos acontecimentos portugueses¹³. Nele se divulgam os documentos principais da Internacional Comunista da Juventude (ICJ ou KIM), a começar, no nº1, pelos respectivos Estatutos, ou ainda da ISV (a propósito do seu V Congresso), se combatem "os inimigos irreductíveis da classe operária, como os social-fascistas" e se apela à "frente única contra os militantes socialistas e anarquistas". São extensamente tratadas as eleições na Alemanha e o "Programa de Libertação Social e Nacional" do Partido Comunista Alemão, incentiva-se à criação em Portugal de uma organização desportiva filiada no Sportintern, propagandeia-se o Plano Quinquenal e a actividade dos sindicatos na Rússia. Mais raras são as notícias sobre Portugal, embora não deixem de ser abordados alguns factos de maior importância, como a criação da União Nacional, em relação com o problema do fascismo, ou a importante manifestação popular de 3/4 de Outubro de 1930, ou ainda o agravamento da repressão a partir dessa data, além naturalmente das questões do crescimento da FJCP ("contrato de emulação").

Em Fevereiro de 1930, segundo escreve o próprio René, havia apenas duas células de jovens, com doze a quinze membros no conjunto. O crescimento, na base de um grande voluntarismo e intensa actividade de agitação, é relativamente rápido. No final do

¹¹ AP, 225/SPS; depoimento de Manuel Rodrigues de Oliveira.

¹² Depoimento de Fernando Quirino.

¹³ RZ, f.533,op.10,d.2388.

ano, contavam-se 90 membros (militantes e simpatizantes organizados) em Lisboa, e alguns embriões de organização no Sul do País¹⁴.

A pequena organização revela-se já capaz de influir em alguns acontecimentos. É o caso de uma importante greve de trabalhadores da panificação, em Agosto, da manifestação republicana de 3/4 de Outubro, ou ainda de uma greve estudantil em Dezembro. O episódio da manifestação da noite de 3 de Outubro, referido na literatura de memórias sobre a época¹⁵, é também mencionado no relatório de René à ICJ, bem como no *Jovem*¹⁶. Aproveitando a tradicional manifestação popular de comemoração da revolução republicana de 1910, que então tinha um significado de protesto anti-ditatorial, um grupo de jovens comunistas empunha uma bandeira vermelha, entoando a *Internacional* e lança vivas à URSS, ao PCP e à Internacional Comunista, encontrando ampla adesão.

Encontramo-nos aqui perante um fenómeno de continuidade entre a agitação comunista e a oposição contra a Ditadura, apesar dos *slogans* de "classe contra classe", que já nos levou a escrever que, nesta época, "a extensão da influência e organização do Partido Comunista surge-nos como parte integrante de um processo mais vasto e ideologicamente muito heteróclito (...) em que o comunismo e a imagem da URSS surgem como a atitude extrema e particularmente consequente, mas finalmente complementar, no quadro geral do ódio à Ditadura"¹⁷. O relatório de René sobre a greve de estudantes de uma escola industrial confirma isso mesmo, ao descrever "uma certa radicalização" em que se combinam "um forte ódio contra a ditadura do Carmona"¹⁸, um republicanismo radical, simpatia pela URSS e pelo movimento operário, interesse pelo marxismo-leninismo, etc."¹⁹

¹⁴ "Premier Rapport (Sur le commencement de notre travail et notre activité en 1930)" (relatório ao CCE da ICJ de 2.1.1931):RZ, f.533,op.10, d.2389.

¹⁵ V.: Pedro Rocha, *Escrito com Paixão*, Lisboa, Caminho, 1991,pp.16-17; Manuel dos Santos, *Doze anos nos cárceres fascistas* (manuscrito inédito).

¹⁶ "Premier Rapport"; *O Jovem*, nº 8, Novembro de 1930, p.2.

¹⁷ João Arsénio Nunes, "Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929", *Análise Social*, nº 67/69, 1981, p.723.

¹⁸ Presidente da República entre 1928 e 1951.

¹⁹ "Rapport sur la grève dans l'école commerciale Ferreira Borges(Lisbonne)": anexo à carta de 20.12.1930, AP, 225/SPS.

Lua de mel em Paris

Em 1930 vivia em Lisboa, e tinha convivência com Bernard Freund, Wilma Abramowitsch Klein. Segundo um membro da FJCP que com ele privava, "pareciam conhecer-se havia muito"²⁰.

Wilma Klein, nascida em 1901 em Kosice (Eslováquia), vivera na Hungria e fora membro do Partido Comunista Húngaro durante o período do poder soviético neste país (1919). Posteriormente emigrou para Viena, onde terá sido membro do Partido Social-Democrata entre 1925 e 1929. Depois voltou a trabalhar no PCH, no seu aparelho ilegal em Viena, mas em fins de 1929 veio para Portugal. No ano seguinte, e já depois de ter travado conhecimento com Bernard Freund, regressou a Viena, onde terá voltado a trabalhar no aparelho do PCH²¹.

Em Março de 1931 Bernard Freund e Wilma Klein encontram-se em Paris. Nessa ocasião, Bernard Freund realizou diversos encontros no âmbito das relações da FJCP e do PCP com a ICJ e a IC. Como ele próprio escreverá no seu texto autobiográfico, "fui encarregado pelo PCP e a FJCP de falar com os nossos elementos de ligação em Paris. Lá me encontrei com Roberto (pela IC), Paul (também Jules) pelo KIM, Herclet por causa de assuntos sindicais do Partido com a ISV, e a minha mulher falou com Cassiot do PCF por causa do trabalho entre as mulheres."²²

Um dos assuntos tratados por Bernard Freund em Paris foi o do envio de alunos de Portugal para a Escola Leninista. Na sequência, em Agosto partirá efectivamente para Moscovo, via Paris, o primeiro estudante português da Escola Leninista, Fernando Quirino, jovem operário do Arsenal de Marinha, que lá permanecerá até fins de 1932. O projecto de enviar outros dois alunos não terá nesta fase concretização, por dificuldades de financiamento e insuficiência de quadros disponíveis²³.

Nestes encontros foi também abordado o apoio material e político da ICJ à FJCP. Nomeadamente, ficou previsto o envio à FJCP de uma "carta aberta" de crítica e

²⁰ Depoimento de Fernando Quirino. Porém, no seu texto autobiográfico escrito em Moscovo em Novembro de 1932, "Herbert Klein" (i.e. Bernard Freund) escreverá que conheceu Wilma Klein em Lisboa através do PCP (RZ, f.495, op.253, d.42).

²¹ Sessão da CIC do CEIC de 10.6.1933: RZ, f.495, op.4, d.250; Autobiografia de Bernard Freund: RZ, f.495, op.253, d.42.

²² Autobiografia de Bernard Freund.

²³ Carta de René a Roberto de 6.9.1931: RZ, f.533, op.10, d.2389.

orientação política da ICJ (o que viria a verificar-se em Novembro), a preparação de uma escola de militantes de curta duração para a qual a ICJ deveria enviar um Instrutor e apoio material, o envio de publicações, subsídio regular e subsídio para a compra de uma máquina de escrever e de um duplicador (de que a FJCP até então não dispunha)²⁴.

A questão do envio de alunos para a Escola Leninista, e mais em geral da formação de militantes, correspondeu a uma das preocupações prioritárias de Bernard Freund, e já numa das primeiras cartas para o Comité Executivo da ICJ ele pedia informações sobre as condições de acesso à Escola²⁵. Isto prendia-se com uma consciência aguda da fraca preparação ideológica e cultural da generalidade dos militantes²⁶, e era também motivo do seu insistente pedido de envio de publicações e das repetidas queixas pela sua falta.

Em Paris Bernard Freund e Wilma Klein deverão ter casado. Foi já casados que regressaram em Abril a Portugal, só então passando a coabitar.

Professora de ballet (estudara com o famoso coreógrafo Labanne), em Lisboa Wilma Freund exerce a sua actividade profissional dando lições particulares, em casa. Segundo um jovem comunista de então, "era muito procurada por meninas da alta sociedade"²⁷. Torna-se militante do PCP e será a responsável pelo início da organização comunista entre as mulheres. Uma das que então com ela colaboraram, e que dela recebeu a formação política, descreve-a como "uma mulher bonita, muito enérgica, muito disciplinada e muito dedicada ao Partido"²⁸.

Revolução na revolução?

O curto período entre o regresso de Paris, em Abril de 1931, e a prisão de René e Wilma, em Janeiro de 1932, constitui já uma fase diferenciada da história da FJCP. Como referi, 1931 foi um ano de intensa agitação política e em que a sobrevivência da ditadura esteve seriamente ameaçada. Tanto a organização do Partido como a da Juventude

²⁴ Carta de René ao Comité Central Executivo da ICJ de 2.4.1931: RZ, f.533, op.10, d.2389; Picard a Tchomodanov:ibidem.

²⁵ Carta de René ao CCE da ICJ de 26.11.1930: AP, 225/SPS.

²⁶ "Das geistige Niveau der verschiedenen Leitungen ist noch ziemlich niedrig" (Carta de René à ICJ de 29.10.1931:AP, 225/SPS.)

²⁷ Depoimento de Pedro Rocha, em 3.3.1982.

²⁸ Depoimento citado na nota 4.

creceram em extensão e intensificaram muito a sua actividade propagandística, traduzida não só na publicação ilegal do *Avante!* (desde então o órgão central do PCP), como de múltiplos outros jornais editados pelos organismos locais ou de fábrica, e ainda todo o tipo de panfletos.

Neste contexto, é visível, através das actas das reuniões dos secretariados da FJCP e do PCP, bem como da correspondência que ele próprio redige, a extensão e intensidade quase febril da actividade que René desenvolve. Tanto no Partido como na Juventude, acompanha regularmente e informa sobre a actividade dos diversos organismos, e nalguns casos encontra-se com delegados de organizações em formação na província. Uma das iniciativas mais importantes e de que é um dos responsáveis é a tentativa de criação de células comunistas no Exército e na Marinha²⁹. Nelas se pode ver o embrião de organizações que mais tarde virão a ter uma certa amplitude, como a Organização Revolucionária do Exército (ORE) e a Organização Revolucionária da Armada (ORA). Como é bem conhecido, a última veio a ter larga influência na Marinha e foi quem organizou, em 1936, uma importante sublevação de dois navios de guerra³⁰.

Entre os acontecimentos que marcam a crise política de 1931, são de destacar a revolta da Madeira, a greve estudantil (ambas em Abril), o Primeiro de Maio, a revolta militar e civil de 26 de Agosto. Excepto quanto ao primeiro, a actividade comunista está directa ou indirectamente ligada a estes acontecimentos. Não sabemos se já existia alguma organização comunista nas Universidades antes desta greve - existiam grupos do Socorro Vermelho - mas, no decurso dos acontecimentos, são içadas bandeiras vermelhas e lançados "gritos subversivos de abaixo a Ditadura e vivas à revolução social e à Rússia soviética."³¹ Em todo o caso, esta agitação propiciou um desenvolvimento do esforço de organização comunista, que aliás se iniciara antes. Com efeito, já em Janeiro de 1931 René escrevia à ICJ pedindo sugestões e indicação de experiências no sentido de um projecto de "Federação Única de Estudantes", a constituir em bases legais e englobando os diversos graus e tipos de ensino. No final do ano, esta iniciativa viria a desembocar na formação dos Grupos de Defesa Académica, os quais alcançarão nos anos seguintes considerável projecção como focos do movimento anti-fascista entre os estudantes.

²⁹ Arquivo Histórico-Militar (Lisboa):Q.G.L.,2ªRep., Caixa 3, N°254; AP, 225/SPS.

³⁰ V. João Borda, *A Revolta dos Marinheiros*, Lisboa, Edições Sociais, 1974.

³¹ *Diário de Notícias*, 29.4.1931.

"René" não só informa na correspondência para a ICJ acerca dos acontecimentos³², como participa activamente nas discussões do Secretariado do Partido em que esta questão é debatida³³.

São conhecidos a dimensão e o impacto da manifestação de Primeiro de Maio de 1931 em Lisboa, a violência dos confrontos que opuseram a polícia aos manifestantes e o papel que o PCP neles desempenhou³⁴. Menos conhecido, mas não menos interessante, é o episódio da revolta armada de 26 de Agosto desse ano. O assunto foi previamente debatido em reunião do Secretariado do PCP, onde se analisou a "atitude de alguns filiados participarem na conspiração burguesa"³⁵. Embora a posição expressa por aquele que era então o principal dirigente do PCP em funções ("Raul Marques", i.e. José de Sousa) fosse contrária à participação de comunistas nessa conspiração, a verdade é que outros membros do Secretariado se exprimem de forma mais nuanceada³⁶, e o próprio René menciona "a existência de um grupo que diz agir em nome da ISV". De facto muitos comunistas estiveram ligados ao movimento, e dezenas foram presos na véspera ou no próprio dia da revolta (entre eles um membro do próprio Secretariado do PCP) e subsequentemente deportados³⁷. Em 1932, uma carta de um membro do Comité Central Executivo do Partido ao CEIC aludirá a estes acontecimentos, referindo também a participação de grande número de comunistas e atribuindo mesmo a responsabilidade principal pela eclosão do movimento a um oficial "simpatizante comunista"³⁸. Não

³² Carta de 30.4.1931: AP, 225/SPS.

³³ Actas das reuniões do secretariado do PCP de 2.11.1931 e 4.1.1932: AP, 225/SPS.

³⁴ V. Nunes, *op. cit.*, pp.716-718.

³⁵ Acta da reunião do Secretariado do PCP de 24.8.1931: AP, 225/SPS.

³⁶ "Aurélio diz que a massa lança-se na luta na próxima revolução burguesa. José Beirão faz a mesma afirmação. O que seria conveniente era organizar as massas no sentido de canalizar a revolução no interesse das próprias massas. Resolve-se que Raul Marques faça um relatório sobre a organização de defesa proletária." (Idem, *ibidem*).

³⁷ Carta de René a Jules de 6.9.1931: AP, 225/SPS; Nunes, *op.cit.*, p.724-725.

³⁸ "Parmi ces groupes révolutionnaires de la petite-bourgeoisie il y en a pourtant un plus gauchiste dont fait partie un sympathisant communiste, un officier qui jouit de beaucoup de sympathies et qui nous dit être dans la disposition de suivre entièrement nos indications et mots d'ordre au cours du mouvement "révolutionnaire" en préparation.

C'est lui qui le 26 août de l'année dernière fit éclore d'une façon inattendue et à l'improviste le mouvement référé, mouvement un peu différent de tous ceux qui le précédèrent par les conditions dans lesquelles il s'est développé, et parce qu'il a réussi à se maintenir pendant un grand nombre d'heures simplement par l'action combative des *soldats* et des *ouvriers*, parmi eux un grand nombre de nos camarades. De là, *la nouvelle*

sabemos se este oficial era o mesmo a que era feita referência numa reunião do Secretariado, por querer "entrar no Partido"³⁹. Mas René confessará, num auto de interrogatório na Polícia, ter visitado na prisão, após a revolta de 26 de Agosto, um oficial do Exército⁴⁰.

Sobre o fascismo e a guerra

Justamente a derrota da revolta de 26 de Agosto de 1931 marca um momento decisivo na evolução da ditadura portuguesa no sentido da formação de um Estado de tipo fascista. Se, ainda em meados de 1931, o órgão central do PCP, aplicando consequentemente os princípios da política "classe contra classe", declarava que "o fascismo, para nós, não constitui um perigo superior a qualquer outro que parta da burguesia"⁴¹, posteriormente o problema do fascismo ganhou espaço crescente na propaganda e em geral nas preocupações políticas do PCP. Também neste campo é interessante a intervenção de René. A propósito da carta-aberta da ICJ à FJCP, escreve um texto de análise em que justamente o problema da luta contra a ditadura fascista é posto em primeiro plano⁴². Reconhece-se que a luta contra a ditadura fora até então negligenciada ou subalternizada à preocupação de criar células de fábrica, e preconiza-se uma mudança no carácter da agitação a desenvolver, no sentido de ter mais atenção ao estudo das questões concretas da actualidade política e económica. Desenvolve-se também nesse texto uma crítica da concepção "sectária" da FJCP como organização de elite, defendendo uma maior abertura de formas organizativas e o aproveitamento de todas as possibilidades de acção legal. E tem certamente a ver com esta inflexão política um projecto de "jornal de propaganda anti-fascista", a realizar pela Juventude Comunista, que René apresenta em reunião do Secretariado do Partido⁴³.

s'est répandue que c'était un mouvement à tendances communistes." *Relatório do PCP*, 5.3.1932 (por lapso está escrito 1931):RZ,f.495, op.179, d.26.

³⁹ Acta da reunião do Secretariado do PCP de 9.11.1931:AP, 225/SPS.

⁴⁰ Auto de declarações de Bernard Freund, 8 de Março de 1932: AP, 225/SPS.

⁴¹ *Avante!*, n.º5, Junho de 1931.

⁴² "Analyse des Instruktionsschreibens der KJI an das Sekretariat des KJV Portugals": RZ, f.533,op.10, d.2391.

⁴³ Reunião do Secretariado do PCP de 28.12.1931: AP, 225/SPS.

Um outro aspecto interessante da intervenção política do jovem Bernard Freund é a atenção aos problemas da política internacional. *O Jovem* publicava, como vimos, muitas informações internacionais, que são possivelmente da sua autoria. Nas actas das reuniões do Secretariado do PCP, são suas as raras intervenções sobre problemas de política internacional e, quando é recebido na FJCP um pedido de artigos para a *Correspondance Internationale* (mensário da IC publicado em várias línguas), "o Secretariado resolveu que o camarada René fizesse o primeiro"⁴⁴. Encontramos, entre os materiais apreendidos pela Polícia, um artigo em francês assinado por ele, sob o título "Préparatifs de guerre au Portugal", datado de 8.2.1931, que com toda a probabilidade se destinava a ser publicado na *Correspondance Internationale* (o que não veio a acontecer). A propósito da visita a Portugal de uma esquadra inglesa, analisa-se aí a iminência do perigo de guerra mundial (nos moldes do que era então a temática central da doutrina e da propaganda do Comintern), caracterizando a visita como preparação do alinhamento português com a Inglaterra na futura guerra⁴⁵.

"Correspondente estrangeiro"

No contexto do ambiente de crise política descrito, 1931 regista um considerável crescimento da organização comunista, que terá atingido, antes da grande vaga repressiva do ano seguinte, os setecentos membros⁴⁶ (a confrontar com os catorze participantes da conferência de Abril de 1929). Também a federação da juventude se alarga em correspondência⁴⁷. Em fins de 1931 existiriam 23 células em funcionamento em Lisboa, além dos núcleos da Marinha e do Exército, e cerca de uma dúzia de ligações no resto do

⁴⁴ Acta da reunião do Secretariado da FJCP de 13.12.1931: AP, 225/SPS.

⁴⁵ Um ano depois, em Janeiro de 1932, a presença de navios da Armada britânica em Lisboa foi ocasião duma curiosa acção de propaganda clandestina da Juventude Comunista, com a distribuição de um manifesto aos marinheiros, em inglês, o que terá suscitado um protesto oficial do almirante-chefe ao governo português. V. Pedro Rocha, *op. cit.*, p.21. Também esta acção foi da iniciativa de Bernard Freund - v. acta da reunião do secretariado do PCP de 11.1.1932: AP, 225/SPS. Texto do manifesto: Public Record Office (Londres), FO 371/16492.

⁴⁶ Depoimento de Manuel Alpedrinha em 3.11.1980. Manuel Alpedrinha era em 1931 membro do Secretariado do PCP.

⁴⁷ Carta de René a Jules de 19.8.1931: AP, 225/SPS.

País⁴⁸. René parece então desmultiplicar-se em actividade, e ele próprio escreve em carta à ICJ que, para compensar as imensas insuficiências de meios e quadros, "tem de estar em toda a parte"⁴⁹. Além da participação nos Secretariados do Partido e da FJCP e do controle do organismo militar, vemo-lo acompanhar a actividade do Comité Regional de Lisboa, elaborar um programa sindical e um caderno reivindicativo dos empregados de comércio, ocupar-se da criação de associações desportivas que se pretendia ligar ao Sportintern, contactar com intelectuais (em relação com a formação pouco depois de um "Núcleo dos Intelectuais Simpatizantes" e o projecto de um "Grémio dos Trabalhadores Intelectuais"⁵⁰), etc. Mas, além de tudo isso, continuava a ser ele o responsável da comissão de imprensa, e portanto da publicação do *Jovem* (que agora contava com colaboração mais diversificada, e nomeadamente com correspondência de fábrica), e era também ele a escrever regularmente as cartas da FJCP para a ICJ.

Além dos muitos problemas concretos abordados nesta correspondência, e que viemos referindo, há dois temas que nela surgem recorrentemente: a debilidade do apoio da ICJ à FJCP (e da IC ao PCP) e as dificuldades no relacionamento entre a organização juvenil e o Partido.

A primeira carta destinada a estabelecer relações com a ICJ é dirigida a Berlim e exprime a esperança de que através de Berlim a FJCP venha a receber um apoio mais efectivo do que aquele que o PCP recebia de Paris. No entanto, é a Paris ("Jules") que, até meados de 1931, quase toda a correspondência da FJCP virá a ser endereçada. É sobretudo depois do regresso de Bernard Freund de França que serão mais insistentes as queixas pela falta do apoio acordado, nomeadamente do dinheiro para a compra da máquina de escrever e do duplicador, bem como do subsídio regular. Em relação a este, só há notícia de terem sido recebidos 100 dólares em fins de 1931 ou Janeiro de 1932⁵¹. Justificando a falta de iniciativa do PCP e da FJCP em relação à Jornada Internacional de Luta contra a Guerra (1º Agosto), René escreve que "il (PCP) souffre le

⁴⁸ Acta da reunião do Secretariado do PCP de 21.12.1931; *O Jovem Militante*, nº2, 30 de Setembro de 1931.

⁴⁹ Carta de 29.10.1931: AP, 225/SPS.

⁵⁰ V.: Alberto Vilaça, "O Núcleo de Trabalhadores Intelectuais do PCP em 1931-32", *Vértice*, nº70, Janº-Fevº 1996, pp. 55-60.

⁵¹ CE da ICJ "An Portugal", 8.1.32: AP, 225/SPS.

même mal que nous, abandon complet jusqu'à présent de la part de l'IC depuis deux ans environ"⁵².Em princípio de Agosto René insistia junto do Bureau da Europa Ocidental (WEB) da ICJ por ligações mais efectivas ("depuis son existence elle n'a reçu de vous que des circulaires"), mas em fins de Outubro escrevia que as causas da fraqueza da FJCP se deviam a não ter recebido qualquer ajuda moral ou material da ICJ, verificando-se o mesmo com o PCP em relação à IC⁵³.Aliás, já em Setembro,em carta a "Jules", René se indignava por a ICJ e a IC passarem "completamente por cima da nossa existência": "De partout rien que des 'promesses' et des 'circulaires' et avec ça nous devons préparer la RÉVOLUTION PROLÉTARIENNE!!!"⁵⁴ Uma tentativa de estabelecer ligação directa "mit drüben" (i.e., com Moscovo) não parece ter tido êxito⁵⁵.Em consequência o Secretariado do Partido decide enviar um representante (José de Sousa) a "Madrid, Paris e possivelmente a Berlim"⁵⁶, mas os acontecimentos ulteriores em Portugal (crise resultante do agravamento da repressão) inviabilizarão o projecto.

Também sobre as relações entre a FJCP e o Partido há na correspondência e nas actas indicações interessantes.Numa das primeiras reuniões do Secretariado da FJCP, Bernard Freund, a propósito da organização no Arsenal de Marinha (que constituía então a principal base de influência do PCP) "informa do estado desta célula que sofre a influência oportunista da célula do Partido, existente na mesma fábrica, tendo-se estudado a maneira de subtrair esta célula da influência desastrosa da do Partido"⁵⁷. A célula do Partido será também criticada por René, e novamente acusada de oportunismo, por não ter reagido à prisão e deportação, em Outubro de 1930, do secretário-geral do Partido, Bento Gonçalves, ele próprio arsenalista⁵⁸.

Na análise crítica da manifestação organizada pelo PCP e a FJCP a propósito da "Jornada de Luta contra o Desemprego" regista-se "em especial uma tendência para a

⁵² René a Jules, 31.7.1931: AP, 225/SPS.

⁵³ René a "liebe Freunde", 29.10.1931:AP, 225/SPS.

⁵⁴ René a Jules, 28.9.1931: AP, 225/SPS.

⁵⁵ FJCP an die Leitung der Jugendinternationale-Berlin, 28.9.1931.

⁵⁶ Acta da reunião do Secretariado do PCP de 11.1.1932; v. também René a "liebe Freunde", 3.11.1931: RZ, f.533, op. 10, d.2389.

⁵⁷ Acta da reunião do Secretariado da SP da ICJ de 4.2.1930: AP, 225/SPS.

⁵⁸ "Premier Rapport".

direita vinda da parte do Partido comunicando-se à nossa juventude", e assinala-se que outro tanto acontecera por ocasião da manifestação republicana de 3 de Outubro⁵⁹.

Em carta para a ICJ, em Agosto, René classifica as relações entre a FJCP e o PCP de "muito más", considerando que "o Partido dá-nos muito menos importância do que deveria, e em vez de nos ajudar fazem muitas vezes o contrário"⁶⁰. Um pouco mais tarde, considerando que a responsabilidade principal das deficiências verificadas na actividade comunista em Portugal se deve à IC, "que há mais de dois anos se está nas tintas para Portugal", repete, referindo-se ao Partido, que "o nosso relacionamento com ele não é o correcto, por vezes leva a rivalidades, e não se pode de modo algum falar de uma condução efectiva nas diferentes instâncias por parte do Partido."⁶¹ Também nas actas de reuniões do Secretariado do Partido encontramos exemplos de situações conflituais. Numa reunião em que René propõe tomar medidas relativamente a "anomalias que se dão entre os filiados no Partido e Juventude", a resposta de "Raul Marques" (i.e., José de Sousa, responsável sindical e então principal dirigente em funções) é peremptória: "diz que o Partido está acima da Juventude, e se no interesse do Partido for necessário sacrificar qualquer organismo subsidiário, não há que hesitar"⁶². Também a propósito da formação dos Grupos de Defesa Académica parecem ter surgido contradições⁶³.

Prisão e tortura

Em 20 de Janeiro de 1932 "René" é preso no escritório da empresa "Algarve Exportador". A prisão não constituiu surpresa. Desde as primeiras cartas à ICJ, e depois repetidamente em várias outras, ele exprimia a convicção de que seria preso e expulso de Portugal mais cedo ou mais tarde⁶⁴. Por ocasião da revolta de 26 de Agosto de 1931 fora preso um responsável da organização regional de Lisboa do PCP, que guardava um

⁵⁹ "Santos" (i.e. Fernando Quirino), "Relatório do CCE da SP da IJC enviado ao bureau latino da ICJ sobre o trabalho nacional de 25 de Fevereiro": RZ, f.533, op.10, d.2389.

⁶⁰ René a Jules, 19.8.1931: AP, 225/SPS.

⁶¹ René a „liebe Freunde“, 29.10.1931: AP, 225/SPS.

⁶² Acta da reunião do Secretariado do PCP de 26.10.1931: AP, 225/SPS.

⁶³ Actas das reuniões do Secretariado do PCP de 2.11.1931 e 4.1.1932: AP, 225/SPS.

⁶⁴ Cartas de 18.10.1930, 20.12.1930, 27.8.1931 e 20.12.1931: RZ, f.533, op.10, d.2387, d.2389; AP, 225/SPS.

ficheiro de nomes de membros do Partido. A reorganização da polícia política, feita pouco antes, fixava como um dos seus principais objectivos "efectuar a repressão do comunismo, designadamente no que toca às ligações entre elementos portugueses e agitadores estrangeiros."⁶⁵

Também Wilma Freund é presa, e na casa de ambos, que funcionava como sede do arquivo do Partido e da Federação Juvenil, é apreendido um vasto conjunto de materiais, actas e correspondência, de que resultava inequívoca a actividade de Bernard Freund, e que permitiu a prisão de outros jovens comunistas.

Das torturas a que foi sujeito, clássicas para o Portugal da época, ele mesmo deu testemunho, embora sem explicitar o seu nome:

"A 20 de Janeiro foi preso o camarada R., membro do PC e da FJC. Ainda na mesma noite começou a tortura. Primeiro colocaram-lhe algemas nos pulsos, apertadas ao máximo. Depois esticaram-lhe e puxaram-lhe pelas mãos, para aprofundar as feridas e aumentar as dores, de maneira que depressa os pulsos tinham cortes até aos ossos. A seguir foi esbofeteado e espancado a murro na cara e na cabeça até cair inconsciente. Deitaram-lhe um balde de água e mal abriu os olhos começou tudo de novo. A seguir bateram-lhe na cabeça e na cara com grandes esfregões molhados em que tinham sido feitos sólidos nós. Depois tiraram-lhe os sapatos e bateram-lhe com uma forte vara de madeira, primeiro numa sola do pé e a seguir em ambas ao mesmo tempo. Seguidamente taparam-lhe o nariz e deitaram-lhe uma quantidade de água na boca. Foi também continuamente batido a pontapé e pisado, enquanto outros com a ponta de uma régua lhe batiam com toda a força na palma das mãos. Esta tortura durou quatro horas e meia. Depois foi encerrado durante 35 dias numa pequena câmara escura sem janela nem ventilação, e só quando teve ataques de loucura durante dois dias e fez uma tentativa de suicídio é que foi conduzido para outra cela da prisão."⁶⁶

Cerca de um mês após ter sido preso, René acabou por prestar declarações que contribuíram para causar uma extensa destruição da organização do PCP e da Federação da Juventude.

⁶⁵ Decreto nº 20125, de 28 de Julho de 1931.

⁶⁶ Emil (i.e. Bernard Freund), "Der Klassenkampf in Portugal", in *Internationale Presse-Korrespondenz*, Nr. 76, 13.9.1932.

Em 16 de Agosto Bernard e Wilma Freund são expulsos do território português⁶⁷. Foi ainda na prisão que nasceu o filho de ambos.

Moscovo, Sebastopol e o fim

Depois da saída de Portugal, Bernard e Wilma Freund estabeleceram-se temporariamente em Viena, sem conseguirem trabalho. Neste período, Bernard Freund escreve dois artigos sobre Portugal que virão a ser publicados no *Inprekorr*⁶⁸. Nestes artigos reflecte-se um conhecimento preciso da situação da economia portuguesa e dos seus antecedentes históricos e uma boa capacidade de síntese na descrição das situações dos diferentes grupos das classes trabalhadoras.

Em Novembro, ele encontra-se já na URSS, aparentemente com a intenção de trabalhar na ICJ⁶⁹, sendo seguido logo depois pela mulher.

Em 10 de Junho de 1933 a CIC do CEIC delibera, entre outros, sobre os casos Bernard e Wilma Klein-Freund⁷⁰. Bernard Freund é acusado de, quando preso em Portugal, ter prestado informações à polícia sobre outros membros do Partido, o que ele próprio confirma. Refere-se ainda no processo que "era amigo do secretário do consulado checoslovaco em Lisboa, que juntamente com sua mulher visitavam Freund e Freund com a mulher iam visitar esse secretário do consulado"⁷¹. A decisão da CIC é "expulsar do PC Klein-Freund, Bernard, por não ter justificado a confiança do partido."

Quanto a Wilma, depois de se mencionar que partiu de Viena para a URSS, em Dezembro de 1932, "sem autorização do Partido", e se repetir a acusação de frequentar a

⁶⁷ AP, Bernard Freund: Ordem de Serviço nº 230 de 17.8.1932 da Polícia Internacional Portuguesa.

⁶⁸ Emil, *op. cit.*; Emil, "Die Lage der Arbeiterklasse in Portugal", in *Internationale Presse-Korrespondenz*, Nr. 98, 22.11.1932, e Nr. 99, 25.11.1932.

⁶⁹ Autobiografia de Bernard Freund.

⁷⁰ RZ, f.495, op.4, d.250. Klein-Freund é o apelido com que ambos figuram neste processo.

⁷¹ Ironia da história, as relações com o diplomata checo parecem ter desempenhado um papel não irrelevante no trabalho da FJCP, como aliás Bernard Freund explicava em carta à ICJ, ao mesmo tempo que remetia dois exemplares do jornal: "*Jovem* nº13 - Seguem hoje dois números como impressos para a editora /Verlag der Jugendinternationale/Foram tirados 2000 números de 10 páginas À MÃO NUMA MÁQUINA GREIF, trabalhámos 8 dias 11 horas diárias, isto porque não temos dinheiro para comprar uma Debege ou Gestetner(...) Mas também a Greif era emprestada por um consulado, tivemos que a devolver e não temos nada com que publicar os nossos próximos materiais(...)" (carta de 31.12.1931: AP, 225/SPS).

família do secretário da embaixada da Checoslováquia, é interrogada sobre como encara a atitude do marido ao prestar declarações à polícia. A resposta é singela: "que será sempre sua amiga". No seu caso a deliberação reza: "Devido a não ser clara a militância de Klein-Freund Wilma no Partido, propôr-lhe que prove a sua militância no Partido".

Aqui termina a história de Bernard e Wilma Freund, como é possível conhecê-la através dos arquivos da polícia portuguesa e do Comintern. As regras de acesso aos dossiers pessoais (*litchnie diela*) do CEIC, actualmente vigentes no Centro Russo de Conservação e Estudo de Documentos da História Contemporânea, não permitem consultar senão os documentos que os próprios responsáveis do arquivo seleccionam. Também não foi possível obter resposta à pergunta que pusemos sobre as datas da morte de ambos.

Devo por isso agradecer a um historiador russo, que não estou autorizado a nomear, as informações que seguem, sobre o destino ulterior do casal Freund (que não chegou a divorciar-se).

Pouco depois da expulsão de Bernard, ele emprega-se (por intervenção da própria IC) numa fábrica de conservas em Sebastopol (Crimeia) para onde vai viver com a mulher. Em 1935 está temporariamente em Moscovo⁷², o que deve ter relação com o

⁷² Informação em 4.1.1996 do membro do PCP citado na nota 4.

pedido que então formula de readmissão no Partido. Vivia-se então o ambiente de relativa abertura que coincidiu com o VII Congresso da IC. O pedido é porém recusado, e Bernard e Wilma continuarão a viver na Crimeia.

A partir de 1936 as condições mudam. A guerra de Espanha, o aumento das tensões internacionais, os preparativos da II Guerra mundial geram na URSS os reflexos de crispação em que, por vagas, se vai desenvolver a *iezhovtchina*, o Grande Terror. Em 1938, por alturas do terceiro dos grandes processos de Moscovo, Bernard e Wilma são condenados "por espionagem" e executados.

O destino do filho, Sasha, não me é conhecido.

VI.7

A fascização do Estado e a política do PCP

(a propósito do 18 de Janeiro de 1934)

1. Os acontecimentos de 18 de Janeiro de 1934 em Portugal são parte integrante de um processo europeu de confrontação entre movimento operário e fascismo que teve expressões quase simultâneas, e de maior dimensão, nas manifestações e combates de rua de 6-12 de Fevereiro, em Paris, e na insurreição armada dos operários austríacos, de 11-16 de Fevereiro; como ainda na dissolução dos conselhos de fábrica, pelo Governo nazi, a 20 de Janeiro (que evidentemente nas condições da Alemanha de então já não podia suscitar uma resistência armada).

Um período então se encerra: o período da crise mundial iniciada em 1929, marcado por uma enorme agudização da luta de classes na Europa e no mundo e por uma ofensiva capitalista que visava não só pôr em causa as posições económico-sociais alcançadas pelas classes trabalhadoras após a Primeira Guerra Mundial como alterar fundamentalmente as bases do sistema político parlamentar – que acabava por consentir uma expressão «excessiva» da força do movimento operário – para criar novas modalidades de estruturação político-social que organicamente consagrassem o domínio do capital. A confrontação capitalismo-socialismo é por isso simultaneamente uma luta em torno da questão da *democracia*.

Em Portugal, a dissolução dos sindicatos livres, que se consuma com a derrota do movimento operário no 18 de Janeiro, conclui praticamente a formação do “Estado Novo”: isto é conclui o processo de fascização do Estado, exprimindo o triunfo alcançado por uma das forças sociais contendoras numa luta de vários anos.

Este processo, que se desenvolve coerentemente a partir de 1930 (cf. Discurso de Salazar sobre os «Princípios Fundamentais da Revolução Política»), e se acelera em 1932, com a apresentação da Constituição, decide-se finalmente, sob a influência poderosa das condições internacionais – Hitler é chanceler desde 30 de Janeiro –, em

1933. Ano de «intensa actividade administrativa», na expressão de um historiador do regime, 1933 é também um ano de aguda crise económica e social, que inclusivamente suscitou não poucas contradições no interior das próprias coortes salazaristas (v. g. questão do regime cerealífero).

É neste contexto, pressionado pela crise e favorecido pelo ambiente, que Salazar dá o golpe final no sentido do fascismo, e o anuncia, em entrevista ao *Diário de Notícias*, como «passagem da defensiva à ofensiva». A segunda metade do ano é caracterizada por uma cascata de decisões e decretos que abrangem desde a estruturação da Mocidade Portuguesa à dinamização da União Nacional, da Carta Orgânica do Império à criação do Supremo Tribunal Administrativo ou do Secretariado da Propaganda Nacional. No conjunto, é de destacar a série dos seis decretos que a 23 de Setembro estabelecem a organização corporativa (Estatuto do Trabalho Nacional, grémios, sindicatos, casas do povo, casas económicas, Instituto Nacional do Trabalho e Previdência). No que respeita aos sindicatos, estes ficam obrigados a alterarem os seus estatutos de modo a adaptarem-nos aos princípios da nova legislação: o que significa sujeição da eleição dos dirigentes à tutela governamental, fim de quaisquer relações internacionais, rejeição da luta de classes.

Pela mesma altura é decidida a depuração do funcionalismo público, a revisão dos livros escolares, a criação de um campo de concentração (que será o Tarrafal). Entretanto Italo Balbo visita Lisboa.

A revolta militar de Bragança de 27-28 de Outubro – pobre canto do cisne do *reviralthismo* – dá origem a uma vaga de repressão que prosseguirá, em Novembro, com a prisão de Sarmento Beires, a deportação de centena e meia de presos e o estabelecimento de um novo regime de punição dos delitos políticos.

É neste clima que no final do ano se desenvolve – em geral no quadro de comícios da União Nacional ou de visitas governamentais a várias localidades – uma grande campanha de propaganda do regime. Tema básico é, além da exaltação do Chefe, o Comunismo: ameaça à ordem, à família e à moral da Nação portuguesa.

2. O que era a realidade deste comunismo que como fantasma difuso povoa os discursos da propaganda fascista?

A preocupação com o crescimento das ideias comunistas, sobretudo entre a juventude, fora desde cedo registada e sublinhada pelos organismos responsáveis da repressão. Por exemplo, num relatório da Polícia de Informações, em 1931, escrevia-se que, embora o comunismo pareça constituir «uma legião de impotentes», na realidade «germina de tal modo a ideia entre a juventude, a propaganda derrotista é tão suavemente executada, nas escolas, nas oficinas e muito especialmente entre a classe média, que a corrente engrossa dia a dia». Noutro processo, de 1932, ao cabo da instrução de um vasto processo contra a organização juvenil, declara-se que “isto é ainda o princípio do fogo comunista”, e conclui-se propondo a criação de um campo de concentração nas ilhas.

Por seu turno, o Partido Comunista, ainda há pouco saído de um longo período de dispersão e apagamento, não enjeitava a imagem de “espectro do mundo burguês”. Como diz o próprio *Avante!* de Março de 1931: “Para maior glória da causa comunista em Portugal, as nossas organizações, ainda que débeis, já constituem um verdadeiro espectro.”

A realidade de um fortalecimento da influência do Partido Comunista na sociedade portuguesa, e sobretudo no seio do movimento operário, não é porém só afirmada na exaltação dos fanáticos do salazarismo, mas também reconhecida pelos principais adversários do comunismo no movimento operário: os anarco-sindicalistas da CGT. A título de exemplo pode citar-se o relatório da CGT portuguesa para a AIT de Berlim, com data de Fevereiro de 1932. Aí justamente se encara o alastramento da influência comunista, que se localizaria sobretudo em Lisboa, na região de Beja e no Algarve, como um dos mais difíceis problemas postos à acção dos anarco-sindicalistas. Durante muito tempo acreditou-se “não ser fácil aos bolchevistas conquistarem as massas proletárias”, mas a previsão saiu errada: e destaca-se nomeadamente a actividade da Federação de Transportes e a dos Grupos de Defesa Sindical.

Noutra passagem, reconhece-se que por demasiado tempo os militantes libertários tinham aguardado o derrube da ditadura, visto como condição para uma vida sindical normal, e só agora verificavam que «não se podia esperar, contudo, indefinidamente por

uma revolução político-liberal, dia a dia de mais problemático triunfo». Porém, a maioria dos sindicatos influenciados pelos libertários «exercem uma acção cautelosa, unicamente para manter o fogo sagrado, na esperança de melhores dias».

Em contraste com esta atitude expectante, o activismo revelado pelo PCP e, nomeadamente, pela sua organização juvenil nestes anos imediatamente após a reorganização de 1929 – activismo que é em larga medida fruto de uma análise errada, por excessivamente optimista, da situação mundial, e da estratégia extremista que, nessa base, a Internacional definia -, contribui decisivamente para o estimular da iniciativa de um movimento operário que, após o 28 de Maio, entrara em profunda depressão. Deste modo, o renascimento do movimento operário, que se verifica sobretudo após 1931, vai já dar-se estreitamente ligado à influência que mais globalmente as ideias comunistas nestes anos tendem a ganhar, não só como fruto das condições nacionais mas, também, como reflexo de um processo mundial. São anos de profunda crise do mundo capitalista, crise económica e crise moral, e em contraste com ela os triunfos económicos da União Soviética e a força do movimento comunista nos países mais desenvolvidos, sobretudo na Alemanha, aparecem como promessa de um “mundo novo”.

Todo este entusiástico activismo se move até 1931 nos quadros do ambiente de crise política que caracteriza a situação em Portugal, e de que, nesse ano, a revolta da Madeira, os acontecimentos do 1.º de Maio e o «putsch» de 26 de Agosto foram expressão significativa. A prossecução do mesmo estilo de actuação voluntarista, essencialmente centrada na agitação, não é compatível com o «ambiente de fascismo mais concentrado» (na expressão do *Avante!*), que sobretudo domina a partir de 1932. A organização comunista é, por isso, objecto de severa repressão que a deixa, em finais desse ano, quase desmantelada.

Os golpes sofridos não levarão, porém, à desistência ou à inactividade. O entusiasmo revolucionário, ao sofrer os efeitos deste embate com uma realidade mais resistente que o previsto, é forçado a procurar novos canais de realização, o que exige uma reelaboração estratégica. Tal reelaboração deve ser relacionada com os trabalhos do XII Pleno do Comité Executivo da Internacional Comunista, de Julho de 1932, em que os problemas da luta contra o fascismo são objecto de muito maior atenção do que anteriormente, bem como com o desenvolvimento internacional de iniciativas como o

Congresso de Amesterdão contra a Guerra e o Fascismo, ou o movimento alemão da *Antifaschistische Aktion*.

Ela reflecte-se desde as primeiras publicações que o Partido edita após a crise de meados de 1932, por exemplo, o boletim *Frente Vermelha*, de Outubro, quase inteiramente dedicado à luta contra a repressão. O artigo «Qual deverá ser a atitude dos operários ante a actual situação política?» relaciona o agravamento da situação económica dos trabalhadores com a permanência da ditadura e considera a actividade essencialmente agitatória e propagandística até então realizada como insuficiente: a prioridade haverá antes de ser dada a um esforço de organização do «movimento colectivo da massa». Neste sentido, dois temas são desde então colocados, como meios ao alcance dos trabalhadores para contrariar a política da ditadura: a Frente Única, «na qual se encontram todos os operários – sejam eles comunistas, anarquistas, socialistas ou indiferentes» – e, através dela, «um largo e nacional movimento grevístico». É a partir desta altura que começa a amadurecer a ideia de um grande movimento de greve política, que, menos de um ano depois, virá a ser decidido para combater a legislação fascista relativa aos sindicatos.

Sobretudo a partir da viragem de 1932 para 1933, a propaganda do Partido tende a abandonar os apelos genéricos ao “combate à burguesia” para se centrar na luta contra os “processos de fascização do Estado”. Ao mesmo tempo procuram definir-se as iniciativas adequadas à prossecução dum objectivo estratégico que é agora identificado na “revolução democrático-burguesa”. É este o programa do *Avante!* que ressurge em Janeiro de 1933, e nele se podem encontrar já os vários temas que estruturam a política do Partido nos meses seguintes: caracterização do fascismo como política da alta finança e dos agrários, aliados às cúpulas militares, ditadura que só poderá estabilizar dividindo as classes populares e atraindo a si uma parte delas; denúncia da “amnístia” e dos projectos constitucionais como instrumentos dessa divisão; crítica dos projectos de golpe de Estado, em favor de uma aliança orgânica, assente em estruturas e processos de massa, entre o proletariado e a pequena-burguesia, sobretudo o campesinato pobre; frente única operária; e crítica da mentalidade anarquista, quer nos seus aspectos terroristas, quer na sua tendência para a expectativa de um golpe militar.

São muito diversos os documentos do PCP em que se procede à análise das novas tendências da ditadura e formulam indicações para uma consequente adaptação de estratégias. Um manifesto da FJCP de Dezembro de 1932, comentando uma frase do ministro do Interior, segundo o qual “a Ditadura inicia agora a fase mais espiritual dos seus destinos”, alerta para uma tática governamental que tende a imitar “a opressora Itália na mais vasta fascização de toda a engrenagem nacional”. Sintomas desta fascização seriam os casos de ocupação de sindicatos verificados então na Marinha Grande e nas minas de S. Domingos, a militarização dos escoteiros ou a proibição das associações de estudantes: é um plano estratégico que está em desenvolvimento, e que envolve tanto um aspecto de “captação e desarme” (condecoração de operários, amnistia), como outro de “batalha áspera” (Censura, prisões, torturas).

Igualmente interessantes são algumas ideias expressas na imprensa legal influenciada pela CIS (organização sindical orientada pelos comunistas), e de que é exemplo um artigo publicado no *Trabalhador da Alimentação* (órgão do Secretariado Nacional dos Trabalhadores da Alimentação), em Junho de 1933, e sintomaticamente intitulado «Ante os perigos que se avizinham». Partindo da inserção do caso português num processo mundial que defronta o movimento operário com o fascismo («Portugal não vive isolado do mundo nem goza de situações particulares que o imunizem do que pelo exterior alastra»), sublinha-se a necessidade de uma maior unificação do movimento sindical, e de criar para tanto novas estruturas de coordenação: e propõe-se nomeadamente a formação de organizações regionais que agrupem os sindicatos dispersos de pequenas localidades em torno de sindicatos mais fortes.

É na sequência deste conjunto de análises e preocupações – e nomeadamente da constatação de um ascenso da combatividade operária (greves dos vidreiros do Porto, Figueira da Foz e Marinha Grande, marcha dos camponeses na Anadia, greve dos tanoeiros em Lisboa, movimentações revolucionárias em várias cidades do Algarve) – que em Agosto de 1933 a CIS. endereça uma circular «à CGT, Federações de Indústria, Uniões Locais e Sindicatos de todas as tendências». Analisando criticamente o conteúdo dos decretos que criam a organização corporativa, e em particular o referente aos sindicatos («decreto colete-de-forças»), considera-o “questão de vida ou de morte” para o movimento operário, que este só unido poderá defrontar: «Não se encerram e dissolvem

quinhentos sindicatos operários se entretanto nos prepararmos, e preparamos, para enfrentar essa medida, e a enfrentarmos unidos». Em consequência propõe a constituição de um Comité Nacional de Frente Única através de um pacto entre a C.G.T., a C.I.S., a Federação de Transportes e outros sindicatos autónomos, insistindo em que também na base, em cada local de trabalho, se forme a frente única com a constituição de comités de unidade eleitos por todos os trabalhadores. Propõe ainda convocar assembleias gerais dos sindicatos, efectuadas legalmente, que adoptem resoluções de protesto contra o decreto e afirmem a disposição dos sócios de não se sujeitarem à modificação dos estatutos. E insiste na necessidade de articular esta luta com reivindicações concretas relativas ao salário mínimo, ao horário de trabalho, ao subsídio de desemprego, de maneira a persuadir a massa operária de que a conservação dos sindicatos é condição para evitar maior agravamento da exploração a que está sujeita.

É na sequência desta iniciativa que em Setembro vem a ser publicado um manifesto conjunto da CGT, da C I S, das organizações operárias autónomas e da FAO (Federação das Associações Operárias, socialistas), que entretanto aderira ao movimento. Diferentemente do que sucede em quase todas as publicações do PCP., em que o objectivo do movimento em preparação é visto num protesto contra a fascização dos sindicatos e na luta por objectivos políticos e económicos limitados, neste manifesto incluem-se já algumas indicações de sentido insurreccional: «vamos para a luta. Desçamos à rua. Batamo-nos como leões (...) levantemos barricadas nas ruas e praças públicas; armemo-nos». E cita os acontecimentos revolucionários na Cuba de então como exemplo a seguir pelo proletariado português.

Em Agosto de 1933 é publicado um «Boletim do Secretariado e da Comissão de Organização do PCP.», que, de todos os documentos que conhecemos, é aquele que contém a explicação mais exaustiva da análise global que o PCP então fazia da situação e do modo como a questão sindical era concebida no quadro da linha estratégica do Partido: é esse o sentido do texto intitulado “Plataforma de resolução sobre as tarefas imediatas de organização”, que se apresenta como comentário a propósito de um manifesto então publicado contra o nacional-sindicalismo. A “Plataforma” esclarece que não se trata de restringir o antifascismo ao combate contra o nacional-sindicalismo, já que se entende por fascismo “toda a orientação moderna da política económica e de coerção,

levada a cabo pela ditadura.” Simplesmente, o nacional-sindicalismo é visto como o instrumento da fascização dos sindicatos, e a luta contra ele considerada por isso o *ângulo* principal através do qual se trata de realizar “a nossa tarefa premente de conquista da influência comunista sobre a maioria dos trabalhadores e explorados em geral.”

Analisa-se por outro lado o contexto em que surge o problema da fascização dos sindicatos: os acontecimentos do princípio de 1933, nomeadamente o fracasso da campanha para o plebiscito da Constituição e a limitada participação popular nele, depois o fraco apoio às comemorações do 7.º aniversário da ditadura, tinham revelado a debilidade da base de massa do regime e a sua incapacidade para conseguir «um matiz popular». Simultaneamente, a crise económica provocava uma intensificação da luta de classes, expressa nas movimentações dos operários do Algarve, dos trabalhadores do Alentejo, dos camponeses do Douro e de Trás-os-Montes. E, ao passo que declinava a influência do republicanismo, reforçava-se a do Partido Comunista: o País tornava-se «teatro de uma concentração dos explorados dos campos e das cidades num terreno alheio à ditadura e à democracia burguesa. O espectro do comunismo erguia-se já no País e os dirigentes ditatoriais não o podiam ocultar». Neste quadro, a mera repressão já não era suficiente, e daí a necessidade de passar à concretização duma *linha fascista* susceptível de unificar os sectores divididos da classe dominante num todo orgânico e ao mesmo tempo reconduzir a ele a população trabalhadora, nomeadamente camponesa, que iniciara um processo de aproximação à classe operária. A ofensiva fascista poderá entretanto ser defrontada, numa situação em que cresce a influência do Partido Comunista e se agravam as contradições do capitalismo e da política governamental (crise agrária e vinícola), sob a condição de se encontrarem os métodos e as estruturas aptas a favorecer o processo de unificação e mobilização das camadas populares. Deste ponto de vista, o grande obstáculo encontrar-se-ia no “peso da tradição das condições em que tem evoluído a vida política e a luta de classe”, traduzida na longa dependência do operariado em relação ao republicanismo, primeiro, à ideologia anarquista depois, ambos adversos a uma afirmação política de classe independente, que lhe permitisse assumir um papel activo dirigido à conquista duma hegemonia social.

As condições objectivas da sociedade portuguesa e a compreensão crescente por largos sectores populares do problema da ditadura como questão de domínio de classe

impõem ao Partido como actual a tarefa de «conquista da maioria das massas»; e a equacionamento desse objectivo implica «uma refundição completa dos nossos processos de organização». «Organização» não é aqui questão fundamentalmente administrativa: é antes a colocação do problema da concepção da própria natureza do movimento revolucionário, suscitada pela constatação de que «as forças contra-revolucionárias do capital e do Estado burguês politizam-se cada vez mais reaccionariamente no sentido de alargar os seus esteios de predomínio».

Quer dizer: se o fascismo é um grau superior de organização do domínio de classe burguês, quer porque reforça a unidade entre os diferentes sectores do bloco dominante, quer porque através de uma combinação adequada de repressão e consenso consegue a desorganização e parcialmente a atracção das classes dominadas, a resposta do partido revolucionário implica também uma reorganização dos seus modos de fazer política, nomeadamente capaz de ultrapassar, como o fascismo consegue fazê-lo, a separação económico/político. Daí considerarem-se os sindicatos como expressão insuficiente do nível atingido pela luta de classe e preconizar-se a criação, para além deles, de toda uma estrutura de comités de fábrica, quer de carácter permanente quer centrados em objectivos específicos (contra o desemprego, os despedimentos, as reduções salariais) capaz de fundir a luta económica com a luta política (“a luta de classes dos trabalhadores precisa de revestir, nesta conjuntura, formas mais amplas de estratégia”). Tais estruturas não devem, por outro lado, circunscrever-se à classe operária, mas abarcar outros sectores das classes populares e favorecer a aproximação entre elas (formando por exemplo “comités pela conquista gratuita das terras”, pela anulação das dívidas da pequena propriedade, etc.) Em suma, enquanto “expressão portuguesa do mesmo leninismo”, o Partido teria como função essencial “dar formas de organização modernas e de massas à luta dos explorados”.

Deste modo a questão da *organização* vem a implicar toda a concepção da política revolucionária, e é nesse sentido também uma questão cultural. O problema da revolução não é tanto o da definição do dia X do «assalto ao Poder» como supõe a capacidade de «fazer crescer» entre os protagonistas do «assalto» uma consciência de identidade de interesses e a partir dela a da necessidade da ruptura revolucionária. A eficácia duma iniciativa política mede-se então essencialmente “pela solidariedade das

massas dos explorados e pelo alargamento da sua frente única, por via duma influência maior que os movimentos parciais realizam, ainda que se trate de movimento ‘perdido’ momentaneamente.”

3. Poucos dias após a derrota do movimento de 18 de Janeiro é publicado no *Diário da Manhã*, sob o título «Entre Duas Guerras», um curioso editorial, não assinado, cujo primeiro parágrafo reza assim:

«Alguns dias depois de os elementos trotskistas do comunismo português terem posto em prática o conhecido plano da “técnica do golpe de Estado”, que Malaparte divulgou num livro, que a esse respeito publicou, é justo recordar que o homem em cujas mãos estavam concentradas as linhas de defesa do Estado [o ministro do Interior] também lançou há meses, através das colunas deste jornal, um pregão de combate e o seu respectivo plano.»

E o editorial continua, contrapondo o plano construtivo do ministro (que num texto intitulado «Hora de Guerra» apelava aos situacionistas a apoiarem a obra de criação da organização corporativa) aos intuítos desordeiros dos comunistas trotskistas, para concluir que «essa tática trotskista, essa maneira de atacar, fazendo greves, estabelecendo o pânico, pretendendo privar o público das vantagens que a civilização lhe concede, poderá dar resultado quando se pretende conquistar Estados fracos e vacilantes, mas falha sempre quando as vagas que desencadeiam encontrem pela frente a rocha firme de um Estado Novo.» Contra este, materialização da «tática salazarista», todos os esforços comunistas estariam destinados a quebrar-se: porque tal tática não se limita a uma «defesa estática» mas cria uma dinâmica de implantação do Estado entre as massas, através das casas do povo e dos sindicatos nacionais conquistando «novas posições (...) no intervalo das duas guerras».

À parte a atribuição a inexistentes trotskistas portugueses da iniciativa do movimento de 18 de Janeiro, é esta a nosso ver uma das mais interessantes interpretações do conjunto dos acontecimentos relacionados com a luta contra a fascização dos sindicatos.

A própria ideia do episódio insurreccional como realização trotskista não é inteiramente idiota, se se considerar que a substância do trotskismo consiste numa transposição abstracta do esquema da revolução russa para diferentes tempos e lugares.

A origem do fracasso do movimento de 18 de Janeiro residiu numa fundamental subestimação do que já nesse momento – mesmo ainda sem organização corporativa – era a força do Estado fascista, fundada na divisão dos adversários e na reunião de interesses diversos através de uma combinação adequada de repressão e demagogia; e ao mesmo tempo uma sobreestimação das possibilidades de um «ímpeto de vontade» quando confrontado com um mecanismo (o Estado) que não é só «vontade» mas também economia e ideologia.

No seu aspecto profético, porém, o texto do *Diário da Manhã* só acerta na previsão de uma «nova guerra», isto é de futuras confrontações entre o fascismo e o movimento operário. Simplesmente, enquanto que o «Estado Novo» se revelou finalmente incapaz, por força da sua própria natureza social e da mudança das condições internacionais após 1945, de desenvolver uma «dinâmica de implantação» na sociedade civil, o movimento operário, pelo contrário – numa linha que é substancialmente a que a «Plataforma de Resolução» atrás citada delineava – soube, ao longo dos quarenta anos que o fascismo durou ainda, influir em todos os campos da vida social. A classe operária portuguesa soube, para usar a expressão de Gramsci, criar os seus «elementos de vida estatal». E daí, no fundo, a razão de a democracia que com o 25 de Abril nasceu, e Portugal hoje é, estar incindivelmente ligada ao seu destino socialista.

VI.8.

Pavel

OLIVEIRA JUNIOR, FRANCISCO DE PAULA

Nasceu em Lisboa em 29.10.1908. Seu pai, sapateiro, foi militante republicano e esteve várias vezes preso, sob a Monarquia e de novo durante a ditadura de Sidónio Pais.

Frequentou a Escola Comercial Ferreira Borges durante três anos. A partir de 1919 trabalhou em várias oficinas de Lisboa, tendo aprendido o ofício de serralheiro-mecânico. Em 1925 foi admitido como operário do Arsenal de Marinha e no mesmo ano participou no Congresso da Federação da Juventude Sindicalista, a que aderira no ano anterior, sendo eleito membro do respectivo Comité Federal. No ano seguinte, já instaurada a ditadura militar, participou como representante dessa organização no Congresso de Unidade Sindical. Em 7 de Fevereiro de 1927 o jovem Francisco de Paula Oliveira é um dos participantes "de armas na mão", como ele próprio escreverá, na importante tentativa insurreccional que então tem lugar.

Pouco depois, o ambiente comunista preponderante no Arsenal de Marinha, a influência de Bento Gonçalves que pessoalmente conhecia desde a infância e a própria desagregação da Juventude Sindicalista determinarão a sua evolução para o comunismo. Adere ao Socorro Vermelho Internacional e, em 1929, com a reorganização do PCP, torna-se simpatizante do Partido. Sofrendo de tuberculose, em Agosto de 1930 é internado no Sanatório do Caramulo. Aproveita o tempo de internamento para o estudo sistemático das obras de "Lenine, Marx, Zinovief, Lapidus e Ostrovitianov, Bogdanof, Staline e Engels", como mais tarde escreverá, e cria uma célula local da Federação da Juventude Comunista Portuguesa (FJCP), na qual então ingressa como militante. Em Julho de 1931 regressa ao trabalho no Arsenal de Marinha e em Outubro passa a fazer parte do Secretariado da FJCP. Com a prisão, em Janeiro de 1932, de Bernard Freund

("René"), é eleito secretário-geral da FJCP e passa, nessa qualidade, a integrar o Secretariado do PCP. Por esta altura é detido uma primeira vez, durante 24 horas, "por suspeita de conspirar contra a actual situação política", segundo o registo policial. Em Abril, desloca-se a Espanha, onde permanece dois meses e tem contactos com a União das Juventudes Comunistas de Espanha e a delegação em Espanha da Internacional Comunista. No regresso, "Pavel" (como é já então conhecido, embora também tenha os pseudónimos "Pedro Soares" e "Oscar Pereira") procurará contribuir, no contexto de uma repressão muito intensificada, para uma viragem do trabalho da FJCP no sentido da política de massas. É ele quem discursa no importante "comício-relâmpago" de Alcântara, no "Dia Internacional da Juventude" (4.9.1932), em que são mortos um polícia e um manifestante. Em vista da crise atravessada pela organização partidária em consequência da repressão, e da ausência temporária de José de Sousa, FPO assume a direcção do PCP e da Comissão Inter-Sindical. Entre Janeiro e Março de 1933 encontra-se no Algarve em missão de organização.

Neste mês é preso em Lisboa após uma movimentada perseguição a tiro. Algum tempo depois é transferido para o Sanatório da Ajuda, donde, em Setembro, consegue evadir-se. Retoma então a sua actividade dirigente na FJCP e no PCP, mas, em Março de 1934, segue para a URSS, passando a exercer as funções de representante do PCP junto do Comité Executivo da Internacional Comunista e estando, neste âmbito, em contacto estreito com o secretário do CEIC, Manuilsky. Em Novembro desse ano, já era casado com a cidadã soviética Zinaida Petrovna Faneva, de quem teve um filho. Embora tendo estado, segundo parece, de novo internado algum tempo num sanatório, em Julho-Agosto de 1935 integra a delegação portuguesa ao VII Congresso da IC, em nome da qual pronuncia uma das intervenções. Durante toda a sua estadia na URSS, terá o nome de "Fernando Queirós" (Keiros).

Em 1936 é alvo de um processo da Comissão Internacional de Controle da IC, no âmbito da investigação sobre Manuel Francisco Roque Junior ("Castro"), um funcionário

do Profintern (Internacional Sindical Vermelha), também membro da delegação ao VII Congresso, acusado de, quando preso em Portugal, ter prestado declarações à polícia. "Keiros" é sancionado com repreensão por não ter informado acerca do comportamento de "Castro".

Em 1936 vem para França, e terá estado ainda temporariamente em Espanha. Neste período manteve contacto com o representante da IC em Espanha, Vittorio Codovilla. Desenvolveu também várias relações no âmbito da incipiente Frente Popular Portuguesa, nomeadamente com Bernardino Machado. Em Janeiro de 1937 regressa a Portugal, na companhia de Álvaro Cunhal, por via marítima a partir de Marselha.

Em Portugal, Pavel imediatamente integra o Secretariado do Partido, de que é então o principal dirigente. Em 10 de Janeiro de 1938 é preso no apartamento que servia de sede e onde se encontrava também o arquivo partidário. Tenta defender-se a tiro e lança fogo à documentação. O relatório do processo policial em Julho remetido a tribunal aponta-o como "sem dúvida, depois do Bento Gonçalves e José de Sousa, o mais hábil e perigoso condutor das massas revolucionárias".

Porém, em 23 de Maio já Francisco Paula de Oliveira, que entretanto fora transferido para a enfermaria da cadeia do Aljube, se evadira na companhia de outro preso, António Gomes Pereira (Casanova), e do enfermeiro da prisão, Augusto Rodrigues, fuga esta que foi activamente apoiada pela direcção do PCP. Os três evadidos seguiram para Paris, via Casablanca e Marselha, e estava previsto que fossem para a URSS.

A URSS de 1938 vivia o ambiente do terceiro processo de Moscovo e o apogeu do terror, que não poupou o Comintern (os quadros do aparelho da IC foram neste período drasticamente reduzidos, 113 dos 509 funcionários presos e 52 executados). As sucessivas vagas de prisões sofridas pelo PCP desde 1937 pareciam indiciar a existência de infiltrações policiais no seu aparelho dirigente. As críticas anteriormente feitas ao PCP pela atitude de tolerância perante as deficiências do comportamento prisional dos seus

membros, de que Pavel já também fora alvo, eram neste contexto reavivadas. As próprias condições da fuga do Aljube pareciam suspeitas, nomeadamente porque o enfermeiro da prisão era obrigatoriamente membro da PVDE. Neste contexto, a Secção de Quadros do CEIC propõe suspender as relações com a direcção do PCP, sujeitar o partido à investigação de uma comissão de inquérito e "recusar a Keiros e às duas pessoas que o acompanham a entrada na URSS e afastá-lo completamente do trabalho partidário". É esta decisão, aprovada pelo secretário-geral da IC, Dimitrov, em 5.9.1938, que é finalmente comunicada a Pavel em Paris.

Em Abril de 1939 segue para o México, lugar de destino de muitos dos refugiados da República espanhola, onde passará a viver, até à sua morte, com a identidade de Antonio Rodriguez, nome de um combatente caído na guerra de Espanha. É uma segunda vida que então se inicia e que já não pertence à história de Portugal (viria a esquecer o uso da própria língua materna). Após uma tentativa, sem consequência, de retomar a actividade militante no Partido Comunista Mexicano, Antonio Rodriguez torna-se jornalista e escritor, mais tarde professor universitário. Numa noite de Novembro de 1945, não se sabe com que fundamento, um informador da PIDE julgou vê-lo num eléctrico em Lisboa. No México produziu uma obra vasta e diversificada de reportagem, divulgação e ensaio, na qual sobressai o estudo "El Hombre en Llamas - La Pintura Mural en Mexico", de que há também edições em alemão, inglês e italiano. Visitou Portugal em 1976 e de novo em 1988. Morreu no México em 1993.

VI.9.

La Formation de la Stratégie Antifasciste du Parti Communiste Portugais (1926-1935)

1. Premières analyses de la situation de dictature (1926-1928).

À différence de ce qui est arrivé pour une grande partie des forces politiques du Portugal, en 1926 le (petit et fort désorganisé) Parti communiste ne s'est pas trompé, ni quant à l'importance du coup d'état du 28 mai, ni quant au fait que le problème posé était celui du danger de l'établissement d'un régime fasciste. Le caractère fasciste du coup d'état avait déjà été dénoncé au cours du 2ème Congrès du Parti qui justement réalisait ses séances dans les journées du 28 au 30 mai, en même temps que les troupes putschistes avançaient du nord du pays vers la capitale. Le 3 juin, dans leur première lettre au Comité Exécutif de l'Internationale Communiste après ces évènements, les membres du Comité Central du PCP notent: "*Tel que nous l'avons prévu dans notre rapport antérieur, nous voilà déjà en régime fasciste*"¹ (souligné dans l'original). Par ailleurs, on ne peut pas parler, à propos de cette lettre, d'une grande netteté sur le concept même de fascisme, qui est plutôt identifié à "militarisme" ("le pouvoir n'est qu'aux mains du militarisme"). La dictature militaire qui vient d'être établie et dont on considère qu'elle représente "le triomphe du fascisme au Portugal" est d'autre part comparée au régime de Primo de Rivera qui à ce moment gouvernait l'Espagne.

Au cours de l'année 1926 nous ne retrouverons plus, dans la correspondance des dirigeants du PCP adressée au Comintern, qui est par ailleurs à ce moment extrêmement rare, des essais d'analyse de la nouvelle situation politique. Du côté des organes du Comintern et surtout du Profintern, on se plaint souvent de l'absence d'informations. Le secrétariat latin de l'IC a à plusieurs reprises examiné la possibilité d'envoyer un représentant ou un instructeur de la Section d'Organisation à Lisbonne, et a

¹ f. 495, op.179, d.22, p.92. Sauf autre indication, la référence à des fonds d'archives se rapporte toujours aux archives du Centre Russe de Conservation et d'Étude des Documents d'Histoire Contemporaine, à Moscou.

même pris une décision dans ce dernier sens, sans que apparemment elle ait alors été suivie d'effets².

Ce n'est qu'après les évènements de la tentative échouée de révolution antidictatoriale du 7 Février 1927 qu'à nouveau nous retrouverons des ébauches d'analyse de la situation politique. Cette date a en effet représenté un premier tournant important dans l'histoire de la dictature. Jusque là le régime militaire réclamait comme seule source de légitimation son oeuvre de lutte contre le "chaos des partis"; des tentatives prématurées d'orienter le nouveau régime dans un sens intégraliste ou de rétablir la monarchie avaient même été étouffées. Après la révolte manquée du 3/7 février 1927 le débat au sein des partisans de la dictature entre des orientations d'extrême-droite et une orientation plutôt modérée, pour laquelle la tâche de la dictature militaire consisterait à créer les conditions d'un "assainissement" de la République parlementaire, ne cessera pas non plus et il ne sera décidé dans les faits qu'en 1932. Pourtant, le 7 février 1927 est bien une date charnière. Non seulement c'est après cette date que la répression s'intensifie et se généralise: c'est alors surtout que les premiers essais d'ébauche d'institutions fascistes, comme le parti unique et les syndicats de type corporatif, auront lieu.

Bien que très éparses, les références à la situation politique qu'on trouve dans la correspondance du Comité Central du PCP avec les organes du Comintern sont intéressantes. En dépit du fait que, dans le cadre de la répression, les conditions d'existence du parti, jusqu'alors toléré, aient immédiatement empiré, et qu'il ait été mis dans une illégalité de fait, c'est avec optimisme par rapport à l'avenir immédiat que ses dirigeants font face à la situation. Cela d'ailleurs non pas parce qu'ils espèrent un adoucissement du climat politique, mais au contraire parce que l'exaspération du conflit, ainsi que la débâcle des partis de démocratie bourgeoise, devraient impulser les masses ouvrières dans le sens du communisme. Comme on l'écrit dans une lettre datée du 18 mars 1927, juste après l'emprisonnement et la déportation d'un nombre considérable de membres du parti: "Nous pensons que, de ce mouvement perdu et de la consolidation du gouvernement fasciste, résultera un renforcement des rangs communistes et nous nous préparons vite en vue de pouvoir, par notre organisation et activité partisans, être à la hauteur des circonstances et correspondre par notre action à l'acheminement logique des

² f.495, op.32, d.5, p.28; f. 495, op.32, d.9, p.60.

masses vers nous." À ce raisonnement on joint la décision de "commencer une nouvelle vie absolument dans l'illégalité."³

C'est à ce moment que José de Sousa devient pour une courte période le secrétaire-général du parti. Un des fondateurs du PCP, qu'il avait rejoint en 1921 emmenant avec lui la majorité de l'organisation des Jeunesses Syndicalistes, déjà pendant la I République il avait assumé des positions de "gauche" qui lui avaient alors valu la condamnation de l'Internationale à travers les mesures prises par Jules Humbert-Droz en tant que représentant du Comité Exécutif de l'Internationale Communiste. À nouveau élu au Comité Central au cours du 2ème Congrès du Parti en 1926, il explique maintenant son acceptation de la "tâche ingrate" de diriger ce "quelque chose qu'on a pris l'habitude de nommer parti communiste, alors qu'il n'est ou n'a même pas été un groupe d'idées homogène" par le fait que "le changement de la situation politique au pays, l'instauration de la dictature militaire, avec l'ambiance de terreur qui en dérive, nous a apporté de nouveaux espoirs dans le destin du Parti. *Nous avons toujours considéré le fascisme et la terreur blanche comme une excellente pierre de touche révolutionnaire*" (souligné par nous)⁴.

Bien que le mot de *fascisme* en rapport avec la situation politique créée par la dictature militaire apparaisse très souvent dans la correspondance de cette époque, en général il désigne simplement la caractéristique répressive du régime, en même temps que sa politique économique favorable au grand capital. La faiblesse d'organisation de ses appuis sociaux, aussi bien que l'absence d'une direction politique cohérente, sont souvent mis en évidence dans d'autres rapports de la même époque.

À la fin 1927 une délégation de syndicalistes portugais voyagea à Moscou pour les fêtes du dixième anniversaire de la révolution d'Octobre. À cette occasion deux des délégués ont présenté des rapports au Comité Exécutif de l'Internationale Syndicale Rouge et au CEIC dans lequel justement ces deux aspects de la situation sont soulignés. On vit, peut-on y lire, sous un "régime absolutiste", pourtant la dictature n'a pas réussi à modifier les mentalités: "La bourgeoisie portugaise est stupide, elle n'a pas assez de

³ f.495, op.179,d.23,p.1.

⁴ *Relatório do CC do PCP ao Executivo da IC*, 15.11.1927:f.495, op.179, d.23, p.6.

conscience de classe."⁵ D'autre part, elle "ne réussit à se maintenir que par la violence, puisqu' elle ne trouve le moindre appui ni dans la masse ouvrière ni chez la petite-bourgeoisie."⁶

À partir de 1928 l'optimisme donnera assez nettement lieu à une appréciation bien plus sobre de la situation, tant en ce qui concerne les perspectives de survie de la dictature que l'espoir d'une croissance rapide du nombre de membres du parti. Comme l'écrit Manuel Pilar ("João Lucas") début mars : "si nous sommes toujours persuadés que la dictature portugaise sera en effet une des premières à tomber en Europe, la conviction s'est aussi renforcée dans notre esprit qu'elle ne sera pas mise à pied avec succès dans un si bref délai". D'autre part, l'acheminement des ouvriers vers le communisme, qui devrait succéder à l'échec des révoltes républicaines, ne s'est pas vérifié: "Les classes (sic) suivent les politiciens parce que ce sont eux qui leur promettent une révolte à plus brève échéance."⁷. Le caractère arbitraire et dans une large mesure imprévisible de la répression est en même temps à nouveau souligné.

Une nouvelle révolte militaire républicaine, jouissant comme toujours d'un appui ouvrier et de la participation d'un certain nombre de communistes⁸, éclatera le 20 juillet 1928. Son échec déclenchera une nouvelle vague d'arrestations et renforcera les positions de la dictature. À cette époque Salazar jouait déjà un rôle prépondérant au sein du gouvernement, qu'il ne cessera plus de dominer au cours des quatre décennies suivantes; l'éclosion même de la révolte n'était pas indépendante de la politique qu'à cette date il mettait en oeuvre comme ministre des finances⁹. Dans une lettre au CEIC écrite deux semaines après la révolte¹⁰, Manuel Pilar met en évidence la tendance à une certaine stabilisation de la dictature et surtout à la permanence des conditions d'illégalité dans lesquelles le parti communiste est forcé d'agir. C'est pourtant dans une lettre de Bento Gonçalves¹¹, qui dans les années suivantes sera appelé à jouer un rôle décisif dans

⁵ *Rapport sur le Portugal. Au BE de l'ISR*, Moscou 15.11.1927: document non classifié des archives du PCP.

⁶ *Relatório da SPIC ao CEIC*, Moscovo 25.11.1927: f. 495, op.179, d.23, p.45.

⁷ *Rapport du CC du PCP à l'Exécutif de l'IC*, 1.3.1928: f. 495, op.179, d.24, p.4.

⁸ *Rapports sur Espagne et sur le Portugal* (Reesema et Harrison George), 21.3.1928: document non classifié des archives du PCP.

⁹ Lettre du CC du PCP au CEIC du 29.6.1928: f.495, op.179, d.24, p.50.

¹⁰ Lettre du CC du PCP au CEIC du 3.8.1928: *ibidem*, p.66.

¹¹ Il utilisera aussi les pseudonymes "Gabriel Baptista" et plus tard "Albino".

la réorganisation du parti dont il deviendra le secrétaire-général, que cette tendance est la plus fortement soulignée, en même temps qu'il cherche à l'interpréter et à en tirer des conséquences dans un cadre plus vaste: "En ce qui concerne la situation politique, on observe ici le phénomène qui se pose avec plus ou moins d'acuité dans les pays capitalistes, à savoir une très grande répression de la classe dominante, qui tout en observant l'éveil de la conscience prolétarienne, à fin d'écraser ces mouvements révolutionnaires a mis le fascisme à la place de la Démocratie." Il signale notamment à ce propos, outre l'existence de la dictature militaire, des essais en direction du "capitalisme de guerre" et de l'État corporatif.¹²

Bento Gonçalves cherche surtout à mettre en relief les conséquences stratégiques qui découlent pour le mouvement ouvrier et pour le parti communiste de la perspective d'une clandestinité durable, dans le cadre d'une aggravation des conditions économiques et sociales qui, selon lui, "prépare le terrain des grands évènements". La dictature n'est pas vue simplement comme un fait conjoncturel de répression, mais plutôt comme un résultat organique "de la faillite des partis politiques bourgeois, de la situation particulière des classes dont ces partis étaient l'expression et encore (de) la faillite de l'anarcho-syndicalisme, principale tendance de notre mouvement ouvrier d'autrefois." En tant que telle, la question qu'elle pose est bien celle de l'adoption de "nouvelles tactiques" en vue de "la lutte des classes que les temps modernes exigent."

2. Réorganisation du Parti et essais de définition du fascisme (1928-1930).

C'est justement à cette époque qu'une division s'ouvre au sein du Comité Central du PCP, de laquelle résultera à court délai la formation d'une nouvelle direction. Bien que les questions soulevées au cours des discussions soient plutôt de caractère pratique, elles ne sont pas sans rapport avec des analyses différentes de la situation d'ensemble et des tâches qui devraient incomber au parti. Ceux qui deviendront les dirigeants de la nouvelle "Commission provisoire" constituée à la conférence de militants d'avril 1929 (au premier

¹² Lettre du 10.9.1928: f. 534, op.7, d.432, p.182.

rang desquels on trouve Bento Gonçalves, Manuel Pilar, José de Sousa) soulignent très fortement la nécessité d'une initiative autonome des communistes pour contrer une politique de "hostilité complète à l'égard des classes travailleuses" ,et le rôle central qu' en ce sens devra être accordé à une réorientation du mouvement syndical. Ceci allait au-devant des orientations souvent exprimées, au moins depuis 1926, dans différentes lettres et directives du Comintern et du Profintern à l'adresse de leurs sections portugaises, que la lettre du Présidium de l'IC du 9.5.1928 reprenait d'une façon particulièrement nette¹³. La tendance à tout attendre d'un changement politique opéré par une éventuelle révolte républicaine victorieuse y était critiquée d'une façon acerbe. Reconnaisant que "la situation n'exclut pas une 'révolution' militaire du type 'portugais'" et soulignant même que "le centre de l'action doit être la lutte contre la dictature militaire", ce document mettait pourtant l'accent sur l'autonomie de l'action du parti, à l'enseigne de la politique "classe contre classe", et recommandait de mettre au premier plan une initiative sur le plan syndical tendant à mettre en oeuvre les principes et les mots d'ordre de l'ISR. Bento Gonçalves écrira que cette lettre fut "le point de départ de la rupture de la masse du parti avec le CC."¹⁴

La question syndicale occupera en effet une place centrale dans l'action des communistes portugais au cours de la "réorganisation" du parti, entreprise en 1929. À court terme elle conduira à la formation d'un nouveau centre d'initiative des partisans de l'ISR, le Comité de Défense Syndicale (CDS), puis de la Commission Inter-Syndicale (CIS), qui sera déjà en pratique une centrale syndicale alternative à la CGT anarcho-syndicaliste. La CIS et en général l'ensemble des organisations syndicales influencées par le PCP dans cette nouvelle phase situeront naturellement leurs actions dans le cadre de la ligne "classe contre classe". Pourtant, dès cette époque, la question du fascisme et le danger qu'il signifie pour le mouvement syndical est souligné. Comme on l'écrit notamment en conclusion du "Rapport de la Commission Provisoire du PCP", en juin 1929:

"Parmi les dangers qui résultent des essais fascistes qui viennent d'être faits chez nous, il n'est pas autant le danger de la fermeture de tous les syndicats que celui de la constitution des syndicats fascistes que nous devons craindre.

¹³ Document non classifié de l'archive du PCP.

¹⁴ Lettre de la Commission provisoire du PCP au Secrétariat latin de l'IC du 12.7.1929: f.495, op.179, d.25, p. 62.

Si nous n'agissons pas à temps, c'est à dire, si nous ne cherchons pas à soutenir une action systématique de façon à créer noyaux de sympathisants et de lutteurs au sein des principaux organismes syndicaux, nous courrons le grave danger, maintenant plus qu'ailleurs, de, semblablement à ce qui est arrivé en Italie et en Espagne, quelques éléments influents dans le milieu ouvrier se poser au service de la dictature en châtrant aux masses tout ce qu'elles aient encore.

La loi maintenant en élaboration qui doit régulariser les Associations de Classe, peut être nous apportera quelques surprises. Cependant, elle n'est possiblement que le préambule d'une action future d'offensive sur nous de la part de ce gouvernement de brigandage."¹⁵

Dés cette époque, la question du fascisme commence à être définie sous un triple point de vue: d'abord, comme une tendance générale à la concentration du pouvoir dans les États bourgeois pour affronter l'aiguïssement de la lutte de classe interne et l'intensification des conflits internationaux qui dérivent nécessairement de la crise économique mondiale; ensuite, comme un instrument idéologique et organisationnel du rassemblement des différentes fractions bourgeoises auparavant divisées en partis, une forme d'unification militaire de la bourgeoisie dans son ensemble pour dominer la révolution; finalement, comme un instrument aussi, idéologique autant que répressif, pour capter des appuis dans le prolétariat lui-même et neutraliser l'opposition des couches mécontentes de la petite-bourgeoisie.

Dans le contexte de ces années d'une lutte aigüe entre partisans et opposants de la dictature militaire et d'une grande diversité et fluidité des courants politiques, il était difficile de soutenir que la situation existante représente cette forme de "unification bourgeoise" qui définit le fascisme. Pourtant, le fait que, au cours du procès de sa structuration, le nouveau régime essaie de construire une forme d'alliance avec les républicains conservateurs tend à être interprété comme la fusion finale entre dictature et démocratie:

¹⁵ *La situation au Portugal - Rapport de la Commission Provisoire du PC Portugais*, 30.6.1929: f.495, op.179, d.25, p. 32.

"La dictature est venue définir les champs de classe. Auparavant la démagogie petite-bourgeoise avait encore beaucoup d'influence parmi le prolétariat. C'était le résultat de l'apolitisme anarchiste. Maintenant, alors que la petite-bourgeoisie devient toujours plus un satellite de la dictature, les choses ont changé. La petite-bourgeoisie compte sur des miettes de l'État et déjà on parle du retour à la normalité constitutionnelle. C'est à dire que la bourgeoisie ouvrira la démocratie à ses groupes, en chargeant tout le poids de sa dictature sur le prolétariat. Ce sera alors le vrai fascisme, qu'elle n'a pas réussi à organiser jusqu' ici(...)"¹⁶. D'une façon quelque peu radicalisée, on trouvera même des pamphlets qui appellent non seulement à la lutte contre la "dictature militaire fasciste", mais qui proclament en même temps: "À bas la démocratie fasciste bourgeoise!"¹⁷

À la même époque, on trouve déjà pourtant chez Bento Gonçalves une analyse beaucoup plus fine des procès en cours. Dans une lettre au CEIC fin novembre 1929, il constate d'abord l'insuffisance du régime militaire, dans sa forme primitive, pour réussir à organiser autour de lui un consensus minimum stable; son programme est même qualifié d'"avorton": il lui manquait "des clauses d'utilité générale, capables de retenir même les classes petites-bourgeoises sur lesquelles la dictature semblait vouloir s'appuyer". Le problème essentiel de la dictature est localisé dans la création d'un "appareil d'État" qui dépasse le cercle étroit des hauts grades militaires. C'est dans ce cadre que le problème du fascisme est posé: de ce point de vue, les essais de fondation de "milices fascistes" sont mis sur le même plan des initiatives de type corporatif essayées en direction des syndicats, notamment le projet de "Charte du Travail". Mais le présupposé essentiel se trouve toujours dans la question des alliances, et Bento Gonçalves note donc la division qu' à ce propos est en train de s'opérer entre le courant partisan du retour à une forme de constitution ("l'application parmi nous de l'expérience De Rivera") et celui partisan du renforcement de la dictature¹⁸.

L'évolution politique enregistrée au tournant 1929/30 sera pourtant originale par rapport à cette dichotomie. C'est en effet le courant le plus opposé à toute forme de retour au régime de la Constitution de 1911, courant que Salazar représente, qui sortira vainqueur de cette querelle, mais c'est lui aussi qui entreprendra des initiatives réussies

¹⁶ *Páginas Vermelhas*, n° 8/9, Nov.-Dez. 1929, p.1.

¹⁷ Appel du Comité Local des Chômeurs de Portimão, s/d.

¹⁸ Lettre du 30 Novembre 1929 au CEIC: f.495, op.179, d.25, pp.92-94.

pour une effective récupération/intégration dans l'"État Nouveau" (dont on commence alors à parler) d'une partie des cadres républicains. Au milieu de 1930 la dispute était décidée, avec la création du nouveau parti "Union Nationale" et la proclamation des principes sur lesquels devrait se baser la future Constitution de l'État corporatif. Dans un nouveau rapport à l'IC, Bento Gonçalves, après avoir rappelé la formation de "deux courants dans la dictature, dont l'un a comme programme le passage graduel et pacifique dans la période constitutionnelle et l'autre la défense intégrale du programme du 28 mai ou pour mieux dire le maintien de la dictature sous une forme plus déclarée", interprète les récents événements:

"Ce courant a fini par absorber le premier et de cette manière le gouvernement vient de lancer les bases d'un parti "civil" d'appui à la dictature. Par conséquence il s'agit de la constitution d'un parti fasciste en règle, comme dernière tentative de fascisation, vu que les précédentes ont fait faillite complète."¹⁹

C'est à cette époque aussi que, dans le cadre de l'effort de relancement de l'initiative communiste, est fondé le journal bimensuel *O Proletário*, auquel Bento Gonçalves prêtera, de juillet 1929 à août 1930, une collaboration régulière.

En ce qui concerne la question du fascisme, Bento Gonçalves le considère comme une tendance générale de l'histoire de l'après-guerre ²⁰ et fonde sur ce constat sa critique de la conception social-démocrate de la démocratie. D'autre part, en critiquant les anarchistes, il considère que leur doctrine, justifiable dans les conditions du monde d'avant 1914, se trouve historiquement condamnée dans une situation où, pour contrer les effets de la crise générale du capitalisme, "la politique bourgeoise déborde déjà les limites de l'État"²¹. Dans ce cadre l'expérience du fascisme s'avère être un paradigme des essais d'une "consolidation plus large du présent régime" ²². Ce qui pose d'emblée le problème du rapport à des contradictions dont la nature de classe est hétérogène. Bento

¹⁹ *Relatoiro* (sic) du CCE du PCP à la section latino-européenne de l'IC (fini le 1er juillet 1930): f.495, op.179, d.26, s/p.

²⁰ Gabriel Batista (i.e. Bento Gonçalves), "Deformação socialista do marxismo", *O Proletário* n°6, 13 juillet 1929, p.1 (republié in Bento Gonçalves, *Escritos(1927-1940)* (Lisboa, Seara Nova, 1976, pp.81-82).

²¹ Gabriel Batista, "O sentido da nossa política", *O Proletário* n°32, 19 juillet 1930, p.4 (in Bento Gonçalves, *Escritos*, p. 126.)

²² Id., *ibid.*, loc.cit.

Gonçalves évoque à ce propos Lénine pour soutenir que la politique communiste doit s'adresser "à toutes les classes", en y reliant la problématique des alliances et de la conquête d'hégémonie ²³.

C'était justement au moment où Bento Gonçalves développait ces idées que, dans un discours resté depuis célèbre, Salazar définissait les principes idéologiques et politiques qui devraient étayer l'alliance des partisans de l'*État Nouveau* ²⁴.

3. *Classe contre classe* et "subversivisme" anti-fasciste (1931).

En 1930 l'heure n'était pourtant pas encore à l'implantation de l'*État Nouveau*. Parmi les adeptes de la formule il y avait encore bien des divergences doctrinales et personnelles à dépasser. D'un côté, la répression s'aggrave sans doute fortement, elle devient plus systématique et choisit le mouvement ouvrier, en particulier l'organisation communiste en croissance, comme cible privilégiée. De cela témoignent beaucoup de références dans la correspondance des communistes portugais avec l'IC et le Secours Rouge International. D'un autre côté pourtant, les conditions sociales déterminées par la persistance de la crise portugaise, maintenant aggravées par les effets de la crise mondiale, favoriseront la renaissance d'une ambiance révolutionnaire et le recommencement des tentatives de soulèvement de l'opposition républicaine, qui jouissait encore d'une certaine influence dans l'armée. L'année 1931 connaîtra deux soulèvements armés importants, le premier en avril, ayant son début en l'île de Madère et s'étendant à Azores et Guinée, le deuxième à Lisbonne (révolution du 26 août). La révolte de Madère coïncida dans le temps avec l'avènement de la république en Espagne, dont l'évolution devient dès lors un facteur important, idéologique aussi bien que politique, du cours des événements au Portugal. Le PCP, la Fédération des Jeunesses Communistes Portugaises (FJCP), la section portugaise du Secours Rouge et l'organisation syndicale d'obéissance communiste, la CIS, connaîtront alors une croissance rapide. La question du fascisme,

²³ Id., *ibid.*, p. 129.

²⁴ "Princípios fundamentais da revolução política (30 de Julho de 1930)", in Oliveira Salazar, *Discursos* (5^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1961, pp. 67-96).

pourtant, disparaît presque de l'ensemble de la littérature et des mots d'ordre d'agitation communistes. L'absence de Bento Gonçalves, arrêté en octobre 1930 et déporté jusqu'en 1933, n'est peut-être pas étrange au fait. Plus fondamentalement, c'est le moment de la réception intégrale de l'orientation "classe contre classe" et de la lutte contre le "socialfascisme" - qui par ailleurs, dans les circonstances portugaises et dû à l'absence d'une organisation social-démocrate importante, vise en premier lieu la CGT anarcho-syndicaliste.

Toute la presse communiste à ce moment souligne très fortement son indépendance de principe par rapport aux révoltes républicaines. Pourtant, à la base il y a, comme toujours, un certain nombre de membres du Parti ou des Jeunesses qui participeront à ces émeutes et seront arrêtés et déportés en conséquence. D'autre part, même parmi les officiers participant aux mouvements révolutionnaires il y en a parmi les plus actifs qui se considèrent communistes. Un passage d'une lettre de 1932 d'un membre du CCE du PCP au CEIC est en ce sens exemplaire. Après avoir affirmé que les "politiciens libéraux" tendent à perdre du terrain au profit de l'influence communiste, il écrit:

"Parmi ces groupes révolutionnaires de la petite-bourgeoisie il y en a pourtant un plus *gauchiste* dont fait partie un sympathisant communiste, un officier qui jouit de beaucoup de sympathies et qui nous dit être dans la disposition de suivre entièrement nos indications et mots d'ordre au cours du mouvement "révolutionnaire" en préparation.

C'est lui qui le 26 août de l'année dernière fit éclore d'une façon inattendue et à l'improviste le mouvement référé, mouvement un peu différent de tous ceux qui le précédèrent par les conditions dans lesquelles il s'est développé, et parce qu'il a réussi à se maintenir pendant un grand nombre d'heures simplement par l'action combative des *soldats* et des *ouvriers*, parmi eux un grand nombre de nos camarades. De là, *la nouvelle s'est répandue que c'était un mouvement à tendances communistes.*"²⁵(soulignés dans l'original).

Bien que presque ignorée, en tant que problème spécifique, des formulations théoriques des organisations communistes à ce moment, la lutte anti-fasciste et anti-

²⁵ *Relatório do PCP*, 5.3.1932 (par erreur est écrit 1931):f.495, op.179, d.26, p.109.

dictatoriale est bien au premier plan des objectifs "spontanés" de la plupart des militants communistes. À ce propos on pourrait encore nommer les épisodes, souvent cités, de la participation à la traditionnelle manifestation républicaine du 4 Octobre, qui acquiert maintenant un caractère "rouge", ou des combats physiques contre la milice des "légionnaires de la patrie", dont on réussit à obtenir, à ce moment, la dissolution officielle.

4. Formation de l'État Nouveau et premières ébauches d'une stratégie anti-fasciste (1932-1933).

La défaite de la révolte du 26 août sera l'opportunité, pour la dictature et pour Salazar en particulier, d'entreprendre une action décisive dans le sens de balayer les dernières hésitations en ce qui concerne la nature de l'*Etat Nouveau* à établir, d'éliminer les opposants irréductibles et d'entreprendre la fusion, au sein des nouvelles institutions et autour de l'État corporatif, de ses partisans auparavant divisés, notamment par la séparation entre monarchistes et républicains, cléricaux et laicistes. De septembre 1931 à la fin 1934 une série de mesures signalent la construction du nouveau État de type fasciste. Entre elles, on devra signaler comme particulièrement importantes l'établissement d'une police politique douée de pouvoirs largement arbitraires, l'épuration du personnel de l'État et en particulier de l'enseignement, la création d'un Tribunal militaire spécial pour les crimes politiques, la création d'un Conseil Politique National en partie inspiré du Grand Conseil Fasciste italien ²⁶, le début de la création d'une organisation para-militaire de la jeunesse, l'adoption d'une nouvelle Constitution et *-last, not least* - l'établissement de la législation corporative avec l'interdiction correspondante des syndicats indépendants. Dans ce cadre, des vagues successives d'arrestations décimeront au cours de l'année 1932 l'organisation communiste, y compris celle des

²⁶ C'est la comparaison que fait un responsable du Foreign Office à l'époque, en marge d'un rapport de l'ambassade anglaise à Lisbonne du 19 octobre 1931: "La situation au Portugal s'améliore (...) Le Conseil Politique National ressemble remarquablement, par composition et fonctions, au Grand Conseil Fasciste." (Public Record Office, FO 371/15758 XC/A/044575).

Jeunesses et du Secours Rouge. C'est encore en 1932 qu'une nouvelle organisation de milice fasciste, le national-syndicalisme, est créée.

Le premier document qui à notre connaissance donne un relief nouveau à la question de la lutte contre le fascisme, bien que se situant toujours dans le cadre de la politique de troisième période, est un texte d'analyse d'une lettre-directive adressée par l'Internationale Communiste de la Jeunesse à la Fédération des Jeunesses Communistes Portugaises ²⁷. On y définit comme orientation fondamentale de l'activité ultérieure de la fédération la "lutte révolutionnaire contre la dictature fasciste et la dénonciation des manoeuvres des partis bourgeois" et on reconnaît explicitement que la lutte contre la dictature a été jusqu'alors "vernachlässigt" (délaissée). D'autre part, on insiste surtout dans ce texte sur la nécessité de substituer aux proclamations générales des objectifs révolutionnaires ultimes l'activité autour des questions concrètes du quotidien ouvrier et des mesures gouvernementales. En même temps, on critique la conception élitiste de la FJCP et on entame le procès d'une ouverture des rangs qui devrait tendre à en faire une "organisation de masse".

C'est exactement sur la même lignée de préoccupations que se situe le rapport présenté par le nouveau secrétaire de la FJCP, Pavel ²⁸, devant la réunion du CCE des Jeunesses en juillet 1932 ²⁹.

C'est pourtant dans un texte du CEIC lui-même qu'on trouve la première formulation systématique d'une orientation tendant à mettre au premier plan la question de la lutte anti-fasciste et cherchant à y adapter la stratégie et la conception d'ensemble des tâches du Parti³⁰.

²⁷ *Analyse des Instruktionsschreibens der KJI an das Sekretariat des KJV Portugals*, 15.1.1932: f. 533, op.10, d.2391, pp.6-9. Rédigé en allemand, ce texte a très probablement été écrit par Bernard Freund ("René"), un jeune tchèque qui habitait à Lisbonne et était le principal responsable de la FJCP depuis son origine en 1929. Il fut arrêté en février 1932 et expulsé du pays peu après.

²⁸ Pseudonyme de Francisco Paula de Oliveira Junior.

²⁹ *Informe apresentado pelo camarada Pavel na reunião do CCE ampliado de 10.7.1932*: f.533, op.10, d.2391, p.29.

³⁰ *Texte définitif de la lettre directive au PC du Portugal adoptée par le Secrétariat Politique du* 29.X.32: f.495, op.3, d.342.

Ce texte souligne tout d'abord les "fortes survivances féodales" qui caractérisent la structure de l'économie portugaise et met en relief les racines sociales de la dictature militaire. Il critique ouvertement le mot d'ordre de "gouvernement ouvrier" (jusque là souvent utilisé), considère que la I République n'a pas achevé la transformation démocratique-bourgeoise du Portugal et, sur cette base, conclut que "la révolution qui mûrit au Portugal est une révolution bourgeoise-démocratique". En conséquence, il fixe comme tâche du Parti d'"acquérir des positions d'organisation fortes, non seulement parmi les prolétaires, mais aussi parmi les paysans et même parmi les couches pauvres de la petite-bourgeoisie des villes." D'autre part, bien que soulignant la critique du putschisme et insistant sur la conception léniniste de l'insurrection, il considère comme manifestation d'incompréhension de la question des alliances "l'attitude passive des organisations du parti lors des tentatives de coup d'Etat, organisé par les chefs des partis de la petite-bourgeoisie déportés à Funchal durant l'été 1931" (révolte de Madère). D'une façon générale, on donne un grand poids à la critique du "sectarisme" dans le fonctionnement du parti. Finalement, en indiquant comme tâche centrale de celui-ci "de se mettre à la tête de la lutte des masses ouvrières et paysannes et petites-bourgeoises contre la dictature de Carmona", ce document insiste sur la lutte "contre l'instauration de la Constitution et du Code du Travail fascistes, et en particulier contre la fascisation des syndicats", en même temps qu'il avance déjà l'idée de l'utilisation "des possibilités du travail de masse dans les organisations fascistes déjà existantes".

L'année 1933 occupe une place fondamentale dans l'histoire de l'*État Nouveau*. C'est l'année de l'approbation par plébiscite de la nouvelle Constitution et de la publication des lois qui établissent l'organisation corporative (dont un *Statut du Travail National* largement copié de la *Carta del Lavoro* du fascisme italien), mettant un terme à l'existence des syndicats indépendants. C'est encore l'année en laquelle se décide la contradiction, parmi les partisans du régime, entre le choix conservateur de Salazar, qui donne une large place au sein des nouvelles institutions aux vieilles droites républicaines, et l'option "révolutionnaire", copiant volontiers l'hitlérisme alors triomphant en Allemagne, représentée par le mouvement national-syndicaliste.

Tout ceci pose d'emblée le PCP devant trois aspects essentiels de l'analyse du fascisme et de la lutte contre lui. Le corporatisme, avec sa politique d'interventionisme économique de l'État et de cartellisation obligatoire (formation des "consortiums" qui réglementent les types de fabrication et les prix et qui ont le monopole de l'exportation et de l'importation) pose le problème du rapport aux couches petites-bourgeoises dont les formes de production sont mises en cause par la concentration économique organisée par l'État. La formation des "syndicats nationaux" concrétise la tentative de l'État Nouveau dans le sens de devenir un "régime réactionnaire de masse" (ce qui dans la littérature du PCP est souvent désigné comme la tentative de suivre le "chemin italien" ou encore d'édifier le "fascisme totalitaire"), il pose donc le problème de la recherche par le régime d'un consensus au sein des classes travailleuses elles-mêmes et de la stratégie pour contrer cette initiative. Finalement, le national-syndicalisme pose la question du rapport entre mouvement et État dans un régime fasciste.

Dès le début de 1933 - après une longue interruption - *Avante!* non seulement fait état des traits nouveaux de la situation, mais dessine des éléments d'une nouvelle stratégie qu'on peut considérer comme une anticipation de la politique de Front Populaire. On arrive même à parler d'"un tournant total dans la lutte du prolétariat révolutionnaire", en vue d'"un front unique de lutte révolutionnaire avec les couches libérales petites-bourgeoises contre la dictature militaire et fasciste"³¹. Cette proposition est longuement fondée sur une analyse des aspects particuliers de la situation portugaise, notamment l'inachèvement de la "révolution démocratique-bourgeoise", et tend à mettre au premier plan la lutte "contre tous les procédés de fascisation de l'État."

Dans ce contexte la question du national-syndicalisme prendra une place particulière. Mouvement fasciste très influencé par les expériences italienne et allemande, les "chemises bleues", fondées au début 1932, développeront à partir de ce moment une campagne très active de meetings de propagande. Ils formeront des noyaux syndicaux et réussiront même dans un cas (employés de la banque) à créer un syndicat sous leur influence. Leur campagne de propagande dans le pays soulèvera dans plusieurs cas une

³¹ "O Proletariado e a Revolução", *Avante!* n°9, janvier 1933, p.3.

résistance populaire très active et même des épisodes de confrontation armée ³². Après avoir acquis pendant un temps une influence considérable, leur action de mobilisation et leurs appels à une fascisation plus ostensible du régime seront jugés inconvenients par Salazar, qui réussira à provoquer une division dans le mouvement et fera arrêter ses dirigeants plus en vue.

La lutte contre le national-syndicalisme sera pour le PCP l'occasion d'une des premières initiatives de "front uni antifasciste". La CIS a notamment adressé aux syndicats de Lisbonne la proposition de constituer un comité syndical de lutte anti fasciste ³³. Bien que la cible directe de cette initiative fut le national-syndicalisme (on appelle à la formation de "comités de liquidation du national-syndicalisme"³⁴), tous les documents du PCP sur cette question soulignent qu'elle ne doit pas être vue d'une façon isolée mais en tant qu'élément de l'ensemble du procès de formation de l'État fasciste. Loin de se résumer au national-syndicalisme, le fascisme est compris comme "toute l'orientation moderne de la politique économique et de coercition, au sein de laquelle le national-syndicalisme ne fait que constituer une courroie de transmission pour l'exercice du contrôle sur les cadres syndicaux et de masses du pays"³⁵. Selon Bento Gonçalves, le national-syndicalisme lui-même ne peut être compris que dans le cadre de l'échec de l'"Union Nationale" (le parti gouvernemental) à trouver une base de masse: "Le national-syndicalisme apparaît alors, encouragé et financé par le gouvernement, comme produit d'une division de la besogne chez les forces de la contre-révolution fasciste, alors que le maintien de la dictature était déjà impossible à la base du seul appui des cadres supérieurs de l'armée."³⁶ D'autre part, le fait que le national-syndicalisme ait soulevé des oppositions très généralisées a, selon lui, contribué d'une façon décisive pour que le gouvernement

³² Voir: António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914-1945* (Lisboa, Estampa, 1994, pp. 113-132).

³³ Voir: "Projecto de resolução de plataforma de Frente Única Anti-Fascista de Lisboa"

³⁴ Voir: "Contra o nacional-sindicalismo! Por uma frente única anti-fascista de massas!"

³⁵ "Plataforma de resolução sobre as tarefas imediatas de organização", *PCP-Boletim do Secretariado e da Comorg*, Agosto de 1933.

³⁶ Albino (i.e. Bento Gonçalves), "Sur le rapport de la Jeunesse": f.533, op.10, d.2393, pp.4-5.

décide de s'en débarrasser et doit à ce titre être enregistré comme un succès de la politique du Parti³⁷.

Pendant la deuxième moitié de 1933 la situation évoluera rapidement dans le sens d'une contradiction croissante entre le national-syndicalisme et le gouvernement de Salazar, qui finira par prendre des mesures de répression à son égard³⁸. On peut dire qu'il s'est passé un phénomène analogue à celui que, dans ses "Leçons sur le Fascisme", Togliatti constatait pour l'Italie où, dans presque tous les cas de contradiction entre "fascistes de la première heure" et conservateurs, c'est la solution conservatrice qui a prévalu³⁹. En septembre 1933 seront donc publiés les décrets qui établissent la nouvelle organisation corporative et notamment les "syndicats nationaux". Les syndicats jusqu'alors existants sont obligés d'adopter jusqu'à la fin de l'année de nouveaux statuts qui les soumettent à la tutelle du gouvernement ou forcés de se dissoudre.

La tâche politique centrale que le PCP se posera à ce moment sera celle d'organiser un mouvement de résistance contre la "fascisation des syndicats".

À cet effet l'organisation syndicale dirigée par les communistes, la CIS, prendra l'initiative d'un accord avec les deux autres centrales syndicales, anarcho-syndicaliste et socialiste, dans le sens d'établir le "front unique" de lutte contre la fascisation des syndicats. C'était pour la première fois le dépassement du "front unique par en bas" et l'essai d'un "front unique par en haut". Le mouvement à organiser devrait culminer en une grève générale.

La propagande du Parti sera axée sur la nécessité de construire le front unique comme un *fait de masse*, à travers l'initiative de multiples formes d'organisation qui tendraient à faire participer les différentes couches populaires, et non seulement

³⁷ "Le résultat que nous avons obtenu contre le national-syndicalisme nous démontre les possibilités révolutionnaires qui s'ouvrent dans notre pays. Il a démontré le degré des contradictions accrues dans la dictature et la construction d'un front unique paysan et ouvrier." (Id., *ibid.*, p.5).

Selon António Costa Pinto, "ce furent des piquets de anarcho-syndicalistes, communistes et républicains les responsables de la réponse antifasciste aux manifestations publiques des nationaux-syndicalistes à Lisbonne, Coimbra et Porto, par exemple" (Pinto, *Os Camisas Azuis*, p.232)

³⁸ Voir Pinto, *Os Camisas Azuis*, pp. 232 et suivantes.

³⁹ Palmiro Togliatti, *Opere*, a cura di Ernesto Ragionieri, III/2, 1929-1935 (Roma, Editori Riuniti, 1973, pp.562 et suivantes).

ouvrières, à des luttes fondées sur leur situation concrète ⁴⁰. L'idée sous-jacente, parfois exprimée, est celle d'un "élargissement des frontières de la lutte de classe" ⁴¹.

En décembre 1933 Bento Gonçalves participe à Madrid à une réunion avec la délégation de l'IC en Espagne. À ce moment au Portugal était en plein cours l'organisation du mouvement contre la fascisation des syndicats et la préparation de la grève générale.

Le rapport que Bento Gonçalves présente à cette réunion est tout entier centré sur la question de la *ligne de masse* à poursuivre⁴². Il situe la possibilité même du mouvement de défense de la légalité des syndicats dans le cadre de la croissance, vérifiée au cours de l'année, de grèves et mouvements divers de protestation qui ont mobilisé non seulement des ouvriers mais aussi des couches paysannes (notamment dans la lutte contre les cartels corporatifs) et combiné les motifs économiques avec des manifestations politiques, même dans des régions rurales (notamment par les confrontations déjà citées avec les national-sindicalistes). D'autre part, bien que ne posant à aucun moment la question des alliances politiques, il est attentif à l'effet global de l'action et des mots d'ordre du Parti sur les autres forces politiques, notamment par le déplacement qui s'opère au sein des républicains, dont une partie tend vers le compromis avec la dictature et l'autre radicalise ses positions. Même en ce qui concerne le gouvernement fasciste, il considère que l'action des mouvements de masse "a conduit au commencement d'un cycle de crises politiques au sein de la dictature"(allusion aux récents remaniements ministériels). Finalement il signale le danger que le "front unique par en haut", au lieu de renforcer les mouvements de base, ne devienne un véhicule pour des initiatives de type putchiste ou terroriste. Bien que responsabilisant surtout les "chefs anarchistes" pour cette tendance, il note qu'elle existe aussi fortement dans le parti même, prolongeant sa tradition "sectaire".

Le cours des événements confirmera les craintes de Bento Gonçalves. Le mouvement, au début conçu comme défense de la légalité des syndicats, et qui devrait se baser sur les assemblées syndicales, fut délaissé pour un projet d'insurrection. N'ayant point reçu l'appui qu'on espérait de secteurs d'opposition militaire, l'"insurrection" s'est

⁴⁰ Voir notamment: "Plataforma de resolução sobre as tarefas imediatas de organização".

⁴¹ *Resposta do Secretariado Político do PCP ao Questionário do Comité Local de Coimbra*, p. 8.

⁴² Albino, *Rapport*, Madrid 6.11.1933: f. 495, op.179, d.28, pp.1-13.

bornée, en dehors de grèves dans la banlieue de Lisbonne et dans le sud du pays, à un héroïque mais désespéré soulèvement des verriers de Marinha Grande (un des centres d'implantation du PCP) qui, le matin du 18 janvier 1934, ont dominé la ville pendant quelques heures, pour être finalement écrasés par les troupes gouvernementales⁴³.

5. Une évolution tourmentée vers la politique de Front Populaire (1934-1935)

Au Portugal aussi c'est en 1934 qu'a lieu le tournant décisif dans le sens de la politique anti-fasciste qui deviendra officielle avec le VII Congrès de l'IC. La lettre du CEIC au PCP, en novembre, jalonne un moment important dans cette évolution⁴⁴. Plaçant son analyse à partir de l'évolution économique et politique récente, elle constate les nombreux épisodes de résistance des couches paysannes et petites-bourgeoises à la politique corporatiste de cartellisation forcée. Le fait intéressant est que, pour la première fois, l'activité de "groupes démocratiques" de l'opposition tolérée est mise en rapport avec ce fait social, et par là la voie est ouverte à la proposition d'alliances politiques. Celle-ci est d'ailleurs expressément formulée: au lieu de la condamnation longtemps répétée du "reviralhismo" (l'orientation putschiste des républicains anti-fascistes), on écrit maintenant que "le Parti doit vaincre tout le sectarisme en ce qui concerne le refus systématique de réaliser des actions avec les "reviralhistas" et proposer à l'organisation républicaine des sous-officiers, aux secteurs influencés par Sarmiento de Beires⁴⁵ et aux chefs politiques qui se trouvent à l'émigration, la réalisation d'une action commune pour le renversement de la dictature basée sur un programme de revendications démocratiques." D'une façon générale le rôle de la petite-bourgeoisie dans un pays comme le Portugal, où le prolétariat était très peu nombreux, est mis en relief, ainsi que le besoin d'étudier attentivement la

⁴³ Voir le recueil de documents publiés par le Parti avant et après ces événements: L.H. Afonso Manta (Org.), *O 18 de Janeiro de 1934. Do movimento de resistência proletária à ofensiva fascista* (Lisboa, Assírio e Alvim, 1975).

⁴⁴ f.495, op.32, d.158, pp.166-188. N'ayant pas réussi jusqu'ici à trouver le texte de la lettre définitive, nous rapportons au texte du *projet* de lettre du 22 septembre.

⁴⁵ Officier aviateur et organisateur d'une révolte militaire en 1933.

situation des différentes classes pour initier des mouvements revendicatifs axés sur "la conquête des petites choses".

D'un autre côté, en ce qui concerne le problème syndical, est critiquée la tendance à surestimer l'influence du Parti et à considérer l'anarchisme comme "liquidé". Au contraire, la proposition est faite d'une initiative dans le sens de la fusion des trois centrales syndicales (communiste, anarcho-syndicaliste et socialiste) sur la base de la représentation proportionnelle des tendances (renonçant donc au mot d'ordre d'adhésion à l'ISR et acceptant même que la nouvelle centrale maintienne le nom de la vieille CGT anarcho-syndicaliste). En outre, l'idée est soulignée qu'il faut utiliser les possibilités d'action à l'intérieur des syndicats corporatistes eux-mêmes, aussi bien que la pénétration dans les associations légales subsistantes (mutualités, coopératives, associations sportives et culturelles, en particulier de la jeunesse).

Il semble que de toute façon le chemin vers la politique qui sera consacrée au VII Congrès de l'IC ait été au Portugal assez compliqué, comme ce fut d'ailleurs le cas au niveau international⁴⁶.

Du côté du mouvement syndical rouge portugais des résistances s'expriment, autant en ce qui concerne la proposition d'unification des trois centrales syndicales que le travail à l'intérieur des "syndicats nationaux". Selon le principal dirigeant de la CIS⁴⁷, José de Sousa, qui était aussi membre du Secrétariat du parti, à la suite de l'écroulement de l'organisation syndicale social-démocrate après les événements de janvier, et de la crise de la CGT, la CIS était devenue "le seul centre organisé groupant des masses". Un pacte avec la CGT serait donc "un souffle de vie que nous mêmes donnerions à un organisme qui n'a pas de masses", et il persiste à lui opposer l'idée du "front uni à la base". Par rapport à la question du travail à l'intérieur des syndicats fascistes, il considère que le problème ne se pose pas de façon analogue à l'Italie ou à l'Allemagne, du fait qu'au Portugal les "syndicats nationaux" n'auraient réussi qu'en très faible mesure à grouper des masses.

⁴⁶ Voir Marta Dassu, "Fronte unico e fronte popolare: il VII Congresso del Comintern", in Eric J. Hobsbawm et alii, *Storia del Marxismo*, vol. III (Torino, Einaudi, 1981), pp.589-626.

⁴⁷ Lettre du 20.12.1934 au Secrétariat Latin de l'ISR: f.534, op.7, d.433, pp.209-217.

Bento Gonçalves lui-même reconnaîtra qu'après les évènements du début 1934 une position "sectaire" sera longtemps dominante dans les prises de position du Parti⁴⁸. Les conséquences du 18 janvier furent souvent analysées plutôt comme une perte des illusions putchistes et donc une épuration, à terme positive, du mouvement ouvrier⁴⁹. La capacité d'initiative du côté de l'État en ce qui concerne l'organisation des "syndicats nationaux" fut sous-estimée, et d'autre part la capacité des syndicats rouges à agir dans les nouvelles conditions d'illégalité a été vue avec optimisme.

Dans la presse du Parti, l'évolution vers la politique de front populaire se fera sentir, notamment dans la 2ème série de "Avante!", l'organe central du parti (publiée à partir de juin 1934 après une interruption de plus d'un an) par une place plus large accordée aux problèmes et revendications des paysans et de la petite-bourgeoisie en général, par la dénonciation de la politique corporatiste dans ses effets à l'égard des couches moyennes et par l'attention prêtée aux intellectuels et étudiants. En ce qui concerne l'orientation politique, aussi bien que l'analyse des expériences passées, l'accent est toujours mis sur le "front unique par en bas". Encore en Octobre 1934, l'expérience fasciste-corporatiste est interprétée comme indice d'une modification de la structure économique par laquelle se désagrège "toute la base économique et sociale d'appui d'une nouvelle existence de la démocratie bourgeoise"⁵⁰. Bien que les informations sur le mouvement antifasciste international et l'appel à la lutte antifasciste prennent une place croissante dans la presse communiste portugaise, le mot d'ordre de "lutte pour le pouvoir des soviets" restera le mot d'ordre central jusqu'aux premiers mois de 1935.

En ce qui concerne les rapports avec l'opposition bourgeoise républicaine, tout au long de 1934 la presse du PCP refuse l'idée d'un compromis avec ces groupes, en soulignant très fortement l'opposition de principe entre une tactique putchiste et la stratégie communiste de mobilisation de masses⁵¹. Les modifications du gouvernement en Octobre 1934 sont interprétées comme réalisation d'un nouveau "front commun de

⁴⁸ Bento Gonçalves, "Duas Palavras", in *Os Comunistas - Bento Gonçalves* (Porto, Opinião, 1976), p. 140.

⁴⁹ Voir par exemple: "Por um 1º de Maio de massas! A caminho do rompimento da legalidade fascista!", *Avante!*, II série, n°5, mars 1935, p.1.

⁵⁰ "Pontos Fundamentais do Programa do Governo Operário e Camponês", *Avante!*, II série, n°2, Outubro de 1934, p.6.

⁵¹ Dans son ouvrage cité de 1941, Bento Gonçalves, qui rétrospectivement déclare accepter des reproches de sectarisme du Parti dans ce domaine, considère toujours que cette contradiction a été l'obstacle fondamental à un accord. Voir "Duas Palavras", pp. 146-148.

Salazar avec les *revirahistas*", ce qui lui donnerait un "caractère plus nettement grand bourgeois"⁵². Ce n'est qu'en janvier 1935 - d'ailleurs dans une petite note "Sur les bruits d'entente"⁵³ - que la possibilité d'un accord est pour la première fois suggérée et l'intention formulée d'un développement ultérieur du sujet. Pourtant, peu de temps après, la différence avec la situation française (où l'évolution vers le front populaire se faisait alors rapidement) est soulignée, en mettant l'accent sur l'opposition entre une tactique de mobilisation de masse et une autre fondée sur des délibérations secrètes, pour conclure que le front uni doit être mené aussi contre les chefs républicains qui par leur action représentent un obstacle à l' action de masse⁵⁴. En mai, la disposition de mener des pourparlers en vue d'un accord politique est ouvertement affirmée, mais on signale qu'un accord n'est toujours pas obtenu faute de l'adhésion des chefs républicains au principe de la publicité des accords⁵⁵. La même situation persistait en juillet⁵⁶. L' avertissement aux militants publié à cette occasion a l'intérêt de montrer que la vieille tendance, dans la base du Parti, à se laisser aller à la participation aux complots républicains n'était pas morte et connaissait probablement, à la faveur des perspectives d'un accord prochain, un regain de vitalité (ceci est d'autre part en rapport avec un confus complot militaire qui éclatera en septembre, et auquel des nationaux-syndicalistes, des républicains et des anarcho-syndicalistes ont été mêlés.)

Pourtant, en avril, à propos de la préparation du VII Congrès de l'IC, une "Résolution du Secrétariat du PCP" avait été adoptée, dans laquelle il était déjà ouvertement question d'une "modification de la tactique de front uni" en vue de la "rupture de notre sectarisme"⁵⁷. C'est à cette occasion que l'orientation vers le travail au sein des organisations fascistes de masse (syndicats nationaux et maisons du peuple), y compris par la conquête des organes de direction respectifs, est exposée et soutenue d'une façon développée.

⁵² "O movimento revolucionário espanhol obriga Salazar a ultimar os preparativos de guerra", *Avante!*, II série - n°3, novembre 1934, p.1.

⁵³ "Sobre os boatos de'entendimento'", *Avante!*, II série - n°4, janvier 1935, p.6.

⁵⁴ "Frente única de luta!", *Avante!*, II série - n°6, avril 1935, p.6.

⁵⁵ "Os novos boatos de 'entendimento'", *Avante!*, II série - n°7, mai 1935, p.5

⁵⁶ "A Toda a Organização", *Avante!*, II série - n°9, juillet 1935, p.6

⁵⁷ "Sobre a preparação do VII Congresso da Internacional Comunista. Resolução do Secretariado do Partido Comunista Português", *Avante!*, II série - n°6, avril 1935, p.2

Le mot d'ordre "contre la Dictature" est alors mis au premier plan, en correspondance avec l'orientation de donner "une moindre place à nos critiques" vis-à-vis l'opposition républicaine. Cependant le refus de principe d'une "phase démocratique" est maintenu, si l'on songe que l'objectif principal reste, dans les conditions d'une insurrection armée, celui d'entreprendre les "formes d'action et de mobilisation de masses qui fassent la lutte pour le Gouvernement Ouvrier et Paysan succéder immédiatement à la lutte pour le renversement de la Dictature."⁵⁸ Dans le même sens, l'opposition entre fascisme et démocratie est rejetée sur le plan théorique:celui-là jaillit de celle-ci comme un résultat de l'évolution économique "aussi naturellement que le fruit de la fleur" et la seule vraie alternative est celle qui se pose entre fascisme et communisme⁵⁹.

Cet "optimisme" dans le jugement de la situation existante n'a pas été sans soulever des réserves à l'intérieur du Parti même, que *Avante!* s'employait à contrarier, les considérant comme expression d'une "déviation de droite", bien que reconnaissant en même temps un décalage entre ce qu'on jugeait être les perspectives offertes par la situation et le niveau effectif de l'organisation.⁶⁰

Dans ces conditions, le VII Congrès de l'IC, auquel une délégation portugaise participa, a signifié pour le PCP sur bien des plans une nouveauté réelle. C'est ce qui ressort d'une note écrite, certainement à Moscou, en septembre, juste après le VII Congrès, par Bento Gonçalves⁶¹. Selon ce texte, les modifications qui doivent découler pour le PCP des travaux du VII Congrès sont "particulièrement profondes": "tout en constatant quelques progrès de notre Parti, le VII Congrès a fait ressortir notre absence de travail dans les organisations de masses fascistes et autres, notre ligne politique excessivement sectaire, nos mots d'ordre et nos campagnes très radicales, notre retard concernant le front uni et le front populaire contre la dictature fasciste". En prenant toujours comme axe "la conquête des masses", l'accent est à présent mis sur le travail à l'intérieur des syndicats nationaux, en prévoyant même des cas où le PCP devrait prendre l'initiative de leur formation. Non moins intéressante est l'idée exprimée dans ce texte que, étant donnée la crise profonde du parti socialiste, le PCP devrait travailler à sa

⁵⁸ "Sobre a preparação", p.2.

⁵⁹ "O fascismo e a 'democracia' à luz do materialismo histórico", *ibid.*, pp.3-4.

⁶⁰ "Auto-Crítica do nosso trabalho dirigente", *Avante!*, II série - n°8, juin 1935, pp.1 et 3.

⁶¹ "Sur les tâches immédiates du PC portugais": f.495, op.179, d.31, pp.31-34.

réanimation, en s'efforçant d'y stimuler une aile gauche et ayant en "vue l'utilisation de la presse légale du PS, l'utilisation des coopératives et des associations mutuelles où les socialistes ont quelques postes." D'autre part est repris l'objectif, formulé un an auparavant par le CEIC, d'arriver à l'unité avec les anarcho-syndicalistes au sein d'une CGT unique.

En octobre, la proposition formelle est présentée "à toutes les organisations antifascistes" de constitution d'un front unique de lutte pour l'amnistie. La formation d'un comité coordinateur de toutes les organisations participantes était explicitement prévue⁶². Finalement, en février 1936, *Avante!* annonce à la une que "le Front Populaire Antifasciste vient d'être constitué au Portugal".

Ce "Front Populaire" portugais n'a jamais réussi à devenir une réalité avec une signification pratique au point de vue organisation⁶³. Au contraire, les idées et le type de pratique politique dont il était expression auront une influence durable sur toute l'histoire ultérieure de la résistance portugaise contre le régime de Salazar.

⁶² *Avante!*, II série - n°12, octobre 1935, p.6.

⁶³ Voir: L.H.Afonso Manta (org.), *A Frente Popular Antifascista em Portugal. O primeiro esboço da unidade antifascista* (Lisboa, Assírio e Alvim, 1976).

VI.10.

Le PCP et le problème du Front Populaire Portugais en exil, 1936-39

Journées d'études "L'exil politique portugais dans le pourtour méditerranéen au XXe siècle- Université Paris 8 – 21/22.11.2013

Je souhaite d'abord remercier les Professeurs Heloísa Paulo et Cristina Clímaco pour leur invitation à participer à ces journées. Invitation qu'au début je pensais ne pas devoir accepter, à cause de mon éloignement de la problématique générale de l'exil, qui n'a pas été pour moi jusqu'ici un sujet de recherche. Cristina a pourtant insisté, en disant que je pourrais apporter quelque chose de ma connaissance de l'histoire du PCP et de l'histoire internationale du communisme.

Pour ce qui est des faits de l'histoire de l'exil politique portugais, y compris l'exil communiste, dans la période qui nous concerne ici, la recherche que Cristina Clímaco a menée pendant les années 90 et qu'elle a présenté comme thèse à cette université n'a pas été jusqu'ici dépassée et ne le sera pas facilement de sitôt¹. Il s'agit d'un travail absolument remarquable et exhaustif, qui est important non seulement pour l'histoire de l'exil pendant les 15 années qui vont de l'instauration de la dictature au Portugal en 1926 jusqu'au début de l'Occupation de la France, mais même pour l'histoire politique générale du Portugal. Je n'apporte donc pas des faits inconnus. Je chercherai simplement de rappeler en abrégé ce qu'elle décrit en profondeur et en même temps de signaler une perspective qui est en effet différente de la sienne.

Un des aspects intéressants du travail de Cristina est le fait qu'elle ne cache pas, mais au contraire explique très clairement dès le début les sources non scientifiques et même émotionnelles de son choix du thème, c'est à dire la découverte depuis l'enfance de la

¹ Ana Cristina Clímaco Pereira, *L'Exil Politique Portugais en France et en Espagne 1927-1940*, thèse de doctorat Sociétés occidentales, Université Denis Diderot, Paris, 1998.

valeur de la liberté acquise avec la « révolution des œillets » de 1974, et donc son intérêt pour ce qu'ont dû subir les générations de Portugais qui ont vécu sous Salazar. Elle ne cache pas non plus sa critique vis-à-vis d'une part de ceux qui ont le plus activement combattu Salazar, c'est à dire les communistes. Cette position ne porte à mon avis aucun préjudice à l'objectivité de la recherche et à son souci de vérité. C'est pourtant une perspective différente de la mienne et qui porte à une différente évaluation des faits.

Tout d'abord un des points de départ de sa recherche est l'idée qu'il n'y a pas de rapport entre l'action des forces anti-dictatoriales pendant cette période et le mouvement militaire qui a mis fin au régime en 1974, même si l'action des Portugais qui se sont battus contre Salazar garde toute sa valeur morale. Je peux comprendre ce point de vue, qui correspond à la façon dont la plupart des Portugais ont vécu les événements du 25 avril et la révolution qui les a suivis, qui correspond même probablement à la façon dont ils ont été vécus par la majorité des « capitaines d'avril ». Mais l'histoire est à mon avis plus compliquée.

En ce qui concerne le Front Populaire portugais, Cristina Clímaco le situe essentiellement dans la continuité des efforts développés par les opposants à la dictature pour former une conjugaison de forces capable de la renverser, ce qu'il fut sans doute. Cette conjugaison supposerait en tout cas une alliance entre différents partis, comme celles qui ont soutenu les gouvernements de Front Populaire en France pendant deux ans ou en Espagne pendant trois. N'ayant pas réussi à donner naissance à une union entre plusieurs partis douée de quelque stabilité, le FPP ne pourrait même pas être considéré un Front Populaire authentique. À son avis, la responsabilité du fait en incombe pour une grande partie au Parti Communiste, puisque, étant la seule (à l'exception partielle du vieux PRP) force oppositionnelle douée d'une structure de parti d'une certaine dimension et implantation, au lieu de la mettre au service des leaders « naturels » de l'opposition républicaine, il a voulu utiliser le FPP pour un renforcement de son influence propre, de l'intervention de la classe ouvrière et des intérêts de politique internationale de l'URSS représentés par le Comintern. Sur ce dernier point il y a d'ailleurs tout au long de son exposé une certaine ambivalence, parce qu'en fait les communistes portugais auraient la plupart du temps dévié, par sectarisme, par rapport aux directives de l'Internationale

Communiste qui leur recommandait une attitude plus coopérative envers l'opposition bourgeoise.

Mais en fait qu'est-ce qu'a été le Front Populaire Portugais et en quoi concerne-t-il les exilés ?

Formellement le FPP a été une alliance formée au printemps 1936 au Portugal, à la suite des décisions du 7ème Congrès de l'Internationale Communiste et l'impact du succès électoral des Fronts Populaires en Espagne et en France, entre le PCP et diverses petites organisations d'oppositionnels comme un groupe antimilitariste et anticlérical d'origine maçonnique connu comme les « trois AAA », le Bloc des étudiants antifascistes et un groupe intellectuel d'affiliation communiste, la Ligue contre la Guerre et le fascisme. En dehors étaient restés le Parti Socialiste, pratiquement inexistant à l'époque, et les anarchistes de la CGT. Quelques mois plus tard, après le début de la guerre civile en Espagne, le FPP était élargi, non seulement aux communistes portugais en Espagne, alors déjà en nombre considérable, mais surtout à un groupe très actif de l'opposition républicaine connu sous le nom de *Budas*, auquel appartenaient notamment le grand intellectuel Jaime Cortesão et un ancien gouverneur colonial, Jaime Morais. Ceci a permis la formation d'une organisation qui comptait avec le soutien du gouvernement républicain espagnol, l'Union des Antifascistes Portugais Résidant en Espagne (UAPRE), qui intégrait aussi quelques anarchistes et a donné son adhésion au FPP. Dans les pourparlers conduisant à l'élargissement du FPP et à la fondation de l'UAPRE est déjà intervenu le jeune Alvaro Cunhal, qui à ce moment se trouvait en Espagne. Celui-ci, ainsi que d'autres dirigeants du PCP, dont le fameux Pavel (Francisco de Paula Oliveira), qui peu de temps avant était le représentant portugais près du Comintern, ont ensuite mené des conversations avec d'autres personnalités politiques exilées en France, dont l'ancien Président de la République Bernardino Machado et les anciens premiers-ministres Afonso Costa et José Domingues des Santos, à la suite desquelles un organisme formellement dirigeant, le Comité d'Action du Front Populaire Portugais a été constitué à Paris, sous la présidence de Afonso Costa d'abord et de Bernardino Machado ensuite. Ce comité d'action a édité, entre 1937 et 1939, l'hebdomadaire *Unir*, dirigé par José Domingues dos Santos, comme organe du FPP. Encore dans le cadre des organisations portugaises de Front Populaire en France, il faudra mentionner la Fédération des Émigrés Portugais en

France (FEPP), qui a réussi à encadrer près de 2 000 membres parmi les 28 000 Portugais habitant en France à la fin des années 30, ainsi que le Comité d' Aide aux Victimes du Fascisme Portugais (CAVFP) et le Comité Portugais d' Aide à l' Espagne Républicaine (CPAER).

Ceci peut sembler une histoire simple et réussie, dans le sens qu'effectivement un éventail large, sinon d'organisations, au moins de personnalités d'influence étaient représentées dans la structure du FPP, qui jouissait de l'appui du gouvernement du Front Populaire espagnol. En réalité ce fut l'histoire d'un échec, qui est seulement en partie lié à la défaite républicaine dans la guerre civile d'Espagne.

Cet échec est à rapporter, selon la thèse de Cristina Clímaco (mais c'est aussi le point de vue de Luís Farinha dans son étude du « Revirvalho », i.e. les groupes républicains qui voulaient renverser la dictature) au fait qu'il reposerait sur une équivoque fondamentale². Les communistes voudraient utiliser le langage et les propositions « ouvertes » du Front Populaire, ainsi que l'influence de personnalités historiques, pour élargir leur rayon d'influence sans viser effectivement le renversement du régime, tandis que les républicains souhaiteraient utiliser les bases communistes comme troupe de manœuvre pour un nouveau projet d'action militaire. Il n'y avait au fond pas de base idéologique commune possible pour un Front Populaire portugais.

L'élément d'ambiguïté est indiscutable et a sans doute marqué l'année 1937, qui fut sous plusieurs rapports l'année charnière du Front Populaire, au Portugal et au niveau international. Ceci concerne notamment le fantastique « Plan Lusitania » (Plan L) d'invasion du Portugal, ainsi que les actions de type terroriste qui ont été menées à Lisbonne, avec l'explosion de bombes contre des sites liés à l'appui du Portugal à Franco et avec l'attentat de juillet 1937 contre Salazar, dont il a échappé de court. Il s'est avéré que les républicains de gauche (les *Budas*) étaient liés à l'origine de ces actions (même s'ils ont voulu prévenir l'attentat) et qu'un certain nombre de communistes les appuyaient, contre les consignes et les prises de position du PCP³.

² Luís Farinha, *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, Lisboa, Estampa, 1998.

³ Cfr. João Madeira, *1937. O Atentado a Salazar. A Frente Popular em Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013; César Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal, em especial pp. 275 e sgs.

D'autre part les « comités d'enlacement » qui devraient réunir depuis la base populaire des militants de différente appartenance (ceux-ci appuyés par le PCP) n'ont pas réussi à se diffuser. Le 'frontpopulisme'⁴ du PCP n'a été effectif jusqu'à un certain point qu'en ce qui concerne un début d'action et de pénétration de masse du parti à travers des organisations légales comme les « syndicats nationaux » et les associations de loisirs de la jeunesse, d'ailleurs coupée court par la répression et qui ne deviendra effective que plus tard, dans le contexte très différent des années 40. Ceci ne saurait intéresser les républicains bourgeois.

Selon un point de vue très diffusé, un vrai Front Populaire comme solution de gauche, au Portugal comme ailleurs, aurait dû impliquer que le PCP renonce ses prétentions d'hégémonie dans les mouvements de masse, en reniant toute la tradition « classe contre classe » et acceptant le leadership 'naturel' de la bourgeoisie démocratique. Dans la mesure où ceci n'a pas eu lieu (et le PCP aurait même énigmatiquement excédé en sectarisme les indications de Moscou), on ne saurait parler d'un 'vrai' Front Populaire au Portugal. Tout au plus peut-on reconnaître ce caractère à certains aspects du FPP en exil, notamment l'hebdomadaire « Unir » dirigé, à Paris, par l'ancien premier-ministre José Domingues dos Santos.

À mon avis, l'expérience historique du FPP peut être comprise sous une perspective différente, par laquelle le cas portugais ne tient pas seulement de l'anomalie.

Pour cela on devra tenir compte des remarques de Bento Gonçalves, notamment de ses réflexions rétrospectives écrites au camp de concentration de Tarrafal (Cap Vert) un an avant sa mort et connues sous le titre *Duas Palavras*⁵.

La compréhension de ce que signifiait la politique de Front Populaire pour les communistes, qui en ont été les initiateurs et les défenseurs les plus engagés, ne doit pas partir d'une simple opposition à la stratégie 'classe contre classe' qui l'a précédée dans l'Internationale Communiste. Il est vrai qu'il y a une profonde différence entre les deux et que 'classe contre classe' a été souvent une cause du pire sectarisme (dont le cas

⁴ À propos de la notion de 'frontpopulisme', voir: Ricard Vinyes, "'Frontepopulismo' o Fronte Popolare? La repressione del 1934 e I movimenti sociali in Catalogna", in Aldo Agosti (dir.), *La Stagione dei Fronti Popolari*, Bolonha, Cappelli, 1989, pp. 283-302.

⁵ Bento Gonçalves, "Duas Palavras", in *Os Comunistas – Bento Gonçalves*, Porto, A Opinião, 1976, pp. 119-157.

allemand est le plus frappant), qui a affecté tout le mouvement communiste⁶, et qui dans le cas portugais a suscité beaucoup d'incohérences (comme le montre la participation active de communistes à des putschs militaires⁷). Mais dans la pensée de Bento Gonçalves, lorsqu'il dirige la réorganisation de 1929, elle était avant tout un moyen d'affirmer, notamment à travers la réorganisation syndicale, l'autonomie de la classe ouvrière. Cette affirmation a été en partie réussie, et c'est aussi partiellement ce qui explique le souci des questions sociales des divers courants de républicains bourgeois à cette époque. Un courant nouveau commence alors à émerger, qui se différencie à gauche, et dont les 'Budás' sont une des expressions (et l'évolution de gens comme Bernardino Machado et José Domingues dos Santos, celui-ci d'une façon plus cohérente, une autre).

L'idée directrice de la stratégie de Front Populaire, telle que Dimitrov l'a formulée au 7^{ème} Congrès de l'IC, était de faire que les Partis Communistes « jouent effectivement le rôle de *facteur politique* dans la vie de leur pays »⁸. Pour atteindre ce but, le « front unique » de la classe ouvrière était la première condition, et en ceci il poursuivait par des moyens différents l'objectif de la stratégie 'classe contre classe'. La nouveauté du 7^{ème} congrès et de l'idée de Front Populaire consiste en ceci que, à partir de 1935, l'IC considère que ce but peut et doit être atteint *aussi* à travers des accords avec des partis et syndicats ouvriers, socialistes et anarchistes notamment. Puis, surtout à la suite de l'expérience française qui intégra le Parti radical dans le programme et le gouvernement du Front Populaire, on considère que des accords peuvent et doivent être conclus avec des partis et des organisations bourgeoises, dès lors qu'elles se situent sans équivoque sur le terrain de l'antifascisme. L'objectif reste toujours une activation des classes populaires ayant en vue des acquis sociaux et la défaite du fascisme.

Le cas portugais est dans une certaine mesure spécifié, notamment en comparaison avec le Front Populaire en France, par un rôle moindre des accords politiques au sommet par rapport à l'élargissement de l'influence du Parti Communiste à travers les « syndicats

⁶ Matthew Worley (ed.), *In Search of Revolution. International Communist Parties in the Third Period*, Londres e Nova Iorque, I. B. Tauris, 2004.

⁷ João Arsénio Nunes, "La Formation de la Stratégie Antifasciste du Parti Communiste Portugais", in Narinsky, Mikhail, and Rojahn, Jürgen (ed.), *Centre and Periphery. The History of the Comintern in The Light of New Documents*, International Institute of Social History, Amsterdam, 218-236.

⁸ Georges Dimitrov, *Oeuvres Choisies*, Paris, Éditions Sociales, 1972, p. 118.

nationaux » et les organisations populaires de culture et loisirs qui réussissaient à survivre dans la légalité.

Mais ceci ne distingue pas totalement le Front Populaire Portugais d'autres cas nationaux, si on ne limite pas le phénomène Front Populaire aux expériences de gouvernement en France, en Espagne et au Chili, mais on le voit dans sa dimension universelle.

On peut faire cette comparaison par exemple avec l'Italie. Bien que dans le cas italien il existe un « pacte d'unité d'action » socialiste-communiste dès août 1934 (ce qui n'était pas possible au Portugal dû à la disparition pratique du PS), en fait l'unité des communistes avec les socialistes en Italie à cette époque jouait un rôle bien moindre dans l'action des communistes que le souci du travail parmi les organisations fascistes ayant en vue de susciter l'émergence de divisions au sein même du régime fasciste. L'épisode connu de la « lettre aux frères en chemise noire » a même fait parler d'un « front populaire avec les fascistes »⁹, ce qui n'est jamais arrivé dans le cas portugais.

Si en effet, au Portugal, une alliance de Front Populaire entre plusieurs partis n'a pas réussi à se stabiliser et à acquérir une portée populaire, ceci tient en premier lieu à la faiblesse des liens organiques de la bourgeoisie libérale antifasciste avec des bases populaires. Ce qui s'explique par la profonde séparation entre les élites et le peuple, que Cristina Clímaco a d'ailleurs bien noté dans sa thèse.

Là où un courant de gauche démocratique a réellement émergé, l'alliance s'est faite, comme c'est notamment ce qui arriva dans les rapports entre le PCP et les *Budas* en Espagne. Je crois qu'il vaut la peine de souligner à ce propos le cas de Jaime Cortesão, un intellectuel d'un grand prestige qui fut le représentant portugais à une des réalisations emblématiques de cette époque, le 2^{ème} Congrès des Intellectuels pour la Défense de la Culture, réuni à Barcelone, à Valence, à Madrid et finalement à Paris en 1937. Bien que éloigné du marxisme par sa formation idéaliste, Cortesão, dans un discours d'une grande

⁹ Aldo Agosti, "Un Front Populaire avec les Fascistes? Les communistes et l'anomalie italienne", in Serge Wolikow et Annie Bleton-Ruget (dir.), *Antifascisme et Nation. Les gauches européennes au temps du Front Populaire*, Dijon, Éditions Universitaires de Dijon, 1998, pp. 101-112. L'auteur remarque à propos du PC d'Italie: "Ce qui comptait, selon les dirigeants communistes, n'était pas vraiment 'l'unité formelle de l'antifascisme', mais plutôt 'sa réelle incidence sur le pays'. La faiblesse des contacts des autres forces émigrées avec la réalité italienne poussait le PCI à considérer avec une certaine suffisance le problème d'une alliance avec elles." Voir aussi, du même: "The Italian Communist Party and the Third Period", in Mathew Worley (ed.), *op.cit.*, pp. 88-105, et Claudio Natoli, « I comunisti italiani negli anni Trenta : dalla 'svolta' ai fronti popolari », in Id., *Fascismo, Democrazia, Socialismo. Comunisti e socialisti tra le due guerre*, Milão, Franco Angeli, pp. 266-291.

subtilité, n'a pas hésité à prendre position, dans le débat sur la fonction de la culture, pour une littérature engagée contre le fascisme¹⁰. Il était en ce sens proche des thèses du réalisme socialiste, qui en ces années naissait au Portugal, sous le nom de « neo-realismo », à travers l'œuvre d'une jeune génération intellectuelle influencée par le communisme¹¹.

Si les Fronts Populaires comme formule politique ont partout échoué à court terme, c'est peut-être sur le plan culturel qu'on pourra trouver leur plus grande portée à moyenne et à longue échéance. En effet, la convergence d'hommes et de femmes de très diverse provenance dans le combat contre le fascisme au cours de la 2^{ème} guerre mondiale est ce qui a permis la préservation d'un certain nombre d'acquis de civilisation et de grands changements dans un sens démocratique au niveau mondial qui ont projeté leurs effets jusqu'aux années 70.

En ce sens, le Front Populaire Portugais a été au moins un précurseur des mouvements d'unité démocratique de la période de la guerre et de l'après-guerre, dont l'empreinte sur les luttes sociales et politiques au Portugal a été profonde et sans la prise en compte desquels la révolution des œillets et la démocratie qui en est née ne seraient pas compréhensibles.

¹⁰ “Comunicação de Jaime Cortesão ao II Congresso dos escritores antifascistas”, in Alfredo Ribeiro dos Santos, *Jaime Cortesão Um dos Grandes de Portugal*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1993, pp. 331-335. Cette intervention de Cortesão eut lieu à Valence le 10 juillet 1937 (*ibidem*, p. 176)

¹¹ Luís Andrade, *Intelectuais, Utopia e Comunismo. A inscrição do marxismo na cultura portuguesa*, Lisboa, FCG/FCT, 2010; João Arsénio Nunes, “The Portuguese Communist Party and the formation of antifascist culture and politics in Portugal”, in Tina Mavrikos-Adamou (ed.), *Issues and Problems in International Relations*, Atenas, Atiner, Junho 2009, pp.161-170.

VI.11.

The revolutionary thought of Álvaro Cunhal

Historical Materialism Delhi Conference “New Cultures of the left”, JNU Convention Centre, 3-5 April 2013

From ethics to politics: the revolutionary thought of Álvaro Cunhal (1913-2005)

Álvaro Cunhal, the well-known leader of the Portuguese Communist Party for half a century (1943-1993) and an outstanding political figure during the time of the “carnations’ revolution” (1974-75) in Portugal, was a very different personality when compared with the two historical figures of Indian history presented at this session, Rabindranath Tagore and Dr. Ambedkar. Born in 1913 in Coimbra, in the center of Portugal, he belongs to the generation of Ambedkar’s children or of Tagore’s grandchildren. Differently from the two Indian thinkers, he didn’t develop any kind of religious doctrine and was a rather classical Marxist atheist. He was not a consensual national figure, but a Party leader, and as such loved and admired by many but also hated by quite a few. He can nevertheless to a certain extent be compared to Tagore or Ambedkar in the sense that he too was a man of culture, and not only a politician, but also an artist (drawer) and a novelist. Although he was politically active almost until the end of his life, it was in his final years, after leaving the Party leadership, that he became more widely known for this side of his activity. This helped to make him an extraordinarily respected person, even among conservative people. His funerals in 2005 were the last ones of a great Communist leader in Europe and bore witness to the depth and width of this feeling.

Álvaro Cunhal was the second son of a lawyer and writer who for some time was a provincial governor of the recently established Republican regime (1910) and later became an opponent of Salazar’s proto-fascist dictatorship. Álvaro Cunhal’s mother had aristocratic ancestry and was a fervent Catholic. As he himself later declared, Catholicism

left a mark on his early upbringing. After school, he entered the Law School in Lisbon in 1931, at a time of violent political confrontation between the dictatorship and its opponents, among which were the students' movement and the recently reorganized Communist Party and its front organizations, like the International Red Aid, of which he became a member before entering the Communist Youth and the Party organization. From the year 1931, at seventeen, are also his first known texts of a literary and political nature. Curiously enough, one of them, in a criptical style conditioned by the dictatorship's press censorship, is a short comment under the title "Personality". Starting from a comparison between the notions of individual and collective personality, it points to the conclusion that political societies "whose behaviour is not voted by the majority have therefore no personality", they attempt "to hide their weakness and emptiness of the self", and as such are doomed¹.

Shortly after becoming a member of the Communist Party, in 1935 Alvaro Cunhal took part in the VI Communist Youth's International (KIM) Congress in Moscow. He also participated in the work of different commissions for the preparation of Popular Front politics for Portugal. He stayed in the Soviet Union for about 8 months. After his return to Portugal in March 1936, he was sent to Spain, and he was there when the civil war broke out in July of that year. Although he did not stay in Spain for long, this experience was later to become the subject of one of his novels². By the beginning of 1937 he was already back in Portugal. In 1937-38 he was imprisoned, submitted to torture, and spent one year in jail.

These were the times of the birth of the literary and political movement of *neo-realismo* (the Portuguese equivalent of socialist realism) among Portuguese intellectuals, in which he also participated. His ethical motivations are well expressed in various texts he writes during the thirties, before going underground. These writings are in some cases of a more or less philosophical nature, while others concern the role of art. One of them, of 1935, asserts that a negative position can express a positive will³. It is, in disguised terms due to the existence of the Press censorship, a declaration of belief in antifascism and in the

¹ Álvaro Cunhal, "Personalidade", *Estudantes Livres*, 1.6.1931

² Manuel Tiago (pseudonym of Álvaro Cunhal), *A Casa de Eulália*, Lisboa, Caminho, 1997.

³ "Queremos! Queremos!", *Liberdade*, Fevereiro de 1935, in *Obras Escolhidas*, vol. I, Lisboa, Avante!, 2007, p. 5.

Popular Front that was emerging at that time in France. But the Popular Fronts and the Spanish republic would eventually collapse. After the Munich conference of March 1939, it was clear that Europe was again on the verge of a new Great War. By this time, young Cunhal, now twenty-five years old, puts before himself the possibility of early death and the necessity of sacrifice. His answer is a program of life to which he would remain true. Happiness may only grow out of moral coherence: “if happiness comes from the accomplishment of a line of behavior (...) nothing will be able to destroy it. One will go through any tragedy with tears in the eyes, a smile on the lips and faith in the chest.”⁴

In spite of his intensive political engagement, Cunhal also managed to take a degree in Law, which he concluded in 1940, while in prison, with a thesis about the laws against abortion, which amounted to a critique of the existing Portuguese laws and a defence of Soviet policies on the matter⁵.

It was probably due to the social influence of his family that he was released instead of being transferred to the concentration camp of Tarrafal in Cape Verde, to which he had already been destined. Shortly thereafter he begins a new life entirely underground. 1940-41 are the years of an important Party reorganization from which the PCP emerges as the main force against the dictatorship of Salazar and the nucleus of a democratic opposition attuned with the movements of antifascist Resistance in Europe. Cunhal is the author of the two main political reports at the III and IV Party congresses, which were carried out underground in 1943 and 1946⁶. A clear concept of the revolution in Portugal is elaborated in these reports, to be later developed during the sixties and which, as a matter of fact, eventually had an important influence on the course of events following the April 1974 “carnations’ revolution”. Its main idea is not especially original in the context of the Popular Front politics of the VII Comintern congress or of the antifascist unity of European Resistance movements. But this strategy is concretely linked with an analysis of Portugal as a “semi-colonial country”, a colonial power which is at the same time colonized by imperialist powers. In order to overcome this situation, a “national

⁴ “Um problema de consciência”, *O Diabo*, Março de 1939, in *Obras Escolhidas*, vol. I, p. 44.

⁵ Presented and defended in 1940, this diploma thesis was first published in 1997 as *O Aborto - causas e soluções*, Porto, Campo das Letras, 1997.

⁶ “Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência” (November 1943) in Álvaro Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. I, pp. 145-236, and “O caminho para o derrubamento do fascismo” (July 1946), *ibidem*, pp. 369-536.

democratic revolution” is needed, in which a broad alliance of the working-class with the peasantry, the petit-bourgeoisie and parts of the liberal bourgeoisie can be interested⁷. The mainstay of PCP’s politics would nevertheless be the struggle of the working-class, which from this time onwards is centered in the existing official unions, rather than in illegal unions.

The possibility of political agreements with other antifascist organizations and tendencies is in Cunhal’s writings a subordinate element in relation to the activity to be developed by the Party among the working-class and the allied classes. These agreements won nevertheless a certain importance in the context of the end of the II World War and of the impending crisis of Salazar’s dictatorship. The PCP became the main support and impelling force of the “Movement of Democratic Unity” (MUD), which for a time had a considerable impact with its claim for free elections. The program for the ‘national democratic revolution’ had as its first aim to overthrow the fascist regime and to establish civil and political liberties. A provisional government would be formed with the essential task of preparing free elections.

Another question which was at different times a controversial one among the antifascist forces and inside the Party itself was the problem of the way to overthrow the dictatorial regime. The main trend among the bourgeois moderate opposition, and for a time even inside the Party, favored the possibility of a coup d’état, a putsch to be carried out by generals, which would only become possible if the contradictions inside the regime itself turned deeper. In order to make this outcome easier, a moderate behaviour of the Opposition and of the PCP was thought to be the most appropriate.

Cunhal always opposed this view, and argued instead that only through the intensification of popular struggle, on the basis of clearly defined Party politics, a crisis inside the regime could come about and a segment of the armed forces be attracted to the side of democracy. Against the idea of the putsch, he fought for a “popular uprising” which would include the participation “not only of the workers and peasants in uniform, but also of the progressive and patriotic part of the Army officers”.

⁷ “Unidade da Nação Portuguesa”, pp. 181-182.

By the end of the forties, with the inception of the Cold War, Salazar's dictatorship managed to overcome the political crisis and the possibility of its imminent collapse disappeared from sight.

From 1949 to 1960 Cunhal was in jail, and for a year he endured complete isolation. After this period, while he was in a jail for common convicts, it was a time of creative activity. Not only could he acquire a deeper knowledge of the Portuguese society and its politics, of which the main product was his book about "the agrarian question in Portugal"⁸, but he also drew intensively and he made a translation of literary value from Shakespeare's "King Lear". He also wrote a long novel about Party life and workers' struggles in illegality⁹. Other works would later spring up from the prison experience, among them a novel about his fellow-inmates, the common convicted¹⁰. In 1956 he was transferred to the high-security fortress for political prisoners in Peniche. There he also wrote about historical matters, especially an essay about class struggles in Portugal in the 14th century¹¹.

After the well-organized escape from Peniche with nine other party comrades, a new period began for Cunhal, which from 1962 was spent in exile in the Soviet Union, Czechoslovakia and France and lasted until 1974.

In the course of the sixties the influence of the PCP and of the anti-fascist forces grew, and it could take advantage from the growing difficulties of the regime, now engaged in a prolonged colonial war. This was of paramount importance for the emergence of anti-fascist feelings within the army, which in 1973 coalesced in the so-called "movement of captains" that on the 25th of April 1974 undertook the decisive move to topple the fascist regime.

Cunhal saw in the "carnations' revolution", in spite of its military origin, the materialization of the Party's call for a popular uprising, because the movement was born in the lower and intermediate grades of the Army and soon coalesced with a vast popular movement. This made possible to think of a revolution and not just a putsch.

⁸ Álvaro Cunhal, *Contribuição para o estudo da questão agrária em Portugal*, 2 vols., Lisboa, Avante!, 1976

⁹ Manuel Tiago (pseudonym of Álvaro Cunhal), *Até amanhã camaradas*, Lisboa, Avante!, 1974

¹⁰ Idem, *A Estrela de seis pontas*, Lisboa, Avante!, 1994.

¹¹ First published in French as *Les luttes de classes au Portugal à la fin du moyen age*, Paris, Centre d'études et de recherches marxistes, 1967; *As lutas de classes em Portugal no fim da Idade Média*, 3^a ed., Lisboa, Caminho, 1998.

Nevertheless, the fact that the movement was centered on the military and developed in an historical situation in which the ideals of anti-fascism and the cultural influence of communism were no longer in their prime, couldn't fail to have negative consequences for the subsequent evolution of the revolutionary process.

For a year and a half, the course of events confirmed in great measure the perspective about the development of the Portuguese revolution which one decade earlier Cunhal had sketched in his most famous book, "Rumo à Vitória" (Towards Victory)¹². The conquest of democratic liberties opened a space for the development of popular struggles which led the Conservative forces to successive attempts against the new democratic situation. As these attempts failed, new social advances became possible and necessary in order to strengthen the democratic regime. Some measures of socialist content began to be implemented through nationalization of big business and land reform. But the end of the colonial war soon cut the ground on which the socialist drive of a part of the Army rested. On the other hand, the dominant electoral influence of the Socialist Party and its orientation towards the integration of Portugal in the European Union soon put an end to the revolutionary process and initiated what Cunhal aptly characterized as the beginning of the counter-revolution.

¹² Álvaro Cunhal, *Rumo à Vitória: As tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*, edições Avante!, 1964; now in Álvaro Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. III (1964-1966), Lisboa, Avante!, 2010.

VI.12.

Rumo com memória



João Arsénio Nunes

Rumo com memória — uma questão de identidade *

Com um título brincalhão, provocatoriamente alusivo ao célebre *Rumo à Vitória* de Álvaro Cunhal, dois politólogos ensaiam uma análise crítica dos fundamentos da política do PCP, o diagnóstico da sua recente crise e um prognóstico do seu fim próximo. Os três aspectos são relativamente independentes e *grosso modo* correspondem aos três capítulos por que se distribuem os nove ensaios, escritos independentemente por cada um dos autores.

Estes necessitam e merecem apresentação. Típico duma das variantes da geração de 68 portuguesa (n. 1950), Carlos Gaspar foi, segundo a notícia da contracapa, comunista marxista-leninista nos anos em volta da revolução de 74 e é desde há muitos anos consultor dos Presidentes da República — a unidade desta vida é a que deriva da condição, inata segundo a mesma fonte, de «conspirador». Mal entrado nos 30 anos, Vasco Rato fez no Canadá uma tese sobre o PCP e o eurocomunismo. Ambos ensinam no departamento de Relações Internacionais da Universidade Lusfada.

Da revolução democrática e nacional...

O primeiro dos «Ensaio Revolucionários» (título do primeiro capítulo, a insistir numa ironia que serve sobretudo de veículo a um desdobraimento narcísico) é o prato de resistência teórico do conjunto — uma análise razoavelmente aprofundada da teoria da «revolução democrática e nacional» (RDN) que governou a estratégia do PCP desde 1964. Dele se pode dizer o que é costume afirmar do *Capital* — que quem conseguir superar com êxito o capítulo I não deparará com mais dificuldades impossíveis no percurso.

A pedra angular da análise é colocada com a definição do PCP como «partido totalitário derivado». O leitor

comunista, e em geral o leitor de espírito livre, não deve intimidar-se com o gracioso terrorismo da pretensa definição, nem desistir da leitura. Ao que Gaspar quer aludir é a duas características dos partidos comunistas, à contradição que entre elas se joga, e ao modo como é resolvida: a característica de partido revolucionário no quadro de um Estado nacional, que está vocacionado para governar com autonomia, e a característica de parte dum movimento internacional originado noutra Estado, a Rússia. O que positivamente fascina o autor e motiva a sua investigação é a constatação de que o PCP conseguiu a partir de 1964 elaborar uma concepção coerente e profundamente nacional do seu caminho revolucionário sem atenuar as suas ligações internacionais, antes reforçando-as em simultâneo.

Nesta indagação, Carlos Gaspar toma a sério a teoria da revolução democrática e nacional, que se dispõe a analisar como a «novela» portuguesa do género a que chama «ficção leninista». Esta disposição é em si mesma de assinalar e saudar, tendo em conta a quase completa ausência, tanto dentro como fora do partido comunista, de um interesse analítico por esta temática, e o facto de a ignorância dela ser um dos suportes mais constantes da generalizada vontade de não entender que é a principal característica do jornalismo e da publicística portugueses relativamente ao PCP.

As primeiras páginas são assim constituídas por uma descrição (razoavelmente esboçada, em vista da complexidade e aridez do assunto) das elaborações, na história do movimento comunista desde Lenin, acerca da relação entre revoluções democráticas e socialismo, que permite situar a teoria da RDN na continuidade dessas elaborações e ao mesmo tempo definir a sua relativa originalidade e especificidade. O autor pôde aqui fazer render o aproveitamento do seu estágio juvenil no marxismo-leninismo. Assinalando (nesta passagem com certa graça, cf. p. 27) como o discurso em que se exprime a concepção do PCP é marcado pela sujeição a certo número de cânones linguísticos do Movimento Comunista Internacional (MCI), reconhece entretanto que foi possível nos quadros dessa linguagem uma compreensão da realidade portuguesa que punha em destaque o que nela havia de específico e irredutível, e em correspondência formar uma

(*) Recensão a: Carlos Gaspar e Vasco Rato, *Rumo à Memória. Crónicas da Crise Comunista*, Quetzal, Lisboa 1992, 339 pp., 2 500\$00.

estratégia igualmente específica, e neste sentido original. Tanto, que — *nota bene* — «não é possível certificar inteiramente o *imprimatur* soviético à “revolução democrática e nacional”» (p. 30).

... à Revolução de Abril

A descrição da estratégia do PCP até 1974 é assim no geral objectiva, apesar de certa unilateralidade — para quem quiser perceber, é claro que na análise do partido a tese do «colonizador colonizado» forma um todo com a apreensão da especificidade do regime fascista e da simultaneidade entre atraso relativo e dependência externa e predomínio das relações capitalistas. Na análise posterior a 1974, a objectividade já cede mais vezes o passo a certos simplismos — como ao dizer-se que o *slogan* da «aliança povo-MFA» veio «substituir a aliança entre o proletariado e as classes médias antimonopolistas» (p. 32), quando na realidade a concretizava na esfera imediata da acção política. Mesmo assim, Gaspar percebe e afirma bem que a «contradição entre o quadro dos objectivos programáticos do Partido Comunista e a sua atenção prioritária sobre a conjuntura» é apenas «aparente», e quem o leia com atenção fica a conhecer melhor a coerência dialéctica da estratégia e tática do PCP, que nunca perdeu de vista o «mapa», como ele diz, da revolução democrática e nacional.

O que realmente o perturba é que o curso da revolução iniciada em Abril de 74 tenha em larga medida confirmado a hipótese elaborada pelo PCP dez anos antes, no sentido de que a conquista da democracia política veio associada a profundas alterações da estrutura económica e das relações de classes em geral, por seu turno vinculadas a uma enorme influência do próprio partido. Esta realidade fundamenta um aspecto característico e central das posições do PCP até hoje, que é o motivo de particular enervamento dos adversários; o considerar indissociáveis, nas condições portuguesas (supondo naturalmente a independência nacional), a democracia política e as mudanças sociais realizadas. Prende-se com esta tese, no confronto com a evolução que se acentuou nos últimos anos, o facto de «a sua [do PCP] visão operacional sobre as condições políticas internas continua(r) fixada na percepção de um estado prolongado de instabilidade e de incerteza» (p. 40).

É esta uma «ficção» — como aqueles romances empolgantes pelo realismo ao ponto de superarem as emoções da vida — que manifestamente o irrita, sobretudo por se revelar «inalterável por ventos e marés» (p. 46). Gaspar começa por tentar explicá-la por uma mania geral dos partidos comunistas de encararem a política como dinâmica de relações de forças, para depois dizer que «nos países da Europa Ocidental (já) deixaram de empregar esta linguagem» e a seguir tentar descobrir uma incongruência na manutenção de objectivos estratégicos formulados antes de 1974, incongruência que finalmente conclui não existir. É das passagens mais oscilantes e substancialmente mais confusas da obra. Carlos

Gaspar parece ignorar que a problemática das condições da existência da democracia (i. e., numa análise que vai para além da definição dos mecanismos técnico-políticos) é tudo o que há de mais actual na ciência política, inclusive não marxista, que nos últimos anos dedica crescente atenção aos problemas da génese e do colapso dos regimes democráticos. Contrapõe também (p. 41) o projecto do PCP à possibilidade do pluralismo democrático, o que nem mesmo em relação ao programa de 1965 seria rigoroso. E conclui prognosticando (p. 46) que o «mito» estratégico do Partido, vinculado à existência numa geração dirigente em vias de desaparecimento, teria de ser destruído por uma nova geração, como condição de existência desta. Isto é escrito em 1985. Em «Nota de 1991» (p. 46) o autor constata que afinal a revisão programática do Congresso de 1988, ao formular a passagem ao objectivo da «democracia avançada no limiar do séc. XXI», evitou a ruptura programática, e geracional, que anunciara. Mas, em vez de repensar o raciocínio, mantém integralmente o texto, dir-se-ia que «inalterável por ventos e marés» — só que estes são os da realidade de uma vida partidária que o desmente.

O segundo estudo do volume, também da autoria de C. Gaspar, intitula-se «O lugar de Zareodov — a engenharia política leninista e a revolução portuguesa.» É uma laboriosa especulação (não utilizo aqui a palavra pejorativamente), a propósito das teses de um articulista soviético, sobre as possíveis relações entre o comportamento do PCP na revolução de 1974-75 e a estratégia soviética para a Europa, no quadro das controvérsias do PCUS com os partidos «eurocomunistas». Não analisarei aqui o fundo da questão, para que me falta competência. É de assinalar entretanto a oscilação interpretativa da conclusão (pp. 83-85), que começa por atribuir a política dos comunistas portugueses a um «zelo excessivo» numa «excessiva dependência» da política soviética e em afrontamento ao «bom senso político», para no parágrafo seguinte reconhecer que afinal a orientação do PCP era a que estava de acordo com as suas próprias tradições e princípios como enunciados desde pelo menos 1961. Como explicação dos insucessos do partido são apresentados os desgastados lugares-comuns do «sectarismo anti-socialista», «manipulação do MFA» e «obsessão com o controle do aparelho de Estado», além, está claro, da «rejeição ostensiva da democracia política», que por evidente dispensa demonstração. Não lhe ocorre que a oposição do partido socialista a uma mudança de fundo das relações de classe no País (em contradição com as formulações verbais, mas abundantemente demonstrada pela história desde então decorrida), fosse um factor de contradição inevitável entre os dois partidos. Nem distingue entre o que era a política do partido comunista e os limites que à aplicação dela impunham as características da cultura nacional incluindo a dos seus apoiantes, a existência de outros factores políticos no campo da esquerda e *last but not least* as características próprias dos sectores militares sobre que influía, mas que estava longe de poder controlar. Mesmo assim, é obrigado a reconhecer que, nas circunstâncias dadas, «é notável até

onde o PCP conseguiu chegar, e como pôde sobreviver e crescer depois da revolução».

Reconhecimento que, honra lhe seja, só demonstra «bom senso».

O PCP e o eurocomunismo

Com o ensaio de Vasco Rato, «O PCP perante o eurocomunismo», entramos, não tanto num terreno temático inteiramente novo, como num outro estilo literário. Vasco Rato tem ainda frescos os métodos de redacção do «trabalho» de aluno universitário. Estas 40 páginas cumprem todos os requisitos formais da exposição académica, com as suas bem arrumadas divisões e a prioridade à descrição do conteúdo das fontes.

O resultado do método, porém, é que Rato reproduz perfeitamente a coerência estratégica do PCP mas, aparentemente insatisfeito com o resultado, acaba por justapôr à descrição umas observações críticas que não parecem identicamente coerentes nem fundamentadas. Reconstruindo a política do PCP desde os anos 50 na sua relação com a destalinização no MCI, assinala muito pertinentemente que «a originalidade do comunismo português constitui um elemento fundamental para a explicação da não adopção, por parte do PCP, da opção eurocomunista» (p. 101). Essa originalidade, como decorre do seu resumo, resulta da própria teoria da revolução democrática e nacional. Na medida em que a ruptura revolucionária, com as correspondentes transformações sociais, coincide com a conquista da democracia política e supõe um amplo leque de alianças de classes, ela contém já as características de compromisso social preconizadas pelo eurocomunismo. Por isso, quando passa da descrição do programa da RDN à análise dos acontecimentos posteriores ao 25 de Abril, o autor não pode deixar de constatar, em conclusão, que «o partido assumira uma postura moderada, se bem que superficialmente [porquê?, JAN] para com a sociedade portuguesa» e vai ao ponto de afirmar, com assinalável perspicácia a meu ver, que «este partido adoptou efectivamente um tipo de criptoeurocomunismo» (p. 115). O que isto significa é que a estratégia do PCP, ao recusar-se (contrariamente à generalidade das outras correntes de oposição ao fascismo) a formular o objectivo da liberdade política separadamente dum programa de transformações sociais, criou as condições mais favoráveis para que, no processo de instauração da democracia, se criasse um nexo indissolúvel entre instituições democráticas e mudança social, nexo este que a doutrina «eurocomunista» sempre apregoou como o seu anelo mais essencial. Nem esta similitude deve surpreender. Na verdade, no que ainda tinha de marxista, o «eurocomunismo» era a actualização dum problemática da relação entre projecto socialista e revolução democrática de velhas tradições no movimento socialista e comunista — não só desde Lenin, mas desde Marx e passando pela II Internacional. Problemática de novo retomada no período das Frentes Populares e da guerra civil de Espanha e ainda continuada, com elaborações de muito in-

teresse — o autor devia pelo menos ter presente a «*Nova Democracia*» de Mao Tsé Tung — durante a II Guerra Mundial e as revoluções a ela subsequentes na Europa de Leste. Foi concretamente neste quadro que nasceu a teoria da «democracia popular» — sem dúvida uma das fontes do projecto da RDN —, teoria cujo valor não pode ser sumariamente liquidado por uma referência ao que foram os seus destinos nas condições da guerra fria.

Tendo conseguido captar com tanta clareza a coerência das concepções e práticas do PCP, não se percebe por que é que nalgumas passagens Vasco Rato se despede desta objectividade, com a consequência de entrar em abertas contradições — como entre a insinuação, a pp. 109, de que o PCP era contrário à realização de eleições, e o reconhecimento, duas páginas adiante, de que «para o PCP as primeiras eleições legislativas constituíam um importante acto político», «independentemente dos seus resultados», na medida em que formalizavam a passagem da mera «situação democrática» ao «regime democrático [...] que o PCP tanto se empenhou em criar» (p. 111).

A parte final deste ensaio, acerca dos «condicionamentos externos» (relações do PCP como o PCUS, por um lado, com os partidos da Europa Ocidental, por outro) não merece grande detença. Abunda em trivialidades e observações unilaterais (como uma pretensa adopção pelo PCP do «modelo de Leste», a vontade de exercer a ditadura do proletariado e outras do estilo), que estragam a impressão de considerável inteligência da política dos comunistas portugueses proporcionada pelo capítulo anterior. Salve-se em todo o caso a avisada conclusão de que «se o PCP adoptasse uma orientação eurocomunista (i.e. não leninista, JAN), não teria tido êxito, nem deteria, como realmente sucede, uma implantação tão forte na sociedade portuguesa» (p. 123).

A crise do PCP

Ao passo que os ensaios até agora referidos foram escritos entre 1984 e 1987 (em condições em que a evolução internacional ligada à «perestroika» só tenuemente fazia sentir os seus efeitos em relação ao PCP) e têm um carácter acentuadamente teórico, os restantes são artigos de acompanhamento da recente crise do partido publicados entre 1988 e 1991 em revistas portuguesas e americanas ou, quanto aos dois últimos, escritos de propósito para este volume.

Apesar deste carácter de intervenções de circunstância, os vários textos são bastante unitários na tese que desenvolvem (aliás retomada e radicalizada no «Epílogo»), não evitando de resto sobreposições. Formado na dialéctica leninista que ensina a ver as situações de crise como acumulação de contradições (que inevitavelmente conduz a uma ruptura na medida em que estas convirjam), Gaspar aposta no carácter final da crise actual do partido justamente por ela condensar quatro problemas inextricáveis: crise do comunismo internacional e desaparecimento da URSS, crise ideológica e de identidade, crise da estraté-

gia e crise da liderança (ou da «sucessão», na terminologia monárquica dos autores).

*ambição
nudes*

Alguns destes elementos estão já presentes na análise de Vasco Rato sob o título «Anatomia de uma crise», que abre esta parte e foi escrita em princípios de 1988, logo a seguir ao aparecimento do «documento dos seis». Análise que, sem ser profunda, é interessante nas questões que coloca. Rato regista em primeiro lugar que, sem quebra dos vínculos com o MCI e a URSS, o PCP desenvolveu em 1974-75 uma política de alianças revolucionárias, que permitiu fossem realizadas em Portugal transformações socioeconómicas ambiciosas pelos PC de Espanha, Itália e França e mesmo «que ultrapassavam, até certo ponto, as medidas que os demais partidos “eurocomunistas” pretendiam», em consequência «tornando uma “eurocomunização” do PCP desnecessária» (p. 136). Esta eficácia do partido é posta em relação com factores da cultura política portuguesa e das suas tradições, no contexto das quais o centralismo democrático se revelou «uma forma de organização muito resistente», cuja negação «implicaria, para o PCP, a perda da sua identidade e o seu rápido e consequente declínio» (p. 137). Factores culturais e organizativos, complementados pelo que designa como «mitos» heróicos, fizeram com que, pelo menos nalgumas regiões do País, o PCP fundasse «uma subcultura fechada» ou mesmo (para usar uma expressão que surge noutra local) quase uma «contra-sociedade». Este enraizamento social foi completado, ao nível do Estado, pela Constituição, na qual se corporiza um conjunto de instituições tornadas possíveis pelas alianças do partido «com outros sectores da vida política nacional». Mesmo no período de retrocesso, a política de alianças foi mantida, em direcção ao PS (en) quanto possível, e ainda nas coligações eleitorais (que não valem só como facto mas como princípio) e em relação aos movimentos sociais.

Este edifício quase perfeito estaria agora condenado a desmoronar-se: a perestroika priva o partido do seu referente internacional, a modernização económica priva-o da estabilidade da sua base social, a difusão dos media elimina a possibilidade de uma «contra-cultura» ou contra-sociedade. Com a revisão constitucional, deixa de ser possível identificar a reposição do capitalismo com a destruição da democracia, tese que sustentava a RDN, e o partido fica privado de programa. Finalmente, a emergência de fracções vem pôr em causa a estrutura orgânica do centralismo democrático.

É este mesmo complexo de questões que organiza os artigos de Carlos Gaspar, escritos entre 1988 e 1991, que preenchem quase todo o resto do livro. Aliás, todos eles são variações e tentativas de actualização a partir do primeiro da série — «O deserto dos tártaros revisitado» —, que ocupa na obra um lugar significativamente central.

Em cada um destes textos, Carlos Gaspar começa por reconstituir o percurso do PCP na política portuguesa desde 1974, acentuando sempre a contradição nuclear entre uma evolução objectiva, que terá estabilizado a democracia em condições capitalistas, e a estratégia da RDN, que supunha uma incompatibilidade de fundo entre democracia e capitalismo e consequentemente a impossibilidade de tal

estabilização. A partir de 1986, com a derrota da candidatura de Zenha à Presidência da República, e sobretudo de 1987, com a maioria estável do governo de direita, a «ficção» revolucionária comunista ter-se-ia tornado insustentável. Juntava-se a isto a crise dos apoios internacionais do partido derivada da evolução da política soviética, a emergência duma crise interna simbolizada pelo aparecimento do «grupo dos seis» e o famoso «problema da sucessão».

O que impressiona ao longo destes três ensaios, que aliás substancialmente se repetem, é a contradição recorrente entre o postulado de base segundo o qual o dogmatismo do PCP, crescentemente desfasado da realidade portuguesa, o devia condenar à marginalidade, e a verificação repetida de que, em vez disso, as soluções adoptadas foram as que melhor permitiram consolidar, ou pelo menos evitar um maior enfraquecimento da influência do partido. Com igual persistência, o desconforto que esta constatação gera é esconjurado pela remissão para o domínio mágico da genialidade do secretário-geral. Enquanto este, «por uma razão ou por outra, se recusa a ter um sucessor», tudo vai bem, isto é, o ciclo vital do partido não irá além do seu principal dirigente, e a avançada idade deste permite todas as esperanças — até aqui Gaspar adere, em formas aliás mais bem educadas que o costume, à espécie de invocação regicida que parece ser o máximo político-teórico alcançado pelos analistas do PCP quanto à prospectiva do futuro. O problema começa porém quando se verifica que afinal a «sucessão» deixou de ser problema, e entretanto o partido renovou o seu programa e saneou a sua situação interna pela clarificação das questões disciplinares. Afinal, da «acumulação de contradições» da qual, como bom ex-leninista, o autor esperava o «desenlace», o que resta? Restaria, à primeira vista, a perda do referente internacional consubstanciado pela URSS e o campo socialista. Mas é evidente, mesmo para quem queira atribuir a tal referente o significado de um «modelo» do PCP, que a recusa deste a aceitar a visão miraculosa da perestroika só reforça a sua credibilidade (interna e internacional) num mundo onde a perestroika já não existe. De maneira que se tem de se concluir que, da teia inextricável de contradições que asfixiava o PCP, não resta nenhuma.

O reconhecimento destas realidades tem, como referi, uma consequência muito curiosa na arquitectura destes textos. É que, enunciando todos eles como propósito analisar os factores de uma crise que, por pôr em causa os próprios elementos constitutivos da identidade do partido comunista, só podia ser fatal, invariavelmente acabam por fazer ressaltar um conjunto de ganhos que mostram as soluções adoptadas como as mais capazes de lhe assegurar a conservação e ulteriores progressos. Num deles («Moderada Decadência», publicado originariamente numa revista americana em princípios de 1990) faz-se mesmo a concluir (pp. 217-220) uma seriação de êxitos que poderia ser retomada em qualquer publicação de propagação do partido: com efeito, este conseguiu: 1.º limitar o declínio eleitoral e continuar a ser o partido mais votado numa grande parte do País, 2.º manter-

se como um grande partido (noutro texto mais recente observa-se pertinentemente que «depois do PCI ter deixado de existir como partido comunista, o PCP tornou-se, em termos comparativos, o maior da Europa democrática»), 3.º manter-se a força política mais influente do mundo sindical, e em particular nos grandes sindicatos, 4.º manter a coesão e evitar uma cisão significativa, 5.º «ceder o mínimo no terreno ideológico e da organização, apesar das pressões», no que se reconhece uma «estratégia da coerência», 6.º superar o isolamento, graças à «disponibilidade» para a aliança com o Partido Socialista na eleição municipal de Lisboa.

Os comunistas num dilema

Verificada assim a inconsistência das expectativas do declínio e extinção inexoráveis, a crítica passa a orientar-se segundo outras duas perspectivas, tendencialmente contraditórias: uma, a de que pode vir a dar-se uma catástrofe económica e política nacional que confirmaria as hipóteses iniciais do PCP sobre a inconsistência da democracia burguesa em Portugal e o faria emergir como porta-voz revolucionário «de todos os grupos e estratos sociais excluídos, ou marginalizados», dos «deserdados». Seria a concretização duma possibilidade revolucionária e violenta, conjugada com o internacionalismo do apoio aos povos do Terceiro Mundo no «assalto destes contra as fortalezas europeias». A hipótese alternativa consistiria, aceitando como um dado o fim dos três elementos constitutivos da identidade comunista (ditadura do proletariado, centralismo democrático e internacionalismo proletário), em o partido conseguir valorizar o seu passado histórico nacional para a realização de «funções de representação política internas necessárias e específicas». Quer dizer, ou ocorre uma crise social de tal ordem que o partido poderá manter o comportamento revolucionário fiel à sua natureza antiga — mas pelo preço de implicações ditatoriais que contradizem os seus propósitos afirmados e todo o programa de «democracia avançada»; ou é um dado a estabilização democrática em condições capitalistas, e então o partido poderá desempenhar um papel reformista muito interessante de representação de certos grupos sociais, mas que já nada tem a ver com os princípios estruturantes da identidade comunista. Ao pôr assim as coisas, tento dar um sentido claro às alternativas que Carlos Gaspar coloca. Mas deve acrescentar-se que, na preocupação de não deixar escapar nenhuma hipótese, ele acaba por admitir tudo e o contrário, culminando a série de duplas negações num *lapsus calami* estimulante para todos os comunistas. Com efeito, segundo Gaspar, pode ser que o partido se isole, ou pode ser que saiba, graças a Cunhal, «dar à utopia revolucionária a tradução actualizada» (p. 327); mas, se não, também «nada obstará a que o PCP escape ao desencanto e à catástrofe» (ibidem). Afinal, o futuro do comunismo em Portugal não poderia estar mais garantido.

A identidade comunista

Este tremendo dilema em que o PCP é colocado, entre o Sila de um extremismo de implicações totalitárias e o Caribde da «banalização completa» de um vulgar reformismo, é inatacável sob a condição de se lhe aceitar a premissa. Esta é sintetizada a p. 320, onde se afirma que, tendo os partidos comunistas sido formados «para constituírem partes integrantes de um monolito, o partido mundial único, cujo centro era a direcção soviética», daí derivam os «três pilares» fundadores da respectiva identidade: centralismo democrático, ditadura do proletariado e internacionalismo proletário. É claro que os autores sabem muito bem que o tal «partido mundial único», a III Internacional (Internacional Comunista, Comintern), foi extinto há 50 anos (1943). Isto é, a história dos partidos comunistas posterior a essa data constitui mais do dobro do tempo em que estiveram ligados à dita Internacional. Mas, em vez de se colocarem o problema de explicar esta história no seu conjunto, e de verem o fenómeno comunista como realidade cuja caracterização só é possível tendo em conta o conjunto dessa história, preferem olhá-la como degradação linear a partir de uma matriz originária, que atingiria agora, com o desaparecimento da URSS, o ponto de irreversibilidade.

Obviamente ninguém pretenderá afirmar que muitas das características, não só do molde organizativo forjado pelo Comintern, mas das próprias perspectivas e expectativas desse período, nomeadamente da avaliação da relação entre a URSS e o movimento operário internacional, não tenham ultrapassado o período de existência da IC. Também ninguém pretende ignorar que o fim da URSS e do campo socialista na Europa tem implicações de todo o tipo para os partidos comunistas. Mas, se se reconhece que as mudanças actuais vêm na sequência duma evolução de décadas, e que há muito os partidos comunistas deixaram de se conceber e estruturar como os «destacamentos da revolução mundial», então é inevitável concluir que a sua existência e operatividade no meio século decorrido desde o fim do Comintern, e nos 70 anos passados desde o fim da tentativa de «revolução mundial», só pode ser explicado por terem uma personalidade própria e desempenharem funções que mais ninguém assume.

A avaliação das realizações e potencialidades dos partidos comunistas não pode então ser aferida por um mero confronto com os seus desígnios de nascença. Ela passa necessariamente pela visão ampla do conjunto da sua história, no contexto da história contemporânea e em especial no do conjunto da história do movimento operário.

Nesta perspectiva, é sem sentido colocar o problema de uma alternativa entre a cópia dos comportamentos, métodos e análises do bolchevismo de 1917 (ou do comunismo do período da III Internacional) e a social-democracia. Sem dúvida os comunistas foram, na história do século XX, os representantes práticos do marxismo, no sentido de que, em todas as questões das sociedades contemporâneas puseram e põem em primeiro plano a contradição entre trabalho e capital, portanto a objectividade

da luta de classes, e formularam o projecto de uma sociedade do trabalho emancipado (isso a que é moda chamar a utopia comunista). Não se vê em que é que o desaparecimento da URSS ponha em causa tal análise e tal projecto — já sem falar no que o futuro reserva quanto à evolução dos países onde houve experiências de socialismo.

Mas significa isto que o futuro do comunismo esteja numa «reunificação da família socialista», i.e. numa fusão com os partidos da chamada Internacional Socialista, num momento em que estes procuram desembaraçar-se de quaisquer restos que na sua ideologia pudessem existir de uma posição de classe e de uma alternativa de sociedade? Parece que basta pôr a questão para ela ficar respondida.

Decerto que uma mudança de fase na história do movimento operário, como a que hoje atravessamos, implica mudanças no horizonte de experiências disponível, portanto também nos objectivos e na definição dos ritmos, nos métodos, nas tecnologias de organização, nas «sensibilidades», na cultura política em suma. Tal mudança pode significar também redefinição de fronteiras dum partido ou dum movimento internacional — no que respeita ao internacionalismo, há vários anos que a questão é explicitamente posta pelo PCP. Aliás, afastada nunca ela esteve durante a própria história da Internacional Comunista: não só todo o período de formação, até 1924, conhece uma série de cisões, fusões e refundições em permanente relação com as várias correntes socialistas, e sindicalistas, como em pleno «estalinismo», no período das Frentes Populares, o problema das condições de reunificação dos partidos operários foi expressamente colocado, até por Dimitrov. Na equacionação desse assunto, o próprio nome de «comunista» nunca foi uma questão sagrada. Muitos partidos comunistas se fundiram no segundo pós-guerra com partidos socialistas e correspondentemente mudaram de nome; é sabido por outro lado como, ao longo das suas vidas políticas, Marx, Engels, Lenine se acordaram variavelmente com as designações de «comunista», «socialista», «social-democrata».

Só nesta perspectiva de conjunto da história do movimento operário é lícito colocar, como «três pilares» do comunismo, o centralismo democrático, a ditadura do proletariado e o internacionalismo proletário. De facto são três elementos presentes na política do marxismo (desde o período da Liga dos Comunistas, de 1847) que, como tais, não há nenhuma razão para questionar. A III Internacional, em relação com a experiência revolucionária russa, deu-lhe uma acentuada explicitação, e nesse processo uma concretização necessariamente ligada às circunstâncias da época e à concepção das tarefas da revolução mundial. Tal explicitação e concretização formarão sempre — para todos os efeitos — uma experiência inesquecível, mas também não é mais do que isso.

Resta dizer duas palavras sobre o dilema que se pretende estabelecer entre uma opção revolucionária necessariamente violenta, tendente à mobilização dos estratos mais explorados, fiel ao modelo da revolução russa, e outra consistente com «os pressupostos mais

moderados e civis da «democracia avançada», os quais fazem apelo ao pluralismo, ao Estado de direito e à interdependência nas relações internacionais» (p. 242). Não vale a pena discutir aqui as fantasias de Carlos Gaspar quanto à pretensa «concentração dos esforços» comunistas na coligação dos «marginalizados da modernização» apressadamente equiparados a um lumpenproletariado, este por seu turno promovido a «pior inimigo» duma imaginária «classe histórica» dos marxistas. Apenas assinalar que, sendo justo colocar o problema da violência e dos seus custos na evolução histórica como uma questão política central, seria inconcebível para marxistas pô-la como uma «opção», como uma escolha entre «métodos» distintos. Ao contrário do que muitas vezes se afirma, o leninismo não ignorou o princípio metodológico de Marx, segundo o qual nenhuma formação social desaparece enquanto se não esgotaram as possibilidades de desenvolvimento civilizacional nela contidas. Simplesmente, diagnosticou acertadamente no fenómeno imperialista e na barbárie historicamente inédita por ele gerada — a Guerra Mundial — esse esgotamento do capitalismo, e a possibilidade/necessidade do princípio doutro tipo de formação social. As dificuldades, atrasos e fracassos da formação deste outro tipo de sociedade, socialista, nada demonstram acerca das capacidades civilizacionais do capitalismo — mas as duas guerras mundiais, os fascismos, o terror nuclear, a destruição do ambiente e dos recursos, as desigualdades, a situação do Terceiro Mundo como marginalização e destruição da força produtiva do homem, demonstram, pelo contrário, muito.

A equacionação dos objectivos concretos e dos métodos duma transformação político-social só pode fazer-se em cada situação determinada. As suas condicionantes são na sua maior parte exteriores às forças que nela se propõem uma intervenção activa, mas tanto são elementos «objectivos» como as formações e disposições da psicologia social de uma época e de uma sociedade em concreto. O temperamento, os objectivos e os métodos dos bolcheviques e dos pioneiros da III Internacional têm certamente que ver com o projecto duma «revolução mundial», mas são, muito para além disso, indissociáveis do sentimento de colapso de um mundo e de urgência de um mundo diferente — a que corresponde todo o tipo de formações «utópicas» —, que não foi invenção dos comunistas, mas atravessa globalmente as mentalidades, em particular as mais diversas correntes intelectuais, do primeiro quartel do século XX.

Nestas condições, as insinuações acerca duma pretensa disposição do PCP para capitalizar um potencial de oposição violenta ao curso actual da restauração capitalista em Portugal não podem deixar de ser perturbantes. O que elas significam é, ao fim e ao cabo, o reconhecimento de que a evolução político-social que vivemos tende a provocar situações brutalmente marginalizantes e discriminatórias tendentes a gerar reacções violentas dos que dela são vítimas. Perante isto a atitude do autor faz lembrar a dos letrados burgueses do período da revolução industrial, que identificavam as «classes laboriosas» com as «classes perigosas» — em

linguagem mais moderna dir-se-ia «os grupos que a modernização torna funcionalmente supérfluos» (p. 241) —, e perante elas respondiam com comportamentos que tinham tanto de pânico como de disposição terrorista.

Não é o PCP (a «ideologia totalitária») que «não pode sobreviver sem os movimentos históricos que resultam das grandes catástrofes» (p. 242). Tanto pode, que empenha todas as energias em evitá-las — e, também por isso, propõe o programa, «moderado e civil» como bem diz o autor, da democracia avançada (depois das

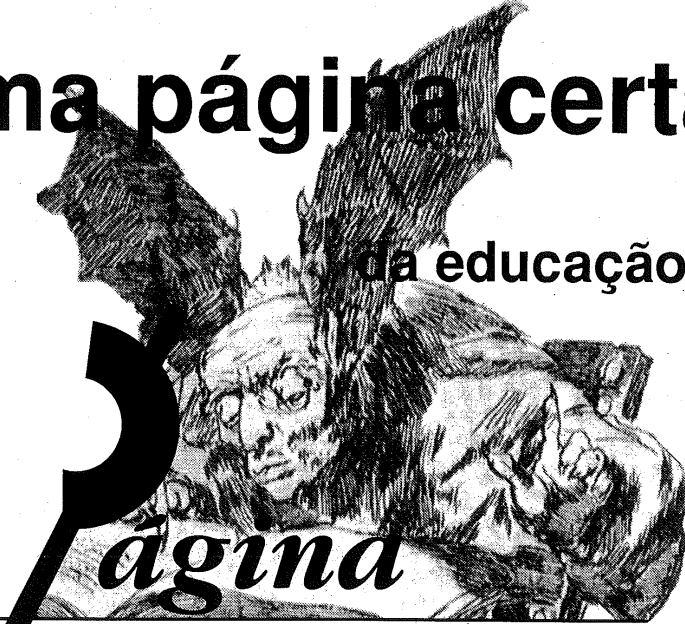
propostas, igualmente moderadas e só temperadamente militares, do período da revolução de Abril).

Jogará nesta atitude o PCP a sua identidade, isto é, haverá neste comportamento uma tal quebra de continuidade com o passado, que se possa dizer que o partido «provavelmente vai sobreviver, mas não voltará a ser o mesmo» (p. 240)? Não haverá nenhuma característica essencial que, mantendo-se, mantenha a sua personalidade de partido comunista português?

Nenhuma? Nem ao menos a característica de... «conspirador nato»? ▼

uma página certa
da educação...

inquietante
a página



nas bancas na 2ª quinta feira de cada mês

▲ ISTO É . PORTO

VI.13.

Comunismo e democrazia

João Arsénio Nunes

Comunismo e democracia (Tréplica a Carlos Gaspar)

Sob o título *Sinais de identidade* publicou Carlos Gaspar no último número da *Vértice* uma réplica ao comentário que há cerca de um ano escrevi a propósito da colecção de ensaios de que é co-autor, *Rumo à Memória — Crónicas da Crise Comunista*.

Não é sem surpresa que leio a declaração, que introduz este seu mais recente escrito, de que não pretende «procurar um terreno de polémica política», já que o não movem quaisquer «estados de alma excessivos nem sobre o movimento comunista, nem acerca da história do Partido Comunista Português, e muito menos quanto ao seu destino».

Singular afirmação esta, da parte de quem dedicou oito anos (1985-1992) à composição de escritos cujo tema exclusivo é justamente o movimento comunista, o PCP e a sua história (e muito mais o seu destino). É caso para perguntar, se tudo isso foi escrito sem paixão, o que seria se ela existisse. E também é de notar que tão desapassionada investigação o levou a classificar o PCP como «partido totalitário derivado» e os comunistas como «clientes portugueses» (da URSS) e a auspiciar uma cisão do partido, para já não falar da bondosa intenção de o remeter rapidamente para os territórios da «memória», a qual sintetiza lapidariamente o projecto a que se devotou.

Ainda a «Revolução democrática e nacional»

Duas questões essencialmente são

tratadas por Carlos Gaspar na sua resposta às minhas observações: o programa da revolução democrática e nacional, que ele considera ter sido desmentido pela evolução verificada em Portugal após Abril de 1974; e a crise do PCP nos últimos anos. Pelo meio, há outras observações e referências, frequentemente pouco a propósito, como veremos.

Tentando contrariar a minha ideia de que «o curso da revolução iniciada em Abril de 1974 (confirmou) em larga medida a hipótese elaborada pelo PCP dez anos antes, no sentido de que a conquista da democracia política veio associada a profundas alterações da estrutura económica e das relações de classes em geral», o meu interlocutor atribui ao projecto revolucionário do PCP conteúdos que nada têm a ver com o que se encontra no programa aprovado em 1965 no VI Congresso, nem no relatório *Rumo à vitória* que esteve na base desse programa. É assim que, com o máximo à vontade e sem nenhuma preocupação de fundamentação, afirma que o mencionado relatório decreta a «incompatibilidade entre a sobrevivência do capitalismo português e a instituição da democracia política». Declara também que o projecto da revolução democrática e nacional exigia nada menos do que «a destruição do capitalismo português e a transformação radical da sociedade, como condição prévia à instauração de uma democracia.» Ora isto não é só diferente, mas é o exacto oposto do que está no *Rumo à vitória*. Não só porque os oito pontos da revolução democrática e nacional,

mesmo que realizados na íntegra e compreendendo portanto a reforma agrária e a abolição do poder dos monopólios e do imperialismo, estariam ainda longe de corresponder a uma «destruição do capitalismo português» — tão longe que o programa de 1965 expressamente aponta a revolução socialista como objectivo a realizar numa fase histórica posterior. Mas essencialmente porque aquilo que efectivamente é formulado como primeiro dos objectivos da revolução democrática e nacional, como verdadeira *condição prévia* da realização de todos os outros e como «única condição que o Partido Comunista põe para a sua participação no governo» é «a instauração das liberdades democráticas e a realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte», com que se inicia o regime democrático (!).

Aparte isto, que é o essencial, são adiantadas ainda várias considerações sobre o circunstancialismo político da génese da proposta da «revolução democrática e nacional», que eu não discuti e que não se vê que relevância possam ter do ponto de vista da avaliação do respectivo conteúdo e eficácia — têm possivelmente tão pouca como a descoberta, se o é, da localização geográfica do VI Congresso. Mas é definitivamente uma balda estilística do meu interlocutor o hábito de interpolar no seu texto observações que nada têm a ver com a matéria em discussão — para que não percamos ocasião de aprender, por exemplo, que a Revolução de Outubro, causa de todos os aborrecimentos que de há anos ocupam o seu espírito, afinal se deve

apenas à «sorte que protegeu a audácia» de Lenin e Trotsky.

A crise do Partido Comunista

Outro dos aspectos do *Rumo à memória* a que dediquei alguns comentários foi a profecia quanto à «crise do PCP», que havia de ser fatal — daí o partido «rumar à memória» — pela acumulação de tensões que nela se continham, desde as relacionadas com o desaparecimento da URSS e o abalo do «marxismo-leninismo» ao problema da sucessão do secretário-geral, passando pelo pôr em causa do próprio modelo estratégico da revolução democrática e nacional. Nesses comentários limitei-me a chamar a atenção para que a realidade da acção do partido desmentia a situação de impasse em que se pretendia colocá-lo — nomeadamente pela adopção dum novo programa e eleição dum novo secretário-geral. Sublinhei por outro lado algumas contradições contidas nos próprios textos de Gaspar e o facto de ele ser obrigado a reconhecer que o partido mantinha a sua força social e a sua coesão, de tal maneira que, no capítulo final do livro, era obrigado a deslocar a sua argumentação para um terreno que já nada tinha a ver com os factores de crise inicialmente enunciados.

No seu artigo, Carlos Gaspar não responde às minhas observações a este respeito, limitando-se a ironizar com a beatitude da minha fé comunista, que teria como implicação a ideia de que «a crise nunca existiu».

Efectivamente, numa visão retrospectiva dos acontecimentos da última meia dúzia de anos, parece-me problemático considerar que o PCP tenha nalgum momento atravessado uma crise séria. Isto não significa que não tenha havido e continue a haver problemas. O conceito de crise, porém, é mais exigente, e supõe a acumulação de contradições que os autores do *Rumo à memória* quizeram ver reunidas na simultaneidade de perda de apoios e referências externas, divisões internas, desorientação programática e falta de liderança. Justamente esses factores é que fundamentavam o título que, com

tanta volúpia, escolheram para a sua obra, e com o qual se colocaram na vanguarda dos profetas domésticos do fim do comunismo.

Nos meus comentários, procurei sublinhar como os problemas de facto existentes no PCP não levavam a consequências tão lineares como os autores pretendiam, e destaquei como muitas das observações contidas nos ensaios mais recentes do seu livro relativizavam ou desmentiam conclusões sugeridas nos textos mais antigos. Passado mais um ano, o que se pode dizer? Quanto às dissidências internas, que elas revelaram uma completa incapacidade de estruturação em torno de qualquer análise ou programa coerente, e que os seus protagonistas, tendo começado por se dar como portadores duma renovação do comunismo, invariavelmente evoluíram para posições políticas distanciadas, e em certos casos muito distanciadas, de qualquer objectivo comunista. Correspondentemente, em lugar de prosseguirem uma acção política e organizativa coerente (e ao contrário do que sucedeu com as dissidências dos anos 60), retiraram-se para as suas vidas privadas ou para uma colaboração subalterna no âmbito da social-democracia.

Quanto aos efeitos do fim do campo socialista, seria estulto considerar que o PCP poderia ser imune a acontecimentos que afectam todo o mundo. Mas, para quem considerava que a dependência era tal que ele não podia ser tratado senão como *partido derivado* (em afronta ao conhecimento histórico mais elementar), não dá que pensar o facto de, dois anos depois do fim da URSS e do campo socialista, este partido continuar intacto na sua estrutura, na estabilidade dos seus corpos dirigentes, na sua capacidade de intervenção, e até em certo crescimento nos prognósticos da sua expressão eleitoral?

Desistindo de demonstrar *no terreno dos factos* a previsão de extinção do PCP ou do seu desaparecimento como partido comunista, restam dois argumentos: o fracasso duma concepção estratégica baseada na incompatibilidade entre democracia política e capitalismo; e o colapso dos três pilares doutrinários do comunismo — centralismo democrático, ditadura

do proletariado e internacionalismo proletário.

Os «três pilares»

Em relação a estes, já tive oportunidade de salientar como seria absurdo querer considerá-los apenas na definição que tiveram durante os anos da III Internacional (Comintern), esquecendo a história dos partidos comunistas posterior a 1943 e a história do movimento operário anterior a 1919. Ficamos agora a saber que a extinção do Comintern foi um facto «formal» «de duvidosa importância», que na verdade apenas pode ser tomado em conta relativamente àqueles partidos que «se enraizaram nas respectivas comunidades nacionais e, nesse processo, se demarcaram, gradualmente, do código genético impresso nos ‘três pilares’, a começar pelo ‘internacionalismo proletário’». Passo por cima da original suposição de que o PCP não se enraizou na comunidade nacional, com que duma penada Gaspar ofende o bom senso e anula muitas páginas do seu companheiro de escrita. Assinalo apenas que, com estes critérios em que cada qual pode decretar a existência ou inexistência duma organização histórica e ainda por cima incluir ou excluir dela como entende mais conveniente para a sua demonstração, entramos num reino de sombras em que toda a discussão é impossível. Neste caso, aliás, exige-se para um partido comunista ser considerado realidade nacional que tenha renunciado às características apontadas como definidoras do comunismo. Pela minha parte, confesso que não estou apto a acompanhar...

O meu interlocutor postula que as características que aponta como definidoras do comunismo (centralismo democrático, ditadura do proletariado, internacionalismo proletário) foram estabelecidas pelo Comintern e a «directão soviética» como instrumentos do «princípio da unidade monolítica» e com vistas a um domínio totalitário do mundo. Paradoxalmente, vem neste seu último escrito apontar a política soviética como ruptura ou falsificação das ideias da ditadura do

proletariado («explicada a tiro aos marinheiros de Kronstadt, logo em 1921») e do internacionalismo (que «não sobreviveu ao rápido insucesso da revolução alemã, cuja constatação determinou a rápida russificação do Comintern»). Afinal, as ideias da ditadura do proletariado e do internacionalismo proletário, que tanto marcaram os partidos comunistas, têm ou não têm uma existência independente da III Internacional e da revolução russa, e anterior a ambas ?

Quanto ao centralismo democrático, Carlos Gaspar acha que «só por premonição se poderia descobrir na Liga dos Comunistas de 1847 (mesmo com a versão dos respectivos estatutos publicada por Riazanov) uma remota semente de 'centralismo democrático'». Não sei a que propósito vem uma versão russa dos estatutos da Liga dos Comunistas, que nem eu nem ele conseguimos ler, nem percebo porque é que Riazanov havia de publicar traduções adulteradas. Sei é que o texto original desses estatutos estabelece uma estrutura hierarquizada, dividida em comunas, círculos e autoridade central, com eleições dos níveis inferiores para os superiores e dever de prestação de contas destes em relação aos primeiros — o que me parece conferir com os princípios derivados do centralismo democrático tal como estabelecidos, por exemplo, nos estatutos do PCP (2).

Democracia e política comunista

Vejamos finalmente o único argumento que tem alguma relação com a realidade das concepções do PCP: o de que a grande hipótese estratégica, e ao mesmo tempo a aposta, deste, assentavam numa incompatibilidade de fundo entre regime democrático e persistência do domínio capitalista, que teria sido desmentida pela experiência dos últimos dezanove anos, e em particular pela sobrevivência do regime democrático ao fim das estatuições socialistas da Constituição.

É verdade que o PCP sempre viu a instauração da democracia política em

Portugal como o resultado duma aliança das classes populares e com sectores da média burguesia, que só poderia sustentar-se na medida em que tal aliança tivesse uma tradução coerente na criação de novas estruturas económicas (reforma agrária, nacionalizações, controle operário, formas diversas de intervencionismo do Estado, apoio a formas diversas de cooperativismo) e de um novo aparelho de Estado (nas suas estruturas e no seu pessoal). Desde o período da revolução que o PCP alerta para que as insuficiências da transformação verificada neste último aspecto constituíam uma porta aberta à reposição de formas de poder autoritário, ao mesmo tempo que a destruição das conquistas económico-sociais transportava na lógica do seu desenvolvimento a tendência a limitar direitos e liberdades, a pôr em causa o próprio regime democrático.

Pode argumentar-se que a ordem «normal» do capitalismo, com as privatizações e a anulação da reforma agrária, foi hoje praticamente reposta, e entretanto o regime democrático está de boa saúde.

A afirmação tem tanto de aparentemente evidente como de problemático.

É verdade que o processo contra-revolucionário, e o inerente retrocesso das posições do movimento operário na vida social, se desenvolveu ao longo dum extenso período, sem que até hoje a forma democrática do Estado fosse alterada. Pode até ver-se no novo programa da democracia avançada, com o seu maior desenvolvimento de objectivos imediatos, uma maneira de tomar em conta esta realidade, não limitando a capacidade de iniciativa do Partido numa situação desfavorável relativamente estabilizada.

Mas isto em nada atenua a convicção de que não haverá efectiva consolidação da democracia portuguesa sem uma inversão do quadro actual das relações de força políticas e de classe — e por isso o programa da democracia avançada mantém, e bem, os grandes objectivos de nacionalizações, reforma agrária, política nacional independente, e expressamente afirma que a sua realização é parte integrante do processo de passagem ao socialismo.

Doutro modo não seria só uma

renúncia aos objectivos históricos do PCP que se verificava, mas também uma grave claudicação na defesa da democracia.

De facto toda a evolução verificada ao longo dos anos da restauração monopolista tem sido acompanhada por incursões mais ou menos extensas em aspectos fundamentais do regime democrático. Se durante muitos anos esta degradação foi, em parte contida, em parte disfarçada, pela hegemonia institucional do Partido Socialista, nos últimos anos ela assume aspectos crescentemente abertos e agressivos. Citem-se por exemplo a intolerância do governo ao pluralismo institucional das competências (direito de veto e fiscalização de constitucionalidade), as exhibições do poder pessoal na Madeira, o acolhimento de concepções nacionalistas em matéria de imigração e direito de asilo. Permanecem os projectos de alteração do sistema eleitoral em sentido anti-proporcional e tendentes à perpetuação de um partido no governo. Em matéria de direitos dos trabalhadores e das suas organizações (lei da greve, comissões de trabalhadores, legislação sobre despedimentos), é drástica a sua redução em confronto com as estipulações da Constituição de 1976.

O processo de degradação da democracia é por outro lado patente na esfera ideológica. Não foi outro senão Mário Soares a afirmar há pouco que «a sociedade portuguesa, sob certos aspectos, é hoje mais arrogantemente conservadora e crítica da democracia do que no passado». E, a propósito de Herculano, Eduardo Lourenço retomava o tema, mostrando como a desenvoltura a-ideológica dos círculos actualmente dominantes esconde a ausência de uma ruptura com a tradição fascista e a permanência de uma cultura da intolerância. O que isto mostra é que, também no plano cultural, a desfascização da sociedade portuguesa não foi consequentemente realizada. Existe por isso um potencial, que infelizmente não pode ser subestimado, que numa situação de crise pode alimentar tentativas de imposição de soluções abertamente reaccionárias (e por isso não é de desprezar a gravidade de frases como a do «golpe de estado constitucional»).

Hoje já ninguém se atreverá a dizer

que a possibilidade duma séria crise social faz parte dos cenários catastróficos que ocupam as fantasias mórbidas dos comunistas. Que nessas circunstâncias possam gerar-se movimentos ou pulsões sociais de tipo fascista, à semelhança do que já acontece noutros países europeus, é o que o mínimo de prudência obriga a admitir. O caminho estaria aberto para a liquidação da democracia no dia em que tais impulsos «de base» viessem a convergir com o predomínio de orientações anti-democráticas na cúpula do Estado.

Um partido comunista não pode dispensar-se de reter estes ensinamentos elementares da história política do século XX. Se eles serviram e servem

para evitar repetir os erros do período da III Internacional — daí a valorização de princípio da democracia como quadro de existência e afirmação do movimento operário — não será para ir repetir os erros, de consequências mais pesadas, da social-democracia.

Como partido marxista, é impossível para o PCP equacionar a defesa da democracia separando-a por um só momento da defesa — dentro e fora das instituições — dos interesses concretos das forças sociais em que se baseia e para as quais a sua política é dirigida. Neste sentido, contrariar a restauração do capitalismo monopolista e lutar por abrir caminho ao socialismo é parte integrante da defesa do regime democrático. No dia em que os dois

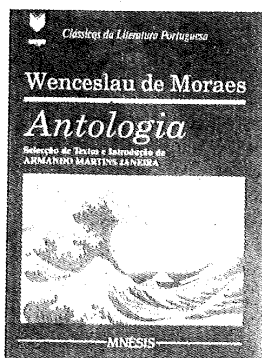
aspectos da acção do PCP estivessem separados, não eram só as forças actualmente hegemónicas no Estado que teriam o campo aberto para a completa perversão do regime iniciado pela Revolução de Abril. Eram também as massas que até agora aceitaram este regime que desesperadamente procurariam — e com que custos — alternativas de sobrevivência.

NOTAS:

(¹) *Rumo à Vitória*, Porto 1974, p. 137.

(²) Bert Andreas (org.), *Documents Constitutifs de la Ligue des Communistes 1847*, édition bilingue, Paris, 1972, pp. 110-121; Estatutos do PCP, art.º 16.º.

LER não custa
custa perceber o que NÃO SE LÊ



Wenceslau de Moraes

ANTOLOGIA

Obra multifacetada sobre o Japão escrita no início do século XX

- tradições, filosofia de vida diferente, outra feição de se estar com os outros. Duas japonesas amando Moraes - e a ímpar Antologia dessa obra por Armindo Martins Janeira...



Wenceslau de Moraes

O CULTO DO CHÁ

O livro máximo da apologia do Japão ofertado ao Ocidente por Moraes: o perfil de um país que inventou a qualidade do ser humano. Desenhos inesquecíveis do mestre Yoshiaki, contemporâneo de Moraes. Edição facsimilada.

VEGA
editora

Distribuição
DIGLIVRO E MOVILIVRO

VII - Comunismo, antifascismo e intelectuais.

VII.1.

Comunismo, antifascismo e intelectuais nos anos 30

"Es wird jener Mensch der Zukunft heranwachsen, der weder die Spuren einer Intellektuellenkaste an sich trägt noch die Spuren der proletarischen Klasse, dem nichts anderes das Gepräge gibt als leiblich und geistig harmonisch vollentwickeltes Menschentum. Beschleunigen wir das Nahen dieser Entwicklungsstufe dadurch, dass wir zur Tat machen, was bei Richard Wagner einen Augenblick Erkenntnis war: dass die Stärke der Revolution vor der Schönheit der Kunst geht und ihre Wegbereiterin ist. Von diesem Standpunkt aus müssen wir auch die Krise der Intellektuellen und der geistigen Arbeit betrachten."¹

Clara Zetkin, *Die Intellektuellenfrage* (1924)

I

A questão dos intelectuais é um dos tópicos centrais da tradição teórica do movimento comunista. Sobretudo a partir de Gramsci, ela é indissociável da formulação da questão da *hegemonia*, como capacidade ideológica de direcção de uma aliança de classes e constituição de uma "vontade colectiva nacional popular" revolucionária; e também da possibilidade de emergência do novo *bloco histórico*, isto é, da articulação das estruturas sociais (ou Estado no sentido mais amplo) em que essa aliança se realiza como nova formação social.

Neste quadro, o problema do fascismo ocupou desde muito cedo uma posição própria. Por um lado porque, sucedendo imediatamente ao fracasso da hipótese de revolução mundial que inspirara o Outubro de 1917 e a própria fundação da III

¹"Crescerá o homem do futuro, que não traz consigo nem as marcas de uma casta intelectual nem as da classe proletária e ao qual nada mais caracteriza a não ser plena humanidade física e espiritual harmonicamente desenvolvida. Apressemos o aproximar desse estágio de desenvolvimento, fazendo real aquilo que por um momento Richard Wagner soube reconhecer: que a força da Revolução precede a beleza da Arte e lhe prepara o caminho. Deste ponto de vista temos também de olhar a crise dos intelectuais e do trabalho intelectual."

Internacional, veio obrigar a uma renovação da teoria revolucionária. Por outro porque, tendo como uma das suas principais fontes a crise da pequena-burguesia intelectual, e como objectivo uma reformulação das estruturas ideológicas e institucionais da sociedade burguesa, suscitará no movimento comunista uma reorganização estratégica que tanto abrange a concepção das alianças como a diferenciação de fases do processo revolucionário: no seu conjunto, solicita uma reconsideração do programa revolucionário, já não apenas como *expressão* simples duma alternativa previamente inscrita na necessidade histórica, mas como *organização* de componentes heterogéneas. Em suma, do confronto com o problema *fascismo* nascerá, decisivamente marcado pela teoria e a prática dos comunistas, o *antifascismo*.

Todas as componentes essenciais do problema se encontram já enunciadas, em 1923, no relatório de Clara Zetkin ao III Pleno Alargado do Comité Executivo da Internacional Comunista. Aí, partindo da análise das raízes do fascismo no seu aspecto de fruto da crise da pequena-burguesia intelectual, a dirigente do movimento operário alemão e internacional sublinha o potencial de contradições internas do movimento fascista e põe em relevo como a crítica ideológica e política do fascismo deve tender a conquistar para os ideais do comunismo largos sectores da intelectualidade. Pela função de representação e direcção das camadas médias que os intelectuais exercem, a sua conquista define-se como um dos instrumentos-chave do programa de "governo operário e camponês" e, mais latamente, da necessária aliança entre o proletariado e essas camadas. Mas este objectivo envolve simultaneamente uma consideração do conjunto dos temas que ideologicamente mobilizam a pequena-burguesia - com relevo, no contexto dos desequilíbrios legados pela guerra mundial e pelo tratado de Versalhes, para as questões nacionais. Em todos os aspectos, o partido comunista não pode limitar-se à representação dos proletários mas tem de ser também "o campeão dos trabalhadores intelectuais, o dirigente de todas as camadas sociais que pelos seus interesses vitais e o anseio de elevação a uma mais alta cultura entram em contradição crescente com a ordem capitalista."²

²Clara Zetkin, "Der Kampf gegen den Faschismus. Bericht auf dem III. Erweiterten Plenum des Exekutivkomitees der Kommunistischen Internationale" (20. Juni 1923), in *Zur Theorie und Taktik der kommunistischen Bewegung*, Reclam, Leipzig, 1974, p.325. Ver ainda: Id., "Die Intellektuellenfrage. Referat auf dem V. Weltkongress der Kommunistischen Internationale" (7. Juli 1924), *ibidem*, pp.353-402.

O confronto com o fascismo é assim, na história do comunismo, um lugar clássico de concretização de um problema central da teoria política do marxismo-leninismo: o de identificar os objectivos e metas em torno dos quais seja possível, em cada momento histórico, reunir o apoio de uma maioria populacional, de tal maneira que o processo revolucionário se confunde com a própria realização da democracia. Na história do movimento comunista esta questão está directamente associada às origens da política das Frentes Populares, cuja influência no neo-realismo português é bem conhecida.

Porém, como tem sido repetidamente sublinhado por António Pedro Pita, a génese do neo-realismo é possível localizá-la mais cedo, na emergência de uma geração que critica a experiência da I República e aspira a uma "transformação dos paradigmas do trabalho dos intelectuais portugueses"³, através de uma sua inserção orgânica no movimento operário. José Rodrigues Miguéis e Bento de Jesus Caraça foram figuras representativas dos momentos iniciais deste processo, do que é indicativa a adesão de ambos a um "Núcleo de Intelectuais Simpatizantes" (do comunismo) e à tentativa de criação de um "Grémio dos Trabalhadores Intelectuais"⁴.

É sabido que do esquema teórico da Internacional Comunista neste período - a famosa política "classe contra classe" - derivava uma profunda reserva em relação à adesão de intelectuais, e genericamente de elementos não-proletários, ao Partido. São os anos da crise económica mundial do capitalismo e ao mesmo tempo da industrialização acelerada na URSS, no quadro da realização frenética dos Planos Quinquenais. O confronto entre duas classes era o confronto entre dois mundos.

A não verificação das previsões revolucionárias que em 1928 o VI Congresso do Comintern proclamara, o renovo de virulência dos fascismos, especialmente na Alemanha, o agravamento das tendências de guerra (fracasso das negociações sobre o desarmamento, invasão da Manchúria pelo Japão em 1931) levarão, ainda no quadro da política "classe contra classe", a uma inflexão. Ela é nomeadamente caracterizada pela atenção dada à particularidade das formas ideológicas em que as lutas de classes se

³António Pedro Pita, *A Recepção do Marxismo pelos Intelectuais Portugueses (1930-1941)*, Oficina do Centro de Estudos Sociais, nº12, Julho de 1989, Coimbra, p.3; Id., "Importância da imprensa periódica para o estudo do Neo-realismo", in *A Imprensa periódica na génese do movimento neo-realista 1933-1945*, Museu do Neo-Realismo, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996, pp. 11-14.

⁴Alberto Vilaça, "O Núcleo de Trabalhadores Intelectuais do PCP em 1931-32", *Vértice* nº70, II série, Janeiro-Fevereiro 1996, pp.55-60.

concretizam e pela tomada em conta da eficácia própria dessas formações ideológicas em relação aos vários estratos sociais. Questões como o nacionalismo, o racismo, a situação da mulher - transversais à problemática de classe - vão cada vez mais ser objecto de tratamento próprio e suscitar formas de organização específicas⁵. Na Alemanha, data de 1932 o lançamento por iniciativa do Partido Comunista do movimento *Antifaschistische Aktion*.

No que concerne à mobilização de intelectuais, é particularmente de salientar a realização do Congresso de Amesterdão contra a Guerra (Agosto de 1932)⁶. Do secretariado do congresso fizeram parte nomes tão conhecidos, inclusive em Portugal, como Henri Barbusse e Romain Rolland, e o Comité Mundial de Luta contra a Guerra e o Fascismo, que nele é eleito, integra, entre outros, Einstein, Gorki, Paul Langevin, Heinrich Mann, John dos Passos. Da evolução ulterior do Comité, após a fusão que deu origem ao movimento Amsterdam-Pleyel, surgirá um Comité Mundial contra a Guerra e o Fascismo e, em Portugal, a Liga contra a Guerra e o Fascismo, de que Caraça fez parte e que foi um dos organismos na origem, em 1936, da Frente Popular Portuguesa.

A primeira metade da década de 30 é, como é bem conhecido, um período decisivo na história política portuguesa, com a passagem da Ditadura militar ao regime salazarista, a forma portuguesa do fascismo. Mas é também um período de profunda transformação da Oposição, com o fracasso das últimas tentativas do "revirvalho" e a emergência do Partido Comunista como força mais consistente do antifascismo. Esta transformação é viabilizada por uma grande remodelação da estratégia do Partido - em termos sumários, a passagem da "revolução proletária imediata" à consideração de uma fase de "revolução democrático-burguesa". Tal mudança anda associada a uma revalorização do papel dos intelectuais. Busca-se, por um lado, aumentar o recrutamento partidário de intelectuais e estudantes - embora sujeito a um limite, de maneira a não pôr em causa o predomínio operário da organização - e promover a criação de "células

⁵ Rolf Surmann, "Münzenberg et la tentative de création d'un front antifasciste et antiraciste (1929-1933)", in *Willi Münzenberg. Un Homme Contre*, Actes du Colloque International 26-29 Mars 1992 - Aix-en-Provence, Marseille, 1993, p.86.

⁶Ver: Rosemarie Schumann, *Amsterdam 1932*, Dietz Verlag, Berlin, 1985; Jocelyne Prézeau, "Le mouvement Amsterdam-Pleyel (1932-1934). Un champ d'essai du Front unique", *Cahiers d'Histoire de l'Institut de Recherches Marxistes*, n°18, 1984, pp. 85-99; Yves Santamaria, "Organisations de masse et 'Lutte pour la paix'", in *Willi Münzenberg cit.*, pp. 91-98; Michel Dreyfus, "Willi Münzenberg et les organisations de masse proches du Komintern (1923-1936)", *ibid.*, pp.107-118.

académicas". Por outro, teoriza-se de uma forma original a "utilização exterior dos intelectuais", posta em relação com o "alargamento das fronteiras da luta de classes" e desde logo centrada nas temáticas da luta anti-fascista e do perigo de guerra - nomeadamente através da "organização e prática de palestras, conferências e sessões de propaganda" e da associação aos movimentos pró-amnistia e de solidariedade aos presos políticos⁷.

Ao longo de 1934 e 1935, a mobilização de intelectuais andou estreitamente associada a todo o processo de formação das Frentes Populares. Em França, na sequência dos acontecimentos de Fevereiro de 1934 que ameaçaram a sobrevivência da III República, cria-se o Comité de Vigilância dos Intelectuais Antifascistas. No ano seguinte, e já em vésperas da grande manifestação de 14 de Julho que marca o nascimento do então chamado *Rassemblement Populaire*, terá grande impacte a realização em Paris do Congresso Internacional dos Escritores pela Defesa da Cultura, em que estiveram representados catorze países, entre os quais Portugal, através de Jaime Cortesão. A propósito da manifestação de 14 de Julho anote-se, a título de curiosidade, o aparecimento de *slogans* como "viva os intelectuais", "viva a Ciência" ou "viva os professores"⁸.

Em Agosto de 1935 realiza-se em Moscovo o VII Congresso da Internacional Comunista, que ficou célebre como consagração da viragem para a política das Frentes Populares. Mais latamente, todo o teor dos trabalhos do Congresso, e em particular o relatório de Dimitrov, é caracterizado por um posicionamento inovador na concepção da política revolucionária. À preocupação da proclamação dos objectivos próprios de classe e partido antepõe-se a de definir metas e procedimentos aptos a começar a inverter um estado de coisas que tivera como consequência a derrota do movimento operário e a instalação de ditaduras fascistas numa série de países europeus. Neste

⁷Resposta do Secretariado Político do PCP aos pontos 3,4 e 5 do Questionário do Comité Local de Coimbra (Outubro de 1933), pp. 6-9.

⁸Ver Herbert R. Lottman, *La Rive gauche. Du Front Populaire à la guerre froide*, Seuil, Paris, 1981, pp. 95-197; Michel Winock, *Le Siècle des Intellectuels*, Seuil, Paris, 1997, pp. 244-262; François Furet, *Le Passé d'une Illusion*, Robert Laffont/Calman Lévy, Paris, 1995, pp.249-363.

contexto, a questão do patriotismo e dos valores nacionais ganha um relevo que anteriormente não tinha no pensamento da III Internacional⁹.

Pela sua própria estrutura, a política de frente única e de frente popular implicava um maior trabalho de construção ideológica e conseqüentemente um maior relevo para a função dos intelectuais. Uma aliança de classes não transporta consigo uma identidade de interesses, dispositivos culturais e objectivos previamente dados. Identificar não só os objectivos programáticos em torno dos quais a aliança pode ser construída, mas os modos e formas de comunicação (as "mensagens") susceptíveis de os tornar apropriáveis por grupos sociais diversificados e contribuir para a sua união, implica um papel acrescido para os potenciais agentes, nos diversos domínios, desse trabalho.

A dilatação do lugar e do papel das ideologias nas políticas de Frente Popular estava implicada na sua definição antifascista e respondia ao papel que a construção ideológica ocupou nos fascismos. Para além e através da diversidade de expressões, do eclectismo ou até do carácter "camaleónico" (Togliatti), as ideologias tiveram uma função de relevo na agregação, conciliação e mobilização de elementos socialmente contraditórios, que foi uma das características universais e originais dos fascismos¹⁰.

Como notou Franco de Felice, a estratégia que resultou do relatório de Dimitrov ao VII Congresso caracterizava-se por uma revalorização "da iniciativa política, do momento subjectivo."¹¹ Se o objectivo axial é a unificação de classe ("frente única"), é no terreno da política - antifascismo e definição de objectivos transitórios, nomeadamente a hipótese do governo de frente popular - que esta proposta de unificação opera. Além disso, o abandono do exclusivismo da palavra de ordem de "frente única pela base" com a retoma de iniciativas "de cúpula" correspondia a aceitar que "orientações políticas e componentes ideais são parte integrante da definição de uma classe e não acidentes secundários que se possam desprezar em favor de uma realidade social definida unilateralmente em relação ao lugar ocupado nas relações de

⁹V. o relatório de Dimitrov in Dimitrov *et al.*, *Origens da Estratégia Frentista*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1975, especialmente pp. 143 e sgs.

¹⁰Palmiro Togliatti, *Lições Sobre o Fascismo*, Seara Nova, Lisboa, 1975, pp. 22-23; José Machado Pais, "Raízes ideológicas do Estado Novo", *Vértice* n.º13, II série, Abril de 1989, pp. 31-37; Ernesto Laclau, "Fascism and Ideology", in *Politics and Ideology in Marxist Theory*, Verso, London-New York, 1977, pp. 81-142.

¹¹Franco de Felice, *Fascismo, Democrazia, Fronte Popolare. Il movimento comunista alla svolta del VII Congresso dell'Internazionale*, De Donato, Bari, 1973, p.22.

produção." E é a expansão dos objectivos democráticos - decorrente de uma definição do fascismo centrada no mecanismo estatal ("ditadura terrorista")- o terreno da aliança de classes que a frente popular traduz.¹²

II

No âmbito da reflexão teórica comunista dos anos 30, é na obra de Antonio Gramsci, encarcerado nas prisões de Mussolini desde 1926 até às vésperas da morte em 1937, que vamos encontrar um decisivo aprofundamento da questão dos intelectuais em relação com o conjunto dos problemas da crise do pós-guerra e das dificuldades da solução revolucionária.

Um dos pontos de partida da meditação gramsciana reside, como é bem conhecido, na constatação da diferença entre o "Oriente" (i.e., a Rússia), onde "o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa", e as sociedades do Ocidente nas quais "entre Estado e sociedade civil existia uma relação justa e na tremulação do Estado se apercebia rapidamente uma robusta estrutura da sociedade civil"¹³. A série de "fortalezas e casamatas" que constituíam uma segunda mas decisiva linha de defesa das sociedades burguesas do Ocidente era por Gramsci identificada no conjunto de instituições com efeitos de organização de massa (aparelhos escolar, religioso, cultural, de imprensa, organismos estatais e privados de assistência, serviços públicos e privados com funções de regulação económico-social) que permitiam ao capitalismo exercer não apenas *dominação* repressiva mas também "d direcção intelectual e moral". O funcionamento eficaz deste sistema é o garante da coesão entre "infraestrutura" e "superestruturas", em que se materializa a *hegemonia*.

Se na tradição teórica do movimento socialista, e em particular na formulação leninista, a hegemonia se reportava à capacidade de direcção do movimento socialista num processo revolucionário envolvendo várias classes, no pensamento de Gramsci a noção ganha um novo alcance. De conceito estratégico passa a conceito analítico virtualmente susceptível de aplicação a qualquer tipo de formação social e correspondente direcção de classe. Sobretudo, serve para compreender a própria

¹²Id., *ibid.*, pp.44, 54, 63.

¹³Antonio Gramsci, *Le Opere* (a cura di Antonio Santucci), Editori Riuniti, Roma, 1997, p.251.

articulação das relações sociais que constitui o Estado: um mecanismo em que a realização dos fins próprios da classe dominante se liga com a existência real dos dominados, em termos tais que o desenvolvimento e expansão dos primeiros "são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal".¹⁴

O problema que se coloca, numa situação histórica em que se revelou possível e necessário superar o capitalismo, é então o de "conhecer criticamente as formas ideológicas que cimentam as suas bases de massa, desagregar assim o seu 'bloco histórico', pôr as premissas de um novo 'bloco histórico'"¹⁵.

É nesta sequência que o problema dos intelectuais vem a tornar-se central na arquitectura do trabalho de Gramsci, ao ponto de se poder afirmar que "o conjunto dos *Quaderni del Carcere* é concebido por Gramsci como uma investigação sobre os intelectuais."¹⁶ Com efeito, condição de possibilidade da conquista de hegemonia é "o espírito de cisão, isto é, a progressiva aquisição de consciência da própria personalidade histórica, espírito de cisão que deve tender a alargar-se da classe protagonista às classes aliadas potenciais: tudo isto exige um complexo trabalho ideológico (...) "¹⁷

Como escreveu Togliatti, "na política se deve procurar a unidade da vida de Antonio Gramsci: o ponto de partida e o ponto de chegada"¹⁸. O trabalho sobre a cultura e os intelectuais foi um elo, ao mesmo tempo que um preliminar da concepção do partido em que culminou a sua contribuição para a teoria política do marxismo. O partido comunista, como "Príncipe moderno", "deve e não pode deixar de ser o pregador e organizador de uma reforma intelectual e moral"¹⁹, que é condição da criação da *vontade colectiva nacional popular* necessária ao nascimento do novo bloco histórico. Esta função o partido realiza-a na medida em que for capaz de fundir os *intelectuais orgânicos* do grupo social que representa com uma parte dos *intelectuais tradicionais*,

¹⁴Antonio Gramsci, *Quaderni del Carcere*, edizione critica a cura di Valentino Gerratana, Einaudi, Torino, 1977, p.1584.

¹⁵Giuseppe Vacca, "La 'quistione politica degli intelletuali' e la teoria marxista dello Stato nel pensiero di Gramsci", in Franco Ferri (a cura di), *Politica e storia in Gramsci*, Editori Riuniti, Roma, 1977, vol.I, p.464.

¹⁶Id., *ibid.*, p. 439. No mesmo sentido, Eugenio Garin, *Intelletuali italiani del XX Secolo*, Editori Riuniti, Roma, 1996 (3ª ed.), p. 327; Attilio Monasta, "Intelletuali e direzione politica", *Critica Marxista*, nº 2/3, Março-Junho 1987, p.203.

¹⁷Antonio Gramsci, *op.cit.*, p. 225.

¹⁸Palmiro Togliatti, *Antonio Gramsci*, Seara Nova, Lisboa, 1975, pp. 191-192.

¹⁹Antonio Gramsci, *op. cit.*, p. 360.

de maneira a "elaborar os seus próprios componentes (...) até os fazer tornarem-se intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as actividades e funções necessárias ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política."²⁰

Apesar da aparência abstracta de tais formulações, a teorização gramsciana confronta-se directamente, e não só contextualmente, com a experiência histórica do fascismo. O fascismo configura-se como uma das modalidades exemplares da "revolução passiva", quer dizer, do conjunto de transformações estruturais (tendentes ao compromisso entre a preservação do lucro privado e a necessária regulação colectiva) com que as sociedades capitalistas defrontam a crise histórica aberta pela revolução de Outubro e, do mesmo passo, desenvolvem a sua "guerra de posição" contra a ameaça representada pelo movimento operário²¹. Por esse lado, a análise de Gramsci, desenvolvida ao longo da primeira metade dos anos 30, contrapunha-se à da III Internacional (que nesses mesmos anos associava às consequências da crise económica mundial a expectativa de crises políticas revolucionárias), e de algum modo antecipava a estratégia de Frente Popular.²² Gramsci concebe a sua investigação na continuidade da teoria leninista da hegemonia e liga-a explicitamente à ideia de "frente única"²³.

Função fundamental do partido político é então a produção de "intelectuais orgânicos" da classe que aspira ao domínio, de tal maneira que o próprio partido comunista se torna "intelectual colectivo".

Tal processo exige porém todo um trabalho de desagregação do bloco histórico dominante, que implica a separação e captação de uma massa de "intelectuais tradicionais". Este era já o seu diagnóstico num dos últimos escritos imediatamente anteriores à prisão, *Alcuni temi della quistione meridionale*. Baseando-se na análise do

²⁰Id., *ibid.*, p. 351.

²¹Id., *ibid.*, pp. 275-276. Ver ainda: Franco de Felice, "Rivoluzione passiva, fascismo, americanismo in Gramsci", in Franco Ferri, *op. cit.*, pp. 161-220; Luisa Mangoni, "Il problema del fascismo nei 'Quaderni del Carcere'", *ibid.*, pp. 391-438; Franco Sbarberi, *I comunisti italiani e lo stato 1929-1945*, Feltrinelli, Milano, 1980, pp. 77-121.

²²Isso gerou aliás divergências concretas relativamente à orientação do PC d'Italia. Cfr. Athos Lisa, *Memorie. In carcere con Gramsci*, Feltrinelli, Milano, 1973, pp. 81-103; Paolo Spriano, *Gramsci in carcere e il partito*, l'Unità, Roma, 1988.

²³Antonio Gramsci, *op. cit.* p.251; Giuseppe Vacca, *op. cit.*, p.462; para os antecedentes e o quadro de experiência histórica da formação do pensamento de Gramsci, ver sobretudo Leonardo Paggi, *Le Strategie del Potere in Gramsci*, Editori Riuniti, Roma, 1984.

papel dos intelectuais da sociedade agrária do Mezzogiorno (padres, professores, advogados, notários, funcionários, escritores) como canal de promoção social do campesinato e simultâneo instrumento de agregação do bloco político conservador industrial-agrário, o revolucionário italiano insistia nas características próprias de continuidade e permanência dos intelectuais como estrato, que tornam impossível conceber uma sua adesão *em massa* às posições comunistas. Mas isso mesmo torna especialmente necessário que, além da captação individual de intelectuais que se tornem militantes, "se determine uma fractura de carácter orgânico, historicamente caracterizada: que se forme, como formação de massa, uma tendência de esquerda, no significado moderno da palavra, quer dizer, orientada para o proletariado revolucionário"²⁴.

III

Foi no âmbito do anti-fascismo e das políticas derivadas do VII Congresso do Comintern que na segunda metade dos anos 30 se formou uma forte corrente internacional de esquerda entre os intelectuais, com impacto que se aprofundou durante a II Guerra Mundial e o pós-guerra e, através e apesar de vicissitudes conhecidas, se prolongou por quase meio século. Na cultura do anti-fascismo círculos muito vastos de intelectuais e inteiros grupos sociais identificaram uma forma concentrada de luta contra a direita, de que os fascismos surgiam como a expressão unificadora, e, ao mesmo tempo, um combate pela civilização²⁵. Neste processo o papel motor dos partidos comunistas foi decisivo e, reciprocamente, a sua expansão reforçou a influência do movimento comunista e do marxismo como ideologia.

O caso português foi, no quadro europeu, um daqueles em que o fenómeno se exprimiu com maior "organicidade" e dele o neo-realismo foi certamente a principal

²⁴Antonio Gramsci, *ibid.*, p. 203.

²⁵Eric J. Hobsbawm, "Gli intelletualli e l'antifascismo", *Storia del marxismo*, vol. III/2, Einaudi, Torino, pp. 448-450.

expressão na literatura e nas artes: "o lugar escrito (das) diversas modalidades de resistência" (Eduardo Lourenço)²⁶.

Embora já exista hoje um conjunto apreciável de estudos sobre a história do neo-realismo, e também os comece a haver sobre a história da relação entre o PCP e os intelectuais, falta ainda uma investigação sistemática das condições sociais e culturais em que essa relação evoluiu, da maneira como as várias fases do neo-realismo a repercutiram ou a condicionaram.

Algumas características genéricas é no entanto possível enunciar, no sentido que nos ocupa de avaliar a intervenção política ligada à génese do neo-realismo.

O advento da geração do neo-realismo e o nascimento deste como movimento cultural - traduzido desde logo no aparecimento de uma série de publicações locais e regionais, muitas vezes como simples "páginas culturais" de publicações previamente existentes²⁷ - foi parte integrante da política de Frente Popular. Independentemente de os seus iniciadores serem já então membros organizados do PCP - a maioria não o era à data -, a iniciativa no seu conjunto liga-se à renovação da Federação Juvenil Comunista (FJCP) e a uma orientação para a acção de massa em que a "frente cultural" tinha um lugar destacado²⁸.

O neo-realismo das origens operou no sentido da atracção de "intelectuais tradicionais" - sobretudo da nova geração - e simultaneamente da formação de "intelectuais orgânicos" do movimento operário. Neste último aspecto, quer pela formação intelectual que impulsionou em jovens oriundos de meio operário, quer porque na movimentação política e cultural que gerou se constituíram intelectuais que, mais ou menos duradouramente conforme os casos, foram quadros militantes e organizadores do Partido Comunista nos anos e decénios seguintes²⁹.

A inovação que, como fórmula ideológica, o neo-realismo representou, foi possível porque a versão do marxismo que o movimento comunista então elaborava e

²⁶Intervenção em "sessão testemunhal sobre o neo-realismo", *Vértice*, nº 75, II série, Dezembro de 1996, p.84.

²⁷Ver Luís Augusto Costa Dias, "A Imprensa Periódica na Génese do Neo-Realismo (1933-45)", in *A Imprensa Periódica na Génese do Movimento Neo-Realista*, cit.

²⁸Ver José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal - Uma Biografia Política*, vol.I, Temas e Debates, Lisboa, 1999, especialmente pp. 72-108, 165-182, 278-286, 337-366.

²⁹Garcez da Silva, *Alves Redol e o Grupo Neo-Realista de Vila Franca*, Caminho, Lisboa, 1990; João Madeira, *Os "Engenheiros de Almas". Os Intelectuais e o Partido Comunista*, Estampa, Lisboa, 1996.

divulgava se prestou facilmente ao encontro com correntes ideológicas previamente constituídas e de larga difusão. Na ideologia do neo-realismo como movimento cultural era um conjunto de convicções progressistas, racionalistas, humanistas, e mesmo mais amplamente uma boa parte da tradição positivista de tão grande importância na história político-cultural portuguesa, que se via recuperada e actualizada³⁰. O neo-realismo foi assim um criador de "religião" operante. Verifica-se aqui tipicamente aquilo que Hobsbawm observou como uma característica geral do entendimento dominante do marxismo como "materialismo dialéctico": o seu aspecto de ontologia cientista facilitou no plano ideológico a formação da frente antifascista³¹. Para isso contribuiu também o carácter de cosmovisão global, que além do mais satisfazia uma necessidade de síntese, agudamente sentida perante a parcelização dos saberes, numa situação de crise histórica.

No plano mais específico da cultura literária, o neo-realismo actuou por um processo de cisão-recuperação. Gerado na polémica contra o subjectivismo da *Presença*, ao mesmo tempo ele pretendia e conseguia superá-lo, dando um sentido mais amplo, social e universal, a uma revolta individualista que nos anos anteriores consolidara o seu terreno próprio³². Assim, para alguns dos intelectuais formados no período anterior, surgia como uma evolução natural, e noutros suscitava uma neutralidade ou aproximação.

Por outro lado, a longa persistência do neo-realismo português e a sua já mencionada "organicidade" como cultura anti-fascista só foi possível através de uma evolução que, nos anos 50 e 60, beneficiou da recepção e cruzamento com as temáticas do existencialismo, nomeadamente³³.

Finalmente, a criação das condições de estrutura cultural em que foi possível a expansão do neo-realismo, e com ele a hegemonia comunista, esteve vinculada a uma

³⁰Mereceria ser pensada nesta perspectiva a relação de Abel Salazar com os neo-realistas e a sua participação na efémera Frente Popular Portuguesa. Ver o muito importante estudo de Norberto Ferreira da Cunha, *Génese e Evolução do Ideário de Abel Salazar*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1997. Ver ainda António Pedro Pita, "Para uma história do neo-realismo português", prefácio a Garcez da Silva, *op. cit.*, pp. 13-25; e os trabalhos citados na nota 259.

³¹E.J.Hobsbawm, *op. cit.*, pp.463-464.

³²Ver Alexandre Pinheiro Torres, *O Movimento Neo-Realista em Portugal na sua Primeira Fase*, Biblioteca Breve, Lisboa, 1977; Nuno Júdice, *Viagem por um Século de Literatura Portuguesa*, Relógio d'Água, Lisboa, 1997, pp. 59-71; Osvaldo Silvestre, "Neo-Realismo", in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, Bertrand, Venda Nova, 1996.

³³Ver Eduardo Lourenço, intervenção citada (n.282).

iniciativa política que nunca dispensou as alianças, os compromissos, os confrontos - em suma, a tomada em conta da diferença. Foi assim desde as primeiras acções conjugadas da FJCP com os "3 AAA" (antifascistas, anticlericais e antimilitaristas) e a formação do Bloco Académico Anti-Fascista, ao momento de grande projecção que está associado ao MUNAF e ao MUD, passando pela precária mas não irrelevante tentativa da Frente Popular ou prolongando-se ainda na redinamização oposicionista do final dos anos 50 e dos anos 60, já com directo impacto nas condições que conduziram à revolução de Abril.

VII.2.

O Marxismo e os Intelectuais Portugueses (recensão)

João Arsénio Nunes

O marxismo e os intelectuais portugueses

António Pedro Pita, *O Marxismo e os Intelectuais Portugueses* (1930-1941), Oficina do CES nº 12, Coimbra, Julho de 1989, 96 pp.

O *Expresso* de 6 de Janeiro noticiava com poucas palavras mas considerável alarde que um filósofo de Coimbra acabava de explicar e de demonstrar definitivamente a «estalinização originária» do Partido Comunista Português. Quem leu a notícia sem conhecer o trabalho que ela tomava como pretexto, dificilmente poderia supor tratar-se de escrito que, quer do ponto de vista da compreensão histórico-política do PCP, quer do da reflexão sobre a história cultural portuguesa, merecesse a pena tomar a sério.

É porém (por uma vez!) o caso. Numa modesta publicação ciclostilada — um dos, infelizmente pouco divulgados, cadernos da Oficina do Centro de Estudos Sociais que Boaventura Sousa Santos anima em Coimbra — António Pedro Pita empreende, a partir de uma polémica desenvolvida em 1930 na *Seara Nova*, que teve como principais protagonistas José Rodrigues Miguéis

e António Sérgio, uma interessante abordagem da penetração da influência comunista na intelectualidade portuguesa durante a década de 30. Em praticamente todos os países europeus este género de estudos enche hoje bibliotecas. Em Portugal, há que saudar este ensaio de 24 páginas (porém baseado em ampla bibliografia e seguido de antologia) como contribuição absolutamente pioneira na matéria.

Ponto de partida de António Pita é uma intervenção de Miguéis na *Seara Nova* em comentário a um artigo de Castelo Branco Chaves na mesma revista, acerca do «conceito de revolução em Eça de Queirós». Aí, mais do que tomar como alvo o proudhonismo de Eça e da geração de 70, Miguéis ataca a «aceitação da lição actual que pretendem extrair da vida e da obra literária e social desses homens». Nesse texto, significativamente intitulado «Sobre os fins e a coragem nos meios de actuar», depois de assinalar as crescentes reservas com que a experiência histórica das revoluções democráticas vem sendo encarada em meios que se intitulam de democratas, e de acentuar que «os meios de actuar, os instrumentos de acção, são o prolongamento necessário das ideias», Miguéis

concluiu que «a reforma da mentalidade não pode estar na simples especulação de ideias [...] mas na condução harmoniosa e total das massas aos objectivos da renovação nacional».

O texto crítico de Rodrigues Miguéis suscitara uma carta de António Sérgio, Raul Proença e Jaime Cortesão em solidariedade com Castelo Branco Chaves. Logo a seguir, António Sérgio inicia uma extensa polémica com Miguéis, em que expressamente qualifica de «bolchevistas» as opiniões por ele expressas. A uma ideia de revolução como regeneração social a obter pela difusão do pensamento das *élites*, Rodrigues Miguéis contrapõe a da «realização da democracia socialista pelo próprio povo». Daqui resultava uma nova função do pensamento, como «instrumento de acção», e sobretudo uma nova função dos intelectuais «que [...] têm o dever de passar das afirmações doutrinárias à acção [...] das camarilhas, tertúlias e academias para a atmosfera acre e fértil das massas populares.» Na sequência do seu raciocínio, Miguéis formulava mesmo o voto de que os intelectuais «se deixem penetrar dum espírito novo, dum disciplina social». Como Pita correctamente nota, o que Miguéis visava era a transformação dos «paradigmas de trabalho» dos intelectuais portugueses.

A influência do comunismo nesta tomada de posição era óbvia. O próprio Sérgio explicitamente aproxima o projecto de «mobilização de massas» formulado por Rodrigues Miguéis da experiência soviética e afirma que a divergência entre a direcção da *Seara* e ele «tem semelhança à que está subjacente ao antagonismo entre os bolchevistas e os anarquistas ou anarco-sindicalistas — ou, por outra forma, entre Marx e Proudhon». Por seu lado, Miguéis não esconde que a sua intervenção era fruto de uma evolução recente, e que com ela visava uma proposta de acção política dos intelectuais em oposição aos métodos da geração de 70, dos quais a *Seara* era no essencial continuadora.

A aproximação de J. R. Miguéis ao comunismo não se processou de resto num plano meramente especulativo. Como tive ocasião de documentar na minha comunicação ao Colóquio de 1981 acerca do movimento operário em Portugal (1), data desta época, na sequência da reorganização do PCP iniciada em 1929, a constituição dum Núcleo dos Intelectuais Simpatizantes, ao qual nomeadamente Miguéis e Bento de Jesus Caraça estiveram activamente ligados.

Justamente a obra de Caraça é neste ensaio de António Pita objecto duma análise atenta, que nela consegue detectar tanto um certo número de constantes como de contradições, aspectos próprios duma elaboração pessoal e outros que são reflexo directo do «espírito do tempo». No número das constantes, contam-se um historicismo de fundo hegeliano, uma atenção à centralidade da cultura como mediação entre o individual e o colectivo (que é pertinentemente aproximada do pensamento contemporâneo de um Gramsci) e, relacionada com esta, uma concepção da função dos intelectuais como intérpretes e «organizadores intelectuais» das possibilidades históricas de uma época. Mais contraditória, como Pita bem nota, é a posição antideterminista de Caraça. Fortemente marcada na crítica de qualquer fatalismo, no sublinhar das possibilidades do agir social e na concepção da história como processo aberto, ela não o impede porém de noutras passagens derivar para uma espécie de finalismo optimista de ressonâncias quase pantheístas. A este propósito, o autor julga «não ser arriscado supor que o marxismo de Caraça deriva, predominantemente, das chamadas 'Obras de Juventude' de Marx. A hipótese é interessante e merecia ser empiricamente investigada. Pela minha parte, acho-a improvável, tendo em conta a data das primeiras edições que poderiam ser acessíveis a Caraça (2).

O trabalho de António Pita não se limita porém a uma análise interna dos escritos de Miguéis

VÉRTICE

e Bento Caraça. Procura, nomeadamente no caso deste último, pô-la em relação com as iniciativas de carácter político-cultural em que esteve directamente empenhado, como foi a da «Biblioteca Cosmos», que marcou uma época na história da divulgação cultural em Portugal. A ambição que ela corporizou de uma articulação interdisciplinar visando reconstituir «o desenho completo do saber» releva, na opinião de Pita, de um cientismo totalizante que seria um dos estigmas mais característicos do «marxismo português» então em vias de constituição.

António Pita enquadra este conjunto de ideias no ambiente dos anos 30, de crescimento organizativo do PCP e sobretudo de alargamento da sua influência na intelectualidade, ao mesmo tempo que os intelectuais comunistas ou próximos do Partido se desdobram, apesar das dificuldades crescentes, na criação de revistas e jornais e em iniciativas múltiplas de divulgação ideológica. A adesão ao comunismo ter-se-á dado no quadro duma tradição intelectual de «progressismo» espontaneamente historicista, de raiz radical-republicana. De maneira que a aplicação, a partir de 1934-35, da política de «frente popular», confortaria particularmente os intelectuais de esquerda portugueses na sua relação com o comunismo, como doutrina que confirmava um conjunto de predisposições de há muito bem estabelecidas e todas no seu fundo basicamente positivistas. Paradigmática desta orientação seria a publicação pelo jornal *Liberdade*, após a sua remodelação de inspiração comunista em 1935, de excertos da *Teoria do Materialismo Histórico*, de Bukharine, nomeadamente do capítulo intitulado «Determinismo e Indeterminismo». Pita acha verosímil «que o texto de Bukharine haja desempenhado um papel relevante no apetrechamento ideológico do colectivo e, em geral, do movimento comunista português», e que a difusão do marxismo entre os intelectuais portugueses terá «sido mediada em grande parte também

pela interpretação de Bukharine». «Como, por outro lado, perfilha incondicionalmente o teor das críticas de Lucaks e de Gramsci ao naturalismo e determinismo da concepção bukhariana, facilmente vê na publicação de Bukharine em Portugal mais uma peça da construção do marxismo mecanicista e cientista, principal factor constituinte, no plano ideológico, da «estalinização originária» do comunismo português.

Ora, a interpretação da obra filosófica de Bukharine no exclusivo módulo interpretativo do cientismo naturalista e determinista é hoje contestada. No recente colóquio internacional de Wuppertal (Outubro de 1988) foi pelo contrário posta em destaque a relação entre a sua teorização do materialismo histórico e o pensamento político que ele começava então a formular em relação com a passagem à NEP — pensamento a que é alheia toda a forma de dogmatismo ou mecanicismo (3). É assim, no mínimo, problemático, falar de uma única «interpretação cientista do marxismo moldada pelas interpretações de Bukharine e de Estaline», e mais ainda interpretá-la unitariamente em termos de implicações políticas, quando se pensa na violência do contraste que opusera um a outro em relação a todas as questões da política interna e internacional da URSS e da Internacional Comunista e que culminaria no fusilamento do primeiro, em 1938, como principal acusado no 3.º dos processos de Moscovo.

De qualquer modo, A. Pita documenta utilmente a difusão da filosofia marxista que continua a processar-se na segunda metade dos anos 30 pela acção de jovens como Vasco Magalhães Vilhena e Joffre Amaral Nogueira, ou pela tradução de textos de Henri Lefebvre ou (sob pseudónimo) do próprio Estaline. É indiscutível a prevalência nestes escritos de concepções totalizantes de tipo ontológico baseadas na *Dialéctica da Natureza*, de Engels, embora mesmo entre os textos de Lefebvre e os de Estaline haja diferenças que não são só de

estilo ou de erudição filosófica. Tal tendência não é nenhuma peculiaridade portuguesa (nem vejo como excluir dela, nesta altura, o comunismo italiano, como pretende Pita) e obviamente não se pode pretender que não tenha consequências na prática política. Problemática parece-me sim a rapidez sumária e, diria, o mecanicismo com que o autor pretende deduzir desta tendência no plano filosófico implicações globais — diria, ónticas — subsumíveis na fórmula da «estalinização» (e deixo agora de parte o «originária», sempre difícil de entender em relação a um partido começado a formar duas décadas antes). Não será tal subsumção um bom exemplo do pensar generalizante e propriamente metafísico que a justo título se critica em Estaline? Uma metodologia efectivamente materialista e dialéctica de abordagem desta questão, capaz nomeadamente de colher a lição de Althusser, que o autor repetidamente cita, não exigiria pelo contrário que se indagasse diferenciadamente, nas suas relações mútuas mas sem nunca perder de vista a especificidade dos planos em que se processam, os múltiplos efeitos que o «cientismo filosófico» teve nas diferentes práticas dos marxistas portugueses?

Sem ter a pretensão de resolver a questão, aliás estimulante, adiantaria apenas aquilo que julgo serem três aspectos preliminares a qualquer análise: 1.º, acompanhando a descrição do autor, e mesmo incluindo o escrito de Bukharine na «interpretação cientista», verifica-se que o domínio desta interpretação só é demonstrado em relação aos anos 1935-1939; 2.º, seria necessário demonstrar a influência deste cientismo em, pelo menos, os documentos políticos do PCP na mesma época; *The last but not the least*: a reorganização de 1940-41 constitui uma verdadeira ruptura com os elementos que justamente nos anos imediatamente anteriores a 1939 dirigiam o Partido; não terá esta ruptura tido também o «significado filosófico» duma ruptura com modos de pensar cientistas e deter-

ministas até aí provavelmente vigentes?
14.1.1990

Notas

(1) *Análise Social*, nº 67/68/69, 1981.

(2) Nomeadamente quanto às obras citadas: a primeira edição alemã dos *Manuscritos de 1844* (com o título «Economia Política e Filosofia») data de 1932, e permaneceu largamente ignorada nos meios comunistas. Quanto à *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, publicada em 1859, não é possível considerá-la em nenhum sentido uma «obra de juventude» de Marx.

(3) V., nomeadamente, Herman Schmid, «Marxistische Soziologie. Zur Gesellschaftstheorie Bucharins», in T. Bergmann/G. Schäfer (Hrsg.), *Liebling der Partei. Bucharin — Theoretiker des Sozialismus*, Beiträge zum internationalen Bucharinsymposium, Wuppertal 1988, VSA-Verlag, Hamburg 1989, pp. 372-382; Christian Riechers, *The Ideas of Nikolai Bukharin, 1888-1938*, St. Anthony's College, Oxford, 27-29 September 1988, dactilografado (o qual, em relação à «Teoria do Materialismo Histórico. Manual Popular de Sociologia Marxista», adverte contra a tendência frequente a «not to read at all, but to rely upon its major critiques»); e o belo texto de Aldo Zanardo, «Bucharin come teorico marxista», in Sergio Bertolissi (org.) *Bucharin tra rivoluzione e riforme*, Editori Riuniti, Roma 1982, pp. 93-106.

VII.3

Ética, vontade e política. Os anos de aprendizagem de Álvaro Cunhal.

“Parece que durante uma noite inteira falei da imortalidade da alma num sentido realista e historicista, quer dizer, como uma necessária sobrevivência das nossas acções úteis e necessárias e como o incorporar-se delas, independentemente da nossa vontade, no processo histórico universal, etc.”

Gramsci, carta a Tania de 27.4.1933, *Lettere dal carcere*

A quase dez anos do seu desaparecimento, a imagem de Álvaro Cunhal parece essencialmente marcada pelo perfil ético. Esse foi provavelmente o traço mais posto em relevo nas declarações produzidas por ocasião da sua morte, que ressaltaram sobretudo a capacidade de entrega absoluta a um ideal e a coerência moral do procedimento. O que vinha aliás ao encontro de declarações e atitudes do próprio, especialmente na última fase da vida, quando, confrontado com o descalabro da União Soviética e o desaparecimento de alguns dos maiores partidos comunistas, repetidamente invocou a fidelidade ao ideal comunista e se bateu por que o PCP se mantivesse coerente com a sua história.

Para muitos, este idealismo moral derivaria simplesmente da inicial formação religiosa católica. Embora distanciando-se de uma identificação simplista entre a fé católica e a “fé” comunista – “Cunhal não substitui Deus pelo Comunismo, mas sim pela História”, (Pereira, 28) – o seu principal biógrafo, em várias passagens, também insiste na natureza religiosa da sua “atitude de obrigação face à História”, que redundaria na aceitação filosófica da “predestinação marxista” (*ibidem*, 36 e *passim*).

Estudos recentes sobre os intelectuais marxistas em Portugal nos anos 30 – a geração a que Cunhal pertenceu e de que foi participante activo e destacado -, têm considerado

como dominante no marxismo português da época, em conformidade com a ortodoxia estalinista, uma concepção dogmaticamente determinista, mecanicista e teleológica do comunismo, que teria marcado toda a história ulterior do PCP, nomeadamente pela influência que teve na decisiva reorganização partidária de 1940-41 (por todos: Andrade; Pita). António Pedro Pita foi talvez quem deu formulação mais categórica a essa tese, no quadro de uma análise que faz remontar as origens deste desenvolvimento ao período anterior. Embora tenha em conta tentativas e tendências, presentes nomeadamente no pensamento de Bento Caraça, que poderiam ter orientado o marxismo e o comunismo em Portugal num sentido diferente, Pita conclui que, do ponto de vista duma real influência política, “o marxismo português, recebido e tornado mobilizador em 1929 pelo interposto Estaline dos *Princípios do Leninismo* (...) volta a ser revitalizado, durante o período que culmina na reorganização de 1940-41, pela sua inscrição nas premissas, possibilidades e limites da leitura estaliniana do materialismo histórico, leitura de que uma das coordenadas é a perspectivação da história sob o ângulo da dialéctica da Natureza.” (Pita, 58-59). A aceitar-se tal tese, ficaria radicalmente prejudicada a importância do elemento ético e ideal na formulação da política do PCP. O que coloca um problema complicado, se considerarmos o papel de Álvaro Cunhal, tanto como participante da referida geração intelectual - “principal combatente” das lutas morais que ela travou, enquanto “seu único companheiro que determinadamente se envolveu em todos os combates, político, literário e estético” (Pereira, 344) – como na reorganização de 1940-41 e em toda a história ulterior do Partido.

Com estes temas – religião *versus* ateísmo, ética, História – encontramos-nos perante um conjunto de questões que, longe de constituírem particularidade da formação do dirigente comunista português, foram tópicos principais na constituição do marxismo, e em particular do comunismo leninista.

A pulsão ética é sem dúvida uma das principais componentes da formação do socialismo russo e do bolchevismo, que Lenin sempre reconheceu a propósito da tradição *narodnik* (populista). Gerações de intelectuais russos dedicaram e em muitos casos (como aconteceu com o irmão mais velho de Lenin) sacrificaram a vida na luta contra a violência e barbárie do regime czarista. No socialismo russo do século XX, os bolcheviques foram os principais herdeiros deste espírito de luta e dedicação ilimitada.

Mas, contrariamente aos antecessores, que cultivaram formas de acção individualistas e terroristas, os bolcheviques defenderam sempre a prioridade da organização da classe operária e seus aliados, com vista à acção de massas. O livro de Lenin, *Que Fazer?* (1902), ficou para a história como manual das condições de eficácia da vontade revolucionária e dos princípios de organização partidária delas decorrentes. No essencial, foi na base destas ideias que, após a I Guerra mundial, a revolução de Outubro e a cisão do movimento operário internacional, se constituiu a Internacional Comunista. E é esta combinação entre motivação ética e organização que explica o papel ímpar desempenhado pelos comunistas em acontecimentos tão fundamentais na história do século XX como a Resistência ao fascismo e ao nazismo, o desmantelamento dos sistemas coloniais, as lutas anti-racistas e as revoluções socialistas.

Do ponto de vista teórico, é provavelmente nos *Cadernos do Cárcere* de Antonio Gramsci que encontramos a sistematização mais aprofundada destas questões. O ponto de partida da elaboração de Gramsci é a crítica do determinismo, enquanto identificação entre a teoria da História e as ciências da natureza, por esta identificação abstrair do papel da vontade na história humana. Por seu turno, na reflexão sobre o papel da vontade na História, Gramsci parte do entendimento da religião do filósofo laico Benedetto Croce, que a definia como “unidade entre concepção do mundo e ética conforme”. Como leninista, Gramsci vê a vontade historicamente operante como necessariamente colectiva e organizada. Mas, para ser eficaz, a vontade não pode ser arbitrária, ela tem de definir-se em relação com as condições reais existentes. É aqui que entra a ética, enquanto definição dos fins que a vontade se propõe. Gramsci afronta directamente o tema, num parágrafo dos *Cadernos* intitulado “ciência moral e materialismo histórico”, afirmando: “A base científica duma moral do materialismo histórico deve procurar-se, parece-me, na afirmação [de Marx] de que ‘a sociedade não se coloca tarefas para a solução dos quais não existam já as condições de resolução’. Existindo as condições, a solução das tarefas torna-se “dever”, a “vontade” torna-se livre.” (Gramsci 1975, 855). Quer dizer, é a partir do conhecimento das contradições de uma sociedade e das suas possibilidades de transformação que uma “vontade organizada” (em primeiro lugar, um partido) pode definir objectivos. Neste sentido, a fundação da vontade moral “coincide portanto com as

análises das relações de forças” (Frosini, 899), quer dizer, dá lugar à teoria e à prática política.

Julgamos que esta breve digressão acerca das relações entre ética e política na tradição comunista oferece um termo possível de análise acerca da lógica de evolução do jovem Cunhal. Nas linhas que seguirei procuraréi sinteticamente reconstruir a formação do seu pensamento, indagando da respectiva coerência e sobretudo da possível unidade entre o aspecto ético e o aspecto político. No termo deste esboço de análise situa-se a realização, em Novembro de 1943, do I Congresso ilegal do PCP (terceiro na história do Partido), cujos trabalhos se iniciaram no dia 10, em que Álvaro Cunhal completou 30 anos.

Os seus primeiros textos publicados saíram no “quinzenário académico, artístico, literário e social” *Estudantes livres*, em 1931. O primeiro é um conto, “Felicidade e infelicidade”, que retoma, em forma ficcional, um episódio biográfico que manifestamente o marcou na infância, o derrube de uma andorinha com uma fisga (Cunhal, 1931a; Pereira, pp.28-29). Nele se encontram alguns dos temas centrais presentes na sua obra literária mas também expressos em escritos políticos e declarações ao longo da vida: o sofrimento e a morte, a culpa, a retribuição e a vingança, a expiação. Mais importante para o tema que nos ocupa é o muito breve texto (3/4 de coluna) sob o título “Personalidade”. Partindo duma comparação entre as noções de personalidade individual e colectiva e da ideia de que “uma colectividade deve também pensar e proceder por si, só por si”, afirma-se que colectividades “em que o proceder não é votado pela maioria”, “não têm personalidade”. Tal como “os homens fracos, quando as suas faces transparecem a sua fraqueza, põem uma máscara”, tais colectividades “querem esconder a sua fraqueza, a ausência do *eu*”, e estão portanto condenadas (Cunhal, 1931b). Trata-se, evidentemente, duma crítica do regime da Ditadura, que no momento da publicação do artigo atravessava aliás séria crise. A partir do confronto entre personalidade individual e colectividade, o problema colocado é o das condições *morais* de existência desta.

Como é sabido, o jovem Cunhal desenvolveu desde a entrada para a universidade intensa actividade política, primeiro em "organizações periféricas" de inspiração comunista, como a Associação dos amigos da URSS, o Socorro Vermelho Internacional e a Liga contra a guerra e contra o fascismo, a partir de 1934 como filiado da Federação da Juventude Comunista Portuguesa (FJCP), da qual se torna rapidamente dirigente, e do

PCP. São os anos em que o problema do fascismo adquire, com a chegada de Hitler ao poder em 1933 e com a consolidação da ditadura salazarista em Portugal, enorme acuidade internacional e nacional. Na Internacional Comunista a questão do fascismo passa a problema central da estratégia política, determinando a mudança da política *classe contra classe* para a linha da frente única operária e da Frente Popular antifascista. Álvaro Cunhal, educado num ambiente familiar marcado pela figura do pai republicano e opositor da Ditadura, culturalmente a par das tomadas de posição de tantos intelectuais europeus contra o fascismo e o nazismo e a favor da União Soviética, não poderia deixar de ser particularmente sensível a esta transformação.

Seja qual for a importância que se haja de atribuir à inicial formação religiosa – nas palavras do próprio, “foi uma fase da minha vida” (cit. in Pereira, 27) – é interessante verificar que os textos seguintes, de 1935, já completados os vinte anos e quando a actividade política se torna mais intensa e responsável, se iniciam pela crítica anti-religiosa. É o caso do artigo sob o título “Para? Não!”, que actualmente abre o primeiro volume das *Obras Escolhidas*. É um texto visivelmente inspirado nos primeiros capítulos do livro *A Teoria do Materialismo Histórico*, de Bukharin (<http://www.marxists.org/portugues/bukharin/1921/teoria/index.htm#topp>), originalmente publicado em 1921, que nestes anos registou grande divulgação e em 1933 foi editado no Brasil. Trata-se duma crítica, baseada em exemplos do senso comum, do teleologismo e providencialismo característicos das explicações religiosas do mundo, a que se contrapõem as noções de causa e efeito como fundamentos da compreensão científica. Embora siga a linha de raciocínio de Bukharin, o artigo desenvolve-se com inteira independência de estilo e de conteúdo, salientando a complexidade das relações causa-efeito, afirmando que um único fenómeno pode ter causas diversas e cada uma destas gerar uma pluralidade de efeitos. No seu trecho final, afasta-se claramente da sequência argumentativa de Bukharin. Ao passo que este insiste na integração entre fenómenos sociais e naturais, de que derivaria uma homologia de métodos científicos, Cunhal aponta para a diferença entre o “meio natural inconsciente” e os fenómenos humanos, em que a consciência e a vontade estão presentes. Daqui deriva a capacidade de intervenção da *vontade* humana na “vida de relação com os outros homens (...) senão como

independente e livre, ao menos como *agente*, como meio de condução...” (Cunhal 2007, 3).

Três semanas depois, igualmente no jornal *Liberdade*, em Fevereiro de 1935, um outro artigo (“Queremos! Queremos!”) de aparente teor filosófico, prosseguindo a reflexão sobre a vontade e as suas condicionantes, desemboca subtilmente (e dum modo quase críptico, sem nunca as nomear) numa apologia das frentes antifascistas, que então emergiam como movimentos de grande projecção em França e em Espanha e em breve ganhariam expressão mundial. É preciso, afirma a começar, “distinguir convenientemente o fenómeno natural do fenómeno da vontade” como “única via de chegar ao social” (*ibidem*, 5). A vontade pode exprimir-se de *forma* positiva ou negativa, mas “o ‘conteúdo’ real da orientação e da atitude voluntária é positivo. O ‘não quero’ é antes um ‘quero não’...” Também neste artigo se alude, em linguagem rousseauniana, à temática da formação da *vontade geral*, excluindo dela os “movimentos sentimentais das multidões” a que, mesmo se heróicos, “falta a consciência” (*ibid.*, 6). Ora, “também a vontade geral pode ser formalmente negativa”. Embora contendo no seu seio vontades divergentes, será uma “vontade geral de oposição”, que nem por isso deixa de ser “poderoso elemento de movimentos sociais”. Mas “como os seus elementos constitutivos são dissemelhantes, a sua formação não é isenta de obstáculos” – é uma transparente alusão às dificuldades da constituição da unidade antifascista, a que se juntava uma advertência: “os homens que levantam esses obstáculos não avaliam os possíveis efeitos do seu acto: portanto, são inconscientes...” (*ibid.*, 8). Finalmente, a conclusão política: “a vontade geral de oposição é a mais positiva dos nossos dias” e “contém não poucas energias” capazes de a transformarem numa vontade construtiva, exprimindo “uma ideologia”. Em causa estava manifestamente a formação do antifascismo.

Neste mesmo ano de 1935 Cunhal participa em Moscovo no VI congresso da Internacional Comunista da Juventude (ICJ), realizado na sequência imediata do VII congresso do Comintern (IC). Trata-se duma experiência decisiva na sua formação militante, não só pelo congresso propriamente dito, mas porque nos seis meses seguintes frequentou o ambiente do Comintern, estabeleceu relações com destacadas figuras de militantes e dirigentes, participou em sessões de trabalho em que se procedeu à análise crítica do trabalho do PCP e da FJCP.

É importante destacar que a viragem estratégica do VII Congresso tinha implicações teóricas, que resultavam claramente do relatório e da intervenção de encerramento do principal responsável pela mudança, que foi Dimitrov (Dimitroff *et alii*; <http://www.marxists.org/reference/archive/dimitrov/works/1935/unity.htm>). Em oposição ao esquematismo de análises anteriores, que viam o fascismo como consequência inevitável da crise do capitalismo e reflexo da tendência deste para o colapso histórico, Dimitrov caracterizava-o como forma de ofensiva da burguesia, que tivera êxito porque conseguira efectivo apoio em camadas populares. Recusar a ideia do fascismo como inevitabilidade histórica (a que, no pensamento até aí dominante na IC, sucederia o triunfo do socialismo com idêntica inevitabilidade) implicava interrogar-se sobre os erros do movimento operário que tinham facilitado a vitória do fascismo, e conseqüentemente sobre a possibilidade de políticas alternativas. Como escreveu Claudio Natoli, “toda a argumentação de Dimitrov tendia a refutar a tese da ‘inevitabilidade’ da vitória do fascismo e a acentuar, ao invés, o valor decisivo da iniciativa subjectiva da classe operária” (Natoli, 51). Daí decorre a acentuação, que percorre tanto o relatório principal de Dimitrov como a sua extensa intervenção de encerramento, da necessidade de tudo fazer pela *acção de massa*, e conseqüentemente de encontrar os instrumentos do máximo de unificação da classe operária e dos estratos populares, incluindo em determinadas condições pela superação da divisão entre partidos comunistas e social-democratas. Daí também a insistência na tecla da superação do *sectarismo*, que caracterizara a política *classe contra classe*.

Estes temas estiveram igualmente presentes no VI Congresso da ICJ em que Álvaro Cunhal participou, realizado um mês depois do encerramento do VII Congresso da IC, e no qual Dimitrov pronunciou uma breve mas expressiva alocução de abertura (http://www.marxists.org/reference/archive/dimitrov/works/1935/09_25.htm). A necessidade de superação do sectarismo foi tanto mais enfatizada quanto, no período anterior, em vários partidos as organizações e dirigentes juvenis tinham sido a ponta de lança da orientação extremista e isolacionista.

Já antes do VI Congresso da ICJ se iniciara em Portugal um processo de reorganização da FJCP e, neste quadro, numa reunião realizada perto de Queluz em Abril de 1935, Cunhal fora eleito para o Comité Central da FJCP, mas é sobretudo na sequência do congresso

que o seu papel de estratega e organizador se acentua. São conhecidos documentos de análise crítica da actividade da FJCP, elaborados durante a sua estadia na URSS no quadro da actividade da ICJ, em que é visível, pelas anotações manuscritas, a sua autoria ou colaboração. Cunhal faz um uso próprio do apelo de Dimitrov à *iniciativa independente* dos jovens comunistas, sublinhando – em oposição à orientação geral para a fusão das organizações juvenis comunistas e socialistas – que em Portugal tal não podia ser a via adequada para a unidade da juventude anti-fascista, dada a inexistência prática do Partido Socialista. O objectivo da unidade anti-fascista da juventude passava antes pelo abandono do complexo esquema de organização ilegal até aí existente, que absorvia os quadros numa actividade voltada para dentro da própria organização. Em vez disso, os jovens militantes passariam a desenvolver actividade no seio das organizações de massas legais (colectividades populares, grupos desportivos, associações culturais ou recreativas), procurando aí suscitar acções e movimentos a partir de interesses e identidade próprios de tais associações, que não supunham adesão ideológica prévia ao programa comunista (cfr. Cunhal 2007, 9, 15-16, 23-24).

Após o regresso a Portugal, Cunhal é enviado em Julho de 1936 a Espanha, onde chega no início da guerra civil, e participa nas actividades de apoio ao exército republicano. Teve também participação activa na formação da União dos Antifascistas Portugueses Residentes em Espanha. Deslocou-se a seguir a França, para ajudar a preparar o regresso de Pavel a Portugal, e aí manteve contactos com personalidades republicanas, como Bernardino Machado, no âmbito da Frente Popular Portuguesa. Regressou a Portugal em princípios de 1937, mas é preso em Julho e a prisão prolongou-se até Junho do ano seguinte. É entre esta data e a nova prisão, que vem a ocorrer em 1940, que, encontrando-se em situação legal, desenvolve mais actividade como intelectual, com colaboração em revistas como *O Diabo*, *Seara Nova* e *Sol Nascente*. Trata-se de textos que revelam invulgar capacidade expressiva e vigor polémico. Foram escritos, como notou Pacheco Pereira (Pereira, 336), no contexto extraordinariamente tenso da derrota na guerra civil de Espanha e do desencadear da II Guerra mundial, e traduzem essa tensão. São além disso textos marcadamente pessoais.

O primeiro, “Um certo tipo de intelectuais”, precede de pouco a famosa polémica com José Régio a propósito da função da literatura, e o problema que coloca é no fundo o

mesmo. Se, na polémica literária, defende a tomada de partido na literatura e na arte (como também, noutra tom, pouco antes a defendera na correspondência com Abel Salazar), neste artigo trata-se mais amplamente da crítica à pretensão de independência dos intelectuais e da reivindicação de um pensamento *situado* em relação aos conflitos do mundo real. Aceitando que a generalidade dos intelectuais são movidos por um genuíno sentimento de simpatia pelos “homens que sofrem”, Cunhal vê no ensimesmamento característico do trabalho intelectual, particularmente em condições de falta de liberdade de expressão, a fonte de uma deriva que tende a afastá-los crescentemente da experiência humana comum e a impeli-los para a procura duma “visão superior”, imparcial, que acaba por impedir de encontrar “caminhos que conduzam à banição das causas do sofrimento” (Cunhal 2007, 38). A esta atitude de “análise fria” ou desapaixonada contrapõe a necessidade de tomar partido: “Para compreender os movimentos humanos é necessário um ponto de mira. E também um tanto de consequente intransigência.” (Cunhal 2007, 39). Palavras estas que vale a pena comparar com as do já mencionado Gramsci, que foi talvez, no seio do marxismo, o maior crítico do determinismo e do objectivismo naturalista na interpretação da História: “O erro do intelectual consiste [em acreditar] que se possa saber sem compreender e especialmente sem sentir e ser apaixonado (não apenas pelo saber em si, mas pelo objecto do saber), isto é, que o intelectual possa ser tal (e não um puro pedante) sendo distinto e separado do povo-nação, isto é sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e portanto explicando-as e justificando-as na situação histórica determinada, e ligando-as dialecticamente às leis da história, a uma superior concepção do mundo, científica e coerentemente elaborada, o “saber”; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação.” (Gramsci 1975, 1505).

Dois outros escritos de Álvaro Cunhal nesta época merecem especial interesse, ambos publicados em Março de 1939, o mês em que se consumou a ocupação hitleriana da Checoslováquia e a derrota da República em Espanha: “Um problema de consciência”, n’*O Diabo* e “O caminho escabroso da vitória”, na publicação clandestina *Cadernos da Juventude* (in Pereira, 350-352). A motivação de ambos é idêntica e o conteúdo em grande parte semelhante, mas o tom e, em parte, a filosofia expressa são diferentes, o que sugere pensar que certas expressões de determinismo histórico, que efectivamente

surgem no segundo artigo, podem traduzir uma necessidade política de persuasão e encorajamento, adequada a uma divulgação popular, sem que correspondam necessariamente à filosofia adoptada. Ambos os artigos são também interessantes porque permitem colocar a questão da relação entre a “fé” comunista e a fé religiosa.

Cunhal exprime muito impressivamente o sentimento de fracasso que dominava muitos democratas e até muitos comunistas perante as derrotas sofridas (acima de todas, para os portugueses, a derrota que se avizinhava em Espanha) e a angústia frente a uma nova guerra mundial iminente. Este sentimento é tanto mais forte quanto os anos anteriores tinham registado as vitórias das Frentes Populares e expectativas muito optimistas. Cunhal reage contra o desânimo dos que pensam “que haverá sempre e só derrotas”, “como se as leis da evolução das sociedades não reservassem lugar à vontade humana” (“Um problema de consciência”, in Cunhal 2007, 41). E coloca a questão lancinante que se põe a um jovem nestas “horas em que a expectativa da morte baila com insistência ante os olhos”, a questão do sentido da vida. A sua resposta é, em duas páginas, um breve tratado de filosofia moral, ao mesmo tempo que um apelo à acção: “já os nossos corpos terão perdido a forma humana, já as suas partículas viverão separadas e dispersas e ainda nas sociedades futuras os efeitos dos efeitos das nossas acções evocarão a nossa passada existência” (*ibid.*, 43). Depois de uma invocação à coerência e à “fé na própria vontade”, a frase conclusiva traduz um programa de vida a que veio a revelar-se fiel: “Atravessar-se-ão tragédias com lágrimas nos olhos, um sorriso nos lábios e uma fé nos peitos” (*ibid.*, 44).

As restantes intervenções de 1939-40, antes da segunda prisão, podem arrumar-se em dois grupos. Uns artigos têm a ver com um tema que sempre o interessou, relacionado com o drama da morte precoce dos irmãos mais velhos, Maria Mansueta aos 8 anos, António José com 22. São artigos sobre a mortalidade infantil, a sexualidade e as dificuldades dos jovens para o casamento, e finalmente o estudo sobre o aborto que constituiu a tese de licenciatura em Direito, todos eles reflectindo conhecimento dos Evangelhos e das posições da Igreja católica. Os restantes têm carácter fortemente polémico. É o caso tanto da famosa controvérsia literária com José Régio, a propósito do livro deste, *As Encruzilhadas de Deus* (Cunhal 2007, 51-66) – obra de inspiração religiosa -, como da discussão em torno do pacto germano-soviético (*ibidem*, 71-92).

Ambas as controvérsias envolviam problemas nas relações do PCP com outros sectores da oposição antifascista. Impressiona no conjunto destes textos a maneira como o rigor e intransigência, por vezes contundente, na afirmação das próprias posições (que eram neste caso as dos comunistas de todo o mundo no confronto com aqueles que pouco antes haviam sido seus aliados nas frentes populares) se combinam com a preocupação permanente de evitar juízos sumários e unilaterais. Pode julgar-se que a crítica, dirigida a José Régio, aos que “concentram os olhos sobre o umbigo”, visava um efeito sarcástico fácil, e de facto a expressão deu origem a muita ironia nas conversas e na imprensa da época. Mas ela era da autoria do próprio Régio num dos poemas. Pela sua parte, Cunhal não hesitava, no próprio artigo com que iniciou a polémica, em considerar *As Encruzilhadas de Deus* “como uma das mais vibrantes obras poéticas portuguesas contemporâneas” (Cunhal 2007, 53). E, sem tergiversar no combate ao que considerava posições de indiferença numa situação em que estavam em causa “interesses vitais da humanidade”, concluía por um apelo a “caminhar de mãos dadas” (*ibidem*, 64).

Como vimos acima, por referência ao materialismo histórico e às ideias de Gramsci, o marxismo herda de Maquiavel a distinção e separação metódica entre moral e política. Movido por ideais éticos historicamente formados, o político marxista (indivíduo ou colectivo) confronta-se com um conjunto de condições que definem o quadro em que dada *vontade* vai operar. É com as condições e os materiais disponíveis nesse quadro que ele opera com vista à transformação duma relação social de forças.

É sabido que Gramsci, a partir da teoria de Lenin acerca da direcção do proletariado na revolução democrático-burguesa na Rússia, identificou a referida transformação (ou revolução) com a construção duma nova *hegemonia*. Sublinhava deste modo que a revolução social não podia assentar simplesmente na contradição capital-trabalho e na representação política deste contra aquele. Implicava antes que, em cada caso concreto, o partido comunista fosse capaz de identificar os factores da realidade social (ao nível da composição das classes, mas também do dispositivo das organizações políticas e do conjunto dos fenómenos, inclusive culturais, ideológicos, religiosos, que estruturam uma sociedade) susceptíveis de “combinações” (i.e., de alianças) capazes de em concreto operarem a dita “transformação da relação de forças” que realiza a revolução social. E veio assim a identificar a construção da hegemonia do proletariado nos processos

revolucionários (por natureza muito diversos, dada a heterogeneidade das sociedades a nível mundial) com a construção do que designou de *vontade colectiva nacional popular*, indissociável de uma *reforma intelectual e moral*: “uma parte importante do Príncipe moderno deverá ser dedicada à questão duma reforma intelectual e moral, quer dizer, à questão religiosa ou duma concepção do mundo” (Gramsci 1975, 1560). Noutra passagem explica que a reforma intelectual e moral “não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma económica, antes o programa de reforma económica é justamente o modo concreto com que se apresenta toda e qualquer reforma intelectual e moral.” (*ibidem*, 1561).

O projecto de *revolução antifascista* que, com o relatório político de Álvaro Cunhal, “Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência” (Cunhal 2007, 145-235), o PCP define a partir do Congresso de Novembro de 1943, situa-se no desenvolvimento das ideias que vinham do VII Congresso da IC e que então animavam a participação comunista nos movimentos da Resistência em toda a Europa. O que com esse projecto se almejava não era outra coisa senão a construção de uma nova “vontade colectiva nacional-popular” (que tinha em conta, mas reformulava, a exigência de reforma intelectual e moral ou “reforma das mentalidades” pregada por uma extensa linhagem de intelectuais portugueses, nomeadamente por António Sérgio). Com alterações, aprofundamentos e inovações exigidas pela sobrevivência do salazarismo à derrota dos fascismos na II Guerra mundial, foi esse projecto que orientou o PCP e o antifascismo português nas décadas seguintes. Tal projecto político tem sem dúvida afinidades com as ideias morais que, em termos mais abstractos, às vezes religiosos, o jovem Álvaro exprimia. Essencialmente uma ideia de que, tomando realistamente em conta as condições, o real pode ser transformado, e só a partir das próprias forças e da própria iniciativa essa transformação concretizará objectivos propostos. Depois, a de que, integrando esse real outros sujeitos capazes de outras iniciativas, o “tomar em conta as condições” implica a capacidade de interlocução duma pluralidade de sujeitos.

REFERÊNCIAS

Luís Andrade, *Intelectuais, Utopia e Comunismo. A inscrição do marxismo na cultura portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, 2010

N. Bukharin, *A Teoria do Materialismo Histórico*:

<http://www.marxists.org/portugues/bukharin/1921/teoria/index.htm#topp>

Álvaro Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol.I, Lisboa, edições *Avante!*, 2007.

Id., “Felicidade e Infelicidade”, in *Estudantes livres*, nº 5, 23 de Fevereiro de 1931.

Id., “Personalidade”, in *Estudantes livres*, nº 7, de 1 de Junho de 1931.

Dimitroff *et alii*, *Origens da Estratégia Frentista*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975.

Georgi Dimitrov, “Youth against fascism: speech at the opening of the sixth congress of the Youth Communist International”:

http://www.marxists.org/reference/archive/dimitrov/works/1935/09_25.htm

Fabio Frosini, “Volontà”, in Guido Liguori e Pasquale Voza (a cura di), *Dizionario Gramsciano*, Roma, Carocci, 2009.

Antonio Gramsci, *Lettere dal Carcere*, Cagliari, La biblioteca dell’identità de *L’Unione Sarda*, 2003

Idem, *Quaderni del Carcere*, edizione critica dell’Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana, Turim, Einaudi, 1975.

Claudio Natoli, *Fascismo, Democrazia, Socialismo: comunisti e socialisti tra le due guerre*, Milão, Franco Angeli, 2000.

José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*, vol.1, Lisboa, Temas e Debates, 1999.

António Pedro Pita, *Conflito e Unidade no Neo-Realismo Português*, Porto, Campo das Letras 2003.

VII.4.

The Portuguese Communist Party and the formation of antifascist culture and politics in Portugal (1926-1945)

Abstract: In recent debates about Anti-Fascism and its relation to Communism, whether as a purely instrumental creation of the latter or as a genuine political and cultural phenomenon, Portugal presents an interesting case study. On the one hand, the Salazar regime, formed at the turn to the 1930s, presents some characteristics that have led many historians to dismiss its classification as a Fascist regime. On the other, since the middle of the 1930s up to the regime's end in 1974, the main Opposition forces in Portugal consistently saw themselves as Anti-Fascist and gave birth to a culture of Anti-Fascism which left its mark upon the present democratic regime and the 1976 Constitution.

In this paper, we characterize the birth of Portuguese Anti-Fascism at the end of the 1930s as a result of the overlapping of various factors: the anti-fascist turn of the Comintern after 1934 and of the Portuguese Communist Party (PCP) as one of its sections; the persistence of leftist-republican and masonic currents which had been developing since the final years of the I Republic (1910-26); and the birth of neo-realismo as a literary and cultural current related to "socialist realism" and to the diffusion of Soviet influence in European culture.

In recent times, especially since the publication of François Furet's book, "The Passing of an Illusion" (Furet, 1995), there has been much discussion about the notion of *Anti-Fascism*, a word that, in countries like Italy, Portugal or France, for a long time after WWII, used to play an important role in the political and cultural arenas. The question raised by Furet, and later resumed by many other historians, was that of the instrumental role of Anti-Fascism to communist politics, seen as its sole inspiration. This question is important in Portugal's recent history, for opposition to Fascism was considered to be a foundation of the democratic regime born in 1974 (and so it remains in the present Constitution).

Although one can agree that, in some countries or at certain moments, Anti-Fascism was not much more than a slogan of communist politics and did not have a much wider influence as a social and ideological movement than that of the Communist Parties, this does not allow the conclusion that Anti-Fascism was just a creation of the Communist International. As a matter of fact, in the Italian case, where the problem arose for the first time, the formation of a united movement of Opposition to Mussolini, the so-called *Aventino* (after Matteoti's assassination in 1924) was not born out of a Communist initiative, nor was the Italian CP a member of the *Concentrazione Antifascista* which emerged thereafter.

In reality the word Anti-Fascism points out to a very diversified set of phenomena, which go from individual attitudes of Opposition to Mussolini's rule to the existence of a common ground of values and objectives as they progressively emerged at the time of the Popular Fronts. This common set of values resulted in the Resistance movements during World War II and in government practices after the war. In this sense, Anti-Fascism should not be seen as an accident, but "as one historical mould of the democratization process in Europe" (Sereneri, 2004: 79), "a whole of political groups different in their ideal origins and programs, but also a collective subject defined by common strategic aims." (*ibidem*, 88)

In this perspective, the question of Antifascism and Popular Fronts' policies may in my opinion be considered in connection with the Gramscian idea of *historic bloc*. The historic bloc, as the unity of infrastructure and superstructure which specifies one social formation, implies the *alliance* of different classes and at the same time some coherence of values, objectives and "beliefs" in order for the given society to be able to reproduce itself. In general, one can say that the historical effectiveness of the historic bloc is "proportional to hegemony as political direction and moral and intellectual direction" (Buci-Glucksmann, 1985: 104).

Portugal was one of the countries in which the influence of Italian Fascism was felt from the early years and played a role (along with Primo de Rivera's dictatorship in Spain) in the origins of the right-wing military putsch of 1926, and thereafter as a model for Salazar's dictatorship, which ruled the country for more than 40 years.

One can perhaps say that the confrontation of Portuguese society with the question of Fascism began even before the actual existence of Fascist movements, including in Italy. After the birth of the Republic, in 1910, Portugal lived for 7 years in a rather unstable situation. The Great War, in which the country took part, created the conditions for the dictatorial government of major Sidónio Pais to emerge. Although it lasted just one year, it left a strong mark upon Portuguese society and politics. The so-called “*experiência sidonista*” was thereafter seen as a model for a future right-wing dictatorship. His posthumous supporters founded the first explicit “*movimento fascista português*”. Sidónio’s government already displayed many features, which would later be considered as typical of Fascist regimes: corporatism, repression, leadership cult, social demagoguery, and the tendency to the single party state (Samara, 2009; Pinto, António C., 1989; Wheeler, 1978; Telo, 1978).

In spite of the rivalry between monarchists and republicans, which remained very important throughout the twenties and was an obstacle to the unification of right-wing forces, the tendency, during the final years of the I Republic, until 1926, was for class struggle and social contradictions to become more relevant than previous political differences. From 1921 to 1926, a polarization between a right-wing and a left-wing bloc emerged. Right-wingers did not spare words in praise of the “example of authority” which they saw personified in Mussolini and Primo de Rivera. Although no particular theorization emerged, the slogan “Against dictatorship” was present in popular demonstrations that took place in these years, and which saw the birth of a kind of Anti-Fascist united front (including masons, leftwing republicans, socialists, communists and anarchist trade-unionists (Pereira, J.D., 2009; Pinto, Ana C., 2009; Telo, 1980-1984; Medeiros, 1978; Quintela, 1976). The alliance in 1925 between the small Portuguese Communist Party and the newly born Partido Republicano da Esquerda Democrática (leftwing-democratic party) in the last parliamentary elections of the I Republic deserves to be mentioned in this context (Queiroz, 2008).

The years 1926 to 1933 are a very complex and rich period, during which four important insurrectionary attempts took place. They are also the years that saw the transformation of a military dictatorship that presented itself as a temporary emergency

into a full-fledged dictatorship under the authority of Salazar (Wheeler, 1988; Rosas, 1994).

In Portuguese historical research, there is a tendency to distinguish “salazarismo” from Fascism on the grounds of the paucity of mass-mobilization and the subordinate role of the party, of the self-identification of Salazar with Catholic teaching and the refusal of totalitarianism, and of a relatively low level of political violence, in comparison with the Italian and German models (Alexandre, 2006; Pinto, António C., 1995; Cruz, 1988). Other historians emphasize the similarity of solutions of state forms and their function as a repressive answer to labour pressures, the relation of Government to economic and social relations through “corporativismo”, a similar palingenetic endeavour, and more generally that differences of degree are not differences in essence (Torgal, 2009; Aguiar, 2008; Loff, 2008; Nunes, J.P.A., 2002, 1993; Rosas, 2001; Schirò, 1997; Passos, 1987; Lucena, 1976). Curiously enough, this was also somehow the viewpoint of British diplomats in Lisbon at the time, which in their dispatches often welcomed the Portuguese evolution as an effective assimilation of the Italian example (Nunes, J.A., 1987).

After 1926, the Communist Party was almost extinguished for some time. When it reorganized itself, at the turn to the 1930s, it had to face strict illegality and acute repression. In the Communist International, these were the times of “class against class” and of the rejection of any kind of compromise with social-democrats or the liberal bourgeoisie (Worley, 2004; Nunes, J.A., 1982). The new PCP leadership followed this line, the more so as the previous situation of weakness and disorientation was interpreted as a consequence of involvement in republican bourgeois politics. It should nevertheless be noticed that, in spite of leadership directives for strict political independence, at the grassroots level, many PCP activists took part in armed bourgeois-republican attempts to overthrow the dictatorship (Cunha, 2004; Nunes, J.A., 1981). Even before the Anti-Fascist turn of the Comintern in 1934, one can find in the communist illegal press some expressions of convergence with different social and political forces in order to stop the “process of Fascistization” (Nunes, J.A., 1996). This took practical shape in the formation of a united committee with socialists and anarcho-syndicalists. In January of 1934, they attempted to organize a general strike against the interdiction of the free trade-unions (Patriarca, 2000). The strike failed, and the struggle of the PCP against other

democratic currents resumed, although there was no longer any hesitation that combating Fascism should be the Party's main task.

In spite of its growing influence, the PCP was a rather small organization, with around 400 members. Nevertheless its general-secretary, the metal worker Bento Gonçalves, developed a coherent thought about the “bourgeois-democratic revolution” as the next political stage and its previous conditions. Gonçalves was acutely critic of the individualistic, terroristic and anarchist tendencies which had dominated the working-class movement of the I Republic. He favoured instead the construction of grassroots committees with well defined tasks and paid much attention to involve in it not only the working-class but also the peasants and members of the lower middle class (Nunes, J.A., 1999a:116). In this context, one of the main points emphasized by Gonçalves was the need to stimulate left oriented cultural initiatives, to attract members of the intelligentsia and use their capabilities for intervention on general political themes like the danger of war (Nunes, J.A., 1999:87).

A new factor emerged at this time, in the form of the cultural activity of a new generation, which was destined to play an important role in subsequent years.

Although there had always been some tradition of democratic activism among intellectuals, especially those involved in the republican movement since the end of the 19th century, an important intellectual current in the twenties was oriented towards the right in the form of the “Integralismo”. Communist intellectuals were almost non-existent, despite one well-known writer, Manuel Ribeiro, having played a leading role in the first Portuguese “bolchevist” organization, the Federação Maximalista, which immediately preceded the Party foundation in 1921 (Quintela, 1976).

This began to change at the turn to the 1930s, curiously enough a time when the Party line did not pay much attention to intellectuals. Nevertheless, it allowed the development of a “núcleo de intelectuais simpatizantes”, among whom a future great novelist, Rodrigues Miguéis, and the mathematician Bento Caraça could be counted. Some left-republican magazines, which managed to survive through all kinds of difficulties, began to express ideas defending the need to “republicanize the Republic”, i.e. to resume the original Republican ideals, giving them a socialist content. In some cases, this led to

ruptures with former, generally older, republican opinion leaders (Caraça, 2002; Dias, 2003, 2002; Vilaça, 1996; Pita, 1994, 1989; Nunes, J.A., 1981).

A decisive impulse to the growth of these groups of intellectual activists came with the VII Comintern Congress in 1935 and with the turn to Popular Front politics. In itself, the attempt to create a “Frente Popular Portuguesa” was not a great success, except, to a certain point, among exiles (an “action committee” of the Frente was in fact formed in Paris under Afonso Costa, a former prime-minister and President of the League of Nations’ general assembly). But the turn to the Popular Fronts was also a turn to a different type of behaviour by communist activists inside culture and leisure associations, students’ associations and in the aforementioned cultural magazines of democratic influence that still existed (and, later, also inside official trade-unions) (Andrade, 2007; Madeira, 2005, 1996; Trindade, 2004; Pereira, J.P., 1999; Dias, 2008; Dias, L.A.C. & A. P. Pita, 1996). This is the ground on which *neo-realismo* – the Portuguese version of socialist realism – could expand as a literary movement and become the dominant trend among Portuguese intellectuals (Nunes, J. A., 1999:95).

The years of the Spanish civil war (1936-39) and of the Second World War were characterised in Portugal by a deep polarisation between supporters and opponents of Salazar’s *Estado Novo* (“New State”), which reproduced the worldwide antagonism fascism/antifascism. They were also the years of the *Estado Novo*’s greatest “fascistization” (Cruz, 1988). Salazar decisively supported the rebels against the Spanish Republic and was side by side with Mussolini and Hitler in this struggle, speaking by the end of the war as one of the victors. Most of the Communist Party leaders were imprisoned in the concentration camp of Cap Verde and for a time the Party itself almost ceased to exist. A reorganisation began in 1940/41, in the course of which Álvaro Cunhal, himself one of the young intellectuals of *neo-realismo*, became the new Party leader.

Although Portugal did not participate in the Second World War and Salazar’s foreign policy was conditioned by the historical alliance with Great Britain, he did cooperate economically with the Axis, and wished the German victory in Russia (Gallagher, 1990: 166). Food shortages and economic difficulties during the war created the ground on which the Opposition grew, not only among the working-class, but also between land

workers, peasants and the popular classes generally. After 1943 a strong hope expanded that the defeat of the Axis would mean the collapse of Franco and Salazar dictatorships. On this basis a Movement of Antifascist National Unity was created as an underground coalition, in which beside the PCP some of the old Republican parties, the anarchists and a new socialist organisation were represented. Finally in 1945, on the occasion of legislative elections conducted by the Salazar regime in order to adapt to the postwar conditions, a legal Opposition movement emerged, the Movement of Democratic Unity (MUD), which had a strong impact, until it was suppressed two years later. Its Youth wing, the “Mud Juvenil”, in which the communist influence predominated, managed to survive underground until 1957.

The existence of unitary political organizations like Munaf and Mud, the diffusion of such a powerful movement like *neorealismo* were effective elements in order to the construction of the anti-fascist historic bloc. On the other hand, the fact that the political and ideological democratic currents other than the Communist Party had only intermittent existence and were often plagued by internal quarrels diminished their participation in antifascist politics and reciprocally made an easy ground for sectarianism on the part of the PCP. This concerns mainly the catholic and social-democratic currents. Although there were individual cases of priests and lay Catholics who demonstrated their disagreement with the Salazar regime since early times, the Catholic Church was deeply compromised with it at all levels. The movement of “católicos progressistas”, people of religious belief who engaged in action against the dictatorship and against colonialism, only emerged by the end of the 1950s. It played an important role in the changing of the social and cultural arenas that preceded the April 1974 revolution, but it never managed even to give birth to an independent political party.

Another important component to consider in the history of Portuguese Anti-Fascism is the one that refers ideologically to social-democracy. The old Partido Socialista Português, born in 1875, never became a mass labour Party and, as a result of internal division, practically ceased existence after 1933. A socialist current emerged in the wake of the movements of the 1940s but did not manage to unite in a single organisation. Only in the 1960s the lawyer Mário Soares, who later would become Republic President

(1986-1996), gave impulse to a more or less informal group under the name Acção Socialista which in 1972 became the new Partido Socialista (Martins, 2005).

Summing up, I would say that Anti-Fascism in Portugal was in no way a Communist “invention”, as the diversity of political movements and personalities, armed revolts, legal and illegal Opposition currents shows. Like in Italy, one can say that the encounter between communism and anti-fascism in the middle of the 1930s was the ‘discovery’ and valuation of a previously existing resource (Rapone, 2004: 6). On the other hand, the strategical and organizational coherence of the PCP, the fact that it was the only party of Opposition which managed to survive and publish its press uninterruptedly through almost half a century of dictatorship, gave it a prominent role in shaping the profile of Portuguese Anti-Fascism. In this process, the fact that *neo-realismo* gained hegemony and “instituted itself as the politically dominant culture” (Trindade, 2004:254), was a factor of paramount importance. In spite of its longevity and ideologically totalitarian ambition, the Salazar regime never managed to acquire an intellectual hegemony or the collaboration of a majority of writers, artists and other cultural agents. For all the pretence of the “New State” to be “o governo da inteligência”, as Salazar himself called it at the beginning of the regime, by the end of his life the dictator had to admit that “intellectuals had always fled him” (Ramos, 1999: 281,282).

To answer the question about the ability of Anti-Fascism to become the creator of a new *historic bloc* in the Gramscian sense, would require to extend the exam until the *Carnations Revolution* of 1974 and the time thereafter, in order to evaluate its partial success (and final failure under the conditions of globalization and neo-liberalism since the 1980s). Here I just tried to summarize some elements of analysis in that direction. As in other European countries, the period between 1934 and the post-war years were the times of the formation of the main political and cultural structures under which the political change later occurred.

In Gramsci’s perspective, the development of a new historic bloc implies at the same time “unity” and “diversity”, the concentration of social forces around common objectives (the democratic political and economic reforms) but also the *subjective* awareness of the different groups involved. “The unitary elaboration of a collective conscience requires multiple conditions and initiatives (...) The same ray of light goes

through different prisms and gives different light refractions” (Quoted in Baratta, 2010:76).

REFERENCES

- Aguiar, J. V. (2008). *Fascismo e Estado Novo: uma aproximação ao tema*, Lisbon: Apenas Livros.
- Alexandre, V. (2006). *O Roubo das Almas. Salazar, a Igreja e os totalitarismos (1930-1939)*. Lisbon: Dom Quixote.
- Andrade, L. C. (2007). *Sol Nascente. Da cultura republicana e anarquista ao neo-realismo*. Oporto: Campo das Letras.
- Baratta, G. (2010). “Identità e diversità nel pensiero di Gramsci”. In: *L'Ernesto*, nº1: 76-78.
- Buci-Glucksmann, Christine (1985). “Bloc Historique”, in Labica, Georges & Bensussan (dir.), *Dictionnaire Critique du Marxisme*. Paris: P.U.F.
- Caraça, B. J. (2002). *Cultura e Emancipação (1929-1933)*. Porto: Campo das Letras.
- Cruz, M. B. (1988). *O Partido e o Estado No Salazarismo*. Lisbon: Presença.
- Cunha, C. A. (2004) “The Portuguese Communist Party, its ancillary organisations, and the Communist International's Third Period”. In: Worley, M. (ed.): 152-173.
- Dias, L.A.C. (2008). *O “Vértice” de uma renovação cultural. Para o estudo da imprensa periódica portuguesa na formação do neo-realismo (1930/1945)*, unpublished Ph.D. Thesis. Coimbra:Faculdade de Letras.
- (2003). “‘Missão histórica’ e o ‘papel dos intelectuais’ na filosofia da cultura de Bento de Jesus Caraça”. *Revista de História das Ideias*, 24: 415-431.
- (2002). *Uma Anti-Seara em “Seara Nova”. Doutrina e Crítica nos Jornais e Revistas Juvenis da Década de 1930*, Coimbra: Cadernos do CEIS20.
- Dias, L.A.C. & A. P. Pita (1996). “Roteiro preliminar da imprensa cultural juvenil”. *Ibidem*: 57-72.
- Furet, F. (1995). *Le Passé d’une Illusion. Essai sur l’idée communiste au XX siècle*. Paris: Robert Laffont/Calmann-Lévy.
- Gallagher, Tom (1990).”Conservatism, dictatorship and fascism in Portugal, 1914-1945”, in Blinkhorn, Martin (Ed.), *Fascists and Conservatives. The radical right and the establishment in twentieth-century Europe*. London: Unwin Hyman.

Loff, M. (2008). *O Nosso Século é Fascista! - O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*, Oporto: Campo das Letras,

Lucena, M. (1976). *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, 2 vols. Lisbon: Perspectivas & Realidades.

Madeira, J. (2005). “De 'republicanizar a República' a 'humanizar o Humanismo’”. In *Afinidades 2*, II série: 93-98.

- (1996). *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os intelectuais*. Lisboa: Estampa.

Martins, S. (2005). *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*, Cruz Quebrada: Casa das Letras/Editorial Notícias.

Medeiros, F. (1978). *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*, Lisbon: A Regra do Jogo.

Neves, J. (2010), *Comunismo e Nacionalismo*, Lisboa, Tinta da China

Nunes, J.A. (1999). “Comunismo, antifascismo e intelectuais nos anos 30”. In V.A., *Encontro Neo-Realismo*, 83-95. Vila Franca de Xira: Museu do Neo-Realismo/Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

- (1999a) “Gonçalves, Bento”. In Barreto, A. & Mónica, M. F., *Dicionário de História de Portugal*, vol.8, Porto: Figueirinhas.

- (1996). “La formation de la stratégie antifasciste du Parti Communiste Portugais”. In: Narinski, M. & Rojahn, J., *Center and Periphery. The History of the Comintern in the Light of New Documents*, Amsterdam: International Institute of Social History: 218-236.

- (1987). “A formação do Estado fascista em Portugal à luz da correspondência diplomática britânica (1926-1933) ”. In: V.A. *O Estado Novo das origens ao fim da autarcia 1926-1959*, vol.1: 189-198. Lisbon: Fragmentos.

- (1982) “Da política classe 'contra classe' às origens da estratégia antifascista: aspectos da Internacional Comunista entre o VI e o VII Congressos (1928-1935) ”. In: V.A. *O Fascismo em Portugal*, 31-76. Lisbon: A Regra do Jogo.

- (1981) “Sobre alguns aspectos da evolução política do PCP após a reorganização de 1929 (1931-33) ”. *Análise Social* 67/69: 715-731.

Nunes, J.P.A. (2002). “Tipologias de regimes políticos: para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do *Nuevo Estado*”. *População e Sociedade* 8: 73-101.

- (1993). “O conceito de fascismo na história recente de Portugal”, *Vértice* 52, II série: 53-65.

Passos, M. (1987). *Der Niedergang des Faschismus in Portugal. Zum Verhältnis von Ökonomie, Gesellschaft und Staat/Politik in einem europäischen 'Schwellenland'*. Marburg: Verlag Arbeiterbewegung und Gesellschaft.

Patriarca, Fátima (2000). *Sindicatos contra Salazar: a revolta do 18 de Janeiro de 1934*. Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais.

Pereira, J. D. (2009), “A ofensiva operária”. In: Rosas, F. & M. F. Rollo (ed.). *História da Primeira República Portuguesa*, 421-440. Lisbon:Tinta-da-China.

Pereira, J.P. (1999). *Álvaro Cunhal. Uma biografia política* (vol. 1: *Daniel, o jovem revolucionário*). Lisbon: Temas e Debates.

Pinto, Ana C. (2009), “A transformação política da República: o bloco radical”. In: Rosas, F. & M. F. Rollo (ed.). *História da Primeira República Portuguesa*, 441-462. Lisbon: Tinta-da-China.

Pinto, António C. (1995), *Salazar's Dictatorship and European Fascism*. New York: SSM-Columbia University Press.

- (1989). “O Fascismo e a Crise da Primeira República – os Nacionalistas Lusitanos (1923-25)”. *Penélope* 3: 43-62.

Pita, A.P. (1994), “O marxismo na constituição ideológica e política do Partido Comunista Português”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº40:89-108.

- (1989), *A Recepção do Marxismo pelos Intelectuais Portugueses*. Coimbra: Oficina do Centro de Estudos Sociais,;

Queiroz, A. J. (2008), *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República*. Lisbon: Livros Horizonte.

Quintela, J. (1976), *Para a História do Movimento Comunista em Portugal: 1. A Construção do Partido – 1º Período 1919-1929*. Porto: Afrontamento.

Ramos, Rui (1999) “Intelectuais e Estado Novo”. In: Barreto, A. & Mónica, M. F., *Dicionário de História de Portugal*, vol.8, Porto: Figueirinhas.

Rapone, L. (2004), “L’Antifascismo tra Italia ed Europa”. In: De Bernardi, A. & Ferrari, Paolo (Eds.), *Antifascismo e Identità Europea*: 1-24.

Rosas, F. (2001), “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. *Análise Social*, nº 157: 1031-1054.

- (1994), *O Estado Novo (1926-1974)*, volume 7 of Mattoso, J. (ed.), *História de Portugal*. Lisbon: Círculo de Leitores.

Samara, M.A. (2009), “Sidonismo e restauração da República. Uma encruzilhada de paixões contraditórias”. In: Rosas, F. & M. F. Rollo (ed.). *História da Primeira República Portuguesa*, 371-395. Lisbon:Tinta-da-China.

Schirò, L. B. (1997), *A Experiência Fascista em Itália e em Portugal*. Lisbon: Edições Universitárias Lusófonas.

Sernerri, S. N., “‘Guerra civile’ e ordine politico. L’antifascismo in Itália e in Europa tra le due guerre”. In: De Bernardi, A. & Ferrari, Paolo (Eds.), *Antifascismo e Identità Europea*: 78-105.

Telo, A. J. (1978). *O Sidonismo e o Movimento Operário*. Lisbon:Ulmeiro.

- (1980-1984). *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, 2 vols., Lisbon: A Regra do Jogo.

Torgal, L.R. (2009), *Estados Novos, Estado Novo. Ensaio de história política e cultural*, 2 vols., Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Trindade, L. (2004), *O Espírito do Diabo. Discursos e posições intelectuais no semanário O Diabo 1934-1940*. Oporto: Campo das Letras.

Vilaça, A. (1996). “O Núcleo dos Trabalhadores Intelectuais do PCP em 1931-32”. In: *Vértice* 70:

Wheeler, D. (1978), *Republican Portugal. A Political History 1910-1926*. Madison: University of Wisconsin Press.

- (1988), *A Ditadura Militar Portuguesa 1926-1933*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Worley, M. (ed.) (2004), *In Search of Revolution. International communist parties in the third period*. London and New York: I.B. Tauris.

VIII. O PCP e a revolução antifascista de 1974-75.

Poulantzas, a revolução portuguesa e a questão do eurocomunismo

I

Nicos Poulantzas foi um intelectual comunista. Em 1968, na altura da publicação da obra que o tornou imediatamente famoso¹, esta identificação só poderia surpreender pela banalidade ou pelo reducionismo. Feita hoje, soa estranha, de tal modo a expressão surge datada. E no entanto, entre os seus contemporâneos das décadas de 60 e 70, numa época em que a visão marxista e o compromisso político gozavam de reconhecimento no mundo da cultura, poucos intelectuais europeus terá havido a quem tão completamente a designação se pudesse ajustar. A militância na esquerda grega e a adesão ao Partido Comunista da Grécia (KKE) ocorrem em simultâneo com o trabalho na sua tese de doutoramento. A partir da conclusão desta, em 1964, e até ao suicídio, breves 15 anos depois, toda a sua intensa produção intelectual anda a par do envolvimento na luta política, tanto em relação aos assuntos da Grécia (nomeadamente pela adesão ao PC “do interior” quando, em 1968, ocorre a divisão no KKE, já sob a ditadura militar), como em França, na luta pela unidade da esquerda. Mas não apenas “a par”. Os temas do trabalho de Poulantzas, desde logo em *Poder político e classes sociais* - uma obra bastante abstracta na sua formulação e escrita num contexto de aparente estabilidade social e política, bruscamente alterada, na altura da publicação, com os acontecimentos de Maio de 68 -, estão directamente vinculados a uma preocupação e a um objectivo político. Essa característica é cada vez mais pronunciada nos livros seguintes: *Fascismo e ditadura*², de 1970, ligado à tentativa de compreensão da ditadura militar grega, ao esclarecimento das tendências autoritárias dos Estados democráticos (que alguns na extrema-esquerda assimilavam ao fascismo) e à investigação da história da Internacional Comunista; *Classes sociais no capitalismo de hoje*³, de 1974, que retoma a relação entre classes sociais e Estado numa abordagem sociológica centrada na nova pequena-burguesia e na reformulação do problema das alianças de classe em condições de capitalismo

¹ Poulantzas 1968.

² Poulantzas 1970.

³ Poulantzas 1974.

desenvolvido; *A crise das ditaduras. Portugal, Grécia e Espanha*⁴ (1975-76), suscitada pelo fim das ditaduras na Europa capitalista e a transição ao socialismo em que, no caso português, o regime democrático em formação declarava colocar-se; e finalmente *O Estado, o poder, o socialismo*⁵, de 1978, em que a questão do Estado é relacionada com as possibilidades de transição ao socialismo nas sociedades avançadas, que a hipotética vitória eleitoral de comunistas e socialistas em França, então unidos pelo Programa Comum, permitiria abrir. Além destas obras, quase todas extensas e densas de conteúdo, em uma dúzia de anos Nicos Poulantzas publicou ensaios e artigos de intervenção de dimensões variáveis, dirigiu colectâneas, além de dar cursos, fazer conferências, animar seminários, etc.

Nesta sequência, *A crise das ditaduras*, escrita no início de 1975, e a que acrescentou um importante Posfácio, em Junho de 1976, para a segunda edição, ocupa um lugar particular. Trata-se de uma obra aparentemente menor (em tamanho: 189 páginas na segunda edição francesa) e explicitamente assumida como “ensaio”, desprovido de notas ou referências bibliográficas. Não deixa de ser um trabalho ambicioso, que tem em conta não só os acontecimentos recentes mas também a história dos três países analisados.

É de certo modo um trabalho de transição, tanto do ponto de vista teórico como político. Como notou Bob Jessop no seu estudo clássico de 1985, nele Poulantzas afasta-se significativamente da sua abordagem anterior: “É só com *A Crise das Ditaduras* que ultrapassa a simples adesão à linha leninista acerca da frente única e/ou o empenhamento maoísta na linha de massas e guerra prolongada.”⁶ Sobretudo, e de certo modo paradoxalmente, a análise da crise política em três países da periferia europeia, e em primeiro lugar do caso português, foi a primeira oportunidade de observação “ao vivo”, e interpretação, da questão do Estado no processo da “transição ao socialismo” em sociedades europeias. A problemática da “transição para o socialismo” era na Europa ocidental de meados dos anos 70 uma verdadeira moda intelectual, associada à noção da impossibilidade da tomada do poder por via de revolução armada ou guerra revolucionária, bem como à inviabilidade e indesejabilidade da ditadura revolucionária de partido único. Mas foi apenas em Portugal que, nessa época, a “revolução dos cravos”

⁴ Poulantzas 1975 e Poulantzas 1976.

⁵ Poulantzas 1978.

⁶ Jessop, p. 282.

veio colocar concretamente o caso de uma ruptura política e social que não correspondia a nenhum dos tipos conhecidos de revolução e, ao centrar essa ruptura na iniciativa do corpo central do aparelho de Estado constituído pelas Forças Armadas, punha com evidência a impossibilidade de formação dum aparelho de Estado revolucionário à margem ou em mera contraposição ao Estado existente.⁷

Pelas posições que assumiu no debate político na Grécia e como militante, mas sobretudo pela teorização que desenvolve a partir de *A crise das ditaduras* e culmina em *O Estado, o poder, o socialismo*, Nicos Poulantzas teve o seu nome associado ao “eurocomunismo”. Ele próprio assumiu a expressão, apesar de críticas e reservas em relação a algumas das figuras e teses predominantes nessa corrente, especificando a sua identificação com o “eurocomunismo de esquerda”⁸. Era portanto de esperar que a sua análise da revolução portuguesa (expressão que aliás não utiliza) – i.e., do fim da ditadura e transição para um regime democrático em Portugal – fosse bastante crítica do Partido Comunista Português (PCP) e da orientação do seu líder, Álvaro Cunhal. Este com efeito, apesar das muitas qualidades que, sobretudo postumamente, lhe foram reconhecidas, ficou na voz pública e no registo mediático com a fama inapagável de guardião da ortodoxia soviética, inimigo declarado do “eurocomunismo” e protagonista duma estratégia e tática tendentes a repetir em Portugal, com evidente e rotundo fracasso, a revolução de 1917.

Longe de confirmar estes pressupostos, a leitura das passagens de “A crise das ditaduras” referentes a Portugal mostra-nos uma análise da situação que em vários aspectos coincide com a de Cunhal e do PCP.

Publicada em Abril, a primeira edição de *A crise das ditaduras* é concluída em Fevereiro de 1975, poucas semanas antes do golpe falhado de 11 de Março que, pela resposta que suscitou, veio a impulsionar decisivamente a viragem à esquerda em Portugal e a definição socialista do “processo revolucionário em curso” (Prec). A segunda edição da obra é de fins de 1976 e contém um importante posfácio datado de Junho desse ano, sete meses passados sobre os acontecimentos de 25 de Novembro de 1975, que puseram termo ao Prec. Quer dizer, acerca de Portugal, e salvo intervenções de circunstância,

⁷ Citando de novo Jessop: “Agora ele (Poulantzas) enfatiza a necessidade de uma cuidadosa articulação de lutas políticas à distância do Estado, no interior do Estado e pela transformação do Estado. A este respeito a experiência portuguesa provou ser decisiva para revelar as limitações de abordagens comunistas e social-democratas mais ortodoxas à democratização e transformação socialista.” (Jessop, 282).

⁸ Poulantzas 1979.

Poulantzas não escreveu durante o período em que tiveram lugar as mais importantes mudanças revolucionárias (nacionalizações, reforma agrária e institucionalização do controle operário), ao mesmo tempo que se realizaram eleições (com resultados favoráveis à social-democracia e à direita) e o poder político, encabeçado por um Conselho da Revolução militar, se assumiu como visando o socialismo.

Dada a mudança das circunstâncias, a análise e as preocupações do autor variam, entre o escrito na primeira edição e no posfácio da segunda, não obstante a coerência do pensamento. Esquemáticamente poder-se-ia dizer que na primeira edição é feita uma crítica de esquerda às limitações das transformações realizadas, ao passo que no posfácio da segunda se exprimem principalmente críticas de sentido oposto aos erros esquerdistas que facilitaram o fracasso da orientação socialista.

Nicos Poulantzas foi um observador atento das transformações do capitalismo internacional no início dos anos 70 e das implicações que elas tinham na estrutura das relações entre o centro americano e o capitalismo dos países europeus, bem como nas relações entre os países dominantes do sistema imperialista e as burguesias dos países dependentes da periferia europeia, Portugal, Grécia e Espanha, nos quais se tinha iniciado a crise das ditaduras e aberto um processo de democratização. Situando a origem da crise das ditaduras, nos três casos, na contradição entre “burguesia interna” (dotada de ou aspirando a algum grau de autonomia) e “burguesia compradora” (enfeudada ao capital estrangeiro), o autor grego observa que o processo de libertação nacional, apesar da sua génese nestas circunstâncias, não poderá deixar de incluir algumas medidas “que recortam e recobrem um processo de transição ao socialismo”⁹. Entrando concretamente na análise do caso português, nota, no princípio de 1975 (i.e., já depois do 28 de Setembro e do afastamento do general Spínola e dos chefes militares de direita), que não se verificou um “encadeamento entre o processo de democratização e um processo de transição ao socialismo e de libertação nacional” (p. 62), não tendo sido tomadas medidas anti-monopolistas ou qualquer iniciativa de reforma agrária. Regista ainda que, embora seja uma particularidade do caso português “a força do movimento popular e a fraqueza da burguesia interior”, esta acha-se “bastante bem representada actualmente nas forças políticas ‘progressistas’ em Portugal”, nomeadamente no próprio Movimento das Forças

⁹ Poulantzas 1975, p.21. Doravante as menções de página sem indicação de autoria referem-se a esta obra.

Armadas (MFA) e nos partidos da social-democracia (Partido Socialista, PS, e Partido Popular Democrático, PPD), observando que estes representam “*a efectiva reestruturação política da burguesia* sobre a base do novo compromisso entre burguesia interior e burguesia compradora” (p. 67). Com assinalável acuidade, prevê porém que, embora a “via eleitoral” tenda a impor-se – com inevitáveis consequências conservadoras –, é ainda possível que venha a iniciar-se uma efectiva política antimonopolista a partir da “institucionalização’ ulterior do papel do MFA” - o que justamente virá a dar-se na sequência do golpe falhado de 11 de Março. Em qualquer caso, para ele “a consolidação ainda que apenas do próprio processo de democratização necessitará consideráveis transformações e depurações dos aparelhos de Estado e do exército” (p. 68).

Embora considerando sempre que o ponto de partida da saída dos regimes ditatoriais residiu na divisão no seio das classes dominantes, Poulantzas entende simultaneamente que a luta das classes populares acabou por ser “o factor determinante”, até porque “as contradições internas dos regimes foram elas próprias determinadas pelas lutas populares” (p. 81).

Constatando, por um lado, que a influência das lutas populares na queda das ditaduras fora essencialmente indirecta, por outro que a evolução subsequente no sentido da democratização era dirigida, no caso português, por um movimento nascido no próprio aparelho militar e que em parte nenhuma houve “reais tentativas de criação de ‘soviets’” (p. 92), coloca-se a questão de saber se a política da esquerda, e nomeadamente do partido comunista, podia e devia visar a constituição de sistemas de conselhos ou soviets *em contraposição* ao Estado.

A resposta é negativa, desde logo porque não dispendo tal tentativa, nas condições existentes, de suficiente apoio popular, estaria condenada ao isolamento e a ser esmagada. Mas ela envolve um problema mais geral, que é a própria concepção do Estado, no sentido de poder político. Desde *Poder político e classes sociais* que Poulantzas recusara (na linha de Gramsci) que o Estado pudesse ser exaustivamente definido pelos aparelhos em que se estrutura e a classe que os domina. Na base duma ideia de autonomia relativa do Estado que desde então defendera, define-o agora como “*uma relação*: mais precisamente, a condensação da relação de forças entre as classes”

(p. 84). É esta a tese que depois elaborará de forma mais aprofundada em *O Estado, o poder, o socialismo*.

Dadas as contradições que atravessam o aparelho de Estado, e o facto de o processo de democratização interessar a uma *aliança de classes* de que a pequena-burguesia, massivamente presente no Estado e nomeadamente nas Forças Armadas, é parte essencial, não faz sentido, na sua perspectiva, conceber uma política revolucionária de contraposição frontal ao Estado, que nestas condições teria significado contraposição ao próprio MFA, autor do 25 de Abril.

Ao mesmo tempo, Poulantzas sublinha, no princípio de 1975, as limitações que se mantinham no processo de democratização e de ruptura com o regime ditatorial, nomeadamente a continuação de aparelhos e figuras responsáveis a todos os níveis, combinando-se, sobretudo no interior, com a permanência do poder e influência de autoridades tradicionais e da Igreja, que tendem a constituir uma verdadeira “rede estatal paralela” (p. 105). E, prevendo que “a questão da transição para o socialismo vai colocar-se em toda a sua acuidade” (p. 131), afirma: “uma radical democratização só pode ser alcançada na medida em que se realize um verdadeiro ‘processo ininterrupto e por etapas para o socialismo’” (p. 106).

II

No decurso do período aberto pelo levantamento militar de 25 de Abril de 1974 (“revolução dos cravos”), o PCP foi essencialmente objecto de dois tipos de críticas: a crítica da direita em geral e da social-democracia, por pretender dirigir o processo de transformação política e social, e finalmente tomar o poder, apesar da sua limitada influência eleitoral; a crítica de esquerda, nomeadamente dos grupos maoístas (e, em menor medida, trotskistas), acusando-o por abandonar a ideia leninista de revolução dirigida contra o Estado burguês a partir da formação de um aparelho alternativo de conselhos de trabalhadores. Com estas questões centrais relacionavam-se todas as outras: natureza de classe da revolução de Abril, avaliação do e relacionamento com o MFA, alianças de classes e alianças políticas, participação no Governo e no aparelho de Estado, posição perante as eleições para a Assembleia Constituinte.

Não eram questões essencialmente novas na história do movimento comunista. Mas a difusão de ideologias e de expectativas socialistas na Europa ocidental após o Maio de 68 veio actualizá-las. Em particular, em coincidência cronológica com a fase mais intensa do Prec em Portugal, teve certa projecção o “eurocomunismo”, a designação jornalística (e por um tempo oficialmente aceite) que foi dada às ideias expressas pelos PC de França, Itália e Espanha, formalmente apresentadas numa série de encontros, realizados entre 1975 e 1977, que envolveram os respectivos secretários-gerais, Marchais, Berlinguer e Carrillo . Em síntese, essas ideias salientavam a recusa do modelo soviético e da Europa de leste, o compromisso com a democracia parlamentar e a ideia de uma transformação político-social gradual e pacífica, através de amplas convergências com outras forças políticas e sociais, em especial, no caso italiano, o partido da Democracia Cristã.

O PCP não teve intervenção directa no movimento militar que derrubou a ditadura. No entanto, à data de 25 de Abril de 1974, era o único partido que dispunha de uma estrutura organizada, unida e militante. Era além disso o único que, além de implantação social e influência cultural conquistada ao longo de décadas, contava com uma tradição de análise, reflexão e proposta acerca das condições do país e das transformações a realizar. Nessa elaboração teve papel decisivo, desde os anos 40, o líder do partido, Álvaro Cunhal, autor dos principais relatórios políticos apresentados aos congressos (excepto o V congresso, de 1957, por estar na prisão) e da estratégia da “revolução democrática e nacional”. Nos seus fundamentos, o pensamento de Cunhal não inovava teoricamente em relação à estratégia antifascista definida por Dimitrov desde 1935 e actualizada no contexto da II Guerra mundial e das Resistências, aliás património essencial dos partidos comunistas europeus e ponto de partida das noções de “democracia avançada” e mesmo de “compromisso histórico” defendidas pelos “eurocomunistas”. O que a especificava era a insistência no carácter contraditório da formação social portuguesa, como país simultaneamente colonizador e dependente do estrangeiro, e, sobretudo a partir do relatório de 1964, *Rumo à Vitória*¹⁰, a ideia do encadeamento necessário entre a conquista da liberdade política e as transformações sociais, devido ao alto grau de concentração da economia portuguesa, ao entrelaçamento entre os monopólios e o regime fascista e à

¹⁰ Cunhal 1974.

dependência do capital estrangeiro. Como escreveu o sociólogo Villaverde Cabral, “Cunhal concilia habilmente um conceito geral de antifascismo, capaz de atrair largos estratos das classes médias, com uma visão mais específica do antifascismo como um passo no caminho para o socialismo (...) A sua análise da sociedade portuguesa não carecia de pertinência: o seu programa de 1964 para a “revolução democrática e nacional” foi virtualmente cumprido dez anos depois (...) Ele parece ter tido razão em acreditar que, nas condições específicas da sociedade portuguesa, o movimento antifascista continha uma certa dinâmica social e económica que ia francamente além do simples derrube da ditadura”¹¹.

Não cabe neste texto analisar como esta estratégia se concretizou nas décadas em que o PCP viveu na clandestinidade. Basta referir que ela implicou sempre uma grande atenção aos comportamentos políticos da pequena-burguesia e das classes médias em geral, não só através dos contactos com os grupos oposicionistas que dalgum modo as representavam, como através dum esforço de organização próprio dirigido a essas camadas. Por outro lado, desde a reorganização de 1940 que o partido adoptara uma tática sistemática de penetração nos sindicatos oficiais e nas organizações legais em geral. Com o aprofundamento da crise do regime na viragem para os anos 70, no período do governo de Marcelo Caetano, o PCP encontrou-se assim em condições de explorar sistematicamente a nova situação, chegando a fundar, em condições de semi-legalidade, uma *Intersindical* de real implantação e em que a sua influência era predominante. É uma experiência a que Poulantzas alude explicitamente: “viu-se nomeadamente, de modo espectacular, com o PC português, que tinha conseguido ter praticamente nas mãos os sindicatos oficiais, o que ajudou consideravelmente a luta da classe operária no processo de derrube do regime” (p. 90). A própria génese do MFA não foi independente da influência social e cultural das aspirações democráticas antifascistas, de que o PCP foi o principal organizador, influência que se aprofundou perante a crise do regime.

O PCP não punha por isso a questão da destruição do Estado burguês e da sua substituição por um “Estado proletário”. Colocou sim o objectivo da destruição do Estado

¹¹ Cabral, p. 192.

fascista e sua substituição por um “Estado democrático”, cuja natureza de classe não era *a priori* definida¹².

Nesta sequência, seria absurdo se, a partir de 25 de Abril, assegurado o objectivo que desde sempre o Partido usara no centro do seu programa – a conquista da liberdade política -, o PCP se colocasse em oposição frontal aos militares “pequeno-burgueses” que formavam o MFA, ou mesmo aos generais burgueses que aqueles reconheciam como chefes. A sua tática consiste, pelo contrário, em acompanhar a lógica própria dos interesses e da mentalidade dos militares revolucionários, sem perder de vista que, em razão da sua composição social, dos ideais que animavam o MFA e da questão maior representada pela urgência em pôr fim à guerra colonial, num contexto em que todos os grupos sociais se movimentavam e a luta de classes se intensificava, também o posicionamento dos militares era susceptível de evoluir num sentido favorável aos objectivos de democratização e transformação social. Isto é, do ponto de vista das relações de classe, o MFA funcionava ao mesmo tempo como índice e como factor importante dos comportamentos e disposições da pequena-burguesia, e mesmo mais latamente das classes médias no seu conjunto. É esta uma questão a que também Poulantzas dedica muita atenção, e dum modo que (apesar da inevitável diferença de tom e de forma entre análises que interferem directamente na luta política em curso e as que são feitas em perspectiva científica à distância dos acontecimentos) em muitos aspectos coincide com a visão do PCP. O autor grego caracteriza o MFA como “movimento correspondente a uma nítida radicalização à esquerda da pequena-burguesia” (p. 113). Lembra por outro lado que a refacção das contradições de classe no seio do aparelho militar é mediada pelas características ideológicas próprias deste – o que determina a importância central de questões como a integridade do Estado ou a manutenção da “ordem”.

O decurso dos acontecimentos no primeiro ano sucessivo ao derrube da ditadura confirmaria o bem fundado desta tática. Pode dizer-se que o PCP andou sempre, sem esconder o conjunto dos seus objectivos ideológicos e programáticos, um passo – mas apenas um passo – adiantado em relação às preocupações e objectivos capazes de em cada momento reunir consenso maioritário entre os cerca de 400 militares (em acelerado

¹² Cunhal 1974, pp.132-134; Cunhal 2007.

e turbulento processo de formação político-ideológica no próprio curso dos acontecimentos) que compunham o MFA, sem nunca perder de vista que eles constituíam apenas cerca de uma décima parte do conjunto das Forças Armadas.

A constância no apoio à unidade povo-MFA, ao programa do MFA e aos seus órgãos, bem como ao poder constituído na sequência do 25 de Abril, em referência ao objectivo prioritário da formação de um regime democrático, foi decisiva para a consolidação da liberdade política e a implantação do PCP como partido de massas. Mas foi além disso a base em que assentou a transformação do levantamento ou golpe militar em processo revolucionário. A incompatibilidade entre a continuação do domínio do grande capital na mesma forma e as condições de liberdade, incompatibilidade que atravessava os órgãos do poder, vai traduzir-se em sucessivas crises políticas: “golpe Palma Carlos” em Julho, tentativa de Spínola, ainda Presidente, de mobilização da “maioria silenciosa” em 28 de Setembro, seu fracasso e demissão, finalmente a passagem ao putsch militar, de novo sob a direcção de Spínola, em 11 de Março de 1975, que desencadeia a tomada das medidas de nacionalizações e reforma agrária e a proclamação da orientação socialista da revolução. Cada uma destas crises políticas teve na sua origem a tentativa das classes dominantes e da direita política, que tinham em Spínola a sua referência agregadora e o candidato a novo ditador, de contrariar a liberdade de acção e a capacidade de influência ganhas pelo movimento popular e traduzidas em sucessivas conquistas: do salário mínimo às comissões de moradores e de trabalhadores, à melhoria das condições de vida e trabalho, à implantação dos sindicatos e realização da liberdade de associação e manifestação, em suma, ao estabelecimento de condições de dignidade e exercício de direitos que o fascismo impedira durante meio século. Tentativas reaccionárias que andaram sempre conjugadas com o projecto neocolonialista de que o mesmo Spínola era arauto e para que activamente procurou apoios internacionais (de Nixon a Mobutu, com quem teve encontros) que implicavam, duma ou doutra forma, a continuação da guerra colonial.

A política do PCP de participação nos governos provisórios e identificação com os objectivos do programa do MFA, centrados no fim da guerra colonial e edificação de um regime democrático através de eleições livres, foi decisiva para que, em cada uma destas crises, a concentração de forças - sociais, políticas e militares – do lado democrático se

revelasse superior às forças da reacção e o processo revolucionário pudesse prosseguir. Era porém indispensável, para a sua consolidação e aceitação – isto é, para a conquista de uma verdadeira hegemonia da esquerda não só ao nível do poder político mas na sociedade portuguesa – que a aliança de classes expressa pelo MFA tivesse a sua correspondência em aparelhos políticos “civis”, i.e. numa aliança partidária suficientemente ampla ou no surgimento de novas formações políticas da esquerda com efectiva implantação popular.

Não foi o que aconteceu. Sobretudo a partir de 28 de Setembro, o Partido Socialista – apesar das formulações radicais e das promessas do seu programa – orientou-se para conter e fazer retroceder as transformações realizadas, não hesitando para isso em utilizar, primeiro, cumplicidades encapotadas com Spínola e, depois do 11 de Março, uma enorme campanha de pressão internacional. Foi no entanto, em condições sociais e culturais que permaneciam inalteradas em grande parte do país, o partido mais votado nas eleições de Abril de 1975 para a Assembleia Constituinte. A partir daí aquilo que o PCP designou de as “duas dinâmicas” da revolução portuguesa – a revolucionária e a eleitoral – desenvolveram-se em sentidos parcialmente opostos.

Não é aqui possível resumir o complexo desenvolvimento dos oito meses cruciais, entre 11 de Março e 25 de Novembro de 1975, durante os quais esteve em aberto a possibilidade de estabilização de um poder democrático-revolucionário de orientação socialista. A aliança entre a esquerda militar, o PCP, o Movimento Democrático Português (MDP) e parte das formações da “extrema-esquerda”, apoiada na dinâmica do movimento popular, possibilitou a formação dos IV e V governos provisórios, de Vasco Gonçalves, que implementaram as nacionalizações da banca e dos grupos monopolistas, a reforma agrária, o controle operário, criando assim as bases duma nova estrutura económico-social. Ganharam desenvolvimento, com apoio das Forças Armadas, comissões de trabalhadores e comissões de moradores, formas diversas de intervenção popular e de democracia directa, que porém jamais alcançaram extensão, consistência organizativa e unidade ideológica que permitisse configurá-las como base de um poder de Estado alternativo. O PCP apoiou decididamente estas transformações. Porém, a curto trecho se revelou que a deslocação do Partido Socialista num sentido oposto à transformação social e económica em curso, a dimensão dos apoios internos (de toda a

reação de direita unida no objectivo tático de inverter o curso revolucionário-democrático) e internacionais de que dispunha, não poderiam deixar de reflectir-se no seio do próprio MFA e alterar a relação de forças no seu interior. É o que se consuma em finais de Agosto, provocando a demissão de Vasco Gonçalves e pondo termo ao predomínio das posições da esquerda no governo e no Conselho da Revolução.

Se toda a acção política do PCP desde o 25 de Abril implicou uma combinação complexa entre fidelidade aos objectivos programáticos e adaptação a situações rapidamente mutáveis e com componentes diversas, mais complexas ainda foram as exigências colocadas por esta crise. A radicalização de certos sectores da sociedade e dos militares abria a oportunidade de mudanças decisivas, ao mesmo tempo que corria o risco de quebrar a unidade de forças sociais e políticas, e mesmo a identificação ideológica mínima, indispensáveis como sustentação dum Estado democrático. Nestas condições, mesmo antes da queda de Vasco Gonçalves, o PCP orientou-se decididamente para a busca de um compromisso com as forças civis e militares moderadas, nomeadamente o “grupo dos nove”, na base da confirmação das conquistas alcançadas e da aceitação de um regime de base parlamentar.

Era esta uma possibilidade que, ainda antes dos acontecimentos de 11 de Março, Poulantzas previa como eventualmente necessária e aconselhável perante uma nova ameaça ditatorial: “mais vale não aguardar o momento em que o movimento popular se acha na defensiva, em que os diversos ‘compromissos históricos’ podem surgir como um recurso, *in extremis*, contra um regime de excepção [i.e., ditatorial]”, escrevia (p.136).

Esse compromisso não foi possível, como o PCP o propunha, nas condições do “Verão quente” de 1975¹³. O dinamismo do próprio movimento popular e de parte dos militares revolucionários, a falta de unidade política no campo dos partidários do socialismo, insuficiente flexibilidade e esclarecimento político na base militante, incluindo entre os apoiantes do PCP, e sobretudo a arrogância e ambição dos dirigentes do PS, embalados pelo apoio tático de toda a direita, do imperialismo e da social-democracia europeia, inviabilizaram-no.

¹³ V. em especial o histórico discurso de Álvaro Cunhal no Comité Central de 10 de Agosto de 1975: Cunhal 1976, pp. 127-166. V. também Cunhal 1999, pp. 202-212.

No entanto o esforço dispendido nesse sentido e o esclarecimento que proporcionou não foram em vão. A formação do VI governo provisório, em Setembro de 1975, no qual o PS e os militares que lhe são afectos ganham preponderância, representa uma primeira inversão do curso revolucionário. Mantendo presença no governo e agindo em todas as esferas da vida social, o PCP anima a resistência à ofensiva reaccionária ao mesmo tempo que persiste na busca dos compromissos necessários à aprovação de uma Constituição do regime democrático que mantenha o essencial das conquistas revolucionárias.

Os acontecimentos do 25 de Novembro estiveram à beira de pôr em causa esse objectivo central. Também neste caso o comportamento do PCP facilitou que entre os vencedores do golpe prevalecessem aqueles que aceitavam a formação dum regime democrático e não a instauração duma nova ditadura.

A permanência, entre a maioria da população portuguesa e mesmo no seio das Forças Armadas, apesar de o MFA deixar praticamente de existir, das ideias que tinham inspirado a revolução de Abril e as transformações de sentido socialista, permitiram a aprovação, em Abril de 1976, de uma Constituição cujo artigo segundo expressivamente dizia: “A República Portuguesa é um Estado democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democrática, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras”.

Como Álvaro Cunhal pouco depois viria a escrever, “a Constituição tornou-se, numa situação política muito instável, uma plataforma para a reunificação das forças da democracia e do progresso social.”¹⁴

III

Interessará ver agora como é que, no posfácio de Junho de 1976 à segunda edição da “Crise das ditaduras”, Nicos Poulantzas analisava a situação emergente do 25 de Novembro e da formação do regime constitucional. É evidente que a posição de teórico e comentador histórico em que procede a esta análise é completamente diferente daquela

¹⁴ Cunhal 1976a, p. 190.

em que, por exemplo, Cunhal, pouco tempo depois, no relatório ao VIII Congresso do PCP reunido em Novembro de 1976, analisa os mesmos acontecimentos. Algumas semelhanças e diferenças merecem entretanto ser notadas.

Poulantzas considera que apesar de tudo “a aliança das classes populares (...) se mantém” e que, apesar do recuo que significa, o 25 de Novembro “também não foi o regresso em força da ‘reação’ ” nem “recolocou em causa o processo de democratização”¹⁵. Cunhal, referindo-se a essa data como “uma grande derrota”, escreve que “não representou a derrota definitiva da Revolução.”¹⁶

Diversamente de uma grande parte dos comentadores e turistas revolucionários estrangeiros que em geral viram na mobilização popular e dos militares uma revolução socialista original, Poulantzas – embora sublinhando que esta mobilização foi incomparavelmente superior à ocorrida em Espanha ou na Grécia - teve uma noção muito sóbria das suas limitações: “Não se tratou”, afirma, “do fracasso de um processo de transição ao socialismo já posto em marcha: em momento nenhum do período em questão a situação em Portugal rompeu realmente os limites de uma etapa de democratização.”¹⁷ É no fundo uma tese que não diverge da contida no programa do PCP, o qual considerava mesmo as transformações socialmente mais avançadas – nacionalizações, reforma agrária e controle operário – como parte da “revolução democrática e nacional”.

Poulantzas considera a seguir que o que realmente se perdeu – “por muito tempo”, afirma, e a História dar-lhe-ia razão – foi “a hegemonia e a direcção deste processo de democratização por parte das massas populares.”¹⁸

Também o diagnóstico das causas desta perda, do ponto de vista social, não é muito diferente do que fará Cunhal ao assinalar como “uma das falhas mais graves” da revolução “não ter dado resposta adequada aos interesses e aspirações dos pequenos agricultores”¹⁹. Escreve o autor grego que a aliança das classes populares não foi suficientemente alargada e mesmo, muito frontalmente que “a radicalização das massas populares *foi e permaneceu minoritária no conjunto do país.*”²⁰

¹⁵ Poulantzas 1976, p. 180.

¹⁶ Cunhal 1976a, p.170.

¹⁷ Poulantzas 1976, p.158.

¹⁸ *Ibidem*, p. 159.

¹⁹ Cunhal 1976a, p. 104.

²⁰ Poulantzas 1976, p. 162.

Outras causas apontadas para o fracasso de uma possível hegemonia das classes populares que abrisse o caminho da transição ao socialismo são a divisão na própria classe operária, a incapacidade de tomar medidas em relação ao domínio do capital estrangeiro – apontada por Cunhal como a frente de luta “em que a Revolução portuguesa menos avançou”²¹ -, a permanência, apesar dos saneamentos, da continuidade de estrutura do aparelho de Estado, inclusivamente nas Forças Armadas (o que por seu turno tem a ver com o carácter minoritário do MFA) e ainda o facto de que “em nenhum momento se pôde constatar a situação característica de *duplo poder* resultante da organização de um poder popular centralizado, *paralelo e exterior* ao aparelho de Estado oficial, condição importante para uma transição ao socialismo”.²²

Quanto à possibilidade que efectivamente existiu, a da prossecução de um processo de democratização sob a hegemonia das classes populares, Nicos Poulantzas examina detalhadamente o comportamento dos diversos protagonistas da esquerda, partidos e organizações. A sua crítica é particularmente contundente em relação ao PS e à “orientação fundamentalmente direitista da sua direcção”, que nunca procurou senão “um processo de democratização sob hegemonia da burguesia interior” e o “compromisso com o capital estrangeiro e a burguesia monopolista.”²³ Critica também fortemente as “oscilações” – entre democratização e transição para o socialismo – que atribui ao PCP, assim como uma política sectária em relação ao PS. Nega porém, contrariamente ao mito propagado e ainda hoje largamente aceite, que o Partido Comunista tenha praticado uma tentativa de “assalto ao palácio de Inverno”, ou que tivesse qualquer responsabilidade na ocupação do jornal “República”, facto este largamente propagandeado no estrangeiro como exemplo da procura totalitária de domínio dos meios de comunicação. Atribui-lhe uma política de controle do aparelho de Estado, nomeadamente, quanto ao Exército, através da 5ª Divisão do Estado-Maior, o que corresponde a conferir ao PCP uma

²¹ Cunhal 1976a, p. 117.

²² Poulantzas 1976, p. 166.

A tese da existência do duplo poder, que só se teria visto impossibilitado de fazer a sua prova de vida e realizar a revolução socialista, com apoio da esquerda militar, por em 25 de Novembro o PCP, em obediência aos imperativos da “partilha de Ialta”, ter recusado apoiar os militares sublevados, tem sido persistentemente sustentada por Raquel Varela nas suas obras: Vide Varela 2011, Varela 2014, Varela (coord.) e Varela *et alii*. Em sentido contrário ver, nomeadamente: Fonseca 1983, Sperling 1987, Sperling 2014, Cereales 2003, Chilcote 2010, Rosas 2014 ou ainda o artigo do último in Varela (coord.), pp. 254-283.

²³ Poulantzas 1976, p. 170.

capacidade muito exagerada em relação à realidade (como aliás se pode ver pelas críticas de Cunhal à esquerda militar). A crítica é ainda muito forte em relação às organizações da “extrema-esquerda”, nomeadamente o MRPP, ao qual atribui “considerável responsabilidade pelo fracasso.”²⁴

A parte mais interessante do “Posfácio” de 1976 reside provavelmente nas conclusões acerca da necessidade para a esquerda, no decurso dos processos de democratização, de combinar o impulso à formação de órgãos de democracia directa ou “poder popular” com o investimento e transformação do aparelho de Estado existente. Mas esta foi, na sua essência, justamente a política preconizada e prosseguida pelo PCP, independentemente de erros de aplicação e do predomínio de uma concepção instrumental que privilegiava a simples “ocupação” do aparelho de Estado.

IV

As questões da relação entre democracia e socialismo têm hoje, em relação com a crise económica e social, as manifestações do autoritarismo de Estado, o crescimento da extrema-direita, a crise da soberania e a ausência de democracia em estruturas supra-nacionais como a União Europeia, um renovo de actualidade. Nicos Poulantzas foi em muitos aspectos um precursor na detecção e análise destes temas e não é por acaso que *L'État, le pouvoir, le socialisme* foi em anos recentes reeditado²⁵.

Estas questões estiveram também no centro das propostas e dos *slogans* do “eurocomunismo”. Porém, enquanto movimento político que pretendia superar os impasses da esquerda e trazer a boa nova duma “terceira via”, o “eurocomunismo” não sobreviveu aos seus criadores. Como nota Silvio Pons, à época do falecimento de Berlinguer, em 1984, o termo já caíra em desuso. Como estratégia, findou “sem deixar nenhuma realização política duradoura.”²⁶ E, no dizer do mesmo autor, “como movimento político foi um fracasso. O seu principal resultado foi enterrar o comunismo internacional igualmente na Europa.”²⁷

²⁴ *Ibidem*, p. 175.

²⁵ *L'État, le pouvoir, le socialisme*, Paris, Les Prairies Ordinaires, 2013.

²⁶ Pons 2010, pp. 65, 63.

²⁷ Pons 2014, p. 293.

A revolução portuguesa, com lutas de classes e movimentações de massas que ultrapassavam a lógica da democracia parlamentar e dos acordos partidários, surgiu como um factor de perturbação para alguns dos partidos comunistas europeus então envolvidos em negociações de governo, em particular com forças da democracia-cristã e da social-democracia. Foi o caso nomeadamente do PCI e do PCE, e em menor medida do PCF, que não se coibiram de exprimir críticas ao PCP e ao processo revolucionário em Portugal, num momento em que estes se defrontavam, não só com a oposição política da direita e da social-democracia nacional e internacional, mas também com acções de violência terrorista.²⁸ Por seu lado o PCP, não obstante manter relações regulares com estes partidos, já antes do 25 de Abril não escondia a sua posição crítica em relação a algumas tendências da respectiva evolução, nomeadamente quanto à interpretação e consequências da coexistência pacífica, ou quanto à apreciação do regime soviético ou do Mercado Comum²⁹. Em relação ao “eurocomunismo”, Cunhal não se limitou a classificá-lo depreciativamente como “uma moda que passará”³⁰. Aceitando que o termo “entrou de facto no dicionário político da actualidade”, logo contestou “que exista isso a que se chama eurocomunismo”³¹, dada a variedade de situações nos países europeus e a necessária diversidade das mudanças revolucionárias. Reconheceu entretanto haver no tema “dois aspectos”: um, “a busca justa e necessária de cada partido comunista de um caminho, de acordo com as condições específicas, económicas, políticas e tradicionais de cada país, e isso é o que fazemos em Portugal”; o outro aspecto seria a tentativa de opor os projectos políticos para países da Europa capitalista à experiência histórica do socialismo, o que representaria uma divisão do movimento revolucionário que o PCP rejeitava³².

Quanto a Nicos Poulantzas, se é certo que se reconheceu no “eurocomunismo”, fez questão de sublinhar a diferença entre o que entendia por eurocomunismo “de esquerda” e “de direita”. Este foi o que prevaleceu nos partidos comunistas que adoptaram a fórmula, conduzindo à sua auto-liquidação ou extinção. Assentava numa valorização

²⁸ V. MacLeod 1984.

²⁹ V. por ex. “Intervenção na conferência dos Partidos Comunistas dos países capitalistas da Europa” de Janeiro de 1974: Cunhal 2008, pp. 769-781.

³⁰ Cunhal 1977.

³¹ Entrevista a *Il secolo XIX*, 10.7.1976: Cunhal 2015, p. 402.

³² Cunhal 1977.

exclusiva dos mecanismos da democracia burguesa e na procura da máxima adaptação da própria prática, e finalmente também da ideologia, aos requisitos impostos pela procura do êxito eleitoral e da “governabilidade” (mesmo quando esta é obtida à custa da representação democrática). Nicos Poulantzas criticou muito claramente esta concepção, em especial uma concepção de hegemonia, falsamente inspirada em Gramsci, que se diluía na ideia de “consenso” como condição do acesso ao poder: “Para mim a questão do consenso nacional”, afirmou, “tem de ser vista muito mais no processo do socialismo democrático do que como condição do próprio socialismo democrático. Dizer que é preciso 80% do povo para criar a unidade necessária para um governo da esquerda é uma contradição nos termos.”³³

O “eurocomunismo de esquerda”, como Poulantzas o defendeu, implicava essencialmente três componentes: a multiplicação de instâncias de participação popular directa na gestão política a todos os níveis, como as que surgiram no decurso da revolução portuguesa e foram acolhidas na Constituição de 1976; a “transformação radical” do aparelho do Estado democrático, no sentido de reforçar os mecanismos de acessibilidade e controle; e “um ponto de viragem decisivo, que não será uma guerra civil mas implicará uma profunda crise do Estado e uma viragem na relação de forças interior ao próprio Estado.”³⁴

Em pelo menos um ponto há no entanto uma divergência entre o pensamento de Poulantzas, na última fase da sua vida (e que esclarece em parte algumas das críticas ao PCP contidas na *Crise das ditaduras*) e o de Álvaro Cunhal: a sua distanciação em relação a Lenin, em contraste com a persistência do marxismo-leninismo no PCP³⁵.

É evidente que manter o leninismo não pode ser, como não foi em 1974/75, “repetir 1917”. A concepção estratégica de Lenin em 1917 (aliás com propostas concretas que variaram, em função da rápida transformação da situação, entre Fevereiro e Outubro) estava directamente ligada à hipótese da revolução mundial, que teve um curso muito diferente do previsto na época da formação da Internacional Comunista. O nexo democracia-socialismo (e entre revolução democrática e revolução socialista) foi

³³ Poulantzas 1979.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ No entanto, na entrevista citada (Poulantzas 1979), que teve lugar pouco tempo antes da morte, reitera a validade do pensamento de Lenin quanto à democracia directa e ao poder dos soviets, o Lenin de *O Estado e a Revolução*, que “podemos ainda utilizar”.

equacionado de diferentes maneiras desde as origens do bolchevismo³⁶ e ao longo da história do movimento comunista.

Nas condições da crise mundial, e em particular europeia, contemporânea, embora continuem a predominar os factores contrários ao socialismo, à democracia e à paz, o quadro das mobilizações sociais e dos elementos de contradição nas relações económicas e políticas mundiais oferece um panorama muito diferente do que aparentava estabelecer-se, sob a indisputada hegemonia americana, no final do século XX. As grandes crises ocasionam necessariamente grandes mudanças – reaccionárias, reformistas, revolucionárias. “Cientificamente não se pode prever senão a luta”, dizia Gramsci.

É em todo o caso muito provável, tendo em conta os fenómenos em curso e a experiência recente, na Europa e na América latina em particular, que próximas crises político-sociais envolvam massivamente divisões nas classes dominantes (em que o factor nacional pode ser elemento de precipitação) e rupturas nos aparelhos políticos constituídos (partidos, sistemas partidários, conflitos entre órgãos de poder, etc.), com inevitável impacto na vida e mobilização de grandes massas. Nesse sentido, é possível que a experiência democrática revolucionária portuguesa (em tempos não longínquos celebrada como pioneira de suaves transições à “democracia”, e esta como último estágio da História) contenha muitas outras lições a aproveitar. O estudo de Poulantzas sobre a *Crise das ditaduras* continuará a ser dos mais úteis para a esclarecer, nos seus êxitos como nas suas limitações.

Mas toda a sua obra, embora filha de uma conjuntura precisa, continua a ser útil e em muitos aspectos actual, desde a crítica do economicismo e a valorização da especificidade do campo político até ao estudo do fascismo, do problema das classes médias no capitalismo actual à análise das transformações do Estado.

Não deixa de haver uma certa ironia no facto de a difusão dos conhecimentos que Nicos Poulantzas tanto contribuiu para desenvolver ser afinal um aspecto daquela “introdução da ciência no movimento operário” que, no *Que Fazer?*, Lenin expunha como uma das tarefas prioritárias dos revolucionários russos.

³⁶ V. o livro recente de Alan Shandro, *Lenin and the logic of hegemony. Political practice and theory in the class struggle*, Chicago, Haymarket Books, 2014.

Embora o último Poulantzas recusasse esta parte do legado leninista, relativamente à experiência portuguesa ele não deixou de colocar como uma das questões vitais para a hegemonia das classes populares no processo de democratização, e uma das razões porque tal hegemonia foi rapidamente perdida, a falta (na sua óptica) “de um partido revolucionário de massas cujo papel, mais uma vez se constata, se revela indispensável”³⁷. A este respeito considera demoradamente as possibilidades dos partidos da esquerda, mas interroga-se e discute sobretudo o papel do MFA, “peça essencial” do processo de democratização que “teria podido constituir um *apoio* decisivo para essa hegemonia.”³⁸

Ambas as questões, a do partido e a da aliança revolucionária capaz de realizar uma combinação eficaz de coerção e consenso, integram afinal a questão do “elemento jacobino”, hoje como ontem indispensável, nas palavras de Gramsci, à formação duma nova “vontade colectiva nacional popular”.

³⁷ Poulantzas 1976, p. 169.

³⁸ *Ibidem*, p. 174.

Referências

- Cabral, Manuel Villaverde, 1983, “The Portuguese Communist Party: the weight of fifty years of history”, in Howard Machin (ed.), *National Communism in Western Europe: a third way to socialism?* Methuen, Londres e Nova Iorque .
- Cerezales, Diego Palacios 2003, *O Poder caiu na rua. Crise de Estado e acções colectivas na revolução portuguesa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Chilcote, Ronald H. 2010, *The Portuguese revolution. State and class in the transition to democracy*, Lanham, Rowman and Littlefield.
- Cunhal, Álvaro 1974, *Rumo à Vitória. As tarefas do Partido na revolução democrática e nacional* (1964), Porto, A Opinião.
- 1976, *A Crise político-militar. Discursos políticos 5*, Lisboa, *Avante!*
- 1976a, *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*, Lisboa, *Avante!*
- 1977, Entrevista a *El País*, 28.9.1977
(http://elpais.com/diario/1977/09/28/internacional/244249201_850215.html)
- 1999, *A Verdade e a mentira na revolução de Abril*, Lisboa, *Avante!*
- 2007, *A Questão do Estado, questão central de cada revolução* (1970), Lisboa, *Avante!*
- 2008, *Obras Escolhidas*, vol. IV, Lisboa, *Avante!*
- 2015, *Obras Escolhidas*, vol. VI, Lisboa, *Avante!*
- Fonseca, Ronaldo G. 1983, *A Questão do Estado na revolução portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Jessop, Bob 1985, *Nicos Poulantzas, Marxist theory and socialist strategy*, MacMillan (<https://bobjessop.files.wordpress.com/2013/11/jessop-poulanzas.pdf>).
- MacLeod, Alex 1984, *La Révolution inopportune. Les partis communistes français et italien face à la révolution portugaise*, Montreal, Nouvelle optique.
- Pons, Silvio 2010, “The rise and fall of eurocommunism”, in Melvin Leffler e Odd Arne Westad (eds.), *The Cambridge History of the Cold War*, vol. III: *Endings*, Cambridge, Cambridge University Press
(<http://universitypublishingonline.org/cambridge/histories/chapter.jsf?bid=CBO9781139056106&cid=CBO9781139056106A007>)

2014, *The Global revolution. A history of international communism 1917-1991*, Oxford, Oxford University Press.

Poulantzas, Nicos 1968, *Pouvoir politique et classes sociales*, Paris, Maspero.

1970, *Fascisme et dictature: la Troisième Internationale face au fascisme*, Paris, Maspero.

1974, *Les Classes sociales dans le capitalisme d'aujourd'hui*, Paris, Seuil.

1975, *La Crise des dictatures. Portugal, Grèce, Espagne*, Paris, Maspero.

1976, *La Crise des dictatures. Portugal, Grèce, Espagne*, 2ème édition, Paris, Maspero.

1978, *O Estado, o poder, o socialismo*, Lisboa, Moraes, 1978.

1979, Entrevista a Stuart Hall e Alan Hunt, *Marxism Today*, Julho 1979

(http://banmarchive.org.uk/collections/mt/pdf/07_79_194.pdf)

Rosas, Fernando 2014, “Ser e não ser – Notas sobre a revolução portuguesa de 1974/75 no seu 40º aniversário”: <http://www.esquerda.net/artigo/ser-e-nao-ser-notas-sobre-revolucao-portuguesa-de-7475-no-seu-40o-aniversario/32360>.

Shandro, Alan 2014, *Lenin and the logic of hegemony. Political practice and theory in the class struggle*, Chicago, Haymarket Books.

Sperling, Urte 1987, *Portugal – von Salazar zu Soares. Krise der Diktatur und Systemstabilisierung in einem europaischen “Entwicklungsland”*, Marburgo, Verlag Arbeiterbewegung und Gesellschaftswissenschaft.

2014, *Die Nelkenrevolution in Portugal*, Colónia, PapyRossa Verlag.

Varela, Raquel 2011, *A História do PCP na revolução dos cravos*, Lisboa, Bertrand.

2014, *História do povo na revolução portuguesa 1974/75*, Lisboa, Bertrand.

Varela, Raquel et alii 2015, *O que é uma revolução? Teoria, história, historiografia*, Lisboa, Colibri.

Varela, Raquel (coord.) 2012, *Revolução ou Transição? História e memória da revolução dos cravos*, Lisboa, Bertrand.

Siglas e acrónimos.

AAA	Acção antifascista anticlerical e antimilitarista
ADGB	Allgemeiner Deutsche Gewerkschaftsbund, Confederação Geral Alemã dos Sindicatos
CADC	Centro Académico da Democracia Cristã
CC	Comité Central
CCE	Comité Central Executivo
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEIC	Comité Executivo da Internacional Comunista
CEPISV	Comité Executivo dos Partidários da Internacional Sindical Vermelha
CGL	Confederazione Generale del Lavoro
CIS	Comissão Inter-Sindical
Cominform	Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários
Comintern	Internacional Comunista
CGT	Confederação Geral do Trabalho
CRP	Constituição da República Portuguesa
CVIA	Comité de Vigilance des Intellectuels Antifascistes
FJCP	Federação da Juventude Comunista Portuguesa
FMP	Federação Maximalista Portuguesa
FPP	Frente Popular Portuguesa
FLN	Front de Libération Nationale
IC	Internacional Comunista
ICJ	Internacional Comunista da Juventude
IML	Instituto de Marxismo-Leninismo
ISV	Internacional Sindical Vermelha
KIM	Kommunisticheskyi Internatsional Molodezhi, v. ICJ
KJI	Kommunistische Jugend Internationale, v. ICJ
KJV	Kommunistischer Jugend Verband, União da Juventude

	Comunista
Komintern	Internacional Comunista
KPD	Kommunistische Partei Deutschlands, Partido Comunista da Alemanha
Minculpop	Ministero della Cultura Popolare
MUD, Mud	Movimento de Unidade Democrática
MUNAF, Munaf	Movimento de Unidade Nacional Antifascista
NEP	Novaya Ekonomiceskaya Politika, Nova Política Económica
NSDAP	Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei, Partido Operário Alemão Nacional-Socialista
ORA	Organização Revolucionária da Armada
PCF	Parti Communiste Français
PCH	Partido Comunista Húngaro
PCd'I	Partito Comunista d'Italia
PCI	Partito Comunista Italiano
PCP	Partido Comunista Português
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PNF	Partito Nazionale Fascista
PREC, Prec	Processo revolucionário em curso
Profintern	Krasnyi Internatsional Profsoyuzov, v. ISV
PRP	Partido Republicano Português
PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
RDA	República Democrática Alemã
Reichsbanner	Bandeira do Reich (milícia socialista)
RGO	Rote Gewerkschaftsopposition, Oposição Sindical Vermelha
Rotfrontkaempferbund	Liga dos combatentes da frente vermelha
SAI	Sozialistische Arbeiterinternationale, Internacional Operária Socialista
SAP	Sozialistische Arbeiterpartei, Partido Operário Socialista

SDN	Sociedade das Nações
SFIO	Section Française de l'Internationale Ouvrière
SPD	Sozialdemokratische Partei Deutschlands, Partido Social-Democrata da Alemanha
SPIC	Secção Portuguesa da Internacional Comunista
SPOe	Sozialistische Partei Oesterreichs
UN	União Nacional
USPD	Unabhaegige Sozialdemokratische Partei Deutschlands, Partido Independente Social-Democrata da Alemanha
URSS	União das Repúblicas Soviéticas Socialistas

